Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Wandra Carla Silva Almeida
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Celine Maria de Sousa Azevedo
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Pedro Eduardo Pires de Oliveira
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Nivea Maria Costa Vieira
Lucas Serrão da Silva
Sandro Garabed Ischkanian

LINHAS DE *Pensamento* CONTEMPORÂNEO:

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INTERFACES INTERDISCIPLINARES ENTRE LINGUAGENS, SUBJETIVIDADES E APRENDIZAGENS NO SÉCULO XXI.

WORGES Editoração

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Wandra Carla Silva Almeida
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Celine Maria de Sousa Azevedo
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Pedro Eduardo Pires de Oliveira
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Nivea Maria Costa Vieira
Lucas Serrão da Silva
Sandro Garabed Ischkanian

LINHAS DE PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INTERFACES INTERDISCIPLINARES ENTRE LINGUAGENS, SUBJETIVIDADES E APRENDIZAGENS NO SÉCULO XXI.

Belém-Pará
Worges Editoração
2026



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob CC BY-NC-ND 4.0

© 2026 Edição brasileira
by Worges Editoração
© 2026 Texto by
Autor
Todos os direitos reservados

Worges Editoração
Home Page: www.worgeseditoracao.com Email:
worgeseditoracao@gmail.com CNPJ:
40.047.400/0001-77
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Diagramação
Danilo Wothon

Design da capa e do livro
Pryscila Borges
Drumond Ischkanian & Ischkanian

Imagens da capa
Imagem gerada por IA (DALL-E)
com base em solicitação personalizada no Chat- GPT/OpenAI

Revisão de texto: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Linhas de Pensamento Contemporâneo: Produção do Conhecimento e Interfaces Interdisciplinares entre Linguagens, Subjetividades e Aprendizagens no Século XXI / Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira, Simone Helen Drumond Ischkanian, Gladys Nogueira Cabral, Wandra Carla Silva Almeida, Marcos Aurelio dos Santos Freitas, Celine Maria de Sousa Azevedo, Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa, Pedro Eduardo Pires de Oliveira, Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos, Nívea Maria Costa Vieira, Lucas Serrão da Silva, Sandro Garabed Ischkanian.– Belém: Worges, 2026.

Recurso online (PDF)

ISBN: 978-65-5130-158-2
DOI: 10.46898/worges.9786551301582

1. Produção do Conhecimento. 2. Metodologia científica. 3. Pesquisa Interdiciplinar. I. Oliveira, Mara Lúcia Nunes de Lima *et al*, 2026. II. Título.

Índice para catálogo sistemático:

1. Metodologia da pesquisa científica. Educação em foco. CDD 001.42

2. Pesquisa científica. CDU 001.891



CONSELHO EDITORIAL

PROF. DR. EDNILSON SERGIO RAMALHO DE SOUZA - UFOPA
PROF. ME.ÉFREM COLOMBO RIBEIRO - IFPA
PROF. ME.JORGE CARLOS SILVA - ULBRA

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....7

APRESENTAÇÃO.....10

CAPÍTULO 1
Inteligência Artificial Humanizada e Educação Inclusiva: interfaces entre tecnologias, subjetividades e construção do conhecimento no século XXI.
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira 12

CAPÍTULO 2
A dignidade da pessoa humana e os direitos das pessoas com *FIBROMIALGIA* no contexto da legislação PCD.
Simone Helen Drumond Ischkanian e Sandro Garabed Ischkanian....34

CAPÍTULO 3
A TÉCNICA DE TOTAL PHYSICAL RESPONSE (TPR): exemplos do método que favorece o aprendizado da língua inglesa para crianças DE 7 a 8 anos.
Gladys Nogueira Cabral.....50

CAPÍTULO 4
PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DOCENTE: caminhos para uma educação crítica e emancipadora.
Wandra Carla Silva Almeida.....62

CAPÍTULO 5
LETRAMENTO CULTURAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: caminhos para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas.
Marcos Aurelio dos Santos Freitas 74

CAPÍTULO 6
CURRÍCULO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E BNCC COMPUTAÇÃO: desafios e possibilidades para a integração do pensamento computacional na educação básica.
Celine Maria de Sousa Azevedo 87

CAPÍTULO 7
Métodos de Ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral.
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa 100

SUMÁRIO

CAPÍTULO 8
POLÍTICAS EDITORIAIS E CENSURA CULTURAL: como os impressos oficiais silenciaram línguas, saberes e histórias dos povos indígenas.
Pedro Eduardo Pires de Oliveira 113

CAPÍTULO 9
MONTEIRO LOBATO E A LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA: debates contemporâneos sobre sua obra.
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos 127

CAPÍTULO 10
BNCC E O EIXO LEITURA: estratégias de letramento literário no Ensino Fundamental Anos Iniciais.
Nivea Maria Costa Vieira.....141

CAPÍTULO 11
Etnomatemática Indígena e Saberes Tradicionais na Educação Básica
Lucas Serrão da Silva e Gerson Ribeiro Bacury.....156

CAPÍTULO 12
CAPACITAÇÃO, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PLANEJAMENTO DE LIDERANÇAS: etapas da formação de adultos para o desenvolvimento de competências.
Sandro Garabed Ischkanian 174

COLEÇÃO ARTIGOS CIENTÍFICOS.....188

AGRADECIMENTOS AOS AUTORES 378

POSFÁCIO..... 397

PREFÁCIO

A produção do conhecimento no século XXI exige olhares plurais, sensíveis e interdisciplinares capazes de compreender os desafios educacionais, sociais, culturais e tecnológicos que atravessam a humanidade contemporânea. O livro *"Linhas de Pensamento Contemporâneo: Produção do Conhecimento e Interfaces Interdisciplinares entre Linguagens, Subjetividades e Aprendizagens no Século XXI"* reúne estudos que dialogam com diferentes campos científicos, apresentando reflexões sobre educação, inclusão, direitos humanos, tecnologias, linguagens, currículo, formação docente, literatura, cultura e saberes tradicionais.

Esta obra nasce da articulação de pesquisadores comprometidos com a construção de uma ciência voltada para a transformação social, valorizando a diversidade de perspectivas teóricas, metodológicas e epistemológicas. Cada capítulo representa uma contribuição singular para ampliar os debates acadêmicos e fortalecer práticas educativas mais democráticas, inclusivas, humanizadas e comprometidas com a formação integral dos sujeitos.

Abrindo esta coletânea, *Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira* apresenta o estudo *"Inteligência Artificial Humanizada e Educação Inclusiva: interfaces entre tecnologias, subjetividades e construção do conhecimento no século XXI"***,** propondo uma reflexão sobre os impactos das tecnologias digitais nos processos educativos. A autora discute a necessidade de uma inteligência artificial ética, humanizada e comprometida com a inclusão, destacando a relação entre inovação tecnológica, subjetividades e aprendizagem.

Na sequência, *Simone Helen Drumond Ischkanian e Gabriel Nascimento de Carvalho***,** com o *tema "A Dignidade da Pessoa Humana e os Direitos das Pessoas com Fibromialgia no Contexto da Legislação PCD"***,** contribui para o debate sobre direitos fundamentais, inclusão social e reconhecimento das pessoas com condições específicas. Seu estudo evidencia a importância de políticas públicas e marcos legais que assegurem dignidade, acessibilidade e igualdade de oportunidades.

*Gladys Nogueira Cabral***,** *em "A Técnica de Total Physical Response (TPR): exemplos do método que favorece o aprendizado da língua inglesa para crianças de 7 a 8 anos"***,** apresenta uma abordagem voltada ao ensino de línguas, destacando metodologias ativas que valorizam o movimento, a interação e a participação dos estudantes. O capítulo evidencia possibilidades inovadoras para tornar o processo de aprendizagem da língua inglesa mais significativo na infância.

A autora *Wandra Carla Silva Almeida***,** por meio do *estudo "Prática pedagógica e formação docente: caminhos para uma educação crítica e emancipadora"***,** aborda a formação

de professores como elemento essencial para a construção de práticas pedagógicas reflexivas e transformadoras. Sua contribuição ressalta a importância da formação continuada e da ressignificação do fazer docente diante das demandas educacionais contemporâneas.

*Marcos Aurelio dos Santos Freitas***,** com o tema *"Letramento Cultural na Formação Docente: caminhos para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas"*, amplia o debate sobre educação, cultura e diversidade. O autor destaca a necessidade de uma formação docente comprometida com a valorização das identidades culturais, o enfrentamento do racismo e a construção de ambientes escolares mais equitativos.

No campo das tecnologias educacionais, *Celine Maria de Sousa Azevedo* apresenta *"Currículo, práticas pedagógicas e BNCC Computação: desafios e possibilidades para a integração do pensamento computacional na Educação Básica"***.** O capítulo discute os caminhos para inserir o pensamento computacional no currículo escolar, analisando possibilidades pedagógicas que aproximam tecnologia, criatividade e resolução de problemas.

*Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa***,** com o estudo *"Métodos de ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral"*, contribui para as discussões sobre metodologias de ensino e aprendizagem matemática. A autora reflete sobre estratégias capazes de favorecer a compreensão dos conteúdos e estimular o protagonismo dos estudantes em contextos educacionais ampliados.

O capítulo desenvolvido por *Pedro Eduardo Pires de Oliveira*, *intitulado "Políticas Editoriais e Censura Cultural: Como os Impressos Oficiais Silenciaram Línguas, Saberes e Histórias dos Povos Indígenas"*, apresenta uma análise crítica sobre memória, poder e circulação do conhecimento. O autor problematiza os processos históricos de silenciamento cultural e evidencia a importância da valorização das narrativas indígenas.

*Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos***,** em *"Monteiro Lobato e a literatura infantil brasileira: debates contemporâneos sobre sua obra"***,** propõe uma reflexão sobre literatura, educação e os desafios de interpretar obras clássicas diante das discussões atuais sobre representação, cultura e formação leitora.

A autora *Nívea Maria Costa Vieira***,** com o tema **"***BNCC e o Eixo Leitura: Estratégias de Letramento Literário no Ensino Fundamental Anos Iniciais"***,** discute práticas voltadas ao desenvolvimento da leitura literária, destacando a importância da formação de leitores críticos desde os primeiros anos escolares e o papel da escola na democratização do acesso à literatura.

*Lucas Serrão da Silva***,** em parceria com *Gerson Ribeiro Bacury***,** apresenta o estudo *"Etnomatemática indígena e saberes tradicionais na educação básica"***,** trazendo uma importante discussão sobre os conhecimentos matemáticos presentes nas culturas indígenas. O

capítulo valoriza os saberes tradicionais como formas legítimas de produção do conhecimento e propõe diálogos entre educação escolar e diversidade cultural.

Encerrando esta coletânea, *Sandro Garabed Ischkanian* apresenta o estudo *"Os Quatro Pilares da Educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser como Fundamentos da Formação Integral"*, trazendo uma reflexão sobre os fundamentos essenciais para uma educação humanizadora e comprometida com o desenvolvimento pleno do ser humano. O autor destaca que a educação contemporânea deve ultrapassar a transmissão de conhecimentos, promovendo competências, valores, autonomia, responsabilidade social e relações de convivência baseadas no respeito e na colaboração.

A partir dos quatro pilares da educação, o capítulo evidencia a necessidade de formar sujeitos capazes de compreender o mundo, atuar de maneira consciente, estabelecer relações solidárias e construir sua própria identidade em uma sociedade marcada por constantes transformações. A reflexão proposta reforça a educação como processo integral, no qual conhecimento, prática, convivência e desenvolvimento humano encontram-se interligados.

Assim, esta obra reúne diferentes vozes e perspectivas que convergem para um mesmo propósito: compreender a complexidade do conhecimento humano e suas múltiplas interfaces. Os autores apresentam pesquisas que ultrapassam fronteiras disciplinares e reafirmam a educação como espaço de transformação, diálogo e construção coletiva.

"Linhas de Pensamento Contemporâneo" constitui-se, portanto, como um convite à reflexão sobre os caminhos da ciência e da educação no século XXI, valorizando a interdisciplinaridade, a inclusão, a diversidade e a produção de saberes comprometidos com uma sociedade mais justa, ética e humanizada.

Boa leitura!

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Wandra Carla Silva Almeida
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Celine Maria de Sousa Azevedo
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Pedro Eduardo Pires de Oliveira
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Nivea Maria Costa Vieira
Lucas Serrão da Silva
Gerson Ribeiro Bacury
Sandro Garabed Ischkanian

APRESENTAÇÃO

O livro *"Linhas de Pensamento Contemporâneo: Produção do Conhecimento e Interfaces Interdisciplinares entre Linguagens, Subjetividades e Aprendizagens no Século XXI"* apresenta uma coletânea de estudos que refletem os desafios, as possibilidades e as transformações que atravessam a produção do conhecimento na contemporaneidade. Em um cenário marcado por rápidas mudanças tecnológicas, sociais, culturais e educacionais, pensar a ciência exige reconhecer a complexidade das relações humanas e a necessidade de diálogos entre diferentes áreas do saber.

Esta obra reúne pesquisas que estabelecem conexões entre educação, tecnologias, direitos humanos, linguagens, currículo, formação docente, literatura, cultura, inclusão e saberes tradicionais, evidenciando que o conhecimento não se constitui de forma isolada, mas por meio de interfaces, encontros e múltiplas perspectivas epistemológicas.

A proposta central desta coletânea fundamenta-se na compreensão de que as aprendizagens do século XXI demandam práticas educativas mais humanizadas, inclusivas e interdisciplinares. Nesse sentido, os capítulos apresentados pelos autores revelam diferentes caminhos para compreender como sujeitos, instituições e comunidades constroem conhecimentos em contextos diversos, considerando as dimensões cognitivas, sociais, culturais e subjetivas presentes nos processos formativos.

As discussões desenvolvidas ao longo da obra abordam temas emergentes e fundamentais para a educação contemporânea. A relação entre inteligência artificial e educação inclusiva evidencia novos desafios éticos e pedagógicos diante da expansão das tecnologias digitais. Os debates sobre dignidade humana, direitos sociais e inclusão ampliam a compreensão sobre a necessidade de uma sociedade mais acessível e democrática.

No campo das práticas pedagógicas, os estudos presentes nesta coletânea refletem sobre formação docente, metodologias de ensino, letramento cultural, pensamento computacional, ensino da Matemática, literatura e desenvolvimento da leitura, destacando a importância de propostas educativas capazes de valorizar a diversidade e promover aprendizagens significativas.

A obra também contempla reflexões sobre memória, identidade e reconhecimento cultural, especialmente ao abordar os saberes indígenas, a etnomatemática e os processos históricos de circulação e silenciamento de conhecimentos. Essas discussões reafirmam a importância de reconhecer diferentes formas de produção do saber e fortalecer uma perspectiva científica comprometida com a pluralidade.

Ao reunir diferentes pesquisadores e temáticas, *"Linhas de Pensamento Contemporâneo"* reafirma a interdisciplinaridade como um princípio fundamental para compreender os fenômenos complexos da atualidade. As pesquisas aqui apresentadas demonstram que produzir conhecimento significa dialogar com diferentes campos, questionar práticas estabelecidas e construir novas possibilidades de interpretação e intervenção na realidade.

A presente coletânea constitui-se como espaço de reflexão acadêmica e social, convidando leitores, pesquisadores, professores e estudantes a ampliarem seus olhares sobre os processos de aprendizagem, as linguagens humanas e as múltiplas formas de construção do conhecimento no século XXI.

Mais do que reunir estudos científicos, esta obra representa um movimento coletivo de valorização da pesquisa, da educação e do pensamento crítico. Cada capítulo expressa o compromisso dos autores com uma ciência voltada para a transformação social, para a formação integral dos sujeitos e para a construção de uma sociedade baseada no diálogo, na inclusão e na valorização da diversidade.

Que esta leitura inspire novas perguntas, novos caminhos investigativos e novas formas de compreender as relações entre conhecimento, humanidade e aprendizagem.



Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira

CAPÍTULO 1

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL HUMANIZADA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INTERFACES ENTRE TECNOLOGIAS, SUBJETIVIDADES E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SÉCULO XXI.

HUMANIZED ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND INCLUSIVE EDUCATION: INTERFACES BETWEEN TECHNOLOGIES, SUBJECTIVITIES, AND KNOWLEDGE CONSTRUCTION IN THE 21ST CENTURY.

INTELIGENCIA ARTIFICIAL HUMANIZADA Y EDUCACIÓN INCLUSIVA: INTERFACES ENTRE TECNOLOGÍAS, SUBJETIVIDADES Y CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO EN EL SIGLO XXI

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
https://lattes.cnpq.br/6470900866612829
https://orcid.org/0009-0002-5847-5239
E-mail: maralua86@gmail.com

O presente estudo aborda a relação entre Inteligência Artificial Humanizada e Educação Inclusiva, analisando as interfaces entre tecnologias digitais, subjetividades e processos de construção do conhecimento no século XXI. A pesquisa parte do problema de compreender como os recursos baseados em inteligência artificial podem contribuir para práticas educativas inclusivas, considerando as dimensões humanas, éticas e pedagógicas envolvidas. O objetivo geral consiste em analisar as possibilidades de integração de tecnologias inteligentes em contextos educacionais, visando favorecer aprendizagens acessíveis, personalizadas e socialmente comprometidas. A metodologia caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa, fundamentada na análise de estudos científicos sobre tecnologia educacional, inclusão e inovação pedagógica. Os resultados evidenciam que a utilização humanizada da inteligência artificial pode ampliar estratégias de ensino, promover acessibilidade e fortalecer processos educativos centrados nas necessidades dos sujeitos. Conclui-se que a articulação entre tecnologia e sensibilidade humana constitui elemento essencial para a construção de práticas educacionais inclusivas e transformadoras.

Palavras-chave: Inteligência artificial; educação inclusiva; tecnologias educacionais; construção do conhecimento.

This study addresses the relationship between Humanized Artificial Intelligence and Inclusive Education, analyzing the interfaces between digital technologies, subjectivities, and knowledge construction processes in the 21st century. The research is based on the problem of understanding how artificial intelligence-based resources can contribute to inclusive educational practices, considering the human, ethical, and pedagogical dimensions involved. The general objective is to analyze the possibilities of integrating intelligent technologies into educational contexts in order to promote accessible, personalized, and socially committed learning experiences. The methodology is characterized as bibliographic research with a qualitative approach, based on the analysis of scientific studies on educational technology, inclusion, and pedagogical innovation. The results indicate that the humanized use of artificial intelligence can expand teaching strategies, promote accessibility, and strengthen educational processes centered on learners' needs. It is concluded that the articulation between technology and human sensitivity constitutes an essential element for the development of inclusive and transformative educational practices.

Keywords: Artificial intelligence; inclusive education; educational technologies; knowledge construction.

El presente estudio aborda la relación entre la Inteligencia Artificial Humanizada y la Educación Inclusiva, analizando las interfaces entre las tecnologías digitales, las subjetividades y los procesos de construcción del conocimiento en el siglo XXI. La investigación parte del problema de comprender cómo los recursos basados en inteligencia artificial pueden contribuir a las prácticas educativas inclusivas, considerando las dimensiones humanas, éticas y pedagógicas involucradas. El objetivo general consiste en analizar las posibilidades de integración de tecnologías inteligentes en contextos educativos, con el propósito de favorecer aprendizajes accesibles, personalizados y socialmente comprometidos. La metodología se caracteriza como una investigación bibliográfica con enfoque cualitativo, fundamentada en el análisis de estudios científicos sobre tecnología educativa, inclusión e innovación pedagógica. Los resultados evidencian que el uso humanizado de la inteligencia artificial puede ampliar las estrategias de enseñanza, promover la accesibilidad y fortalecer procesos educativos centrados en las necesidades de los sujetos. Se concluye que la articulación entre tecnología y sensibilidad humana constituye un elemento esencial para la construcción de prácticas educativas inclusivas y transformadoras.

Palabras clave: Inteligencia artificial; educación inclusiva; tecnologías educativas; construcción del conocimiento.

1. INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais tem provocado mudanças significativas nos modos de produção do conhecimento, comunicação e aprendizagem no século XXI, colocando a Inteligência Artificial (IA) como um dos principais recursos tecnológicos em desenvolvimento no campo educacional. A aplicação da IA na educação envolve sistemas capazes de analisar informações, identificar padrões de aprendizagem, personalizar conteúdos e oferecer suporte aos processos pedagógicos. A Inteligência Artificial Humanizada surge como uma perspectiva que busca integrar inovação tecnológica e valorização dos aspectos humanos envolvidos na educação, considerando princípios como inclusão, ética, autonomia e respeito às singularidades dos sujeitos. Conforme destacam Chen, Chen e Lin (2020), a Inteligência Artificial aplicada à educação apresenta possibilidades relacionadas à personalização da aprendizagem, sistemas inteligentes de apoio ao ensino e análise de dados educacionais, mas sua utilização requer integração com fundamentos pedagógicos e compreensão das necessidades dos estudantes.

A Educação Inclusiva constitui um campo essencial para discutir as contribuições e os desafios da Inteligência Artificial, pois envolve a garantia do direito de aprendizagem de todos os sujeitos, considerando diferentes características, ritmos e formas de construção do conhecimento. As tecnologias inteligentes podem favorecer a eliminação de barreiras educacionais por meio de recursos adaptativos, ferramentas de acessibilidade e estratégias personalizadas de ensino. Lima *et al.* (2025) ressaltam que a formação docente para o uso da Inteligência Artificial é fundamental para que essas tecnologias sejam incorporadas de maneira crítica e pedagógica na Educação Especial Inclusiva, permitindo que professores utilizem os recursos digitais como instrumentos de mediação da aprendizagem e não como substitutos das relações humanas presentes no processo educativo.

A utilização da Inteligência Artificial no contexto inclusivo também evidencia a necessidade de compreender as relações entre tecnologia, subjetividade e construção do conhecimento. A aprendizagem envolve aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais, portanto, a adoção de sistemas inteligentes deve considerar a complexidade dos sujeitos e suas diferentes experiências educacionais. Purificação *et al.* (2025) destacam que a Inteligência Artificial pode contribuir para a promoção da educação inclusiva ao possibilitar novas formas de acessibilidade, adaptação de conteúdos e desenvolvimento de práticas pedagógicas mais individualizadas. Entretanto, os autores apontam que a efetividade dessas tecnologias depende de fatores como planejamento educacional, preparação dos profissionais e garantia de condições adequadas para sua utilização.

Diante desse contexto, este estudo apresenta como problema de pesquisa: *como a Inteligência Artificial Humanizada pode contribuir para a Educação Inclusiva, considerando as interfaces entre tecnologias, subjetividades e construção do conhecimento no século XXI?* O objetivo geral consiste em analisar as contribuições da Inteligência Artificial Humanizada para os processos educativos inclusivos, considerando suas potencialidades, desafios e implicações pedagógicas. Estudos recentes indicam que a IA pode ampliar possibilidades de aprendizagem para estudantes com deficiência e neurodivergências, desde que utilizada de forma ética e articulada às práticas docentes (Siqueira, 2025; Vais *et al.*, 2025). Assim, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender caminhos para uma integração tecnológica responsável, capaz de fortalecer uma educação inclusiva, democrática e centrada nas necessidades humanas, reconhecendo a tecnologia como instrumento de apoio à construção do conhecimento e à participação plena dos estudantes.

2. DESENVOLVIMENTO

A relação entre Inteligência Artificial e educação representa uma das principais discussões contemporâneas relacionadas à inovação pedagógica, transformação dos processos de ensino e ampliação das possibilidades de aprendizagem no século XXI. A inserção de sistemas inteligentes nos ambientes educacionais modifica as formas de organização, acesso e produção do conhecimento, permitindo o desenvolvimento de estratégias personalizadas e recursos adaptativos capazes de atender diferentes perfis de estudantes. Entretanto, a utilização dessas tecnologias precisa ser compreendida a partir de uma perspectiva humanizada, na qual a Inteligência Artificial seja considerada uma ferramenta de mediação pedagógica e não um mecanismo substitutivo das relações humanas presentes no processo educativo. Conforme destacam Chen, Chen e Lin (2020), a Inteligência Artificial aplicada à educação possibilita o

desenvolvimento de sistemas adaptativos, análise de dados educacionais e recursos personalizados de aprendizagem, porém sua efetividade depende da articulação entre conhecimento tecnológico, fundamentos pedagógicos e compreensão das necessidades dos sujeitos envolvidos.

A Inteligência Artificial Humanizada fundamenta-se na compreensão de que os avanços tecnológicos devem estar vinculados aos princípios humanos, sociais e educacionais, considerando a diversidade dos estudantes e suas diferentes formas de aprender. Nesse sentido, a tecnologia deve ser utilizada como instrumento de ampliação das oportunidades educacionais, promoção da acessibilidade e fortalecimento da autonomia dos sujeitos, respeitando suas características individuais, culturais e cognitivas. A inclusão tecnológica no ambiente escolar não depende apenas da disponibilização de ferramentas digitais, mas também da capacidade dos profissionais da educação em utilizá-las de maneira crítica e pedagogicamente adequada. Segundo Lima *et al.* (2025), a formação docente constitui elemento essencial para a integração da Inteligência Artificial na Educação Especial Inclusiva, pois professores preparados conseguem utilizar esses recursos como apoio à personalização do ensino, favorecendo práticas educativas mais flexíveis e sensíveis às necessidades dos estudantes.

No contexto da Educação Inclusiva, a Inteligência Artificial apresenta possibilidades significativas para o desenvolvimento de ferramentas capazes de adaptar conteúdos, ampliar formas de comunicação e proporcionar maior participação dos estudantes nos processos de aprendizagem. Recursos baseados em IA podem contribuir para a construção de ambientes educacionais mais acessíveis, considerando diferentes ritmos, habilidades e necessidades específicas. A personalização proporcionada por sistemas inteligentes permite que estratégias pedagógicas sejam ajustadas conforme as características dos estudantes, especialmente daqueles que apresentam deficiência ou neurodivergências. De acordo com Vais *et al.* (2025), a aplicação da Inteligência Artificial na educação inclusiva apresenta potencial para favorecer experiências de aprendizagem individualizadas, uma vez que possibilita adaptações que respeitam as particularidades cognitivas e educacionais dos estudantes, ampliando suas possibilidades de participação e desenvolvimento.

Apesar das contribuições da Inteligência Artificial para a educação inclusiva, sua implementação envolve desafios relacionados à formação profissional, infraestrutura tecnológica, proteção de dados, acessibilidade e reflexão ética sobre o papel dos algoritmos nos processos educativos. A utilização da IA não deve ocorrer de maneira automática ou descontextualizada, pois a educação envolve relações humanas, afetivas, culturais e sociais fundamentais para a formação integral dos sujeitos. Torna-se necessário compreender que a

tecnologia deve atuar como elemento complementar ao trabalho docente, fortalecendo a mediação pedagógica e contribuindo para práticas educativas mais inclusivas. Conforme apontam Santos *et al.* (2025), a implementação da Inteligência Artificial no contexto da inclusão escolar exige planejamento institucional, preparação dos profissionais da educação e políticas públicas que garantam acesso democrático às tecnologias, evitando que os recursos digitais ampliem desigualdades já existentes no sistema educacional. Siqueira (2025) ressalta que o uso da IA na Educação Básica pode representar uma importante possibilidade de inclusão de estudantes com deficiência, desde que esteja associado a princípios de equidade, acessibilidade e valorização da diversidade humana.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se em produções científicas nacionais e internacionais que abordam as interfaces entre Inteligência Artificial Humanizada, Educação Inclusiva, tecnologias educacionais, subjetividades e construção do conhecimento. A revisão da literatura possibilita compreender os principais conceitos, abordagens teóricas, evidências empíricas e perspectivas contemporâneas relacionadas ao tema, oferecendo suporte científico para a análise das potencialidades, dos desafios e das contribuições da Inteligência Artificial na promoção de práticas pedagógicas inclusivas, éticas e comprometidas com a formação integral dos sujeitos no contexto educacional do século XXI.

3.1. Fundamentação conceitual do objeto de estudo

A Inteligência Artificial (IA) constitui um campo interdisciplinar dedicado ao desenvolvimento de sistemas computacionais capazes de realizar tarefas que tradicionalmente dependiam da inteligência humana, como reconhecimento de padrões, tomada de decisão, processamento de linguagem, aprendizagem baseada em dados e resolução de problemas complexos. No contexto educacional, a IA amplia as possibilidades de organização do ensino por meio de plataformas adaptativas, sistemas tutores inteligentes, análise de dados educacionais e recursos capazes de acompanhar o desempenho dos estudantes em tempo real. Entretanto, sua incorporação à educação exige que esses recursos sejam compreendidos como instrumentos de apoio às práticas pedagógicas e não como substitutos da mediação docente. Conforme afirmam Chen, Chen e Lin (2020), a Inteligência Artificial na educação representa um campo em expansão que integra conhecimentos da ciência da computação, das ciências cognitivas e da pedagogia, permitindo a construção de ambientes educacionais mais inteligentes, personalizados e eficientes, desde que seu uso esteja articulado a fundamentos educacionais consistentes.

O conceito de Inteligência Artificial Humanizada amplia essa compreensão ao reconhecer que o desenvolvimento tecnológico deve estar subordinado aos princípios éticos, sociais e educacionais que orientam a formação humana. Essa perspectiva compreende que a tecnologia não possui finalidade em si mesma, mas deve contribuir para fortalecer a autonomia, a participação, a acessibilidade e a construção coletiva do conhecimento. No ambiente escolar, isso significa considerar as diferenças individuais, culturais, cognitivas e sociais dos estudantes, promovendo práticas educativas que respeitem a diversidade e favoreçam a equidade. Lima *et al.* (2025) defendem que a utilização da Inteligência Artificial na Educação Especial Inclusiva somente alcança resultados significativos quando associada à formação docente e à utilização pedagógica consciente das tecnologias, possibilitando que professores utilizem recursos inteligentes para atender às necessidades específicas dos estudantes sem comprometer a dimensão humana do processo educativo.

A Educação Inclusiva constitui outro conceito central deste estudo, sendo compreendida como um paradigma educacional fundamentado no direito universal à aprendizagem, na valorização das diferenças e na eliminação das barreiras que limitam a participação dos estudantes. Nessa perspectiva, a Inteligência Artificial apresenta potencial para favorecer a inclusão ao disponibilizar ferramentas que ampliam a acessibilidade, personalizam o ensino e promovem diferentes formas de interação com os conteúdos escolares. Entretanto, tais benefícios dependem da existência de políticas públicas, infraestrutura tecnológica e formação profissional capazes de assegurar o uso ético e democrático dessas tecnologias. Conforme destacam Purificação *et al.* (2025), a Inteligência Artificial pode tornar-se importante ferramenta para promoção da educação inclusiva ao favorecer adaptações curriculares, recursos acessíveis e estratégias pedagógicas individualizadas, desde que sua implementação esteja comprometida com os princípios da equidade, da participação e da valorização da diversidade humana.

A compreensão da Inteligência Artificial Humanizada no contexto educacional exige uma abordagem interdisciplinar que articule conhecimentos provenientes da educação, da tecnologia e das ciências humanas. Essa perspectiva considera que os processos de ensino e aprendizagem não podem ser reduzidos ao processamento automatizado de informações, pois envolvem dimensões cognitivas, sociais, culturais e afetivas que constituem o desenvolvimento humano. Assim, a IA deve ser compreendida como um instrumento de mediação pedagógica capaz de potencializar a construção do conhecimento sem substituir a atuação do professor nem as relações interpessoais que caracterizam o ambiente educativo. Conforme afirmam Chen, Chen e Lin (2020), os modelos contemporâneos de Inteligência Artificial aplicada à educação baseiam-se em sistemas adaptativos, análise de dados educacionais, aprendizagem personalizada

e plataformas inteligentes, cujo potencial pedagógico depende da integração entre desenvolvimento tecnológico e fundamentos educacionais consistentes.

Entre os principais modelos analíticos relacionados ao tema destaca-se a aprendizagem personalizada, que utiliza recursos de Inteligência Artificial para adaptar conteúdos, estratégias didáticas e formas de avaliação às necessidades específicas de cada estudante. Essa abordagem apresenta especial relevância para a Educação Inclusiva por possibilitar intervenções pedagógicas diferenciadas, respeitando ritmos, estilos de aprendizagem e características individuais. A personalização do ensino permite que os sistemas inteligentes identifiquem dificuldades, proponham atividades compatíveis com o desempenho dos estudantes e ofereçam acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem. Segundo Vais *et al.* (2025), a utilização da Inteligência Artificial para estudantes neurodivergentes amplia significativamente as possibilidades de inclusão ao favorecer práticas educacionais individualizadas, promovendo maior participação, autonomia e desenvolvimento acadêmico.

A efetividade da IA depende diretamente da capacidade dos profissionais da educação em compreender suas potencialidades, limitações e implicações pedagógicas, utilizando essas ferramentas de maneira crítica, ética e inclusiva. Lima *et al.* (2025) destacam que a formação docente constitui condição indispensável para a implementação da Inteligência Artificial na Educação Especial Inclusiva, pois possibilita aos educadores desenvolver competências para selecionar recursos tecnológicos adequados, promover práticas acessíveis e garantir que a inovação tecnológica esteja comprometida com os princípios da equidade e da valorização da diversidade.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

A compreensão da Inteligência Artificial Humanizada no contexto educacional exige uma abordagem interdisciplinar que articule conhecimentos da educação, da tecnologia, das ciências cognitivas e das ciências humanas. Essa perspectiva parte do entendimento de que os processos de ensino e aprendizagem envolvem dimensões cognitivas, sociais, culturais, emocionais e éticas que não podem ser reduzidas ao processamento automatizado de informações. A Inteligência Artificial deve ser compreendida como uma tecnologia de apoio à mediação pedagógica, capaz de potencializar a construção do conhecimento sem substituir a atuação do professor nem as relações humanas que caracterizam o ambiente escolar. Os modelos analíticos mais recentes concentram-se na aprendizagem adaptativa, nos sistemas tutores inteligentes, na análise de dados educacionais (learning analytics) e na personalização do ensino, permitindo que as estratégias pedagógicas sejam ajustadas às necessidades individuais dos

estudantes. Conforme destacam Chen, Chen e Lin (2020), a efetividade desses modelos depende da integração entre inovação tecnológica, fundamentos pedagógicos e práticas educacionais capazes de promover aprendizagens significativas, críticas e contextualizadas.

No âmbito da Educação Inclusiva, os modelos analíticos contemporâneos enfatizam a utilização da Inteligência Artificial para ampliar a acessibilidade, favorecer adaptações curriculares e promover a participação ativa dos estudantes com diferentes necessidades educacionais. Essa abordagem compreende que a tecnologia deve atuar como instrumento de equidade, respeitando as singularidades dos sujeitos e contribuindo para a eliminação das barreiras que dificultam a aprendizagem. A personalização do ensino, viabilizada pelos sistemas inteligentes, permite identificar dificuldades específicas, acompanhar o progresso dos estudantes e oferecer intervenções pedagógicas compatíveis com seus diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Nessa perspectiva, Lima *et al.* (2025) destacam que a formação docente constitui elemento essencial para a utilização crítica da Inteligência Artificial na Educação Especial Inclusiva, enquanto Vais *et al.* (2025) evidenciam que a personalização da aprendizagem favorece o desenvolvimento acadêmico de estudantes neurodivergentes. Complementarmente, Purificação *et al.* (2025) ressaltam que a integração entre Inteligência Artificial, inclusão e inovação pedagógica fortalece práticas educacionais comprometidas com a acessibilidade, a diversidade e a construção de ambientes escolares mais democráticos e humanizados.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

As pesquisas recentes demonstram que a Inteligência Artificial vem assumindo papel cada vez mais relevante na transformação dos processos educativos, especialmente no desenvolvimento de estratégias voltadas à personalização da aprendizagem, acompanhamento do desempenho dos estudantes e ampliação da acessibilidade. Estudos internacionais evidenciam que sistemas inteligentes podem analisar grandes volumes de dados educacionais, identificar dificuldades de aprendizagem e propor intervenções pedagógicas compatíveis com as necessidades individuais dos estudantes. Conforme destacam Chen, Chen e Lin (2020), a Inteligência Artificial aplicada à educação apresenta resultados promissores na criação de ambientes inteligentes de aprendizagem, sistemas tutores adaptativos e ferramentas capazes de apoiar professores na tomada de decisões pedagógicas fundamentadas em evidências produzidas pelos próprios processos educativos.

No contexto brasileiro, as pesquisas têm direcionado especial atenção às contribuições da Inteligência Artificial para a Educação Inclusiva e para a formação dos professores. Os estudos analisados demonstram que a utilização de recursos inteligentes favorece o

desenvolvimento de práticas pedagógicas mais flexíveis, acessíveis e centradas nas necessidades dos estudantes, especialmente daqueles que apresentam deficiência ou outras especificidades educacionais. Lima *et al.* (2025) verificam que a formação docente exerce papel determinante para o sucesso da implementação dessas tecnologias, pois professores preparados conseguem utilizar a Inteligência Artificial como instrumento de mediação da aprendizagem, promovendo adaptações curriculares e estratégias diferenciadas de ensino sem comprometer a dimensão humana do processo educativo.

As evidências empíricas também apontam que a utilização da Inteligência Artificial na educação envolve desafios relacionados à infraestrutura tecnológica, preparação profissional, proteção de dados, acessibilidade digital e elaboração de políticas públicas voltadas à democratização do acesso às tecnologias. Purificação *et al.* (2025) afirmam que a IA pode contribuir significativamente para a promoção da educação inclusiva ao favorecer recursos assistivos, adaptação de conteúdos e personalização das experiências de aprendizagem. Entretanto, Santos *et al.* (2025) ressaltam que tais benefícios somente serão plenamente alcançados quando as instituições educacionais desenvolverem ações integradas envolvendo formação docente, planejamento pedagógico, investimentos em infraestrutura e regulamentação ética para utilização das tecnologias inteligentes no ambiente escolar.

3.4. Inteligência Artificial Humanizada: princípios éticos, sociais e educacionais da relação entre tecnologia e humanidade

A Inteligência Artificial Humanizada caracteriza-se pela utilização das tecnologias inteligentes como instrumentos voltados ao fortalecimento das capacidades humanas, respeitando princípios como dignidade, equidade, inclusão, transparência, responsabilidade social e valorização da diversidade. Diferentemente de uma perspectiva centrada exclusivamente na eficiência técnica, essa abordagem reconhece que os processos educativos envolvem sujeitos históricos, culturais e sociais, cujas experiências não podem ser reduzidas a padrões algorítmicos. No contexto educacional, a humanização da Inteligência Artificial pressupõe que os recursos tecnológicos sejam utilizados para ampliar oportunidades de aprendizagem, promover acessibilidade e favorecer a construção do conhecimento de forma colaborativa e democrática. Conforme destacam Chen, Chen e Lin (2020), o potencial da Inteligência Artificial na educação depende da articulação entre inovação tecnológica e fundamentos pedagógicos, garantindo que os sistemas inteligentes apoiem professores e estudantes sem substituir as relações humanas que constituem o processo educativo.

A construção de algoritmos comprometidos com os princípios de inclusão e diversidade exige que seu desenvolvimento considere aspectos éticos relacionados à representatividade, imparcialidade, transparência e respeito às diferenças humanas. Sistemas inteligentes treinados com bases de dados limitadas ou enviesadas podem reproduzir desigualdades sociais e comprometer processos de inclusão, tornando indispensável a elaboração de critérios técnicos e pedagógicos que assegurem o tratamento equitativo dos diferentes grupos sociais. Nesse contexto, Siqueira (2025) destaca que a utilização da Inteligência Artificial na Educação Básica deve estar associada ao fortalecimento da inclusão escolar, garantindo que estudantes com deficiência tenham acesso a recursos capazes de ampliar sua participação, autonomia e desenvolvimento educacional. A tecnologia precisa ser compreendida como instrumento de promoção da justiça educacional e não como fator de aprofundamento das desigualdades existentes.

Os limites éticos da Inteligência Artificial nos ambientes educacionais também envolvem questões relacionadas à privacidade dos dados, autonomia dos estudantes, responsabilidade pelas decisões automatizadas e preservação das relações pedagógicas. Embora os sistemas inteligentes possam oferecer respostas rápidas, personalização da aprendizagem e acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico, eles não substituem a dimensão humana presente na mediação docente, no diálogo, na construção coletiva do conhecimento e no desenvolvimento das competências socioemocionais. Purificação *et al.* (2025) afirmam que a utilização ética da Inteligência Artificial depende da integração entre inovação tecnológica, planejamento pedagógico e compromisso com os direitos humanos. Da mesma forma, Santos *et al.* (2025) ressaltam que o equilíbrio entre automação tecnológica e interação humana constitui condição indispensável para que a Inteligência Artificial contribua efetivamente para a construção de uma educação inclusiva, democrática e socialmente comprometida.

3.5. Inteligência Artificial e Educação Inclusiva: possibilidades de acessibilidade, personalização e participação dos estudantes

A Inteligência Artificial tem ampliado significativamente as possibilidades de promoção da Educação Inclusiva ao oferecer recursos tecnológicos capazes de reduzir barreiras de aprendizagem e favorecer a participação efetiva dos estudantes em diferentes contextos educacionais. Entre essas possibilidades destacam-se os sistemas adaptativos de ensino, softwares de comunicação alternativa, leitores inteligentes, recursos de reconhecimento de voz, ferramentas de tradução automática, plataformas acessíveis e tecnologias assistivas que possibilitam maior autonomia aos estudantes com deficiência e neurodivergências. Essas

aplicações favorecem a construção de ambientes educacionais mais flexíveis, nos quais as diferenças individuais deixam de representar obstáculos para se tornarem elementos constitutivos do processo educativo. Conforme afirmam Chen, Chen e Lin (2020), a Inteligência Artificial aplicada à educação apresenta elevado potencial para desenvolver sistemas personalizados de aprendizagem capazes de identificar necessidades específicas dos estudantes e oferecer intervenções pedagógicas compatíveis com seus diferentes perfis cognitivos.

A personalização da aprendizagem constitui uma das principais contribuições da Inteligência Artificial para a Educação Inclusiva, uma vez que permite adaptar conteúdos, metodologias, estratégias didáticas e formas de avaliação às características individuais de cada estudante. Essa adaptação favorece a construção de trajetórias educacionais mais significativas, respeitando ritmos, estilos de aprendizagem, competências e necessidades específicas. No caso dos estudantes com deficiência e neurodivergências, a utilização de recursos inteligentes possibilita ampliar a participação nas atividades escolares por meio de ambientes digitais mais acessíveis e responsivos. Segundo Vais *et al.* (2025), a Inteligência Artificial favorece a personalização da aprendizagem ao desenvolver mecanismos capazes de acompanhar continuamente o desempenho dos estudantes, identificar dificuldades específicas e oferecer intervenções individualizadas, fortalecendo processos educativos inclusivos e promovendo maior autonomia no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

O acesso desigual aos recursos digitais, a ausência de infraestrutura tecnológica, a insuficiente formação dos profissionais da educação e os possíveis vieses presentes nos algoritmos representam desafios que precisam ser enfrentados por meio de políticas públicas e planejamento institucional. Purificação *et al.* (2025) ressaltam que a Inteligência Artificial somente contribuirá efetivamente para a promoção da Educação Inclusiva quando utilizada como instrumento de democratização do acesso ao conhecimento e fortalecimento da participação dos estudantes. Siqueira (2025) enfatiza que a utilização ética da IA depende da garantia de acessibilidade, inclusão digital e respeito aos direitos educacionais das pessoas com deficiência, assegurando que a inovação tecnológica esteja comprometida com a valorização da diversidade humana.

3.6. Subjetividades, aprendizagem e construção do conhecimento na era da Inteligência Artificial

As transformações provocadas pela Inteligência Artificial nos ambientes educacionais modificam profundamente as formas de ensinar, aprender e construir conhecimentos, tornando necessário compreender a aprendizagem como um processo que ultrapassa a simples aquisição

de informações. A construção do conhecimento envolve experiências cognitivas, emocionais, culturais, sociais e históricas que constituem as subjetividades dos estudantes e influenciam diretamente suas formas de interpretar o mundo. Nesse contexto, a Inteligência Artificial deve ser compreendida como um instrumento de mediação da aprendizagem, capaz de ampliar oportunidades educacionais sem desconsiderar a complexidade das relações humanas presentes nos processos formativos. Conforme destacam Chen, Chen e Lin (2020), os sistemas inteligentes podem favorecer experiências educacionais mais personalizadas e eficientes, desde que sua utilização esteja integrada a princípios pedagógicos capazes de reconhecer a diversidade dos sujeitos e a natureza dinâmica da aprendizagem.

A utilização de algoritmos para personalização do ensino representa um importante avanço tecnológico, porém também suscita reflexões sobre a capacidade desses sistemas em compreender a subjetividade humana. Embora a Inteligência Artificial consiga analisar padrões de comportamento, desempenho acadêmico e preferências de aprendizagem, aspectos como criatividade, afetividade, valores, cultura, motivação e experiências de vida permanecem elementos essencialmente humanos, que dificilmente podem ser reduzidos a modelos computacionais. A personalização algorítmica deve ser compreendida como recurso complementar ao trabalho pedagógico, e não como substituição da interação entre professores e estudantes. Lima *et al.* (2025) afirmam que a utilização da Inteligência Artificial na educação somente produz resultados significativos quando associada à atuação crítica dos docentes, capazes de interpretar os dados gerados pelos sistemas inteligentes à luz das necessidades reais dos estudantes e das especificidades dos contextos educacionais.

A preservação da criatividade, da autonomia, do pensamento crítico e das relações sociais constitui um dos principais desafios da utilização da Inteligência Artificial nos ambientes educativos. A aprendizagem significativa depende do diálogo, da interação, da cooperação e da construção coletiva do conhecimento, aspectos que permanecem sob responsabilidade da mediação docente. O professor assume papel estratégico na interpretação das informações produzidas pelos sistemas inteligentes e na transformação desses dados em ações pedagógicas inclusivas e humanizadas. Santos *et al.* (2025) destacam que a Inteligência Artificial deve fortalecer o protagonismo dos estudantes e apoiar o trabalho dos educadores, sem comprometer os princípios da formação integral. Da mesma forma, Purificação *et al.* (2025) ressaltam que a integração entre tecnologia e educação somente será efetiva quando a inovação tecnológica estiver subordinada ao desenvolvimento humano, ao respeito às subjetividades e à promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e a construção democrática do conhecimento.

3.7. Formação docente e competências profissionais para o uso crítico da Inteligência Artificial na educação

A incorporação da Inteligência Artificial aos processos educativos amplia as responsabilidades dos professores e exige o desenvolvimento de novas competências profissionais relacionadas ao uso crítico, ético e pedagógico das tecnologias digitais. A atuação docente deixa de restringir-se à transmissão de conteúdos e passa a envolver a seleção, interpretação e mediação das informações produzidas pelos sistemas inteligentes, exigindo conhecimentos sobre funcionamento das tecnologias, análise de dados educacionais, inclusão digital e planejamento pedagógico inovador. Nesse contexto, a formação continuada constitui elemento indispensável para que os educadores compreendam tanto as potencialidades quanto as limitações da Inteligência Artificial, utilizando-a como instrumento de fortalecimento da aprendizagem e da inclusão escolar. Conforme afirmam Lima *et al.* (2025), a formação docente representa um dos principais fatores para a implementação bem-sucedida da Inteligência Artificial na Educação Especial Inclusiva, permitindo que professores desenvolvam práticas pedagógicas mais acessíveis, personalizadas e comprometidas com a equidade.

O desenvolvimento de competências digitais envolve não apenas habilidades técnicas para utilização das ferramentas inteligentes, mas também capacidades relacionadas ao pensamento crítico, à ética, à inclusão, à proteção de dados e à avaliação pedagógica das tecnologias educacionais. Os professores precisam compreender como selecionar recursos digitais adequados, interpretar informações produzidas por algoritmos e integrar essas tecnologias ao planejamento didático sem comprometer a centralidade das relações humanas no processo educativo. Chen, Chen e Lin (2020) destacam que a Inteligência Artificial deve atuar como ferramenta de apoio às decisões pedagógicas, ampliando as possibilidades de acompanhamento da aprendizagem e de personalização do ensino, mas preservando a autonomia docente na organização das práticas educativas e na construção dos percursos formativos dos estudantes.

A integração da Inteligência Artificial ao planejamento pedagógico também exige enfrentar desafios relacionados à formação inicial dos professores, às desigualdades no acesso às tecnologias, à infraestrutura das instituições educacionais e à necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas à inovação educacional. A ausência de preparação adequada pode limitar o potencial das ferramentas inteligentes e contribuir para o uso inadequado ou superficial dessas tecnologias nos ambientes escolares. Nesse sentido, Purificação *et al.* (2025) defendem que a formação docente deve contemplar aspectos técnicos, pedagógicos e éticos da Inteligência Artificial, possibilitando aos educadores desenvolver competências para promover práticas

inclusivas e humanizadas. Complementarmente, Santos *et al.* (2025) ressaltam que a construção de uma educação mediada pela Inteligência Artificial depende da valorização do professor como protagonista do processo educativo, responsável por equilibrar inovação tecnológica, inclusão, desenvolvimento humano e formação crítica dos estudantes.

3.8. Desafios, limites e perspectivas futuras da Inteligência Artificial na construção de uma educação inclusiva no século XXI

A expansão da Inteligência Artificial nos sistemas educacionais representa uma das mais importantes transformações do século XXI, porém também evidencia desafios de natureza tecnológica, pedagógica, ética e social que precisam ser enfrentados para garantir que seus benefícios sejam distribuídos de forma equitativa. Embora a IA apresente potencial para personalizar a aprendizagem, ampliar a acessibilidade e apoiar a tomada de decisões pedagógicas, sua implementação ainda encontra obstáculos relacionados à desigualdade no acesso às tecnologias digitais, à insuficiência de infraestrutura nas instituições de ensino, à formação limitada dos profissionais da educação e às diferenças socioeconômicas que caracterizam diversos contextos educacionais. A crescente utilização de algoritmos para análise de dados dos estudantes exige atenção quanto à privacidade das informações, à transparência dos processos automatizados e à responsabilidade sobre as decisões produzidas pelos sistemas inteligentes. Conforme afirmam Chen, Chen e Lin (2020), a evolução da Inteligência Artificial na educação depende não apenas do aperfeiçoamento tecnológico dos sistemas, mas também da construção de modelos educacionais capazes de integrar inovação, qualidade pedagógica e compromisso com o desenvolvimento humano.

Sistemas inteligentes desenvolvidos a partir de bases de dados incompletas ou enviesadas podem reproduzir desigualdades históricas, favorecer determinados grupos sociais e limitar oportunidades de aprendizagem para estudantes pertencentes a contextos vulneráveis. Dessa forma, a implementação da Inteligência Artificial deve ser acompanhada por políticas institucionais voltadas à transparência, auditoria dos algoritmos, proteção dos dados pessoais e avaliação permanente dos impactos das tecnologias sobre os processos educativos. Nesse contexto, Siqueira (2025) ressalta que a utilização da Inteligência Artificial na Educação Básica deve estar fundamentada nos princípios da inclusão, da acessibilidade e da valorização da diversidade humana, assegurando que estudantes com deficiência tenham acesso igualitário às oportunidades proporcionadas pelas tecnologias digitais. Da mesma forma, Vais *et al.* (2025) destacam que a personalização da aprendizagem somente produzirá resultados inclusivos quando

os recursos tecnológicos forem planejados para atender às diferentes necessidades dos estudantes, evitando práticas discriminatórias ou excludentes.

As perspectivas futuras para a utilização da Inteligência Artificial na educação indicam que seu potencial transformador dependerá da capacidade das instituições educacionais e dos sistemas públicos de ensino em promover políticas que articulem inovação tecnológica, formação docente, inclusão digital e compromisso ético com os direitos humanos. A democratização do acesso às tecnologias exige investimentos em infraestrutura, conectividade, desenvolvimento de recursos acessíveis e programas permanentes de formação profissional que capacitem os educadores para utilizar a IA de forma crítica e pedagogicamente fundamentada. Lima *et al.* (2025) defendem que a preparação dos professores constitui condição indispensável para que a Inteligência Artificial fortaleça práticas inclusivas e respeite as singularidades dos estudantes. Complementarmente, Purificação *et al.* (2025) e Santos *et al.* (2025) afirmam que a construção de uma educação digitalmente avançada e humanamente comprometida depende da utilização da Inteligência Artificial como instrumento de ampliação das capacidades humanas, fortalecimento da participação dos estudantes e promoção da justiça educacional, preservando a centralidade das relações pedagógicas, da mediação docente e da formação integral dos sujeitos.

4. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, objetivo exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão aprofundada dos fenômenos relacionados à Inteligência Artificial Humanizada e à Educação Inclusiva, considerando suas dimensões sociais, educacionais, éticas e tecnológicas. Diferentemente das pesquisas quantitativas, que priorizam mensuração e análise estatística, a abordagem qualitativa busca interpretar significados, relações e contribuições teóricas presentes na produção científica, permitindo compreender a complexidade das interfaces entre tecnologias digitais, subjetividades e construção do conhecimento. Conforme destacam Chen, Chen e Lin (2020), a Inteligência Artificial constitui um campo interdisciplinar cuja compreensão exige análises que integrem aspectos tecnológicos, pedagógicos e sociais.

A pesquisa também apresenta caráter exploratório por buscar ampliar o conhecimento sobre um tema em constante desenvolvimento científico e tecnológico, e descritivo por sistematizar conceitos, evidências e contribuições presentes na literatura especializada. A escolha da pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir conhecimentos científicos atualizados que possibilitem compreender as potencialidades, limitações e desafios da

Inteligência Artificial Humanizada aplicada à Educação Inclusiva. Nesse sentido, Lima *et al.* (2025) destacam que a compreensão crítica da utilização da Inteligência Artificial na educação depende da análise de estudos científicos capazes de subsidiar práticas pedagógicas fundamentadas, inclusivas e eticamente comprometidas.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Os procedimentos técnicos adotados fundamentaram-se na pesquisa bibliográfica, realizada mediante levantamento, leitura, seleção, organização e análise de publicações científicas relacionadas ao objeto investigado. Foram consultados artigos científicos nacionais e internacionais que abordam Inteligência Artificial, Educação Inclusiva, tecnologias educacionais, acessibilidade, personalização da aprendizagem e formação docente. A pesquisa bibliográfica permitiu identificar conceitos, abordagens teóricas, evidências empíricas e perspectivas analíticas capazes de fundamentar as discussões desenvolvidas ao longo do estudo. Segundo Chen, Chen e Lin (2020), a produção científica recente demonstra crescimento expressivo das pesquisas sobre Inteligência Artificial aplicada à educação, evidenciando a necessidade de sistematização crítica desse conhecimento.

As fontes de dados utilizadas compreenderam artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais indexados, priorizando estudos com revisão por pares e identificação por DOI, garantindo maior confiabilidade científica às informações analisadas. Entre as principais referências utilizadas destacam-se os estudos de Chen, Chen e Lin (2020), Lima *et al.* (2025), Purificação *et al.* (2025), Santos *et al.* (2025), Siqueira (2025) e Vais *et al.* (2025), cujas contribuições permitiram compreender diferentes dimensões relacionadas ao uso da Inteligência Artificial na promoção da Educação Inclusiva, da formação docente e da construção do conhecimento no século XXI.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa compreendeu a produção científica relacionada à Inteligência Artificial aplicada à educação, com ênfase em estudos que discutem inclusão escolar, acessibilidade, tecnologias educacionais, personalização da aprendizagem e formação docente. Considerando a amplitude do tema, definiu-se como amostra intencional um conjunto de artigos científicos diretamente relacionados ao objeto de investigação, selecionados por apresentarem relevância acadêmica, atualidade e aderência aos objetivos da pesquisa. Essa estratégia possibilitou concentrar a análise em estudos capazes de oferecer fundamentação consistente sobre as interfaces entre Inteligência Artificial Humanizada e Educação Inclusiva. Conforme

observam Santos *et al.* (2025), a crescente produção científica sobre Inteligência Artificial evidencia diferentes possibilidades de aplicação educacional, tornando necessária a seleção criteriosa das fontes utilizadas.

Os critérios de seleção contemplaram a pertinência temática, a qualidade científica das publicações, a atualidade dos estudos, a disponibilidade de DOI e a relação direta com os objetivos desta investigação. Foram priorizados artigos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais que abordam especificamente a utilização da Inteligência Artificial em contextos educacionais inclusivos. De acordo com Purificação *et al.* (2025), a análise crítica da literatura especializada constitui importante estratégia para compreender os avanços, desafios e perspectivas relacionados à implementação da Inteligência Artificial na educação contemporânea.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta dos dados ocorreu por meio de levantamento bibliográfico sistemático, seguido da leitura integral das publicações selecionadas e organização das informações em categorias temáticas relacionadas aos objetivos da pesquisa. As etapas compreenderam identificação das fontes, leitura exploratória, leitura analítica, extração das informações relevantes e sistematização dos conteúdos para posterior interpretação. Esse procedimento possibilitou reunir evidências científicas sobre os fundamentos conceituais, possibilidades pedagógicas, desafios éticos e contribuições da Inteligência Artificial para a Educação Inclusiva. Conforme Chen, Chen e Lin (2020), a análise da literatura científica permite identificar tendências, lacunas e perspectivas relacionadas à utilização da Inteligência Artificial nos processos educativos.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da análise qualitativa de conteúdo, buscando identificar convergências, divergências e categorias analíticas presentes nas publicações examinadas. As informações foram interpretadas à luz dos objetivos do estudo e articuladas ao referencial teórico construído ao longo da pesquisa, possibilitando compreender as relações entre Inteligência Artificial, inclusão, subjetividade, formação docente e construção do conhecimento. Segundo Lima *et al.* (2025), a análise crítica das evidências científicas contribui para fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas e orientar a utilização ética da Inteligência Artificial na Educação Especial Inclusiva.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

A presente pesquisa observou os princípios éticos aplicáveis às investigações bibliográficas, assegurando o reconhecimento da autoria intelectual, a correta utilização das

fontes científicas e o respeito às normas acadêmicas de citação e referenciação. Todas as informações apresentadas foram fundamentadas em publicações científicas devidamente identificadas, preservando a integridade dos dados e evitando qualquer forma de apropriação indevida da produção intelectual dos autores consultados. Conforme destacam Siqueira (2025) e Santos *et al.* (2025), a utilização responsável do conhecimento científico constitui elemento indispensável para o desenvolvimento de pesquisas comprometidas com a ética, a transparência e a credibilidade acadêmica.

Como limitações, este estudo restringe-se à análise bibliográfica da produção científica disponível sobre Inteligência Artificial Humanizada e Educação Inclusiva, não contemplando investigação empírica realizada em instituições de ensino nem aplicação prática de tecnologias inteligentes em contextos escolares. Os resultados apresentados refletem as contribuições identificadas na literatura analisada e não permitem generalizações para todas as realidades educacionais. Entretanto, tais limitações não comprometem a relevância da pesquisa, pois a sistematização crítica das evidências científicas oferece importantes subsídios para futuras investigações empíricas e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas. Vais *et al.* (2025) e Purificação *et al.* (2025) ressaltam que novas pesquisas são necessárias para avaliar os impactos concretos da Inteligência Artificial em diferentes contextos educacionais e fortalecer sua utilização em favor de uma educação inclusiva, ética e socialmente comprometida.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise das produções científicas selecionadas permitiu identificar um conjunto consistente de evidências que demonstram o crescente protagonismo da Inteligência Artificial na transformação dos processos educacionais, especialmente no fortalecimento da Educação Inclusiva. Os estudos analisados convergem ao indicar que a utilização de sistemas inteligentes favorece a personalização da aprendizagem, amplia as possibilidades de acessibilidade e contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais flexíveis e centradas nas necessidades dos estudantes. As publicações evidenciam que a integração entre Inteligência Artificial e educação representa uma tendência consolidada no cenário científico contemporâneo, caracterizada pela busca de soluções tecnológicas comprometidas com a inovação, a inclusão e a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Conforme destacam Chen, Chen e Lin (2020), a evolução das aplicações da Inteligência Artificial na educação demonstra avanços significativos na criação de ambientes inteligentes de aprendizagem, sistemas adaptativos e ferramentas de apoio à tomada de decisões pedagógicas.

. As pesquisas analisadas indicam que a IA pode fortalecer práticas inclusivas quando utilizada como instrumento de mediação pedagógica, respeitando as singularidades dos estudantes e promovendo oportunidades equitativas de aprendizagem. Nesse sentido, Lima *et al.* (2025), Purificação *et al.* (2025), Siqueira (2025), Santos *et al.* (2025) e Vais *et al.* (2025) demonstram que a utilização planejada da Inteligência Artificial favorece a acessibilidade, amplia a participação dos estudantes com deficiência e neurodivergências, fortalece a atuação docente e contribui para a construção de ambientes educacionais mais democráticos, colaborativos e socialmente comprometidos.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

Os resultados obtidos confirmam os pressupostos apresentados no referencial teórico ao evidenciar que a Inteligência Artificial Humanizada constitui importante estratégia para fortalecer os processos de ensino e aprendizagem em uma perspectiva inclusiva. As evidências analisadas demonstram que os sistemas inteligentes apresentam maior efetividade quando utilizados como recursos complementares à atuação docente, promovendo adaptações pedagógicas, personalização do ensino e desenvolvimento de práticas educacionais mais acessíveis. Essa compreensão reforça a concepção de que a tecnologia deve atuar como mediadora da construção do conhecimento, preservando a centralidade das relações humanas e reconhecendo as dimensões cognitivas, sociais, culturais e afetivas que caracterizam o processo educativo. Conforme afirmam Chen, Chen e Lin (2020), o potencial da Inteligência Artificial na educação depende da articulação entre inovação tecnológica e fundamentos pedagógicos capazes de orientar sua utilização de forma crítica e responsável.

A interpretação dos resultados também evidencia que a Educação Inclusiva se fortalece quando a Inteligência Artificial é utilizada para eliminar barreiras de aprendizagem e ampliar as oportunidades de participação dos estudantes. Os estudos demonstram que recursos inteligentes podem favorecer adaptações curriculares, tecnologias assistivas, comunicação acessível e acompanhamento individualizado, respeitando os diferentes ritmos e necessidades educacionais. A formação docente emerge como elemento central para a utilização qualificada dessas tecnologias, uma vez que os professores permanecem como protagonistas da mediação pedagógica e da humanização dos processos educativos. Conforme demonstram Lima *et al.* (2025), Purificação *et al.* (2025) e Siqueira (2025), a integração entre Inteligência Artificial, formação profissional e práticas inclusivas amplia significativamente o potencial transformador da educação, fortalecendo uma perspectiva comprometida com a equidade, a diversidade e o desenvolvimento integral dos estudantes.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

Os resultados desta pesquisa apresentam importantes implicações práticas para o campo educacional ao demonstrar que a Inteligência Artificial Humanizada pode contribuir para o desenvolvimento de ambientes de aprendizagem mais acessíveis, personalizados e inclusivos. A incorporação de sistemas inteligentes ao planejamento pedagógico favorece a criação de estratégias diferenciadas de ensino, amplia a participação dos estudantes e fortalece a atuação dos professores na mediação da aprendizagem. Esses resultados também evidenciam a necessidade de investimentos em formação continuada, infraestrutura tecnológica e desenvolvimento de recursos digitais acessíveis, possibilitando que as instituições educacionais utilizem a Inteligência Artificial como instrumento de promoção da equidade e da qualidade da educação. Conforme destacam Santos *et al.* (2025) e Vais *et al.* (2025), a utilização ética e planejada da IA amplia significativamente as oportunidades de aprendizagem para estudantes com diferentes necessidades educacionais.

No campo teórico, os achados reforçam a compreensão de que a Inteligência Artificial deve ser analisada sob uma perspectiva interdisciplinar, integrando conhecimentos da educação, da tecnologia, da inclusão e das ciências humanas. Metodologicamente, a pesquisa demonstra a relevância da análise bibliográfica como estratégia para sistematizar evidências científicas e compreender tendências relacionadas à utilização da IA na educação contemporânea. Os resultados obtidos também apontam perspectivas promissoras para futuras investigações empíricas, capazes de avaliar a implementação de tecnologias inteligentes em diferentes contextos escolares e seus impactos sobre a aprendizagem, a inclusão e a formação docente. Chen, Chen e Lin (2020), Lima *et al.* (2025) e Purificação *et al.* (2025) evidenciam que o avanço da Inteligência Artificial Humanizada depende da continuidade das pesquisas científicas, do fortalecimento das políticas públicas e do compromisso permanente com a construção de uma educação tecnologicamente inovadora, socialmente inclusiva e humanamente transformadora.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa possibilitou compreender que a Inteligência Artificial Humanizada representa uma importante inovação para a educação contemporânea, especialmente quando orientada pelos princípios da inclusão, da equidade, da ética e do respeito à diversidade. A análise da literatura evidenciou que a integração entre tecnologias inteligentes e práticas pedagógicas favorece a construção de ambientes educacionais mais acessíveis, participativos e centrados nas necessidades dos estudantes, ampliando as possibilidades de aprendizagem e fortalecendo o compromisso da escola com a formação integral dos sujeitos. Constatou-se que a

Inteligência Artificial, quando utilizada como ferramenta de mediação pedagógica, potencializa o trabalho docente, contribui para a inovação educacional e favorece o desenvolvimento de processos educativos mais democráticos, colaborativos e socialmente comprometidos.

Os resultados também demonstraram que a Educação Inclusiva encontra na Inteligência Artificial novas oportunidades para superar barreiras relacionadas ao acesso, à participação e à permanência dos estudantes nos processos de ensino e aprendizagem. Recursos como sistemas adaptativos, tecnologias assistivas, ambientes virtuais acessíveis e mecanismos de personalização da aprendizagem favorecem o atendimento às diferentes necessidades educacionais, promovendo maior autonomia, protagonismo e desenvolvimento acadêmico. Entretanto, esses benefícios dependem da formação continuada dos professores, do planejamento pedagógico, da infraestrutura tecnológica adequada e da implementação de políticas públicas comprometidas com a democratização do acesso às tecnologias digitais e com a garantia do direito à educação de qualidade para todos.

Outro aspecto evidenciado refere-se à necessidade de compreender a Inteligência Artificial para além de sua dimensão técnica, reconhecendo que os processos educativos envolvem subjetividades, relações humanas, valores éticos e experiências sociais que não podem ser substituídos por sistemas automatizados. A perspectiva da Inteligência Artificial Humanizada reafirma que a tecnologia deve atuar como instrumento de ampliação das capacidades humanas, fortalecendo a criatividade, o pensamento crítico, a autonomia, a colaboração e a construção coletiva do conhecimento. O professor permanece como protagonista da mediação pedagógica, responsável por integrar inovação tecnológica e sensibilidade humana na construção de práticas educacionais inclusivas, críticas e emancipadoras.

A articulação entre Inteligência Artificial Humanizada e Educação Inclusiva constitui um caminho promissor para a construção de uma educação alinhada aos desafios do século XXI, capaz de integrar inovação tecnológica, compromisso ético e valorização da diversidade humana. Os resultados desta pesquisa reforçam que a tecnologia deve ser concebida como aliada da aprendizagem, da inclusão e do desenvolvimento social, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, autônomos e preparados para uma sociedade cada vez mais digital e interconectada. Espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões acadêmicas sobre o tema, subsidiar novas pesquisas científicas e incentivar a elaboração de políticas e práticas educacionais que consolidem uma educação tecnologicamente inovadora, humanamente sensível, socialmente responsável e verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

CHEN, Lijia; CHEN, Pingping; LIN, Zhijian. **Artificial intelligence in education: a review.** *IEEE Access*, v. 8, p. 75264-75278, 2020. DOI: https://doi.org/10.1109/ACCESS.2020.2988510.

LIMA, Andréia Amorim de; BENÍCIO, Francisco Emison da Costa; NASCIMENTO, Izabel Cristina Marcelino do; GUEDES, Heloísa Barreto; SIEBRA, Cátia Menezes Carneiro; MARTINS, Quezia Melo; MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; SOUZA, Andrea Moura da Costa; ALMEIDA, Emanoel Rodrigues. **Formação docente e Inteligência Artificial: implicações da personalização do ensino na Educação Especial Inclusiva.** *Caderno Pedagógico*, 2025. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv22n12-148.

PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo; STROPARO, Telma Regina; COSTA, Marcos Rogério Martins; VASCONCELOS, Emanuella Silveira; FARIA, Silma Lemes Mendonça; CONTARIN, Jaqueline; EVARISTO, Arlei Olavo; CERQUEIRA, Érika Nazaré Gadelha Meira. **O uso da inteligência artificial como ferramenta de promoção da educação inclusiva.** *Revista OWL*, 2025. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.19393467.

SANTOS, Domingos Sávio dos; POLIZELLO, Ângela Aparecida de Assis; CARDOSO, Cezar Vasconcellos Sanfim; MATOS, Derlane Moraes de; SOUZA, Flavia Priscila Corrêa Vasconcelos de; MÜLLER, Marcos Antonio Torres; SILVA, Marilene Ferreira dos Santos; LIMA, Taísa Moura de. **Inteligência Artificial e inclusão escolar: desafios e possibilidades na educação do século XXI.** *ARACÊ*, 2025. DOI: https://doi.org/10.56238/arev7n10-306.

SIQUEIRA, Ivan Cláudio Pereira. **Inteligência Artificial e inclusão de estudantes com deficiência na Educação Básica.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 39, n. 115, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202539115.001.

VAIS, Dominique Junior; PEREIRA, Francisco Jose Gomes; CARVALHO, Franciana dos Santos; OLIVEIRA, Romeilto Soares de. **Inteligência Artificial e Educação Inclusiva: possibilidades de personalização da aprendizagem para estudantes neurodivergentes.** *Revista Educação, Ciência e Tecnologia*, 2025. DOI: https://doi.org/10.29327/2686685.1.4-8.

CAPÍTULO 2

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO PCD.

HUMAN DIGNITY AND THE RIGHTS OF PEOPLE WITH FIBROMYALGIA WITHIN THE CONTEXT OF DISABILITY RIGHTS LEGISLATION

LA DIGNIDAD DE LA PERSONA HUMANA Y LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS CON FIBROMIALGIA EN EL CONTEXTO DE LA LEGISLACIÓN SOBRE PERSONAS CON DISCAPACIDAD

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gabriel Nascimento de Carvalho
E-mail: gabriel.oab.am@gmail.com

O presente estudo analisa a dignidade da pessoa humana e os direitos das pessoas com fibromialgia no contexto da legislação brasileira voltada à proteção das pessoas com deficiência, considerando os avanços normativos e os desafios para a efetivação da inclusão social e do acesso aos direitos fundamentais. A pesquisa parte do problema de compreender em que medida o ordenamento jurídico brasileiro assegura proteção adequada às pessoas com fibromialgia, especialmente diante das limitações funcionais decorrentes da doença e da necessidade de reconhecimento de seus direitos em diferentes esferas sociais. O objetivo geral consiste em analisar os fundamentos constitucionais e legais que orientam a tutela jurídica das pessoas com fibromialgia, destacando a aplicação dos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade material e da inclusão. A metodologia caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na análise da legislação, da doutrina e de estudos científicos sobre direitos fundamentais, deficiência e fibromialgia. Os resultados evidenciam avanços legislativos e institucionais voltados ao reconhecimento das necessidades específicas dessas pessoas, embora persistam desafios relacionados à efetivação dos direitos, à avaliação biopsicossocial e à implementação de políticas públicas inclusivas. Conclui-se que a promoção da dignidade da pessoa humana exige interpretação ampliada das normas de proteção social, garantindo acesso equitativo aos direitos, respeito às diferenças e fortalecimento da cidadania das pessoas com fibromialgia.

Palavras-chave: fibromialgia; dignidade da pessoa humana; direitos das pessoas com deficiência; inclusão social.

This study analyzes human dignity and the rights of people with fibromyalgia within the context of Brazilian legislation aimed at protecting persons with disabilities, considering legal developments and the challenges involved in ensuring social inclusion and access to fundamental rights. The research is based on the problem of understanding to what extent the Brazilian legal system provides adequate protection for individuals with fibromyalgia, particularly in light of the functional limitations associated with the condition and the need for recognition of their rights in different social contexts. The general objective is to examine the constitutional and legal foundations that support the legal protection of people with fibromyalgia, emphasizing the principles of human dignity, substantive equality, and social inclusion. The study adopts a qualitative bibliographic methodology based on the analysis of legislation, legal doctrine, and scientific literature concerning fundamental rights, disability, and fibromyalgia. The findings indicate significant legal and institutional advances in recognizing the specific needs of people with fibromyalgia, although challenges remain regarding the effective implementation of rights, biopsychosocial assessment, and inclusive public policies. It is concluded that promoting human dignity requires a broad interpretation of social protection legislation to ensure equitable access to rights, respect for diversity, and the strengthening of citizenship for people with fibromyalgia.

Keywords: fibromyalgia; human dignity; rights of persons with disabilities; social inclusion.

El presente estudio analiza la dignidad de la persona humana y los derechos de las personas con fibromialgia en el contexto de la legislación brasileña destinada a la protección de las personas con discapacidad, considerando los avances normativos y los desafíos para garantizar la inclusión social y el acceso a los derechos fundamentales. La investigación parte del problema de comprender en qué medida el ordenamiento jurídico brasileño ofrece una protección adecuada a las personas con fibromialgia, especialmente frente a las limitaciones funcionales derivadas de la enfermedad y a la necesidad de reconocer sus derechos en diferentes ámbitos sociales. El objetivo general consiste en analizar los fundamentos constitucionales y legales que sustentan la protección jurídica de las personas con fibromialgia, destacando la aplicación de los principios de dignidad de la persona humana, igualdad material e inclusión social. La metodología se caracteriza como una investigación bibliográfica con enfoque cualitativo, basada en el análisis de la legislación, la doctrina y la literatura científica sobre derechos fundamentales, discapacidad y fibromialgia. Los resultados evidencian importantes avances legislativos e institucionales orientados al reconocimiento de las necesidades específicas de estas personas, aunque persisten desafíos relacionados con la efectividad de los derechos, la evaluación biopsicosocial y la implementación de políticas públicas inclusivas. Se concluye que la promoción de la dignidad de la persona humana requiere una interpretación amplia de las normas de protección social, garantizando el acceso equitativo a los derechos, el respeto por la diversidad y el fortalecimiento de la ciudadanía de las personas con fibromialgia.

Palabras clave: fibromialgia; dignidad de la persona humana; derechos de las personas con discapacidad; inclusión social.

1. INTRODUÇÃO

A proteção da dignidade da pessoa humana constitui um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e orienta a interpretação de todo o sistema jurídico brasileiro, especialmente no que se refere à garantia dos direitos fundamentais das pessoas em situação de vulnerabilidade. A fibromialgia emerge como uma condição clínica complexa, caracterizada por dor crônica generalizada, fadiga, alterações do sono e comprometimentos funcionais que impactam significativamente a qualidade de vida, a autonomia e a participação social dos indivíduos. Embora nem todas as pessoas diagnosticadas com fibromialgia apresentem deficiência, muitas desenvolvem limitações funcionais permanentes que justificam a necessidade de proteção jurídica e de acesso a políticas públicas inclusivas. Conforme destacam Wallace e Hallegua (2001), a fibromialgia produz importantes repercussões sociais, ocupacionais e econômicas, exigindo que sua análise ultrapasse a dimensão exclusivamente médica e considere seus impactos sobre a cidadania e os direitos fundamentais.

A crescente discussão acerca do reconhecimento dos direitos das pessoas com fibromialgia tem adquirido relevância diante das transformações promovidas pela legislação brasileira voltada à proteção das pessoas com deficiência, especialmente após a consolidação da avaliação biopsicossocial como instrumento para identificação das limitações funcionais. Essa perspectiva rompe com modelos estritamente biomédicos, valorizando aspectos relacionados à funcionalidade, à participação social e às barreiras impostas pelo meio. Harth e Nielson (2014) ressaltam que a avaliação da incapacidade decorrente da fibromialgia constitui processo complexo, devendo considerar não apenas o diagnóstico clínico, mas também seus efeitos concretos sobre a capacidade funcional, laboral e social da pessoa. Complementarmente,

Almeida (2026) adverte que a caracterização da deficiência baseada exclusivamente em critérios nosográficos pode comprometer a efetividade dos direitos, tornando indispensável a adoção de avaliações funcionais e interdisciplinares.

O presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa: em que medida os fundamentos constitucionais da dignidade da pessoa humana e a legislação de proteção às pessoas com deficiência asseguram o reconhecimento e a efetivação dos direitos das pessoas com fibromialgia? Para responder a essa questão, objetiva-se analisar os fundamentos jurídicos, sociais e constitucionais que orientam a proteção desse grupo, considerando os avanços normativos, os desafios da avaliação biopsicossocial e as perspectivas de inclusão social. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica de caráter qualitativo, buscando contribuir para o fortalecimento das discussões sobre direitos humanos, acessibilidade, justiça social e efetivação das garantias fundamentais destinadas às pessoas que convivem com a fibromialgia. Nessa perspectiva, Sá *et al.* (2026) e Pontes-Silva (2026) defendem que o reconhecimento jurídico da fibromialgia deve estar vinculado à análise da funcionalidade, da participação social e das condições concretas de vida, fortalecendo uma interpretação humanizada e inclusiva da legislação vigente.

2. DESENVOLVIMENTO

A proteção jurídica das pessoas com fibromialgia deve ser compreendida à luz dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade material e da não discriminação, reconhecendo que as limitações provocadas pela síndrome ultrapassam a dimensão clínica e repercutem diretamente na vida social, profissional e familiar dos indivíduos. O reconhecimento dessas limitações exige uma interpretação do Direito que considere as condições concretas de funcionalidade e participação social, em conformidade com os avanços promovidos pelo modelo biopsicossocial da deficiência. Sob essa perspectiva, a legislação deixa de concentrar-se apenas na existência de uma doença e passa a avaliar os impactos que ela produz sobre a autonomia e o exercício dos direitos fundamentais. Conforme Almeida (2026), a adoção de critérios exclusivamente diagnósticos pode resultar em interpretações restritivas, tornando indispensável a utilização de avaliações funcionais que considerem as barreiras enfrentadas pelas pessoas em seus diferentes contextos de vida.

A evolução das políticas públicas e da legislação brasileira evidencia um movimento crescente de reconhecimento dos direitos das pessoas com doenças crônicas incapacitantes, especialmente quando estas apresentam limitações significativas para o desempenho das atividades cotidianas. Nesse contexto, a Lei Brasileira de Inclusão consolidou uma compreensão

ampliada da deficiência, alinhada aos parâmetros internacionais estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, privilegiando a análise das interações entre impedimentos de longo prazo e barreiras sociais. Harth e Nielson (2014) destacam que a fibromialgia apresenta elevada complexidade quanto à avaliação da incapacidade, exigindo critérios técnicos capazes de considerar simultaneamente aspectos físicos, psicológicos, ocupacionais e sociais. Da mesma forma, Sá *et al.* (2026) afirmam que a utilização da avaliação biopsicossocial representa importante instrumento para assegurar tratamento jurídico mais justo às pessoas com fibromialgia, favorecendo o acesso aos direitos sociais e assistenciais quando comprovadas limitações funcionais relevantes.

Os estudos científicos também demonstram que a promoção da dignidade da pessoa humana exige ações integradas entre os sistemas de saúde, assistência social, previdência e justiça, fortalecendo políticas públicas voltadas à inclusão, acessibilidade e proteção social. Wallace e Hallegua (2001) demonstram que a fibromialgia produz impactos expressivos sobre a qualidade de vida e a capacidade laboral, enquanto Pontes-Silva (2026) defende que a análise da funcionalidade, baseada na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, constitui importante instrumento para fortalecer a proteção jurídica e promover a efetivação dos direitos das pessoas com fibromialgia em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana e da inclusão social.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se em produções científicas e jurídicas que discutem a dignidade da pessoa humana, os direitos fundamentais, a proteção das pessoas com deficiência e os impactos da fibromialgia sobre a funcionalidade, a inclusão social e o exercício da cidadania. A análise da literatura possibilita compreender os fundamentos conceituais, os modelos teóricos e as evidências científicas que sustentam a necessidade de uma interpretação humanizada da legislação, considerando as limitações funcionais decorrentes da fibromialgia e a efetivação dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro.

3.1. Fundamentação conceitual do objeto de estudo

A dignidade da pessoa humana constitui o fundamento central do Estado Democrático de Direito e representa o princípio orientador da proteção dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. Esse princípio assegura que toda pessoa deve ser tratada com respeito, igualdade e valorização de sua condição humana, independentemente de limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou decorrentes de doenças crônicas. No caso da fibromialgia, a

proteção jurídica ultrapassa o reconhecimento da enfermidade, exigindo a análise de seus impactos sobre a autonomia, a funcionalidade e a participação social do indivíduo. Conforme destacam Sá *et al.* (2026), o reconhecimento da fibromialgia no contexto da legislação de proteção às pessoas com deficiência depende da avaliação funcional e da identificação das limitações efetivamente experimentadas pela pessoa em seu cotidiano.

A fundamentação conceitual também se apoia na compreensão de que a fibromialgia é uma síndrome de elevada complexidade clínica e social, cujos sintomas podem comprometer significativamente a qualidade de vida, a capacidade laboral e o exercício de direitos fundamentais. As manifestações da doença variam entre os indivíduos, tornando inadequadas análises baseadas exclusivamente em critérios diagnósticos. Nesse contexto, Almeida (2026) afirma que a caracterização da deficiência deve considerar critérios funcionais e não apenas classificações nosográficas, assegurando maior coerência com os princípios da inclusão e da igualdade material. Complementarmente, Wallace e Hallegua (2001) demonstram que os impactos físicos, emocionais e socioeconômicos da fibromialgia justificam abordagens interdisciplinares capazes de integrar aspectos médicos, jurídicos e sociais na proteção dos direitos das pessoas acometidas pela síndrome.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As abordagens teóricas contemporâneas relacionadas à fibromialgia fundamentam-se no modelo biopsicossocial, segundo o qual a deficiência não decorre exclusivamente das condições clínicas do indivíduo, mas da interação entre limitações funcionais e barreiras sociais, ambientais e institucionais. Essa perspectiva amplia significativamente a compreensão jurídica da proteção às pessoas com fibromialgia, permitindo que a avaliação considere aspectos físicos, psicológicos, ocupacionais e sociais envolvidos na participação plena da pessoa na sociedade. A análise jurídica deixa de estar centrada apenas na doença para reconhecer os efeitos concretos que ela produz sobre a autonomia, a inclusão e o exercício da cidadania. Conforme Harth e Nielson (2014), a avaliação da incapacidade relacionada à fibromialgia exige procedimentos complexos, capazes de considerar simultaneamente fatores clínicos, funcionais e psicossociais.

Os modelos analíticos utilizados nas pesquisas mais recentes também incorporam os referenciais da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, privilegiando avaliações baseadas na funcionalidade e na participação social. Essa abordagem fortalece a aplicação da Lei Brasileira de Inclusão ao reconhecer que o conceito de deficiência envolve muito mais do que a existência de uma condição clínica permanente. Pontes-Silva (2026) destaca que a utilização da Classificação Internacional de Funcionalidade contribui para

ampliar a compreensão das dimensões sociais da fibromialgia, favorecendo análises mais humanizadas e compatíveis com os direitos fundamentais. De forma convergente, Almeida (2026) defende que os modelos baseados na funcionalidade oferecem maior segurança jurídica e promovem decisões mais equitativas na concessão de direitos às pessoas que apresentam limitações decorrentes de doenças crônicas.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

As pesquisas recentes demonstram que a fibromialgia produz impactos significativos sobre a qualidade de vida, a capacidade funcional, a produtividade laboral e a participação social, reforçando a necessidade de reconhecimento jurídico compatível com as limitações enfrentadas pelos indivíduos. Os estudos evidenciam que dores persistentes, fadiga intensa, alterações cognitivas e distúrbios do sono comprometem o desempenho das atividades cotidianas, podendo gerar situações de vulnerabilidade econômica e exclusão social. Wallace e Hallegua (2001) demonstram que a síndrome repercute diretamente sobre os aspectos físicos, emocionais, financeiros e ocupacionais da vida das pessoas, tornando indispensável a adoção de políticas públicas voltadas à proteção social e ao acesso aos direitos fundamentais.

As evidências científicas também indicam que a adoção da avaliação biopsicossocial representa importante avanço na efetivação dos direitos das pessoas com fibromialgia, pois permite identificar as limitações funcionais de forma individualizada e compatível com a realidade vivenciada pelo paciente. Sá *et al.* (2026) destacam que a utilização desse modelo fortalece a aplicação da Lei Brasileira de Inclusão e amplia as possibilidades de acesso a benefícios assistenciais e demais mecanismos de proteção social. Complementarmente, Pontes-Silva (2026) evidencia que a análise fundamentada na funcionalidade favorece interpretações mais justas e inclusivas, enquanto Harth e Nielson (2014) ressaltam que a consolidação de critérios técnicos objetivos contribui para reduzir inseguranças nas decisões administrativas e judiciais relacionadas ao reconhecimento dos direitos das pessoas com fibromialgia. Esses estudos reforçam a importância de uma atuação interdisciplinar entre Direito, saúde e políticas públicas para assegurar a plena efetivação da dignidade da pessoa humana.

3.4. A dignidade da pessoa humana como fundamento constitucional da proteção às pessoas com fibromialgia

A dignidade da pessoa humana constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme estabelecido no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, representando o eixo estruturante de todo o sistema de proteção dos direitos fundamentais. Esse

princípio assegura que toda pessoa possui valor intrínseco e deve ter garantidas condições que permitam o pleno desenvolvimento de sua personalidade, autonomia, participação social e exercício da cidadania. No contexto da fibromialgia, a dignidade da pessoa humana exige que o Estado reconheça as limitações funcionais decorrentes da doença e adote medidas destinadas à promoção da igualdade material, da inclusão e da proteção social. A efetividade desse princípio ultrapassa a simples garantia formal de direitos, exigindo políticas públicas e interpretações jurídicas capazes de eliminar barreiras que dificultam a participação plena das pessoas acometidas por doenças crônicas incapacitantes. Conforme ressaltam Wallace e Hallegua (2001), a fibromialgia produz impactos significativos sobre a qualidade de vida, a autonomia e a capacidade laboral, justificando abordagens jurídicas comprometidas com a proteção da dignidade humana.

A Constituição Federal assegura diversos direitos fundamentais que servem de base para a proteção das pessoas com fibromialgia, entre eles o direito à saúde, à igualdade, à não discriminação, ao trabalho, à assistência social e à proteção da pessoa com deficiência quando caracterizadas limitações funcionais de longo prazo. A interpretação desses direitos deve ocorrer de forma sistemática e orientada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, permitindo que a legislação acompanhe a evolução dos conceitos de deficiência e inclusão social. Sob essa perspectiva, a proteção constitucional não depende exclusivamente da existência de um diagnóstico clínico, mas da análise das repercussões concretas que a condição de saúde produz sobre a vida do indivíduo. Nesse sentido, Almeida (2026) destaca que avaliações fundamentadas apenas em critérios nosográficos são insuficientes para assegurar justiça social, defendendo a adoção de critérios funcionais compatíveis com os princípios constitucionais da igualdade material e da inclusão.

A relação entre dignidade da pessoa humana, igualdade material e inclusão social demonstra que a atuação estatal deve priorizar medidas capazes de reduzir desigualdades e promover condições efetivas para o exercício dos direitos fundamentais pelas pessoas com fibromialgia. Isso implica garantir acesso aos serviços de saúde, reabilitação, assistência social, educação, trabalho e demais políticas públicas voltadas à promoção da cidadania. A igualdade material exige tratamento diferenciado quando as condições individuais assim o justificam, assegurando que limitações decorrentes da doença não resultem em exclusão ou discriminação. Nessa perspectiva, Sá *et al.* (2026) afirmam que a aplicação da avaliação biopsicossocial fortalece a efetivação dos direitos das pessoas com fibromialgia ao reconhecer suas limitações funcionais e possibilitar o acesso às garantias previstas na legislação brasileira. Complementarmente, Pontes-Silva (2026) evidencia que a compreensão da funcionalidade

constitui importante instrumento para concretizar os princípios constitucionais da dignidade, da igualdade e da inclusão social.

3.5. Os direitos das pessoas com fibromialgia no contexto da legislação da pessoa com deficiência (PCD)

O reconhecimento dos direitos das pessoas com fibromialgia no contexto da legislação destinada às pessoas com deficiência representa importante avanço na consolidação de uma proteção jurídica baseada na funcionalidade, na inclusão e na dignidade da pessoa humana. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro o modelo biopsicossocial de deficiência, reconhecendo que impedimentos de longo prazo, quando associados às barreiras existentes na sociedade, podem limitar a participação plena e efetiva das pessoas em igualdade de condições com as demais. Nesse contexto, a Lei nº 15.176/2025**,** ao reconhecer direitos específicos relacionados às pessoas com fibromialgia, fortalece a proteção jurídica desse grupo e amplia a efetividade das políticas públicas voltadas à promoção da inclusão social, da acessibilidade e da igualdade de oportunidades. Conforme destacam Sá *et al.* (2026), o reconhecimento da fibromialgia exige avaliação individualizada das limitações funcionais, evitando interpretações restritivas baseadas exclusivamente no diagnóstico clínico.

Embora a fibromialgia não caracterize automaticamente uma deficiência para todos os indivíduos diagnosticados, a legislação vigente permite seu enquadramento quando a condição produz impedimentos de longo prazo que restringem significativamente a participação social e a autonomia da pessoa. Tornam-se aplicáveis os direitos assegurados pela Lei Brasileira de Inclusão, incluindo acesso à saúde, adaptações no ambiente de trabalho, atendimento prioritário, acessibilidade, proteção contra discriminação, benefícios assistenciais quando preenchidos os requisitos legais e demais políticas públicas voltadas à promoção da inclusão. Harth e Nielson (2014) ressaltam que a avaliação da incapacidade decorrente da fibromialgia deve considerar aspectos clínicos, funcionais e sociais, reconhecendo a complexidade da síndrome e seus impactos sobre a vida cotidiana. Da mesma forma, Almeida (2026) defende que a utilização de critérios biopsicossociais proporciona maior segurança jurídica e favorece decisões compatíveis com os princípios constitucionais da igualdade material.

Além da legislação federal, diversos estados e municípios brasileiros vêm aprovando normas específicas destinadas à proteção das pessoas com fibromialgia, estabelecendo direitos relacionados ao atendimento prioritário, emissão de carteiras de identificação, acesso facilitado aos serviços públicos e desenvolvimento de políticas de conscientização. Paralelamente, o Poder

Judiciário desempenha papel fundamental na concretização desses direitos, interpretando a legislação à luz dos princípios constitucionais e reconhecendo situações em que as limitações funcionais justificam o acesso às garantias destinadas às pessoas com deficiência. A atuação judicial tem contribuído para consolidar entendimentos voltados à proteção da dignidade da pessoa humana e ao fortalecimento da inclusão social. Nesse sentido, Pontes-Silva (2026) evidencia que a análise baseada na funcionalidade amplia a efetividade da proteção jurídica, enquanto Wallace e Hallegua (2001) demonstram que o reconhecimento das limitações decorrentes da fibromialgia constitui importante mecanismo para assegurar melhores condições de qualidade de vida, participação social e exercício da cidadania.

3.6. Desafios jurídicos, políticas públicas e perspectivas para a efetivação dos direitos das pessoas com fibromialgia

Apesar dos avanços legislativos observados nos últimos anos, as pessoas com fibromialgia ainda enfrentam importantes desafios para a efetivação de seus direitos fundamentais. A invisibilidade da doença, a ausência de marcadores biológicos específicos, a dificuldade de diagnóstico precoce e o desconhecimento acerca de suas limitações funcionais frequentemente resultam em situações de discriminação, insegurança jurídica e dificuldades de acesso às políticas públicas. Esses obstáculos repercutem diretamente no acesso aos serviços de saúde, à proteção previdenciária, aos benefícios assistenciais e à permanência no mercado de trabalho, comprometendo a qualidade de vida e a inclusão social dessas pessoas. Conforme afirmam Harth e Nielson (2014), a complexidade da fibromialgia exige avaliações individualizadas e multidimensionais, capazes de refletir adequadamente seus impactos sobre a funcionalidade e a capacidade laboral.

A superação desses desafios depende da implementação de políticas públicas integradas que articulem os sistemas de saúde, assistência social, previdência, educação e justiça. A ampliação do acesso ao diagnóstico, ao tratamento multiprofissional, à reabilitação e às ações de inclusão social representa medida indispensável para garantir a efetividade dos direitos assegurados constitucionalmente. Além disso, torna-se essencial investir na formação continuada de profissionais da saúde, operadores do Direito, assistentes sociais e gestores públicos, promovendo maior compreensão sobre a fibromialgia e reduzindo interpretações restritivas quanto ao reconhecimento das limitações funcionais decorrentes da síndrome. Nesse contexto, Sá *et al.* (2026) ressaltam que a avaliação biopsicossocial constitui instrumento fundamental para assegurar decisões mais justas e compatíveis com os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade material.

As perspectivas futuras indicam a necessidade de contínuo aperfeiçoamento das legislações e das instituições responsáveis pela proteção dos direitos das pessoas com fibromialgia, fortalecendo mecanismos que promovam inclusão, acessibilidade e participação social. A consolidação de políticas públicas específicas, aliada à uniformização dos critérios de avaliação funcional e ao fortalecimento da atuação interdisciplinar entre Direito, saúde e assistência social, tende a ampliar a segurança jurídica e a efetividade das garantias asseguradas pelo ordenamento jurídico brasileiro. Nesse processo, a valorização da dignidade da pessoa humana permanece como fundamento orientador da atuação estatal e da interpretação das normas jurídicas, assegurando que as pessoas com fibromialgia tenham reconhecida sua condição de cidadãs plenas, titulares de direitos fundamentais e destinatárias de proteção integral. Conforme demonstram Pontes-Silva (2026), Almeida (2026) e Wallace e Hallegua (2001), a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva depende da adoção de políticas e práticas que reconheçam a funcionalidade, respeitem a diversidade humana e promovam igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

Classificação da fibromialgia na Classificação Internacional de Doenças: CID-10 (M79.7) e CID-11 (MG30.01)

A fibromialgia é reconhecida internacionalmente como uma condição clínica específica pela Classificação Internacional de Doenças (CID), elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Na CID-10**,** ainda amplamente utilizada em diversos sistemas de saúde, a fibromialgia está classificada sob o código M79.7, inserida no grupo dos transtornos dos tecidos moles não classificados em outra parte. Essa classificação contribuiu para o reconhecimento médico da síndrome, favorecendo sua identificação clínica e subsidiando o acesso dos pacientes aos serviços de saúde, aos tratamentos especializados e à produção de pesquisas científicas. Entretanto, o código diagnóstico, por si só, não determina a existência de deficiência nem garante automaticamente o acesso a benefícios assistenciais ou previdenciários, sendo necessária a avaliação das limitações funcionais provocadas pela doença. Conforme destacam Harth e Nielson (2014), a fibromialgia caracteriza-se pela complexidade de seus sintomas e pela variabilidade de seus impactos sobre a capacidade funcional dos indivíduos, exigindo avaliações individualizadas.

Com a publicação da 11ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11)**,** a Organização Mundial da Saúde promoveu atualização na classificação da fibromialgia, que passou a ser identificada pelo código MG30.01, inserido entre as condições relacionadas à dor crônica primária. Essa alteração representa importante avanço científico ao reconhecer que a

fibromialgia constitui uma síndrome complexa, cuja principal manifestação é a dor crônica persistente, frequentemente associada à fadiga, alterações cognitivas, distúrbios do sono e limitações funcionais significativas. A nova classificação amplia a compreensão biopsicossocial da doença e fortalece abordagens terapêuticas multidisciplinares, reconhecendo que seus impactos ultrapassam a dimensão exclusivamente biomédica. Nesse contexto, Pontes-Silva (2026) destaca que a utilização de instrumentos baseados na funcionalidade contribui para uma avaliação mais abrangente da condição de saúde, permitindo melhor compreensão das limitações enfrentadas pelas pessoas com fibromialgia.

Sob a perspectiva jurídica, a adoção dos códigos M79.7 (CID-10) **e** MG30.01 (CID-11) possui relevante importância para a documentação clínica, a produção de laudos médicos e o reconhecimento institucional da doença, mas não substitui a avaliação biopsicossocial prevista na legislação brasileira para fins de acesso aos direitos das pessoas com deficiência. O ordenamento jurídico brasileiro privilegia a análise da funcionalidade e das barreiras enfrentadas pelo indivíduo, em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e com a Lei Brasileira de Inclusão. A classificação internacional constitui importante instrumento diagnóstico, enquanto a efetivação dos direitos depende da demonstração das limitações de longo prazo que comprometem a participação social em igualdade de condições com as demais pessoas. Conforme afirmam Sá *et al.* (2026) e Almeida (2026), a conjugação entre diagnóstico médico e avaliação funcional representa o caminho mais adequado para assegurar decisões justas, inclusivas e compatíveis com os princípios da dignidade da pessoa humana.

3.8. Requisitos do INSS para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993)**,** constitui importante instrumento de proteção social destinado às pessoas com deficiência e aos idosos em situação de vulnerabilidade econômica. O benefício garante o pagamento de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, capazes de limitar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, desde que preenchidos os requisitos socioeconômicos estabelecidos pela legislação. No caso das pessoas com fibromialgia, o simples diagnóstico da doença não assegura automaticamente o direito ao benefício, sendo indispensável a demonstração das limitações funcionais decorrentes da síndrome por meio de avaliação médica e biopsicossocial realizada pelo Instituto Nacional do

Seguro Social (INSS). Conforme ressaltam Sá *et al.* (2026), a avaliação biopsicossocial representa elemento essencial para verificar a efetiva repercussão da fibromialgia sobre a autonomia e a participação social do requerente.

Entre os principais requisitos para a concessão do BPC destacam-se a comprovação da deficiência ou impedimento de longo prazo, a realização da avaliação biopsicossocial, a inscrição da família no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e a demonstração de situação de vulnerabilidade econômica, conforme os critérios definidos pela legislação e pela jurisprudência dos tribunais superiores. Diferentemente dos benefícios previdenciários, o BPC possui natureza assistencial, não exige contribuição ao Regime Geral de Previdência Social e não gera pagamento de décimo terceiro salário ou pensão por morte. A análise realizada pelo INSS considera simultaneamente os aspectos clínicos, funcionais, sociais e econômicos do requerente, buscando verificar se a condição de saúde limita significativamente sua participação na vida em sociedade. Nesse sentido, Almeida (2026) destaca que avaliações baseadas exclusivamente em critérios diagnósticos não são suficientes para caracterizar a deficiência, sendo necessária análise individualizada da funcionalidade da pessoa.

A efetivação do direito ao Benefício de Prestação Continuada exige atuação integrada entre os sistemas de saúde, assistência social e previdência, garantindo que as avaliações sejam realizadas de forma técnica, interdisciplinar e compatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade material e da proteção social. A evolução da legislação e da jurisprudência brasileira demonstra crescente valorização da avaliação biopsicossocial como instrumento de concretização dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, permitindo que indivíduos com fibromialgia, quando apresentarem limitações funcionais relevantes e preencherem os requisitos legais, tenham acesso às garantias assistenciais previstas no ordenamento jurídico. Conforme demonstram Harth e Nielson (2014), Wallace e Hallegua (2001) e Sá *et al.* (2026), a análise individualizada das condições de funcionalidade e vulnerabilidade social constitui elemento indispensável para assegurar tratamento jurídico mais justo, inclusivo e compatível com a realidade vivenciada pelas pessoas acometidas pela fibromialgia.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com abordagem descritiva e analítica, tendo como objetivo compreender a relação entre a dignidade da pessoa humana, os direitos fundamentais e a proteção jurídica das pessoas com fibromialgia no contexto da legislação destinada às pessoas

com deficiência. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar aspectos sociais, jurídicos e humanos relacionados ao reconhecimento dos direitos desse grupo, considerando as limitações funcionais e as barreiras enfrentadas pelos indivíduos. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa possibilita analisar fenômenos sociais a partir dos significados construídos em seus contextos, permitindo uma compreensão aprofundada das relações entre sujeitos, direitos e políticas públicas. Nesse sentido, a investigação considera a perspectiva biopsicossocial da deficiência, conforme discutida por Almeida (2026), ao destacar que a análise das condições incapacitantes deve ultrapassar o diagnóstico médico e considerar os impactos concretos na participação social.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Os procedimentos técnicos adotados foram fundamentados na pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como fontes artigos científicos, legislações, documentos oficiais e estudos acadêmicos relacionados à fibromialgia, direitos humanos, deficiência e inclusão social. O levantamento contemplou normas como a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Lei nº 15.176/2025 e a Lei Orgânica da Assistência Social, além de pesquisas científicas nacionais e internacionais sobre a temática. Conforme Harth e Nielson (2014), a complexidade da fibromialgia exige uma análise ampliada, considerando não apenas os aspectos clínicos da síndrome, mas também seus efeitos sociais, profissionais e jurídicos. Dessa forma, a utilização de diferentes fontes permitiu construir uma análise interdisciplinar e fundamentada sobre os direitos das pessoas com fibromialgia.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa compreendeu estudos científicos, documentos jurídicos e produções acadêmicas que abordam a fibromialgia, a legislação das pessoas com deficiência e os mecanismos de proteção social relacionados aos direitos fundamentais. A amostra foi selecionada de forma intencional, considerando critérios de relevância científica, atualidade, relação direta com o tema investigado e contribuição para a compreensão do objeto de estudo. Foram incluídos artigos científicos, documentos normativos e pesquisas que discutem a funcionalidade, a avaliação biopsicossocial e os desafios jurídicos enfrentados pelas pessoas com fibromialgia. Conforme destacam Sá *et al.* (2026), a análise dos direitos relacionados à fibromialgia deve considerar as limitações funcionais e as condições sociais dos indivíduos, evitando interpretações restritas baseadas apenas no diagnóstico médico.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento e análise de publicações científicas e documentos legais relacionados ao tema, utilizando como estratégia a identificação, seleção, organização e interpretação das informações encontradas. Após a coleta, os materiais foram submetidos à análise qualitativa, buscando identificar categorias relacionadas à dignidade da pessoa humana, igualdade material, inclusão social, avaliação biopsicossocial e acesso aos direitos garantidos pela legislação brasileira. Segundo Lima *et al.* (2025), estudos relacionados às condições crônicas e incapacitantes devem considerar múltiplas dimensões da realidade dos sujeitos, integrando aspectos sociais, jurídicos e institucionais. Assim, o tratamento dos dados permitiu estabelecer relações entre os fundamentos teóricos e os desafios práticos da proteção das pessoas com fibromialgia.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, sem participação direta de seres humanos, o estudo não envolveu coleta de dados pessoais ou intervenções, respeitando, entretanto, os princípios éticos da pesquisa científica, especialmente quanto à utilização adequada das fontes, fidelidade às informações analisadas e reconhecimento das contribuições dos autores consultados. A investigação foi conduzida com compromisso acadêmico e social, buscando contribuir para o debate sobre direitos humanos, inclusão e proteção jurídica das pessoas com fibromialgia. Como limitação, destaca-se que o reconhecimento da fibromialgia no contexto da legislação das pessoas com deficiência ainda representa um campo em desenvolvimento, sujeito a interpretações administrativas, judiciais e legislativas. Conforme Harth e Nielson (2014), a avaliação da incapacidade relacionada à fibromialgia apresenta desafios devido à diversidade dos sintomas e aos diferentes impactos funcionais apresentados pelos indivíduos.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A apresentação dos resultados reúne os principais achados da pesquisa, organizados a partir da análise das fontes bibliográficas e documentais, evidenciando as relações entre dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas com fibromialgia e os avanços da legislação voltada à inclusão social.

5.1. Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

A análise dos dados evidenciou que a discussão sobre os direitos das pessoas com fibromialgia tem avançado a partir da compreensão da deficiência como fenômeno relacionado não apenas às condições clínicas, mas também às barreiras sociais e ambientais que limitam a participação dos indivíduos. Os estudos analisados demonstraram que a fibromialgia pode provocar impactos significativos na qualidade de vida, na autonomia, no trabalho e nas relações sociais, reforçando a necessidade de políticas públicas inclusivas e avaliações individualizadas. Conforme Wallace e Hallegua (2001), a síndrome apresenta consequências amplas que envolvem aspectos físicos, emocionais, profissionais e econômicos, tornando necessária uma abordagem integrada para garantir proteção adequada.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

A interpretação dos resultados demonstrou que o princípio da dignidade da pessoa humana constitui fundamento essencial para a proteção dos direitos das pessoas com fibromialgia, orientando a aplicação dos direitos à igualdade, saúde, inclusão e assistência social. A análise do referencial teórico revelou que o reconhecimento jurídico da condição deve considerar as limitações funcionais e os impactos sociais vivenciados pelos indivíduos, superando modelos exclusivamente baseados no diagnóstico clínico. Almeida (2026) destaca que avaliações centradas apenas na classificação médica podem desconsiderar aspectos fundamentais da realidade das pessoas, enquanto modelos baseados na funcionalidade favorecem uma compreensão mais ampla e inclusiva da deficiência.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

Os resultados apresentam implicações relevantes para o aprimoramento das políticas públicas, das práticas institucionais e das avaliações destinadas às pessoas com fibromialgia. No campo prático, evidencia-se a importância da capacitação dos profissionais envolvidos nas áreas da saúde, assistência social e Direito, possibilitando análises mais humanizadas e fundamentadas nos princípios da inclusão e da dignidade humana. No âmbito teórico, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão da fibromialgia como uma condição que envolve dimensões médicas, sociais e jurídicas. Conforme Pontes-Silva (2026), a utilização de perspectivas baseadas na funcionalidade fortalece interpretações mais adequadas sobre incapacidade e participação social, contribuindo para a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa evidenciou que a dignidade da pessoa humana constitui fundamento essencial para a garantia dos direitos das pessoas com fibromialgia, especialmente diante dos desafios relacionados ao reconhecimento das limitações funcionais e à efetivação da inclusão social. A compreensão ampliada da condição, considerando aspectos físicos, sociais e emocionais, possibilita uma proteção jurídica mais adequada e humanizada.

Os resultados demonstraram a importância da legislação voltada às pessoas com deficiência, das políticas públicas e da avaliação biopsicossocial como instrumentos fundamentais para assegurar igualdade de oportunidades, acesso a benefícios e participação plena na sociedade. O reconhecimento das necessidades específicas das pessoas com fibromialgia contribui para fortalecer práticas institucionais baseadas na equidade e no respeito aos direitos fundamentais.

Conclui-se que a efetivação dos direitos das pessoas com fibromialgia depende da articulação entre Direito, saúde e políticas sociais, promovendo uma abordagem interdisciplinar capaz de superar barreiras e ampliar a cidadania. Dessa forma, a proteção jurídica fundamentada na dignidade humana representa caminho essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e comprometida com a valorização da pessoa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gustavo de. **Indiscriminate characterization of persons with disabilities: strictly nosographic legislation without functional assessment**. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 24, e20261543, 2026. **DOI:** https://doi.org/10.47626/1679-4435-2026-1543.

HARTH, Manfred; NIELSON, Warren R. **Fibromyalgia and disability adjudication: no simple solutions to a complex problem**. *Pain Research and Management*, v. 19, n. 6, p. 293-299, 2014. **DOI:** https://doi.org/10.1155/2014/321307

PONTES-SILVA, André. **The social dimensions of fibromyalgia scientific research: an International Classification of Functioning, Disability and Health-based perspective**. *PAIN Reports*, v. 11, n. 3, e1433, 2026. **DOI:** https://doi.org/10.1097/PR9.0000000000001433.

SÁ, Ana Laura Dias de; COELHO, Marcus Vinícius Silva; TEODORO, Marina. **A fibromialgia como deficiência e os impactos da avaliação biopsicossocial e da relativização do critério econômico na concessão do BPC à luz da LOAS e da Lei Brasileira de Inclusão**. *Revista FT*, v. 30, n. 158, 2026. **DOI:** https://doi.org/10.69849/fawmzv73.

WALLACE, Daniel J.; HALLEGUA, David S. **Quality-of-life, legal-financial, and disability issues in fibromyalgia**. *Current Pain and Headache Reports*, v. 5, n. 4, p. 313-319, 2001. DOI: https://doi.org/10.1007/s11916-001-0020-3.

CAPÍTULO 3

A TÉCNICA DE TOTAL PHYSICAL RESPONSE (TPR): EXEMPLOS DO MÉTODO QUE FAVORECE O APRENDIZADO DA LÍNGUA INGLESA PARA CRIANÇAS DE 7 A 8 ANOS.

THE TOTAL PHYSICAL RESPONSE (TPR) TECHNIQUE: EXAMPLES OF A METHOD THAT PROMOTES ENGLISH LANGUAGE LEARNING FOR CHILDREN AGED 7 TO 8 YEARS.

LA TÉCNICA DE TOTAL PHYSICAL RESPONSE (TPR): EJEMPLOS DE UN MÉTODO QUE FAVORECE EL APRENDIZAJE DE LA LENGUA INGLESA EN NIÑOS DE 7 A 8 AÑOS.

Gladys Nogueira Cabral
http://lattes.cnpq.br/9042162638245389
https://orcid.org/0000-0003-1307-6226
E-mail: gladyscabraln@gmail.com

O presente estudo aborda a Técnica de Total Physical Response (TPR) como estratégia metodológica para favorecer o aprendizado da língua inglesa por crianças de 7 a 8 anos, considerando a importância de práticas pedagógicas interativas, lúdicas e adequadas às características do desenvolvimento infantil. A pesquisa parte do problema de compreender como o uso de movimentos corporais associados à linguagem verbal pode contribuir para a aquisição de vocabulário, compreensão oral e participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem. O objetivo geral consiste em analisar as possibilidades pedagógicas da técnica no ensino de língua inglesa para crianças, destacando exemplos de atividades aplicáveis ao contexto escolar. A metodologia caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre ensino de línguas, metodologias ativas e aprendizagem infantil. Os resultados indicam que a utilização de comandos, gestos, músicas e atividades corporais favorece a associação entre linguagem e experiência concreta, ampliando o envolvimento dos estudantes. Conclui-se que a Técnica de Total Physical Response constitui uma abordagem relevante para tornar o ensino de inglês mais significativo, participativo e compatível com as necessidades educacionais da infância.

Palavras-chave: Total Physical Response; ensino de língua inglesa; aprendizagem infantil; metodologias de ensino.

This study addresses the Total Physical Response (TPR) Technique as a methodological strategy to promote English language learning among children aged 7 to 8 years, considering the importance of interactive, playful, and developmentally appropriate teaching practices. The research is based on the problem of understanding how the use of body movements associated with verbal language can contribute to vocabulary acquisition, listening comprehension, and students' active participation in the learning process. The general objective is to analyze the pedagogical possibilities of this technique in English language teaching for children, highlighting examples of activities applicable to the school context. The methodology is characterized as qualitative bibliographic research, based on studies related to language teaching, active methodologies, and child learning. The results indicate that the use of commands, gestures, songs, and body activities promotes the association between language and concrete experiences, increasing student engagement. It is concluded that the Total Physical Response Technique represents a relevant approach for making English teaching more meaningful, participatory, and suitable for childhood educational needs.

Keywords: Total Physical Response; English language teaching; child learning; teaching methodologies.

El presente estudio aborda la Técnica de Total Physical Response (TPR) como estrategia metodológica para favorecer el aprendizaje de la lengua inglesa en niños de 7 a 8 años, considerando la importancia de prácticas pedagógicas interactivas, lúdicas y adecuadas al desarrollo infantil. La investigación parte del problema de comprender cómo el uso de movimientos corporales asociados al lenguaje verbal puede contribuir a la adquisición de vocabulario, la comprensión oral y la participación activa de los estudiantes en el proceso de aprendizaje. El objetivo general consiste en analizar las posibilidades pedagógicas de la técnica en la enseñanza de la lengua inglesa para niños, destacando ejemplos de actividades aplicables al contexto escolar. La metodología se caracteriza como una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, fundamentada en estudios sobre enseñanza de lenguas, metodologías activas y aprendizaje infantil. Los resultados evidencian que el uso de comandos, gestos, canciones y actividades corporales favorece la relación entre lenguaje y experiencias concretas, ampliando la participación de los estudiantes. Se concluye que la Técnica de Total Physical Response constituye un enfoque relevante para desarrollar una enseñanza del inglés más significativa, participativa y adecuada a las necesidades educativas de la infancia.

Palabras clave: Total Physical Response; enseñanza de lengua inglesa; aprendizaje infantil; metodologías de enseñanza.

1. INTRODUÇÃO

O ensino da língua inglesa para crianças de 7 a 8 anos requer metodologias que considerem as características cognitivas, motoras e afetivas próprias da infância. A Técnica de Total Physical Response (TPR) destaca-se como uma abordagem que integra linguagem e movimento corporal, possibilitando que os estudantes aprendam por meio de experiências práticas e interativas. Segundo Asher (1969), a aprendizagem de uma segunda língua pode ocorrer de forma mais natural quando a compreensão auditiva é associada a respostas físicas, favorecendo a construção gradual do conhecimento linguístico.

A utilização do TPR no ensino de inglês busca superar práticas centradas apenas na tradução e memorização, proporcionando situações em que a criança participa ativamente do processo educativo. Conforme Nuraeni (2019), a técnica favorece o aprendizado de jovens aprendizes ao utilizar comandos, gestos e ações como recursos facilitadores da compreensão e da aquisição de vocabulário.

O presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição da Técnica de Total Physical Response para o aprendizado da língua inglesa por crianças de 7 a 8 anos, destacando exemplos de práticas pedagógicas que favorecem a participação, a interação e o desenvolvimento das habilidades linguísticas. A abordagem fundamenta-se na compreensão de que o ensino de idiomas na infância deve valorizar experiências significativas, nas quais corpo, linguagem e aprendizagem estejam articulados.

2. DESENVOLVIMENTO

A Técnica de Total Physical Response fundamenta-se na associação entre comandos verbais e movimentos corporais, permitindo que os estudantes estabeleçam relações entre palavras, ações e significados. Essa estratégia contribui para o desenvolvimento da compreensão oral, pois a criança inicialmente responde fisicamente aos estímulos linguísticos antes de

produzir frases completas em inglês. Para Asher (1969), esse processo reduz a ansiedade dos aprendizes e favorece uma aquisição mais espontânea da língua estrangeira.

No contexto escolar, o professor pode utilizar atividades como músicas com gestos, jogos de comandos, dramatizações e brincadeiras envolvendo ações cotidianas. Expressões como "stand up", "sit down", "open your book" e "clap your hands" permitem que os estudantes compreendam o idioma por meio da experiência corporal. De acordo com Ha, Trang e Hue (2020), o uso do TPR no ensino de vocabulário para crianças favorece a associação entre novos termos e situações concretas, ampliando a aprendizagem significativa.

A metodologia contribui para tornar as aulas de inglês mais atrativas e participativas, pois considera o movimento como parte do processo de aprendizagem infantil. Segundo Putri (2016), o TPR favorece o ensino de inglês para crianças ao estimular a interação, a motivação e a construção progressiva da competência comunicativa. O método possibilita que os estudantes desenvolvam confiança para utilizar a língua em diferentes situações.

Crianças que apresentam dificuldades em atividades tradicionais podem encontrar no movimento corporal uma forma alternativa de compreender e expressar conhecimentos. Conforme Karlina (2023), o uso do método no ensino de inglês para crianças favorece ambientes mais interativos, nos quais a aprendizagem ocorre por meio da participação ativa e da exploração de diferentes sentidos.

A aplicação da Técnica de Total Physical Response também contribui para o desenvolvimento da autonomia e da criatividade dos estudantes, uma vez que as atividades propostas envolvem interação, cooperação e resolução de situações comunicativas. O professor atua como mediador, criando oportunidades para que a criança experimente a língua inglesa em contextos próximos à sua realidade. Segundo Li (2025), a utilização do TPR no ensino de inglês infantil amplia o interesse dos alunos e fortalece a relação entre aprendizagem e experiências significativas.

A Técnica de Total Physical Response apresenta-se como uma abordagem metodológica relevante para o ensino da língua inglesa nos anos iniciais, especialmente para crianças de 7 a 8 anos. A integração entre movimento, linguagem e interação social favorece uma aprendizagem mais acessível, motivadora e contextualizada.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa está fundamentado nos estudos sobre metodologias de ensino de línguas estrangeiras, aprendizagem infantil e estratégias pedagógicas que associam linguagem, movimento e interação. A Técnica de Total Physical Response (TPR) é analisada

como uma abordagem que valoriza a participação ativa do estudante e a construção do conhecimento por meio de experiências significativas.

3.1. Fundamentação conceitual do objeto de estudo

A Técnica de Total Physical Response (TPR) é uma metodologia de ensino de línguas desenvolvida por James Asher, baseada na associação entre comandos verbais e respostas físicas. O método considera que a compreensão auditiva antecede a produção oral, permitindo que os estudantes desenvolvam a linguagem por meio da escuta, da ação e da repetição contextualizada. Conforme Asher (1969), o movimento corporal atua como elemento facilitador da aquisição de uma segunda língua, aproximando o processo de aprendizagem da forma natural como ocorre a aquisição da língua materna.

No ensino de inglês para crianças de 7 a 8 anos, o TPR apresenta-se como uma estratégia adequada às características do desenvolvimento infantil, pois utiliza recursos lúdicos e corporais para facilitar a compreensão de novos vocabulários e expressões. Segundo Nuraeni (2019), a metodologia favorece a aprendizagem dos jovens aprendizes ao proporcionar atividades interativas que estimulam a participação e reduzem barreiras relacionadas ao medo de errar.

A fundamentação conceitual do TPR está relacionada à compreensão de que a aprendizagem ocorre de maneira mais efetiva quando envolve múltiplas experiências sensoriais. Para Putri (2016), a utilização de movimentos, gestos e situações comunicativas contribui para que a criança estabeleça relações entre palavras e significados, tornando o aprendizado da língua inglesa mais concreto e significativo.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As abordagens teóricas relacionadas ao TPR dialogam com perspectivas construtivistas e interacionistas da aprendizagem, nas quais o estudante participa ativamente da construção do conhecimento. A metodologia considera que a aprendizagem de uma língua não ocorre apenas pela memorização de regras, mas pela interação com situações comunicativas que envolvem ação, contexto e significado. Asher (1969) destaca que a resposta física associada à linguagem fortalece os processos cognitivos envolvidos na aquisição linguística.

O modelo analítico do TPR compreende a aprendizagem da língua inglesa a partir de três elementos principais: compreensão, ação e produção comunicativa. Inicialmente, o estudante interpreta comandos e responde corporalmente; posteriormente, passa a utilizar expressões verbais com maior autonomia. Conforme Ha, Trang e Hue (2020), essa sequência favorece

especialmente o ensino de vocabulário para crianças, pois relaciona novos conceitos a experiências práticas.

A abordagem do TPR valoriza aspectos emocionais e motivacionais da aprendizagem, considerando que crianças aprendem melhor em ambientes participativos e acolhedores. Segundo Karlina (2023), o uso de atividades corporais e lúdicas contribui para aumentar o interesse dos estudantes e fortalecer a confiança no uso da língua inglesa, tornando o processo educativo mais significativo.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

Estudos recentes demonstram que a Técnica de Total Physical Response apresenta resultados positivos no ensino de inglês para crianças, principalmente no desenvolvimento do vocabulário, da compreensão oral e da participação em sala de aula. As pesquisas indicam que atividades baseadas em comandos, movimentos e interações favorecem maior envolvimento dos estudantes com o idioma. Conforme Nuraeni (2019), o TPR possibilita uma aprendizagem mais ativa ao aproximar o ensino da realidade e das experiências infantis.

Pesquisas aplicadas ao ensino de vocabulário evidenciam que a associação entre palavras e movimentos facilita a memorização e a compreensão de novos conteúdos linguísticos. Ha, Trang e Hue (2020) apontam que crianças submetidas a práticas pedagógicas fundamentadas no TPR apresentam maior interação com o idioma e melhor desenvolvimento da compreensão dos significados apresentados durante as aulas.

As contribuições mais recentes também destacam o potencial do método para tornar o ensino de inglês mais inclusivo e motivador. De acordo com Li (2025), a aplicação do TPR no ensino infantil amplia as possibilidades pedagógicas ao integrar aspectos cognitivos, motores e sociais. A técnica constitui uma alternativa metodológica capaz de favorecer aprendizagens mais participativas e adequadas às necessidades das crianças nos anos iniciais.

3.4. Fundamentos da Técnica de Total Physical Response (TPR) e sua relação com a aprendizagem infantil

A Técnica de Total Physical Response (TPR) constitui uma abordagem metodológica voltada ao ensino de línguas estrangeiras que estabelece uma relação direta entre linguagem, movimento corporal e construção de significado. Desenvolvida por James Asher, a metodologia fundamenta-se na compreensão de que a aprendizagem de uma segunda língua pode ocorrer de maneira semelhante ao processo natural de aquisição da língua materna, priorizando inicialmente a escuta e a compreensão antes da produção oral. Segundo Asher (1969), a associação entre

comandos verbais e respostas físicas favorece a internalização da linguagem, pois envolve processos cognitivos relacionados à memória, atenção e experiência corporal.

No contexto do ensino de inglês para crianças de 7 a 8 anos, o TPR apresenta-se como uma estratégia adequada às características do desenvolvimento infantil, pois integra aspectos motores, cognitivos e afetivos ao processo educativo. A utilização de movimentos, gestos e ações concretas possibilita que os estudantes relacionem palavras e expressões a situações vivenciadas, tornando a aprendizagem mais significativa. Conforme Nuraeni (2019), o método favorece o ensino de inglês para jovens aprendizes ao proporcionar um ambiente interativo, no qual a criança participa ativamente e desenvolve compreensão linguística por meio de experiências práticas.

A aprendizagem infantil ocorre de maneira mais efetiva quando os conteúdos são apresentados de forma contextualizada e relacionada às experiências dos estudantes. Nesse sentido, a Técnica de Total Physical Response contribui para superar modelos tradicionais baseados exclusivamente na memorização e repetição, permitindo que o corpo seja utilizado como instrumento pedagógico. Para Putri (2016), o uso do TPR no ensino de língua inglesa para crianças favorece a aquisição de vocabulário e estimula a participação dos alunos, pois transforma o aprendizado em uma experiência dinâmica e envolvente.

3.5. Aplicação pedagógica do TPR no ensino de língua inglesa e desenvolvimento das habilidades linguísticas

A aplicação da Técnica de Total Physical Response em aulas de língua inglesa possibilita a criação de práticas pedagógicas diversificadas, envolvendo comandos, músicas, jogos, dramatizações e atividades corporais. Essas estratégias permitem que as crianças compreendam palavras e expressões em inglês por meio da relação entre linguagem oral e ação física, favorecendo o desenvolvimento da compreensão auditiva e a ampliação do repertório linguístico. De acordo com Ha, Trang e Hue (2020), o uso do TPR no ensino de vocabulário para jovens aprendizes contribui para uma aprendizagem mais efetiva, pois associa novos termos a experiências concretas e situações comunicativas.

No ambiente escolar, o professor pode utilizar comandos simples como “stand up”, “sit down”, “open your book”, “close the door”, “jump” e “clap your hands”, permitindo que os estudantes compreendam o significado das expressões antes mesmo de dominarem sua escrita ou pronúncia. Essa dinâmica respeita o processo gradual de aquisição da língua estrangeira, pois a criança inicialmente desenvolve a compreensão oral e, posteriormente, passa a produzir respostas verbais com maior segurança. Conforme Karlina (2023), a utilização do método TPR no ensino

de inglês para crianças favorece a motivação, a interação e o desenvolvimento de habilidades linguísticas por meio de atividades adequadas à faixa etária.

A metodologia possibilita trabalhar diferentes conteúdos da língua inglesa, como cores, números, partes do corpo, animais, ações cotidianas e expressões comunicativas. A aprendizagem ocorre de maneira contextualizada, permitindo que os estudantes estabeleçam conexões entre a nova língua e suas experiências diárias. Segundo Li (2025), a aplicação do TPR no ensino de inglês para crianças contribui para melhorar o interesse e a participação dos alunos, uma vez que utiliza estratégias compatíveis com as necessidades cognitivas e emocionais da infância.

3.6. Contribuições do TPR para uma aprendizagem significativa, inclusiva e motivadora

A Técnica de Total Physical Response apresenta contribuições importantes para a construção de uma aprendizagem significativa da língua inglesa, pois considera que os estudantes possuem diferentes formas de compreender e interagir com o conhecimento. Ao integrar movimento, audição, fala e interação social, o método amplia as possibilidades de participação das crianças e favorece um ambiente de aprendizagem mais inclusivo. Segundo Asher (1969), a resposta física associada à linguagem reduz barreiras iniciais na aprendizagem de uma segunda língua, permitindo que os estudantes desenvolvam compreensão antes de serem submetidos à produção oral imediata.

No processo educativo, a utilização do TPR também contribui para fortalecer aspectos emocionais relacionados à aprendizagem, como confiança, autonomia e motivação. Crianças que apresentam insegurança diante de uma nova língua podem encontrar no movimento corporal uma forma mais natural de participação, reduzindo o medo de errar e estimulando a experimentação. Nuraeni (2019) destaca que metodologias baseadas em ações físicas favorecem a participação dos jovens aprendizes e criam oportunidades para que o estudante desenvolva suas habilidades linguísticas de maneira gradual.

O TPR representa uma abordagem metodológica relevante para o ensino de inglês nos anos iniciais, especialmente para crianças de 7 a 8 anos, ao promover uma aprendizagem ativa, lúdica e centrada no estudante. A integração entre corpo e linguagem possibilita práticas pedagógicas mais acessíveis e significativas, nas quais o professor atua como mediador da construção do conhecimento. Conforme Putri (2016), a utilização da técnica contribui para tornar o ensino de língua inglesa mais próximo da realidade infantil, favorecendo o desenvolvimento linguístico por meio de experiências participativas e contextualizadas.

4. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa foi estruturada com base em procedimentos científicos voltados à análise da Técnica de Total Physical Response (TPR) no ensino da língua inglesa para crianças de 7 a 8 anos. O percurso metodológico busca compreender as contribuições do método para a aprendizagem infantil, considerando aspectos linguísticos, pedagógicos e interacionais.

4.1. Natureza e abordagem da pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, pois busca compreender os processos educativos relacionados ao uso da Técnica de Total Physical Response no ensino de língua inglesa para crianças. Essa abordagem permite analisar práticas pedagógicas, estratégias metodológicas e experiências de aprendizagem considerando seus aspectos sociais e educacionais.

O estudo apresenta caráter exploratório e bibliográfico, uma vez que investiga conceitos, fundamentos e contribuições científicas relacionadas ao TPR e ao ensino de línguas estrangeiras. Conforme Asher (1969), a compreensão dos processos envolvidos na aprendizagem por meio de respostas físicas possibilita analisar como o movimento pode atuar como mediador da aquisição linguística.

A abordagem qualitativa possibilita interpretar os significados atribuídos às práticas pedagógicas e compreender como metodologias interativas favorecem a participação dos estudantes. A pesquisa busca evidenciar as possibilidades do TPR como estratégia adequada ao desenvolvimento infantil, considerando aspectos cognitivos, motores e afetivos.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Os procedimentos técnicos utilizados correspondem à pesquisa bibliográfica, realizada a partir da análise de artigos científicos, livros e estudos acadêmicos relacionados ao ensino de língua inglesa, aprendizagem infantil e aplicação da Técnica de Total Physical Response. As fontes selecionadas contribuíram para fundamentar teoricamente o objeto investigado.

Foram utilizados estudos de autores que discutem a aplicação do TPR em contextos educacionais, como Asher (1969), Nuraeni (2019), Putri (2016), Ha, Trang e Hue (2020), Karlina (2023) e Li (2025). Essas produções científicas possibilitaram compreender os fundamentos, aplicações e resultados associados ao método.

A pesquisa bibliográfica permitiu reunir diferentes perspectivas sobre o ensino de inglês para crianças, identificando estratégias pedagógicas que valorizam interação, movimento e

aprendizagem significativa. Dessa forma, os dados teóricos analisados contribuíram para a construção de uma reflexão acadêmica sobre a utilização do TPR.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa compreende estudos científicos voltados ao ensino da língua inglesa para crianças, especialmente aqueles que abordam metodologias ativas e estratégias baseadas em movimento corporal. A investigação concentra-se em produções relacionadas à aplicação da Técnica de Total Physical Response no contexto da educação infantil e dos anos iniciais.

A amostra foi composta por publicações acadêmicas selecionadas conforme critérios de relevância temática, relação direta com o objeto de estudo e contribuição para a compreensão do método TPR. Foram priorizados trabalhos que apresentam discussões sobre aprendizagem infantil, aquisição de vocabulário e práticas pedagógicas em língua inglesa.

Os critérios de seleção consideraram a atualidade das pesquisas, a qualidade das fontes e a aproximação com o objetivo do estudo. Segundo Nuraeni (2019), análises fundamentadas em pesquisas aplicadas permitem compreender melhor a efetividade de metodologias voltadas aos jovens aprendizes.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta de dados ocorreu por meio do levantamento e da análise de produções científicas relacionadas à Técnica de Total Physical Response e ao ensino de língua inglesa para crianças. Foram identificados conceitos, estratégias pedagógicas e resultados apresentados pelos estudos selecionados.

O tratamento dos dados foi realizado por meio de análise qualitativa e interpretativa, buscando estabelecer relações entre os fundamentos teóricos do TPR e suas contribuições para a aprendizagem infantil. Conforme Ha, Trang e Hue (2020), a análise das práticas envolvendo movimento e linguagem possibilita compreender como o método favorece a aquisição de vocabulário. A análise dos dados permitiu organizar as informações em categorias relacionadas aos fundamentos do método, aplicações pedagógicas e contribuições educacionais.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

A pesquisa respeitou princípios éticos relacionados à produção científica, utilizando fontes acadêmicas devidamente identificadas e valorizando a autoria dos estudos consultados. As

informações analisadas foram utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, mantendo fidelidade às contribuições dos autores investigados.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o caráter bibliográfico da pesquisa, que não envolve aplicação direta da metodologia em uma turma específica de estudantes. Dessa forma, os resultados apresentados referem-se às contribuições encontradas na literatura científica sobre o uso do TPR.

Apesar dessa limitação, a pesquisa apresenta relevância ao reunir conhecimentos sobre uma metodologia que favorece práticas pedagógicas mais dinâmicas e adequadas ao ensino de inglês para crianças. Conforme Li (2025), a utilização do TPR amplia as possibilidades de aprendizagem ao integrar aspectos linguísticos, cognitivos e motores no processo educativo.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A apresentação dos resultados reúne as principais contribuições identificadas a partir da análise dos estudos científicos sobre a Técnica de Total Physical Response (TPR) no ensino da língua inglesa para crianças de 7 a 8 anos. Os dados analisados evidenciam as possibilidades pedagógicas do método, destacando sua relação com aprendizagem significativa, participação ativa e desenvolvimento das habilidades linguísticas.

5.1. Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

Os dados analisados demonstram que a Técnica de Total Physical Response apresenta contribuições relevantes para o ensino de língua inglesa nos anos iniciais, especialmente por utilizar movimentos corporais, comandos verbais e atividades interativas como recursos facilitadores da aprendizagem. Os estudos evidenciam que a associação entre linguagem e ação favorece a compreensão de vocabulários e expressões em inglês.

A análise das pesquisas selecionadas indica que o TPR proporciona maior envolvimento dos estudantes durante as aulas, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico e adequado às características da infância. Conforme Asher (1969), a relação entre resposta física e linguagem contribui para a construção de associações cognitivas que favorecem a aquisição de uma segunda língua.

Os resultados também apontam que a metodologia pode ser aplicada em diferentes contextos educacionais, utilizando recursos simples como músicas, jogos, dramatizações e comandos. Segundo Nuraeni (2019), o TPR favorece ambientes de aprendizagem mais participativos, nos quais as crianças desenvolvem compreensão linguística por meio da interação e da experiência prática.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

A interpretação dos resultados confirma que a Técnica de Total Physical Response está alinhada a concepções de aprendizagem que valorizam a participação ativa do estudante e a construção do conhecimento por meio da interação. A utilização do corpo como elemento mediador da aprendizagem possibilita que a criança compreenda a língua inglesa de maneira contextualizada e significativa.

Os achados analisados dialogam com os pressupostos de Asher (1969), ao evidenciarem que a compreensão oral associada ao movimento favorece uma aquisição gradual da língua estrangeira. Além disso, estudos como os de Ha, Trang e Hue (2020) demonstram que o uso do TPR contribui para o desenvolvimento do vocabulário infantil, pois relaciona novas palavras a situações concretas.

A análise também evidencia que o método contribui para aspectos emocionais da aprendizagem, como motivação, confiança e participação. Conforme Karlina (2023), atividades corporais e lúdicas reduzem barreiras no processo de aprendizagem e favorecem uma relação mais positiva das crianças com a língua inglesa.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

As implicações práticas dos resultados indicam que a Técnica de Total Physical Response pode ser incorporada ao planejamento pedagógico de professores de língua inglesa que atuam com crianças de 7 a 8 anos. O método possibilita a elaboração de atividades diversificadas, nas quais os estudantes aprendem por meio de experiências corporais, interação e comunicação.

No campo teórico, os resultados reforçam a importância de compreender o ensino de línguas como um processo que envolve aspectos cognitivos, sociais e afetivos. Conforme Putri (2016), metodologias que valorizam a participação infantil contribuem para uma aprendizagem mais significativa, pois consideram as necessidades específicas dos jovens aprendizes.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa evidencia que o TPR representa uma alternativa eficiente para ampliar as estratégias de ensino da língua inglesa, favorecendo práticas mais criativas, inclusivas e contextualizadas. Segundo Li (2025), a utilização de métodos baseados em interação e movimento fortalece o interesse dos estudantes e contribui para uma educação linguística mais próxima das características do desenvolvimento infantil.

CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou que a Técnica de Total Physical Response (TPR) favorece o ensino de inglês para crianças de 7 a 8 anos ao integrar linguagem, movimento e interação. O método possibilita uma aprendizagem mais natural, participativa e adequada ao desenvolvimento infantil por meio de atividades lúdicas.

Os resultados indicaram contribuições para o desenvolvimento do vocabulário, compreensão oral e motivação dos estudantes. A metodologia promove experiências significativas, nas quais a criança aprende relacionando ações, palavras e situações comunicativas.

A Técnica de Total Physical Response fortalece práticas pedagógicas criativas, inclusivas e contextualizadas no ensino de inglês. Sua aplicação contribui para ampliar o interesse, a autonomia e a confiança dos estudantes na aprendizagem da língua estrangeira.

REFERÊNCIAS

ASHER, James J**. The Total Physical Response Approach to Second Language Learning.** *The Modern Language Journal*, v. 53, n. 1, p. 3-17, 1969. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1540-4781.1969.tb04552.x.

NURAENI, Cicih. **Using Total Physical Response (TPR) Method on Young Learners English Language Teaching.** *Metathesis: Journal of English Language, Literature, and Teaching*, v. 3, n. 1, p. 26-34, 2019. DOI: https://doi.org/10.31002/metathesis.v3i1.1223.

PUTRI, Aprilia Riyana. **Teaching English for Young Learners Using a Total Physical Response (TPR) Method.** *Edulingua: Jurnal Linguistik Terapan dan Pendidikan Bahasa Inggris*, v. 3, n. 2, 2016. DOI: https://doi.org/10.34001/edulingua.v3i2.503.

HA, Nguyen Dinh Nhu; TRANG, Le Thi Thuy; HUE, Nguyen Thi Thanh. **Teaching English Vocabulary to Young Learners through Total Physical Response Method.** *Ho Chi Minh City Open University Journal of Science - Social Sciences*, v. 10, n. 2, p. 26-40, 2020. DOI: https://doi.org/10.46223/hcmcoujs.soci.en.10.2.611.2020.

KARLINA, Lisa. Using **Total Physical Response Method for Teaching English to Early Childhood.** *SIMPLE: International Journal of English Education*, v. 2, n. 2, 2023. DOI: https://doi.org/10.24176/simple.v2i2.13264.

LI, Juan. **Application of Total Physical Response Teaching Method in English Teaching for Children.** *Education Reform and Development*, v. 7, n. 2, 2025. DOI: https://doi.org/10.26689/erd.v7i2.9822.

CAPÍTULO 4

PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DOCENTE: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA E EMANCIPADORA.

PEDAGOGICAL PRACTICE AND TEACHER EDUCATION: PATHWAYS TOWARD CRITICAL AND EMANCIPATORY EDUCATION.

PRÁCTICA PEDAGÓGICA Y FORMACIÓN DOCENTE: CAMINOS HACIA UNA EDUCACIÓN CRÍTICA Y EMANCIPADORA.

Wandra Carla Silva Almeida
E-mail: wandra.csa@gmail.com

O presente estudo aborda a relação entre prática pedagógica e formação docente como elementos fundamentais para a construção de uma educação crítica e emancipadora. A pesquisa analisa como os processos formativos dos professores contribuem para a reflexão, ressignificação das práticas educativas e desenvolvimento de ações pedagógicas comprometidas com a transformação social. O objetivo consiste em compreender as contribuições da formação docente para o fortalecimento de práticas reflexivas, participativas e contextualizadas. A metodologia caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos científicos sobre formação de professores, práticas educativas e perspectivas críticas da educação. Os resultados evidenciam que a formação continuada favorece autonomia docente, inovação pedagógica e ambientes democráticos. Conclui-se que a articulação entre teoria e prática é essencial para uma educação voltada à formação integral dos sujeitos e ao desenvolvimento de competências profissionais necessárias aos desafios contemporâneos da escola e da sociedade.

Palavras-chave: prática pedagógica; formação docente; educação crítica; emancipação educacional.

This study addresses the relationship between pedagogical practice and teacher education as fundamental elements for the construction of a critical and emancipatory education. The research is based on the problem of understanding how teacher training processes contribute to the reflection, transformation, and re-signification of educational practices, promoting pedagogical actions committed to social change. The general objective is to analyze the contributions of teacher education to the strengthening of reflective, participatory, and contextualized pedagogical practices. The methodology is characterized as qualitative bibliographic research, based on the analysis of scientific studies on teacher education, educational practices, and critical perspectives of education. The results indicate that continuing education and reflection on teaching practices promote greater teacher autonomy, pedagogical innovation, and the development of democratic educational environments. It is concluded that the articulation between theory and practice represents an essential element for an education focused on the integral formation of individuals.

Keywords: Pedagogical practice; teacher education; critical education; educational emancipation.

El presente estudio aborda la relación entre práctica pedagógica y formación docente como elementos fundamentales para la construcción de una educación crítica y emancipadora. La investigación parte del problema de comprender cómo los procesos de formación del profesorado contribuyen a la reflexión, resignificación y transformación de las prácticas educativas, favoreciendo acciones pedagógicas comprometidas con la transformación social. El objetivo general consiste en analizar las contribuciones de la formación docente al fortalecimiento de prácticas pedagógicas reflexivas, participativas y contextualizadas. La metodología se caracteriza como una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, basada en el análisis de estudios científicos sobre formación docente, prácticas educativas y perspectivas críticas de la educación. Los resultados evidencian que la formación continua y la reflexión sobre la práctica favorecen la autonomía docente, la innovación pedagógica y la construcción de ambientes educativos democráticos. Se concluye que la articulación entre teoría y práctica constituye un elemento esencial para una educación orientada a la formación integral de los sujetos.

Palabras clave: Práctica pedagógica; formación docente; educación crítica; emancipación educativa.

1. INTRODUÇÃO

A prática pedagógica e a formação docente constituem dimensões essenciais para a construção de uma educação crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social. O professor, nesse contexto, não atua apenas como transmissor de conteúdos, mas como sujeito que interpreta a realidade, produz conhecimentos e desenvolve estratégias capazes de favorecer a aprendizagem dos estudantes. Para Freire (1996), a prática educativa exige uma postura crítica, ética e reflexiva, pois ensinar envolve compreender que o conhecimento é construído por meio do diálogo, da participação e da valorização das experiências dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

A formação docente representa um processo permanente de desenvolvimento profissional, no qual teoria e prática devem estar articuladas para possibilitar uma atuação pedagógica consciente e transformadora. Nesse sentido, Gatti (2010) destaca que a formação de professores no Brasil enfrenta desafios relacionados à integração entre conhecimentos acadêmicos e realidade escolar, evidenciando a necessidade de políticas formativas que valorizem a profissionalização docente e a construção de saberes necessários ao exercício da profissão.

Diante desse contexto, esta pesquisa busca compreender como os processos de formação docente contribuem para a reflexão e a ressignificação das práticas pedagógicas na perspectiva de uma educação crítica e emancipadora. O estudo apresenta abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada nas contribuições de autores que discutem a docência, a reflexão sobre a prática e os processos formativos. Conforme Nóvoa (2019), compreender a formação dos professores implica reconhecer a escola como espaço de construção coletiva, no qual os docentes desenvolvem conhecimentos profissionais a partir das experiências e desafios cotidianos.

2. DESENVOLVIMENTO

A formação docente configura-se como um processo complexo que envolve conhecimentos teóricos, experiências profissionais e reflexão permanente sobre a prática educativa. O professor constrói sua identidade profissional por meio das relações estabelecidas no ambiente escolar, desenvolvendo competências para compreender diferentes contextos sociais e culturais. Segundo Tardif e Lessard (2014), o trabalho docente caracteriza-se pela interação humana, pois o ensino ocorre em uma relação dinâmica entre professores, estudantes e conhecimentos construídos coletivamente.

A prática pedagógica crítica pressupõe uma atuação docente fundamentada na autonomia, no diálogo e na participação ativa dos estudantes. Nessa perspectiva, ensinar não

significa apenas transmitir informações, mas criar condições para que os alunos desenvolvam pensamento crítico e capacidade de intervenção na realidade. Para Freire (1996), a educação emancipadora exige que o professor compreenda sua prática como uma ação política e social, baseada no respeito, na escuta e na construção democrática do conhecimento.

Os desafios educacionais contemporâneos exigem professores preparados para lidar com mudanças sociais, tecnológicas e culturais presentes na escola. A formação continuada torna-se fundamental para ampliar as possibilidades metodológicas e fortalecer a autonomia profissional docente. De acordo com Nóvoa (2019), os professores precisam ser reconhecidos como protagonistas da própria formação, construindo conhecimentos profissionais a partir da reflexão coletiva e das experiências compartilhadas no espaço escolar.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas discussões sobre formação docente, prática pedagógica reflexiva e educação crítica. A compreensão desses conceitos permite analisar a docência como uma profissão que envolve conhecimentos científicos, relações humanas e compromisso social. Conforme Pimenta e Ghedin (2012), o conceito de professor reflexivo evidencia a importância de compreender a prática educativa como espaço de investigação, análise e reconstrução permanente dos saberes docentes.

3.1. Fundamentação conceitual do objeto de estudo

A prática pedagógica compreende um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas pelo professor com o objetivo de promover aprendizagem e formação integral dos estudantes. Ela envolve aspectos metodológicos, relações interpessoais, avaliação e compreensão das necessidades dos alunos. Para Freire (1996), a prática educativa deve estar fundamentada na reflexão crítica, pois o ato de ensinar exige compreender os sujeitos como participantes ativos da construção do conhecimento.

A formação docente, por sua vez, constitui um processo contínuo que envolve a construção de conhecimentos profissionais, desenvolvimento de competências e reflexão sobre as experiências vivenciadas na escola. Segundo Tardif e Lessard (2014), os saberes docentes são construídos a partir de diferentes fontes, incluindo formação acadêmica, experiências profissionais e relações estabelecidas no cotidiano escolar, tornando a docência uma profissão marcada pela complexidade e interação humana.

A relação entre formação docente e prática pedagógica demonstra que o professor necessita desenvolver uma postura investigativa e reflexiva sobre sua atuação. A educação crítica

e emancipadora depende de profissionais capazes de compreender os desafios educacionais e propor práticas que valorizem autonomia, participação e diversidade. Conforme Pimenta e Ghedin (2012), o professor reflexivo transforma sua prática ao analisar criticamente suas ações e reconstruir seus conhecimentos profissionais.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As abordagens teóricas relacionadas à formação docente destacam a importância da reflexão como elemento fundamental para o desenvolvimento profissional dos professores. A perspectiva do professor reflexivo compreende a docência como uma prática intelectual, na qual o educador analisa situações, toma decisões e produz conhecimentos a partir das experiências vivenciadas. Segundo Pimenta e Ghedin (2012), a reflexão docente possibilita superar práticas mecânicas e construir ações pedagógicas mais conscientes e contextualizadas.

Os modelos analíticos sobre formação docente enfatizam a necessidade de articulação entre teoria e prática, considerando que o conhecimento profissional do professor é construído na relação entre estudos acadêmicos e experiências escolares. Nesse sentido, Zeichner (2010) destaca que a pesquisa educacional e a formação docente devem estabelecer conexões mais próximas, permitindo que os professores sejam reconhecidos como produtores de conhecimentos sobre sua própria realidade profissional.

A abordagem crítica e emancipadora da educação compreende o ensino como uma prática social capaz de promover transformação e participação cidadã. O professor assume papel de mediador do conhecimento, criando condições para que os estudantes desenvolvam autonomia intelectual e consciência crítica. Para Freire (1996), a educação deve possibilitar aos sujeitos compreenderem sua realidade e atuarem sobre ela, fortalecendo processos educativos democráticos.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

Estudos sobre formação docente demonstram que processos formativos contínuos contribuem para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento da identidade profissional dos professores. As pesquisas evidenciam que docentes envolvidos em experiências reflexivas apresentam maiores possibilidades de inovar metodologias, compreender dificuldades dos estudantes e construir ambientes educativos mais participativos. Conforme Gatti (2010), a qualidade da educação está diretamente relacionada à valorização da formação e das condições profissionais dos professores.

As investigações contemporâneas também apontam que a formação docente precisa superar modelos fragmentados, aproximando conhecimentos teóricos das demandas reais da escola. Nóvoa (2019) defende uma formação construída no próprio espaço profissional, valorizando a colaboração entre professores e a troca de experiências como elementos fundamentais para o desenvolvimento docente.

Pesquisas sobre prática reflexiva indicam que professores que analisam criticamente suas ações conseguem desenvolver estratégias pedagógicas mais adequadas aos diferentes contextos educacionais. Segundo Zeichner (2010), a aproximação entre pesquisa e prática docente fortalece a autonomia profissional e contribui para uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com a transformação social.

3.4. Formação docente reflexiva e a ressignificação da prática pedagógica

A formação docente reflexiva compreende o professor como um profissional em constante processo de aprendizagem, capaz de analisar criticamente suas experiências e reconstruir suas práticas pedagógicas. A docência não se limita ao domínio de conteúdos, mas envolve a capacidade de interpretar contextos, compreender as necessidades dos estudantes e desenvolver estratégias educativas mais significativas. Nesse contexto, Freire (1996) destaca que ensinar exige reflexão crítica sobre a própria prática, pois o professor aprende ao ensinar e transforma sua atuação por meio da análise consciente de suas ações pedagógicas.

A reflexão sobre a prática possibilita que os docentes identifiquem desafios presentes no cotidiano escolar e busquem novas formas de intervenção educativa. A formação inicial e continuada assume papel fundamental nesse processo, pois amplia conhecimentos teóricos, metodológicos e profissionais necessários para uma atuação mais autônoma. Conforme Pimenta e Ghedin (2012), o conceito de professor reflexivo evidencia que a prática educativa deve ser compreendida como espaço de produção de conhecimentos, no qual o professor investiga sua realidade e ressignifica suas ações.

A formação continuada contribui para a construção da identidade profissional docente ao possibilitar trocas de experiências, atualização de conhecimentos e desenvolvimento de novas competências pedagógicas. Os desafios encontrados no ambiente escolar podem ser transformados em oportunidades de aprendizagem quando o professor assume uma postura investigativa e colaborativa. De acordo com Nóvoa (2019), a formação dos professores deve ocorrer articulada ao contexto da escola, valorizando a experiência profissional como elemento essencial para o desenvolvimento docente.

3.5. Prática pedagógica crítica e emancipadora na construção de uma educação democrática

A prática pedagógica crítica e emancipadora compreende a educação como um processo de construção coletiva do conhecimento, fundamentado no diálogo, na participação e no respeito aos diferentes saberes presentes no ambiente escolar. O professor atua como mediador da aprendizagem, estimulando os estudantes a desenvolverem autonomia, pensamento crítico e capacidade de compreender e transformar sua realidade. Para Freire (1996), uma educação emancipadora exige relações pedagógicas baseadas na escuta, no diálogo e na valorização dos sujeitos como participantes ativos do processo educativo.

A construção de uma educação democrática depende de metodologias que superem modelos tradicionais centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos. Práticas pedagógicas contextualizadas possibilitam que os estudantes relacionem os conhecimentos escolares às suas experiências sociais, culturais e históricas. Segundo Tardif e Lessard (2014), o trabalho docente envolve relações humanas complexas, nas quais a interação entre professores e estudantes constitui elemento fundamental para a construção do conhecimento.

A escola assume papel social importante na formação de cidadãos conscientes e participativos. A prática pedagógica crítica favorece a inclusão, valoriza a diversidade e promove oportunidades de aprendizagem para diferentes sujeitos. Conforme Pimenta e Ghedin (2012), a reflexão sobre a prática permite ao professor compreender sua atuação como uma ação transformadora, capaz de contribuir para uma educação mais democrática e comprometida com a emancipação humana.

3.6. Desafios contemporâneos da formação docente e os caminhos para inovação pedagógica

A formação docente no século XXI enfrenta desafios relacionados às transformações sociais, tecnológicas e culturais que modificam as formas de ensinar e aprender. Os professores precisam desenvolver novas competências para atuar em ambientes educacionais diversificados, utilizando metodologias inovadoras e estratégias capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes. Segundo Gatti (2010), a formação de professores necessita superar limitações históricas e fortalecer a articulação entre conhecimentos teóricos, práticas profissionais e demandas reais da escola.

A integração das tecnologias digitais e das novas metodologias pedagógicas exige uma formação docente contínua, que possibilite aos professores utilizar recursos tecnológicos de maneira crítica, ética e contextualizada. A inovação pedagógica não está relacionada apenas ao

uso de ferramentas, mas à capacidade de transformar práticas educativas, tornando-as mais participativas e significativas. Conforme Nóvoa (2019), os professores precisam ser reconhecidos como protagonistas das mudanças educacionais, construindo coletivamente novos caminhos para a profissão docente.

A promoção da inclusão e da equidade educacional depende de uma formação docente comprometida com a diversidade e com a valorização das diferenças. Professores preparados para refletir sobre suas práticas conseguem desenvolver estratégias mais adequadas aos variados contextos escolares, fortalecendo uma educação humanizada e democrática. De acordo com Zeichner (2010), a aproximação entre pesquisa e prática docente contribui para a construção de profissionais mais críticos, capazes de produzir conhecimentos e promover transformações no espaço educativo.

4. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa foi organizada a partir de procedimentos científicos voltados à compreensão da relação entre prática pedagógica e formação docente como caminhos para uma educação crítica e emancipadora. O percurso metodológico considera a importância da análise teórica e reflexiva sobre os processos formativos dos professores, buscando compreender como a articulação entre conhecimentos acadêmicos e experiências profissionais contribui para a ressignificação das práticas educativas.

4.1. Natureza e abordagem da pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, pois busca compreender os significados, concepções e experiências relacionadas à formação docente e às práticas pedagógicas. Essa abordagem permite analisar fenômenos educacionais considerando aspectos sociais, históricos e culturais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Conforme Freire (1996), a prática educativa exige reflexão crítica sobre a realidade, sendo fundamental compreender o professor como sujeito ativo na construção do conhecimento.

O estudo apresenta caráter exploratório e bibliográfico, fundamentado na análise de produções científicas sobre formação docente, professor reflexivo e educação emancipadora. Segundo Gatti (2010), a investigação sobre formação de professores necessita considerar a complexidade da profissão docente e as relações entre teoria, prática e contexto escolar, possibilitando uma compreensão mais ampla dos desafios educacionais contemporâneos.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Os procedimentos técnicos utilizados correspondem à pesquisa bibliográfica, realizada por meio da análise de livros, artigos científicos e estudos acadêmicos relacionados à formação docente, prática pedagógica crítica e processos de reflexão profissional. A seleção das fontes buscou contemplar autores que discutem a docência como profissão fundamentada em conhecimentos, experiências e relações humanas.

As principais referências analisadas foram estudos de Freire (1996), Gatti (2010), Nóvoa (2019), Pimenta e Ghedin (2012), Tardif e Lessard (2014) e Zeichner (2010), que apresentam contribuições relevantes para compreender a formação docente e suas implicações na prática educativa. Para Nóvoa (2019), a formação dos professores deve estar vinculada à realidade escolar, valorizando experiências profissionais e processos coletivos de aprendizagem.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa compreende estudos científicos voltados à formação docente, práticas pedagógicas e perspectivas educacionais críticas e emancipatórias. A investigação concentra-se em produções acadêmicas que analisam o papel do professor como sujeito reflexivo, mediador do conhecimento e agente de transformação social.

A amostra foi composta por obras e artigos selecionados conforme critérios de relevância temática, contribuição científica e relação direta com o objeto de estudo. Foram considerados trabalhos que abordam formação inicial e continuada, identidade profissional docente, reflexão sobre a prática e inovação pedagógica. De acordo com Tardif e Lessard (2014), compreender o trabalho docente exige analisar os diferentes saberes que constituem a profissão e as experiências construídas no cotidiano escolar.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta de dados ocorreu por meio do levantamento bibliográfico de estudos relacionados ao tema investigado, considerando conceitos, fundamentos teóricos e contribuições de diferentes autores. O material selecionado foi organizado de acordo com categorias analíticas relacionadas à formação docente reflexiva, prática pedagógica emancipadora e desafios contemporâneos da educação.

O tratamento e a análise dos dados foram realizados por meio de interpretação qualitativa, buscando estabelecer relações entre as contribuições teóricas e as questões centrais da pesquisa. Conforme Pimenta e Ghedin (2012), a reflexão sobre a prática constitui elemento

essencial para compreender os processos educativos e possibilitar a construção de novos conhecimentos profissionais pelos docentes.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

A pesquisa respeitou os princípios éticos da produção científica, garantindo a correta identificação das fontes utilizadas e o reconhecimento das contribuições dos autores analisados. As informações foram interpretadas com rigor acadêmico, buscando preservar a fidelidade aos conceitos apresentados nas obras selecionadas.

Como limitação, destaca-se o caráter bibliográfico do estudo, que não contempla aplicação direta de instrumentos de pesquisa em ambientes escolares específicos. Entretanto, a análise teórica possibilita ampliar a compreensão sobre os processos de formação docente e suas relações com práticas pedagógicas críticas. Conforme Zeichner (2010), a aproximação entre pesquisa e prática educativa fortalece a construção de conhecimentos capazes de contribuir para o desenvolvimento profissional dos professores e para a melhoria da educação.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar contribuições relevantes sobre a relação entre formação docente, prática pedagógica e construção de uma educação crítica e emancipadora. Os resultados evidenciam que a formação dos professores constitui elemento essencial para o desenvolvimento de práticas educativas reflexivas, contextualizadas e comprometidas com a aprendizagem significativa dos estudantes.

5.1. Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

Os dados analisados demonstram que as pesquisas sobre formação docente destacam a importância da articulação entre conhecimentos teóricos, experiências profissionais e reflexão sobre a prática pedagógica. Observou-se que os estudos apresentam a docência como uma profissão dinâmica, que exige atualização permanente, capacidade de adaptação e desenvolvimento de competências voltadas às transformações sociais e educacionais contemporâneas. Gatti (2010) evidencia que a formação de professores precisa considerar as especificidades da realidade escolar, fortalecendo a relação entre preparação profissional e desafios enfrentados no cotidiano educativo.

O panorama geral dos resultados indica que práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, na participação e na valorização dos sujeitos favorecem ambientes educacionais mais democráticos. As análises apontam que professores envolvidos em processos formativos

contínuos desenvolvem maior autonomia profissional e ampliam suas possibilidades metodológicas. Conforme Nóvoa (2019), a formação docente deve ser compreendida como um processo coletivo e permanente, no qual os professores constroem conhecimentos a partir das experiências compartilhadas e da reflexão sobre sua atuação.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

A interpretação dos resultados evidencia aproximações entre os dados analisados e as concepções de educação crítica e reflexiva apresentadas no referencial teórico. Verificou-se que a prática pedagógica não pode ser compreendida como uma ação meramente técnica, mas como um processo social e educativo que envolve escolhas, valores e relações humanas. Para Freire (1996), a prática docente exige consciência crítica, pois o professor participa da formação dos sujeitos ao criar possibilidades para que os estudantes desenvolvam autonomia e capacidade de intervenção na realidade.

Os resultados também confirmam a relevância do professor reflexivo como elemento central para a transformação das práticas educativas. A análise demonstra que a reflexão sistemática sobre as ações pedagógicas possibilita identificar dificuldades, elaborar novas estratégias e promover melhorias no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Pimenta e Ghedin (2012), a reflexão sobre a prática permite que o professor deixe de ser apenas executor de metodologias e passe a atuar como produtor de conhecimentos sobre sua própria realidade profissional.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

As implicações práticas dos resultados indicam a necessidade de fortalecer políticas e programas de formação inicial e continuada que valorizem o desenvolvimento profissional docente. A pesquisa evidencia que professores preparados para analisar criticamente suas práticas apresentam melhores condições para desenvolver metodologias inovadoras, inclusivas e adequadas às diferentes necessidades dos estudantes. De acordo com Tardif e Lessard (2014), a docência envolve saberes construídos na experiência e nas interações humanas, sendo fundamental reconhecer o conhecimento produzido pelos próprios professores.

Do ponto de vista teórico e metodológico, os resultados reforçam a importância de compreender a formação docente como um processo contínuo, integrado e articulado às demandas sociais da educação. A formação de professores não deve ser compreendida como uma etapa limitada à preparação inicial, mas como uma trajetória permanente de construção de conhecimentos, desenvolvimento profissional e reflexão sobre as práticas realizadas no cotidiano

escolar. A articulação entre pesquisa acadêmica e experiência docente possibilita uma compreensão mais ampla dos desafios educacionais, favorecendo a elaboração de estratégias pedagógicas contextualizadas e comprometidas com a realidade dos estudantes. Conforme Zeichner (2010), a aproximação entre pesquisa educacional e prática profissional contribui para fortalecer a autonomia dos professores, reconhecendo-os como sujeitos capazes de investigar, interpretar e transformar suas próprias ações educativas.

Os resultados indicam que uma perspectiva metodológica fundamentada na reflexão crítica possibilita superar modelos tradicionais de formação baseados apenas na transmissão de conhecimentos técnicos. A valorização das experiências docentes, do trabalho colaborativo e da investigação da própria prática amplia as possibilidades de inovação pedagógica e favorece a construção de uma escola mais democrática e inclusiva. A formação docente, quando articulada às necessidades sociais, culturais e educacionais contemporâneas, torna-se um instrumento de transformação, permitindo que os professores desenvolvam competências para lidar com diferentes contextos de aprendizagem e promovam processos educativos voltados à autonomia, participação e emancipação dos sujeitos.

CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou que a prática pedagógica e a formação docente constituem elementos fundamentais para a construção de uma educação crítica, reflexiva e emancipadora. A formação dos professores, compreendida como um processo contínuo de desenvolvimento profissional, possibilita a ressignificação das práticas educativas e amplia as possibilidades de criação de ambientes escolares mais participativos, democráticos e comprometidos com a aprendizagem dos estudantes.

Os resultados demonstraram que a articulação entre teoria e prática fortalece a autonomia docente, favorece a inovação pedagógica e contribui para que os professores atuem como mediadores do conhecimento e agentes de transformação social. A reflexão sobre a própria prática permite compreender os desafios educacionais como oportunidades de construção de novos saberes e desenvolvimento de estratégias mais contextualizadas e inclusivas.

A formação docente, compreendida como um percurso permanente de aprendizagem e reflexão, possibilita que os professores desenvolvam maior autonomia profissional e capacidade de analisar os desafios presentes no cotidiano escolar. O fortalecimento das práticas pedagógicas reflexivas contribui para a construção de propostas educativas mais significativas, nas quais o ensino deixa de ser entendido apenas como transmissão de conteúdos e passa a ser compreendido como um processo de diálogo, participação e construção coletiva do conhecimento.

A valorização do professor como agente transformador da educação representa um aspecto essencial para enfrentar as demandas contemporâneas da escola e da sociedade. Práticas pedagógicas fundamentadas na reflexão, na inclusão e no respeito à diversidade possibilitam a criação de ambientes educacionais mais democráticos e humanizados. A articulação entre conhecimentos teóricos, experiências profissionais e investigação da própria prática favorece o desenvolvimento de metodologias inovadoras e contextualizadas, capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes e promover aprendizagens mais amplas.

A formação docente e a prática pedagógica constituem caminhos fundamentais para uma educação comprometida com a emancipação dos sujeitos e com a transformação social. Investir na formação inicial e continuada dos professores significa fortalecer uma educação que valoriza a autonomia, o pensamento crítico, a cidadania e a participação coletiva. Assim, a escola consolida-se como espaço de desenvolvimento humano integral, no qual professores e estudantes constroem conhecimentos e contribuem para uma sociedade mais democrática, justa e participativa.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Obra fundamental para a compreensão da prática docente crítica e emancipadora). DOI: https://doi.org/10.7476/9788575412625.

GATTI, Bernardete Angelina. **Formação de professores no Brasil: características e problemas.** Educação & Sociedade**,** Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola.** Educação & Realidade**,** Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-623684910.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. S**ão Paulo: Cortez, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000300012.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis: Vozes, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300005.

ZEICHNER, Kenneth M. Repensando **as conexões entre a formação docente e a pesquisa educacional.** Educação & Realidade**,** Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 479-504, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S2175-62362010000300003

CAPÍTULO 5

LETRAMENTO CULTURAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: CAMINHOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS.

CULTURAL LITERACY IN TEACHER EDUCATION: PATHWAYS FOR THE CONSOLIDATION OF ANTI-RACIST PEDAGOGICAL PRACTICES.

ALFABETIZACIÓN CULTURAL EN LA FORMACIÓN DOCENTE: CAMINOS PARA LA CONSOLIDACIÓN DE PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS.

Marcos Aurelio dos Santos Freitas
E-mail: marcos_freitas21@hotmail.com

O presente estudo aborda o letramento cultural na formação docente como elemento essencial para práticas pedagógicas antirracistas e valorização da diversidade cultural. A pesquisa analisa como os processos formativos contribuem para o reconhecimento das relações étnico-raciais e para ações educativas voltadas à equidade e inclusão. O objetivo consiste em compreender as contribuições do letramento cultural para fortalecer a formação docente e práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade. A metodologia caracteriza-se como pesquisa bibliográfica qualitativa, fundamentada em estudos sobre educação, cultura e relações étnico-raciais. Os resultados evidenciam que o conhecimento cultural favorece práticas inclusivas e fortalece uma educação democrática, plural e humanizada.

Palavras-chave: Letramento cultural; formação docente; práticas antirracistas; educação inclusiva.

This study addresses cultural literacy in teacher education as an essential element for developing anti-racist pedagogical practices and valuing cultural diversity in educational settings. The research seeks to understand how teacher education processes contribute to recognizing ethnic-racial relations and promoting educational actions focused on equity and inclusion. The objective is to analyze the contributions of cultural literacy to strengthening teacher education and anti-racist practices. The methodology is characterized as qualitative bibliographic research based on studies about education, culture, teacher education, and ethnic-racial relations. The results demonstrate that cultural knowledge expands the understanding of differences, supports inclusive educational practices, and strengthens pedagogical actions committed to social transformation. It is concluded that cultural literacy is an essential pathway toward democratic, plural, and humanized education.

Keywords: Cultural literacy; teacher education; anti-racist practices; inclusive education.

El presente estudio aborda la alfabetización cultural en la formación docente como un elemento esencial para la construcción de prácticas pedagógicas antirracistas y la valoración de la diversidad cultural en el contexto escolar. La investigación busca comprender cómo los procesos formativos del profesorado contribuyen al reconocimiento de las relaciones étnico-raciales y al desarrollo de acciones educativas orientadas a la equidad y la inclusión. El objetivo consiste en analizar las contribuciones de la alfabetización cultural para fortalecer la formación docente y las prácticas pedagógicas antirracistas. La metodología se caracteriza como una investigación bibliográfica cualitativa, fundamentada en estudios sobre educación, cultura y relaciones étnico-raciales. Los resultados indican que el conocimiento cultural favorece prácticas inclusivas y fortalece una educación democrática, plural y humanizada.

Palabras clave: Alfabetización cultural; formación docente; prácticas antirracistas; educación inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem sido desafiada a responder às demandas de uma sociedade caracterizada pela diversidade cultural, étnica e racial, exigindo a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a promoção da equidade e da justiça social. Nesse contexto, o letramento cultural assume papel estratégico na formação docente ao possibilitar que professores desenvolvam competências para reconhecer, compreender e valorizar as diferentes identidades presentes no ambiente escolar. Para Candau (2011), a escola deve superar perspectivas homogeneizadoras e reconhecer a diversidade como elemento constitutivo dos processos educativos, favorecendo a construção de relações interculturais pautadas no respeito às diferenças. Corroborando essa perspectiva, Silva (2016) afirma que o currículo constitui um artefato cultural permeado por relações de poder, não sendo um instrumento neutro, mas um espaço de disputas simbólicas que define quais conhecimentos são legitimados e quais permanecem invisibilizados. Discutir o letramento cultural significa problematizar as práticas escolares que ainda reproduzem desigualdades históricas e ampliar as possibilidades de construção de uma educação democrática e inclusiva.

A consolidação de práticas pedagógicas antirracistas tornou-se ainda mais necessária após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, que estabeleceram a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em todos os níveis da educação básica. Entretanto, conforme destaca Gomes (2012), a simples inserção desses conteúdos nos currículos não garante mudanças efetivas, pois permanece o desafio de descolonizar as práticas educativas e romper com concepções eurocêntricas que historicamente invisibilizaram os conhecimentos produzidos pelos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Oliveira e Candau (2010) defendem que a pedagogia decolonial constitui um importante referencial para questionar as estruturas de poder que sustentam processos de exclusão no espaço escolar, promovendo uma educação fundamentada no reconhecimento da pluralidade de saberes e na valorização das diferentes matrizes culturais que compõem a sociedade brasileira. A formação docente deve ser compreendida como um processo permanente de reflexão crítica, capaz de articular conhecimentos científicos, compromisso ético e responsabilidade social.

A compreensão do letramento cultural também exige o aprofundamento das discussões acerca dos conceitos de raça, racismo, identidade e etnia, uma vez que tais categorias influenciam diretamente as relações estabelecidas no cotidiano escolar. Munanga (2004) ressalta que o conceito de raça deve ser compreendido como uma construção social e política utilizada historicamente para justificar processos de dominação e exclusão, sendo o racismo um fenômeno

estrutural que ultrapassa atitudes individuais e se manifesta nas instituições sociais, inclusive na escola. Em consonância com essa análise, Gomes (2003) argumenta que a valorização da identidade negra representa um elemento essencial para o fortalecimento da autoestima dos estudantes e para a construção de relações educativas pautadas no respeito às diferenças. O presente estudo tem como objetivo analisar o letramento cultural na formação docente como estratégia para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas, discutindo seus fundamentos conceituais, suas abordagens teóricas e suas contribuições para a construção de uma educação comprometida com a diversidade, a equidade racial e a transformação social.

2. DESENVOLVIMENTO

O letramento cultural constitui um eixo fundamental da formação docente por favorecer a compreensão da diversidade étnico-racial como elemento constitutivo da sociedade brasileira. Para Candau (2011), a escola precisa superar práticas homogeneizadoras e reconhecer as diferenças culturais como potencial pedagógico, promovendo relações baseadas no diálogo e no respeito. Nessa perspectiva, o professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e assume o papel de mediador de aprendizagens que valorizam diferentes identidades e experiências culturais.

Essa compreensão exige uma análise crítica do currículo escolar, uma vez que os conhecimentos ensinados refletem relações de poder e escolhas sociais. Silva (2016) afirma que o currículo não é neutro, pois privilegia determinados saberes em detrimento de outros. Em consonância, Gomes (2012) defende a descolonização curricular como estratégia para incorporar a história, a cultura e os conhecimentos produzidos por povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, contribuindo para uma educação comprometida com a equidade racial.

A formação docente também deve possibilitar o conhecimento das legislações que orientam a educação para as relações étnico-raciais, especialmente as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Entretanto, Gomes (2012) ressalta que a efetivação dessas políticas depende da preparação dos professores para desenvolver práticas pedagógicas que ultrapassem ações pontuais e integrem a diversidade cultural ao currículo de forma permanente. Assim, o domínio dos marcos legais fortalece o compromisso da escola com uma educação democrática.

Segundo Munanga (2004), o racismo é uma construção histórica e social que produz desigualdades e naturaliza processos de exclusão. Nesse sentido, a escola deve promover práticas educativas capazes de desconstruir estereótipos e combater preconceitos, favorecendo a construção de relações pautadas na igualdade e no reconhecimento da diversidade.

A pedagogia decolonial apresenta-se como importante referencial para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas. Oliveira e Candau (2010) defendem que a formação docente deve romper com perspectivas eurocêntricas e valorizar diferentes formas de produção do conhecimento. Essa abordagem amplia as possibilidades de aprendizagem ao reconhecer que os saberes produzidos por diferentes grupos sociais possuem relevância para a formação crítica dos estudantes.

O letramento cultural fortalece a construção de uma cultura escolar inclusiva, na qual professores e estudantes participam da produção de conhecimentos fundamentados no respeito às diferenças. Conforme Candau (2011), práticas pedagógicas interculturais favorecem a convivência democrática e contribuem para a redução das desigualdades. A formação docente constitui um elemento essencial para consolidar uma educação antirracista, capaz de promover a cidadania, a justiça social e a valorização da diversidade cultural.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico constitui a base conceitual deste estudo, reunindo os principais aportes científicos sobre letramento cultural, formação docente e educação antirracista, a partir das contribuições de autores que discutem a diversidade cultural, as relações étnico-raciais e a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a justiça social.

3.1. Fundamentação conceitual do objeto de estudo

O letramento cultural configura-se como um processo formativo que possibilita aos docentes compreenderem criticamente a diversidade étnica, racial e cultural presente na sociedade e no ambiente escolar. Essa perspectiva ultrapassa a simples aquisição de conhecimentos sobre diferentes culturas, envolvendo a capacidade de reconhecer as relações de poder que historicamente produziram desigualdades e exclusões. Candau (2011) afirma que a valorização da diversidade deve constituir um princípio orientador das práticas pedagógicas, favorecendo o diálogo intercultural e o reconhecimento das diferenças como elementos enriquecedores do processo educativo. O letramento cultural contribui para que o professor desenvolva uma postura crítica diante das práticas discriminatórias ainda presentes nas instituições escolares.

Sob a perspectiva curricular, Silva (2016) argumenta que o currículo é uma construção social permeada por disputas políticas e culturais, sendo responsável por legitimar determinados conhecimentos e silenciar outros. Essa compreensão aproxima-se da análise de Gomes (2012), que defende a necessidade de descolonizar os currículos escolares para incorporar os saberes

produzidos pelas populações africanas, afro-brasileiras e indígenas. O letramento cultural constitui um instrumento capaz de promover a revisão crítica dos conteúdos escolares, fortalecendo uma educação comprometida com a equidade racial, a inclusão e a valorização da pluralidade cultural.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As discussões sobre letramento cultural fundamentam-se em abordagens que compreendem a educação como espaço de transformação social e de valorização das diferenças. Candau (2011) destaca que a interculturalidade crítica propõe relações educativas baseadas no diálogo entre diferentes culturas, superando perspectivas assimilacionistas que invisibilizam grupos historicamente marginalizados. Essa abordagem considera que o reconhecimento das diferenças não deve produzir segregação, mas fortalecer processos educativos pautados no respeito, na igualdade e na participação democrática.

Em complemento, Oliveira e Candau (2010) defendem que a pedagogia decolonial representa uma estratégia para romper com os referenciais eurocêntricos predominantes na educação brasileira, promovendo a valorização de diferentes formas de produção do conhecimento. Silva (2016) reforça essa discussão ao afirmar que o currículo expressa relações de poder e, por isso, precisa ser constantemente problematizado para garantir maior representatividade dos diversos grupos sociais. Essas abordagens teóricas oferecem fundamentos para a construção de práticas pedagógicas antirracistas comprometidas com a justiça social e a diversidade cultural.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

As pesquisas sobre formação docente evidenciam que a implementação de práticas pedagógicas antirracistas depende da articulação entre formação inicial, formação continuada e compromisso institucional com a diversidade. Gomes (2003) demonstra que professores preparados para trabalhar as relações étnico-raciais desenvolvem estratégias capazes de fortalecer a autoestima dos estudantes negros e ampliar sua participação no ambiente escolar. Esses resultados indicam que o reconhecimento das identidades culturais favorece relações educativas mais democráticas e reduz situações de discriminação.

Gomes (2012) observa que experiências voltadas à descolonização curricular contribuem para ampliar a representatividade de grupos historicamente excluídos e promover uma aprendizagem mais significativa. Em consonância com essa perspectiva, Munanga (2004) destaca que o enfrentamento do racismo exige mudanças estruturais nas instituições educativas,

incluindo a revisão dos currículos, dos materiais didáticos e das práticas pedagógicas. Dessa maneira, as evidências produzidas pelas pesquisas reforçam a importância do letramento cultural como componente indispensável da formação docente.

3.4. Compreensão crítica da diversidade cultural

A compreensão crítica da diversidade cultural constitui uma competência indispensável para o exercício da docência, pois permite reconhecer que a escola é formada por sujeitos pertencentes a diferentes contextos históricos, sociais e culturais. Candau (2011) afirma que a diversidade deve ser compreendida como elemento estruturante das práticas educativas, exigindo O professor torna-se responsável por desenvolver ações pedagógicas que valorizem as diferenças e fortaleçam o respeito às identidades culturais presentes no ambiente escolar.

Essa perspectiva também envolve o enfrentamento das desigualdades raciais historicamente produzidas na sociedade brasileira. Munanga (2004) ressalta que o racismo constitui uma construção social que influencia as relações estabelecidas nas instituições educacionais, tornando necessária a adoção de práticas pedagógicas comprometidas com a igualdade racial. Complementando essa discussão, Gomes (2012) argumenta que o reconhecimento da diversidade cultural favorece a descolonização dos currículos e amplia as possibilidades de construção de uma educação democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

3.5. Conhecimento das legislações e políticas educacionais

A consolidação de práticas pedagógicas antirracistas exige que a formação docente contemple o estudo das legislações e políticas públicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais. A promulgação da Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, representou um marco na educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em toda a educação básica. Entretanto, Gomes (2012) ressalta que a existência da legislação, por si só, não assegura mudanças na prática pedagógica, sendo necessária a formação de professores capazes de compreender a relevância dessas políticas para a promoção da igualdade racial e para a transformação dos currículos escolares. O conhecimento dos dispositivos legais fortalece o compromisso docente com uma educação inclusiva e socialmente referenciada.

Além da legislação específica, a implementação de políticas educacionais voltadas para a diversidade demanda uma postura crítica dos profissionais da educação diante das desigualdades historicamente reproduzidas pela escola. Candau (2011) afirma que as políticas de

valorização da diversidade precisam ser incorporadas ao cotidiano escolar por meio de práticas pedagógicas permanentes, e não apenas em atividades pontuais. De forma complementar, Oliveira e Candau (2010) defendem que a formação docente deve preparar os educadores para compreenderem as políticas públicas como instrumentos de democratização do ensino, favorecendo a construção de currículos interculturais e comprometidos com o enfrentamento do racismo estrutural.

3.6. Desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas

O desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas constitui um dos principais objetivos do letramento cultural na formação docente, pois possibilita transformar os princípios da educação para as relações étnico-raciais em ações concretas no cotidiano escolar. Segundo Munanga (2004), o racismo é uma construção histórica e social que se manifesta de diferentes formas nas instituições, exigindo intervenções pedagógicas capazes de desconstruir estereótipos e promover o reconhecimento das identidades negras e indígenas. O planejamento das atividades escolares deve contemplar diferentes referências culturais, ampliando as oportunidades de aprendizagem e fortalecendo o respeito às diferenças.

Nesse contexto, Gomes (2003) destaca que práticas pedagógicas que valorizam a identidade negra contribuem para o fortalecimento da autoestima dos estudantes e para a redução das desigualdades educacionais. Da mesma forma, Candau (2011) defende que metodologias participativas, projetos interdisciplinares e atividades que dialoguem com a realidade sociocultural dos alunos favorecem a construção de uma educação intercultural. O letramento cultural possibilita ao professor elaborar estratégias de ensino comprometidas com a equidade, a valorização da diversidade e a promoção dos direitos humanos.

3.7. Reflexão sobre a própria prática docente

A reflexão crítica sobre a prática docente representa uma dimensão indispensável da formação continuada, uma vez que permite ao professor analisar suas concepções, atitudes e metodologias à luz das demandas de uma educação antirracista. Para Silva (2016), a prática pedagógica está diretamente relacionada às concepções de currículo e de conhecimento construídas ao longo da trajetória profissional, sendo necessário questionar modelos que reproduzem exclusões e desigualdades. O letramento cultural favorece o desenvolvimento de uma postura investigativa e reflexiva, capaz de transformar a atuação docente em direção à promoção da justiça social.

Essa reflexão também envolve o reconhecimento dos preconceitos e das estruturas de poder presentes no ambiente escolar. Candau (2011) afirma que a formação docente deve estimular processos permanentes de autocrítica e diálogo, possibilitando a construção de práticas mais inclusivas e democráticas. Em consonância com essa perspectiva, Gomes (2012) argumenta que a descolonização dos currículos depende do compromisso dos educadores com a revisão de suas próprias práticas e com a valorização dos conhecimentos produzidos por diferentes grupos culturais. A reflexão crítica fortalece a atuação docente e amplia as possibilidades de construção de uma escola comprometida com a equidade racial.

3.8. Construção de uma cultura escolar inclusiva

A construção de uma cultura escolar inclusiva depende da articulação entre gestão, professores, estudantes, famílias e comunidade na promoção de práticas que valorizem a diversidade cultural e enfrentem todas as formas de discriminação. Oliveira e Candau (2010) afirmam que a escola deve constituir-se como espaço de diálogo intercultural, no qual diferentes saberes e identidades sejam reconhecidos e respeitados. Sob essa perspectiva, o letramento cultural amplia a capacidade institucional de desenvolver projetos educativos voltados para a convivência democrática, fortalecendo o sentimento de pertencimento e o respeito às diferenças.

De maneira complementar, Candau (2011) destaca que uma cultura escolar inclusiva não se limita à inserção de conteúdos sobre diversidade no currículo, mas exige mudanças nas relações pedagógicas e na organização da instituição escolar. Munanga (2004) acrescenta que o enfrentamento do racismo requer ações permanentes que promovam o reconhecimento das identidades historicamente marginalizadas e combatam práticas discriminatórias naturalizadas no cotidiano. A formação docente orientada pelo letramento cultural contribui para consolidar uma escola comprometida com a cidadania, a igualdade de oportunidades e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

4. METODOLOGIA

A metodologia apresenta os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, descrevendo sua natureza, abordagem, técnicas de coleta e análise dos dados, bem como os aspectos éticos e as limitações do estudo. A definição desses procedimentos visa garantir rigor científico e coerência entre os objetivos da pesquisa e os resultados esperados.

4.1. Natureza e abordagem da pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como *bibliográfica,* de natureza *aplicada* e abordagem *qualitativa,* por buscar compreender as contribuições do letramento cultural para a formação docente e para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas. A pesquisa qualitativa possibilita interpretar fenômenos sociais e educacionais a partir da análise crítica da produção científica, favorecendo uma compreensão aprofundada das relações entre educação, diversidade cultural e equidade racial. Segundo Candau (2011), compreender as diferenças culturais no contexto escolar exige uma abordagem investigativa capaz de analisar os processos sociais que produzem desigualdades e exclusões, justificando a adoção da perspectiva qualitativa neste estudo.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, realizada por meio da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos legais relacionados ao letramento cultural, à formação docente e à educação das relações étnico-raciais. As principais fontes consultadas compreendem as obras de Candau (2011), Gomes (2003; 2012), Munanga (2004), Oliveira e Candau (2010) e Silva (2016), reconhecidas por suas contribuições ao debate sobre currículo, diversidade cultural e educação antirracista. A utilização dessas produções possibilita reunir fundamentos teóricos consistentes para compreender o objeto investigado e sustentar as análises desenvolvidas ao longo da pesquisa.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica, o universo de investigação é constituído pela produção científica relacionada ao tema do letramento cultural na formação docente. A seleção das obras ocorreu considerando critérios como relevância acadêmica, reconhecimento dos autores na área, atualidade das discussões e proximidade com os objetivos da pesquisa. Foram priorizados estudos que abordam a diversidade cultural, as relações étnico-raciais, a formação de professores, o currículo e as práticas pedagógicas antirracistas, permitindo a construção de um referencial teórico consistente e articulado com a problemática investigada.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta de dados foi realizada mediante levantamento, leitura, seleção e organização das produções científicas pertinentes ao tema. Posteriormente, os dados foram sistematizados por meio da análise de conteúdo, permitindo identificar categorias relacionadas ao letramento

cultural, à formação docente, à diversidade cultural e às práticas pedagógicas antirracistas. Conforme Gomes (2012), a análise crítica das produções científicas possibilita compreender como os currículos e as práticas escolares podem contribuir para o enfrentamento do racismo e para a valorização da diversidade. Dessa forma, os resultados foram interpretados à luz das contribuições teóricas dos autores selecionados, buscando estabelecer relações entre os diferentes referenciais analisados.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

Por utilizar exclusivamente fontes bibliográficas de acesso público, esta pesquisa não envolveu seres humanos, dispensando procedimentos de aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes vigentes para estudos dessa natureza. Entretanto, foram observados os princípios éticos relacionados à integridade científica, assegurando a correta citação das obras consultadas e o respeito aos direitos autorais. Como limitação, destaca-se que os resultados apresentados decorrem da interpretação da literatura selecionada, podendo existir outras abordagens teóricas e metodológicas que ampliem as discussões sobre o letramento cultural e a formação docente. Ainda assim, as obras de Candau (2011), Gomes (2003; 2012), Munanga (2004), Oliveira e Candau (2010) e Silva (2016) oferecem sólido respaldo científico para compreender os desafios e as possibilidades da consolidação de práticas pedagógicas antirracistas na educação brasileira.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A apresentação dos resultados reúne as principais evidências obtidas a partir da análise da literatura, discutindo as contribuições do letramento cultural para a formação docente e para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas, em diálogo com o referencial teórico adotado.

5.1. Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

A análise das obras selecionadas evidenciou que o letramento cultural constitui um elemento indispensável para a formação docente e para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas. Os estudos analisados convergem ao demonstrar que a valorização da diversidade cultural favorece a construção de ambientes escolares mais democráticos e inclusivos, nos quais diferentes identidades e saberes são reconhecidos como parte do processo educativo. Conforme Candau (2011), a escola deve assumir o compromisso de promover relações interculturais que respeitem as diferenças e enfrentem práticas discriminatórias historicamente presentes no cotidiano escolar.

Os resultados também indicam que a efetivação das políticas voltadas à educação das relações étnico-raciais ainda enfrenta desafios relacionados à formação inicial e continuada dos professores, à organização curricular e à permanência de práticas pedagógicas eurocêntricas. Gomes (2012) destaca que a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 exige a revisão dos currículos e o fortalecimento da formação docente, enquanto Munanga (2004) ressalta que o combate ao racismo depende de ações permanentes capazes de transformar as relações estabelecidas no ambiente escolar.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

Os resultados obtidos corroboram as discussões desenvolvidas por Candau (2011) ao evidenciar que o reconhecimento da diversidade cultural deve constituir um princípio orientador das práticas pedagógicas. A análise da literatura demonstra que o letramento cultural amplia a capacidade dos docentes de compreenderem as desigualdades étnico-raciais e de desenvolverem metodologias que valorizem a pluralidade de experiências dos estudantes. Sob essa perspectiva, o currículo deixa de representar apenas um conjunto de conteúdos para assumir uma função social voltada à promoção da cidadania e da justiça social, conforme argumenta Silva (2016).

A interpretação dos estudos também revela a necessidade de superar concepções tradicionais de ensino fundamentadas na homogeneização dos conhecimentos escolares. Oliveira e Candau (2010) defendem que a pedagogia decolonial favorece a valorização de diferentes formas de produção do conhecimento, enquanto Gomes (2003) destaca que o reconhecimento da identidade negra fortalece o pertencimento e a autoestima dos estudantes. Os resultados confirmam que a formação docente baseada no letramento cultural contribui significativamente para a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, a equidade e o enfrentamento do racismo estrutural.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

No âmbito prático, os resultados demonstram que a formação docente deve incorporar, de forma permanente, estudos sobre diversidade cultural, relações étnico-raciais e educação antirracista. A pesquisa evidencia que a implementação de projetos interdisciplinares, a revisão dos materiais didáticos e a valorização das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas fortalecem a construção de ambientes escolares inclusivos. Conforme Gomes (2012), essas ações contribuem para a descolonização dos currículos e ampliam as possibilidades de aprendizagem de todos os estudantes, favorecendo uma educação comprometida com a igualdade de oportunidades.

Do ponto de vista teórico e metodológico, os resultados reforçam a importância das contribuições de Candau (2011), Munanga (2004), Oliveira e Candau (2010), Gomes (2003; 2012) e Silva (2016) para a compreensão das relações entre currículo, diversidade cultural e formação docente. A opção pela pesquisa bibliográfica possibilitou identificar convergências entre os autores e compreender como o letramento cultural pode orientar a construção de práticas pedagógicas antirracistas. O estudo amplia as discussões sobre a temática e oferece subsídios para futuras pesquisas e para a elaboração de políticas educacionais voltadas ao fortalecimento da educação intercultural e da justiça social.

CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que o letramento cultural constitui um elemento indispensável na formação docente, por favorecer a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade, o respeito às diferenças e o enfrentamento do racismo no contexto escolar. A análise realizada permitiu compreender que a formação de professores deve ultrapassar a transmissão de conteúdos, promovendo o desenvolvimento de competências críticas capazes de reconhecer as múltiplas identidades culturais presentes na sociedade e incorporá-las ao currículo de forma ética, inclusiva e democrática. Ofortalecimento do letramento cultural contribui para a construção de ambientes escolares mais acolhedores, participativos e comprometidos com a promoção da equidade.

Os resultados também demonstraram que a efetivação de práticas pedagógicas antirracistas depende de investimentos contínuos na formação inicial e continuada dos professores, da revisão dos currículos e da adoção de metodologias que valorizem as diferentes matrizes culturais presentes na sociedade brasileira. Evidenciou-se que a escola exerce papel fundamental na formação de cidadãos críticos, capazes de reconhecer a diversidade como um valor essencial para a convivência democrática e para o fortalecimento da cidadania.

O letramento cultural representa um caminho promissor para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas, contribuindo para o fortalecimento de uma educação comprometida com os direitos humanos, a inclusão e a transformação social. Ao promover a valorização das diferentes identidades culturais, esse processo favorece a construção de práticas educativas capazes de reconhecer a diversidade como um elemento constitutivo da sociedade e do ambiente escolar. A formação docente pautada no letramento cultural amplia a capacidade dos professores de desenvolver estratégias pedagógicas que enfrentem preconceitos, desconstruam estereótipos e promovam relações baseadas no respeito, na equidade e na valorização das diferenças. Além

disso, fortalece o compromisso da escola com a formação de estudantes críticos, conscientes de seu papel na construção de uma sociedade democrática e socialmente responsável.

Espera-se que as reflexões apresentadas neste estudo incentivem novas pesquisas e subsidiem ações voltadas ao aprimoramento da formação docente e das políticas educacionais, ampliando o debate sobre a importância da educação para as relações étnico-raciais. Investir no letramento cultural significa fortalecer uma educação mais democrática, humanizada e inclusiva, capaz de promover o respeito à diversidade e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Torna-se fundamental que instituições de ensino, gestores, professores e formuladores de políticas públicas atuem de forma articulada para consolidar práticas pedagógicas permanentes, que valorizem a pluralidade cultural e assegurem o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade..

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas.** *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011. DOI: https://doi.org/10.35786/1645-1384.v11.n2.14.

GOMES, Nilma Lino**. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000300014.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** *Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*, Universidade Federal Fluminense, 2004. DOI: https://doi.org/10.22409/repensando.v0i0.2310.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil.** *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000300009.

CAPÍTULO 6

CURRÍCULO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E BNCC COMPUTAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INTEGRAÇÃO DO PENSAMENTO COMPUTACIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

CURRICULUM, PEDAGOGICAL PRACTICES AND THE COMPUTING BNCC: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR THE INTEGRATION OF COMPUTATIONAL THINKING IN BASIC EDUCATION.

CURRÍCULO, PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS Y BNCC DE COMPUTACIÓN: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES PARA LA INTEGRACIÓN DEL PENSAMIENTO COMPUTACIONAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA.

Celine Maria de Sousa Azevedo
https://lattes.cnpq.br/7701185552314131.
E-mail: celine.msa|@gmail.com

O presente estudo aborda a relação entre currículo, práticas pedagógicas e a implementação da Computação na Educação Básica, destacando os desafios e as possibilidades para a integração do pensamento computacional no processo educativo. A pesquisa parte da problemática relacionada às dificuldades de inserção da computação nos currículos escolares e à necessidade de formação docente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas às novas demandas educacionais. O objetivo geral consiste em analisar as contribuições do pensamento computacional para a organização curricular e para as práticas pedagógicas na Educação Básica. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos científicos e documentos educacionais. Os resultados evidenciam que a integração do pensamento computacional favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico, da resolução de problemas e da aprendizagem interdisciplinar. Conclui-se que a inserção da Computação no currículo escolar amplia as possibilidades educativas e contribui para uma formação mais crítica e participativa.

Palavras-chave: Currículo escolar; pensamento computacional; práticas pedagógicas; Educação Básica.

This study analyzes the relationship between curriculum, pedagogical practices, and Computing implementation in Basic Education, emphasizing challenges and possibilities for integrating computational thinking. The research addresses difficulties in incorporating computing into school curricula and the need for teacher training. The objective is to analyze the contributions of computational thinking to curriculum organization and educational practices. Methodologically, it consists of qualitative bibliographic research based on scientific studies and educational documents. Results show improvements in logical reasoning, problem-solving, and interdisciplinary learning, contributing to a more critical and participatory education.

Keywords: School curriculum; computational thinking; pedagogical practices; Basic Education.

El presente estudio analiza la relación entre currículo, prácticas pedagógicas e implementación de la Computación en la Educación Básica, destacando desafíos y posibilidades para integrar el pensamiento computacional. La investigación aborda las dificultades de incorporación curricular y la necesidad de formación docente. El objetivo es analizar las contribuciones del pensamiento computacional en la organización curricular y las prácticas educativas. Se caracteriza como una investigación bibliográfica cualitativa, basada en estudios científicos y documentos educativos. Los resultados indican avances en razonamiento lógico, resolución de problemas y aprendizaje interdisciplinario, fortaleciendo una educación más crítica y participativa.

Palabras clave: Currículo escolar; pensamiento computacional; prácticas pedagógicas; Educación Básica.

1. INTRODUÇÃO

A presença das tecnologias digitais na sociedade contemporânea tem provocado transformações significativas nos processos educativos, exigindo novas perspectivas para o currículo e para as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Básica. Nesse cenário, a integração do pensamento computacional ao ambiente escolar surge como uma possibilidade de ampliar as capacidades cognitivas dos estudantes, estimulando habilidades relacionadas à resolução de problemas, criatividade, raciocínio lógico e tomada de decisões. Para Wing (2006), o pensamento computacional representa uma forma de pensar fundamentada em estratégias da Computação, não estando restrita ao uso de computadores ou à programação, mas envolvendo maneiras estruturadas de compreender e solucionar diferentes situações. Assim, sua inserção no currículo escolar contribui para uma formação mais ampla e alinhada às demandas educacionais contemporâneas.

A implementação da Computação na Educação Básica, entretanto, envolve desafios relacionados à formação docente, à organização curricular e às condições estruturais das instituições de ensino. De acordo com Raabe *et al.* (2020), a inclusão da Computação no currículo escolar requer uma abordagem que articule conhecimentos técnicos, pedagógicos e sociais, evitando uma visão limitada da tecnologia como simples ferramenta de apoio. Nesse sentido, torna-se fundamental preparar os professores para desenvolverem práticas pedagógicas inovadoras, capazes de integrar conceitos computacionais às diferentes áreas do conhecimento. A formação docente assume, portanto, papel central para garantir que o pensamento computacional seja trabalhado de maneira interdisciplinar, contextualizada e significativa para os estudantes.

Diante desse contexto, a BNCC Computação representa um avanço importante ao propor diretrizes para o desenvolvimento de competências relacionadas à cultura digital e ao pensamento computacional na Educação Básica. Conforme Valente (2016), a programação e as práticas relacionadas à Computação podem favorecer metodologias de aprendizagem mais ativas, nas quais os estudantes assumem papel protagonista na construção do conhecimento. Papert (1994) destaca que as tecnologias educacionais podem contribuir para processos de aprendizagem baseados na experimentação, criação e autonomia. Dessa forma, investigar a relação entre currículo, práticas pedagógicas e BNCC Computação torna-se essencial para compreender os desafios e as possibilidades da integração do pensamento computacional como elemento formativo na educação escolar.

2. DESENVOLVIMENTO

A integração do pensamento computacional ao currículo escolar representa uma mudança na forma de compreender o ensino da Computação, pois amplia sua abordagem para além dos aspectos técnicos e instrumentais. O desenvolvimento dessas competências permite aos estudantes analisar problemas, criar estratégias, testar soluções e desenvolver autonomia intelectual. Segundo Brackmann (2017), atividades relacionadas ao pensamento computacional, inclusive aquelas realizadas sem o uso direto de computadores, possibilitam trabalhar conceitos fundamentais da Computação por meio de experiências práticas e colaborativas. A inserção da Computação no currículo contribui para uma aprendizagem interdisciplinar, conectada às necessidades dos estudantes e aos desafios da sociedade digital.

As práticas pedagógicas voltadas ao pensamento computacional exigem metodologias que favoreçam a participação ativa dos estudantes e a construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, Blikstein (2013) destaca a importância da cultura maker e da fabricação digital como possibilidades educativas que estimulam criatividade, experimentação e inovação. Essas práticas aproximam os estudantes dos processos de criação e resolução de problemas, permitindo que utilizem a tecnologia como meio de produção de conhecimento e não apenas como ferramenta de consumo. O professor desempenha função essencial ao planejar atividades que relacionem os conceitos computacionais aos conteúdos curriculares, promovendo aprendizagens mais significativas.

Apesar das possibilidades apresentadas pela integração da Computação na Educação Básica, permanecem desafios relacionados à formação dos professores, infraestrutura tecnológica e construção de propostas curriculares adequadas às diferentes realidades escolares. Para Valente (2016), a inserção do pensamento computacional depende de uma mudança na concepção de ensino, valorizando metodologias que estimulem investigação, criatividade e resolução de problemas. Raabe *et al.* (2020) ressaltam que a Computação escolar deve ser compreendida como área de conhecimento capaz de contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes. A consolidação da BNCC Computação requer políticas educacionais, investimentos formativos e práticas pedagógicas comprometidas com uma educação digital crítica e inclusiva.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se nas contribuições de autores que discutem o pensamento computacional, a integração da Computação ao currículo escolar e as possibilidades de inovação nas práticas pedagógicas da Educação Básica. As discussões

apresentadas buscam compreender os conceitos, abordagens e evidências relacionadas à inserção da Computação como área de conhecimento, considerando seus impactos na formação dos estudantes e nos processos educativos contemporâneos.

3.1. Fundamentação conceitual do objeto de estudo

O pensamento computacional constitui um conceito central para compreender a integração da Computação na Educação Básica, pois envolve estratégias cognitivas voltadas à resolução de problemas, organização de informações e criação de soluções sistemáticas. Wing (2006) define o pensamento computacional como uma forma de raciocínio que utiliza princípios da Computação, como abstração, decomposição, reconhecimento de padrões e elaboração de algoritmos, podendo ser aplicado em diferentes áreas do conhecimento. Sua inserção no currículo escolar amplia as possibilidades de aprendizagem ao desenvolver nos estudantes competências relacionadas ao pensamento crítico, à criatividade e à capacidade de solucionar desafios.

A compreensão do pensamento computacional também está relacionada às contribuições da aprendizagem construcionista, defendida por Papert (1994), que destaca a importância da construção ativa do conhecimento por meio da experimentação e da criação de objetos significativos. Nessa perspectiva, a tecnologia deixa de ser apenas um recurso instrumental e passa a constituir um ambiente de aprendizagem que favorece a autonomia e a participação dos estudantes. A Computação na Educação Básica deve ser compreendida como uma área formativa que possibilita novas formas de pensar, aprender e produzir conhecimento.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As abordagens teóricas relacionadas à integração da Computação no currículo escolar destacam a necessidade de superar uma visão limitada do ensino tecnológico, compreendendo a Computação como elemento articulador de diferentes conhecimentos. Para Valente (2016), o pensamento computacional associado à programação possibilita o desenvolvimento de processos educativos mais dinâmicos, nos quais os estudantes aprendem por meio da investigação, da formulação de hipóteses e da busca por soluções. As práticas pedagógicas devem favorecer metodologias ativas que estimulem a participação dos alunos na construção do conhecimento.

Outra abordagem relevante refere-se à cultura maker e à aprendizagem baseada na criação, que valorizam a experimentação, a colaboração e a resolução de problemas reais. Blikstein (2013) destaca que a fabricação digital e os ambientes de criação possibilitam democratizar processos de invenção, permitindo que estudantes desenvolvam projetos utilizando

conhecimentos científicos, tecnológicos e criativos. Essa perspectiva aproxima-se das discussões apresentadas por Raabe *et al.* (2020), ao defenderem que a Computação na Educação Básica deve integrar fundamentos teóricos e experiências práticas, promovendo uma formação ampla e conectada às demandas da sociedade digital.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

Estudos recentes indicam que a inserção do pensamento computacional nas escolas pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e para a melhoria dos processos de aprendizagem. Brackmann (2017) evidencia que atividades desplugadas, realizadas sem o uso direto de computadores, são estratégias eficazes para desenvolver conceitos computacionais, possibilitando sua aplicação em diferentes contextos educacionais. Essas práticas demonstram que o pensamento computacional pode ser trabalhado mesmo em escolas com limitações de infraestrutura tecnológica, ampliando as possibilidades de inclusão digital.

Pesquisas sobre Computação na Educação Básica apontam que a integração curricular dessa área favorece práticas pedagógicas interdisciplinares e inovadoras. Segundo Raabe *et al.* (2020), experiências educacionais envolvendo Computação contribuem para o desenvolvimento da criatividade, do raciocínio lógico e da capacidade de resolução de problemas dos estudantes. Entretanto, os estudos também ressaltam desafios relacionados à formação docente, planejamento curricular e disponibilidade de recursos tecnológicos. A consolidação da Computação no currículo escolar depende de políticas educacionais, investimento na formação dos professores e construção de propostas pedagógicas alinhadas às necessidades da educação contemporânea.

3.4. Integração do pensamento computacional ao currículo escolar

A incorporação do pensamento computacional ao currículo da Educação Básica representa uma possibilidade de ampliar as competências cognitivas dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio lógico, da criatividade e da capacidade de resolver problemas de maneira estruturada. Para Wing (2006), o pensamento computacional não se restringe ao ensino de programação, mas constitui uma forma de organizar ideias e estratégias para compreender diferentes situações. Sua inserção curricular deve ocorrer de maneira interdisciplinar, articulando conhecimentos da Computação com outras áreas do saber. Segundo Raabe *et al.* (2020), a Computação escolar precisa ser compreendida como um campo de

conhecimento que contribui para a formação integral dos estudantes, permitindo que desenvolvam habilidades essenciais para atuar em uma sociedade marcada pela cultura digital.

A BNCC Computação amplia essa perspectiva ao propor que conceitos como decomposição, abstração, reconhecimento de padrões e algoritmos sejam trabalhados em diferentes etapas da Educação Básica. Entretanto, sua implementação exige uma reorganização curricular que supere a compreensão da Computação como uma disciplina isolada ou exclusivamente técnica. Conforme Valente (2016), o pensamento computacional integrado às práticas escolares possibilita aprendizagens mais significativas quando associado à resolução de problemas reais e à construção de conhecimentos contextualizados. A integração curricular da Computação representa uma oportunidade para fortalecer práticas pedagógicas inovadoras e promover uma educação alinhada às demandas contemporâneas.

3.5. Formação docente e desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras

A formação docente constitui um dos principais fatores para a efetivação do pensamento computacional na Educação Básica, pois os professores desempenham papel fundamental na mediação entre os conhecimentos computacionais e os processos de aprendizagem dos estudantes. Muitos educadores ainda enfrentam desafios relacionados à compreensão dos conceitos da Computação, ao planejamento de atividades pedagógicas e ao uso crítico das tecnologias digitais. Nesse contexto, Valente (2016) destaca que a formação dos professores deve ultrapassar o domínio técnico das ferramentas, possibilitando a compreensão das potencialidades educativas da programação e do pensamento computacional como estratégias de aprendizagem.

As práticas pedagógicas inovadoras, como aprendizagem baseada em projetos, resolução de problemas, cultura maker e atividades colaborativas, apresentam-se como possibilidades para integrar o pensamento computacional ao cotidiano escolar. Blikstein (2013) ressalta que ambientes de criação e experimentação favorecem a autonomia dos estudantes, estimulando processos de investigação e produção de conhecimento. De maneira complementar, Papert (1994) defende que a aprendizagem ocorre de forma mais significativa quando os estudantes participam ativamente da construção de objetos e soluções.

A formação continuada dos professores torna-se essencial para que possam desenvolver metodologias capazes de promover uma educação digital criativa, participativa e contextualizada. Esse processo formativo possibilita a ampliação dos conhecimentos docentes sobre as potencialidades pedagógicas das tecnologias digitais, favorecendo a elaboração de práticas inovadoras e alinhadas às necessidades dos estudantes. Além disso, contribui para que os

educadores desenvolvam maior segurança no planejamento de atividades envolvendo o pensamento computacional, articulando conceitos tecnológicos aos conteúdos curriculares de diferentes áreas do conhecimento. A formação permanente fortalece a autonomia docente e possibilita a construção de ambientes de aprendizagem mais colaborativos, investigativos e significativos.

3.6. Desafios da implementação da BNCC Computação na Educação Básica

A implementação da BNCC Computação na Educação Básica envolve desafios estruturais, pedagógicos e institucionais que precisam ser considerados para garantir sua efetivação. Entre os principais obstáculos destacam-se a falta de infraestrutura tecnológica adequada, as desigualdades no acesso aos recursos digitais, a necessidade de formação docente e a reorganização dos currículos escolares. Segundo Raabe *et al.* (2020), a consolidação da Computação como área de conhecimento escolar depende de políticas educacionais articuladas, capazes de oferecer suporte às escolas e aos profissionais envolvidos nesse processo.

A inserção da Computação exige mudanças na cultura escolar e na concepção de tecnologia como elemento educativo. Brackmann (2017) demonstra que o pensamento computacional pode ser desenvolvido por meio de atividades desplugadas, evidenciando que sua aprendizagem não depende exclusivamente da disponibilidade de computadores, mas de propostas pedagógicas adequadas. O desafio consiste em compreender a Computação como uma forma de pensar, criar e solucionar problemas, ampliando sua presença para além do uso instrumental das tecnologias digitais.

3.7. Possibilidades pedagógicas para uma educação digital crítica e inclusiva

O pensamento computacional apresenta diversas possibilidades para o desenvolvimento de uma educação digital crítica e inclusiva, pois estimula nos estudantes habilidades como criatividade, autonomia, colaboração e capacidade de análise. A integração da Computação às práticas pedagógicas permite que os alunos assumam uma postura ativa diante do conhecimento, participando de processos de investigação, criação e resolução de problemas. Para Papert (1994), o uso educativo das tecnologias possibilita uma aprendizagem baseada na construção, na experimentação e na participação dos sujeitos, favorecendo uma relação mais significativa com o conhecimento.

Além do desenvolvimento de competências técnicas, a BNCC Computação contribui para uma formação digital mais ampla, envolvendo aspectos éticos, sociais e culturais relacionados ao uso das tecnologias. Blikstein (2013) destaca que a cultura digital e os ambientes

de criação podem democratizar processos de inovação, permitindo que diferentes estudantes tenham oportunidades de produzir conhecimento e desenvolver soluções. A Computação integrada ao currículo escolar fortalece uma educação mais inclusiva, preparando os estudantes para compreender, utilizar e transformar as tecnologias de maneira consciente e responsável na sociedade contemporânea.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como *bibliográfica, de natureza qualitativa*, tendo como finalidade analisar os desafios e as possibilidades relacionados à integração do pensamento computacional no currículo e nas práticas pedagógicas da Educação Básica. A abordagem qualitativa possibilita compreender fenômenos educacionais a partir da interpretação de conceitos, perspectivas teóricas e experiências presentes na literatura científica, permitindo uma análise aprofundada das relações entre Computação, currículo e formação docente. Conforme Valente (2016), a inserção do pensamento computacional no contexto escolar exige uma compreensão ampla dos processos educativos, considerando não apenas os aspectos técnicos da Computação, mas também suas implicações pedagógicas e sociais. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a investigação das contribuições da Computação para o desenvolvimento de novas formas de ensinar e aprender. A análise fundamenta-se em estudos que discutem o pensamento computacional, a cultura digital e as metodologias inovadoras, considerando que, segundo Wing (2006), o pensamento computacional representa uma habilidade intelectual aplicável a diferentes áreas do conhecimento e não apenas à área tecnológica.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando como fontes livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos acadêmicos relacionados ao pensamento computacional, currículo escolar e práticas pedagógicas digitais. Foram analisadas produções de autores que discutem a integração da Computação na Educação Básica, como Wing (2006), Papert (1994), Valente (2016), Brackmann (2017), Blikstein (2013) e Raabe *et al.* (2020). A escolha dessas referências ocorreu devido à relevância científica de suas contribuições para compreender os fundamentos teóricos e metodológicos da Computação educacional. Segundo Papert (1994), a tecnologia deve ser compreendida como um instrumento de construção do conhecimento, possibilitando aos estudantes desenvolverem autonomia, criatividade e capacidade de investigação. Os procedimentos técnicos adotados

permitiram reunir diferentes perspectivas sobre como o pensamento computacional pode ser incorporado às práticas educativas, considerando seus impactos no currículo e nos processos de aprendizagem.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa corresponde às produções científicas e acadêmicas relacionadas à Computação na Educação Básica, ao pensamento computacional, às práticas pedagógicas inovadoras e à formação docente para o uso educacional das tecnologias digitais. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, a amostra foi composta por obras selecionadas conforme critérios de relevância temática, reconhecimento acadêmico dos autores, contribuição para o campo educacional e relação direta com o objeto de estudo. Foram priorizadas publicações que abordam o desenvolvimento do pensamento computacional, a integração curricular da Computação e as possibilidades metodológicas para o ensino. Estudos como o de Brackmann (2017), que investiga atividades desplugadas para o desenvolvimento do pensamento computacional, e as contribuições de Raabe *et al.* (2020), voltadas aos fundamentos e experiências da Computação na Educação Básica, foram considerados fundamentais para a construção da análise. A seleção das obras buscou garantir consistência teórica e possibilitar uma compreensão ampla dos desafios e potencialidades da temática investigada.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta de dados ocorreu por meio do levantamento, leitura, organização e análise das referências selecionadas, buscando identificar conceitos, contribuições e desafios relacionados à integração do pensamento computacional no currículo escolar. Após a seleção dos materiais, realizou-se a sistematização das informações por meio de categorias temáticas, envolvendo aspectos como currículo, práticas pedagógicas, formação docente, cultura digital e inovação educacional. O tratamento dos dados fundamentou-se na análise interpretativa da literatura, permitindo estabelecer relações entre as diferentes abordagens teóricas encontradas. De acordo com Valente (2016), a análise das práticas envolvendo programação e pensamento computacional evidencia a necessidade de metodologias que favoreçam a participação ativa dos estudantes e a construção de conhecimentos significativos. Blikstein (2013) destaca que práticas baseadas na experimentação e na criação favorecem processos educativos mais colaborativos e inovadores. A análise dos dados buscou compreender como a Computação pode contribuir para transformar as práticas pedagógicas e ampliar as possibilidades de aprendizagem na Educação Básica.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

Por utilizar exclusivamente fontes bibliográficas e documentos acadêmicos disponíveis publicamente, esta pesquisa não envolveu participação direta de seres humanos, não sendo necessária a submissão a procedimentos relacionados à pesquisa com participantes. Entretanto, foram respeitados os princípios éticos da produção científica, garantindo a correta identificação dos autores, a fidelidade às ideias apresentadas nas obras analisadas e o reconhecimento das contribuições intelectuais utilizadas no estudo. Como limitação, destaca-se que a pesquisa apresenta uma análise fundamentada na literatura existente, não contemplando investigação empírica direta em escolas ou com professores da Educação Básica. Os resultados refletem interpretações construídas a partir das produções acadêmicas selecionadas. Ainda assim, as contribuições de Wing (2006), Papert (1994), Valente (2016), Brackmann (2017), Blikstein (2013) e Raabe *et al.* (2020) oferecem subsídios relevantes para compreender os caminhos possíveis da integração do pensamento computacional ao currículo escolar, apontando desafios e oportunidades para uma educação digital mais criativa, crítica e inclusiva.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A apresentação dos resultados reúne as principais contribuições identificadas a partir da análise da literatura sobre currículo, práticas pedagógicas e BNCC Computação, evidenciando os desafios e as possibilidades da integração do pensamento computacional na Educação Básica. A análise das produções selecionadas permitiu compreender que a Computação, quando inserida de forma planejada no currículo escolar, pode favorecer novas formas de aprendizagem, ampliar competências cognitivas e fortalecer práticas pedagógicas inovadoras. Os resultados apresentados a seguir estão organizados considerando a caracterização dos dados analisados, sua interpretação à luz do referencial teórico e suas implicações para o campo educacional.

5.1. Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

A análise das obras selecionadas evidenciou que o pensamento computacional vem sendo compreendido como uma competência essencial para a formação dos estudantes na sociedade contemporânea, não estando limitado ao ensino de programação ou ao uso de ferramentas digitais. Os estudos analisados demonstram que conceitos como abstração, decomposição de problemas, reconhecimento de padrões e criação de algoritmos podem ser desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para o raciocínio lógico, a criatividade e a resolução de problemas. Conforme Wing (2006), o pensamento computacional

constitui uma forma de organizar estratégias cognitivas aplicáveis a diversos contextos, ampliando as possibilidades de aprendizagem dentro e fora do ambiente escolar.

Os resultados também apontam que a integração da Computação ao currículo da Educação Básica apresenta avanços, mas ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, infraestrutura tecnológica e reorganização das práticas pedagógicas. As contribuições de Raabe *et al.* (2020) indicam que a Computação escolar necessita ser trabalhada de maneira interdisciplinar, articulando conhecimentos técnicos, pedagógicos e sociais. Além disso, estudos como o de Brackmann (2017) demonstram que atividades desplugadas podem favorecer o desenvolvimento do pensamento computacional mesmo em contextos com limitações tecnológicas, ampliando as possibilidades de inclusão e participação dos estudantes.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

A interpretação dos resultados evidencia que a inserção do pensamento computacional no currículo escolar está diretamente relacionada à necessidade de transformação das práticas pedagógicas tradicionais. Os estudos analisados demonstram que a Computação pode contribuir para metodologias mais ativas, nas quais os estudantes participam da construção do conhecimento por meio da investigação, experimentação e resolução de problemas. Papert (1994) destaca que a aprendizagem mediada pelas tecnologias deve possibilitar aos estudantes criar, testar e reconstruir conhecimentos, valorizando processos de descoberta e autonomia intelectual.

Os resultados também confirmam que a formação docente é um elemento fundamental para a consolidação da BNCC Computação na Educação Básica. Segundo Valente (2016), o desenvolvimento do pensamento computacional exige professores preparados para compreender a tecnologia como elemento pedagógico e não apenas como recurso instrumental. Da mesma forma, Blikstein (2013) evidencia que ambientes de criação, experimentação e cultura maker favorecem práticas educativas inovadoras, estimulando criatividade e protagonismo dos estudantes. Assim, a análise teórica demonstra que a integração da Computação ao currículo depende de uma mudança na concepção de ensino, valorizando práticas interdisciplinares e experiências de aprendizagem significativas.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

No âmbito prático, os resultados indicam que a integração do pensamento computacional ao currículo escolar pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais dinâmicas, colaborativas e contextualizadas. A utilização de metodologias

como aprendizagem baseada em projetos, atividades investigativas, resolução de problemas e cultura maker possibilita aos estudantes desenvolverem competências relacionadas à criatividade, autonomia e pensamento crítico. Dessa forma, a Computação passa a assumir um papel formativo, contribuindo para preparar os estudantes para compreender e participar de maneira consciente da sociedade digital.

Do ponto de vista teórico e metodológico, os resultados reforçam a importância de compreender o pensamento computacional como uma competência ampla, relacionada à construção do conhecimento e à inovação educacional. As contribuições de Wing (2006), Papert (1994), Valente (2016), Brackmann (2017), Blikstein (2013) e Raabe *et al.* (2020) demonstram que a Computação na Educação Básica deve ser analisada considerando aspectos curriculares, pedagógicos e sociais. A pesquisa evidencia que a implementação da BNCC Computação representa uma oportunidade de fortalecer uma educação mais inclusiva, criativa e conectada às necessidades do século XXI, desde que acompanhada de políticas de formação docente, investimentos estruturais e planejamento pedagógico adequado.

CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que a integração do pensamento computacional ao currículo e às práticas pedagógicas da Educação Básica representa uma importante possibilidade de inovação educacional, contribuindo para o desenvolvimento de competências fundamentais aos estudantes da sociedade contemporânea. A análise realizada demonstrou que a Computação, quando incorporada de forma planejada e interdisciplinar, amplia as oportunidades de aprendizagem ao estimular o raciocínio lógico, a criatividade, a autonomia, a resolução de problemas e a capacidade de construção de conhecimentos significativos. Dessa forma, a BNCC Computação configura-se como um avanço para fortalecer uma educação alinhada às transformações sociais, culturais e tecnológicas.

Os resultados também evidenciaram que a consolidação do pensamento computacional no ambiente escolar depende de ações articuladas envolvendo formação docente, reorganização curricular, investimentos em infraestrutura e desenvolvimento de metodologias pedagógicas inovadoras. A atuação dos professores torna-se essencial nesse processo, pois são responsáveis por transformar os recursos tecnológicos em experiências educativas capazes de promover participação ativa, colaboração e protagonismo dos estudantes. A formação continuada apresenta-se como um caminho fundamental para ampliar as possibilidades de integração da Computação às diferentes áreas do conhecimento.

O pensamento computacional não deve ser compreendido apenas como uma habilidade técnica, mas como uma competência formativa que contribui para uma educação mais crítica, criativa e inclusiva. Sua inserção no currículo escolar possibilita novas formas de ensinar e aprender, preparando os estudantes para compreender, utilizar e transformar as tecnologias de maneira ética e consciente. Investir na implementação da BNCC Computação significa fortalecer uma educação comprometida com a inovação, a equidade e a formação integral dos sujeitos, ampliando as possibilidades de participação na sociedade digital contemporânea.

REFERÊNCIAS

BLIKSTEIN, Paulo. **Digital fabrication and 'making' in education: the democratization of invention**. In: WALTER-HERRMANN, Julia; BÜCHING, Corinne (org.). *FabLab: of machines, makers and inventors*. Bielefeld: Transcript Publishers, 2013. p. 203-222. DOI: https://doi.org/10.14361/transcript.9783839423820.203.

BRACKMANN, Christian Puhlmann. **Desenvolvimento do pensamento computacional através de atividades desplugadas na educação básica**. 2017. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. DOI: https://doi.org/10.5753/cbie.wie.2016.138.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RAABE, André Luís Alice; ZORZO, Avelino Francisco; BLIKSTEIN, Paulo (org.). **Computação na Educação Básica: fundamentos e experiências**. Porto Alegre: Penso, 2020.

VALENTE, José Armando. **Pensamento computacional, programação e educação: desafios e possibilidades para a formação escolar**. *Revista de Computação e Educação*, São Paulo, 2016. DOI: https://doi.org/10.5753/rbie.2016.24.1.1.

WING, Jeannette M. **Computational thinking**. *Communications of the ACM*, New York, v. 49, n. 3, p. 33-35, 2006. DOI: https://doi.org/10.1145/1118178.1118215.

CAPÍTULO 7

MÉTODOS DE ENSINO DE MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.

MATHEMATICS TEACHING METHODS IN FULL-TIME HIGH SCHOOL EDUCATION.

MÉTODOS DE ENSEÑANZA DE MATEMÁTICAS EN LA EDUCACIÓN SECUNDARIA DE TIEMPO COMPLETO.

Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
https://lattes.cnpq.br/3313272951601144
https://orcid.org/0000-0001-8529-6987
E-mail: ninaamorim@gmail.com

O presente estudo aborda os métodos de ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral, considerando os desafios e as possibilidades para promover aprendizagens mais significativas. A pesquisa parte da problemática relacionada à necessidade de desenvolver práticas pedagógicas capazes de superar modelos tradicionais de ensino e favorecer maior participação dos estudantes. O objetivo geral consiste em analisar métodos e estratégias utilizadas no ensino de Matemática nesse contexto educacional. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos científicos sobre metodologias de ensino, resolução de problemas, tecnologias educacionais e práticas inovadoras. Os resultados indicam que metodologias ativas, recursos tecnológicos e abordagens contextualizadas contribuem para o desenvolvimento do raciocínio lógico e da autonomia dos estudantes. Conclui-se que a diversificação dos métodos de ensino fortalece a aprendizagem matemática e amplia as possibilidades educativas no Ensino Médio em Tempo Integral.

Palavras-chave: Ensino de Matemática; metodologias de ensino; aprendizagem significativa; Ensino Médio em Tempo Integral.

This study analyzes mathematics teaching methods in Full-Time High School Education, focusing on challenges and possibilities for meaningful learning. The research addresses the need for pedagogical practices that overcome traditional models and increase student participation. The objective is to analyze teaching strategies applied to mathematics education. Methodologically, it is a qualitative bibliographic study based on research about teaching methodologies, problem-solving, technologies, and innovative practices. Results show that active methodologies, digital resources, and contextual approaches enhance logical reasoning and student autonomy. It is concluded that diversified methods strengthen mathematical learning in full-time education.

Keywords: Mathematics teaching; teaching methodologies; meaningful learning; Full-Time High School Education.

El presente estudio analiza los métodos de enseñanza de Matemáticas en la Educación Secundaria de Tiempo Completo, destacando desafíos y posibilidades para promover aprendizajes significativos. La investigación aborda la necesidad de prácticas pedagógicas que superen modelos tradicionales y favorezcan la participación estudiantil. El objetivo es analizar estrategias utilizadas en la enseñanza matemática. Metodológicamente, se caracteriza como una investigación bibliográfica cualitativa basada en estudios sobre metodologías, resolución de problemas, tecnologías educativas y prácticas innovadoras. Los resultados evidencian que metodologías activas y enfoques contextualizados fortalecen el razonamiento lógico y la autonomía.

Palabras clave: Enseñanza de Matemáticas; metodologías de enseñanza; aprendizaje significativo; Educación Secundaria de Tiempo Completo.

1. INTRODUÇÃO

O ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral apresenta novos desafios e possibilidades para a organização das práticas pedagógicas, considerando a necessidade de promover aprendizagens mais significativas e relacionadas às demandas contemporâneas. A ampliação da jornada escolar possibilita o desenvolvimento de estratégias diversificadas, capazes de superar modelos tradicionais baseados apenas na transmissão de conteúdos e na memorização de procedimentos. Os métodos de ensino assumem papel fundamental para estimular o raciocínio lógico, a autonomia, a criatividade e a participação ativa dos estudantes no processo de construção do conhecimento matemático.

A busca por metodologias mais dinâmicas tem impulsionado a utilização de práticas como resolução de problemas, metodologias ativas, tecnologias digitais e atividades investigativas no ensino de Matemática. Conforme Onuchic e Allevato (2011), a resolução de problemas constitui uma abordagem que favorece a compreensão dos conceitos matemáticos, pois possibilita aos estudantes elaborar estratégias, argumentar e refletir sobre diferentes caminhos para solucionar situações propostas. Dessa forma, o ensino deixa de estar centrado exclusivamente na aplicação de fórmulas e passa a valorizar processos de pensamento e construção de significados.

O Ensino Médio em Tempo Integral representa uma oportunidade para ampliar experiências educativas e desenvolver práticas pedagógicas inovadoras que aproximem a Matemática da realidade dos estudantes. Segundo Panossian (2021), as metodologias ativas contribuem para reorganizar a atividade pedagógica, colocando o aluno como protagonista da aprendizagem e o professor como mediador do conhecimento. Investigar os métodos de ensino de Matemática nesse contexto torna-se relevante para compreender estratégias que favoreçam uma educação mais participativa, contextualizada e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes.

2. DESENVOLVIMENTO

Os métodos de ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral têm buscado superar práticas tradicionais por meio de abordagens que valorizam a participação, a investigação e a construção coletiva do conhecimento. As metodologias ativas destacam-se nesse processo por promoverem maior envolvimento dos estudantes, estimulando a autonomia e a capacidade de resolver problemas. De acordo com Peripolli *et al.* (2023), essas metodologias possibilitam mudanças significativas na prática docente ao favorecerem ambientes de aprendizagem mais colaborativos e interativos. Nesse sentido, o tempo ampliado da escola pode

ser utilizado para desenvolver projetos, atividades práticas e situações-problema que relacionem os conteúdos matemáticos ao cotidiano dos alunos.

A utilização de tecnologias digitais também apresenta importantes contribuições para o ensino de Matemática, permitindo novas formas de representação, exploração e compreensão dos conceitos. Carvalho *et al.* (2021) destacam que os recursos tecnológicos associados às metodologias ativas podem tornar o processo de aprendizagem mais dinâmico, possibilitando aos estudantes interagir com diferentes ferramentas e construir conhecimentos de maneira mais significativa. No Ensino Médio em Tempo Integral, esses recursos podem ser incorporados em atividades de pesquisa, simulações, produção de projetos e resolução de desafios matemáticos, ampliando as possibilidades pedagógicas e aproximando a escola da cultura digital.

Além das metodologias ativas e das tecnologias, estratégias baseadas no pensamento computacional e na resolução de problemas também contribuem para o desenvolvimento de habilidades matemáticas. Brackmann (2017) evidencia que atividades estruturadas para estimular o pensamento computacional favorecem competências como análise, organização de informações e elaboração de estratégias para solucionar problemas. Complementando essa perspectiva, Silva *et al.* (2023) apontam que as pesquisas brasileiras sobre metodologias ativas no ensino de Matemática demonstram resultados positivos quanto ao desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos estudantes. A diversificação dos métodos de ensino no Ensino Médio em Tempo Integral constitui uma possibilidade para fortalecer a aprendizagem matemática e promover uma formação mais crítica e participativa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se em contribuições da Educação Matemática que discutem métodos de ensino, metodologias ativas, resolução de problemas, tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras no Ensino Médio em Tempo Integral. As abordagens selecionadas possibilitam compreender como diferentes estratégias de ensino podem favorecer aprendizagens mais significativas, considerando o estudante como sujeito ativo na construção do conhecimento matemático.

3.1. Fundamentação conceitual do objeto de estudo

Os métodos de ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral constituem um campo de investigação voltado à compreensão das estratégias pedagógicas utilizadas para promover o desenvolvimento cognitivo, a autonomia e a participação dos estudantes. A Matemática escolar, tradicionalmente associada à memorização de procedimentos e fórmulas,

passa a ser compreendida como uma área de conhecimento que envolve investigação, argumentação, criatividade e resolução de situações-problema. Segundo D'Ambrosio (2012), o ensino matemático deve considerar os aspectos culturais e sociais envolvidos na construção do conhecimento, aproximando os conteúdos escolares das experiências dos estudantes. Nesse sentido, a ampliação do tempo escolar possibilita a utilização de práticas diversificadas, permitindo maior aprofundamento dos conteúdos e desenvolvimento de atividades contextualizadas. Para Onuchic e Allevato (2011), a resolução de problemas constitui uma metodologia capaz de transformar o ensino da Matemática, pois estimula os estudantes a pensar, criar estratégias e construir significados para os conceitos matemáticos. Os métodos de ensino no Ensino Médio em Tempo Integral devem superar práticas meramente expositivas e valorizar processos que favoreçam a aprendizagem ativa e significativa.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As abordagens teóricas relacionadas ao ensino de Matemática contemporâneo destacam a importância de metodologias que promovam o protagonismo estudantil e a construção coletiva do conhecimento. As metodologias ativas fundamentam-se na ideia de que o estudante aprende de forma mais efetiva quando participa de situações que envolvem investigação, tomada de decisões e resolução de problemas. Conforme Panossian (2021), essas metodologias devem ser compreendidas como formas de reorganizar a atividade pedagógica, possibilitando uma relação mais dinâmica entre professor, estudante e conhecimento matemático. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida, resolução de problemas e uso de tecnologias digitais constituem modelos que favorecem uma abordagem mais participativa do ensino. Carvalho *et al.* (2021) destacam que a integração entre tecnologias educacionais digitais e metodologias ativas amplia as possibilidades de ensino, permitindo diferentes formas de representação e exploração dos conceitos matemáticos. Os modelos analíticos voltados ao ensino de Matemática em tempo integral evidenciam a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis, capazes de atender às diferentes formas de aprendizagem e promover maior envolvimento dos estudantes.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

As pesquisas recentes sobre métodos de ensino de Matemática demonstram que práticas inovadoras apresentam contribuições relevantes para a melhoria dos processos de aprendizagem no Ensino Médio. Estudos indicam que metodologias baseadas na resolução de problemas, no uso de tecnologias digitais e na participação ativa dos estudantes favorecem o desenvolvimento

do raciocínio lógico, da autonomia e da capacidade argumentativa. Peripolli *et al.* (2023) evidenciam que professores reconhecem as metodologias ativas como possibilidades importantes para modificar as práticas tradicionais e estimular maior interação em sala de aula. Da mesma forma, Silva *et al.* (2023) apontam que pesquisas brasileiras sobre metodologias ativas no ensino de Matemática destacam resultados positivos relacionados ao engajamento dos estudantes e à construção de aprendizagens mais significativas. Brackmann (2017) demonstra que atividades estruturadas, inclusive aquelas realizadas sem o uso direto de computadores, podem desenvolver habilidades relacionadas ao pensamento lógico e à resolução de problemas. As evidências empíricas reforçam que a diversificação dos métodos de ensino constitui um caminho relevante para qualificar a Educação Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral, contribuindo para uma formação mais crítica, participativa e integrada às demandas educacionais contemporâneas.

3.4. Metodologias ativas no ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral

A utilização de metodologias ativas constitui uma importante alternativa para transformar o ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral, favorecendo uma aprendizagem mais participativa, investigativa e significativa. Essas metodologias deslocam o foco do professor como único transmissor do conhecimento e valorizam o estudante como protagonista do processo educativo, estimulando a autonomia, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. Segundo Panossian (2021), as metodologias ativas possibilitam reorganizar a atividade pedagógica por meio de situações que envolvem participação, reflexão e construção coletiva de conhecimentos. Estratégias como aprendizagem baseada em problemas, projetos interdisciplinares, sala de aula invertida e atividades investigativas tornam o ensino matemático mais próximo da realidade dos estudantes, permitindo que os conteúdos sejam compreendidos em diferentes contextos. No Ensino Médio em Tempo Integral, a ampliação da jornada escolar favorece a realização de atividades diversificadas, proporcionando maior aprofundamento dos conceitos e desenvolvimento de competências matemáticas.

As metodologias ativas contribuem para superar práticas tradicionais baseadas exclusivamente na exposição de conteúdos e na repetição de exercícios, possibilitando experiências educativas mais dinâmicas e colaborativas. De acordo com Peripolli *et al.* (2023), professores que utilizam metodologias ativas identificam avanços no envolvimento dos estudantes, na interação em sala de aula e na construção de aprendizagens mais efetivas. O ensino de Matemática passa a valorizar processos de investigação, argumentação e tomada de decisões, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades essenciais para sua formação

acadêmica e social. As metodologias ativas apresentam-se como caminhos relevantes para fortalecer a qualidade do ensino matemático no contexto da educação em tempo integral.

3.5. Uso de tecnologias digitais como recurso pedagógico no ensino da Matemática

As tecnologias digitais constituem recursos importantes para ampliar as possibilidades do ensino de Matemática, proporcionando novas formas de representar, explorar e compreender conceitos muitas vezes considerados abstratos pelos estudantes. Ferramentas como softwares matemáticos, plataformas educacionais, aplicativos interativos e ambientes virtuais de aprendizagem permitem a visualização de gráficos, simulações, experimentações e resolução de problemas de maneira mais dinâmica. Conforme Carvalho *et al.* (2021), a integração entre tecnologias digitais e metodologias ativas favorece práticas pedagógicas inovadoras, pois possibilita maior interação dos estudantes com os conteúdos e amplia as formas de construção do conhecimento. O uso da tecnologia no Ensino Médio em Tempo Integral pode contribuir para tornar as aulas mais atrativas, investigativas e conectadas às experiências dos jovens.

Entretanto, a utilização das tecnologias digitais no ensino de Matemática exige planejamento pedagógico adequado, considerando que os recursos tecnológicos devem estar associados a objetivos de aprendizagem claros e não serem utilizados apenas como instrumentos complementares. Para Valente (2016), as tecnologias educacionais apresentam maior potencial quando inseridas em propostas que estimulam a reflexão, a criação e a resolução de problemas. O professor assume papel fundamental como mediador do processo, selecionando ferramentas e estratégias que favoreçam a compreensão dos conceitos matemáticos. No contexto do Ensino Médio em Tempo Integral, as tecnologias podem ampliar as oportunidades de aprendizagem ao possibilitar projetos, pesquisas e atividades colaborativas que articulam Matemática, ciência e tecnologia.

3.6. Resolução de problemas como estratégia de aprendizagem matemática

A resolução de problemas destaca-se como uma das principais estratégias para desenvolver habilidades matemáticas, pois permite que os estudantes utilizem conhecimentos prévios, formulem hipóteses, construam estratégias e avaliem diferentes possibilidades de solução. Essa abordagem rompe com a ideia de que aprender Matemática significa apenas memorizar procedimentos e aplicar fórmulas, valorizando o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de argumentação. Segundo Onuchic e Allevato (2011), o ensino baseado na resolução de problemas possibilita que os conceitos matemáticos sejam construídos a partir de situações desafiadoras, nas quais o estudante participa ativamente da elaboração do

conhecimento. No Ensino Médio em Tempo Integral, essa metodologia pode ser ampliada por meio de projetos e atividades contextualizadas, favorecendo maior compreensão dos conteúdos matemáticos.

Além de contribuir para o desenvolvimento cognitivo, a resolução de problemas favorece a autonomia dos estudantes ao incentivá-los a buscar diferentes caminhos para solucionar desafios. Essa perspectiva aproxima a Matemática escolar das situações presentes no cotidiano, tornando os conteúdos mais significativos e aplicáveis. De acordo com Silva *et al.* (2023), metodologias que envolvem participação ativa dos estudantes apresentam resultados positivos no desenvolvimento da aprendizagem matemática, especialmente quando articulam teoria e prática. A resolução de problemas constitui uma estratégia fundamental para o Ensino Médio em Tempo Integral, pois possibilita desenvolver competências como criatividade, raciocínio lógico, comunicação matemática e capacidade de tomada de decisão.

3.7. Interdisciplinaridade e contextualização dos conteúdos matemáticos

A interdisciplinaridade no ensino de Matemática possibilita estabelecer relações entre os conhecimentos matemáticos e outras áreas do saber, contribuindo para uma aprendizagem mais ampla e contextualizada. Essa abordagem permite compreender a Matemática como uma ferramenta presente em diferentes dimensões da vida social, científica, econômica e tecnológica. Segundo D'Ambrosio (2012), o ensino matemático deve considerar os contextos culturais e sociais dos estudantes, aproximando os conteúdos escolares das experiências reais vivenciadas por eles. No Ensino Médio em Tempo Integral, a ampliação do tempo escolar favorece a realização de projetos integradores, nos quais a Matemática pode ser articulada com temas contemporâneos e problemas concretos da sociedade.

A contextualização dos conteúdos matemáticos contribui para superar uma visão fragmentada do conhecimento, promovendo maior envolvimento dos estudantes e atribuindo significado aos conceitos trabalhados em sala de aula. Projetos envolvendo educação financeira, sustentabilidade, estatística, tecnologia e ciências naturais, por exemplo, possibilitam que os alunos percebam a aplicabilidade da Matemática em diferentes situações. A interdisciplinaridade fortalece uma formação mais completa, pois estimula a análise crítica e a capacidade de relacionar conhecimentos diversos. O ensino de Matemática em tempo integral pode favorecer práticas educativas mais integradas e alinhadas às necessidades formativas dos jovens.

3.8. Formação docente e planejamento de práticas inovadoras

A formação docente representa um elemento essencial para a melhoria do ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral, pois professores preparados possuem melhores condições para desenvolver metodologias diversificadas e adequadas às necessidades dos estudantes. A formação continuada possibilita o contato com novas abordagens pedagógicas, tecnologias educacionais e estratégias de avaliação, fortalecendo a prática profissional e ampliando as possibilidades de aprendizagem. Conforme Valente (2016), o professor precisa compreender as tecnologias e metodologias inovadoras como instrumentos de construção do conhecimento, integrando-as de maneira planejada ao processo educativo. A formação permanente contribui para que os docentes desenvolvam práticas mais criativas, reflexivas e contextualizadas.

A troca de experiências, a construção coletiva de projetos e a articulação entre diferentes áreas do conhecimento favorecem ambientes escolares mais dinâmicos e participativos. De acordo com Panossian (2021), a organização da atividade pedagógica exige reflexão constante sobre os objetivos, métodos e formas de interação com os estudantes. O professor de Matemática assume papel fundamental na criação de experiências educativas que estimulem o raciocínio, a autonomia e a participação social dos alunos, contribuindo para uma formação integral no contexto do Ensino Médio em Tempo Integral.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como *bibliográfica, de natureza qualitativa*, tendo como objetivo analisar os métodos de ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral, considerando as contribuições das metodologias ativas, das tecnologias digitais, da resolução de problemas e das práticas pedagógicas inovadoras. A abordagem qualitativa permite compreender os fenômenos educacionais a partir da interpretação de conceitos, experiências e produções científicas relacionadas ao objeto investigado, possibilitando uma análise aprofundada das estratégias utilizadas no processo de ensino e aprendizagem. Conforme Onuchic e Allevato (2011), o ensino de Matemática deve ser compreendido como um processo de construção de conhecimentos, no qual os estudantes desenvolvem habilidades de investigação, argumentação e resolução de situações-problema. A pesquisa qualitativa torna-se adequada para analisar como diferentes métodos de ensino podem contribuir para uma aprendizagem matemática mais significativa no contexto do Ensino Médio em Tempo Integral, considerando aspectos pedagógicos, sociais e formativos.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, utilizando como fontes livros, artigos científicos, teses e estudos acadêmicos relacionados ao ensino de Matemática, metodologias ativas, tecnologias educacionais e práticas inovadoras na Educação Básica. Foram analisadas produções de autores como Onuchic e Allevato (2011), Carvalho *et al.* (2021), Panossian (2021), Peripolli *et al.* (2023), Brackmann (2017) e Silva *et al.* (2023), considerando suas contribuições para compreender os desafios e possibilidades do ensino matemático contemporâneo. A pesquisa bibliográfica possibilitou reunir diferentes perspectivas teóricas sobre métodos de ensino capazes de favorecer o protagonismo dos estudantes e a construção de aprendizagens contextualizadas. De acordo com Panossian (2021), a pesquisa bibliográfica permite ao investigador analisar conhecimentos já produzidos cientificamente, possibilitando a sistematização de informações relevantes para compreender determinado fenômeno educacional.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa corresponde às produções acadêmicas relacionadas aos métodos de ensino de Matemática no Ensino Médio, especialmente aquelas que abordam práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da ampliação da jornada escolar e da educação em tempo integral. A amostra foi composta por estudos selecionados a partir de critérios de relevância científica, relação direta com o tema investigado, atualização das discussões e contribuição para a compreensão das metodologias de ensino matemático. Foram priorizados trabalhos que abordam resolução de problemas, metodologias ativas, tecnologias digitais, interdisciplinaridade e formação docente, por serem elementos fundamentais para a construção de práticas pedagógicas inovadoras. Segundo Silva *et al.* (2023), pesquisas sobre metodologias ativas no ensino de Matemática evidenciam a importância de estratégias que favoreçam maior participação dos estudantes e superem modelos tradicionais de ensino. Assim, a seleção das fontes buscou garantir fundamentação teórica consistente e alinhada aos objetivos da investigação.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta de dados foi realizada por meio da leitura, seleção e organização das referências bibliográficas relacionadas ao tema da pesquisa. Após o levantamento das obras, realizou-se uma análise interpretativa dos conteúdos encontrados, buscando identificar conceitos, contribuições e desafios associados aos métodos de ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral. O tratamento das informações ocorreu mediante categorização temática,

considerando aspectos como metodologias ativas, uso de tecnologias digitais, resolução de problemas, interdisciplinaridade e formação docente. Conforme Panossian (2021), a análise das práticas pedagógicas em Educação Matemática exige compreender a relação entre atividade docente, organização do ensino e participação dos estudantes no processo de aprendizagem. Dessa maneira, a análise dos dados permitiu estabelecer relações entre as diferentes abordagens teóricas e compreender como os métodos inovadores podem contribuir para melhorar a qualidade do ensino matemático.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, baseada na análise de materiais científicos publicados, o estudo não envolveu participação direta de seres humanos, respeitando os princípios éticos relacionados à produção acadêmica, como a correta identificação das fontes utilizadas e a preservação da autoria intelectual dos pesquisadores consultados. As informações analisadas foram interpretadas de maneira responsável, buscando manter fidelidade aos conceitos apresentados pelos autores. Entretanto, a pesquisa apresenta como limitação a ausência de investigação empírica em escolas específicas ou com professores e estudantes do Ensino Médio em Tempo Integral, uma vez que os resultados foram construídos a partir da literatura existente. Apesar dessa limitação, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre métodos de ensino matemático e oferece subsídios teóricos para futuras pesquisas e práticas pedagógicas voltadas à melhoria da aprendizagem.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A *apresentação de resultados* consiste na exposição e análise dos principais achados obtidos a partir da pesquisa realizada. Nesta etapa, são organizadas as informações identificadas durante o estudo, destacando as contribuições das fontes analisadas, as relações estabelecidas com o referencial teórico e as implicações para o campo investigado. No contexto dos métodos de ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral, essa seção evidencia os avanços, desafios e possibilidades das práticas pedagógicas, considerando o papel das metodologias ativas, das tecnologias digitais e das estratégias de resolução de problemas para promover aprendizagens mais significativas.

5.1. Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

A análise das produções científicas selecionadas evidenciou que os métodos de ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral têm passado por mudanças significativas,

especialmente com a incorporação de metodologias ativas, tecnologias digitais e estratégias baseadas na resolução de problemas. Os estudos analisados demonstram que práticas tradicionais, centradas exclusivamente na exposição de conteúdos, apresentam limitações diante das novas demandas educacionais, enquanto abordagens mais participativas favorecem maior envolvimento dos estudantes. Os resultados indicam que a ampliação da jornada escolar possibilita desenvolver atividades diferenciadas, projetos interdisciplinares e experiências investigativas que contribuem para a construção de conhecimentos matemáticos mais significativos. Conforme Carvalho *et al.* (2021), o uso de tecnologias educacionais associado às metodologias ativas amplia as possibilidades pedagógicas e favorece novas formas de interação com os conteúdos matemáticos. O panorama geral dos resultados aponta que a diversificação dos métodos de ensino constitui um caminho relevante para fortalecer a aprendizagem matemática no contexto da educação em tempo integral.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

A interpretação dos resultados evidencia que os métodos inovadores de ensino de Matemática estão diretamente relacionados à necessidade de promover uma aprendizagem mais ativa, contextualizada e significativa. As contribuições teóricas analisadas demonstram que a resolução de problemas, as metodologias ativas e o uso pedagógico das tecnologias digitais possibilitam transformar o papel do estudante, tornando-o participante do processo de construção do conhecimento. Segundo Onuchic e Allevato (2011), a resolução de problemas favorece o desenvolvimento do pensamento matemático ao estimular a busca por estratégias, análise de possibilidades e reflexão sobre os resultados obtidos. Da mesma forma, Peripolli *et al.* (2023) destacam que as metodologias ativas contribuem para modificar as práticas docentes e ampliar a interação entre professores e estudantes. Assim, os resultados confirmam que o ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral necessita de propostas pedagógicas que valorizem a autonomia, a criatividade e a participação dos alunos.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

Os resultados obtidos apresentam importantes implicações para a prática pedagógica, indicando que a adoção de métodos diversificados pode contribuir para melhorar o processo de ensino e aprendizagem da Matemática. No campo prático, destaca-se a necessidade de investir em estratégias como aprendizagem baseada em projetos, atividades investigativas, resolução de problemas e integração das tecnologias digitais, possibilitando aos estudantes desenvolver competências matemáticas relacionadas ao raciocínio lógico, à criatividade e à tomada de

decisões. No aspecto teórico, os resultados reforçam a compreensão de que o ensino matemático deve ultrapassar a transmissão de conteúdos e considerar dimensões cognitivas, sociais e culturais da aprendizagem. Metodologicamente, evidencia-se a importância de práticas flexíveis e contextualizadas, capazes de atender diferentes formas de aprendizagem. Conforme Brackmann (2017), atividades estruturadas para desenvolver habilidades de pensamento e resolução de problemas ampliam as possibilidades educativas, demonstrando que métodos inovadores podem fortalecer uma educação matemática mais participativa e alinhada às necessidades contemporâneas.

CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que os métodos de ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral representam caminhos fundamentais para promover uma aprendizagem mais significativa, dinâmica e contextualizada. A ampliação da jornada escolar possibilita a implementação de práticas pedagógicas diversificadas, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio lógico, da criatividade, da autonomia e da capacidade dos estudantes de relacionar os conhecimentos matemáticos com situações presentes em seu cotidiano. O ensino da Matemática deixa de estar limitado à transmissão de conteúdos e passa a valorizar processos de investigação, participação e construção coletiva do conhecimento.

Os resultados demonstraram que a utilização de metodologias ativas, tecnologias digitais, resolução de problemas e práticas interdisciplinares contribui para tornar o processo educativo mais participativo e significativo. Essas estratégias possibilitam que os estudantes assumam maior protagonismo em sua aprendizagem, desenvolvendo competências essenciais para sua formação acadêmica e social. Evidenciou-se que a atuação docente possui papel central nesse processo, sendo necessária uma formação contínua que permita aos professores aprimorar suas práticas e utilizar diferentes recursos pedagógicos de maneira planejada.

A diversificação dos métodos de ensino de Matemática no Ensino Médio em Tempo Integral constitui uma importante possibilidade para fortalecer a qualidade da educação e ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes. A adoção de práticas inovadoras contribui para uma Matemática mais acessível, contextualizada e relacionada às necessidades da sociedade contemporânea. Investir em metodologias diferenciadas, formação docente e ambientes educativos colaborativos representa um caminho promissor para consolidar uma educação matemática mais inclusiva, crítica e capaz de favorecer o desenvolvimento integral dos jovens.

A implementação de estratégias pedagógicas diversificadas possibilita atender às diferentes formas de aprendizagem dos estudantes, valorizando suas experiências,

conhecimentos prévios e potencialidades. O ensino de Matemática, quando articulado a situações reais, projetos interdisciplinares e recursos tecnológicos, torna-se mais significativo e contribui para que os alunos compreendam a importância dessa área do conhecimento em diferentes contextos sociais, científicos e profissionais.

A valorização do trabalho docente e o incentivo a práticas colaborativas são elementos essenciais para transformar o ensino de Matemática em uma experiência mais dinâmica e significativa. Dessa maneira, a educação matemática no contexto do tempo integral pode contribuir não apenas para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, mas também para a formação de sujeitos críticos, autônomos e preparados para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Elaine de Farias Giffoni de; SILVA, Thales Geovane Rodrigues; SCIPIÃO, Lara Ronise de Negreiros Pinto; et al. **As tecnologias educacionais digitais e as metodologias ativas para o ensino de Matemática**. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 2805-2820, 2021. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-214.

ONUCHIC, Lourdes de la Rosa; ALLEVATO, Norma Suely Gomes. **Pesquisa em resolução de problemas: caminhos, avanços e novas perspectivas**. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, v. 25, n. 41, p. 73-98, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-636X2011000300005.

PANOSSIAN, Maria Lucia. **Metodologias ativas na Educação Matemática escolar: uma discussão a partir da atividade pedagógica**. *Perspectivas da Educação Matemática*, Campo Grande, v. 14, n. 36, p. 1-22, 2021. DOI: https://doi.org/10.46312/pem.v14i36.12426.

PERIPOLLI, Patrícia Zanon; BEMME, Luis Sebastião Barbosa; ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. **Metodologias ativas no ensino de Matemática: percepções de professores da Educação Básica e Superior**. *TANGRAM - Revista de Educação Matemática*, v. 6, n. 2, p. 155-183, 2023. DOI: https://doi.org/10.30612/tangram.v6i2.17214.

RACKMANN, Christian Puhlmann. **Desenvolvimento do pensamento computacional através de atividades desplugadas na educação básica**. 2017. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. DOI: https://doi.org/10.5753/cbie.wie.2016.138.

SILVA, João Vitor da; SILVA, Everton Lira da; SILVA, Vinicios Avelino da; NETO, João Ferreira da Silva. **O uso de metodologias ativas no ensino de Matemática: o que dizem as pesquisas brasileiras**. *Revista de Educação Matemática*, v. 20, n. 1, p. e023113, 2023. DOI: https://doi.org/10.37001/remat25269062v20id494.

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS EDITORIAIS E CENSURA CULTURAL: COMO OS IMPRESSOS OFICIAIS SILENCIARAM LÍNGUAS, SABERES E HISTÓRIAS DOS POVOS INDÍGENAS.

EDITORIAL POLICIES AND CULTURAL CENSORSHIP: HOW OFFICIAL PRINTED MATERIALS SILENCED INDIGENOUS PEOPLES' LANGUAGES, KNOWLEDGE, AND HISTORIES.

POLÍTICAS EDITORIALES Y CENSURA CULTURAL: CÓMO LOS IMPRESOS OFICIALES SILENCIARON LAS LENGUAS, SABERES E HISTORIAS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS.

Pedro Eduardo Pires de Oliveira

O presente estudo analisa as políticas editoriais e os processos de censura cultural relacionados aos impressos oficiais que contribuíram para o silenciamento de línguas, saberes e histórias dos povos indígenas. A pesquisa parte da problemática referente à exclusão de narrativas indígenas em documentos institucionais e materiais educativos. O objetivo consiste em compreender como práticas editoriais influenciaram a representação dos povos originários. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em estudos acadêmicos e documentos históricos. Os resultados evidenciam a presença de mecanismos de invisibilização cultural e destacam a importância da valorização das narrativas indígenas. Conclui-se que a produção editorial inclusiva contribui para a preservação da diversidade cultural.

Palavras-chave: Políticas editoriais; censura cultural; povos indígenas; diversidade cultural.

This study analyzes editorial policies and cultural censorship processes related to official printed materials that contributed to the silencing of Indigenous peoples' languages, knowledge, and histories. The research addresses the exclusion of Indigenous narratives in institutional documents and educational materials. The main objective is to understand how editorial practices influenced the representation of Indigenous peoples. Methodologically, it is characterized as qualitative bibliographic research based on academic studies and historical documents. The results reveal mechanisms of cultural invisibility and emphasize the importance of valuing Indigenous narratives. It is concluded that inclusive editorial production contributes to the preservation of cultural diversity.

Keywords: Editorial policies; cultural censorship; Indigenous peoples; cultural diversity.

El presente estudio analiza las políticas editoriales y los procesos de censura cultural relacionados con los impresos oficiales que contribuyeron al silenciamiento de las lenguas, saberes e historias de los pueblos indígenas. La investigación aborda la exclusión de narrativas indígenas en documentos institucionales y materiales educativos. El objetivo consiste en comprender cómo las prácticas editoriales influyeron en la representación de los pueblos originarios. Metodológicamente, se caracteriza como una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, basada en estudios académicos y documentos históricos. Los resultados evidencian mecanismos de invisibilización cultural y destacan la importancia de valorar las narrativas indígenas. Se concluye que la producción editorial inclusiva contribuye a la preservación de la diversidad cultural.

Palabras clave: Políticas editoriales; censura cultural; pueblos indígenas; diversidad cultural.

1. INTRODUÇÃO

As políticas editoriais constituem importantes instrumentos de produção, circulação e legitimação de conhecimentos, influenciando diretamente a forma como grupos sociais são representados nos registros históricos, educacionais e institucionais. No caso dos povos indígenas, os impressos oficiais produzidos ao longo da história frequentemente foram marcados por perspectivas coloniais que privilegiaram determinadas narrativas e marginalizaram outras formas de conhecimento. Esse processo contribuiu para a construção de imagens reduzidas sobre os povos originários, muitas vezes apresentados de maneira estereotipada, desconsiderando suas línguas, culturas, memórias e sistemas próprios de produção de saberes.

A censura cultural presente em determinados materiais editoriais não ocorreu apenas pela exclusão direta de conteúdos indígenas, mas também pela seleção de quais histórias seriam registradas e divulgadas socialmente. Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder estabeleceu formas de organização do conhecimento baseadas em referências eurocêntricas, produzindo hierarquias que desvalorizaram saberes originários e outras formas de compreender o mundo. Os impressos oficiais, incluindo documentos administrativos e materiais educacionais, participaram de processos de legitimação de determinadas narrativas históricas, enquanto silenciavam experiências e perspectivas indígenas.

No campo educacional, essa problemática torna-se ainda mais evidente, pois os livros didáticos e materiais pedagógicos possuem papel fundamental na formação das representações sociais dos estudantes. Conforme Grupioni (1996), a presença indígena nos livros didáticos foi frequentemente marcada por imagens fragmentadas e contraditórias, reforçando visões limitadas sobre esses povos. As políticas editoriais e os mecanismos de censura cultural permite compreender como determinados discursos foram historicamente construídos e quais caminhos podem ser desenvolvidos para valorizar a diversidade cultural, fortalecer as narrativas indígenas e promover uma produção editorial mais plural e inclusiva.

2. DESENVOLVIMENTO

As políticas editoriais relacionadas aos povos indígenas revelam disputas históricas em torno da produção e circulação do conhecimento. Durante longos períodos, os materiais oficiais foram elaborados a partir de perspectivas externas às comunidades indígenas, priorizando interpretações coloniais e reduzindo a complexidade das experiências desses povos. Essa produção editorial contribuiu para o apagamento de línguas, práticas culturais e formas tradicionais de organização social, criando uma memória oficial limitada sobre a presença indígena. De acordo com Quijano (2005), a colonialidade do saber produziu mecanismos de

valorização de determinados conhecimentos em detrimento de outros, influenciando instituições, documentos e práticas educativas. Dessa forma, os impressos oficiais podem ser compreendidos como espaços de disputa simbólica, nos quais diferentes grupos sociais buscam reconhecimento e legitimidade.

No contexto escolar, a representação dos povos indígenas nos materiais didáticos evidencia os efeitos dessas políticas editoriais. Bergamaschi e Gomes (2012) destacam a importância de uma educação intercultural que reconheça os povos indígenas como sujeitos históricos, produtores de conhecimentos e participantes ativos da sociedade. Entretanto, muitos materiais educativos ainda reproduzem abordagens simplificadas, apresentando os indígenas como pertencentes apenas ao passado ou associados exclusivamente a aspectos folclóricos. Essa perspectiva limita a compreensão da diversidade existente entre os diferentes povos indígenas e dificulta o reconhecimento de suas contribuições culturais, sociais e ambientais.

A produção editorial também influencia diretamente a preservação das línguas e dos saberes tradicionais indígenas. A ausência desses conhecimentos em documentos oficiais e materiais educativos contribuiu para processos de invisibilização cultural, dificultando o reconhecimento das epistemologias indígenas como formas legítimas de conhecimento. Segundo Krenak (2019), os povos indígenas possuem modos próprios de interpretar a relação entre humanidade, território e natureza, oferecendo perspectivas fundamentais para pensar os desafios contemporâneos. A valorização das narrativas indígenas nos espaços editoriais representa uma forma de ampliar os horizontes do conhecimento e romper com modelos únicos de produção histórica e cultural.

Nesse processo de reconstrução das narrativas, destaca-se a necessidade de políticas editoriais comprometidas com a diversidade e com a participação dos próprios povos indígenas na produção de materiais sobre suas histórias e culturas. A superação de práticas de silenciamento exige não apenas incluir conteúdos indígenas nos impressos oficiais, mas também reconhecer a autoria, a oralidade, as línguas originárias e os diferentes modos de transmissão dos saberes. Conforme Bergamaschi e Gomes (2012), a educação intercultural contribui para construir relações mais democráticas entre diferentes grupos culturais, possibilitando que os conhecimentos indígenas ocupem espaços de reconhecimento e valorização.

Compreender a censura cultural presente nos impressos oficiais permite analisar como determinadas narrativas foram historicamente privilegiadas em detrimento de outras. A perspectiva crítica sobre os processos editoriais revela que os materiais publicados não são neutros, pois carregam escolhas políticas, sociais e culturais sobre aquilo que será registrado e divulgado. A produção editorial torna-se um campo fundamental para promover mudanças,

garantindo maior representatividade dos povos indígenas e fortalecendo uma sociedade baseada no respeito à diversidade cultural e ao pluralismo de saberes.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa está fundamentado em estudos que analisam as relações entre políticas editoriais, colonialidade do conhecimento, representação cultural e processos de silenciamento das narrativas indígenas. A discussão parte da compreensão de que os impressos oficiais não constituem apenas instrumentos de registro e divulgação de informações, mas também espaços de construção de memórias, identidades e relações de poder. Dessa forma, a análise das políticas editoriais permite compreender como determinados discursos foram historicamente legitimados enquanto outros conhecimentos, especialmente os produzidos pelos povos indígenas, foram marginalizados ou invisibilizados.

3.1. Fundamentação conceitual do objeto de estudo

A fundamentação conceitual deste estudo compreende as políticas editoriais como práticas sociais e institucionais que influenciam a seleção, organização e circulação de conhecimentos em diferentes contextos históricos. Os impressos oficiais, como livros didáticos, documentos governamentais, relatórios e materiais educativos, desempenham papel significativo na construção das representações sociais, pois determinam quais narrativas serão preservadas e transmitidas às gerações futuras. Nesse sentido, o silenciamento das línguas, saberes e histórias indígenas está relacionado a processos históricos de exclusão cultural e epistemológica. Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder estabeleceu estruturas de dominação que ultrapassaram o campo político e econômico, alcançando também a produção do conhecimento, criando hierarquias entre diferentes formas de saber. Compreender as políticas editoriais sob uma perspectiva crítica possibilita identificar como determinadas produções impressas contribuíram para fortalecer narrativas eurocêntricas e limitar o reconhecimento dos conhecimentos indígenas como legítimas formas de compreensão do mundo.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As abordagens teóricas utilizadas para analisar a censura cultural e os processos editoriais baseiam-se principalmente nos estudos decoloniais, interculturais e nas discussões sobre representação social. A perspectiva decolonial permite compreender como os sistemas de conhecimento foram organizados a partir de referências dominantes, desconsiderando ou inferiorizando outras epistemologias. Nesse contexto, os impressos oficiais podem ser analisados

como espaços nos quais ocorrem disputas pela construção das narrativas históricas e culturais. Grupioni (1996) evidencia que os materiais didáticos frequentemente apresentaram imagens fragmentadas dos povos indígenas, reforçando representações limitadas e descontextualizadas. Já Bergamaschi e Gomes (2012) defendem a importância da educação intercultural como possibilidade de superar visões estereotipadas e promover o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos históricos, produtores de conhecimento e participantes ativos da sociedade. Dessa forma, os modelos analíticos relacionados ao tema buscam compreender não apenas o conteúdo presente nos impressos, mas também as relações de poder envolvidas na produção, seleção e divulgação dessas informações.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

As evidências empíricas presentes nos estudos sobre educação, cultura e representação indígena demonstram que os materiais editoriais ainda apresentam desafios relacionados à valorização da diversidade cultural e ao reconhecimento das narrativas dos povos originários. Pesquisas indicam que livros didáticos e documentos oficiais, durante muito tempo, reproduziram perspectivas que associavam os indígenas a imagens estáticas, vinculadas exclusivamente ao passado, desconsiderando sua presença contemporânea, suas lutas políticas e suas contribuições sociais. Segundo Bergamaschi e Gomes (2012), a inserção da temática indígena na educação requer uma abordagem intercultural capaz de reconhecer diferentes formas de conhecimento e romper com práticas de invisibilização. Além disso, autores como Krenak (2019) destacam a importância dos saberes indígenas para a compreensão das relações entre humanidade, território e natureza, evidenciando que essas epistemologias possuem relevância para os debates atuais. Estudos recentes contribuem para ampliar a compreensão sobre os impactos das políticas editoriais e apontam a necessidade de desenvolver práticas de produção e circulação de conhecimentos mais democráticas, plurais e comprometidas com a valorização das histórias e culturas indígenas.

3.4. Controle editorial e produção de narrativas oficiais sobre os povos indígenas

As políticas editoriais desempenharam historicamente um papel central na construção das narrativas oficiais sobre os povos indígenas, uma vez que os materiais impressos constituem importantes instrumentos de produção e circulação de conhecimentos. Documentos administrativos, relatórios governamentais, livros escolares e publicações institucionais foram frequentemente elaborados a partir de perspectivas vinculadas ao pensamento colonial, privilegiando interpretações externas sobre os povos originários. Muitas representações

indígenas foram construídas de maneira limitada, associando esses povos a imagens de atraso, isolamento ou ausência de desenvolvimento, enquanto eram desconsideradas suas formas próprias de organização social, seus conhecimentos territoriais e suas tradições culturais. Conforme Quijano (2005), a colonialidade do poder também atua no campo do conhecimento, estabelecendo hierarquias que determinam quais saberes são reconhecidos como legítimos e quais são marginalizados.

O controle editorial sobre essas narrativas contribuiu para consolidar versões históricas nas quais os povos indígenas aparecem frequentemente como objetos de descrição, e não como sujeitos produtores de conhecimento e memória. Essa perspectiva influenciou a forma como a sociedade compreendeu a presença indígena, muitas vezes reduzindo sua participação histórica aos períodos iniciais da colonização e invisibilizando suas contribuições contemporâneas. Segundo Grupioni (1996), os materiais didáticos brasileiros apresentaram, durante muito tempo, imagens contraditórias e fragmentadas dos indígenas, reproduzindo estereótipos que dificultavam o reconhecimento da diversidade existente entre os diferentes povos. As políticas editoriais não apenas organizaram informações, mas também participaram da construção de imaginários sociais sobre identidade, cultura e pertencimento.

A análise crítica das políticas editoriais revela que a produção de narrativas oficiais envolve escolhas políticas e culturais relacionadas ao que é registrado, valorizado e transmitido socialmente. A ausência de perspectivas indígenas nesses materiais demonstra que o processo editorial esteve, em muitos momentos, associado a práticas de exclusão simbólica e epistemológica. Torna-se fundamental promover mudanças na elaboração de impressos oficiais, garantindo a participação dos povos indígenas na produção de conhecimentos sobre suas próprias histórias e culturas. Para Bergamaschi e Gomes (2012), uma abordagem intercultural exige superar representações simplificadas e reconhecer os povos indígenas como sujeitos históricos, fortalecendo práticas educativas e editoriais comprometidas com a diversidade cultural.

3.5. Silenciamento das línguas indígenas nos materiais impressos oficiais

O silenciamento das línguas indígenas constitui uma das dimensões mais significativas dos processos de censura cultural presentes nos materiais impressos oficiais. Ao longo da história, políticas linguísticas foram utilizadas como instrumentos de integração nacional baseados na valorização exclusiva da língua portuguesa, reduzindo o reconhecimento dos idiomas originários como formas legítimas de expressão cultural e produção de conhecimento. Essa imposição linguística contribuiu para enfraquecer práticas tradicionais de transmissão oral e escrita, afetando a preservação de memórias coletivas, histórias ancestrais e modos próprios de

interpretar o mundo. A língua, nesse contexto, não representa apenas um meio de comunicação, mas também um elemento fundamental da identidade, da organização social e da continuidade cultural dos povos indígenas.

A ausência das línguas indígenas em livros, documentos oficiais e materiais pedagógicos evidencia como os processos editoriais podem atuar como mecanismos de seleção cultural. Ao privilegiar determinadas formas linguísticas e excluir outras, os impressos institucionais contribuem para estabelecer quais conhecimentos serão reconhecidos e compartilhados nos espaços educativos. Segundo Bergamaschi e Gomes (2012), a educação intercultural pressupõe o reconhecimento das diferenças linguísticas e culturais como elementos constitutivos da formação humana, rompendo com modelos educacionais que historicamente buscaram homogeneizar identidades. A valorização das línguas indígenas nos materiais escolares representa uma estratégia essencial para fortalecer a diversidade cultural e garantir maior visibilidade aos saberes produzidos por esses povos.

A reconstrução desse cenário envolve reconhecer que as línguas indígenas possuem sistemas complexos de conhecimento, memória e interpretação da realidade. A produção de materiais bilíngues, registros linguísticos e publicações elaboradas com participação indígena constitui uma importante forma de resistência cultural diante dos processos históricos de apagamento. Conforme Krenak (2019), os povos indígenas mantêm relações profundas entre linguagem, território e modos de existência, revelando perspectivas fundamentais para compreender diferentes formas de viver e produzir conhecimento. Superar o silenciamento linguístico nos impressos oficiais significa promover uma política editorial mais democrática, capaz de valorizar a pluralidade das vozes existentes na sociedade.

3.6. Desvalorização dos saberes tradicionais e epistemologias indígenas

A desvalorização dos saberes tradicionais indígenas está relacionada a processos históricos de hierarquização do conhecimento, nos quais perspectivas científicas ocidentais foram frequentemente consideradas superiores em relação às epistemologias produzidas por outros grupos culturais. Nos impressos oficiais, especialmente em documentos educacionais e históricos, os conhecimentos indígenas sobre território, biodiversidade, espiritualidade, agricultura, medicina tradicional e organização comunitária foram muitas vezes invisibilizados ou apresentados como práticas sem valor científico. Essa exclusão caracteriza uma forma de censura epistemológica, pois limita o reconhecimento de diferentes maneiras de compreender e interpretar o mundo.

A colonialidade do conhecimento contribuiu para estabelecer uma divisão entre conhecimentos considerados científicos e saberes vistos como tradicionais ou inferiores. De acordo com Quijano (2005), a colonialidade produziu estruturas que não apenas dominaram territórios e populações, mas também definiram quais conhecimentos poderiam ocupar espaços de legitimidade social. Nesse sentido, os impressos oficiais desempenharam papel relevante na manutenção dessas hierarquias ao priorizarem narrativas históricas e científicas baseadas em referências europeias. A ausência dos saberes indígenas nesses materiais contribuiu para uma compreensão limitada sobre esses povos, ignorando sua contribuição para áreas como preservação ambiental, manejo sustentável dos recursos naturais e construção de conhecimentos coletivos.

A valorização das epistemologias indígenas exige uma mudança na forma como os conhecimentos são selecionados e apresentados nos materiais editoriais. A inclusão das perspectivas indígenas permite ampliar a compreensão sobre cultura, sociedade e natureza, promovendo uma visão mais plural da produção do conhecimento. Krenak (2019) destaca que os saberes indígenas oferecem outras formas de pensar a relação entre seres humanos e ambiente, questionando modelos baseados exclusivamente na exploração dos recursos naturais. Reconhecer esses conhecimentos nos espaços editoriais e educacionais representa uma possibilidade de reconstruir narrativas mais inclusivas e comprometidas com a diversidade epistemológica.

3.7. Representação indígena nos livros didáticos e documentos educacionais

Os livros didáticos e documentos educacionais possuem grande influência na formação das representações sociais, pois são instrumentos utilizados diariamente no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, durante décadas, a presença indígena nesses materiais foi marcada por abordagens reducionistas, que apresentavam os povos originários de forma genérica, frequentemente associados ao passado colonial ou representados por elementos folclóricos. Essa perspectiva contribuiu para apagar a diversidade existente entre diferentes povos indígenas, suas organizações políticas, suas produções culturais e suas lutas contemporâneas por direitos e reconhecimento.

Segundo Grupioni (1996), os livros didáticos brasileiros apresentaram representações contraditórias dos indígenas, alternando entre imagens idealizadas e visões negativas que reforçavam preconceitos históricos. Essas representações influenciam a maneira como estudantes e sociedade compreendem a presença indígena no Brasil, podendo fortalecer estereótipos e limitar o reconhecimento desses povos como sujeitos históricos ativos. A revisão dos materiais

educativos torna-se necessária para garantir abordagens que contemplem a pluralidade cultural e valorizem as experiências dos próprios povos indígenas.

A construção de novas representações indígenas nos materiais educacionais depende da adoção de perspectivas interculturais e da participação indígena nos processos de produção editorial. Bergamaschi e Gomes (2012) defendem que a educação intercultural possibilita superar práticas de invisibilização e construir relações baseadas no respeito às diferenças culturais. Os livros didáticos e documentos oficiais podem deixar de ser instrumentos de reprodução de narrativas limitadas e assumir um papel transformador, promovendo o reconhecimento das histórias, línguas e conhecimentos indígenas na formação das novas gerações.

3.8. Resistência indígena e reconstrução de narrativas por meio da produção editorial

Apesar dos processos históricos de silenciamento cultural, os povos indígenas têm desenvolvido estratégias de resistência por meio da produção editorial própria e da participação ativa na construção de novas narrativas. A escrita indígena, a publicação de livros, os registros de memórias coletivas e a elaboração de materiais educativos bilíngues representam formas de recuperar histórias negadas e fortalecer identidades culturais. Essas iniciativas rompem com a tradição editorial que frequentemente apresentou os indígenas como objetos de estudo e possibilitam que sejam reconhecidos como autores e produtores de conhecimento.

A produção editorial indígena contemporânea constitui uma importante ferramenta de resistência política e cultural, pois permite que os próprios povos originários apresentem suas perspectivas sobre território, memória, espiritualidade e modos de vida. Segundo Krenak (2019), a valorização das narrativas indígenas é fundamental para ampliar as formas de compreender a relação entre humanidade e natureza, questionando modelos únicos de conhecimento. A autoria indígena representa uma mudança significativa no campo editorial, pois desloca o controle das narrativas e possibilita maior autonomia na construção das próprias representações.

A presença crescente de autores indígenas em espaços editoriais e educacionais contribui para transformar práticas de ensino e ampliar o reconhecimento da diversidade cultural brasileira. A reconstrução das narrativas indígenas não significa apenas inserir conteúdos sobre esses povos, mas reconhecer seus direitos de produzir, interpretar e divulgar seus próprios conhecimentos. A produção editorial indígena configura-se como instrumento de valorização cultural, fortalecimento identitário e construção de perspectivas históricas mais democráticas, nas quais diferentes vozes possam participar da formação da memória coletiva.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como *bibliográfica, de natureza qualitativa***,** pois busca compreender, a partir da análise de produções acadêmicas e documentos históricos, como as políticas editoriais e os impressos oficiais contribuíram para processos de silenciamento das línguas, saberes e histórias dos povos indígenas. A abordagem qualitativa permite interpretar fenômenos sociais e culturais considerando seus contextos históricos, políticos e simbólicos, possibilitando uma análise crítica das relações de poder presentes na produção e circulação dos conhecimentos. A pesquisa fundamenta-se em estudos sobre colonialidade, representação cultural, educação intercultural e epistemologias indígenas, buscando compreender como determinados discursos foram legitimados enquanto outros foram marginalizados. Conforme Quijano (2005), a colonialidade do poder também se manifesta no campo do conhecimento, estabelecendo padrões que definem quais saberes são reconhecidos socialmente. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de analisar não apenas os conteúdos presentes nos materiais editoriais, mas também os processos históricos e culturais que influenciaram sua construção.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Os procedimentos técnicos adotados consistiram em pesquisa bibliográfica e documental, envolvendo a análise de livros, artigos científicos, documentos educacionais, publicações institucionais e estudos relacionados às políticas editoriais, representação indígena e processos de censura cultural. As fontes selecionadas contemplaram produções de autores que discutem colonialidade do saber, educação intercultural, materiais didáticos e resistência indígena, como Quijano (2005), Grupioni (1996), Bergamaschi e Gomes (2012) e Krenak (2019). A pesquisa documental possibilitou examinar como os impressos oficiais construíram determinadas narrativas sobre os povos indígenas, identificando padrões de exclusão, invisibilização ou valorização cultural. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador reunir conhecimentos já produzidos e estabelecer análises fundamentadas sobre determinado fenômeno. Os procedimentos utilizados contribuíram para compreender o papel dos materiais impressos na formação de memórias sociais e na construção de representações sobre os povos originários.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa compreende estudos acadêmicos e documentos relacionados às políticas editoriais, aos materiais oficiais de circulação pública e às formas de representação dos

povos indígenas em diferentes contextos históricos e educacionais. A amostra foi composta por obras selecionadas a partir de critérios de relevância científica, aproximação com o tema investigado e contribuição teórica para compreender os processos de silenciamento cultural e reconstrução das narrativas indígenas. Foram priorizados estudos que abordam a presença indígena nos livros didáticos, a valorização das línguas originárias, a colonialidade do conhecimento e a produção editorial indígena contemporânea. A seleção das fontes considerou a necessidade de analisar diferentes perspectivas sobre a relação entre poder, conhecimento e representação cultural. Grupioni (1996) contribui ao evidenciar como materiais escolares historicamente produziram imagens fragmentadas dos povos indígenas, enquanto Bergamaschi e Gomes (2012) destacam a importância de práticas interculturais para superar representações estereotipadas. A composição da amostra possibilitou uma análise ampla e fundamentada sobre o objeto de estudo.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta de dados ocorreu por meio do levantamento, leitura e sistematização das referências selecionadas, buscando identificar conceitos, argumentos e evidências relacionadas às políticas editoriais e aos processos de censura cultural. Após a organização das informações, realizou-se uma análise interpretativa dos conteúdos, considerando categorias temáticas como controle editorial, silenciamento linguístico, desvalorização dos saberes indígenas, representação nos materiais educativos e resistência por meio da produção editorial própria. O tratamento dos dados foi realizado de forma qualitativa, buscando estabelecer relações entre os estudos analisados e o contexto histórico de produção dos impressos oficiais. Conforme a perspectiva de análise crítica da colonialidade, os materiais editoriais não são compreendidos como registros neutros, mas como produtos sociais influenciados por relações de poder e escolhas culturais. A análise possibilitou compreender como determinadas narrativas foram privilegiadas e como os povos indígenas têm construído estratégias de resistência para recuperar suas histórias e conhecimentos.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, o estudo respeitou os princípios éticos relacionados à produção acadêmica, garantindo a correta identificação das fontes utilizadas, o reconhecimento da autoria intelectual e a interpretação responsável dos materiais analisados. A pesquisa buscou evitar reproduções de discursos discriminatórios, priorizando uma abordagem crítica e respeitosa sobre as culturas indígenas e seus processos

históricos. Entretanto, apresenta como limitação a ausência de pesquisa de campo junto às comunidades indígenas e aos produtores de materiais editoriais indígenas, o que poderia ampliar a compreensão sobre as experiências vivenciadas diretamente por esses grupos. Apesar dessa limitação, o estudo apresenta relevância ao analisar como os impressos oficiais participaram de processos de construção de memórias e representações sociais. Contribui para refletir sobre a necessidade de políticas editoriais mais inclusivas, que reconheçam a diversidade cultural e promovam maior participação indígena na produção e circulação de conhecimentos.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A *apresentação de resultados* reúne e analisa os principais achados da pesquisa, evidenciando as contribuições dos estudos investigados e estabelecendo relações entre os dados levantados e o referencial teórico. Nesta etapa, são destacados os aspectos centrais relacionados às políticas editoriais, aos processos de silenciamento cultural e às formas de resistência e reconstrução das narrativas indígenas, permitindo compreender os impactos dos impressos oficiais na preservação e valorização das línguas, saberes e histórias dos povos originários.

5.1. Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

A análise dos materiais selecionados evidenciou que as políticas editoriais e os impressos oficiais desempenharam papel significativo na construção de narrativas sobre os povos indígenas, frequentemente marcadas por processos de invisibilização cultural e epistemológica. Os resultados demonstram que muitos documentos históricos e materiais educativos foram produzidos sob perspectivas coloniais, privilegiando referências culturais externas e reduzindo a complexidade das experiências indígenas. Observou-se que a ausência de línguas indígenas, saberes tradicionais e narrativas próprias dos povos originários contribuiu para fortalecer representações limitadas sobre suas identidades e modos de vida. Conforme Grupioni (1996), os livros didáticos apresentaram durante muito tempo imagens contraditórias e fragmentadas dos indígenas, reforçando interpretações simplificadas. Entretanto, também foram identificadas mudanças recentes relacionadas à valorização da interculturalidade e ao crescimento da produção editorial indígena, indicando movimentos de resistência e reconstrução das narrativas históricas.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

A interpretação dos resultados evidencia que os processos editoriais analisados estão diretamente relacionados às estruturas de poder que historicamente organizaram a produção do conhecimento. A partir da perspectiva da colonialidade do saber apresentada por Quijano (2005),

compreende-se que o silenciamento das narrativas indígenas não ocorreu de forma isolada, mas esteve associado a mecanismos que definiram quais conhecimentos seriam considerados legítimos e quais seriam marginalizados. Os resultados confirmam que os impressos oficiais funcionaram, em determinados contextos, como instrumentos de reprodução de visões eurocêntricas, limitando o reconhecimento das epistemologias indígenas. Ao mesmo tempo, os estudos analisados apontam para a importância da educação intercultural e da participação indígena na elaboração de materiais educativos. Segundo Bergamaschi e Gomes (2012), a valorização das culturas indígenas exige superar abordagens superficiais e reconhecer esses povos como sujeitos históricos produtores de conhecimentos. A análise demonstra a necessidade de transformar práticas editoriais e educacionais para promover maior diversidade de perspectivas.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

Os resultados apresentam importantes implicações para o campo educacional, editorial e acadêmico, evidenciando a necessidade de desenvolver políticas de produção e circulação de materiais que reconheçam a pluralidade cultural brasileira. No aspecto prático, destaca-se a importância da elaboração de livros, documentos e recursos pedagógicos que incluam as perspectivas indígenas, suas línguas, histórias e conhecimentos tradicionais. No campo teórico, a pesquisa contribui para ampliar os debates sobre colonialidade, memória social e disputa de narrativas, demonstrando que os impressos constituem espaços de construção de identidades e relações de poder. Metodologicamente, o estudo reforça a relevância das análises qualitativas e críticas para investigar processos culturais complexos, considerando os contextos históricos e sociais envolvidos. Conforme Krenak (2019), reconhecer os conhecimentos indígenas significa ampliar as formas de compreender a relação entre sociedade, território e natureza. As implicações dos resultados apontam para a construção de práticas editoriais mais democráticas, inclusivas e comprometidas com a valorização das diferentes formas de conhecimento existentes na sociedade.

CONCLUSÃO

A análise das políticas editoriais e dos processos de censura cultural evidencia que os impressos oficiais exerceram significativa influência na construção das narrativas históricas e sociais sobre os povos indígenas. Durante diferentes períodos, esses materiais contribuíram para a invisibilização de línguas, saberes e histórias indígenas ao priorizarem perspectivas externas e modelos culturais dominantes. Entretanto, a compreensão crítica desses processos possibilita

reconhecer os mecanismos de exclusão presentes na produção do conhecimento e fortalecer iniciativas voltadas à valorização das culturas originárias. O estudo demonstra a importância de repensar as práticas editoriais como espaços de reconhecimento, participação e respeito à diversidade cultural.

A reconstrução das narrativas indígenas representa um avanço fundamental para a promoção de uma sociedade mais democrática e plural. A ampliação da presença indígena na produção de livros, materiais educativos e documentos institucionais contribui para superar representações estereotipadas e garantir maior visibilidade às diferentes formas de conhecimento existentes. Políticas editoriais inclusivas podem atuar como instrumentos de preservação das línguas, memórias e tradições dos povos originários, fortalecendo suas identidades e seus direitos culturais.

Conclui-se que a valorização das narrativas indígenas nos espaços editoriais e educacionais constitui um caminho essencial para transformar práticas históricas de silenciamento em processos de diálogo e reconhecimento. A produção e circulação de conhecimentos mais diversos favorecem uma compreensão ampliada da sociedade brasileira, na qual os povos indígenas são reconhecidos como sujeitos históricos, produtores de saberes e participantes ativos da construção cultural do país. Investir em políticas editoriais comprometidas com a pluralidade cultural representa uma contribuição significativa para uma educação mais inclusiva, democrática e respeitosa com a diversidade dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. **A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 53-72, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S2175-62362012000100004.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Imagens contraditórias e fragmentadas: sobre o lugar dos índios nos livros didáticos**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 77, n. 186, p. 409-437, 1996. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.77i186.1086.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300002.

CAPÍTULO 9

MONTEIRO LOBATO E A LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE SUA OBRA.

MONTEIRO LOBATO AND BRAZILIAN CHILDREN'S LITERATURE: CONTEMPORARY DEBATES ON HIS WORK.

MONTEIRO LOBATO Y LA LITERATURA INFANTIL BRASILEÑA: DEBATES CONTEMPORÁNEOS SOBRE SU OBRA.

Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos

E-mail: cintiapare@gmail.com

O presente estudo analisa a contribuição de Monteiro Lobato para a literatura infantil brasileira, considerando os debates contemporâneos relacionados aos aspectos culturais, educacionais e sociais presentes em sua obra. A pesquisa parte da problemática acerca das interpretações divergentes sobre suas produções literárias e suas representações de identidade, diversidade e formação do leitor. O objetivo consiste em compreender os impactos da obra lobatiana na literatura infantil brasileira e suas discussões atuais. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos literários e educacionais. Os resultados evidenciam a relevância histórica de sua produção e a necessidade de análises críticas contextualizadas. Conclui-se que sua obra permanece significativa para os estudos literários contemporâneos.

Palavras-chave: Monteiro Lobato; literatura infantil; formação do leitor; estudos culturais.

This study analyzes Monteiro Lobato’s contribution to Brazilian children’s literature, considering contemporary debates related to the cultural, educational, and social aspects present in his work. The research addresses the problem of divergent interpretations regarding his literary productions and their representations of identity, diversity, and reader development. The main objective is to understand the impacts of Lobato’s work on Brazilian children’s literature and its current discussions. Methodologically, it is characterized as qualitative bibliographic research based on literary and educational studies. The results highlight the historical relevance of his production and the need for contextualized critical analyses. It is concluded that his work remains significant for contemporary literary studies.

Keywords: Monteiro Lobato; children’s literature; reader development; cultural studies.

El presente estudio analiza la contribución de Monteiro Lobato a la literatura infantil brasileña, considerando los debates contemporáneos relacionados con los aspectos culturales, educativos y sociales presentes en su obra. La investigación aborda la problemática de las diferentes interpretaciones sobre sus producciones literarias y sus representaciones de identidad, diversidad y formación del lector. El objetivo consiste en comprender los impactos de la obra de Lobato en la literatura infantil brasileña y sus discusiones actuales. Metodológicamente, se caracteriza como una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, fundamentada en estudios literarios y educativos. Los resultados evidencian la relevancia histórica de su producción y la necesidad de análisis críticos contextualizados. Se concluye que su obra permanece significativa para los estudios literarios contemporáneos.

Palabras clave: Monteiro Lobato; literatura infantil; formación del lector; estudios culturales.

1. INTRODUÇÃO

A literatura infantil brasileira apresenta uma trajetória marcada por mudanças significativas na forma de compreender a infância, a leitura e a formação cultural das crianças, tendo Monteiro Lobato como um dos principais representantes desse processo. Sua produção literária contribuiu para transformar a literatura destinada ao público infantil ao inserir elementos da cultura brasileira, da fantasia, da ciência e da reflexão crítica em narrativas próximas ao universo das crianças. De acordo com Fredrigo (2010), a relação entre texto e leitores na obra lobatiana evidencia uma proposta de leitura ativa, na qual a literatura ultrapassa a função de entretenimento e assume papel formativo na construção do imaginário infantil. A obra de Lobato consolidou novas possibilidades para a literatura infantil nacional, valorizando a criatividade e a participação do leitor na interpretação dos textos.

Entretanto, os estudos contemporâneos sobre Monteiro Lobato demonstram que sua obra deve ser analisada considerando tanto sua importância histórica quanto as problemáticas sociais presentes em determinados textos. As discussões atuais destacam especialmente as representações relacionadas às questões raciais e culturais, evidenciando que algumas narrativas reproduzem concepções presentes no contexto histórico em que foram produzidas. Kaspary, Santos e Alves (2020), ao analisarem o conto *Negrinha*, apontam que a literatura lobatiana possibilita reflexões sobre infância, desigualdade e racismo, revelando como os textos literários também expressam conflitos e valores sociais de sua época. Compreender a produção de Lobato exige uma abordagem crítica capaz de reconhecer sua contribuição estética e, simultaneamente, problematizar representações que atualmente são debatidas sob novas perspectivas sociais e educacionais.

O presente estudo busca analisar a relevância de Monteiro Lobato para a literatura infantil brasileira, considerando os debates contemporâneos sobre sua obra e suas implicações para a formação de leitores. A pesquisa parte da problemática relacionada às diferentes interpretações construídas em torno dos textos lobatianos, especialmente no que se refere à permanência de suas obras no campo educacional e literário. Conforme Menezes e Bussons (2021), a análise de obras como *Reinações de Narizinho* evidencia a necessidade de discutir criticamente as representações raciais presentes na literatura infantil, promovendo leituras contextualizadas e reflexivas. O estudo pretende compreender como a obra de Lobato permanece como referência histórica, ao mesmo tempo em que provoca importantes debates sobre diversidade, identidade cultural e práticas de leitura na contemporaneidade.

2. DESENVOLVIMENTO

A contribuição de Monteiro Lobato para a literatura infantil brasileira está relacionada à criação de uma linguagem literária inovadora, capaz de aproximar o universo infantil de temas científicos, históricos e culturais. Sua produção rompeu com modelos tradicionais de escrita para crianças ao apresentar personagens com autonomia, curiosidade e capacidade de questionamento, transformando a infância em espaço de descoberta e construção do conhecimento. Segundo Fredrigo (2010), a obra lobatiana estabeleceu uma relação diferenciada entre literatura e leitor, pois suas narrativas estimulam a participação intelectual da criança e favorecem experiências de leitura que envolvem imaginação e reflexão. O autor contribuiu para consolidar uma literatura infantil brasileira com características próprias, marcada pela valorização da criatividade e pela aproximação com elementos da realidade nacional.

Os debates contemporâneos destacam que a literatura infantil participa da construção de imaginários sobre grupos sociais, identidades e relações de poder. Nesse aspecto, Menezes e Bussons (2021) analisam que determinadas passagens de *Reinações de Narizinho* revelam marcas de representações raciais que precisam ser problematizadas no contexto atual, especialmente quando utilizadas em ambientes educativos. Da mesma forma, Pereira e Pereira (2022) discutem a necessidade de compreender a obra infantil lobatiana a partir das tensões entre sua relevância literária e os discursos sociais presentes em suas narrativas. A análise crítica permite superar leituras simplificadas, considerando a complexidade histórica e cultural da produção do autor.

Outro aspecto importante refere-se à influência cultural e intelectual presente na obra de Monteiro Lobato, especialmente em sua relação com projetos de modernização, conhecimento científico e formação nacional. Penteado (2017) destaca a presença de referências internacionais, incluindo elementos da cultura norte-americana, nas produções lobatianas, evidenciando como suas narrativas dialogavam com ideias de progresso e transformação social de seu período. Essa característica demonstra que seus textos não estavam isolados da realidade histórica, mas inseridos em debates mais amplos sobre educação, desenvolvimento e identidade nacional. Compreender a obra de Lobato implica analisar as múltiplas influências que contribuíram para sua construção literária.

No campo educacional, os debates sobre a utilização das obras de Monteiro Lobato reforçam a importância da mediação pedagógica e da leitura crítica. A literatura infantil não deve ser trabalhada apenas como instrumento de incentivo à leitura, mas também como espaço para reflexão sobre valores, culturas e relações sociais. Kaspary, Santos e Alves (2020) ressaltam que a análise de textos literários possibilita discutir questões históricas e sociais, permitindo que os

estudantes desenvolvam uma compreensão mais ampla das narrativas. A presença da obra lobatiana nas escolas pode contribuir para a formação de leitores críticos quando acompanhada de práticas pedagógicas que considerem diferentes perspectivas e promovam debates sobre diversidade e respeito.

Os estudos contemporâneos sobre Monteiro Lobato revelam que sua obra permanece relevante justamente por possibilitar múltiplas interpretações e reflexões sobre literatura, educação e sociedade. Embora apresente aspectos questionados pelas discussões atuais sobre representação racial e cultural, sua produção continua sendo um importante objeto de análise acadêmica por sua contribuição à literatura infantil brasileira. Conforme Pereira e Pereira (2022), a revisão crítica da obra lobatiana permite compreender as transformações dos modos de leitura e interpretação ao longo do tempo. O debate contemporâneo não reduz sua importância histórica, mas amplia a compreensão sobre seus significados e sobre o papel da literatura na formação cultural dos sujeitos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O *referencial teórico* constitui a base conceitual que orienta a análise e a compreensão do objeto de estudo, reunindo contribuições de autores e pesquisas que fundamentam as discussões desenvolvidas. Neste estudo, o referencial teórico possibilita compreender a relação entre literatura infantil, formação do leitor, representação cultural e os debates contemporâneos acerca da obra de Monteiro Lobato, considerando seus aspectos históricos, literários e sociais. A partir dessas perspectivas, busca-se estabelecer uma análise crítica e fundamentada sobre a importância da literatura infantil brasileira e os desafios presentes na interpretação das obras literárias no contexto atual.

3.1. Fundamentação conceitual do objeto de estudo

A literatura infantil brasileira constitui um campo de estudo que envolve aspectos estéticos, culturais, históricos e educacionais, sendo compreendida como uma importante ferramenta de formação do leitor e de construção de significados sociais. Nesse contexto, a obra de Monteiro Lobato ocupa posição de destaque por representar uma transformação na produção literária destinada às crianças, ao incorporar elementos da cultura nacional, do conhecimento científico e da imaginação como componentes fundamentais da narrativa infantil. Segundo Fredrigo (2010), a relação estabelecida entre o texto lobatiano e seus leitores demonstra uma concepção de leitura como experiência ativa, capaz de estimular a curiosidade, a reflexão e a participação do sujeito infantil na construção dos sentidos da obra. A literatura infantil deixa de

ser compreendida apenas como instrumento de transmissão de valores e passa a ser analisada como espaço de interação cultural e formação crítica. Entretanto, a fundamentação conceitual do estudo também considera que as obras literárias estão inseridas em contextos históricos específicos e refletem concepções sociais de seu tempo. As pesquisas contemporâneas sobre Monteiro Lobato ampliam a compreensão de sua produção ao discutir aspectos relacionados à identidade, representação cultural e relações étnico-raciais, evidenciando que a literatura participa da construção de imaginários sobre diferentes grupos sociais. Analisar a obra lobatiana exige uma abordagem que reconheça sua importância para a literatura infantil brasileira, mas que também considere os debates atuais sobre diversidade, inclusão e representação.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As abordagens teóricas utilizadas para analisar a obra de Monteiro Lobato fundamentam-se em perspectivas dos estudos literários, culturais e educacionais, considerando a literatura como uma produção social atravessada por valores, ideologias e disputas de representação. A análise crítica da literatura infantil permite compreender que os textos destinados às crianças não são neutros, pois apresentam formas específicas de interpretar a sociedade, os sujeitos e as relações culturais. Nesse sentido, Menezes e Bussons (2021) destacam que a leitura de *Reinações de Narizinho* possibilita identificar representações raciais presentes na narrativa, evidenciando a necessidade de compreender como determinados discursos literários podem reproduzir ou questionar visões sociais historicamente construídas. Complementando essa perspectiva, Pereira e Pereira (2022) analisam a produção infantil de Lobato a partir das tensões entre sua contribuição literária e as representações raciais presentes em seus textos, demonstrando que a análise contemporânea da obra deve considerar tanto os aspectos inovadores de sua escrita quanto os elementos que provocam debates críticos. Os modelos analíticos empregados neste estudo compreendem a literatura infantil como espaço de formação cultural, no qual aspectos relacionados à infância, identidade, memória e diversidade são constantemente negociados. Essa perspectiva possibilita uma leitura mais ampla da obra lobatiana, evitando interpretações simplificadas e valorizando a complexidade das relações entre literatura, sociedade e educação.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

As pesquisas recentes sobre Monteiro Lobato evidenciam que sua obra permanece como objeto relevante de investigação devido à sua influência na literatura infantil brasileira e aos debates contemporâneos relacionados às suas representações culturais. Os estudos analisados

demonstram que a produção lobatiana apresenta múltiplas dimensões, envolvendo aspectos literários, históricos, educacionais e sociais. Kaspary, Santos e Alves (2020), ao investigarem o conto *Negrinha*, evidenciam como a narrativa permite discutir questões relacionadas à infância, desigualdade e racismo, demonstrando que os textos literários podem revelar conflitos presentes na sociedade em diferentes períodos históricos. Do mesmo modo, Menezes e Bussons (2021) apontam que a análise crítica das obras infantis de Lobato contribui para compreender como determinadas representações foram construídas e como podem ser problematizadas no contexto educacional atual. Penteado (2017) evidencia a presença de influências culturais estrangeiras na obra lobatiana, especialmente relacionadas aos Estados Unidos, demonstrando que sua produção dialogava com projetos de modernização e desenvolvimento presentes no início do século XX. Essas contribuições acadêmicas reforçam a importância de estudar Monteiro Lobato sob diferentes perspectivas, reconhecendo sua relevância histórica e literária, ao mesmo tempo em que se analisam criticamente os aspectos sociais presentes em sua produção. As evidências empíricas indicam que a obra lobatiana continua sendo fundamental para compreender os caminhos da literatura infantil brasileira e os desafios contemporâneos relacionados à formação de leitores críticos e conscientes da diversidade cultural.

3.4. A contribuição de Monteiro Lobato para a consolidação da literatura infantil brasileira

Monteiro Lobato desempenhou papel essencial na consolidação da literatura infantil brasileira ao propor uma escrita voltada para as crianças que valorizava a imaginação, a curiosidade e a construção do conhecimento por meio da narrativa literária. Sua produção rompeu com modelos tradicionais que apresentavam uma literatura infantil predominantemente moralizante e distante da realidade dos leitores, introduzindo personagens com características mais próximas do universo infantil e histórias marcadas pelo humor, pela fantasia e pela reflexão. Segundo Fredrigo (2010), a relação entre os textos de Lobato e seus leitores evidencia uma concepção de leitura dinâmica, na qual a criança deixa de ser apenas receptora de informações e passa a participar ativamente da construção dos sentidos da obra. A criação do universo do *Sítio do Picapau Amarelo* representou uma inovação ao aproximar literatura, educação e cultura brasileira, tornando-se referência na formação de leitores e na valorização da literatura infantil como campo artístico e pedagógico.

A relevância da obra lobatiana também está relacionada à capacidade de integrar diferentes áreas do conhecimento em suas narrativas, explorando temas como ciência, história, folclore e aspectos da sociedade brasileira. Essa característica contribuiu para ampliar as possibilidades educativas da literatura infantil, estimulando o desenvolvimento da criatividade e

do pensamento crítico dos leitores. Conforme Penteado (2017), a produção infantil de Lobato dialoga com ideias de modernização e formação cultural presentes no início do século XX, revelando uma literatura conectada aos debates intelectuais de seu período histórico. Sua obra não apenas contribuiu para a popularização da leitura entre crianças e jovens, mas também estabeleceu novas formas de compreender a literatura infantil brasileira como instrumento de formação cultural e construção de conhecimento.

3.5. Representação cultural, identidade nacional e construção de imaginários infantis

A obra de Monteiro Lobato apresenta uma forte relação com a construção de representações culturais e com a formação de imaginários sobre o Brasil, pois suas narrativas incorporam elementos do folclore, da história, da ciência e das tradições nacionais. O universo do *Sítio do Picapau Amarelo* tornou-se um espaço simbólico no qual diferentes aspectos da cultura brasileira foram apresentados às crianças, contribuindo para a construção de referências sobre identidade e pertencimento. De acordo com Fredrigo (2010), a leitura das obras lobatianas possibilita compreender como os textos literários participam da formação cultural dos sujeitos, pois estabelecem relações entre experiências individuais, memória coletiva e interpretações sobre a sociedade. A literatura infantil de Lobato assumiu uma função que ultrapassou o entretenimento, tornando-se um meio de reflexão sobre valores, conhecimentos e aspectos culturais do país.

Entretanto, as discussões contemporâneas demonstram que a construção de imaginários infantis por meio da literatura também envolve analisar criticamente quais representações são valorizadas e quais grupos sociais são apresentados de forma limitada ou estereotipada. Pereira e Pereira (2022) destacam que a obra infantil de Lobato deve ser compreendida considerando as tensões entre sua contribuição para a literatura brasileira e os discursos sociais presentes em seus textos. As narrativas lobatianas refletem concepções culturais de seu período histórico, marcado por determinados padrões de pensamento sobre raça, identidade e sociedade. A análise da representação cultural em sua obra exige uma abordagem contextualizada, capaz de reconhecer sua importância literária e, ao mesmo tempo, problematizar aspectos relacionados à diversidade cultural e às formas de representação dos diferentes grupos sociais.

3.6. Debates contemporâneos sobre racismo, diversidade e contexto histórico da obra

Os debates contemporâneos sobre Monteiro Lobato estão fortemente relacionados às análises das representações raciais presentes em algumas de suas obras e à necessidade de compreender a literatura dentro de seu contexto histórico e social. Embora sua produção tenha

contribuído significativamente para a literatura infantil brasileira, estudos atuais questionam determinadas construções narrativas que reproduzem visões marcadas pelas desigualdades raciais existentes no início do século XX. Segundo Kaspary, Santos e Alves (2020), a análise do conto *Negrinha* evidencia como a literatura pode revelar conflitos sociais relacionados à infância, ao racismo e às relações de poder, possibilitando uma reflexão crítica sobre os discursos presentes nos textos literários. Os estudos sobre Lobato não buscam apenas avaliar sua produção, mas compreender como a literatura também expressa valores e tensões da sociedade em que foi produzida.

A discussão sobre diversidade e racismo na obra lobatiana destaca a importância de desenvolver leituras críticas que considerem tanto os méritos estéticos quanto os aspectos problemáticos presentes em determinados textos. Menezes e Bussons (2021) ressaltam que obras como *Reinações de Narizinho* apresentam elementos que precisam ser analisados sob uma perspectiva histórica e educacional, especialmente quando inseridas no ambiente escolar. A compreensão desses aspectos permite superar interpretações simplificadas e promover uma abordagem literária mais ampla, considerando questões relacionadas à representação, identidade e inclusão. Os debates contemporâneos sobre Monteiro Lobato contribuem para ampliar a compreensão da literatura infantil brasileira e estimular práticas de leitura comprometidas com a valorização da diversidade cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico.

3.7. A importância da mediação pedagógica na leitura das obras lobatianas

A utilização das obras de Monteiro Lobato no ambiente escolar exige uma mediação pedagógica capaz de estimular interpretações críticas e contextualizadas dos textos literários. A atuação do professor é fundamental para orientar os estudantes na compreensão dos elementos históricos, culturais e sociais presentes nas narrativas, evitando leituras superficiais e possibilitando reflexões sobre diferentes perspectivas. Conforme Fredrigo (2010), a relação entre texto e leitor constitui um processo de construção de sentidos, no qual a experiência de leitura depende das interações estabelecidas entre a obra, o contexto e os sujeitos envolvidos. A literatura infantil pode contribuir para a formação intelectual e social dos estudantes quando trabalhada como espaço de diálogo, questionamento e construção de conhecimentos.

A mediação docente torna-se essencial diante dos debates atuais relacionados às representações culturais e raciais presentes na obra lobatiana. O professor possui o papel de promover discussões que considerem a historicidade dos textos e estimulem o respeito às diferentes identidades e experiências sociais. De acordo com Menezes e Bussons (2021), a abordagem crítica das obras infantis permite compreender como determinadas representações

foram construídas e como podem ser problematizadas no processo educativo. A leitura de Monteiro Lobato em sala de aula pode contribuir para a formação de leitores mais conscientes, capazes de analisar criticamente as narrativas literárias e compreender a relação entre literatura, sociedade e cultura.

3.8. Permanência da obra de Monteiro Lobato nos estudos literários contemporâneos

A permanência da obra de Monteiro Lobato nos estudos literários contemporâneos demonstra sua relevância histórica e sua influência na formação da literatura infantil brasileira. Mesmo diante das discussões atuais sobre aspectos sociais e culturais presentes em seus textos, sua produção continua sendo analisada por pesquisadores devido à inovação estética, à criação de personagens marcantes e à contribuição para o desenvolvimento das práticas de leitura no Brasil. Segundo Pereira e Pereira (2022), compreender a obra lobatiana na contemporaneidade exige considerar suas múltiplas dimensões, reconhecendo tanto sua importância literária quanto os debates relacionados às representações presentes em suas narrativas. Sua permanência no campo acadêmico revela a complexidade de uma obra que continua provocando reflexões e interpretações diversas.

A continuidade dos estudos sobre Monteiro Lobato demonstra que a literatura permanece como espaço de diálogo entre passado e presente, permitindo revisitar obras clássicas a partir de novas perspectivas sociais e culturais. Penteado (2017) evidencia que a produção lobatiana está inserida em um contexto histórico amplo, marcado por influências culturais, debates sobre modernização e projetos de formação nacional. Assim, analisar sua obra atualmente não significa apenas preservar sua importância histórica, mas também compreender os desafios relacionados à leitura crítica, à diversidade e à representação cultural. Os debates contemporâneos contribuem para uma compreensão mais completa da produção lobatiana, valorizando suas contribuições para a literatura infantil brasileira e incentivando novas formas de interpretação e abordagem pedagógica.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como *bibliográfica, de natureza qualitativa***,** pois busca analisar a obra de Monteiro Lobato e os debates contemporâneos relacionados à literatura infantil brasileira, considerando aspectos literários, históricos, culturais e educacionais. A abordagem qualitativa possibilita compreender os significados atribuídos aos textos literários e interpretar as relações entre literatura, sociedade e formação de leitores, considerando os contextos em que as obras foram produzidas e recebidas. Segundo Fredrigo (2010), a leitura das

obras de Lobato envolve uma relação dinâmica entre texto e leitor, permitindo compreender a literatura como uma prática cultural de construção de sentidos. Dessa forma, a pesquisa qualitativa mostra-se adequada por possibilitar uma análise crítica das representações presentes na produção lobatiana, especialmente no que se refere às questões de identidade, diversidade cultural e relações sociais presentes nas narrativas infantis.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Os procedimentos técnicos adotados consistiram em pesquisa bibliográfica, envolvendo a análise de artigos científicos, estudos acadêmicos, livros e produções teóricas relacionadas à literatura infantil brasileira, à obra de Monteiro Lobato e aos debates contemporâneos sobre representação cultural. As fontes de dados foram selecionadas a partir de trabalhos que discutem diferentes dimensões da produção lobatiana, incluindo aspectos literários, educacionais e sociais, como os estudos de Fredrigo (2010), Kaspary, Santos e Alves (2020), Menezes e Bussons (2021), Penteado (2017) e Pereira e Pereira (2022). A pesquisa bibliográfica permite reunir conhecimentos já produzidos e estabelecer interpretações fundamentadas sobre determinado fenômeno, possibilitando compreender como a obra de Lobato foi analisada ao longo do tempo e quais questões permanecem relevantes nos estudos atuais. Assim, os procedimentos utilizados contribuíram para identificar diferentes perspectivas sobre a permanência e a ressignificação da literatura lobatiana na contemporaneidade.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa compreende estudos científicos e produções acadêmicas voltadas à literatura infantil brasileira, especialmente aqueles que abordam a obra de Monteiro Lobato, suas contribuições literárias e os debates críticos relacionados às representações culturais presentes em seus textos. A amostra foi constituída por referências selecionadas considerando critérios de relevância acadêmica, relação direta com o tema investigado e contribuição para a compreensão dos aspectos históricos, sociais e literários da obra lobatiana. Foram priorizados estudos que analisam a formação do leitor, a construção do imaginário infantil, as representações raciais e culturais e o papel da literatura na educação. Nesse sentido, Menezes e Bussons (2021) e Kaspary, Santos e Alves (2020) apresentam contribuições importantes ao investigarem como determinadas narrativas de Lobato podem ser interpretadas a partir de perspectivas contemporâneas sobre diversidade e relações raciais. Dessa maneira, a seleção das fontes permitiu construir uma análise ampla e fundamentada sobre a complexidade da produção literária estudada.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento, leitura e organização das obras e estudos selecionados, buscando identificar conceitos, argumentos e interpretações relacionadas à literatura infantil de Monteiro Lobato. Após a coleta, realizou-se o tratamento qualitativo das informações, com a organização dos conteúdos em categorias de análise relacionadas à contribuição literária do autor, às representações culturais, aos debates raciais, à mediação pedagógica e à permanência de sua obra nos estudos contemporâneos. A análise interpretativa considerou que os textos literários estão inseridos em contextos históricos específicos e refletem valores sociais, culturais e políticos de determinada época. Conforme Pereira e Pereira (2022), a produção infantil lobatiana deve ser compreendida a partir das relações entre literatura, linguagem e contexto social, permitindo uma leitura crítica que reconheça suas contribuições e suas problematizações. Assim, o processo de análise possibilitou compreender os diferentes significados atribuídos à obra de Lobato ao longo do tempo.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, foram observados princípios éticos relacionados ao respeito às produções acadêmicas utilizadas, à correta identificação das fontes e ao compromisso com interpretações responsáveis dos materiais analisados. A pesquisa buscou apresentar uma abordagem equilibrada da obra de Monteiro Lobato, reconhecendo sua importância histórica para a literatura infantil brasileira e, simultaneamente, considerando os debates atuais sobre representação cultural e diversidade. Como limitação, destaca-se a ausência de investigação empírica com leitores, professores ou comunidades escolares, o que poderia ampliar a compreensão sobre as práticas atuais de leitura das obras lobatianas. Entretanto, o estudo contribui para o campo acadêmico ao reunir diferentes perspectivas teóricas e promover uma análise crítica sobre a relação entre literatura infantil, formação cultural e desafios contemporâneos da educação.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A *apresentação de resultados* tem como finalidade evidenciar os principais achados da pesquisa, organizando e interpretando as informações analisadas à luz do referencial teórico. Nesta etapa, são discutidas as contribuições da obra de Monteiro Lobato para a literatura infantil brasileira, bem como os debates contemporâneos relacionados às representações culturais, à formação de leitores e às diferentes perspectivas construídas sobre sua produção literária.

5.1. Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

A análise dos estudos selecionados evidenciou que a obra de Monteiro Lobato ocupa posição central na história da literatura infantil brasileira, principalmente por sua contribuição para a valorização da leitura, da imaginação e da criação de narrativas voltadas ao público infantil. Os resultados demonstram que sua produção apresenta características inovadoras, como a aproximação entre literatura, conhecimento científico, cultura brasileira e participação ativa do leitor. Conforme Fredrigo (2010), os textos lobatianos estabeleceram uma relação diferenciada entre obra e leitor, favorecendo experiências de leitura mais reflexivas e participativas. Ao mesmo tempo, os dados analisados revelaram que a permanência da obra de Lobato no cenário contemporâneo está associada a debates sobre representação cultural e questões raciais, indicando que sua produção deve ser compreendida em sua complexidade histórica e social.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

A interpretação dos resultados demonstra que a obra de Monteiro Lobato apresenta múltiplas dimensões de análise, envolvendo aspectos literários, educativos e culturais. À luz do referencial teórico, observa-se que sua produção contribuiu para a consolidação da literatura infantil brasileira, mas também evidencia representações que passaram a ser questionadas pelas pesquisas contemporâneas. Nesse sentido, Kaspary, Santos e Alves (2020) destacam que a análise crítica de textos como *Negrinha* possibilita compreender como questões sociais e raciais são representadas na literatura, enquanto Menezes e Bussons (2021) ressaltam a importância de problematizar as construções discursivas presentes em obras infantis. Os resultados indicam que a leitura contemporânea de Lobato deve considerar tanto sua relevância estética quanto os aspectos sociais presentes em suas narrativas, promovendo uma compreensão mais ampla e contextualizada de sua produção.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

Os resultados apresentam implicações importantes para os estudos literários e para as práticas educacionais, evidenciando a necessidade de trabalhar a obra de Monteiro Lobato de maneira crítica e contextualizada. No campo prático, destaca-se a importância da mediação docente para possibilitar discussões sobre literatura, cultura, diversidade e formação cidadã, permitindo que os estudantes desenvolvam uma leitura mais consciente dos textos. No âmbito teórico, a pesquisa contribui para ampliar os debates sobre literatura infantil brasileira, mostrando que as obras literárias podem ser analisadas como produtos culturais inseridos em contextos históricos específicos. Segundo Pereira e Pereira (2022), a revisão crítica da produção

lobatiana possibilita novas interpretações e amplia a compreensão sobre os sentidos atribuídos às narrativas ao longo do tempo. Metodologicamente, o estudo reforça a relevância das análises qualitativas para investigar fenômenos literários complexos, considerando as relações entre texto, leitor, sociedade e cultura. As contribuições identificadas fortalecem a compreensão da literatura infantil como espaço de formação, reflexão e construção de conhecimentos.

CONCLUSÃO

A análise sobre *Monteiro Lobato e a literatura infantil brasileira: debates contemporâneos sobre sua obra* evidencia a relevância de sua produção para a consolidação da literatura destinada às crianças no Brasil. Sua escrita contribuiu significativamente para aproximar o público infantil da leitura, valorizando a imaginação, a criatividade e a relação entre literatura, cultura e conhecimento. O universo criado pelo autor permanece como referência histórica por sua capacidade de estimular a curiosidade dos leitores e por sua influência na formação de práticas literárias e educativas ao longo das gerações.

Ao mesmo tempo, os debates contemporâneos demonstram que a obra lobatiana deve ser compreendida a partir de uma perspectiva crítica e contextualizada, considerando tanto suas contribuições estéticas quanto as discussões atuais sobre representação cultural, diversidade e relações sociais. A análise reflexiva de seus textos possibilita ampliar a compreensão da literatura infantil como espaço de construção de sentidos, memórias e identidades, permitindo novas interpretações diante das transformações sociais e culturais da atualidade.

Monteiro Lobato permanece como um autor fundamental para os estudos literários brasileiros, não apenas pela importância histórica de sua obra, mas também pela capacidade de provocar reflexões sobre os caminhos da literatura infantil contemporânea. O diálogo entre valorização literária e leitura crítica contribui para práticas educativas mais conscientes, inclusivas e democráticas, nas quais a literatura é reconhecida como instrumento de formação humana, desenvolvimento intelectual e compreensão da diversidade cultural. Revisitar a obra lobatiana representa uma oportunidade de fortalecer o estudo da literatura infantil brasileira e ampliar as possibilidades de leitura e interpretação no contexto atual.

A permanência dos textos de Monteiro Lobato no campo acadêmico e educacional demonstra que a literatura possui um caráter dinâmico, capaz de ser reinterpretada conforme novas demandas sociais e culturais. A análise crítica de suas narrativas possibilita compreender como as obras literárias refletem valores, conflitos e transformações de determinada época, contribuindo para uma formação leitora mais ampla e reflexiva. O estudo da produção lobatiana

favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas que estimulem o debate, o respeito às diferentes identidades e a compreensão das múltiplas perspectivas presentes na sociedade.

Os debates contemporâneos sobre Monteiro Lobato não diminuem sua relevância para a literatura infantil brasileira, mas ampliam as possibilidades de compreensão de sua obra e de seus impactos na cultura nacional. A abordagem contextualizada de seus textos permite reconhecer sua contribuição para a formação do leitor infantil e, simultaneamente, promover discussões necessárias sobre diversidade, representação e inclusão. A obra lobatiana continua ocupando um espaço significativo nos estudos literários, reafirmando a importância da literatura como meio de construção de conhecimento, diálogo social e valorização das experiências humanas em diferentes contextos históricos e culturais.

REFERÊNCIAS

FREDRIGO, Fabiana de Souza. **A leitura e a vida: o texto e os leitores de Monteiro Lobato.** *História Revista*, Goiânia, v. 15, n. 1, 2010. DOI: https://doi.org/10.5216/hr.v15i1.10820

KASPARY, Andressa Castilho; SANTOS, Sílvia Letícia dos; ALVES, Izandra. **A (des)construção da infância e o racismo no conto "Negrinha", de Monteiro Lobato.** *Língu@ Nostr@*, v. 8, n. 2, 2020. DOI: https://doi.org/10.29327/232521.8.2-2

MENEZES, Remerson Bezerra; BUSSONS, Aline Maria Freitas. **Racismo na literatura infantil brasileira: um olhar sobre *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato.** *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, v. 10, n. 4, 2021. DOI: https://doi.org/10.47295/mgren.v10i4.3556.

PENTEADO, J. Roberto Whitaker. **A presença dos Estados Unidos da América na obra infantil de Monteiro Lobato.** *Revista USP*, São Paulo, n. 112, p. 11-18, 2017. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i112p11-18

PEREIRA, Anamaria Ladeira; PEREIRA, Camila Santos. **La obra infantil de Monteiro Lobato: del racistês al pretuguês.** *Práxis Educativa*, v. 17, p. 1-23, 2022. DOI: https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.19417.072

•

CAPÍTULO 10

BNCC E O EIXO LEITURA: ESTRATÉGIAS DE LETRAMENTO LITERÁRIO NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS.

BNCC AND THE READING AXIS: LITERARY LITERACY STRATEGIES IN EARLY YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION.

BNCC Y EL EJE DE LECTURA: ESTRATEGIAS DE ALFABETIZACIÓN LITERARIA EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA.

Nivea Maria Costa Vieira
https://lattes.cnpq.br/8376943266989671

O presente estudo aborda a relação entre a Base Nacional Comum Curricular e o eixo leitura, com enfoque nas estratégias de letramento literário desenvolvidas no Ensino Fundamental – Anos Iniciais. A pesquisa parte da problemática relacionada aos desafios de promover práticas de leitura literária significativas no contexto escolar. O objetivo geral consiste em analisar as contribuições das orientações curriculares para a formação do leitor literário e o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à leitura. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos acadêmicos e documentos educacionais. Os resultados evidenciam que estratégias de mediação, diversidade textual e práticas interativas favorecem a construção de leitores críticos e participativos. Conclui-se que o letramento literário fortalece o processo educativo e amplia as possibilidades de aprendizagem nos anos iniciais.

Palavras-chave: BNCC; leitura; letramento literário; Ensino Fundamental.

This study addresses the relationship between the National Common Curricular Base and the reading axis, focusing on literary literacy strategies developed in the Early Years of Elementary Education. The research is based on the challenges of promoting meaningful literary reading practices in the school context. The main objective is to analyze the contributions of curricular guidelines to literary reader development and pedagogical practices focused on reading. Methodologically, it is characterized as qualitative bibliographic research based on academic studies and educational documents. The results indicate that mediation strategies, textual diversity, and interactive practices contribute to the development of critical and participatory readers. It is concluded that literary literacy strengthens the educational process and expands learning possibilities in the early years.

Keywords: BNCC; reading; literary literacy; Elementary Education.

El presente estudio aborda la relación entre la Base Nacional Común Curricular y el eje de lectura, con énfasis en las estrategias de alfabetización literaria desarrolladas en los primeros años de la Educación Primaria. La investigación parte de la problemática relacionada con los desafíos de promover prácticas de lectura literaria significativas en el contexto escolar. El objetivo general consiste en analizar las contribuciones de las orientaciones curriculares para la formación del lector literario y el desarrollo de prácticas pedagógicas centradas en la lectura. Metodológicamente, se caracteriza como una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, fundamentada en estudios académicos y documentos educativos. Los resultados evidencian que las estrategias de mediación, la diversidad textual y las prácticas interactivas favorecen la formación de lectores críticos y participativos. Se concluye que la alfabetización literaria fortalece el proceso educativo y amplía las posibilidades de aprendizaje en los primeros años.

Palabras clave: BNCC; lectura; alfabetización literaria; Educación Primaria.

1. INTRODUÇÃO

A leitura constitui uma prática fundamental para o desenvolvimento intelectual, social e cultural dos estudantes, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, período em que se consolidam as bases da formação leitora. Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância do eixo leitura como elemento estruturante do ensino de Língua Portuguesa, compreendendo a leitura não apenas como decodificação de códigos linguísticos, mas como uma atividade de construção de sentidos, interação e participação social. Conforme Peixoto e Lino de Araújo (2020), a concepção de leitura presente na BNCC amplia o olhar sobre as práticas leitoras ao considerar diferentes gêneros textuais, contextos comunicativos e experiências culturais dos estudantes. O trabalho com a leitura nos anos iniciais deve promover oportunidades para que as crianças desenvolvam competências interpretativas, críticas e reflexivas, fortalecendo sua relação com a linguagem e com o conhecimento.

O letramento literário apresenta-se como uma estratégia essencial para aproximar os estudantes da literatura e favorecer uma formação leitora mais ampla e significativa. Diferentemente de práticas voltadas exclusivamente ao ensino mecânico da leitura, o letramento literário possibilita que a criança vivencie o texto literário como espaço de imaginação, criatividade, sensibilidade e compreensão da realidade. Segundo Fleck e Zucki (2016), as práticas de leitura literária nos anos iniciais contribuem para a construção de sujeitos leitores capazes de interagir com diferentes narrativas e atribuir sentidos às experiências presentes nas obras. A literatura infantil, nesse processo, desempenha papel relevante ao estimular a curiosidade, ampliar o repertório cultural e possibilitar reflexões sobre valores, identidades e diferentes formas de compreender o mundo.

A implementação de estratégias de letramento literário alinhadas à BNCC envolve desafios relacionados à formação docente, à seleção de obras, à mediação pedagógica e à criação de ambientes escolares favoráveis à leitura. Estudos contemporâneos ressaltam que a literatura precisa ocupar um espaço significativo no currículo escolar, garantindo experiências leitoras diversificadas e contínuas. Oliveira e Fraguas (2021) destacam que a presença da leitura literária nos documentos curriculares evidencia avanços, mas também revela a necessidade de fortalecer práticas que valorizem a literatura como componente formativo. Investigar as estratégias de letramento literário no Ensino Fundamental anos iniciais torna-se relevante para compreender como as orientações curriculares podem contribuir para a formação de leitores críticos, autônomos e participativos, capazes de estabelecer relações entre literatura, cultura e sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO

A implementação do eixo leitura proposto pela Base Nacional Comum Curricular representa uma mudança significativa na forma de compreender o ensino da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois amplia a perspectiva tradicional centrada apenas na alfabetização para uma abordagem voltada às práticas sociais de linguagem. A BNCC orienta que os estudantes tenham contato com diferentes gêneros textuais, incluindo textos literários, de modo a desenvolver habilidades de interpretação, análise e produção de sentidos. Nesse contexto, a leitura literária assume uma função educativa essencial, pois contribui para o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e da capacidade de reflexão sobre diferentes experiências humanas. De acordo com Peixoto e Lino de Araújo (2020), a concepção de leitura presente na BNCC valoriza o estudante como sujeito ativo no processo de construção de significados, considerando os aspectos culturais, sociais e históricos envolvidos nas práticas leitoras. Assim, o trabalho pedagógico com a leitura deve possibilitar experiências diversificadas que ultrapassem a simples compreensão textual, promovendo uma formação leitora crítica e participativa.

O letramento literário constitui uma dimensão indispensável para a formação integral dos estudantes, pois possibilita a aproximação com narrativas, poemas, contos e diferentes manifestações literárias que ampliam o repertório cultural das crianças. As práticas de leitura literária desenvolvidas nos anos iniciais devem favorecer momentos de interação com os textos, permitindo que os alunos expressem interpretações, sentimentos e percepções diante das obras. Segundo Fleck e Zucki (2016), o letramento literário envolve práticas contínuas de contato com a literatura, nas quais o leitor desenvolve não apenas habilidades linguísticas, mas também formas de compreender a si mesmo e o mundo ao seu redor. Estratégias como rodas de leitura, contação de histórias, leitura compartilhada, projetos literários e mediação docente tornam-se fundamentais para transformar a literatura em uma experiência significativa no cotidiano escolar. A literatura infantil, conforme apontam Matos, Guerra e Böes (2023), contribui diretamente para os processos de alfabetização e letramento, pois estimula o desenvolvimento da linguagem, da imaginação e da construção de conhecimentos desde os primeiros anos de escolarização.

A mediação do professor apresenta-se como um elemento central para garantir que o eixo leitura seja desenvolvido de maneira efetiva no contexto escolar. O docente atua como responsável por criar situações pedagógicas que despertem o interesse dos estudantes pelos textos literários, selecionando obras adequadas, promovendo discussões e incentivando diferentes formas de interpretação. Nesse processo, a leitura deixa de ser uma atividade isolada e passa a constituir uma prática coletiva de construção de conhecimentos. Paixão et al. (2025)

destacam que a contação de histórias e a mediação da leitura de obras infantis fortalecem o vínculo das crianças com a literatura, favorecendo a participação, a oralidade e a formação de leitores mais envolvidos. A atuação docente torna-se essencial para aproximar os estudantes da literatura e possibilitar que eles desenvolvam uma relação positiva e permanente com os livros.

Apesar dos avanços promovidos pela BNCC, ainda existem desafios para a consolidação do letramento literário nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente relacionados à disponibilidade de acervos, à formação continuada dos professores e à organização das práticas escolares de leitura. A presença da literatura no currículo precisa ser compreendida como uma experiência formativa e não apenas como instrumento para o ensino de conteúdos linguísticos. Silva (2019) ressalta que a literatura no Ensino Fundamental deve ocupar um espaço de valorização cultural e educativa, possibilitando aos estudantes desenvolver sensibilidade estética, pensamento crítico e capacidade interpretativa. Torna-se necessário fortalecer políticas educacionais e práticas pedagógicas que garantam o acesso democrático aos textos literários e promovam ambientes escolares leitores.

A diversidade textual e cultural também constitui um aspecto fundamental das estratégias de letramento literário alinhadas à BNCC, pois permite que os estudantes tenham contato com diferentes autores, culturas, narrativas e formas de expressão. A literatura infantil pode contribuir para a construção de identidades, para o reconhecimento da diversidade e para o desenvolvimento de valores relacionados ao respeito e à convivência social. Oliveira e Fraguas (2021) destacam que o espaço destinado à leitura literária nos documentos curriculares deve ser constantemente analisado, a fim de garantir que a literatura não seja reduzida a uma prática secundária no processo educativo. O eixo leitura e as estratégias de letramento literário representam caminhos importantes para fortalecer a formação de leitores autônomos, críticos e capazes de compreender a complexidade do mundo por meio da linguagem literária.

A implementação do eixo leitura proposto pela Base Nacional Comum Curricular representa uma mudança significativa na forma de compreender o ensino da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois amplia a perspectiva tradicional centrada apenas na alfabetização para uma abordagem voltada às práticas sociais de linguagem. A BNCC orienta que os estudantes tenham contato com diferentes gêneros textuais, incluindo textos literários, de modo a desenvolver habilidades de interpretação, análise e produção de sentidos. Nesse contexto, a leitura literária assume uma função educativa essencial, pois contribui para o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e da capacidade de reflexão sobre diferentes experiências humanas. De acordo com Peixoto e Lino de Araújo (2020), a concepção de leitura presente na BNCC valoriza o estudante como sujeito ativo no processo de construção de

significados, considerando os aspectos culturais, sociais e históricos envolvidos nas práticas leitoras. O trabalho pedagógico com a leitura deve possibilitar experiências diversificadas que ultrapassem a simples compreensão textual, promovendo uma formação leitora crítica e participativa.

O letramento literário constitui uma dimensão indispensável para a formação integral dos estudantes, pois possibilita a aproximação com narrativas, poemas, contos e diferentes manifestações literárias que ampliam o repertório cultural das crianças. As práticas de leitura literária desenvolvidas nos anos iniciais devem favorecer momentos de interação com os textos, permitindo que os alunos expressem interpretações, sentimentos e percepções diante das obras. Segundo Fleck e Zucki (2016), o letramento literário envolve práticas contínuas de contato com a literatura, nas quais o leitor desenvolve não apenas habilidades linguísticas, mas também formas de compreender a si mesmo e o mundo ao seu redor. Nesse sentido, estratégias como rodas de leitura, contação de histórias, leitura compartilhada, projetos literários e mediação docente tornam-se fundamentais para transformar a literatura em uma experiência significativa no cotidiano escolar. A literatura infantil, conforme apontam Matos, Guerra e Böes (2023), contribui diretamente para os processos de alfabetização e letramento, pois estimula o desenvolvimento da linguagem, da imaginação e da construção de conhecimentos desde os primeiros anos de escolarização.

A mediação do professor apresenta-se como um elemento central para garantir que o eixo leitura seja desenvolvido de maneira efetiva no contexto escolar. O docente atua como responsável por criar situações pedagógicas que despertem o interesse dos estudantes pelos textos literários, selecionando obras adequadas, promovendo discussões e incentivando diferentes formas de interpretação. Nesse processo, a leitura deixa de ser uma atividade isolada e passa a constituir uma prática coletiva de construção de conhecimentos. Paixão et al. (2025) destacam que a contação de histórias e a mediação da leitura de obras infantis fortalecem o vínculo das crianças com a literatura, favorecendo a participação, a oralidade e a formação de leitores mais envolvidos. A atuação docente torna-se essencial para aproximar os estudantes da literatura e possibilitar que eles desenvolvam uma relação positiva e permanente com os livros.

Apesar dos avanços promovidos pela BNCC, ainda existem desafios para a consolidação do letramento literário nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente relacionados à disponibilidade de acervos, à formação continuada dos professores e à organização das práticas escolares de leitura. A presença da literatura no currículo precisa ser compreendida como uma experiência formativa e não apenas como instrumento para o ensino de conteúdos linguísticos. Silva (2019) ressalta que a literatura no Ensino Fundamental deve ocupar

um espaço de valorização cultural e educativa, possibilitando aos estudantes desenvolver sensibilidade estética, pensamento crítico e capacidade interpretativa. Nessa perspectiva, torna-se necessário fortalecer políticas educacionais e práticas pedagógicas que garantam o acesso democrático aos textos literários e promovam ambientes escolares leitores.

A diversidade textual e cultural também constitui um aspecto fundamental das estratégias de letramento literário alinhadas à BNCC, pois permite que os estudantes tenham contato com diferentes autores, culturas, narrativas e formas de expressão. A literatura infantil pode contribuir para a construção de identidades, para o reconhecimento da diversidade e para o desenvolvimento de valores relacionados ao respeito e à convivência social. Oliveira e Fraguas (2021) destacam que o espaço destinado à leitura literária nos documentos curriculares deve ser constantemente analisado, a fim de garantir que a literatura não seja reduzida a uma prática secundária no processo educativo. O eixo leitura e as estratégias de letramento literário representam caminhos importantes para fortalecer a formação de leitores autônomos, críticos e capazes de compreender a complexidade do mundo por meio da linguagem literária.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo sobre a BNCC e o eixo leitura, com foco nas estratégias de letramento literário no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, fundamenta-se na compreensão de que a leitura constitui uma prática social, cultural e educativa indispensável para a formação integral dos estudantes. O conceito de letramento literário ultrapassa a ideia de domínio técnico da leitura e envolve a capacidade de interagir com textos literários, interpretar sentidos, estabelecer relações com experiências pessoais e compreender diferentes manifestações culturais. Nesse contexto, a literatura infantil assume papel relevante ao favorecer a imaginação, a criatividade e o desenvolvimento da sensibilidade estética das crianças. Conforme destacam Fleck e Zucki (2016), as práticas de leitura literária nos anos iniciais possibilitam a construção de uma relação significativa entre leitor e texto, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de compreender a linguagem como instrumento de expressão e participação social. Além disso, a BNCC orienta que o ensino da leitura deve contemplar diferentes gêneros discursivos e experiências leitoras, valorizando a diversidade textual e promovendo aprendizagens relacionadas à interpretação, reflexão e produção de sentidos. O objeto de estudo está relacionado à necessidade de compreender como as práticas de letramento literário podem fortalecer o desenvolvimento leitor no contexto escolar.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As abordagens teóricas relacionadas ao eixo leitura e ao letramento literário compreendem a leitura como um processo interativo, no qual o estudante participa ativamente da construção dos significados presentes nos textos. Essa perspectiva considera que a aprendizagem leitora ocorre por meio da interação entre conhecimentos prévios, experiências culturais e mediação pedagógica, permitindo que a literatura seja trabalhada como uma prática formativa e não apenas como um recurso para o ensino da linguagem. De acordo com Peixoto e Lino de Araújo (2020), a concepção de leitura apresentada pela BNCC amplia o entendimento sobre as práticas leitoras ao considerar diferentes contextos de produção, circulação e interpretação dos textos. Estratégias como leitura compartilhada, contação de histórias, rodas de conversa, projetos literários e análise de obras infantis tornam-se importantes instrumentos para o desenvolvimento da competência leitora. Para Oliveira e Fraguas (2021), a presença da literatura nos documentos curriculares evidencia avanços na valorização da leitura literária, mas também revela desafios relacionados à efetivação de práticas que garantam experiências estéticas e culturais significativas. Os modelos analíticos utilizados neste estudo consideram a articulação entre currículo, mediação docente e práticas literárias como elementos fundamentais para compreender a formação do leitor nos anos iniciais.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

As pesquisas recentes sobre letramento literário demonstram que a literatura desempenha papel essencial no desenvolvimento das habilidades cognitivas, linguísticas e sociais dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Estudos indicam que práticas sistemáticas de leitura literária contribuem para ampliar o repertório cultural, estimular a criatividade e favorecer processos de interpretação e argumentação. Conforme apontam Matos *et al.* (2023), a literatura infantil apresenta contribuições significativas para os processos de alfabetização e letramento, pois possibilita que as crianças desenvolvam a linguagem por meio de experiências contextualizadas e prazerosas. Paixão *et al.* (2025) destacam que a mediação da leitura por meio da contação de histórias e do contato com obras literárias fortalece a participação dos estudantes e promove maior aproximação com o universo dos livros. Silva (2019) ressalta que a literatura no Ensino Fundamental deve ser compreendida como componente essencial da formação humana, pois favorece a construção de conhecimentos culturais e críticos. As evidências empíricas recentes reforçam a importância de políticas curriculares e práticas pedagógicas que valorizem o letramento literário como elemento central para a formação de leitores autônomos, reflexivos e socialmente participativos.

3.4. A BNCC e a organização do eixo leitura na formação do leitor

A Base Nacional Comum Curricular compreende a leitura como uma prática social que envolve processos de interação, interpretação e construção de sentidos, superando uma visão restrita ao domínio da decodificação escrita. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o eixo leitura assume papel central na formação dos estudantes, pois possibilita o desenvolvimento de habilidades relacionadas à compreensão textual, análise crítica e participação em diferentes situações comunicativas. Segundo Peixoto e Lino de Araújo (2020), a concepção de leitura presente na BNCC amplia as possibilidades de trabalho pedagógico ao considerar os textos como manifestações culturais inseridas em contextos específicos de produção e circulação. A leitura passa a ser compreendida como uma atividade que articula conhecimentos linguísticos, sociais e culturais, permitindo que os estudantes desenvolvam competências necessárias para atuar de maneira mais autônoma na sociedade.

A organização do eixo leitura proposta pela BNCC valoriza o contato permanente dos estudantes com diferentes gêneros textuais, incluindo obras literárias, textos informativos, narrativas e produções culturais diversas. Essa perspectiva contribui para a formação de leitores capazes de interpretar múltiplas linguagens e estabelecer relações entre os textos e suas experiências de vida. Conforme Silva (2019), a inserção da literatura no currículo escolar fortalece a formação humana ao possibilitar reflexões sobre valores, sentimentos e diferentes realidades sociais. O eixo leitura não deve ser trabalhado de forma isolada, mas integrado às demais práticas de linguagem, favorecendo experiências educativas mais amplas e significativas nos anos iniciais.

3.5. Letramento literário como estratégia de desenvolvimento da competência leitora

O letramento literário constitui uma abordagem essencial para o desenvolvimento da competência leitora, pois possibilita que os estudantes construam uma relação mais profunda com os textos literários, compreendendo-os como manifestações artísticas, culturais e sociais. Diferentemente de práticas voltadas apenas para a identificação de informações explícitas, o letramento literário envolve interpretação, imaginação, sensibilidade estética e produção de sentidos. De acordo com Fleck e Zucki (2016), as práticas de leitura literária nos anos iniciais contribuem para formar leitores mais participativos, uma vez que promovem experiências de interação entre texto, autor e leitor. Nesse processo, a literatura infantil desempenha uma função educativa relevante, pois amplia o repertório cultural das crianças e favorece o desenvolvimento da criatividade, da oralidade e da capacidade reflexiva.

As estratégias de letramento literário, como leitura compartilhada, contação de histórias, rodas de conversa e projetos envolvendo obras literárias, possibilitam que a criança participe ativamente do processo de construção do conhecimento. Essas práticas permitem que os estudantes expressem interpretações, sentimentos e opiniões, fortalecendo sua autonomia leitora. Conforme destacam Matos et al. (2023), a literatura infantil apresenta contribuições significativas para a alfabetização e o letramento nos anos iniciais, pois articula aprendizagem da linguagem e desenvolvimento cultural. A literatura deixa de ser utilizada apenas como recurso complementar ao ensino da língua portuguesa e passa a ocupar um espaço fundamental na formação integral dos estudantes.

3.6. Mediação docente e práticas pedagógicas de leitura literária

A mediação docente constitui um elemento indispensável para a efetivação do letramento literário no ambiente escolar, pois o professor exerce a função de aproximar os estudantes dos textos e criar condições para que a leitura seja uma experiência significativa. O trabalho do educador envolve a seleção criteriosa de obras, a organização de momentos de leitura e a elaboração de estratégias que estimulem a participação, a interpretação e o diálogo sobre os textos. Segundo Paixão et al. (2025), práticas de mediação literária, como a contação de histórias e a leitura orientada, favorecem a construção de vínculos entre crianças e literatura, contribuindo para o desenvolvimento do interesse pelos livros e pela leitura. O professor atua como um facilitador do encontro entre o estudante e o universo literário.

Além da escolha das obras, a mediação docente possibilita que os estudantes desenvolvam diferentes formas de compreender e interpretar os textos, relacionando elementos das narrativas com suas próprias experiências e conhecimentos. A prática pedagógica baseada no diálogo e na reflexão contribui para superar uma abordagem mecânica da leitura, promovendo uma aprendizagem mais participativa e crítica. Para Oliveira e Fraguas (2021), a valorização da leitura literária no currículo escolar depende de ações pedagógicas que garantam espaço efetivo para a literatura, considerando sua dimensão estética e formativa. A atuação do professor torna-se fundamental para transformar a sala de aula em um ambiente leitor, no qual os estudantes possam desenvolver autonomia e prazer pela leitura.

3.7. Diversidade textual e ampliação das experiências leitoras

A valorização da diversidade textual constitui um dos princípios fundamentais para a formação de leitores nos anos iniciais, pois permite que os estudantes tenham contato com diferentes formas de expressão linguística, cultural e artística. A presença de variados gêneros

textuais no ambiente escolar amplia as possibilidades de interpretação e contribui para que os alunos reconheçam diferentes perspectivas sobre o mundo. A BNCC orienta que as práticas de leitura contemplem textos diversificados, considerando suas finalidades, contextos de produção e características específicas. Segundo Peixoto e Lino de Araújo (2020), essa abordagem favorece uma compreensão mais ampla da leitura, entendida como prática social relacionada às experiências dos sujeitos e aos diferentes espaços de circulação da linguagem.

No campo da literatura, a diversidade de autores, temáticas e manifestações culturais possibilita que os estudantes ampliem seus repertórios e desenvolvam uma visão mais plural da sociedade. A inclusão de diferentes vozes e perspectivas contribui para uma educação mais inclusiva, valorizando histórias, culturas e identidades diversas. Conforme Silva (2019), o ensino da literatura deve promover experiências que ultrapassem a transmissão de conteúdos, permitindo aos estudantes refletirem sobre questões humanas, sociais e culturais presentes nos textos. A diversidade textual fortalece o letramento literário ao estimular leitores mais críticos, sensíveis e capazes de compreender a complexidade das relações sociais.

3.8. Desafios e possibilidades do letramento literário nos anos iniciais

A consolidação do letramento literário nos anos iniciais envolve desafios relacionados à formação dos professores, ao acesso aos acervos literários, à organização dos espaços escolares de leitura e à valorização da literatura no currículo. Embora a BNCC reconheça a importância da leitura literária, ainda existem dificuldades para garantir práticas contínuas e significativas em todas as instituições de ensino. Oliveira e Fraguas (2021) destacam que a presença da literatura nos documentos curriculares precisa estar acompanhada de ações pedagógicas efetivas que assegurem o contato dos estudantes com obras literárias de qualidade. Nesse sentido, investimentos em políticas públicas, formação docente e ampliação dos espaços leitores são fundamentais para fortalecer a presença da literatura na escola.

Apesar dos desafios, o desenvolvimento de estratégias de letramento literário apresenta inúmeras possibilidades para qualificar o processo educativo e contribuir para a formação de sujeitos críticos e participativos. A criação de bibliotecas escolares, projetos de leitura, atividades de incentivo à literatura e práticas colaborativas entre escola e comunidade favorecem a construção de uma cultura leitora. Conforme Paixão et al. (2025), experiências mediadas de leitura literária ampliam o envolvimento dos estudantes e fortalecem suas capacidades interpretativas e criativas. O letramento literário nos anos iniciais representa uma importante ferramenta para promover uma educação mais humanizada, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, pois busca compreender, interpretar e analisar as relações entre a BNCC, o eixo leitura e as estratégias de letramento literário desenvolvidas no Ensino Fundamental – Anos Iniciais. A abordagem qualitativa possibilita investigar fenômenos educacionais considerando seus aspectos sociais, culturais e pedagógicos, valorizando os significados construídos nos processos de ensino e aprendizagem. Conforme os estudos sobre leitura literária e práticas educativas, a compreensão da formação do leitor exige uma análise que considere não apenas resultados quantitativos, mas também as experiências, concepções e práticas presentes no contexto escolar. Dessa forma, a pesquisa qualitativa mostra-se adequada para analisar como as orientações curriculares relacionadas à leitura podem contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à formação de leitores críticos, autônomos e participativos.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, tendo como base a análise de produções acadêmicas, artigos científicos, livros e documentos oficiais relacionados à BNCC, leitura, literatura infantil e letramento literário. Foram utilizadas como fontes de dados estudos que discutem a importância da leitura literária nos anos iniciais, as práticas de mediação docente e os desafios da implementação curricular. Segundo Fleck e Zucki (2016), a investigação sobre práticas de leitura literária exige o diálogo com diferentes perspectivas teóricas capazes de compreender a relação entre texto, leitor e contexto educativo. Documentos curriculares e pesquisas recentes permitiram identificar concepções, estratégias pedagógicas e contribuições do letramento literário para a formação leitora no Ensino Fundamental.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa compreende estudos científicos e documentos educacionais que abordam a leitura, o letramento literário e as orientações curriculares destinadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A amostra foi constituída por produções selecionadas conforme critérios de relevância temática, atualização, contribuição acadêmica e relação direta com o objeto investigado. Foram considerados artigos científicos, pesquisas acadêmicas e documentos oficiais que discutem a BNCC, práticas de leitura literária e estratégias pedagógicas voltadas à formação do leitor. A seleção buscou contemplar diferentes perspectivas teóricas, permitindo uma análise

ampla sobre os desafios e possibilidades do desenvolvimento do letramento literário no ambiente escolar.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento e análise de materiais bibliográficos e documentais relacionados ao tema da pesquisa. Após a identificação das fontes, realizou-se a leitura analítica dos conteúdos, buscando compreender conceitos, argumentos e contribuições dos autores para a discussão sobre BNCC e letramento literário. O tratamento dos dados foi realizado por meio da organização das informações em categorias temáticas, considerando aspectos como concepção de leitura, papel da literatura infantil, mediação docente e estratégias pedagógicas. A análise interpretativa possibilitou estabelecer relações entre os estudos selecionados e compreender como as práticas de leitura literária podem contribuir para o desenvolvimento das competências leitoras previstas para os anos iniciais.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

A pesquisa respeitou os princípios éticos relacionados à produção acadêmica, garantindo o reconhecimento das contribuições dos autores utilizados e a correta apresentação das fontes consultadas. Por se tratar de uma investigação bibliográfica e documental, não houve envolvimento direto com participantes humanos, dispensando procedimentos de intervenção ou coleta de dados pessoais. Entretanto, apresentam-se como limitações a dependência da disponibilidade das produções acadêmicas selecionadas e a impossibilidade de observar diretamente práticas pedagógicas realizadas em diferentes contextos escolares. Ainda assim, a pesquisa contribui para ampliar as discussões sobre o papel da BNCC e do letramento literário na formação de leitores, oferecendo reflexões relevantes para o campo educacional.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A apresentação dos resultados tem como finalidade expor e analisar as principais contribuições identificadas a partir da investigação sobre a BNCC e o eixo leitura, com enfoque nas estratégias de letramento literário no Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Nesta etapa, são organizados e interpretados os dados provenientes da análise bibliográfica e documental, buscando evidenciar como as orientações curriculares e as práticas pedagógicas relacionadas à leitura literária podem favorecer a formação de leitores mais críticos, autônomos e participativos. Os resultados são discutidos à luz do referencial teórico, considerando aspectos como a mediação docente, a diversidade textual, o papel da literatura infantil e os desafios para a consolidação de

uma cultura leitora no ambiente escolar. Dessa forma, esta seção possibilita compreender as contribuições do letramento literário para o desenvolvimento educacional e para o fortalecimento das práticas de leitura nos anos iniciais.

5.1. Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

Os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica e documental evidenciam que a BNCC atribui à leitura uma função central no desenvolvimento das competências linguísticas, cognitivas e culturais dos estudantes dos anos iniciais. Os estudos analisados demonstram que o eixo leitura amplia as possibilidades de aprendizagem ao incentivar práticas que envolvem interpretação, reflexão e interação com diferentes gêneros textuais. Observou-se também que o letramento literário aparece como uma estratégia fundamental para aproximar os estudantes da literatura, favorecendo experiências de leitura mais significativas. As pesquisas apontam que práticas como contação de histórias, leitura compartilhada e mediação docente contribuem para fortalecer o vínculo das crianças com os textos literários e ampliar seu repertório cultural.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

A interpretação dos resultados evidencia que a formação do leitor nos anos iniciais depende da articulação entre currículo, práticas pedagógicas e experiências literárias diversificadas. Os estudos analisados indicam que a leitura literária, quando desenvolvida de forma planejada e mediada, possibilita aos estudantes construir sentidos, desenvolver criatividade e ampliar sua capacidade crítica. Conforme Fleck e Zucki (2016), o letramento literário representa uma prática essencial para transformar a leitura em uma experiência cultural e formativa. Da mesma forma, autores como Peixoto e Lino de Araújo (2020) destacam que a BNCC apresenta uma concepção ampliada de leitura, valorizando os diferentes usos sociais da linguagem. Os resultados confirmam que estratégias pedagógicas fundamentadas na literatura contribuem para uma formação leitora mais completa e significativa.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

As implicações dos resultados demonstram que o fortalecimento do letramento literário requer investimentos na formação docente, na ampliação dos acervos escolares e na criação de práticas pedagógicas permanentes de incentivo à leitura. No campo teórico, a pesquisa reforça a compreensão da literatura como instrumento de desenvolvimento humano, cultural e educativo, superando uma visão limitada da leitura como simples habilidade técnica. Do ponto de vista metodológico, evidencia-se a importância de estratégias participativas, interativas e

contextualizadas, capazes de envolver os estudantes em experiências leitoras significativas. Os resultados apontam que a integração entre BNCC, literatura e práticas de mediação pode contribuir para consolidar uma educação leitora mais inclusiva, crítica e comprometida com a formação integral dos estudantes dos anos iniciais.

CONCLUSÃO

A análise sobre a BNCC e o eixo leitura, com foco nas estratégias de letramento literário no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, evidencia a importância da literatura como elemento fundamental para a formação integral dos estudantes. A leitura literária, quando desenvolvida por meio de práticas pedagógicas planejadas e mediadas pelo professor, possibilita ampliar o repertório cultural, estimular a criatividade, fortalecer a interpretação e promover a construção de sentidos. Nesse contexto, a BNCC contribui ao reconhecer a leitura como uma prática social e formativa, orientando ações educativas que ultrapassam a decodificação textual e valorizam a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

As estratégias de letramento literário demonstram potencial para transformar o ambiente escolar em um espaço de interação, imaginação e desenvolvimento do pensamento crítico. Práticas como leitura compartilhada, contação de histórias, rodas de conversa e projetos literários favorecem o envolvimento das crianças com diferentes gêneros e manifestações culturais, contribuindo para a formação de leitores autônomos e conscientes. A mediação docente destaca-se como fator essencial para aproximar os estudantes dos textos literários e possibilitar experiências significativas de leitura.

A articulação entre as orientações da BNCC, o eixo leitura e as práticas de letramento literário representa um caminho promissor para fortalecer a educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O investimento na formação de professores, na valorização dos acervos literários e na criação de ambientes leitores favorece uma aprendizagem mais inclusiva, crítica e humanizada. A literatura permanece como uma importante ferramenta educativa, capaz de contribuir para o desenvolvimento intelectual, social e cultural das crianças, ampliando suas possibilidades de participação no mundo e sua compreensão da diversidade de experiências humanas.

A consolidação de práticas de letramento literário no espaço escolar possibilita que os estudantes desenvolvam não apenas habilidades linguísticas, mas também competências relacionadas à criatividade, à sensibilidade, à reflexão e ao respeito às diferentes formas de expressão cultural. A presença constante da literatura na rotina escolar permite que as crianças

tenham contato com múltiplas narrativas, autores e perspectivas, favorecendo a construção de identidades, o reconhecimento da diversidade e a ampliação de seus conhecimentos sobre a sociedade em que vivem. O trabalho com a leitura literária contribui para formar sujeitos mais participativos, capazes de interpretar diferentes realidades e estabelecer relações entre os textos e suas experiências pessoais.

A implementação efetiva das propostas relacionadas à BNCC e ao eixo leitura depende de ações pedagógicas contínuas, planejamento coletivo e compromisso institucional com a formação leitora. A escola, enquanto espaço privilegiado de acesso ao conhecimento, possui papel fundamental na democratização da literatura e na criação de oportunidades para que todos os estudantes possam vivenciar experiências leitoras significativas. Fortalecer o letramento literário nos anos iniciais significa investir em uma educação que valoriza a imaginação, o pensamento crítico e a autonomia, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, sensíveis e preparados para atuar em uma sociedade plural e em constante transformação.

REFERÊNCIAS

FLECK, Gilmei Francisco; ZUCKI, Renata. **Letramento literário: práticas de leitura do texto literário nos anos iniciais do ensino fundamental**. *Grau Zero – Revista de Crítica Cultural*, Alagoinhas, v. 3, n. 2, p. 141-159, 2016. DOI: https://doi.org/10.30620/gz.v3n2.p141.

MATOS, Diego de Vargas; GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; BÖES, João Carlos. **Influências da literatura infantil para a alfabetização e o letramento na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental**. *Revista OWL*, 2023. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.10015932.

OLIVEIRA, Marcia Lisbôa Costa de; FRAGUAS, Marcela Martins de Melo. **Literatura sufocada: a leitura literária nas versões da Base Nacional Comum Curricular para os anos iniciais do Ensino Fundamental**. *Educação*, Santa Maria, v. 46, 2021. DOI: https://doi.org/10.5902/1984644446907.

PAIXÃO, Ederson da; DUARTE, Patrícia Cristina de Oliveira; ALMEIDA, Siderly do Carmo Dahle de; et al. **Letramento literário nos anos iniciais do ensino fundamental: da contação de histórias à mediação da leitura de obras infantis**. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 11, 2025. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv22n11-073.

PEIXOTO, Mayara Carvalho; LINO DE ARAÚJO, Denise Lino. **O conceito de leitura na BNCC do ensino fundamental**. *Revista Leitura*, Maceió, n. 67, p. 55-68, 2020. DOI: https://doi.org/10.28998/2317-9945.202067.55-68

SILVA, Eldio Pinto da. **A literatura no ensino fundamental na Base Nacional Comum Curricular: uma reflexão crítica**. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 18775-18788, 2019. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv5n10-336.

.

CAPÍTULO 11

ETNOMATEMÁTICA INDÍGENA E SABERES TRADICIONAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

INDIGENOUS ETHNOMATHEMATICS AND TRADITIONAL KNOWLEDGE IN BASIC EDUCATION.

ETNOMATEMÁTICA INDÍGENA Y SABERES TRADICIONALES EN LA EDUCACIÓN BÁSICA.

Lucas Serrão da Silva
http://lattes.cnpq.br/3435546340613485

Gerson Ribeiro Bacury
http://lattes.cnpq.br/4977144104768440

A presente pesquisa aborda a Etnomatemática indígena e sua articulação com os saberes tradicionais no contexto da Educação Básica, considerando que diferentes grupos socioculturais constroem conhecimentos matemáticos a partir de suas experiências, práticas comunitárias e relações com o território. O estudo insere-se no campo da Educação Matemática intercultural e parte da problemática referente a como os conhecimentos matemáticos produzidos pelos povos indígenas podem ser reconhecidos, valorizados e incorporados aos processos de ensino e aprendizagem escolar. Tem como objetivo geral analisar as contribuições dos saberes tradicionais indígenas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas em Matemática na Educação Básica, destacando suas relações com a cultura, a identidade e os modos próprios de compreender e organizar o mundo. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de estudo bibliográfico e análise de produções científicas relacionadas à Etnomatemática, à Educação Escolar Indígena e aos conhecimentos tradicionais. Foram considerados estudos que discutem práticas matemáticas presentes em atividades como sistemas de contagem, construção de artefatos, grafismos, organização espacial, técnicas artesanais, relações com a natureza e formas comunitárias de transmissão de conhecimentos. Os resultados indicam que os saberes indígenas constituem importantes referências para a elaboração de propostas pedagógicas contextualizadas, favorecendo a aproximação entre os conhecimentos escolares e as experiências culturais dos estudantes. Evidencia-se que a integração desses saberes ao currículo escolar amplia as possibilidades de compreensão dos conceitos matemáticos e contribui para uma perspectiva educativa baseada no diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Conclui-se que a Etnomatemática indígena representa uma contribuição significativa para a Educação Básica ao promover práticas matemáticas interculturais, fortalecer a valorização das culturas originárias e possibilitar uma formação escolar mais articulada às realidades socioculturais dos povos indígenas.

Palavras-chave: Etnomatemática indígena; saberes tradicionais; educação matemática intercultural; Educação Básica.

This research addresses indigenous ethnomathematics and its relationship with traditional knowledge in the context of Basic Education, considering that different sociocultural groups construct mathematical knowledge from their experiences, community practices, and relationships with their territories. The study is situated within the field of intercultural Mathematics Education and is based on the research problem concerning how mathematical knowledge produced by indigenous peoples can be recognized, valued, and incorporated into school teaching and learning processes. Its general objective is to analyze the contributions of indigenous traditional knowledge to the development of Mathematics teaching practices in Basic Education, emphasizing its relationships with culture, identity, and specific ways of understanding and organizing the world. The research adopts a qualitative approach, developed through bibliographic study and analysis of scientific productions related to ethnomathematics, Indigenous School Education, and traditional knowledge. Studies addressing mathematical practices present in activities such as counting systems, artifact production, graphic representations, spatial organization, craft techniques, relationships with nature, and community-based knowledge transmission were considered. The results indicate that indigenous knowledge constitutes an important reference for the development of contextualized

pedagogical proposals, promoting connections between school knowledge and students' cultural experiences. It is evident that incorporating these forms of knowledge into the curriculum expands possibilities for understanding mathematical concepts and contributes to an educational perspective based on dialogue among different knowledge systems. It is concluded that indigenous ethnomathematics represents a significant contribution to Basic Education by promoting intercultural mathematical practices, strengthening the appreciation of Indigenous cultures, and enabling educational processes more connected to the sociocultural realities of indigenous peoples.

Keywords: Indigenous ethnomathematics; traditional knowledge; intercultural mathematics education; Basic Education.

La presente investigación aborda la etnomatemática indígena y su relación con los saberes tradicionales en el contexto de la Educación Básica, considerando que diferentes grupos socioculturales construyen conocimientos matemáticos a partir de sus experiencias, prácticas comunitarias y relaciones con sus territorios. El estudio se ubica en el campo de la Educación Matemática intercultural y parte del problema de cómo los conocimientos matemáticos producidos por los pueblos indígenas pueden ser reconocidos, valorados e incorporados en los procesos escolares de enseñanza y aprendizaje. Tiene como objetivo general analizar las contribuciones de los saberes tradicionales indígenas para el desarrollo de prácticas pedagógicas en Matemática en la Educación Básica, destacando sus relaciones con la cultura, la identidad y las formas propias de comprender y organizar el mundo. La investigación presenta un enfoque cualitativo, desarrollado mediante un estudio bibliográfico y el análisis de producciones científicas relacionadas con la etnomatemática, la Educación Escolar Indígena y los conocimientos tradicionales. Se consideraron estudios que abordan prácticas matemáticas presentes en actividades como sistemas de conteo, elaboración de artefactos, grafismos, organización espacial, técnicas artesanales, relaciones con la naturaleza y formas comunitarias de transmisión de conocimientos. Los resultados muestran que los saberes indígenas constituyen referencias importantes para la elaboración de propuestas pedagógicas contextualizadas, favoreciendo la articulación entre los conocimientos escolares y las experiencias culturales de los estudiantes. Se evidencia que la incorporación de estos saberes al currículo escolar amplía las posibilidades de comprensión de los conceptos matemáticos y contribuye a una educación basada en el diálogo entre diferentes formas de conocimiento. Se concluye que la etnomatemática indígena representa una contribución relevante para la Educación Básica al promover prácticas matemáticas interculturales, fortalecer la valoración de las culturas originarias y favorecer una formación educativa vinculada a las realidades socioculturales de los pueblos indígenas.

Palabras clave: Etnomatemática indígena; saberes tradicionales; educación matemática intercultural; Educación Básica.

1. INTRODUÇÃO

A Matemática está presente nas mais diversas atividades humanas, manifestando-se desde práticas cotidianas simples até processos científicos e tecnológicos complexos. Entretanto, sua construção não ocorre de maneira homogênea, pois cada sociedade desenvolve formas próprias de produzir, organizar e transmitir conhecimentos matemáticos a partir de suas experiências históricas, culturais e sociais. Essa compreensão ganhou destaque com os estudos de Ubiratan D'Ambrosio, ao propor a Etnomatemática como um campo de investigação voltado para o reconhecimento das diferentes maneiras pelas quais os povos constroem conhecimentos matemáticos em seus contextos culturais. Sob essa perspectiva, os conhecimentos produzidos pelos povos indígenas representam importantes expressões de racionalidade matemática, presentes nas práticas agrícolas, na construção de artefatos, nos sistemas de contagem, nos grafismos, na organização espacial e nas relações estabelecidas com a natureza

Conforme destacam Tananta e Bacury (2025):

> A matemática está inerentemente presente em diversas contexto do cotidiano, desde fazeres simples até projetos complexos das mais diversas áreas da ciência, evidenciando sua abrangência e aplicação na sociedade. Na década de 1970, Ubiratan D'Ambrosio encetou o conceito de Etnomatemática, destacando como os contextos culturais influenciam e moldam os conhecimentos matemáticos de cada povo. Nesse sentido, refletir sobre a Etnomatemática desenvolvida no contexto de socio diversidade indígena é importante para alavancar a identidade étnico racial dessas comunidades e suas soluções matemáticas singulares, que mesclam saberes e fazeres da tradição e a matemática formal, especialmente no âmbito da educação escolar indígena. (Tananta; Bacury, 2025, p.2)

A valorização dos conhecimentos tradicionais indígenas tem adquirido crescente relevância nas discussões sobre Educação Matemática, especialmente diante da necessidade de construir práticas pedagógicas comprometidas com a interculturalidade e com o reconhecimento da diversidade epistemológica existente no Brasil. A Educação Escolar Indígena constitui um importante espaço de fortalecimento das identidades culturais, possibilitando que os conhecimentos produzidos pelas comunidades dialoguem com os conteúdos escolares sem perder suas especificidades. Nesse contexto, a Etnomatemática contribui para aproximar o currículo das experiências vividas pelos estudantes, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Segundo Silva e Bacury (2025):

> A educação escolar indígena, sobretudo na Amazônia, deve ir além da simples transmissão de conteúdos escolares ocidentais e europeus e se constituir como um espaço de valorização cultural, fortalecimento identitário e reconhecimento da diversidade de saberes. (Silva; Bacury, 2025, p. 1).

Essas reflexões são corroboradas por estudos recentes que evidenciam o potencial da Etnomatemática para fortalecer processos educativos interculturais. Assurini *et al.* (2025) demonstram que os conhecimentos relacionados aos sistemas de contagem do povo Assurini revelam formas próprias de organização matemática vinculadas às práticas sociais e culturais da comunidade, evidenciando que o currículo escolar pode incorporar tais conhecimentos sem descaracterizar os conteúdos científicos. De forma semelhante, Conceição e Silva Neto (2025) apontam que a produção científica brasileira sobre Educação Escolar Indígena tem ampliado significativamente as discussões acerca da valorização dos saberes tradicionais, indicando a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam os conhecimentos produzidos pelos povos originários como parte do patrimônio científico e cultural da humanidade. Nessa direção, Vieira e Moreira (2024) defendem que uma Educação Matemática comprometida com a justiça social deve reconhecer diferentes formas de produzir conhecimentos, rompendo com perspectivas

exclusivamente eurocêntricas e valorizando a pluralidade epistemológica presente nas comunidades indígenas.

Além das práticas relacionadas à organização social e aos sistemas de contagem, os conhecimentos matemáticos indígenas encontram-se presentes nas técnicas de trançado, nos grafismos, na construção de utensílios, no manejo dos recursos naturais e na relação equilibrada com o ambiente. Essas práticas constituem importantes referências para o ensino da Matemática na Educação Básica, pois permitem estabelecer conexões entre conceitos escolares e experiências culturais dos estudantes. Machado (2022) evidencia que os artefatos indígenas expressam conhecimentos produzidos ao longo de gerações, envolvendo processos de observação, classificação, proporção, simetria e organização espacial. Da mesma forma, o estudo de Nakazono (2000) sobre o manejo da fibra de arumã demonstra que os conhecimentos tradicionais associados aos recursos naturais envolvem procedimentos sistemáticos de seleção, medição e utilização sustentável da matéria-prima. Nessa perspectiva, Souza *et al.* (2024) ressaltam que os grafismos, os trançados e outras manifestações culturais constituem possibilidades pedagógicas relevantes para o ensino da Geometria, contribuindo para aproximar a Matemática das vivências culturais dos estudantes e fortalecer práticas educativas interculturais.

Diante desse cenário, torna-se necessário ampliar as discussões sobre as contribuições da Etnomatemática indígena para a Educação Básica, reconhecendo que os conhecimentos tradicionais constituem importantes instrumentos para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas, inclusivas e culturalmente significativas. Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições da Etnomatemática indígena e dos saberes tradicionais para o ensino de Matemática na Educação Básica, considerando suas implicações para o currículo, para a formação docente e para a valorização da diversidade cultural. A investigação fundamenta-se em abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como referência estudos recentes sobre Etnomatemática, Educação Escolar Indígena e Educação Matemática. Conforme destacam Rodrigues *et al.* (2025)**,** a produção científica evidencia que práticas etnomatemáticas desenvolvidas nas escolas indígenas favorecem processos de ensino mais contextualizados e socialmente relevantes. De modo complementar, Melo *et al.* (2026) ressaltam que a utilização de materiais didáticos articulados aos saberes tradicionais amplia as possibilidades de aprendizagem matemática e fortalece a identidade cultural dos estudantes indígenas.

2. DESENVOLVIMENTO

A Etnomatemática consolidou-se como um importante campo da Educação Matemática ao reconhecer que os conhecimentos matemáticos são construídos em diferentes contextos culturais, sociais e históricos. No contexto indígena, essa perspectiva rompe com a compreensão de que apenas a matemática acadêmica possui validade científica, reconhecendo que as práticas cotidianas desenvolvidas pelos povos originários também expressam processos de raciocínio, classificação, quantificação, medição, organização espacial e resolução de problemas. Os saberes tradicionais deixam de ser compreendidos apenas como manifestações culturais e passam a ocupar lugar de destaque na construção do currículo escolar, favorecendo práticas pedagógicas mais contextualizadas e interculturais. Conforme destacam Vieira e Moreira (2024)**,** a Educação Matemática desenvolvida em contextos indígenas deve promover o diálogo entre diferentes epistemologias, valorizando os conhecimentos produzidos pelas comunidades como parte integrante do processo educativo. Essa perspectiva fortalece a justiça social e amplia as possibilidades de construção de uma educação comprometida com a diversidade cultural e com o reconhecimento das identidades indígenas.

O fortalecimento dessa proposta exige mudanças significativas na formação inicial e continuada dos professores que atuam na Educação Escolar Indígena. Mais do que dominar conteúdos matemáticos, o educador necessita compreender as especificidades culturais das comunidades onde atua, estabelecendo relações de diálogo, respeito e aprendizagem mútua. Essa postura demanda uma ruptura com práticas pedagógicas centradas exclusivamente na transmissão de conteúdos e incentiva processos formativos fundamentados na pesquisa, na reflexão crítica e na construção coletiva do conhecimento.

Nesse sentido, Bacury e Melo (2018) afirmam:

> O desenvolvimento dessas práticas requer do formador e educador matemático desconstituir-se de suas visões de mundo, ou seja, se desprender de suas verdades e estar aberto a outros saberes e conhecimentos, esforço que exige o diálogo com colegas de outras áreas do conhecimento, com os indígenas em formação, além de estudos individuais, coletivos e direcionados. A partir desse processo, é possível fomentar pesquisas, elaborar materiais didáticos e pedagógicos que contemplem as questões socioculturais e educativas específicas de cada povo e comunidade indígena. É nessa perspectiva que se insere os professores e os acadêmicos indígenas da região do Alto Rio Negro/AM em processos de formação no Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). (Bacury; Melo, 2018, p. 161).

Essa compreensão evidencia que a formação docente intercultural pressupõe abertura para novos referenciais epistemológicos e metodológicos, possibilitando que o professor

reconheça os estudantes indígenas como sujeitos produtores de conhecimentos e protagonistas de seus próprios processos educativos.

A pesquisa científica recente tem demonstrado que a inserção dos saberes tradicionais no currículo escolar fortalece tanto a aprendizagem matemática quanto a valorização da identidade cultural dos estudantes. Assurini *et al.* (2025) evidenciam que os conhecimentos relacionados aos sistemas tradicionais de contagem do povo Assurini constituem importantes instrumentos para o ensino de conceitos matemáticos, pois articulam linguagem, cultura, organização comunitária e memória coletiva. De maneira semelhante, Conceição e Silva Neto (2025) identificaram, em revisão sistemática sobre dissertações produzidas no Brasil, um crescimento significativo das pesquisas voltadas para a Educação Escolar Indígena, demonstrando que a Etnomatemática tem sido utilizada como estratégia para aproximar o currículo escolar das experiências vividas pelas comunidades indígenas. Ainda segundo Rodrigues *et al.* (2025)**,** a literatura científica aponta que práticas etnomatemáticas favorecem o protagonismo dos estudantes, ampliam a participação comunitária e contribuem para o fortalecimento das políticas de educação intercultural previstas na legislação brasileira.

Os saberes tradicionais também podem ser compreendidos por meio das práticas relacionadas ao manejo sustentável dos recursos naturais, à produção artesanal, aos grafismos, aos trançados e às formas próprias de organização espacial desenvolvidas pelos povos indígenas. Essas atividades envolvem processos matemáticos complexos, como proporcionalidade, simetria, sequências, medidas, estimativas, padrões geométricos e relações quantitativas, frequentemente desenvolvidos sem o uso da linguagem matemática formal. Machado (2022) demonstra que os artefatos produzidos pelos povos indígenas constituem verdadeiros sistemas de transmissão de conhecimentos, preservando memórias coletivas e fortalecendo identidades culturais. Do mesmo modo, a pesquisa de Nakazono (2000) evidencia que o manejo da fibra de arumã exige conhecimentos relacionados ao tempo de coleta, à classificação das espécies, às medidas, às proporções e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais, aspectos que podem ser explorados pedagogicamente nas aulas de Matemática. Complementando essa perspectiva, Souza *et al.* (2024) afirmam que os grafismos indígenas e as técnicas tradicionais de trançado representam importantes possibilidades para o ensino da Geometria, favorecendo práticas contextualizadas e culturalmente significativas na Educação Básica.

A construção dessas práticas educativas exige processos permanentes de investigação e reflexão sobre a própria ação docente. As práticas investigativas em Educação Matemática constituem importante estratégia para ressignificar o trabalho pedagógico desenvolvido nas

escolas indígenas, permitindo ao professor analisar criticamente suas ações e reconstruir suas práticas a partir das experiências vividas com os estudantes.

Conforme destaca Bacury (2017):

> O momento intrapessoal que incluiu o questionamento da prática e dos posicionamentos teóricos assumidos pelos partícipes, obedecendo às ações de descrição – relato das Práticas Investigativas em Educação Matemática, sem juízo de valor, de modo a situá-las no contexto em que foram vividas e realizadas; a informação – informar sobre as escolhas desta ou daquela ação, o que motivou essas escolhas referentes aos princípios norteadores das ações, indicando seus preceitos teóricos; o confronto – buscar respostas relacionado o antes e o depois das Práticas Investigativas em Educação Matemática realizadas e; a reconstrução – possibilidade de compreensão e ressignificação das Práticas Investigativas em Educação Matemática, a partir de todo o processo realizado. O momento interpessoal compreendeu a reflexão crítica entre os partícipes e o par mais experiente, de modo a compreender as Práticas Investigativas em Educação Matemática, evidenciando novas possibilidades de mudança e de transformações nas atitudes docentes balizadas pela autonomia, no sentido da liberdade de buscar e de construir novas práticas docentes para o ensino e a aprendizagem da Matemática escolar, relacionando o antes e o depois dessas práticas. (Bacury, 2017, p. 93).

Essa perspectiva evidencia que o desenvolvimento profissional docente ocorre por meio da reflexão crítica sobre a prática, permitindo que os conhecimentos produzidos pelas comunidades indígenas sejam incorporados ao planejamento pedagógico de maneira ética, contextualizada e culturalmente respeitosa. Sob o ponto de vista metodológico, pesquisas qualitativas fundamentadas nos cotidianos escolares e nas narrativas dos sujeitos têm contribuído significativamente para compreender as múltiplas formas de produção dos conhecimentos indígenas. Oliveira (2023) destaca que pesquisar os cotidianos significa reconhecer os sujeitos como produtores de conhecimentos e compreender que a escola é um espaço de permanente construção cultural.

Em consonância com essa perspectiva, Reis (2023) afirma que a pesquisa narrativa amplia as possibilidades de interpretação das experiências vividas, permitindo compreender processos formativos que dificilmente seriam percebidos por abordagens exclusivamente quantitativas. Melo *et al.* (2026) ressaltam que os materiais didáticos destinados às escolas indígenas devem contemplar os conhecimentos tradicionais das comunidades, favorecendo a articulação entre os conteúdos previstos no currículo e as práticas culturais locais. A Etnomatemática apresenta-se como uma importante referência teórica e metodológica para a Educação Básica, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas interculturais, para a valorização dos saberes tradicionais e para a construção de uma escola comprometida com a diversidade cultural, a inclusão e a justiça social.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico constitui a base conceitual que fundamenta esta pesquisa, permitindo compreender a Etnomatemática indígena como um campo de conhecimento que articula os saberes tradicionais às práticas educativas desenvolvidas na Educação Básica. Nessa perspectiva, são discutidos os principais conceitos relacionados à Etnomatemática, à Educação Escolar Indígena, à interculturalidade e à valorização dos conhecimentos produzidos pelos povos originários. Apresentam-se as abordagens teóricas que sustentam o diálogo entre a Matemática escolar e os saberes tradicionais, bem como evidências empíricas provenientes de estudos recentes que demonstram as contribuições dessas práticas para o ensino e a aprendizagem da Matemática. O referencial teórico possibilita compreender a importância da integração entre conhecimentos científicos e tradicionais na construção de uma educação mais contextualizada, inclusiva, intercultural e comprometida com a valorização da diversidade cultural.

3.1 Fundamentação conceitual do objeto de estudo

A Etnomatemática constitui um campo da Educação Matemática que reconhece a existência de diferentes formas de produção, organização e transmissão dos conhecimentos matemáticos construídos pelos diversos grupos socioculturais. No contexto da Educação Escolar Indígena, essa perspectiva compreende que os saberes tradicionais não representam conhecimentos inferiores ou paralelos à matemática acadêmica, mas constituem sistemas próprios de interpretação da realidade, desenvolvidos a partir das experiências históricas, culturais e ambientais dos povos originários. Os conhecimentos relacionados aos sistemas de contagem, grafismos, trançados, construção de artefatos, organização espacial, agricultura, pesca e manejo dos recursos naturais evidenciam práticas matemáticas presentes no cotidiano das comunidades indígenas, possibilitando estabelecer relações entre cultura e aprendizagem matemática. Conforme destacam Vieira e Moreira (2024)**,** a Educação Matemática "de" indígenas fundamenta-se no reconhecimento da pluralidade epistemológica e na valorização dos conhecimentos produzidos pelas comunidades, contribuindo para uma educação comprometida com a justiça social e a interculturalidade. Da mesma forma, Assurini *et al.* (2025) evidenciam que a incorporação dos sistemas tradicionais de contagem ao currículo escolar fortalece tanto a aprendizagem matemática quanto a identidade cultural dos estudantes, reafirmando a Etnomatemática como uma importante referência para a construção de práticas educativas contextualizadas na Educação Básica.

3.2 Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As discussões contemporâneas sobre Etnomatemática indígena estão fundamentadas em abordagens teóricas que defendem uma educação intercultural, decolonial e socialmente comprometida, capaz de promover o diálogo entre diferentes formas de produção do conhecimento. A escola deixa de ocupar o papel exclusivo de transmissora dos conhecimentos científicos ocidentais para constituir-se como espaço de interação entre saberes acadêmicos e conhecimentos tradicionais. Esse entendimento exige processos permanentes de formação docente, reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e elaboração de materiais didáticos que contemplem as especificidades culturais das comunidades indígenas. Conforme afirmam Bacury e Melo (2018), a formação de professores indígenas requer abertura para novas epistemologias, diálogo interdisciplinar e construção coletiva de práticas pedagógicas fundamentadas nas realidades socioculturais dos povos indígenas. Essa concepção é reforçada por Conceição e Silva Neto (2025)**,** ao demonstrarem que as pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação brasileiros têm ampliado as discussões sobre a inserção da Etnomatemática na Educação Escolar Indígena. Além disso, Rodrigues *et al.* (2025) destacam que práticas pedagógicas fundamentadas na Etnomatemática favorecem o protagonismo estudantil, fortalecem a identidade cultural e ampliam as possibilidades de contextualização do ensino da Matemática na Educação Básica.

3.3 Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

As pesquisas publicadas nos últimos anos evidenciam que a valorização dos saberes tradicionais indígenas produz impactos positivos no ensino e na aprendizagem da Matemática, especialmente quando os conteúdos escolares são articulados às experiências culturais dos estudantes. Estudos desenvolvidos por Souza *et al.* (2024) demonstram que os grafismos, os trançados e outras manifestações culturais constituem recursos pedagógicos relevantes para o ensino de conceitos geométricos, permitindo aos estudantes compreenderem a Matemática como uma construção cultural presente em suas próprias comunidades. Da mesma forma, Melo *et al.* (2026) ressaltam que os livros didáticos destinados à Educação Escolar Indígena devem incorporar conhecimentos tradicionais, favorecendo práticas pedagógicas contextualizadas e interculturais. As contribuições de Machado (2022) evidenciam que os artefatos indígenas preservam conhecimentos relacionados à simetria, proporção, padrões e organização espacial, enquanto Nakazono (2000) demonstra que o manejo da fibra de arumã envolve conhecimentos matemáticos associados à classificação, medição, planejamento e sustentabilidade ambiental. Sob o ponto de vista metodológico, Oliveira (2023) e Reis (2023**)** defendem abordagens qualitativas fundamentadas nos cotidianos escolares e nas narrativas dos sujeitos, permitindo

compreender como os saberes tradicionais são produzidos, compartilhados e ressignificados no ambiente escolar. Em conjunto, essas evidências demonstram que a Etnomatemática constitui uma importante estratégia para promover uma Educação Básica intercultural, fortalecer as identidades indígenas e contribuir para a construção de práticas pedagógicas socialmente referenciadas e culturalmente significativas.

3.4. Valorização dos saberes tradicionais no ensino da Matemática

Um dos principais aspectos da Etnomatemática indígena consiste no reconhecimento dos saberes tradicionais como formas legítimas de produção do conhecimento matemático. Os povos indígenas desenvolvem, ao longo de sua história, conhecimentos relacionados à contagem, medição, localização espacial, construção de artefatos, grafismos, agricultura, pesca, manejo dos recursos naturais e organização comunitária. Esses conhecimentos resultam de experiências acumuladas ao longo das gerações e constituem importantes referências para o ensino da Matemática na Educação Básica. A valorização desses saberes permite aproximar os conteúdos escolares da realidade dos estudantes, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais significativo e contextualizado. Assurini *et al.* (2025) demonstram que os sistemas tradicionais de contagem do povo Assurini constituem práticas matemáticas próprias que podem ser incorporadas ao currículo escolar, fortalecendo simultaneamente a aprendizagem matemática e a identidade cultural. Da mesma forma, Souza *et al.* (2024) destacam que os grafismos, os trançados e outras manifestações culturais possibilitam o ensino de conceitos geométricos de maneira contextualizada, evidenciando que a Matemática está presente nas práticas culturais desenvolvidas pelas comunidades indígenas.

3.5. Formação de professores e práticas pedagógicas interculturais

Outro aspecto fundamental refere-se à formação de professores para atuar em contextos interculturais. O desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas na Etnomatemática exige que o educador reconheça os estudantes indígenas como sujeitos produtores de conhecimento e compreenda que os saberes tradicionais possuem o mesmo valor educativo que outros conhecimentos científicos, embora apresentem formas distintas de organização e transmissão. Conforme destacam Bacury e Melo (2018), a formação docente deve promover o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e incentivar a construção de materiais didáticos capazes de contemplar as especificidades socioculturais de cada povo indígena. Nessa perspectiva, Vieira e Moreira (2024) defendem que a Educação Matemática voltada para os povos indígenas deve contribuir para a justiça social, rompendo com práticas educativas

eurocêntricas e valorizando diferentes formas de produção do conhecimento. Complementando essa discussão, Rodrigues *et al.* (2025) ressaltam que experiências desenvolvidas em escolas indígenas evidenciam resultados positivos quando as práticas pedagógicas dialogam com os conhecimentos produzidos pelas próprias comunidades.

3.6. Currículo intercultural e fortalecimento da identidade indígena

A incorporação da Etnomatemática ao currículo da Educação Básica representa uma estratégia importante para fortalecer a identidade cultural dos estudantes indígenas e promover uma educação intercultural. O currículo deixa de ser apenas um instrumento de transmissão de conteúdos universais e passa a reconhecer os conhecimentos produzidos nos territórios indígenas como patrimônio cultural e científico. Nessa perspectiva, Conceição e Silva Neto (2025) evidenciam que as pesquisas brasileiras sobre Educação Escolar Indígena apontam avanços significativos na valorização dos saberes tradicionais como parte integrante dos processos educativos. Melo *et al.* (2026**)** ressaltam que a produção de materiais didáticos contextualizados favorece a aproximação entre a Matemática escolar e as experiências vividas pelos estudantes indígenas, fortalecendo os processos de aprendizagem. Essa compreensão também dialoga com os estudos de Machado (2022)**,** ao demonstrar que os artefatos, os trançados e as práticas culturais constituem formas de preservação da memória coletiva e de transmissão de conhecimentos entre as gerações. A Etnomatemática contribui para a construção de um currículo comprometido com a diversidade cultural, a inclusão, a valorização das identidades indígenas e a promoção de uma Educação Básica mais democrática e socialmente referenciada.

4. METODOLOGIA

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos empregados para o desenvolvimento da pesquisa sobre Etnomatemática indígena e saberes tradicionais na Educação Básica.

4.1. Natureza e abordagem da pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como de natureza básica, por buscar ampliar a compreensão sobre a Etnomatemática indígena e os saberes tradicionais na Educação Básica, sem a finalidade imediata de aplicação prática. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que busca compreender os significados, as relações socioculturais e os processos educativos envolvidos na produção e valorização dos conhecimentos matemáticos desenvolvidos pelos povos indígenas. A pesquisa qualitativa possibilita interpretar os fenômenos em seus contextos

sociais e culturais, valorizando as experiências dos sujeitos e os diferentes modos de produção do conhecimento. Nessa perspectiva, Oliveira (2023) destaca que pesquisar os cotidianos escolares significa reconhecer a complexidade das práticas educativas e compreender que o conhecimento é produzido nas interações entre sujeitos, culturas e territórios. De forma complementar, Reis (2023) ressalta que a pesquisa narrativa amplia as possibilidades de compreensão das experiências educativas ao considerar as histórias, os contextos e os significados atribuídos pelos participantes aos processos formativos.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações e documentos acadêmicos relacionados à Etnomatemática, aos saberes tradicionais e à Educação Escolar Indígena. Foram consultadas produções publicadas em periódicos científicos, repositórios institucionais e bases de dados especializadas, priorizando estudos recentes que discutem a valorização dos conhecimentos indígenas no ensino da Matemática. Também foram utilizados trabalhos clássicos que contribuem para compreender as práticas tradicionais relacionadas ao manejo dos recursos naturais e à produção de conhecimentos culturais, como a pesquisa de Nakazono (2000) sobre a fibra de arumã na Amazônia Central. Além disso, a revisão sistemática realizada por Conceição e Silva Neto (2025) constituiu importante referência para identificar tendências, avanços e lacunas das pesquisas brasileiras sobre Etnomatemática na Educação Escolar Indígena, contribuindo para a fundamentação do presente estudo.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa compreendeu a produção científica nacional relacionada à Etnomatemática indígena, aos saberes tradicionais e à Educação Básica. A amostra foi composta por livros, artigos científicos, dissertações e estudos publicados entre os anos de 2000 e 2026, selecionados por sua relevância acadêmica e aderência ao objeto de investigação. Como critérios de inclusão, foram considerados trabalhos que abordam a relação entre conhecimentos tradicionais indígenas, Educação Matemática, currículo, formação de professores e práticas pedagógicas interculturais. Foram excluídas publicações que não apresentavam relação direta com a temática ou que abordavam a Etnomatemática sem articulação com o contexto da Educação Escolar Indígena. Esse processo de seleção permitiu reunir produções capazes de subsidiar a análise das contribuições da Etnomatemática para o ensino da Matemática na Educação Básica, assegurando consistência teórica e atualidade às discussões desenvolvidas.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta dos dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, dissertações e documentos acadêmicos disponíveis em bases de dados e repositórios digitais. Após a seleção das obras, procedeu-se à leitura exploratória, seguida de leitura analítica e interpretativa, identificando categorias relacionadas aos saberes tradicionais, às práticas etnomatemáticas, à interculturalidade, ao currículo e à Educação Escolar Indígena. O tratamento dos dados ocorreu mediante organização temática das informações, permitindo estabelecer relações entre os diferentes referenciais teóricos e os objetivos da pesquisa. A análise fundamentou-se na interpretação qualitativa dos conteúdos, considerando as contribuições dos autores para a compreensão da Etnomatemática como prática educativa intercultural. Conforme destacam Oliveira (2023) e Reis (2023)**,** a análise qualitativa possibilita compreender os significados atribuídos às práticas educativas, favorecendo interpretações que valorizam os contextos socioculturais e as experiências dos sujeitos envolvidos na produção do conhecimento.

4.5 Aspectos éticos e limitações da pesquisa

Por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, não houve participação direta de seres humanos nem realização de coleta de dados em campo, dispensando, portanto, submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a legislação brasileira aplicável às pesquisas dessa natureza. Entretanto, foram observados os princípios éticos relacionados à integridade científica, ao respeito à propriedade intelectual e à correta utilização das fontes consultadas, mediante a realização de citações e referências conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Como limitação do estudo, destaca-se que a pesquisa se restringe às produções científicas disponíveis nas bases consultadas, podendo não contemplar todos os conhecimentos produzidos e compartilhados oralmente pelas comunidades indígenas. Além disso, reconhece-se que os saberes tradicionais apresentam especificidades culturais que nem sempre são integralmente registradas em publicações acadêmicas, o que reforça a necessidade de futuras investigações de campo desenvolvidas em parceria com os povos indígenas e suas comunidades.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a Etnomatemática indígena representa uma importante estratégia para a valorização dos saberes tradicionais no contexto da Educação Básica, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas, interculturais e socialmente referenciadas. A análise das produções científicas selecionadas demonstra que os

conhecimentos matemáticos produzidos pelos povos indígenas estão presentes em diferentes práticas socioculturais, como os sistemas de contagem, os grafismos, os trançados, a construção de artefatos, a organização espacial, o manejo sustentável dos recursos naturais e as atividades comunitárias. Esses conhecimentos constituem formas legítimas de produção científica e cultural, capazes de dialogar com a Matemática escolar sem perder suas especificidades culturais. Os estudos analisados também revelam o crescimento das pesquisas voltadas à Educação Escolar Indígena, indicando avanços na valorização da diversidade epistemológica e na construção de propostas curriculares interculturais.

5.1 Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

Os dados analisados foram constituídos por livros, artigos científicos, dissertações e estudos publicados entre 2000 e 2026, contemplando pesquisas sobre Etnomatemática, Educação Escolar Indígena, saberes tradicionais, formação de professores e currículo intercultural. O conjunto das publicações evidencia que a produção científica sobre a temática tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos, especialmente a partir de 2024, refletindo o fortalecimento das discussões sobre a valorização dos conhecimentos indígenas na Educação Matemática. As pesquisas de Conceição e Silva Neto (2025) demonstram que os programas de pós-graduação brasileiros têm ampliado significativamente os estudos relacionados à Etnomatemática na Educação Escolar Indígena. Da mesma forma, Rodrigues *et al.* (2025) identificam que a maior parte das investigações enfatiza práticas pedagógicas contextualizadas, valorização da identidade cultural e construção de currículos interculturais. Os estudos analisados também evidenciam que os conhecimentos tradicionais relacionados à agricultura, ao artesanato, aos grafismos, aos sistemas de contagem e ao manejo dos recursos naturais constituem importantes referências para o ensino da Matemática na Educação Básica.

5.2 Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

A análise dos resultados confirma os pressupostos teóricos discutidos neste estudo, evidenciando que a Etnomatemática constitui uma abordagem capaz de promover o diálogo entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais produzidos pelos povos indígenas. As pesquisas analisadas demonstram que a inserção desses conhecimentos no currículo escolar favorece uma aprendizagem mais significativa, ao relacionar os conteúdos matemáticos às experiências culturais dos estudantes. Os estudos de Assurini *et al.* (2025) mostram que os sistemas tradicionais de contagem do povo Assurini podem ser utilizados como recursos pedagógicos para o ensino da Matemática, fortalecendo simultaneamente a aprendizagem e a

identidade cultural. De forma semelhante, Souza *et al.* (2024) evidenciam que os grafismos e os trançados indígenas favorecem a compreensão de conceitos geométricos como simetria, proporcionalidade, formas planas e organização espacial. Esses resultados corroboram as discussões apresentadas por Vieira e Moreira (2024)**,** ao defenderem uma Educação Matemática comprometida com a justiça social e com o reconhecimento da pluralidade de saberes. Também dialogam com as contribuições de Oliveira (2023) e Reis (2023)**,** ao evidenciarem que os conhecimentos produzidos nos cotidianos escolares e comunitários constituem importantes fontes para a construção de práticas educativas interculturais.

5.3 Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

Os resultados desta pesquisa apresentam importantes implicações para a Educação Básica, especialmente no que se refere à organização curricular, à formação de professores e à produção de materiais didáticos destinados às escolas indígenas. Do ponto de vista prático, evidencia-se a necessidade de elaboração de propostas pedagógicas que incorporem os conhecimentos tradicionais das comunidades aos conteúdos matemáticos previstos no currículo, favorecendo práticas de ensino contextualizadas e culturalmente significativas. Sob o aspecto teórico, os resultados reforçam a Etnomatemática como campo científico capaz de ampliar as concepções de conhecimento matemático, reconhecendo diferentes formas de produzir, organizar e transmitir saberes. Metodologicamente, a pesquisa demonstra a relevância das abordagens qualitativas, das pesquisas bibliográficas e das investigações fundamentadas nos cotidianos escolares para compreender as práticas matemáticas desenvolvidas pelos povos indígenas.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa evidenciou que a Etnomatemática indígena constitui uma importante perspectiva para a valorização dos saberes tradicionais na Educação Básica, ao reconhecer que os conhecimentos matemáticos produzidos pelos povos indígenas são resultado de experiências históricas, culturais e sociais construídas ao longo de gerações. A análise da literatura demonstrou que práticas relacionadas aos sistemas de contagem, grafismos, trançados, manejo dos recursos naturais, organização espacial e produção de artefatos podem ser incorporadas ao ensino da Matemática, tornando a aprendizagem mais contextualizada, significativa e próxima da realidade dos estudantes.

Os estudos analisados reforçam que a integração entre conhecimentos escolares e saberes tradicionais contribui para o fortalecimento da identidade cultural, da interculturalidade e do respeito à diversidade, favorecendo práticas pedagógicas mais inclusivas e comprometidas

com a justiça social. Além disso, evidenciou-se que a formação de professores e a produção de materiais didáticos contextualizados desempenham papel fundamental na implementação de propostas pedagógicas fundamentadas na Etnomatemática, possibilitando que a escola reconheça os povos indígenas como produtores de conhecimentos e protagonistas dos processos educativos.

Conclui-se, portanto, que a Etnomatemática indígena representa uma relevante contribuição para a Educação Básica, ao ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem da Matemática por meio do diálogo entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais. A valorização dessas práticas fortalece uma educação intercultural, democrática e socialmente referenciada, promovendo o reconhecimento da diversidade cultural brasileira e contribuindo para a construção de uma escola mais inclusiva, crítica e comprometida com a formação integral dos estudantes. Espera-se que esta pesquisa incentive novas investigações e práticas educativas voltadas à integração dos saberes tradicionais indígenas ao currículo escolar, fortalecendo a produção de conhecimentos que respeitem as especificidades culturais e promovam uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ASSURINI, Muretehoa; PINTO, Benedita Celeste de Moraes; MOREIRA, Cristian Caio Silva. **A etnomatemática no currículo escolar indígena: a contagem e os saberes tradicionais do povo Assurini, município de Tucuruí, no Pará.** *ARACÊ*, v. 7, n. 2, p. 7498-7510, 2025. DOI: https://doi.org/10.56238/arev7n2-172.

BACURY, Gerson Ribeiro. **Práticas investigativas na formação de futuros professores de Matemática.** 2017. 188 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemáticas). Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

BACURY, Gerson Ribeiro; MELO, Elisângela Aparecida P. de. **Ensino e aprendizagem das matemáticas com indígenas do Alto Rio Negro/AM da Universidade Federal do Amazonas.** *Educação Matemática em Revista*, Brasília, v. 23, n. 60, p. 157-168, out./dez. 2018.

CONCEIÇÃO, Ananda Itsu Moraes; SILVA NETO, Benjamim Cardoso da. **Etnomatemática na educação escolar indígena: uma revisão sistemática de dissertações de mestrados profissionais (2013-2023).** *Revista Paranaense de Educação Matemática*, v. 14, n. 33, p. 1-20, 2025. DOI: https://doi.org/10.33871/rpem.2025.14.33.9487

MACHADO, Ananda. **Tyzytaba'u: trançadores de palavras e coisas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Autor, 2022.

MELO, Janielle da Silva; RABELO, Heverton Pereira; SILVA, Edcarlos Vasconcelos da. **O livro didático na educação escolar indígena e as possibilidades etnomatemáticas.** *Eventos Pedagógicos*, v. 16, n. 3, p. 1266-1280, 2026. DOI: https://doi.org/10.30681/reps.v16i3.13993

NAKAZONO, Erika Matsuno. **O impacto da extração da fibra de arumã (Ischnosiphon polyphyllus, Marantaceae) sobre a população da planta em Anavilhanas,** *Rio Negro, Amazônia Central*. Manaus: INPA/AAJA, 2000. Dissertação (Mestrado). Disponível em: https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/12094. . Acesso em: 12 jul. 2026.

OLIVEIRA, Inês B. **Pesquisando com os cotidianos: uma trajetória em processo.** 1. ed. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2023.

REIS, Graça. **A pesquisa narrativa como possibilidade de expansão do presente.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 48, e123291, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-6236123291vs01

RODRIGUES, Herbett; SILVA, Fabricio Valentim da; ARAGÃO, Clijes; SOUSA, Arycia Giseli de Melo. **A prática da Etnomatemática em escolas indígenas: revisão de escopo.** *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 31, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1516-731320250051

SILVA, Lucas Serrão da; BACURY, Gerson Ribeiro. **Educação etnomatemática na Amazônia: uma reflexão teórica sobre os saberes tradicionais na formação inicial de professores indígenas no contexto amazônico**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (SEINPE), XXIII., 2025, Manaus. Anais [...]. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2025. 10 p. Disponível em: https://doity.com.br/xxiii-seinpe-2025. Acesso em: 12 jul. 2026

SOUZA, Denis Viana de; PADILHA, Catarina Janira; LOPES, Sérgio Luíz. **Os saberes tradicionais e a Etnomatemática: um estudo sobre as práticas de ensino da geometria.** *Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental*, v. 29, n. 3, 2024. DOI: https://doi.org/10.14295/ambeduc.v29i3.18491

TANANTA, Luiz Manuel Pacaio; BACURY, Gerson Ribeiro. **Etnomatemática e a diversidade sociocultural indígena nas pesquisas de programas de pós-graduação stricto sensu da Região Norte (2019-2025).** *Rematec: Revista de Matemática, Ensino e Cultura*, v. 20, n. 31, 2025. DOI: 10.37084/REMATEC.1980-3141.2025.n31.e2025017.id760.

VIEIRA, Lygianne Batista; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **Educação Matemática "de" indígenas: diálogos com a etnomatemática e com a matemática para a justiça social.** *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 22, e49642, 2024. DOI: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e49642

Homenagem ao Dr. Gerson Ribeiro Bacury



*"Ao Dr. Gerson Ribeiro Bacury**,** minha profunda admiração e reconhecimento por sua extraordinária trajetória acadêmica, marcada pela excelência, pela dedicação incansável à pesquisa e pelo compromisso com a transformação da educação. Sua atuação como educador, pesquisador e formador de professores representa uma referência nacional na Educação Matemática e na Etnomatemática, contribuindo de forma significativa para a valorização dos saberes amazônicos, da interculturalidade e da educação escolar indígena. Seu legado científico, humano e ético inspira gerações de pesquisadores e educadores, reafirmando que o conhecimento, quando construído com sensibilidade, compromisso social e respeito à diversidade, torna-se um poderoso instrumento de emancipação e justiça educacional". (Lucas Serrão da Silva, 2026).*

Filho de terras amazônidas, possui formação em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), posteriormente na formação continuada, obteve o título de Mestre em Educação no PPGE/Faced/UFAM e, mais tarde, o Doutorado em Educação em Ciências e Matemáticas área de concentração: Educação Matemática, no Instituto de Educação Matemática e Científica (Iemci)/UFPA, na sequência, o Pós-Doutorado em Educação em Ciências e Matemática, na Rede de Educação Científica e Matemática (Recima) composta pela UNIFESSPA, UFNT e UFMA; e, o Pós-Doutorado em Educação em Ciências e Matemática pela UFNT.

Quanto às linhas de pesquisa, realiza ações voltadas para as áreas da Educação Matemática, Educação Matemática em contextos de Diversidade Sociocultural Etnomatemática e Formação de Professores que ensinam Matemática. Nesse contexto, atua como líder do Grupo de Estudos e Pesquisas de Práticas Investigativas em Educação Matemática (GEPIMat/UFAM/CNPq) e vice-líder no Grupo de Estudo e de Pesquisa em Sistemas Socioculturais de Educação Matemática (SISMAT)/UFT/CNPq.

Na docência, realiza suas atividades como Professor Efetivo da UFAM no Departamento de Educação Escolar Indígena (DEEI)/Faced, como Professor Permanente no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGecim)/UFNT e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)/Faced/UFAM. Ademais, também desenvolve ações ancoradas no ensino, pesquisa, extensão e cultura como Tutor do Grupo PET- Encontro de Saberes Indígenas Amazonenses (ESIAM) vinculado ao Curso de Graduação Formação de Professores Indígenas/Faced/UFAM. E-mail para contato: gersonbacury@ufam.edu.br

CAPÍTULO 12

CAPACITAÇÃO, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PLANEJAMENTO DE LIDERANÇAS: ETAPAS DA FORMAÇÃO DE ADULTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS.

TRAINING, PERFORMANCE EVALUATION, AND LEADERSHIP PLANNING: STAGES OF ADULT EDUCATION FOR COMPETENCY DEVELOPMENT.

CAPACITACIÓN, EVALUACIÓN DEL DESEMPEÑO Y PLANIFICACIÓN DEL LIDERAZGO: ETAPAS DE LA FORMACIÓN DE ADULTOS PARA EL DESARROLLO DE COMPETENCIAS.

Sandro Garabed Ischkanian
Simone Helen Drumond Ischkanian

A presente pesquisa aborda a capacitação, a avaliação de desempenho e o planejamento de lideranças como etapas estratégicas da formação de adultos voltadas ao desenvolvimento de competências no contexto organizacional. O estudo fundamenta-se na compreensão de que as transformações econômicas, tecnológicas e sociais têm ampliado a necessidade de investimentos contínuos na qualificação profissional, tornando a aprendizagem permanente um fator essencial para o desempenho institucional e para a formação de lideranças capazes de responder aos desafios contemporâneos. O problema de pesquisa consiste em compreender como a integração entre programas de capacitação, processos de avaliação de desempenho e planejamento de lideranças contribui para o desenvolvimento de competências individuais e organizacionais. O objetivo geral é analisar as contribuições dessas práticas para o fortalecimento da formação de adultos e para a melhoria dos processos de gestão de pessoas. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio da análise de livros, artigos científicos e estudos recentes relacionados à educação de adultos, gestão por competências, desenvolvimento de lideranças e avaliação de desempenho. Os resultados evidenciam que a integração entre ações de capacitação, sistemas de avaliação e planejamento sucessório favorece o aprimoramento das competências técnicas, comportamentais e gerenciais, fortalece a cultura de aprendizagem contínua e amplia a capacidade das organizações de responder às mudanças do ambiente de trabalho. Conclui-se que a articulação dessas estratégias contribui para a formação de profissionais mais preparados, para o desenvolvimento de lideranças sustentáveis e para o fortalecimento da competitividade organizacional, constituindo um importante referencial para a gestão estratégica de pessoas e para a educação corporativa.

Palavras-chave: Capacitação; avaliação de desempenho; desenvolvimento de competências; formação de adultos.

This study addresses training, performance evaluation, and leadership planning as strategic stages of adult education aimed at competency development within organizational contexts. The research is based on the understanding that economic, technological, and social transformations have increased the need for continuous professional qualification, making lifelong learning an essential factor for organizational performance and for the preparation of leaders capable of responding to contemporary challenges. The research problem examines how the integration of training programs, performance evaluation processes, and leadership planning contributes to the development of individual and organizational competencies. The general objective is to analyze the contributions of these practices to strengthening adult education and improving human resource management processes. The study adopts a qualitative bibliographic approach, based on the analysis of books, scientific articles, and recent studies related to adult education, competency management, leadership development, and performance evaluation. The findings indicate that integrating training initiatives, performance assessment systems, and succession planning enhances technical, behavioral, and managerial competencies, strengthens a culture of continuous learning, and increases organizational capacity to respond to workplace changes. It is concluded that the articulation of these strategies contributes to the development of more qualified professionals, sustainable leadership, and greater organizational competitiveness, representing an important framework for strategic human resource management and corporate education.

Keywords: training; performance evaluation; competency development; adult education.

La presente investigación aborda la capacitación, la evaluación del desempeño y la planificación del liderazgo como etapas estratégicas de la formación de adultos orientadas al desarrollo de competencias en el contexto organizacional. El estudio parte de la comprensión de que las transformaciones económicas, tecnológicas y sociales han incrementado la necesidad de una cualificación profesional continua, convirtiendo el aprendizaje permanente en un factor esencial para el desempeño institucional y la formación de líderes capaces de responder a los desafíos contemporáneos. El problema de investigación consiste en comprender cómo la integración entre los programas de capacitación, los procesos de evaluación del desempeño y la planificación del liderazgo contribuye al desarrollo de competencias individuales y organizacionales. El objetivo general es analizar las contribuciones de estas prácticas para fortalecer la formación de adultos y mejorar los procesos de gestión del talento humano. La investigación se caracteriza por un enfoque cualitativo de naturaleza bibliográfica, desarrollado mediante el análisis de libros, artículos científicos y estudios recientes relacionados con la educación de adultos, la gestión por competencias, el desarrollo del liderazgo y la evaluación del desempeño. Los resultados evidencian que la integración entre las acciones de capacitación, los sistemas de evaluación y la planificación de la sucesión favorece el desarrollo de competencias técnicas, conductuales y gerenciales, fortalece una cultura de aprendizaje continuo y amplía la capacidad de las organizaciones para responder a los cambios del entorno laboral. Se concluye que la articulación de estas estrategias contribuye a la formación de profesionales más preparados, al desarrollo de liderazgos sostenibles y al fortalecimiento de la competitividad organizacional, constituyendo un importante referente para la gestión estratégica del talento humano y la educación corporativa.

Palabras clave: capacitación; evaluación del desempeño; desarrollo de competencias; formación de adultos.

1. INTRODUÇÃO

As constantes transformações econômicas, tecnológicas e organizacionais têm ampliado a necessidade de desenvolvimento contínuo das competências profissionais, tornando a formação de adultos um elemento estratégico para a competitividade das organizações. Nesse cenário, a capacitação, a avaliação de desempenho e o planejamento de lideranças assumem papel fundamental na gestão de pessoas, pois favorecem a aprendizagem permanente, o aprimoramento das competências técnicas e comportamentais e a formação de profissionais preparados para atuar em ambientes caracterizados por mudanças constantes. A educação de adultos, nesse contexto, ultrapassa a transmissão de conhecimentos e passa a constituir um processo contínuo de desenvolvimento profissional, alinhado às necessidades institucionais e às demandas do mercado de trabalho.

A capacitação representa uma das principais estratégias para o desenvolvimento de competências, permitindo que os colaboradores ampliem seus conhecimentos, aperfeiçoem habilidades e desenvolvam atitudes compatíveis com os objetivos organizacionais. Programas de treinamento estruturados favorecem não apenas a melhoria do desempenho individual, mas também fortalecem a aprendizagem organizacional, a inovação e a capacidade de adaptação às mudanças. Segundo Bitton e Barnes (2024), os processos de formação de lideranças tornam-se mais efetivos quando são cuidadosamente planejados, considerando metodologias de aprendizagem, acompanhamento contínuo e avaliação sistemática dos resultados obtidos durante o processo formativo.

Entretanto, investir apenas na capacitação não garante o desenvolvimento efetivo das competências profissionais. A avaliação de desempenho constitui importante instrumento para verificar os resultados das ações de formação, identificar potencialidades, diagnosticar necessidades de aperfeiçoamento e subsidiar decisões relacionadas ao desenvolvimento de carreiras e ao planejamento sucessório. Nesse sentido, Gorman *et al.* (2024) destacam que sistemas de avaliação fundamentados em critérios claros e em processos estruturados de capacitação dos avaliadores tornam os resultados mais consistentes e contribuem para o desenvolvimento profissional dos colaboradores, favorecendo decisões mais assertivas na gestão de pessoas.

Outro aspecto relevante refere-se ao planejamento de lideranças, entendido como um processo contínuo de identificação, desenvolvimento e preparação de profissionais para assumir funções estratégicas nas organizações. A formação de líderes exige muito mais do que conhecimentos técnicos, envolvendo competências relacionadas à comunicação, tomada de decisão, inteligência emocional, pensamento estratégico e gestão de equipes. Conforme afirmam Haunstrup e Jensen (2024), programas de desenvolvimento de lideranças associados a estratégias de acompanhamento contínuo favorecem a transferência da aprendizagem para a prática profissional, ampliando a efetividade das ações de formação e fortalecendo o desempenho organizacional.

Diante desse contexto, esta pesquisa busca responder ao seguinte problema: como a integração entre capacitação, avaliação de desempenho e planejamento de lideranças contribui para a formação de adultos e para o desenvolvimento de competências nas organizações? O objetivo geral consiste em analisar as contribuições dessas práticas para o fortalecimento da aprendizagem organizacional e da gestão estratégica de pessoas. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos recentes sobre educação de adultos, desenvolvimento de competências, avaliação de desempenho e formação de lideranças. Espera-se que os resultados contribuam para ampliar as discussões sobre a importância da formação continuada como instrumento de desenvolvimento humano, fortalecimento institucional e promoção da excelência organizacional.

2. DESENVOLVIMENTO

A formação de adultos nas organizações contemporâneas fundamenta-se no princípio da aprendizagem contínua, considerando que o desenvolvimento de competências constitui um processo permanente de construção de conhecimentos, habilidades e atitudes. Nesse contexto, a capacitação deixa de ser compreendida como uma atividade isolada e passa a integrar as

estratégias organizacionais voltadas para a inovação, a produtividade e a competitividade. Os programas de treinamento contribuem para preparar profissionais capazes de responder às constantes mudanças do ambiente de trabalho, fortalecendo a capacidade de adaptação e o desempenho das equipes. De acordo com Scholtz (2024), a aprendizagem de adultos deve fundamentar-se em abordagens humanistas que valorizem as experiências profissionais, a autonomia e a reflexão crítica, favorecendo o desenvolvimento de lideranças capazes de promover mudanças organizacionais sustentáveis.

A efetividade da capacitação depende da utilização de metodologias adequadas ao perfil dos participantes e aos objetivos institucionais. A formação baseada em competências privilegia experiências práticas, resolução de problemas, aprendizagem colaborativa e desenvolvimento da capacidade de tomada de decisão. Nesse sentido, Bitton e Barnes (2024) ressaltam que programas de desenvolvimento de lideranças alcançam melhores resultados quando articulam planejamento pedagógico, acompanhamento sistemático e estratégias de avaliação contínua, permitindo que os participantes transformem os conhecimentos adquiridos em práticas efetivas de liderança. Essa perspectiva evidencia que o investimento em educação corporativa representa um importante diferencial para o fortalecimento das organizações.

A avaliação de desempenho constitui um instrumento estratégico para acompanhar os resultados obtidos pelos colaboradores, identificar potencialidades, reconhecer desempenhos satisfatórios e orientar ações de desenvolvimento profissional. Quando conduzida de forma participativa e fundamentada em critérios objetivos, a avaliação deixa de possuir caráter meramente fiscalizador e passa a representar um importante mecanismo de aprendizagem organizacional. Conforme destacam Gorman *et al.* (2024), a capacitação dos avaliadores e a utilização de referenciais estruturados de avaliação tornam os processos avaliativos mais confiáveis, reduzindo distorções e fortalecendo a qualidade das decisões relacionadas ao desenvolvimento de pessoas. Dessa forma, a avaliação de desempenho torna-se uma importante ferramenta para subsidiar programas de capacitação e planejamento de carreiras.

O desenvolvimento de líderes envolve competências relacionadas à comunicação, inteligência emocional, gestão de conflitos, visão sistêmica e capacidade de inovação, aspectos fundamentais para a sustentabilidade das organizações. Haunstrup e Jensen (2024) demonstram que programas de treinamento acompanhados por estratégias de reforço da aprendizagem favorecem a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, aumentando significativamente a transferência da aprendizagem para o ambiente de trabalho. Complementando essa discussão, Burns, Volpe-White e Watkins (2024) destacam que a reflexão crítica constitui elemento

indispensável na formação de lideranças, pois possibilita aos participantes analisar suas práticas, aperfeiçoar decisões e desenvolver competências alinhadas às demandas organizacionais.

Organizações que integram programas de treinamento, sistemas de avaliação de desempenho e planejamento sucessório apresentam maior capacidade de retenção de talentos, fortalecimento da cultura organizacional e adaptação às transformações do mercado. Segundo Geerts (2024), a adoção de modelos fundamentados em evidências permite maximizar os resultados dos programas de desenvolvimento de lideranças, ampliando seu retorno sobre o investimento e contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos das organizações. Essa perspectiva demonstra que a gestão do desenvolvimento humano deve ser compreendida como investimento de longo prazo, capaz de gerar benefícios tanto para os colaboradores quanto para as instituições.

Observa-se que a integração entre capacitação, avaliação de desempenho e planejamento de lideranças constitui um modelo de gestão voltado ao desenvolvimento contínuo de competências. Essas práticas fortalecem a aprendizagem organizacional, favorecem o crescimento profissional dos colaboradores e contribuem para a formação de líderes preparados para enfrentar desafios cada vez mais complexos. A formação de adultos assume papel estratégico no desenvolvimento organizacional, promovendo inovação, melhoria do desempenho, sustentabilidade institucional e fortalecimento da competitividade, consolidando-se como um dos principais instrumentos da moderna gestão de pessoas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa reúne os principais fundamentos relacionados à formação de adultos, ao desenvolvimento de competências, à capacitação profissional, à avaliação de desempenho e ao planejamento de lideranças, compreendendo essas dimensões como elementos estratégicos para a gestão de pessoas e para o fortalecimento das organizações. A literatura recente evidencia que o desenvolvimento contínuo das competências profissionais depende da integração entre processos de aprendizagem, avaliação e formação de lideranças, favorecendo a construção de ambientes organizacionais voltados à inovação, ao desempenho e à aprendizagem permanente.

3.1. Fundamentação conceitual do objeto de estudo

A formação de adultos constitui um processo contínuo de desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilita aos profissionais responder às constantes transformações do ambiente organizacional. Nesse contexto, o desenvolvimento de competências

ultrapassa a aquisição de conhecimentos técnicos, envolvendo competências comportamentais, relacionais, estratégicas e gerenciais indispensáveis ao desempenho profissional. A capacitação representa um dos principais instrumentos para esse desenvolvimento, promovendo aprendizagem contínua e aperfeiçoamento das práticas de trabalho, enquanto a avaliação de desempenho possibilita identificar resultados, potencialidades e necessidades de desenvolvimento. O planejamento de lideranças, por sua vez, integra essas estratégias ao preparar profissionais para funções estratégicas e garantir a continuidade da gestão organizacional. Segundo Scholtz (2024), a aprendizagem de adultos fundamenta-se em princípios humanistas que valorizam a experiência, a autonomia, a reflexão crítica e a aprendizagem significativa, constituindo elementos essenciais para a formação de líderes preparados para atuar em contextos organizacionais complexos e dinâmicos.

3.2. Abordagens teóricas e modelos analíticos relacionados ao tema

As abordagens contemporâneas sobre desenvolvimento de competências defendem que os processos de capacitação devem estar articulados às estratégias institucionais e aos objetivos organizacionais, promovendo uma aprendizagem orientada para resultados e para o desenvolvimento de lideranças. A educação corporativa deixa de ser uma atividade isolada e passa a integrar sistemas permanentes de gestão do conhecimento e desenvolvimento humano. Bitton e Barnes (2024) afirmam que programas eficazes de formação de lideranças exigem planejamento pedagógico estruturado, metodologias participativas, acompanhamento contínuo e avaliação sistemática dos resultados da aprendizagem. Complementando essa discussão, Burns, Volpe-White e Watkins (2024) destacam que a reflexão crítica representa um dos principais elementos da aprendizagem de adultos, permitindo que os participantes analisem suas experiências, reconstruam práticas profissionais e desenvolvam competências relacionadas à tomada de decisão, liderança e resolução de problemas. Esses pressupostos fundamentam modelos analíticos que compreendem a aprendizagem como processo contínuo, colaborativo e integrado ao desenvolvimento organizacional.

3.3. Evidências empíricas e contribuições de estudos recentes

As pesquisas recentes demonstram que organizações que investem de forma integrada em capacitação, avaliação de desempenho e planejamento de lideranças apresentam melhores resultados relacionados ao desenvolvimento de competências, inovação, produtividade e retenção de talentos. Geerts (2024) evidencia que programas de desenvolvimento de lideranças fundamentados em evidências científicas ampliam significativamente o retorno dos

investimentos em educação corporativa, fortalecendo o desempenho organizacional e a sustentabilidade institucional. Da mesma forma, Haunstrup e Jensen (2024) demonstram que estratégias de acompanhamento da aprendizagem após os treinamentos favorecem a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho, aumentando a efetividade dos programas de formação. Gorman *et al.* (2024) destacam que sistemas estruturados de avaliação de desempenho, associados à capacitação dos avaliadores, promovem processos mais confiáveis e contribuem para decisões mais assertivas relacionadas à gestão de pessoas. Em conjunto, essas evidências reforçam que a integração entre capacitação, avaliação de desempenho e planejamento de lideranças constitui um dos principais fatores para o desenvolvimento de competências e para a construção de organizações mais inovadoras, competitivas e sustentáveis.

3.4. Capacitação como base para o desenvolvimento de competências

A capacitação constitui um processo estratégico para o desenvolvimento de competências profissionais, pois possibilita que os trabalhadores adquiram conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis ao desempenho de suas funções e à adaptação às mudanças organizacionais. Na perspectiva da formação de adultos, o aprendizado ocorre de forma contínua e está diretamente relacionado às experiências profissionais e às demandas do ambiente de trabalho. Os programas de capacitação devem ser planejados de maneira sistemática, considerando as necessidades institucionais e o perfil dos participantes, de modo a favorecer a aprendizagem significativa e o aprimoramento do desempenho individual e coletivo. Conforme destaca Scholtz (2024)**,** a aprendizagem de adultos fundamenta-se em princípios humanistas que valorizam a autonomia, a experiência e a reflexão crítica como elementos essenciais para o desenvolvimento de competências e para a formação de lideranças.

A capacitação contribui para o fortalecimento das competências comportamentais, da inovação e da aprendizagem organizacional. Programas formativos bem estruturados estimulam o pensamento crítico, a resolução de problemas, a comunicação, a colaboração e a capacidade de adaptação diante das transformações do mercado de trabalho. Nesse sentido, Bitton e Barnes (2024) ressaltam que iniciativas de desenvolvimento profissional tornam-se mais eficazes quando articulam planejamento pedagógico, metodologias participativas, acompanhamento contínuo e avaliação dos resultados da aprendizagem. A capacitação deixa de ser uma atividade isolada e passa a integrar a estratégia organizacional voltada para o desenvolvimento humano, a melhoria do desempenho e o fortalecimento da competitividade institucional.

3.5. Avaliação de desempenho como instrumento de desenvolvimento profissional

A avaliação de desempenho representa um importante mecanismo para acompanhar o desenvolvimento dos colaboradores, permitindo identificar competências consolidadas, necessidades de aperfeiçoamento e oportunidades de crescimento profissional. Quando realizada de forma sistemática, transparente e fundamentada em critérios previamente estabelecidos, essa ferramenta favorece processos de aprendizagem contínua e fornece informações relevantes para a tomada de decisões relacionadas à capacitação, à gestão de carreiras e ao planejamento organizacional. Além de mensurar resultados, a avaliação possibilita compreender o potencial de desenvolvimento dos profissionais, contribuindo para a construção de ambientes organizacionais orientados pela melhoria contínua.

Os resultados obtidos orientam a elaboração de planos de desenvolvimento profissional, fortalecem o comprometimento dos colaboradores e favorecem maior alinhamento entre os objetivos pessoais e institucionais. Segundo Gorman *et al.* (2024)**,** a qualidade dos processos avaliativos depende da capacitação dos avaliadores e da utilização de referenciais consistentes de avaliação, reduzindo vieses e aumentando a confiabilidade das informações produzidas. Assim, a avaliação de desempenho deixa de possuir caráter exclusivamente administrativo e assume função estratégica na promoção da aprendizagem organizacional e do desenvolvimento profissional.

3.6. Planejamento de lideranças e sucessão organizacional

O planejamento de lideranças constitui uma das principais estratégias para assegurar a continuidade da gestão organizacional e preparar profissionais para assumir posições de maior responsabilidade. Esse processo envolve a identificação de talentos, o desenvolvimento de competências gerenciais e a construção de trajetórias formativas capazes de fortalecer habilidades relacionadas à liderança, comunicação, tomada de decisão, gestão de pessoas e pensamento estratégico. A formação de líderes preparados para enfrentar contextos de mudanças representa um diferencial competitivo para as organizações, pois favorece a inovação, o fortalecimento das equipes e a sustentabilidade institucional.

O planejamento sucessório também contribui para reduzir riscos decorrentes da substituição de gestores e preservar o conhecimento organizacional acumulado ao longo do tempo. Para que esse processo seja efetivo, torna-se necessário investir em programas estruturados de desenvolvimento de lideranças que promovam experiências práticas, acompanhamento contínuo e reflexão sobre a atuação profissional. Nesse contexto, Haunstrup e Jensen (2024) demonstram que estratégias de reforço da aprendizagem após os treinamentos

aumentam significativamente a transferência dos conhecimentos para o ambiente de trabalho. De forma complementar, Burns, Volpe-White e Watkins (2024) destacam que a reflexão crítica constitui elemento essencial na formação de líderes, permitindo o aperfeiçoamento das práticas profissionais e o desenvolvimento de competências voltadas para a gestão de equipes e a tomada de decisões.

3.7. Integração entre capacitação, avaliação e desenvolvimento de lideranças

O desenvolvimento de competências organizacionais torna-se mais efetivo quando capacitação, avaliação de desempenho e planejamento de lideranças são concebidos como processos interdependentes e integrados. A capacitação promove a aquisição de conhecimentos e habilidades; a avaliação de desempenho acompanha os resultados alcançados, identifica necessidades de desenvolvimento e orienta novas ações formativas; enquanto o planejamento de lideranças prepara profissionais para assumir funções estratégicas e garantir a continuidade da gestão. Essa articulação fortalece a aprendizagem organizacional, amplia a eficiência dos processos de gestão de pessoas e favorece o alinhamento entre os objetivos institucionais e o desenvolvimento profissional dos colaboradores.

A literatura recente evidencia que organizações que integram essas práticas obtêm melhores resultados em produtividade, inovação, retenção de talentos e desempenho institucional. Segundo Geerts (2024)**,** programas de desenvolvimento de lideranças fundamentados em evidências científicas e alinhados às estratégias organizacionais apresentam maior retorno sobre o investimento, fortalecendo a sustentabilidade e a competitividade das instituições. Da mesma forma, Bitton e Barnes (2024) ressaltam que a integração entre aprendizagem, acompanhamento contínuo e avaliação sistemática favorece a consolidação das competências desenvolvidas durante os programas de formação. Assim, a articulação entre capacitação, avaliação de desempenho e planejamento de lideranças constitui uma importante estratégia para promover o desenvolvimento humano, fortalecer a cultura organizacional e assegurar resultados sustentáveis no contexto da gestão contemporânea.

4. METODOLOGIA

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, descrevendo a natureza do estudo, a abordagem utilizada, os procedimentos técnicos empregados, as fontes de dados consultadas e os critérios adotados para a análise das informações relacionadas à capacitação, à avaliação de desempenho e ao planejamento de lideranças na formação de adultos para o desenvolvimento de competências.

4.1. Natureza e abordagem da pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza básica, por buscar ampliar a compreensão científica acerca da capacitação, da avaliação de desempenho e do planejamento de lideranças como estratégias para o desenvolvimento de competências na formação de adultos. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que privilegia a interpretação dos fenômenos organizacionais, considerando os significados atribuídos pelos estudos analisados aos processos de aprendizagem, desenvolvimento profissional e gestão de pessoas. Essa abordagem permite compreender as relações existentes entre educação corporativa, desenvolvimento de competências e formação de lideranças, favorecendo análises fundamentadas em referenciais teóricos e evidências científicas recentes. Conforme destaca Scholtz (2024)**,** a aprendizagem de adultos deve ser compreendida como um processo contínuo de construção do conhecimento, baseado na experiência, na reflexão crítica e no desenvolvimento humano.

4.2. Procedimentos técnicos e fontes de dados

A utilização de pesquisas recentes permitiu fundamentar a discussão sobre as tendências contemporâneas da formação de adultos e da gestão estratégica de pessoas, especialmente os estudos de Bitton e Barnes (2024)**,** Geerts (2024)**,** Gorman *et al.* (2024)**,** Haunstrup e Jensen (2024)**,** Burns, Volpe-White e Watkins (2024) **e** Scholtz (2024)**.** Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, sendo desenvolvida a partir da consulta e análise de livros, artigos científicos, periódicos especializados e publicações acadêmicas relacionadas à educação de adultos, gestão por competências, desenvolvimento de lideranças, avaliação de desempenho e capacitação profissional. As principais fontes de dados foram obtidas em bases científicas nacionais e internacionais, priorizando estudos publicados recentemente e indexados em periódicos de reconhecida qualidade acadêmica.

4.3. Universo, amostra e critérios de seleção

O universo da pesquisa compreendeu a produção científica relacionada à formação de adultos, ao desenvolvimento de competências, à educação corporativa, à avaliação de desempenho e ao planejamento de lideranças. A amostra foi composta por livros e artigos científicos publicados em periódicos especializados, selecionados de acordo com critérios de relevância temática, atualidade, rigor científico e aderência aos objetivos da pesquisa. Foram priorizados estudos publicados em 2024, por apresentarem evidências atualizadas acerca das práticas de capacitação, desenvolvimento de lideranças e avaliação de desempenho nas

organizações. Como critérios de inclusão, foram considerados trabalhos que abordam diretamente os processos de formação de adultos e desenvolvimento de competências, sendo excluídas publicações sem relação direta com o objeto de investigação.

4.4. Coleta, tratamento e análise dos dados

A coleta dos dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados científicas, seguido da leitura exploratória, seletiva e analítica das obras selecionadas. Posteriormente, as informações foram organizadas em categorias temáticas relacionadas à capacitação, avaliação de desempenho, desenvolvimento de competências e planejamento de lideranças. A análise dos dados ocorreu por meio da técnica de análise qualitativa de conteúdo, possibilitando identificar convergências, diferenças e contribuições dos estudos para a compreensão do fenômeno investigado. Esse procedimento permitiu interpretar criticamente as evidências encontradas na literatura e estabelecer relações entre os referenciais teóricos e os objetivos propostos pela pesquisa, garantindo maior consistência à discussão apresentada.

4.5. Aspectos éticos e limitações da pesquisa

Por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, este estudo não envolveu coleta de dados com seres humanos, dispensando apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a regulamentação brasileira aplicável às pesquisas dessa natureza. Entretanto, foram observados os princípios éticos relacionados à integridade científica, ao respeito aos direitos autorais e à correta citação das fontes consultadas, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Como limitação, destaca-se que os resultados estão fundamentados exclusivamente na literatura analisada, não contemplando investigações empíricas realizadas diretamente em organizações. Dessa forma, recomenda-se que estudos futuros realizem pesquisas de campo capazes de aprofundar a compreensão sobre a aplicação prática das estratégias de capacitação, avaliação de desempenho e planejamento de lideranças em diferentes contextos organizacionais.

5. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados obtidos por meio da análise da literatura evidenciam que a capacitação, a avaliação de desempenho e o planejamento de lideranças constituem processos interdependentes para o desenvolvimento de competências na formação de adultos. Os estudos analisados demonstram que a integração dessas estratégias fortalece a aprendizagem organizacional, amplia

a qualificação profissional e contribui para a construção de ambientes institucionais mais inovadores, colaborativos e orientados para a melhoria contínua.

5.1. Caracterização dos dados e panorama geral dos resultados

A análise do conjunto de publicações selecionadas permitiu identificar consenso entre os autores quanto à importância da formação continuada como elemento estratégico para o desenvolvimento das organizações. Os estudos evidenciam que programas de capacitação planejados de forma sistemática favorecem o aperfeiçoamento das competências técnicas, comportamentais e gerenciais dos colaboradores, promovendo maior eficiência no desempenho das atividades profissionais. Também foi observado que a avaliação de desempenho, quando integrada às ações de desenvolvimento profissional, fornece informações essenciais para identificar necessidades de capacitação, reconhecer potencialidades e orientar planos de desenvolvimento individual e organizacional. Os resultados demonstram, ainda, que o planejamento de lideranças fortalece a sucessão organizacional, reduz riscos relacionados à gestão e contribui para a formação de profissionais preparados para assumir funções estratégicas.

5.2. Análise e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

Os resultados encontrados corroboram os pressupostos teóricos apresentados ao longo da pesquisa, evidenciando que o desenvolvimento de competências depende da articulação entre aprendizagem contínua, avaliação sistemática e formação de lideranças. A literatura demonstra que a capacitação baseada em metodologias participativas e reflexivas favorece a construção de conhecimentos aplicáveis ao contexto profissional, conforme defendido por Scholtz (2024). Da mesma forma, Bitton e Barnes (2024) ressaltam que programas estruturados de desenvolvimento de lideranças apresentam maior efetividade quando articulam planejamento, acompanhamento e avaliação contínua. Os estudos de Gorman *et al.* (2024) reforçam que processos de avaliação de desempenho fundamentados em critérios objetivos e na preparação dos avaliadores produzem informações mais confiáveis para orientar decisões relacionadas à gestão de pessoas. Além disso, as evidências apresentadas por Geerts (2024), Haunstrup e Jensen (2024) e Burns, Volpe-White e Watkins (2024) demonstram que o fortalecimento das competências profissionais ocorre por meio da integração entre aprendizagem, reflexão crítica e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

5.3. Implicações práticas, teóricas e metodológicas dos resultados

Os resultados desta pesquisa apresentam importantes implicações para a gestão de pessoas e para os processos de formação de adultos nas organizações. Do ponto de vista prático, evidenciam a necessidade de integrar políticas de capacitação, avaliação de desempenho e planejamento de lideranças como estratégias permanentes de desenvolvimento organizacional. No âmbito teórico, o estudo reforça a compreensão de que o desenvolvimento de competências constitui um processo contínuo, fundamentado em abordagens que valorizam a aprendizagem ao longo da vida, a reflexão crítica e a gestão estratégica do conhecimento. Sob a perspectiva metodológica, a pesquisa demonstra a relevância da revisão bibliográfica qualitativa como instrumento para sistematizar evidências científicas e ampliar a compreensão sobre os fatores que influenciam a formação de adultos. Os resultados contribuem para subsidiar futuras pesquisas empíricas e orientar gestores e instituições na elaboração de programas de desenvolvimento profissional voltados à formação de líderes, ao fortalecimento das competências organizacionais e à promoção de uma cultura de aprendizagem contínua.

CONCLUSÃO

A capacitação, a avaliação de desempenho e o planejamento de lideranças constituem etapas fundamentais da formação de adultos e representam estratégias essenciais para o desenvolvimento contínuo de competências no contexto organizacional. A análise realizada demonstra que esses processos, quando articulados de maneira integrada, favorecem não apenas o aprimoramento profissional dos colaboradores, mas também o fortalecimento da aprendizagem organizacional, da inovação e da capacidade institucional de adaptação às transformações contemporâneas.

A capacitação destaca-se como elemento impulsionador da aprendizagem permanente, possibilitando a construção de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o desempenho eficiente das atividades profissionais. A avaliação de desempenho, por sua vez, amplia a compreensão sobre os resultados alcançados, identifica necessidades de desenvolvimento e orienta ações de melhoria contínua. Já o planejamento de lideranças contribui para a formação de profissionais preparados para assumir responsabilidades estratégicas, fortalecendo a sucessão organizacional e a sustentabilidade das instituições.

Os resultados evidenciam que a formação de adultos deve ser compreendida como um processo dinâmico, reflexivo e contínuo, no qual experiências profissionais, aprendizagem e desenvolvimento de competências estão diretamente relacionados. A integração entre programas de capacitação, mecanismos de avaliação e estratégias de formação de líderes possibilita a

criação de ambientes organizacionais mais colaborativos, preparados para enfrentar desafios e comprometidos com o crescimento profissional e institucional.

Conclui-se, portanto, que investir no desenvolvimento humano por meio de práticas estruturadas de capacitação, avaliação de desempenho e planejamento de lideranças representa uma ação estratégica para organizações que buscam excelência, inovação e sustentabilidade. Essas etapas fortalecem o potencial dos indivíduos, promovem uma cultura de aprendizagem contínua e contribuem para a formação de líderes capazes de conduzir processos de transformação e gerar resultados positivos em diferentes contextos organizacionais.

REFERÊNCIAS

BITTON, Adrian L.; BARNES, Amy C. **Elevating leadership learning: critical considerations for training, design, and implementation.** *New Directions for Student Leadership*, Hoboken, n. 183, p. 59-69, 2024. DOI: https://doi.org/10.1002/yd.20625.

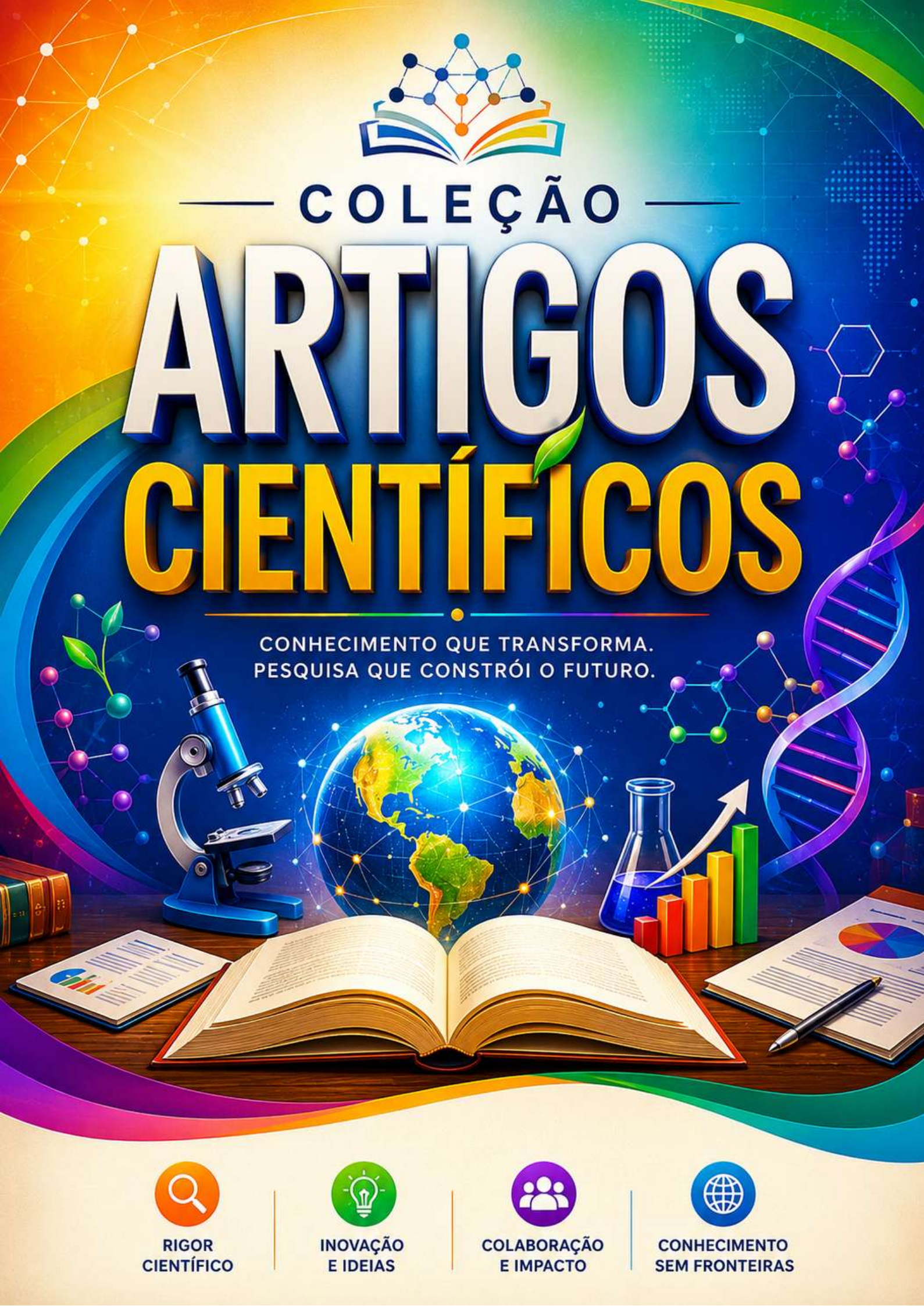
BURNS, Joshua; VOLPE-WHITE, Jillian; WATKINS, Sally R. **Foundations of reflection in leadership training.** *New Directions for Student Leadership*, Hoboken, n. 184, p. 115-125, 2024. DOI: https://doi.org/10.1002/yd.20645.

GEERTS, Jaason M. **Maximizing the impact and ROI of leadership development: a theory- and evidence-informed framework.** *Behavioral Sciences*, Basel, v. 14, n. 10, 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/bs14100955.

GORMAN, C. Allen *et al.* **Beyond rating accuracy: unpacking frame-of-reference assessor training effectiveness.** *Industrial and Organizational Psychology*, Cambridge, v. 17, n. 2, p. 206-219, 2024. DOI: https://doi.org/10.1017/iop.2024.6.

HAUNSTRUP, Jørgen Skovhus; JENSEN, Ulrich Thy. **Leadership training and just-in-time nudges: a field experiment on the transfer of learning into action.** *International Public Management Journal*, v. 27, n. 5, p. 684-708, 2024. DOI: https://doi.org/10.1080/10967494.2024.2314055.

SCHOLTZ, Gert. **Exploratory study of the humanistic philosophy of adult learning as principal philosophy for leadership development.** *The International Journal of Management Education*, v. 22, n. 2, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ijme.2024.100949.


COLEÇÃO
ARTIGOS
CIENTÍFICOS
CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA.
PESQUISA QUE CONSTRÓI O FUTURO.
RIGOR CIENTÍFICO
INOVAÇÃO E IDEIAS
COLABORAÇÃO E IMPACTO
CONHECIMENTO SEM FRONTEIRAS

COLEÇÃO ARTIGOS CIENTÍFICOS

A Coleção Artigos Científicos, por meio da obra "Linhas de Pensamento Contemporâneo: Produção do Conhecimento e Interfaces Interdisciplinares entre Linguagens, Subjetividades e Aprendizagens no Século XXI", assume um papel relevante na divulgação e valorização da produção acadêmica contemporânea. Ao reunir artigos científicos que dialogam com diferentes áreas do conhecimento, a coleção possibilita a compreensão de temas complexos relacionados às linguagens, às subjetividades e aos processos de aprendizagem.

A relevância da Coleção Artigos Científicos evidencia-se pela diversidade temática e pela qualidade das pesquisas apresentadas, que refletem diferentes perspectivas sobre a produção do conhecimento no século XXI. Os estudos reunidos preservam os fundamentos teóricos e metodológicos das investigações originais, permitindo que seus principais resultados, discussões e contribuições sejam compartilhados de maneira objetiva, consistente e acessível. Dessa forma, a coleção fortalece a circulação das ideias científicas e promove o diálogo interdisciplinar entre áreas como educação, linguagem, cultura, formação humana e desenvolvimento social.

A Coleção Artigos Científicos destaca-se também como instrumento de democratização do conhecimento, pois possibilita que pesquisas acadêmicas alcancem diferentes públicos e sejam utilizadas como referências para novas investigações, práticas pedagógicas e reflexões profissionais. Ao apresentar artigos organizados e fundamentados em rigor científico, a coleção favorece a aproximação entre teoria e prática, estimulando a construção de novos saberes e ampliando as possibilidades de aplicação do conhecimento científico em diferentes contextos educacionais, culturais e sociais.

A Coleção Artigos Científicos consolida-se como um importante espaço de valorização da ciência e de incentivo à produção intelectual interdisciplinar. A obra "Linhas de Pensamento Contemporâneo: Produção do Conhecimento e Interfaces Interdisciplinares entre Linguagens, Subjetividades e Aprendizagens no Século XXI" reafirma a importância de compreender o conhecimento como um processo dinâmico, colaborativo e plural. Ao articular diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e experiências investigativas, a coleção contribui para o fortalecimento de uma ciência mais acessível, crítica, inovadora e humanizada, capaz de iluminar novos caminhos para a educação, a pesquisa e a transformação social.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Sandro Garabed Ischkanian
Gabriel Nascimento de Carvalho

PEDAGOGIAS EMANCIPATÓRIAS E JUSTIÇA EDUCACIONAL: DESAFIOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.

EMANCIPATORY PEDAGOGIES AND EDUCATIONAL JUSTICE: CHALLENGES FOR THE DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE.

PEDAGOGÍAS EMANCIPADORAS Y JUSTICIA EDUCATIVA: DESAFÍOS PARA LA DEMOCRATIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO.

Wandra Carla Silva Almeida

1. INTRODUÇÃO

A educação contemporânea apresenta desafios relacionados à democratização do conhecimento, à superação das desigualdades educacionais e à construção de práticas pedagógicas comprometidas com a formação crítica e integral dos sujeitos. Nesse cenário, as pedagogias emancipatórias assumem papel fundamental ao compreenderem a educação como um processo de construção coletiva, diálogo e participação social, ultrapassando modelos tradicionais centrados apenas na transmissão de conteúdos. Essa perspectiva valoriza as experiências, culturas e diferentes formas de saber dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos históricos capazes de interpretar e transformar suas realidades. Conforme destaca Freire (2021), a educação deve constituir-se como uma prática de liberdade, possibilitando a formação de indivíduos conscientes de seu papel na sociedade.

> "As pedagogias emancipatórias constituem um paradigma educacional comprometido com a justiça educacional e com a democratização do conhecimento, ao promover práticas pedagógicas críticas, dialógicas, participativas e inclusivas que reconhecem a diversidade de saberes, culturas, identidades e experiências como elementos constitutivos do processo educativo, valorizam a participação ativa dos sujeitos na construção coletiva do conhecimento, estimulam o desenvolvimento da autonomia intelectual, da consciência crítica, da reflexão ética e da responsabilidade social, enfrentam as desigualdades historicamente produzidas pelos sistemas educacionais por meio da promoção da equidade, da inclusão e do respeito às diferenças, fortalecem a formação integral de cidadãos capazes de compreender, interpretar e transformar a realidade em que vivem, incentivam o exercício da cidadania democrática, a defesa dos direitos humanos, a valorização da justiça social e da diversidade cultural, e consolidam a educação como um instrumento de emancipação humana, transformação social e construção de uma sociedade mais democrática, plural, equitativa, solidária, participativa e comprometida com o acesso universal ao conhecimento e com a garantia de oportunidades educacionais para todos". (Wandra Carla Silva Almeida, 2026, grifo próprio).

A justiça educacional constitui um princípio essencial para a construção de sistemas educativos mais democráticos e inclusivos, pois envolve não apenas o acesso à escola, mas também condições efetivas de permanência, participação e aprendizagem significativa (Maher *et al.*, 2024; Walker *et al.*, 2024). Democratizar o conhecimento implica enfrentar desigualdades sociais, culturais e econômicas que historicamente limitam as oportunidades educacionais de

diferentes grupos. As pedagogias emancipatórias contribuem para esse processo ao defenderem práticas curriculares abertas à diversidade, ao diálogo entre saberes e ao reconhecimento das múltiplas identidades presentes no espaço escolar. Estudos recentes evidenciam que abordagens fundamentadas na justiça social favorecem a construção de ambientes educativos mais participativos e comprometidos com a equidade.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições das pedagogias emancipatórias para a promoção da justiça educacional e para a democratização do conhecimento, destacando seus desafios e possibilidades no cenário educacional contemporâneo. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, considerando estudos científicos que discutem educação crítica, inclusão, diversidade e transformação social. Busca-se evidenciar que práticas pedagógicas emancipatórias podem fortalecer processos formativos mais humanos, democráticos e socialmente relevantes, contribuindo para uma educação capaz de reconhecer diferentes saberes e promover a participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento.

2. DESENVOLVIMENTO

As pedagogias emancipatórias fundamentam-se na autonomia, na consciência crítica e na participação ativa dos sujeitos, compreendendo a educação como prática social capaz de promover transformações. Essa perspectiva supera modelos tradicionais de ensino ao valorizar o diálogo, a problematização da realidade e as experiências dos estudantes. Segundo Walker *et al.* (2024), as pedagogias críticas favorecem práticas educativas mais reflexivas, inclusivas e participativas.

A justiça educacional amplia essa compreensão ao defender não apenas o acesso à educação, mas também condições de permanência, reconhecimento e aprendizagem significativa para todos os sujeitos. A democratização do conhecimento exige currículos que valorizem diferentes culturas, saberes e experiências, conforme destacam Maher *et al*. (2024), ao apontarem a importância de práticas educativas comprometidas com a diversidade e a democracia.

A democratização do conhecimento permanece como um desafio central da educação contemporânea, especialmente diante das desigualdades sociais e educacionais. As pedagogias emancipatórias contribuem para esse processo ao articular conhecimentos científicos, experiências sociais e saberes culturais, fortalecendo a formação crítica dos estudantes. Conforme Duffy (2025) e Lamsal (2024), essas abordagens favorecem a inclusão, os direitos humanos e a transformação social por meio de práticas educativas mais justas e participativas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições das pedagogias emancipatórias, da educação crítica e da justiça educacional, compreendendo a educação como um processo social, político e cultural voltado à formação de sujeitos autônomos, conscientes e capazes de intervir na realidade em que vivem. A aprendizagem ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, assumindo caráter dialógico, participativo e problematizador, no qual professores e estudantes constroem o conhecimento de forma colaborativa. Conforme Freire (2021), a educação emancipadora possibilita o desenvolvimento da consciência crítica ao incentivar a leitura do mundo e a reflexão sobre as condições históricas, sociais e culturais que influenciam a vida coletiva. Essa concepção rompe com modelos tradicionais de ensino, ao reconhecer que os estudantes são protagonistas do processo educativo e que seus conhecimentos, experiências e identidades constituem elementos essenciais para a construção de aprendizagens significativas. Assim, as pedagogias emancipatórias consolidam-se como referenciais que articulam autonomia, participação democrática e transformação social.

As discussões contemporâneas sobre justiça educacional ampliam essa compreensão ao defender que a democratização da educação depende não apenas da garantia de acesso à escola, mas também da promoção de condições efetivas de permanência, participação e aprendizagem para todos os sujeitos. Sob essa perspectiva, a valorização da diversidade cultural, social, étnica e linguística torna-se um princípio estruturante das práticas pedagógicas, exigindo currículos inclusivos e metodologias capazes de reconhecer diferentes formas de produção do conhecimento. Maher et al. (2024) argumentam que sistemas educacionais comprometidos com a democracia precisam legitimar múltiplos saberes e criar espaços de diálogo entre diferentes culturas e experiências, fortalecendo a equidade e o reconhecimento das identidades dos estudantes. De modo complementar, Walker et al. (2024) destacam que abordagens fundamentadas na pedagogia crítica favorecem processos educativos mais participativos ao integrar currículo, cidadania e justiça social, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente as desigualdades e atuar na construção de sociedades mais inclusivas.

As evidências produzidas por pesquisas recentes reforçam que práticas educativas fundamentadas na educação crítica e na democratização do conhecimento promovem impactos positivos na formação cidadã, no fortalecimento da participação democrática e na redução das desigualdades educacionais. Duffy (2025) enfatiza que a incorporação dos princípios dos direitos humanos às práticas pedagógicas favorece ambientes escolares mais inclusivos, colaborativos e comprometidos com a equidade, enquanto Lamsal (2024) evidencia que a justiça social deve constituir elemento central dos processos educativos ao estimular o pensamento crítico, a

participação coletiva e a valorização das diferentes realidades socioculturais. Nesse contexto, a democratização do conhecimento deixa de representar apenas a ampliação do acesso à informação e passa a envolver a possibilidade de todos os sujeitos produzirem, compartilharem e ressignificarem saberes de maneira crítica e participativa. O referencial teórico sustenta a compreensão de que as pedagogias emancipatórias constituem importante fundamento para a construção de práticas educativas democráticas, inclusivas e socialmente transformadoras, capazes de contribuir para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento da justiça educacional.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa foi estruturada para compreender as contribuições das pedagogias emancipatórias para a justiça educacional e a democratização do conhecimento, considerando procedimentos científicos capazes de analisar criticamente o fenômeno investigado. A presente pesquisa caracteriza-se com abordagem qualitativa, por buscar compreender as contribuições das pedagogias emancipatórias para a justiça educacional e a democratização do conhecimento a partir da análise de referenciais teóricos consolidados. A pesquisa qualitativa permite interpretar fenômenos educacionais em suas dimensões históricas, sociais e culturais, favorecendo a compreensão dos significados atribuídos às práticas pedagógicas e às relações estabelecidas entre educação, inclusão e transformação social. De acordo com Minayo (2021), essa abordagem possibilita compreender a complexidade dos processos sociais, valorizando a interpretação crítica dos contextos nos quais os fenômenos educacionais são produzidos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica, desenvolvida mediante levantamento, seleção e análise de livros, artigos científicos, capítulos de livros e demais produções acadêmicas relacionadas ao tema investigado. O universo da pesquisa compreendeu estudos nacionais e internacionais sobre pedagogias emancipatórias, educação crítica, justiça educacional, inclusão, direitos humanos e democratização do conhecimento, sendo a amostra definida a partir de critérios de relevância temática, atualidade das publicações, rigor científico e contribuição para os objetivos da investigação. Entre as principais referências analisadas destacam-se Freire (2021), Maher et al. (2024), Walker et al. (2024), Lamsal (2024) e Duffy (2025), cujas produções apresentam estreita relação com o objeto de estudo e oferecem suporte teórico consistente para a análise proposta.

A coleta dos dados consistiu na identificação, organização e leitura analítica das produções científicas selecionadas, seguida da interpretação crítica dos conteúdos por meio da

análise qualitativa. Esse procedimento possibilitou identificar categorias relacionadas à emancipação, autonomia, justiça social, inclusão, diversidade e democratização do conhecimento, estabelecendo relações entre os diferentes referenciais teóricos e as evidências apresentadas na literatura. Por utilizar exclusivamente fontes bibliográficas de acesso público, a pesquisa não envolveu participação direta de seres humanos, respeitando os princípios éticos referentes à integridade acadêmica, à correta atribuição de autoria e ao uso adequado das referências. Como limitação, reconhece-se que os resultados decorrem da análise da produção científica disponível, não contemplando investigações empíricas realizadas em contextos educacionais específicos.

CONCLUSÃO

As pedagogias emancipatórias constituem uma abordagem educacional voltada para a formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos. Essas perspectivas defendem que a educação deve promover o diálogo, a reflexão e a construção coletiva do conhecimento. O estudante deixa de ser apenas receptor de informações e passa a atuar como protagonista da aprendizagem. O ensino torna-se mais significativo e contextualizado. Dessa forma, fortalece-se uma educação comprometida com a transformação social.

A justiça educacional é um princípio indispensável para garantir igualdade de oportunidades e acesso ao conhecimento. Esse conceito envolve o reconhecimento das diferentes realidades sociais, culturais e econômicas dos estudantes. Promover a equidade significa oferecer condições para que todos possam aprender com qualidade. A inclusão torna-se parte essencial das práticas pedagógicas. A escola contribui para reduzir desigualdades e ampliar a participação de todos.

As pedagogias emancipatórias valorizam os conhecimentos construídos nas experiências de vida dos estudantes. Os saberes locais, culturais e comunitários passam a integrar o processo educativo de forma crítica e respeitosa. Essa valorização fortalece a identidade dos educandos e amplia o sentimento de pertencimento à escola. Favorece o respeito à diversidade e ao pluralismo cultural. O currículo torna-se mais democrático e representativo.

Os estudos sobre educação crítica demonstram que práticas colaborativas favorecem o desenvolvimento do pensamento reflexivo. O trabalho coletivo estimula o diálogo, a cooperação e a resolução compartilhada de problemas. Essas experiências ampliam a capacidade dos estudantes de compreender a realidade em que vivem. Também fortalecem o exercício da cidadania e da responsabilidade social. A aprendizagem ultrapassa os limites da sala de aula.

O professor assume o papel de mediador do conhecimento e incentivador da participação dos estudantes. Sua atuação envolve planejamento, escuta, acolhimento e incentivo ao pensamento crítico. A formação continuada torna-se fundamental para desenvolver práticas inclusivas e inovadoras. Metodologias participativas fortalecem o processo de ensino e aprendizagem. Consolida-se uma relação pedagógica baseada no diálogo e na cooperação.

Conclui-se que as pedagogias emancipatórias fortalecem uma educação comprometida com a justiça social e a democratização do conhecimento. Essas abordagens promovem o respeito à diversidade, à inclusão e aos direitos humanos. Ao estimular a autonomia e a participação, contribuem para a formação de cidadãos conscientes e críticos. A escola torna-se um espaço de transformação, diálogo e construção coletiva do saber. Amplia-se o compromisso da educação com uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

DUFFY, Aoife. **Applying critical pedagogies to human rights education.** *The International Journal of Human Rights*, v. 29, n. 2, p. 382-406, 2025. DOI: https://doi.org/10.1080/13642987.2024.2411623.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 52. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

LAMSAL, Hiranya Lal. **Critical pedagogy in addressing social inequality and promoting social justice in education.** *Advances*, v. 5, n. 3, p. 77-83, 2024. DOI: https://doi.org/10.11648/j.advances.20240503.12.

MAHER, Katie; RIGNEY, Lester-Irabinna; KING, Mikayla *et al.* **Curriculum, democracy and pedagogies for justice: a collective futures dialogue.** *Curriculum Perspectives*, v. 44, p. 105-119, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/s41297-024-00230-5.

MINAYO, Maria Cecília de Souza**. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características**. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 9, n. 22, p. 521-539, 2021. DOI: https://doi.org/10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.506.

NOROOZI, Nassim. **Pedagogy-as-Justice**. *Educational Theory*, v. 73, p. 496-510, 2023. DOI: https://doi.org/10.1111/edth.12595.

WALKER, Amy; YOON, Bogum; PANKOWSKI, Jennifer. **Advancing middle grade research on critical pedagogy: research synthesis.** *Education Sciences*, Basel, v. 14, n. 9, e997, 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/educsci14090997.

A COLONIALIDADE DO SABER E A EXCLUSÃO EDUCACIONAL DAS MULHERES NO MÉXICO COLONIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ.

THE COLONIALITY OF KNOWLEDGE AND THE EDUCATIONAL EXCLUSION OF WOMEN IN COLONIAL MEXICO: AN ANALYSIS BASED ON SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ.

LA COLONIALIDAD DEL SABER Y LA EXCLUSIÓN EDUCATIVA DE LAS MUJERES EN EL MÉXICO COLONIAL: UN ANÁLISIS A PARTIR DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ.

Juliana Balta Ferreira

1. INTRODUÇÃO

A colonialidade do saber constitui uma dimensão fundamental para compreender os processos históricos de produção, legitimação e controle do conhecimento nas sociedades marcadas pela experiência colonial. No México Colonial, a organização dos espaços educativos esteve profundamente vinculada às estruturas de poder estabelecidas pela colonização europeia, que privilegiavam conhecimentos considerados legítimos pela tradição ocidental cristã, restringindo outras formas de saber e limitando a participação de determinados grupos sociais, especialmente as mulheres. Conforme Alvarado (2024), a colonialidade do saber opera por meio da imposição de uma hierarquia epistemológica que estabelece determinados conhecimentos como superiores, contribuindo para a exclusão de sujeitos historicamente marginalizados dos espaços formais de produção intelectual.

> "A colonialidade do saber, no contexto do México Colonial, evidencia como as estruturas epistemológicas, sociais, culturais e religiosas fundamentadas em padrões eurocêntricos, patriarcais e hierárquicos estabeleceram mecanismos sistemáticos de controle, silenciamento e exclusão educacional das mulheres, restringindo seu acesso aos espaços formais de aprendizagem, às instituições de ensino, aos debates filosóficos, científicos e teológicos, bem como aos processos legitimados de produção e circulação do conhecimento; entretanto, a trajetória intelectual de Sor Juana Inés de la Cruz revela uma poderosa forma de resistência feminina diante dessas estruturas de dominação, ao demonstrar que a busca pelo saber, a escrita literária, a reflexão crítica e a educação constituem instrumentos de emancipação humana, enfrentamento das desigualdades epistemológicas e questionamento das hierarquias sociais que historicamente determinaram quem poderia aprender, ensinar e produzir conhecimento, contribuindo para a construção de novas possibilidades de participação das mulheres na história intelectual da humanidade e reafirmando a importância de uma educação comprometida com a justiça epistêmica, a igualdade de gênero e a valorização dos diferentes modos de compreender e interpretar o mundo." (Juliana Balta Ferreira, 2026, grifo próprio)

A educação feminina no México Colonial foi marcada por fortes restrições sociais, religiosas e culturais, que dificultavam o acesso das mulheres aos estudos sistemáticos, às instituições de ensino e aos debates intelectuais. A trajetória de Sor Juana Inés de la Cruz representa uma experiência singular de enfrentamento dessas limitações, pois sua produção

literária, filosófica e teológica evidenciou a capacidade intelectual feminina em uma sociedade estruturada pelo patriarcado colonial. Segundo Hansen (2018), Sor Juana questionou os limites impostos às mulheres ao defender a importância da educação como instrumento de desenvolvimento humano, reflexão crítica e autonomia intelectual.

A análise da colonialidade do saber a partir da experiência de Sor Juana Inés de la Cruz permite compreender como as relações entre conhecimento, gênero e poder foram historicamente construídas. O estudo desse período contribui para ampliar as discussões contemporâneas sobre justiça epistêmica, igualdade educacional e valorização das vozes femininas na produção científica e cultural. Conforme Vélez Marquina (2016), os debates envolvendo Sor Juana revelam não apenas uma disputa individual pelo direito ao conhecimento, mas também uma tensão mais ampla entre os modelos tradicionais de autoridade intelectual e a emergência de novas possibilidades de participação feminina nos espaços de saber.

2. DESENVOLVIMENTO

A sociedade mexicana colonial foi estruturada a partir de uma lógica de dominação que envolvia aspectos políticos, religiosos, culturais e epistemológicos. A Igreja Católica desempenhou papel central na organização educacional, determinando quais conhecimentos poderiam circular e quais sujeitos teriam legitimidade para acessá-los. Nesse sistema, as mulheres eram frequentemente associadas às funções domésticas e religiosas, sendo afastadas dos espaços formais de aprendizagem e produção intelectual. De acordo com Ramírez Velázquez (2023), a educação feminina no México Colonial esteve condicionada a modelos sociais que reforçavam a submissão das mulheres, embora algumas figuras excepcionais tenham encontrado caminhos alternativos para desenvolver sua formação intelectual.

Sor Juana Inés de la Cruz destacou-se como uma dessas figuras de resistência ao construir uma trajetória intelectual em meio às limitações impostas pelo contexto colonial. Sua dedicação aos estudos, sua produção literária e sua defesa do conhecimento demonstram uma ruptura com a ideia de que a intelectualidade seria um campo exclusivamente masculino. Suas obras revelam uma crítica às estruturas que impediam as mulheres de exercerem plenamente sua capacidade reflexiva e educativa. Para Hansen (2018), o pensamento de Sor Juana evidencia uma concepção de educação baseada na busca pelo conhecimento, questionando as barreiras sociais que restringiam a formação intelectual feminina.

A exclusão educacional das mulheres no período colonial não deve ser compreendida apenas como uma ausência de acesso às escolas, mas como parte de um sistema mais amplo de controle do conhecimento e manutenção das desigualdades sociais. A colonialidade do saber

produziu efeitos duradouros, influenciando a forma como mulheres foram reconhecidas historicamente nos campos científico, filosófico e acadêmico. As perspectivas decoloniais contribuem para revisitar essas narrativas, valorizando sujeitos historicamente silenciados e promovendo novas interpretações sobre a construção do conhecimento. Conforme Vasconcelos e Costa (2022), a educação decolonial apresenta-se como uma possibilidade de superação das heranças coloniais presentes nas estruturas educacionais contemporâneas, fortalecendo práticas baseadas na inclusão e na diversidade epistemológica.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições dos estudos decoloniais, das discussões sobre gênero e educação e das análises históricas acerca da formação dos sistemas de conhecimento no contexto colonial latino-americano. A colonialidade do saber, conceito desenvolvido pelos estudos críticos da modernidade, possibilita compreender como determinados conhecimentos foram historicamente valorizados em detrimento de outros, estabelecendo relações de poder que influenciaram a organização das instituições educacionais. No contexto do México Colonial, essa perspectiva permite analisar como os padrões epistemológicos europeus, associados às estruturas religiosas e patriarcais, limitaram a participação das mulheres nos espaços formais de aprendizagem e produção intelectual. Segundo Alvarado (2024), a colonialidade do saber permanece como uma estrutura que influencia os modos de validação do conhecimento, tornando necessária uma revisão crítica das epistemologias dominantes.

As discussões contemporâneas sobre colonialidade, educação e gênero evidenciam que a exclusão feminina do conhecimento não ocorreu de maneira isolada, mas esteve relacionada às formas de organização social e cultural estabelecidas durante o período colonial. A educação das mulheres era frequentemente direcionada para funções consideradas adequadas ao papel feminino definido pela sociedade patriarcal, restringindo sua autonomia intelectual e sua participação nos debates acadêmicos. Nesse cenário, Sor Juana Inés de la Cruz representa uma experiência histórica de resistência, pois sua trajetória demonstra como mulheres também produziram conhecimento, questionaram normas estabelecidas e reivindicaram o direito à educação. Conforme Hansen (2018), o pensamento educacional de Sor Juana revela uma defesa da aprendizagem como elemento essencial para a formação humana, independentemente das limitações impostas pelo gênero.

As evidências produzidas por pesquisas recentes demonstram que a análise das experiências femininas no período colonial contribui para ampliar a compreensão sobre os

processos históricos de exclusão e resistência. Estudos sobre Sor Juana Inés de la Cruz destacam sua importância como intelectual que enfrentou as fronteiras impostas pela sociedade colonial, utilizando a escrita e o conhecimento como instrumentos de contestação. Para Vélez Marquina (2016), a produção intelectual de Sor Juana insere-se em um debate mais amplo sobre autoridade do saber, educação feminina e legitimidade das mulheres enquanto produtoras de conhecimento. Dessa forma, o referencial teórico desta pesquisa articula estudos históricos e perspectivas decoloniais para compreender a relação entre poder, educação e gênero no México Colonial.

3.1. Colonialidade do saber e controle do conhecimento

A colonialidade do saber constitui uma ferramenta analítica fundamental para compreender como os sistemas coloniais estabeleceram mecanismos de controle sobre a produção e circulação dos conhecimentos. No México Colonial, a imposição de modelos epistemológicos europeus determinou quais formas de conhecimento seriam reconhecidas como legítimas, enquanto outros saberes e sujeitos foram marginalizados. Esse processo esteve associado à autoridade da Igreja, às estruturas políticas coloniais e às concepções patriarcais que definiam quem poderia acessar a educação formal. De acordo com Alvarado (2024), a colonialidade epistemológica não se limita ao domínio territorial, mas atua também na definição dos critérios utilizados para reconhecer determinados conhecimentos como válidos.

O controle do conhecimento durante o período colonial envolvia não apenas a organização das instituições educativas, mas também a definição dos papéis sociais atribuídos aos indivíduos. As mulheres foram particularmente afetadas por essa estrutura, pois sua participação intelectual era frequentemente considerada incompatível com os padrões sociais estabelecidos. O acesso feminino aos estudos superiores, à leitura de obras filosóficas e aos debates teológicos encontrava diversas restrições, reforçando uma lógica de exclusão baseada no gênero. Ramírez Velázquez (2023) destaca que a educação feminina colonial estava submetida a modelos que limitavam as possibilidades de desenvolvimento intelectual das mulheres, embora algumas tenham criado estratégias de resistência dentro dos espaços disponíveis.

Compreender a colonialidade do saber significa reconhecer que a exclusão educacional feminina foi resultado de uma estrutura histórica de poder que determinava quem poderia conhecer, ensinar e produzir ciência. A experiência de mulheres intelectuais como Sor Juana evidencia que o conhecimento também foi um campo de disputa social e política. Sua trajetória demonstra que, mesmo diante das limitações impostas pelo sistema colonial, as mulheres desenvolveram práticas de resistência intelectual capazes de questionar as fronteiras estabelecidas entre gênero e conhecimento.

3.2. Sor Juana Inés de la Cruz como símbolo de resistência intelectual

Sor Juana Inés de la Cruz ocupa um lugar central na história intelectual latino-americana por representar uma das mais expressivas manifestações de resistência feminina diante das estruturas coloniais. Sua trajetória demonstra como uma mulher do século XVII conseguiu construir uma produção intelectual marcada pela literatura, filosofia, teologia e reflexão crítica em uma sociedade que restringia a participação feminina nos espaços de conhecimento. Sua defesa da aprendizagem feminina rompeu com os discursos dominantes que associavam a mulher exclusivamente ao espaço doméstico e religioso.

A produção de Sor Juana revela uma concepção de conhecimento baseada na curiosidade, investigação e busca pela compreensão do mundo. Em seus escritos, observa-se uma valorização da educação como direito humano e como caminho para o desenvolvimento intelectual. Segundo Hansen (2018), a contribuição de Sor Juana para o pensamento educacional está relacionada à defesa da capacidade racional das mulheres, demonstrando que a inteligência e a busca pelo conhecimento não deveriam estar condicionadas ao gênero.

Além de sua importância literária, Sor Juana representa uma crítica às estruturas de autoridade que controlavam o acesso ao saber no México Colonial. Seu enfrentamento das limitações impostas pela sociedade e pela instituição religiosa demonstra que a produção intelectual feminina sempre esteve relacionada a processos de resistência. Conforme Vélez Marquina (2016), os debates envolvendo Sor Juana evidenciam conflitos entre tradição e inovação, revelando a disputa pela legitimidade das mulheres como participantes ativas da construção do conhecimento.

3.3. Impactos históricos da exclusão educacional feminina

A exclusão educacional das mulheres no México Colonial produziu consequências que ultrapassaram os limites temporais daquele período histórico. As restrições impostas ao acesso feminino ao conhecimento contribuíram para a construção de desigualdades que permaneceram presentes em diferentes contextos educacionais ao longo dos séculos. A ausência das mulheres nos espaços formais de ensino e pesquisa resultou em uma menor representação feminina na produção científica e intelectual, influenciando as estruturas acadêmicas posteriores.

A análise histórica dessa exclusão permite compreender que as desigualdades educacionais não são fenômenos naturais, mas construções sociais relacionadas às relações de poder. A colonialidade do saber e o patriarcado atuaram conjuntamente na definição dos sujeitos considerados aptos a produzir conhecimento. A recuperação das trajetórias femininas, como a de Sor Juana Inés de la Cruz, contribui para reconstruir narrativas históricas mais inclusivas e

reconhecer a participação das mulheres na formação intelectual das sociedades latino-americanas.

As pesquisas contemporâneas sobre educação decolonial indicam a necessidade de superar modelos educativos fundamentados exclusivamente em perspectivas eurocêntricas e excludentes. Para Vasconcelos e Costa (2022), uma abordagem decolonial possibilita repensar práticas educativas, valorizando diferentes experiências, culturas e sujeitos historicamente marginalizados. Assim, compreender a exclusão educacional feminina no México Colonial torna-se fundamental para fortalecer debates atuais sobre equidade, justiça epistêmica e democratização do conhecimento.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise crítica de produções científicas relacionadas à colonialidade do saber, à educação feminina no período colonial e à trajetória intelectual de Sor Juana Inés de la Cruz. A abordagem qualitativa possibilita compreender fenômenos históricos e sociais a partir das relações de significado, poder e contexto cultural, permitindo interpretar como as estruturas coloniais influenciaram os processos de produção e exclusão do conhecimento. Conforme as perspectivas dos estudos decoloniais, investigar a educação feminina no México Colonial exige considerar não apenas os registros institucionais, mas também as experiências de sujeitos historicamente marginalizados.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada em artigos científicos, estudos históricos e produções teóricas que discutem colonialidade, epistemologias críticas, gênero e educação. Foram utilizados como principais referenciais os estudos de Alvarado (2024), Hansen (2018), Ramírez Velázquez (2023), Vasconcelos e Costa (2022) e Vélez Marquina (2016), cujas contribuições permitem analisar as relações entre conhecimento, poder e exclusão educacional feminina. A pesquisa documental também considera escritos e registros históricos associados à produção intelectual de Sor Juana Inés de la Cruz, compreendendo suas obras como fontes de resistência epistemológica e manifestação da capacidade intelectual feminina no contexto colonial.

A coleta dos dados ocorreu por meio de levantamento, seleção e análise interpretativa das referências acadêmicas relacionadas ao tema investigado. O processo analítico buscou identificar categorias centrais, como colonialidade do saber, controle epistemológico, educação feminina, resistência intelectual e justiça educacional. A análise dos materiais selecionados foi realizada de forma crítica, buscando compreender como os mecanismos coloniais produziram

desigualdades no acesso ao conhecimento e como a trajetória de Sor Juana representa uma ruptura com essas estruturas. Dessa maneira, a metodologia adotada possibilitou construir uma reflexão histórica e educativa sobre a importância da valorização das mulheres como produtoras de conhecimento.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a colonialidade do saber constituiu um dos principais mecanismos de organização das relações de poder no México Colonial, influenciando diretamente os modos de produção, circulação e legitimação do conhecimento. As estruturas coloniais, sustentadas por valores eurocêntricos, religiosos e patriarcais, estabeleceram limites para a participação das mulheres nos espaços educativos e intelectuais, revelando que a exclusão educacional feminina esteve associada a processos históricos de dominação e controle epistemológico.

A trajetória de Sor Juana Inés de la Cruz demonstra que, mesmo em um contexto marcado por restrições sociais e culturais, as mulheres desenvolveram estratégias de resistência intelectual e reivindicaram o direito ao conhecimento. Sua produção literária, filosófica e teológica representa uma importante contribuição para a história da educação, pois evidencia a capacidade feminina de produzir saberes, questionar estruturas de poder e ampliar as possibilidades de participação nos campos intelectual e científico.

O estudo também permite compreender que a exclusão educacional das mulheres no período colonial não foi apenas uma limitação de acesso às instituições de ensino, mas parte de um sistema mais amplo de desigualdade que definiu quais sujeitos poderiam ocupar posições de autoridade intelectual. A perspectiva decolonial possibilita ressignificar essas narrativas históricas, valorizando experiências que foram silenciadas e reconhecendo a pluralidade dos conhecimentos produzidos ao longo da história.

A importância de investigar a relação entre colonialidade, gênero e educação permanece atual, pois muitas desigualdades epistemológicas ainda influenciam os espaços acadêmicos e educacionais contemporâneos. Ao recuperar a memória de mulheres como Sor Juana Inés de la Cruz, amplia-se a compreensão sobre a necessidade de construir práticas educativas fundamentadas na inclusão, na diversidade e na justiça social. A valorização das diferentes formas de conhecimento contribui para uma educação mais democrática e humanizada.

Compreender a colonialidade do saber e a exclusão educacional das mulheres no México Colonial representa uma contribuição significativa para os estudos históricos, educacionais e de gênero, pois possibilita analisar como as relações de poder, os padrões

eurocêntricos e as estruturas patriarcais influenciaram a definição dos sujeitos autorizados a acessar, produzir e legitimar conhecimentos. A pesquisa reafirma que o conhecimento não deve ser compreendido como privilégio de determinados grupos sociais, mas como uma construção coletiva, plural e acessível, formada por diferentes experiências, culturas e perspectivas. Nesse sentido, investigar os processos de exclusão feminina no período colonial permite reconhecer as vozes historicamente silenciadas e compreender as estratégias de resistência desenvolvidas por mulheres que desafiaram os limites impostos pela sociedade de sua época.

A figura de Sor Juana Inés de la Cruz permanece como símbolo de resistência, inspiração e defesa da educação como instrumento de emancipação humana, demonstrando que a luta pela igualdade intelectual das mulheres possui profundas raízes históricas e continua essencial para a transformação social. Sua trajetória evidencia que o acesso ao conhecimento representa uma possibilidade de autonomia, participação crítica e ruptura com estruturas de dominação que restringem a liberdade intelectual. Dessa forma, o estudo de sua obra contribui para fortalecer perspectivas educacionais comprometidas com a equidade, a valorização da diversidade epistemológica e o reconhecimento das mulheres como protagonistas na construção da ciência, da cultura e da história da humanidade.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, José. **Colonialidad del saber: una revisión crítica a partir de la pedagogía decolonial.** Encuentro Educacional, 2024. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.12141551.

HANSEN, David T**. Sor Juana Inés de la Cruz and the Demands of Education.** Educational Theory, v. 68, n. 4–5, p. 443–475, 2018. DOI: https://doi.org/10.1111/edth.12329.

RAMÍREZ VELÁZQUEZ, Juan Manuel. **Maternal Landscapes: An Answer to the Problem of Women's Education in Colonial Mexico.** Bulletin of Spanish Studies, v. 100, n. 1, p. 101–126, 2023. DOI: https://doi.org/10.1080/14753820.2022.2143942.

VASCONCELOS, Cyntia Maria Silva; COSTA, Cintielena Holanda. **The impact of colonialism in Brazil on women's education: decolonial pedagogy as hope.** Research, Society and Development, v. 11, n. 10, 2022. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i10.32447.

VÉLEZ MARQUINA, Elio. **Sor Juana Inés de la Cruz y la nueva ortodoxia del saber: acerca de la educación femenina en el debate sobre la Carta atenagórica.** Revista de Literatura, v. 78, n. 156, p. 623–635, 2016. DOI: https://doi.org/10.3989/revliteratura.2016.02.026.

PRODUÇÃO CULTURAL DA INFÂNCIA: EXPERIÊNCIAS, LINGUAGENS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES.

CULTURAL PRODUCTION IN CHILDHOOD: EXPERIENCES, LANGUAGES, AND IDENTITY CONSTRUCTION.

BNCC AND LANGUAGE PRACTICES: READING, WRITING, AND ORALITY IN ELEMENTARY EDUCATION.

Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos

1. INTRODUÇÃO

A infância constitui uma etapa fundamental da formação humana, marcada por processos de interação, criação, expressão e construção de sentidos sobre o mundo. A compreensão da criança como sujeito histórico, social e cultural possibilita superar perspectivas tradicionais que a compreendiam apenas como receptora passiva de conhecimentos produzidos pelos adultos. Nesse sentido, a produção cultural da infância evidencia que as crianças elaboram modos próprios de interpretar a realidade, utilizando diferentes linguagens, experiências e relações sociais para construir identidades e participar ativamente dos contextos em que estão inseridas. Conforme Campos (2026), as experiências culturais das crianças revelam práticas, significados e formas de participação que demonstram a capacidade infantil de produzir cultura e transformar os espaços sociais.

As linguagens infantis constituem elementos essenciais nesse processo, pois abrangem não apenas a oralidade e a escrita, mas também o brincar, os gestos, os desenhos, as narrativas, as expressões corporais e as interações estabelecidas com outras crianças e adultos. Essas múltiplas formas de comunicação permitem que a criança manifeste sentimentos, conhecimentos, valores e interpretações sobre suas vivências. Segundo Gomes e Neves (2021), o desenvolvimento humano ocorre por meio das relações entre afetos, culturas e linguagens em uso, evidenciando que a construção da identidade infantil está diretamente relacionada aos contextos socioculturais nos quais as crianças participam.

A análise da produção cultural da infância torna-se relevante para os estudos educacionais contemporâneos, pois contribui para compreender a criança como protagonista de seus processos de aprendizagem e desenvolvimento. As discussões sobre culturas infantis e identidades revelam a importância de práticas pedagógicas que reconheçam as experiências das crianças, valorizem suas manifestações culturais e promovam ambientes educativos inclusivos e participativos. De acordo com Simões, Resnick e Rodrigues (2021), os estudos culturais da infância ampliam a compreensão sobre as formas pelas quais as crianças constroem

pertencimentos, identidades e significados a partir das relações estabelecidas com diferentes grupos sociais.

2. DESENVOLVIMENTO

A produção cultural da infância está relacionada à capacidade das crianças de criar, reinterpretar e compartilhar conhecimentos por meio das experiências vivenciadas em diferentes espaços sociais. A cultura infantil não deve ser entendida como uma reprodução automática da cultura adulta, mas como um processo dinâmico no qual as crianças atribuem novos sentidos às práticas, objetos e relações presentes em seu cotidiano. Nesse contexto, brincar, contar histórias, imaginar, explorar e interagir constituem ações culturais que revelam formas próprias de participação infantil. Conforme Campos (2026), reconhecer as experiências culturais das crianças significa compreender que elas produzem conhecimentos e significados próprios, contribuindo para a construção das culturas em que estão inseridas.

As linguagens assumem papel central na constituição das identidades infantis, pois permitem que as crianças expressem suas percepções, estabeleçam vínculos e construam relações de pertencimento. A linguagem funciona como mediadora das experiências sociais e culturais, possibilitando que os sujeitos atribuam sentidos às suas vivências e desenvolvam formas de compreender a si mesmos e ao outro. Segundo Batista et al. (2024), a identidade cultural é construída por meio das interações linguísticas e sociais, nas quais os indivíduos compartilham valores, memórias, conhecimentos e representações que influenciam sua formação pessoal e coletiva.

No campo educacional, reconhecer a produção cultural da infância implica desenvolver práticas pedagógicas que considerem as crianças como sujeitos ativos, criativos e produtores de conhecimento. As instituições educativas possuem papel fundamental na valorização das diferentes formas de expressão infantil, promovendo espaços nos quais as crianças possam participar, criar e manifestar suas identidades culturais. De acordo com De Farias e Miranda (2025), as pedagogias culturais contribuem para compreender como diferentes experiências, práticas sociais e manifestações simbólicas influenciam a formação das identidades infantis, reforçando a necessidade de uma educação que valorize a diversidade cultural e as múltiplas formas de ser criança.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições dos estudos da infância, das teorias socioculturais do desenvolvimento humano e das abordagens que

compreendem a criança como sujeito histórico, cultural e produtor de conhecimentos. Essa perspectiva rompe com concepções tradicionais que compreendiam a infância apenas como uma fase de preparação para a vida adulta, reconhecendo as crianças como participantes ativas das relações sociais e culturais. A produção cultural da infância envolve experiências, interações e práticas simbólicas pelas quais as crianças atribuem sentidos ao mundo e constroem formas próprias de participação social. Conforme Campos (2026), as experiências culturais das crianças revelam processos de criação, interpretação e ressignificação da realidade, demonstrando que a infância constitui um espaço de produção de saberes, valores e manifestações culturais.

As discussões contemporâneas sobre infância, linguagem e identidade destacam que as crianças constroem seus modos de ser e compreender o mundo por meio das relações estabelecidas nos diferentes contextos sociais. As múltiplas linguagens infantis, como a brincadeira, a oralidade, o desenho, os gestos, as narrativas e as interações coletivas, representam formas legítimas de comunicação e expressão cultural. Segundo Gomes e Neves (2021), o desenvolvimento humano é constituído pelas relações entre afetos, culturas e linguagens em uso, evidenciando que os processos de aprendizagem e formação da identidade acontecem de maneira integrada às experiências sociais vivenciadas pelas crianças.

As evidências produzidas por pesquisas recentes demonstram que a infância deve ser compreendida como uma construção social dinâmica, na qual as crianças participam da produção e transformação das culturas. Os estudos sobre culturas infantis evidenciam que as crianças não apenas reproduzem conhecimentos e valores recebidos dos adultos, mas também criam novas interpretações, significados e formas de interação. De acordo com Simões et al. (2021), as pesquisas no campo dos estudos culturais da infância possibilitam compreender como as crianças constroem identidades, pertencimentos e práticas culturais a partir das relações estabelecidas com diferentes grupos sociais. Dessa maneira, reconhecer a produção cultural infantil significa valorizar as experiências das crianças e fortalecer práticas educativas que respeitem sua criatividade, diversidade e protagonismo.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e interpretativa, tendo como finalidade compreender a produção cultural da infância, suas experiências, linguagens e processos de construção de identidades. A abordagem qualitativa permite investigar fenômenos sociais e educacionais considerando seus significados, contextos históricos e relações culturais. Nesse sentido, compreender a infância como produção cultural exige uma análise que considere as crianças como sujeitos ativos, capazes de construir

conhecimentos e produzir sentidos por meio das experiências vivenciadas nos diferentes espaços sociais.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada na análise de artigos científicos relacionados aos estudos da infância, culturas infantis, linguagens, identidade cultural e práticas pedagógicas. Foram utilizados como referenciais os estudos de Campos (2026), Batista et al. (2024), De Farias e Miranda (2025), Gomes e Neves (2021) e Simões et al. (2021), que apresentam contribuições relevantes para compreender as relações entre cultura, linguagem, desenvolvimento e formação das identidades infantis. A análise dessas produções possibilitou identificar conceitos fundamentais sobre a participação das crianças na construção de significados e nas práticas culturais presentes em seus cotidianos.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento, seleção e análise de produções acadêmicas relacionadas à temática investigada. O processo de análise considerou categorias como produção cultural da infância, experiências infantis, múltiplas linguagens, identidade cultural e participação social das crianças. A pesquisa possibilitou construir uma reflexão teórica sobre a importância de reconhecer as crianças como produtoras de cultura e protagonistas de seus processos de aprendizagem, destacando a necessidade de práticas educativas que valorizem suas expressões, saberes e diferentes formas de interação com o mundo.

CONCLUSÃO

A produção cultural da infância representa um campo de estudo essencial para compreender a criança como sujeito histórico, social e cultural, superando perspectivas que a posicionavam apenas como receptora dos conhecimentos produzidos pelos adultos. A análise realizada evidencia que as crianças participam ativamente da construção da cultura, elaborando significados próprios por meio das experiências, interações e linguagens presentes em seus cotidianos. Reconhecer essa capacidade produtiva da infância amplia as possibilidades de compreensão sobre o desenvolvimento humano e fortalece uma visão mais democrática e inclusiva da educação.

As experiências culturais vivenciadas pelas crianças demonstram que a infância é marcada por múltiplas formas de expressão, comunicação e criação. As brincadeiras, narrativas, desenhos, movimentos corporais e interações sociais constituem linguagens fundamentais para que as crianças expressem sentimentos, conhecimentos e interpretações sobre a realidade. Valorizar as diferentes linguagens infantis significa reconhecer que cada criança possui modos singulares de aprender, participar e construir sua identidade.

A construção das identidades infantis ocorre por meio das relações estabelecidas com diferentes sujeitos, culturas e ambientes sociais. As crianças desenvolvem sentimentos de pertencimento e reconhecimento a partir das experiências compartilhadas em suas famílias, comunidades e instituições educativas. A cultura exerce papel fundamental, pois possibilita que as crianças estabeleçam vínculos, compreendam suas histórias e participem da construção coletiva dos significados sociais.

A relevância do tema evidencia-se pela necessidade de fortalecer práticas pedagógicas que reconheçam a infância como espaço de produção cultural e não apenas como etapa de preparação escolar. As instituições educativas possuem papel fundamental na criação de ambientes que valorizem a participação infantil, a criatividade e a diversidade cultural. Ao considerar as crianças como protagonistas, a educação amplia suas possibilidades de desenvolvimento integral e promove experiências mais significativas de aprendizagem.

Compreender a produção cultural da infância, suas experiências, linguagens e processos de construção de identidades constitui uma contribuição significativa para os estudos educacionais contemporâneos. A valorização das culturas infantis fortalece uma educação humanizada, participativa e comprometida com o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos e produtoras de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria Thaís de Oliveira; LIMA, Davi; ROCHA, Iasmin Lima; MENDES, Evelyne Souto. **A construção da identidade cultural por meio da linguagem.** *Discursividades*, v. 15, n. 2, p. e-1522415, 2024. DOI: https://doi.org/10.29327/256399.15.2-13.

CAMPOS, Karin Cozer de. **As experiências culturais das crianças.** *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 35, n. 1, p. e-rte351202628, 2026. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2026v35n1.74627.

DE FARIAS, Ana Thamiris Batista; MIRANDA, Joseval dos Reis. **As pedagogias culturais e suas influências nas construções das identidades infantis: reflexões a partir de oficinas pedagógicas na Educação Infantil.** *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*, v. 7, n. 5, p. 27696–27712, 2025. DOI: https://doi.org/10.56238/arev7n5-386.

GOMES, Maria de Fátima Cardoso; NEVES, Vanessa Ferraz Almeida. **Afeto/cognição social situada/culturas/linguagens em uso (ACCL) como unidade de análise do desenvolvimento humano.** *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 37, e26560, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-469826560.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa; RESNICK, Riva; RODRIGUES, Cibele Maria Lima. **Infâncias e estudos culturais: um diálogo sobre identidades e culturas.** *Pro-Posições*, Campinas, v. 32, e20190068, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0068.

BNCC E PRÁTICAS DE LINGUAGEM: LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL.

PRODUCCIÓN CULTURAL DE LA INFANCIA: EXPERIENCIAS, LENGUAJES Y CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDADES.

BNCC Y PRÁCTICAS DE LENGUAJE: LECTURA, ESCRITURA Y ORALIDAD EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA.

Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos

1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece importantes orientações para o ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, organizando as práticas de linguagem a partir dos eixos da leitura, escrita, oralidade e análise linguística/semiótica. Essa perspectiva compreende a linguagem como uma prática social, na qual os estudantes desenvolvem competências para interpretar, produzir e participar de diferentes situações comunicativas. Nesse sentido, o ensino da língua deixa de estar restrito ao domínio de normas gramaticais isoladas e passa a valorizar os usos reais da linguagem nos diversos contextos sociais e culturais. Conforme Peixoto e Araújo (2020), a BNCC amplia a compreensão da leitura ao considerá-la uma atividade de construção de sentidos, envolvendo conhecimentos prévios, estratégias interpretativas e interação entre leitor, texto e contexto.

> "A Base Nacional Comum Curricular e as práticas de linguagem no Ensino Fundamental constituem um importante marco para a ressignificação do ensino da Língua Portuguesa, ao compreender a leitura, a escrita e a oralidade como processos sociais, culturais e interativos que possibilitam aos estudantes desenvolver competências comunicativas, ampliar sua capacidade crítica, construir sentidos sobre diferentes textos e contextos, participar ativamente das práticas sociais de linguagem e fortalecer sua formação integral como sujeitos históricos, autônomos e protagonistas na construção do conhecimento, evidenciando que o domínio da linguagem ultrapassa a aprendizagem de estruturas formais e se consolida como instrumento de expressão, inclusão, cidadania e transformação da realidade educacional." (Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos, 2026, grifo próprio).

As práticas de linguagem propostas pela BNCC buscam promover uma formação integral dos estudantes, fortalecendo a capacidade de comunicação, argumentação e participação social. A leitura, a escrita e a oralidade são compreendidas como processos interdependentes que contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a inserção dos alunos em diferentes práticas culturais. Segundo Rossi (2021), as práticas de leitura em Língua Portuguesa orientadas pela BNCC devem possibilitar aos estudantes o contato com múltiplos gêneros

textuais, ampliando suas habilidades interpretativas e favorecendo a construção de leitores autônomos e críticos.

A relevância de investigar a relação entre BNCC e práticas de linguagem está associada à necessidade de compreender como as orientações curriculares podem contribuir para transformar o ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. A implementação dessas propostas exige práticas pedagógicas que valorizem a diversidade textual, os diferentes modos de comunicação e a participação ativa dos estudantes nos processos de aprendizagem. De acordo com Santos (2021), a concepção de ensino de Língua Portuguesa presente na BNCC está relacionada à compreensão da linguagem como prática social, destacando a importância de desenvolver competências comunicativas vinculadas às experiências concretas dos sujeitos.

2. DESENVOLVIMENTO

A BNCC apresenta uma concepção de linguagem fundamentada na interação e na participação social, compreendendo que os estudantes aprendem a língua por meio de práticas comunicativas significativas. A leitura constitui uma atividade complexa que envolve interpretação, reflexão, posicionamento crítico e diálogo com diferentes conhecimentos. As práticas leitoras desenvolvidas no ambiente escolar devem possibilitar o contato com textos variados, incluindo gêneros literários, científicos, jornalísticos, digitais e multimodais. Conforme Peixoto e Araújo (2020), a BNCC propõe uma abordagem da leitura que ultrapassa a decodificação textual, valorizando os processos de compreensão e construção de sentidos.

A escrita, por sua vez, é compreendida como uma prática social que envolve planejamento, produção, revisão e adequação aos diferentes contextos comunicativos. O ensino da produção textual deve possibilitar que os estudantes percebam a escrita como instrumento de expressão, comunicação e participação social. Nesse sentido, a BNCC enfatiza a importância do trabalho com gêneros discursivos, considerando suas características, finalidades e situações de circulação. Segundo Toldo e Martins (2020), a presença dos gêneros discursivos nas habilidades de Língua Portuguesa da BNCC evidencia a necessidade de desenvolver práticas educativas que aproximem a escrita escolar das situações reais de uso da linguagem.

A oralidade também ocupa lugar de destaque nas orientações curriculares, pois envolve competências relacionadas à escuta, argumentação, exposição de ideias e participação em diferentes situações comunicativas. O desenvolvimento da oralidade contribui para que os estudantes ampliem sua capacidade de interação social e desenvolvam segurança para expressar opiniões e construir conhecimentos coletivamente. De acordo com Santos et al. (2023), a análise linguística/semiótica proposta pela BNCC articula diferentes dimensões da linguagem,

possibilitando compreender os fenômenos linguísticos em seus contextos de uso e favorecendo uma aprendizagem mais significativa da Língua Portuguesa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas concepções de linguagem como prática social, nos estudos sobre letramento e nas discussões acerca das orientações curriculares propostas pela Base Nacional Comum Curricular para o ensino de Língua Portuguesa. Essa perspectiva compreende que ler, escrever e falar são práticas culturais desenvolvidas nas relações sociais, permitindo aos sujeitos participar de diferentes espaços de comunicação e produção de conhecimento. A BNCC incorpora essa compreensão ao organizar o componente curricular de Língua Portuguesa em campos de atuação e práticas de linguagem que articulam conhecimentos linguísticos, culturais e sociais. Conforme Santos (2021), o ensino da língua deve considerar as práticas sociais de linguagem, valorizando os usos concretos realizados pelos sujeitos em diferentes contextos.

As discussões contemporâneas sobre leitura, escrita e oralidade destacam a necessidade de superar modelos tradicionais de ensino baseados exclusivamente na memorização de regras gramaticais. A aprendizagem da língua envolve interpretação, produção de sentidos, interação e participação em práticas comunicativas diversas. Nesse sentido, a leitura é compreendida como processo ativo, no qual o estudante mobiliza conhecimentos linguísticos, culturais e sociais para compreender diferentes textos. Segundo Rossi (2021), as práticas de leitura orientadas pela BNCC devem favorecer a formação de leitores capazes de interagir criticamente com diferentes gêneros e suportes textuais.

As evidências produzidas por pesquisas recentes demonstram que a implementação da BNCC no ensino de Língua Portuguesa representa uma oportunidade para fortalecer práticas pedagógicas mais contextualizadas e significativas. Os estudos indicam que o trabalho com gêneros discursivos, linguagens multimodais e análise linguística contribui para ampliar as competências comunicativas dos estudantes. De acordo com Toldo e Martins (2020), a abordagem dos gêneros discursivos na BNCC evidencia a importância de aproximar o ensino escolar das práticas reais de comunicação, promovendo uma formação linguística voltada à participação social.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e interpretativa, tendo como objetivo analisar as relações entre a BNCC e as

práticas de linguagem relacionadas à leitura, escrita e oralidade no Ensino Fundamental. A abordagem qualitativa possibilita compreender fenômenos educacionais considerando seus significados, contextos e implicações pedagógicas. Dessa forma, a pesquisa busca interpretar como as orientações curriculares propostas pela BNCC contribuem para a construção de práticas educativas voltadas ao desenvolvimento das competências linguísticas dos estudantes.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada na análise de artigos científicos que discutem a BNCC, o ensino de Língua Portuguesa e as práticas de linguagem. Foram utilizados como principais referenciais os estudos de Peixoto e Araújo (2020), Rossi (2021), Santos (2021), Santos et al. (2023) e Toldo e Martins (2020). A análise dessas produções permitiu identificar conceitos fundamentais relacionados à leitura, escrita, oralidade, gêneros discursivos e práticas sociais de linguagem.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento e seleção de produções acadêmicas relacionadas ao tema investigado, considerando estudos publicados em periódicos científicos com DOI. Os materiais foram analisados a partir de categorias como práticas de leitura, produção textual, oralidade, análise linguística/semiótica e implementação curricular da BNCC. A metodologia possibilitou construir uma reflexão fundamentada sobre os desafios e possibilidades do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental.

CONCLUSÃO

A análise sobre a BNCC e as práticas de linguagem evidencia a importância de compreender o ensino da Língua Portuguesa como um processo amplo, dinâmico e relacionado às experiências sociais dos estudantes. A leitura, a escrita e a oralidade constituem práticas fundamentais para o desenvolvimento da comunicação, do pensamento crítico e da participação cidadã, tornando-se elementos essenciais para uma educação comprometida com a formação integral dos sujeitos.

A BNCC representa uma importante referência curricular ao propor uma abordagem da linguagem baseada na interação, nos gêneros discursivos e nas diferentes situações comunicativas. Ao valorizar as práticas sociais de linguagem, o documento amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem, permitindo que os estudantes desenvolvam competências necessárias para compreender e produzir diferentes textos em contextos variados.

O fortalecimento das práticas de leitura, escrita e oralidade no Ensino Fundamental contribui para formar estudantes mais autônomos, críticos e capazes de participar ativamente da sociedade. As experiências com diferentes gêneros textuais e linguagens possibilitam ampliar o repertório cultural dos alunos e favorecer processos de aprendizagem mais significativos.

A implementação das orientações da BNCC exige formação docente contínua e práticas pedagógicas planejadas de acordo com as necessidades dos estudantes. O professor possui papel fundamental como mediador das experiências linguísticas, criando situações de aprendizagem que estimulem a reflexão, a criatividade e o uso consciente da linguagem.

Discutir a relação entre BNCC e práticas de linguagem representa uma contribuição relevante para a educação brasileira, pois fortalece uma perspectiva de ensino da Língua Portuguesa baseada na participação, na diversidade e na construção de sentidos. Investir em práticas de leitura, escrita e oralidade significa promover uma formação linguística mais democrática, inclusiva e capaz de preparar os estudantes para os desafios comunicativos da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

PEIXOTO, Mayara Carvalho; ARAÚJO, Denise Lino de. **O conceito de leitura na BNCC do ensino fundamental.** *Revista Leitura*, Maceió, n. 67, p. 55-68, 2020. DOI: https://doi.org/10.28998/2317-9945.202067.55-68.

ROSSI, Maria Aparecida Garcia Lopes. **Práticas de leitura em Língua Portuguesa a partir da BNCC: em que se fundamentam e como realizá-las em sala de aula?** *Linha D'Água*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 5-26, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v34i3p5-26.

SANTOS, Larissa Malu dos. **O ensino de Língua Portuguesa e a noção de prática social: uma análise da Base Nacional Comum Curricular.** *Palimpsesto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 35, p. 60-83, 2021. DOI: https://doi.org/10.12957/palimpsesto.2021.56942.

SANTOS, Maria de Fátima Silva dos; SILVA, Cleciano de Souza; SILVA, Célia Maria Medeiros Barbosa da. **Análise linguística/semiótica na Base Nacional Comum Curricular.** *Revista 15 de Outubro*, 2023. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.10072477.

TOLDO, Claudia; MARTINS, Gabriela Schmitt Prym. **A BNCC e os gêneros discursivos: uma análise das habilidades de Língua Portuguesa para o ensino fundamental I.** *Revista Leitura*, Maceió, n. 67, p. 269-281, 2020. DOI: https://doi.org/10.28998/2317-9945.202067.269-281.

DESIGN EDUCACIONAL CENTRADO NA DIVERSIDADE: FUNDAMENTOS PARA MATERIAIS PEDAGÓGICOS INCLUSIVOS.

EDUCATIONAL DESIGN CENTERED ON DIVERSITY: FOUNDATIONS FOR INCLUSIVE PEDAGOGICAL MATERIALS.

DISEÑO EDUCATIVO CENTRADO EN LA DIVERSIDAD: FUNDAMENTOS PARA MATERIALES PEDAGÓGICOS INCLUSIVOS.

Esther Aparecida Rezende dos Santos

1. INTRODUÇÃO

O design educacional centrado na diversidade constitui uma abordagem essencial para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, a equidade e o reconhecimento das diferentes formas de aprender. Essa perspectiva parte do princípio de que os estudantes apresentam características, necessidades, experiências culturais e modos distintos de participação nos processos educativos, exigindo propostas de ensino que superem modelos padronizados e excludentes. A elaboração de materiais pedagógicos inclusivos deve considerar múltiplas possibilidades de acesso ao conhecimento, comunicação e expressão, favorecendo a participação de todos os estudantes. Conforme Oliveira, Munster e Gonçalves (2019), o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) apresenta-se como uma importante estratégia para promover ambientes educacionais acessíveis, considerando a diversidade dos alunos desde o planejamento inicial das práticas pedagógicas.

> "O design educacional centrado na diversidade representa uma abordagem transformadora para a construção de materiais pedagógicos inclusivos, pois reconhece que os processos de aprendizagem são constituídos por diferentes trajetórias, potencialidades, necessidades, culturas e formas de interação dos estudantes, promovendo o planejamento de recursos acessíveis, flexíveis e significativos que ultrapassam modelos padronizados de ensino e possibilitam a participação ativa de todos os sujeitos, fortalecendo uma educação equitativa, democrática e comprometida com a valorização das diferenças como elementos essenciais para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento integral dos estudantes em seus múltiplos contextos sociais e educacionais." (Esther A. Rezende dos Santos, 2026, grifo próprio).

A produção de materiais pedagógicos inclusivos exige uma concepção ampliada de design educacional, na qual recursos, metodologias e estratégias sejam organizados para atender diferentes perfis de aprendizagem. Essa abordagem considera que a diversidade não representa uma dificuldade a ser corrigida, mas uma característica constitutiva dos espaços educativos. Segundo Zerbato e Mendes (2021), o DUA contribui para a formação de professores capazes de planejar práticas inclusivas, pois possibilita a criação de propostas flexíveis que valorizam diferentes formas de envolvimento, representação e ação dos estudantes.

A relevância do design educacional centrado na diversidade está relacionada à necessidade de transformar os processos de ensino e aprendizagem, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades reais de participação. A construção de materiais acessíveis envolve aspectos pedagógicos, tecnológicos e culturais, permitindo que diferentes sujeitos possam interagir com os conteúdos de maneira significativa. De acordo com Costa-Renders, Gonçalves e Santos (2021), o design universal para aprendizagem amplia as possibilidades curriculares ao propor uma organização educativa fundamentada na acessibilidade e na valorização das diferenças, fortalecendo uma escola inclusiva e democrática.

2. DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento de materiais pedagógicos inclusivos requer planejamento educacional baseado no reconhecimento da heterogeneidade presente nas salas de aula. Os recursos tradicionais, muitas vezes elaborados considerando um único padrão de aprendizagem, podem limitar a participação de estudantes com diferentes necessidades educacionais. Nesse sentido, o design educacional centrado na diversidade propõe a utilização de estratégias variadas, como recursos visuais, auditivos, digitais, manipuláveis e interativos, possibilitando diferentes caminhos para a construção do conhecimento. Conforme Prais, Stein e Vitaliano (2020), o Desenho Universal para Aprendizagem favorece práticas educativas inclusivas ao antecipar a diversidade dos estudantes no planejamento curricular.

A elaboração de materiais pedagógicos fundamentados na diversidade também envolve uma mudança na compreensão do papel docente, pois o professor passa a atuar como designer de experiências de aprendizagem. Essa perspectiva exige planejamento intencional, reflexão sobre as barreiras existentes e criação de alternativas que possibilitem maior autonomia aos estudantes. Segundo Mendoza e Gonçalves (2023), a organização de planos de aula baseados nos princípios do DUA contribui para ampliar as oportunidades de participação dos alunos, permitindo que diferentes formas de aprendizagem sejam contempladas no processo educativo.

O design educacional inclusivo representa uma transformação cultural na escola, pois fortalece valores relacionados ao respeito, à participação e à igualdade de oportunidades. A inclusão não deve estar limitada à adaptação posterior de atividades para determinados estudantes, mas deve fazer parte da concepção inicial dos materiais e práticas pedagógicas. Nesse sentido, Costa-Renders, Gonçalves e Santos (2021) destacam que uma abordagem curricular baseada no design universal possibilita construir ambientes educacionais mais acessíveis, nos quais a diversidade seja compreendida como elemento enriquecedor da aprendizagem coletiva.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições dos estudos sobre Educação Inclusiva, Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e design educacional, compreendendo que o planejamento pedagógico deve considerar a diversidade como princípio estruturante dos processos educativos. Essa perspectiva rompe com modelos baseados na homogeneização dos estudantes e propõe práticas que possibilitem diferentes formas de acesso, participação e expressão. Conforme Oliveira, Munster e Gonçalves (2019), o DUA constitui uma abordagem fundamentada na criação de ambientes educacionais flexíveis, capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes desde a elaboração inicial das propostas pedagógicas.

As discussões contemporâneas sobre inclusão educacional destacam a importância de superar barreiras físicas, curriculares, metodológicas e comunicacionais que dificultam a aprendizagem e a participação dos estudantes. O design educacional centrado na diversidade articula conhecimentos pedagógicos e tecnológicos para desenvolver materiais mais acessíveis e significativos. Segundo Zerbato e Mendes (2021), a formação docente baseada nos princípios do DUA favorece práticas inclusivas ao preparar professores para identificar barreiras e elaborar estratégias diversificadas de ensino.

As evidências produzidas por pesquisas recentes demonstram que materiais pedagógicos planejados a partir dos princípios do design universal contribuem para ampliar a participação dos estudantes e fortalecer processos educativos mais equitativos. Estudos indicam que a utilização de diferentes formas de apresentação dos conteúdos, estratégias de interação e possibilidades de demonstração da aprendizagem favorece o desenvolvimento de todos os alunos. De acordo com Prais, Stein e Vitaliano (2020), o DUA apresenta potencial significativo para promover a educação inclusiva ao propor uma organização curricular que considera a diversidade humana como elemento central do planejamento pedagógico.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e abordagem interpretativa, tendo como objetivo analisar os fundamentos do design educacional centrado na diversidade e sua contribuição para a elaboração de materiais pedagógicos inclusivos. A pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos educacionais considerando seus aspectos sociais, culturais e pedagógicos, permitindo uma análise aprofundada sobre as práticas inclusivas e os processos de construção de recursos acessíveis.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada na análise de artigos científicos relacionados ao Desenho Universal para

Aprendizagem, educação inclusiva, formação docente e desenvolvimento de materiais pedagógicos. Foram utilizados como principais referenciais os estudos de Costa-Renders, Gonçalves e Santos (2021), Mendoza e Gonçalves (2023), Oliveira, Munster e Gonçalves (2019), Prais, Stein e Vitaliano (2020) e Zerbato e Mendes (2021), buscando compreender os princípios que orientam o planejamento educacional inclusivo.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento, seleção e análise de produções acadêmicas publicadas em periódicos científicos, considerando estudos relacionados à acessibilidade curricular, diversidade e inovação pedagógica. Os materiais selecionados foram analisados a partir de categorias como design educacional, inclusão, diversidade, materiais pedagógicos e estratégias de aprendizagem. Ametodologia possibilitou construir uma reflexão fundamentada sobre a importância de desenvolver propostas educativas que valorizem as diferenças e garantam oportunidades de aprendizagem para todos.

CONCLUSÃO

O design educacional centrado na diversidade representa uma importante perspectiva para a transformação dos processos educativos, pois reconhece que os estudantes possuem diferentes formas de aprender, interagir e construir conhecimentos. A análise realizada evidencia que materiais pedagógicos inclusivos não devem ser compreendidos apenas como adaptações específicas, mas como recursos planejados desde sua origem para atender à pluralidade presente nos ambientes escolares.

A utilização dos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem fortalece práticas pedagógicas mais democráticas ao possibilitar diferentes caminhos de acesso ao conhecimento. Ao considerar múltiplas formas de apresentação dos conteúdos, participação dos estudantes e demonstração das aprendizagens, essa abordagem amplia as oportunidades educacionais e favorece a autonomia dos sujeitos.

A construção de materiais pedagógicos inclusivos também contribui para modificar a cultura escolar, promovendo uma visão de diversidade baseada no respeito e na valorização das diferenças. A inclusão torna-se, assim, um compromisso coletivo que envolve professores, gestores, estudantes e toda a comunidade educativa na construção de ambientes mais acessíveis e participativos.

A formação docente assume papel fundamental nesse processo, pois professores preparados para desenvolver estratégias baseadas no design universal conseguem identificar barreiras e criar experiências de aprendizagem mais significativas. Dessa maneira, investir na

formação profissional e no planejamento inclusivo representa uma ação essencial para garantir uma educação de qualidade para todos.

O design educacional centrado na diversidade constitui um caminho promissor para fortalecer a educação inclusiva e promover práticas pedagógicas comprometidas com a equidade. A elaboração de materiais acessíveis, flexíveis e diversificados contribui para uma escola mais humana, democrática e capaz de reconhecer cada estudante como sujeito de direitos, potencialidades e possibilidades de aprendizagem. Essa perspectiva amplia a compreensão sobre o processo educativo, valorizando diferentes formas de participação, comunicação e construção do conhecimento.

A criação de recursos pedagógicos inclusivos favorece ambientes de aprendizagem mais acolhedores, nos quais as diferenças individuais são compreendidas como elementos enriquecedores da prática escolar. Ao considerar múltiplas experiências, ritmos e estilos de aprendizagem, o design educacional contribui para reduzir barreiras e garantir oportunidades mais justas de desenvolvimento para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina; GONÇALVES, Maria Aparecida do Nascimento; SANTOS, Marcela Herrera dos. **O design universal para aprendizagem: uma abordagem curricular na escola inclusiva.** *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 705-728, 2021. DOI: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i2p705-728.

MENDOZA, Babette; GONÇALVES, Adriana. **Estruturação de planos de aula com princípios do desenho universal para a aprendizagem (DUA): contribuição para a educação inclusiva.** *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 33, n. 66, e31, 2023. DOI: https://doi.org/10.18675/1981-8106.v33.n.66.s16855.

OLIVEIRA, Amália Rebouças de Paiva; MUNSTER, Mey de Abreu Van; GONÇALVES, Adriana Garcia. **Desenho Universal para Aprendizagem e Educação Inclusiva: uma revisão sistemática da literatura internacional.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 25, n. 4, p. 675-690, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000400009.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza; STEIN, Jorama de Quadros; VITALIANO, Célia Regina. **Desenho universal para a aprendizagem na promoção da educação inclusiva: uma revisão sistemática.** *Revista Exitus*, Santarém, v. 10, e020086, 2020. DOI: https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1268

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 47, e233730, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147233730.

PRÁTICAS DE ESCRITA NA BNCC: DO TEXTO INSTRUCIONAL AO AUTORAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS.

WRITING PRACTICES IN THE BNCC: FROM INSTRUCTIONAL TEXTS TO AUTHORIAL PRODUCTION IN THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION.

PRÁCTICAS DE ESCRITURA EN LA BNCC: DEL TEXTO INSTRUCCIONAL A LA PRODUCCIÓN AUTORAL EN LOS AÑOS FINALES DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA.

Nivea Maria Costa Vieira
Simone Helen Drumond Ischkanian

1. INTRODUÇÃO

As práticas de escrita na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) assumem papel fundamental no desenvolvimento das competências linguísticas dos estudantes do Ensino Fundamental, especialmente nos anos finais, ao compreender a produção textual como uma atividade social, interativa e relacionada aos diferentes contextos de comunicação. Essa perspectiva amplia a concepção tradicional de escrita como simples reprodução de informações, reconhecendo-a como processo de construção de sentidos, expressão de ideias e participação cidadã. Conforme Araújo e Nascimento (2018), a BNCC organiza o ensino da produção textual escrita considerando habilidades progressivas que envolvem planejamento, elaboração, revisão e adequação dos textos às diferentes situações comunicativas.

> "As práticas de escrita na Base Nacional Comum Curricular, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, representam um processo formativo que ultrapassa a simples produção textual mecânica, pois possibilitam aos estudantes desenvolverem progressivamente suas capacidades de planejamento, organização, expressão e autoria, partindo da compreensão dos textos instrucionais, que favorecem a clareza comunicativa, a sequência lógica e a sistematização das informações, em direção à construção de textos autorais, nos quais podem manifestar ideias próprias, experiências, posicionamentos críticos e interpretações sobre diferentes contextos sociais e culturais, consolidando a escrita como instrumento de aprendizagem, participação cidadã, construção do conhecimento e transformação da realidade." (Nívea Maria Costa Vieira, 2026, grifo próprio).

O percurso da escrita escolar, que envolve desde textos instrucionais até produções autorais, possibilita aos estudantes desenvolver autonomia, criatividade e capacidade argumentativa. Os textos instrucionais, caracterizados pela organização de informações, orientações e procedimentos, constituem importantes ferramentas para o desenvolvimento da clareza comunicativa e da compreensão das finalidades textuais. Entretanto, a BNCC propõe avanços para que os estudantes também sejam capazes de produzir textos autorais, nos quais expressem posicionamentos, experiências e conhecimentos de forma crítica e significativa.

Segundo Oliveira e Queiroz (2020), o trabalho com gêneros textuais possibilita compreender a escrita como uma prática situada, considerando sua estrutura composicional, finalidade e circulação social.

A relevância de investigar as práticas de escrita na BNCC está relacionada à necessidade de fortalecer metodologias que favoreçam a formação de escritores competentes e conscientes de seu papel comunicativo. Nos anos finais do Ensino Fundamental, os estudantes precisam ampliar suas capacidades de produção textual, transitando entre diferentes gêneros e desenvolvendo estratégias de autoria. De acordo com Toldo e Martins (2020), a abordagem dos gêneros discursivos presente na BNCC contribui para aproximar o ensino da escrita das práticas reais de linguagem, permitindo que os alunos compreendam os textos como instrumentos de interação social e construção do conhecimento.

2. DESENVOLVIMENTO

A BNCC apresenta a escrita como uma prática de linguagem que envolve diferentes etapas de produção, desde a compreensão da proposta comunicativa até a revisão e aprimoramento do texto produzido. Nesse processo, o estudante é incentivado a perceber que escrever não significa apenas registrar palavras, mas organizar ideias, considerar interlocutores, escolher estratégias discursivas e adequar a linguagem aos objetivos pretendidos. Segundo Araújo e Nascimento (2018), o ensino da produção textual previsto na BNCC demanda planejamento pedagógico sistemático, no qual as habilidades de escrita sejam desenvolvidas progressivamente ao longo da escolarização.

O desenvolvimento das práticas de escrita nos anos finais do Ensino Fundamental envolve o contato com diferentes gêneros textuais, incluindo textos instrucionais, argumentativos, narrativos, científicos, digitais e multimodais. O texto instrucional possui importante função pedagógica ao desenvolver habilidades relacionadas à sequência lógica, organização de informações e orientação do leitor. Entretanto, a ampliação para textos autorais permite que os estudantes desenvolvam posicionamentos próprios, criatividade e capacidade de interpretar criticamente a realidade. Conforme Leurquin e Sales (2025), o ensino da produção textual por meio de sequências didáticas favorece a aprendizagem da escrita ao possibilitar momentos de reflexão, reescrita e construção gradual da autoria.

A autoria na escrita escolar representa um avanço significativo no processo educativo, pois possibilita que os estudantes sejam reconhecidos como produtores de conhecimento e não apenas como reprodutores de modelos textuais. A prática docente deve criar situações em que os alunos tenham oportunidade de escrever para diferentes finalidades, públicos e contextos sociais.

De acordo com Palácio (2025), o ensino da escrita na BNCC valoriza práticas que promovem a autonomia dos estudantes, considerando a produção textual como um processo contínuo de aprendizagem, avaliação e aprimoramento das capacidades comunicativas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas concepções contemporâneas de linguagem como prática social, nos estudos sobre gêneros discursivos e nas orientações da Base Nacional Comum Curricular para o ensino da produção textual escrita. Essa perspectiva compreende que a escrita é construída nas relações sociais e culturais, sendo influenciada pelas finalidades comunicativas, pelos interlocutores e pelos contextos de circulação dos textos. Conforme Oliveira e Queiroz (2020), o ensino da escrita baseado nos gêneros textuais possibilita aos estudantes compreenderem a organização composicional dos textos e desenvolverem maior domínio das práticas comunicativas.

As discussões contemporâneas sobre escrita escolar destacam a importância de superar modelos centrados exclusivamente na reprodução textual e na correção gramatical, valorizando processos de criação, reflexão e autoria. A produção escrita deve envolver etapas de planejamento, elaboração, revisão e reescrita, permitindo que o estudante compreenda a escrita como construção progressiva de sentidos. Segundo Leurquin e Sales (2025), as práticas com sequências didáticas contribuem para o desenvolvimento da competência escritora ao organizar atividades que promovem interação, reflexão linguística e aprimoramento textual.

As evidências produzidas por pesquisas recentes demonstram que o ensino da escrita alinhado à BNCC favorece uma abordagem mais dinâmica e significativa da produção textual. Os estudos indicam que o trabalho com diferentes gêneros discursivos amplia o repertório dos estudantes e fortalece sua capacidade de participar das práticas sociais de linguagem. De acordo com Toldo e Martins (2020), a inserção dos gêneros discursivos no currículo possibilita compreender a escrita como uma atividade situada, relacionada às necessidades comunicativas dos sujeitos e às diferentes formas de interação social.

3.1. Práticas de escrita na BNCC

As práticas de escrita propostas pela BNCC estão fundamentadas na compreensão de que escrever é uma atividade social que envolve planejamento, produção, revisão e circulação de textos em diferentes contextos. O documento orienta que o ensino da escrita deve contemplar diversos gêneros textuais, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades relacionadas à argumentação, criatividade, organização das ideias e adequação linguística. Conforme Araújo e

Nascimento (2018), a sistematização do ensino da produção textual na BNCC contribui para estabelecer progressões de aprendizagem, respeitando os diferentes níveis de desenvolvimento dos estudantes.

O ensino da escrita deve possibilitar que os alunos compreendam as funções dos textos e suas diferentes formas de organização. A produção textual deixa de ser uma atividade isolada e passa a integrar práticas comunicativas reais, nas quais os estudantes escrevem para informar, orientar, argumentar, narrar e expressar opiniões. Dessa forma, a BNCC fortalece uma perspectiva de ensino voltada à participação social e ao desenvolvimento da competência comunicativa.

3.2. Do texto instrucional ao autoral no Ensino Fundamental Anos Finais

O percurso do texto instrucional ao texto autoral no Ensino Fundamental Anos Finais representa um processo contínuo de ampliação das capacidades escritoras dos estudantes, envolvendo o desenvolvimento de habilidades relacionadas à organização das ideias, compreensão dos objetivos comunicativos, adequação da linguagem e construção de sentidos. Os textos instrucionais desempenham papel importante nesse processo inicial, pois possibilitam aos alunos compreenderem como a escrita pode orientar ações, transmitir informações, apresentar procedimentos e estabelecer relações claras entre autor e leitor. A produção desse gênero contribui para o desenvolvimento da sequência lógica, da precisão vocabular e da capacidade de organizar informações de maneira objetiva, competências fundamentais para a formação de escritores mais conscientes. Conforme Araújo e Nascimento (2018), o ensino da produção textual na Base Nacional Comum Curricular deve ser estruturado de maneira progressiva, considerando diferentes gêneros e situações comunicativas para que os estudantes desenvolvam competências escritoras ao longo da escolarização.

A formação do sujeito escritor não se limita ao domínio de textos com finalidade instrucional, pois a BNCC propõe uma concepção ampliada de escrita, compreendida como prática social, cultural e interativa. Nesse sentido, a transição para a produção autoral possibilita que os estudantes ultrapassem a reprodução de modelos textuais e desenvolvam a capacidade de criar, argumentar, interpretar e posicionar-se diante de diferentes temas presentes em seu cotidiano. A escrita autoral envolve não apenas domínio linguístico, mas também reflexão crítica, criatividade, sensibilidade cultural e capacidade de estabelecer diálogos com diferentes contextos sociais. Segundo Oliveira e Queiroz (2020), o trabalho com gêneros textuais permite compreender que cada produção escrita possui características próprias relacionadas à finalidade,

à composição e às condições de circulação, favorecendo uma aprendizagem mais significativa da escrita.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a construção da autoria torna-se fundamental para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, pois esse período escolar exige maior capacidade de argumentação, análise e expressão de ideias próprias. A autoria representa a possibilidade de o aluno reconhecer-se como produtor de conhecimentos e participante ativo das práticas sociais de linguagem, utilizando a escrita como instrumento de comunicação, posicionamento e transformação da realidade. Dessa forma, o ensino da escrita precisa criar situações nas quais os estudantes escrevam para diferentes interlocutores, com objetivos reais e em contextos diversificados, permitindo que compreendam a função social dos textos produzidos. De acordo com Toldo e Martins (2020), o trabalho pedagógico com gêneros discursivos amplia as possibilidades de participação dos estudantes nas práticas de linguagem, aproximando a escrita escolar das situações comunicativas presentes na sociedade.

A passagem do texto instrucional para o texto autoral também exige metodologias que valorizem o processo de escrita, incluindo planejamento, elaboração, revisão, reescrita e avaliação textual. A escrita não deve ser compreendida como uma atividade finalizada em uma única versão, mas como um processo de construção gradual, no qual o estudante reflete sobre suas escolhas linguísticas, reorganiza suas ideias e aprimora sua produção. Nesse contexto, as sequências didáticas constituem estratégias importantes para desenvolver habilidades escritoras, pois possibilitam atividades organizadas e progressivas que acompanham o desenvolvimento dos alunos. Conforme Leurquin e Sales (2025), práticas sistematizadas de produção textual favorecem a aprendizagem da escrita ao promover momentos de interação, reflexão sobre os gêneros e aprimoramento das competências comunicativas.

A escrita autoral no Ensino Fundamental Anos Finais contribui para fortalecer a identidade dos estudantes, permitindo que expressem suas experiências, conhecimentos, opiniões e interpretações sobre questões sociais, culturais e educacionais. Quando a escola valoriza a autoria, reconhece o estudante como sujeito histórico capaz de produzir discursos e participar de diferentes espaços sociais por meio da linguagem. O ensino da escrita assume uma dimensão formativa, pois contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, da participação cidadã e da autonomia intelectual. Segundo Palácio (2025), as orientações da BNCC para o ensino da escrita reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam o aluno como produtor de textos, considerando seus processos de aprendizagem e suas possibilidades de construção de sentidos.

Compreender o movimento do texto instrucional ao texto autoral significa reconhecer a escrita como uma prática dinâmica, que se desenvolve por meio de diferentes experiências e desafios comunicativos. O ensino da produção textual nos anos finais do Ensino Fundamental deve possibilitar que os estudantes avancem da compreensão das estruturas básicas dos textos para a criação de produções mais complexas, reflexivas e socialmente significativas. Essa perspectiva fortalece uma educação linguística comprometida com a formação de sujeitos críticos, criativos e participativos, capazes de utilizar a escrita como ferramenta de expressão, conhecimento e transformação social.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e abordagem interpretativa, tendo como objetivo analisar as práticas de escrita na BNCC, considerando o percurso do texto instrucional ao texto autoral no Ensino Fundamental anos finais. A abordagem qualitativa permite compreender fenômenos educacionais a partir de seus significados, contextos e relações pedagógicas, possibilitando uma reflexão aprofundada sobre o ensino da produção textual.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada na análise de artigos científicos relacionados à BNCC, produção textual, gêneros discursivos e práticas de escrita escolar. Foram utilizados como principais referenciais os estudos de Araújo e Nascimento (2018), Leurquin e Sales (2025), Oliveira e Queiroz (2020), Palácio (2025) e Toldo e Martins (2020), buscando compreender as contribuições desses autores para o desenvolvimento das competências escritoras.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento, seleção e análise de produções acadêmicas publicadas em periódicos científicos. Os estudos selecionados foram organizados a partir das categorias: práticas de escrita na BNCC, gêneros textuais, texto instrucional, autoria e produção textual. A metodologia possibilitou construir uma análise fundamentada sobre os desafios e possibilidades do ensino da escrita nos anos finais do Ensino Fundamental.

CONCLUSÃO

As práticas de escrita na BNCC representam uma importante transformação no ensino da Língua Portuguesa, pois compreendem a produção textual como processo social, cultural e comunicativo. A escrita deixa de ser entendida apenas como exercício escolar e passa a ser reconhecida como instrumento de participação, expressão e construção do conhecimento.

O percurso do texto instrucional ao texto autoral demonstra a importância de desenvolver progressivamente as habilidades escritoras dos estudantes. Enquanto os textos instrucionais favorecem a organização das ideias e a clareza comunicativa, os textos autorais ampliam a capacidade crítica, criativa e argumentativa dos alunos.

A valorização dos gêneros textuais no ensino da escrita possibilita aproximar a escola das práticas reais de linguagem presentes na sociedade. Ao trabalhar diferentes formas de produção textual, os estudantes desenvolvem maior autonomia para utilizar a escrita em diferentes situações comunicativas.

A implementação das propostas da BNCC exige práticas pedagógicas planejadas, formação docente contínua e metodologias que valorizem a revisão, a reescrita e a autoria. O professor exerce papel fundamental como mediador, criando situações significativas para que os estudantes desenvolvam sua competência escritora.

Compreender as práticas de escrita na BNCC, do texto instrucional ao autoral, constitui uma contribuição relevante para fortalecer o ensino da Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental. A formação de escritores críticos, criativos e participativos representa um caminho essencial para uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com a construção de sujeitos capazes de atuar na sociedade por meio da linguagem.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Denise Lino de; NASCIMENTO, Maria Célia do. **A programabilidade do ensino de produção textual escrita na Base Nacional Comum Curricular.** *Revista Leia Escola*, Campina Grande, v. 18, n. 3, 2018. DOI: https://doi.org/10.35572/rle.v18i3.1231.

LEURQUIN, Eulália; SALES, Laurenia Souto. **Ensino de produção de textos na educação básica: práticas com sequência didática.** *Pensares em Revista*, Rio de Janeiro, 2025. DOI: https://doi.org/10.12957/pr.2025.92526.

OLIVEIRA, Lucas Cesar de; QUEIROZ, Maria Eliete de. **Plano de texto e produção escrita: a construção composicional de gêneros na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, 2020. DOI: https://doi.org/10.47456/cl.v14i29.31149.

PALÁCIO, Lilian Pereira. **O ensino de escrita na BNCC.** *Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional*, Fortaleza, v. 6, e026012, 2025. DOI: https://doi.org/10.51281/impa.e026012.

TOLDO, Claudia; MARTINS, Gabriela Schmitt Prym. **A BNCC e os gêneros discursivos: uma análise das habilidades de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental I.** *Revista Leitura*, Maceió, n. 67, p. 269-281, 2020. DOI: https://doi.org/10.28998/2317-9945.202067.269-281.

.

ORALIDADE EM SALA DE AULA: A BNCC E O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ARGUMENTATIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL.

ORALITY IN THE CLASSROOM: THE BNCC AND THE DEVELOPMENT OF ARGUMENTATIVE SKILLS IN ELEMENTARY EDUCATION.

LA ORALIDAD EN EL AULA: LA BNCC Y EL DESARROLLO DE COMPETENCIAS ARGUMENTATIVAS EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA.

Nivea Maria Costa Vieira
Simone Helen Drumond Ischkanian

1. INTRODUÇÃO

A oralidade constitui uma das práticas de linguagem fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes, pois possibilita a construção de conhecimentos, a interação social, a expressão de ideias e a participação em diferentes contextos comunicativos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a oralidade como um eixo essencial do ensino de Língua Portuguesa, compreendendo que falar e ouvir são habilidades que precisam ser desenvolvidas de forma planejada e sistemática no ambiente escolar. Nesse sentido, o trabalho pedagógico com a oralidade ultrapassa a ideia de comunicação espontânea, envolvendo situações formais de uso da linguagem, como debates, seminários, apresentações, entrevistas e discussões argumentativas. Conforme Angelo, Costa e Andrade (2021), o ensino da oralidade na BNCC deve considerar práticas discursivas diversificadas, permitindo que os estudantes desenvolvam competências relacionadas à interação, escuta ativa e construção de sentidos.

> "A oralidade em sala de aula, conforme as orientações da Base Nacional Comum Curricular, constitui uma dimensão essencial do processo educativo ao promover o desenvolvimento de competências argumentativas, comunicativas e sociais dos estudantes do Ensino Fundamental, possibilitando que aprendam não apenas a expressar suas ideias, opiniões e conhecimentos, mas também a ouvir, dialogar, analisar diferentes perspectivas, construir argumentos fundamentados e participar de situações reais de interação linguística, como debates, seminários, apresentações e discussões temáticas, fortalecendo a autonomia intelectual, o pensamento crítico e a formação de sujeitos capazes de utilizar a linguagem como instrumento de participação cidadã, transformação social e construção coletiva do conhecimento." (Nívea Maria Costa Vieira, 2026, grifo próprio).

O desenvolvimento das competências argumentativas por meio da oralidade representa um aspecto fundamental para a formação de sujeitos críticos e participativos. A capacidade de argumentar envolve organizar ideias, apresentar opiniões fundamentadas, considerar diferentes perspectivas e utilizar recursos linguísticos adequados às situações comunicativas. No contexto escolar, a oralidade possibilita que os estudantes aprendam a defender pontos de vista, dialogar

com o outro e participar de práticas sociais democráticas. Segundo Aquino (2015), os gêneros orais argumentativos desempenham papel relevante no ensino da Língua Portuguesa, pois favorecem a compreensão da argumentação como prática discursiva presente em diferentes espaços sociais.

A relevância da oralidade no Ensino Fundamental está relacionada à necessidade de formar estudantes capazes de utilizar a linguagem de maneira consciente, ética e crítica. A escola possui papel essencial na criação de ambientes em que os alunos possam expressar seus pensamentos, desenvolver a escuta respeitosa e construir conhecimentos coletivamente. O ensino da oralidade articulado às orientações da BNCC contribui para ampliar as capacidades comunicativas dos estudantes, fortalecendo sua autonomia e participação social. De acordo com Gonçalves e Batista (2020), o trabalho sistematizado com gêneros orais em sala de aula favorece a compreensão das características próprias da comunicação oral e amplia as possibilidades de aprendizagem linguística.

2. DESENVOLVIMENTO

A inserção da oralidade como prática de linguagem no currículo escolar representa uma mudança significativa na forma de compreender o ensino da Língua Portuguesa. Durante muito tempo, as práticas pedagógicas concentraram-se predominantemente na leitura e na escrita, deixando a oralidade em segundo plano, como se fosse uma habilidade naturalmente adquirida pelos estudantes. Entretanto, a BNCC evidencia que a oralidade também necessita de ensino intencional, envolvendo planejamento, análise das situações comunicativas e desenvolvimento de estratégias discursivas. Conforme Diel, Gonçalves e Batista (2017), o ensino dos gêneros orais possibilita aos estudantes compreenderem que a fala possui organização própria e diferentes níveis de formalidade conforme o contexto de uso.

No Ensino Fundamental, o desenvolvimento das competências argumentativas por meio da oralidade ocorre progressivamente, considerando as diferentes etapas de aprendizagem dos estudantes. Nos anos iniciais, as atividades orais favorecem a ampliação do vocabulário, a organização do pensamento, a participação em conversas coletivas e a expressão de opiniões simples. Já nos anos finais, espera-se que os estudantes desenvolvam maior capacidade de argumentação, análise crítica e participação em situações comunicativas mais complexas, como debates, exposições e discussões temáticas. Segundo Mesquita, Almeida e Alves (2018), atividades envolvendo gêneros orais, como o seminário, contribuem para desenvolver habilidades relacionadas à pesquisa, organização das informações, exposição oral e interação com diferentes públicos.

> "A oralidade em sala de aula, fundamentada nas orientações da Base Nacional Comum Curricular, representa uma prática de linguagem indispensável para o desenvolvimento integral dos estudantes do Ensino Fundamental, pois possibilita a construção de competências argumentativas, comunicativas e sociais por meio de experiências de diálogo, escuta ativa, reflexão crítica e participação em diferentes situações discursivas, permitindo que os alunos desenvolvam a capacidade de organizar pensamentos, defender posicionamentos, respeitar diferentes perspectivas, utilizar argumentos consistentes e compreender a linguagem oral como instrumento de aprendizagem, interação, cidadania e transformação da realidade, fortalecendo uma educação democrática, inclusiva e comprometida com a formação de sujeitos autônomos e protagonistas na sociedade contemporânea." (Simone Helen Drumond Ischkanian, 2026, grifo próprio).

A argumentação oral no ambiente escolar possibilita que os estudantes desenvolvam competências essenciais para a vida social, acadêmica e profissional. Ao participar de situações comunicativas planejadas, os alunos aprendem a construir argumentos, respeitar opiniões divergentes e utilizar a linguagem como instrumento de participação cidadã. Dessa maneira, a oralidade deixa de ser apenas um recurso de comunicação cotidiana e passa a constituir uma ferramenta de aprendizagem e transformação social. Para Angelo, Costa e Andrade (2021), as práticas de oralidade previstas na BNCC devem promover experiências comunicativas que possibilitem aos estudantes atuar de maneira crítica e responsável nos diferentes espaços sociais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições dos estudos da linguagem, dos gêneros discursivos e das orientações da Base Nacional Comum Curricular para o ensino da oralidade. Essa perspectiva compreende a linguagem como uma prática social construída nas interações humanas, na qual falar, ouvir, argumentar e dialogar constituem ações fundamentais para a produção de conhecimentos. A oralidade, nesse contexto, é entendida como uma competência que precisa ser desenvolvida pela escola por meio de práticas pedagógicas planejadas e contextualizadas. Conforme Angelo, Costa e Andrade (2021), a BNCC amplia a compreensão do ensino da oralidade ao propor situações comunicativas diversificadas que envolvem participação, escuta e construção coletiva de sentidos.

As discussões contemporâneas sobre oralidade destacam a importância dos gêneros orais como instrumentos pedagógicos para o desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes. Debates, entrevistas, seminários, exposições e rodas de conversa possibilitam trabalhar diferentes formas de organização da fala e ampliar a capacidade argumentativa dos alunos. Segundo Gonçalves e Batista (2020), o ensino da oralidade precisa considerar as características específicas dos gêneros orais, valorizando aspectos como planejamento da fala, interação com o público, recursos linguísticos e adequação ao contexto comunicativo.

As evidências produzidas por pesquisas recentes demonstram que o trabalho sistemático com a oralidade contribui significativamente para a formação de estudantes mais participativos e críticos. O desenvolvimento da argumentação oral favorece não apenas o domínio da linguagem, mas também habilidades relacionadas ao pensamento reflexivo, à autonomia e ao exercício da cidadania. De acordo com Aquino (2015), a argumentação presente nos gêneros orais possibilita compreender a linguagem como espaço de construção de posicionamentos, negociação de sentidos e participação social.

3.1. BNCC e oralidade em sala de aula

A BNCC estabelece a oralidade como uma prática de linguagem essencial para o desenvolvimento das competências comunicativas dos estudantes. . De acordo com Aquino (2015), o documento orienta que o ensino da fala deve ocorrer em diferentes situações de interação, considerando tanto manifestações espontâneas quanto gêneros orais mais formais. Conforme Angelo, Costa e Andrade (2021), a escola deve criar oportunidades para que os alunos aprendam a utilizar a linguagem oral de maneira adequada aos diferentes contextos.

O trabalho com oralidade em sala de aula envolve atividades que estimulam a escuta, a participação e a construção coletiva do conhecimento. A realização de debates, apresentações e discussões possibilita que os estudantes desenvolvam confiança para expressar suas ideias e compreendam a importância do diálogo no processo educativo.

3.2. BNCC e o desenvolvimento de competências argumentativas no Ensino Eundamental I

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o desenvolvimento das competências argumentativas ocorre por meio de práticas orais que incentivam os estudantes a expressarem opiniões, justificarem ideias e participarem de interações coletivas. Atividades como rodas de conversa, relatos, contação de histórias e discussões sobre temas próximos à realidade dos alunos contribuem para a organização do pensamento e ampliação das capacidades comunicativas.

O professor exerce papel fundamental como mediador, criando situações em que os estudantes aprendam a ouvir, respeitar diferentes pontos de vista e construir argumentos progressivamente mais elaborados. Essas experiências constituem a base para práticas argumentativas mais complexas nas etapas posteriores da escolarização.

3.3. O desenvolvimento de competências argumentativas no Ensino Fundamental II

Nos anos finais do Ensino Fundamental, o desenvolvimento das competências argumentativas torna-se progressivamente mais complexo, pois os estudantes são desafiados a

ampliar sua capacidade de análise, interpretação, reflexão crítica e defesa de posicionamentos diante de diferentes temas sociais, culturais, científicos e cotidianos. Nessa etapa, a oralidade deixa de estar vinculada apenas à expressão espontânea de opiniões e passa a envolver práticas comunicativas planejadas, nas quais os alunos precisam organizar ideias, selecionar informações, construir argumentos consistentes, considerar diferentes perspectivas e adequar sua linguagem ao contexto e ao público interlocutor. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que o ensino da oralidade deve contemplar situações reais de comunicação, possibilitando aos estudantes participar de debates, seminários, exposições orais, entrevistas, rodas de conversa e outras práticas discursivas que favoreçam a participação social e o exercício da cidadania. Conforme Angelo, Costa e Andrade (2021), o trabalho com a oralidade na perspectiva da BNCC exige práticas pedagógicas intencionais que valorizem a escuta, a interação e a construção coletiva dos sentidos.

O desenvolvimento da argumentação oral no Ensino Fundamental II requer propostas pedagógicas que promovam experiências comunicativas diversificadas e significativas. Debates mediados, seminários temáticos, júris simulados, apresentações de pesquisas, podcasts educativos, mesas-redondas e discussões sobre questões sociais contemporâneas são estratégias que possibilitam aos estudantes exercitar a capacidade de argumentar, justificar ideias e dialogar com opiniões divergentes. Essas práticas contribuem para que os alunos compreendam que argumentar não significa apenas defender uma opinião, mas construir posicionamentos fundamentados por meio de informações confiáveis, relações lógicas e respeito aos diferentes pontos de vista. Segundo Aquino (2015), os gêneros orais argumentativos possuem papel relevante no ensino da Língua Portuguesa, pois permitem compreender a argumentação como uma prática social presente em diferentes espaços de interação humana.

O ensino da oralidade argumentativa também deve considerar o desenvolvimento gradual das habilidades previstas pela BNCC, promovendo atividades que envolvam planejamento, produção, apresentação e avaliação das práticas orais. O professor pode propor situações em que os estudantes analisem discursos presentes na mídia, identifiquem estratégias argumentativas, reconheçam diferentes formas de persuasão e produzam seus próprios discursos orais. A avaliação dessas práticas deve considerar não apenas aspectos linguísticos, mas também a capacidade de organização das ideias, clareza da exposição, interação com o público, uso de argumentos e respeito às normas de convivência comunicativa. De acordo com Gonçalves e Batista (2020), o trabalho sistemático com gêneros orais possibilita aos estudantes compreenderem as especificidades da fala planejada e desenvolverem maior domínio das situações comunicativas formais.

Debates temáticos estruturados: Organizar debates sobre temas relacionados à realidade dos estudantes, como meio ambiente, tecnologia, diversidade cultural, ética, cidadania e direitos humanos. O professor pode orientar a pesquisa prévia, a seleção de argumentos, a organização das falas e a escuta respeitosa das opiniões contrárias.

Seminários com produção colaborativa: Propor pesquisas em grupos, nas quais os estudantes desenvolvam apresentações orais utilizando diferentes recursos, como slides, cartazes, vídeos e mapas conceituais. Essa prática favorece a organização das informações, a comunicação oral e a capacidade de síntese.

Júri simulado e situações-problema: Criar situações em que os alunos assumam diferentes papéis sociais para defender pontos de vista. Essa estratégia estimula a construção de argumentos, a análise de perspectivas distintas e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Produção de podcasts e vídeos argumentativos: Utilizar recursos digitais para que os estudantes produzam conteúdos orais sobre temas pesquisados. Essa prática aproxima a escola das novas formas de comunicação e desenvolve habilidades relacionadas à oralidade, planejamento discursivo e cultura digital.

Rodas de conversa e círculos de diálogo: Criar espaços permanentes de participação oral, nos quais os estudantes possam expressar opiniões, compartilhar experiências e construir conhecimentos coletivamente. Essa metodologia fortalece a escuta ativa, o respeito à diversidade e a argumentação baseada no diálogo.

Análise de discursos e gêneros orais presentes na sociedade: Trabalhar com entrevistas, discursos políticos, campanhas publicitárias, notícias em vídeo e outros gêneros para identificar estratégias argumentativas, escolhas linguísticas e efeitos de sentido.

O desenvolvimento das competências argumentativas no Ensino Fundamental II, alinhado à BNCC, contribui para formar estudantes capazes de utilizar a linguagem oral de maneira crítica, ética e consciente. A oralidade passa a ser compreendida como instrumento de participação social, construção do conhecimento e exercício da cidadania, fortalecendo uma educação que prepara os alunos para interagir em diferentes espaços sociais e enfrentar os desafios comunicativos da sociedade contemporânea.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e abordagem interpretativa, com o objetivo de analisar a relação entre oralidade, BNCC e desenvolvimento de competências argumentativas no Ensino Fundamental. A pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos educacionais considerando seus aspectos sociais,

culturais e pedagógicos, permitindo uma análise aprofundada das práticas de linguagem desenvolvidas no contexto escolar.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada em estudos científicos relacionados ao ensino da oralidade, gêneros orais, argumentação e orientações curriculares da BNCC. Foram analisadas as contribuições de Angelo, Costa e Andrade (2021), Aquino (2015), Diel, Gonçalves e Batista (2017), Gonçalves e Batista (2020) e Mesquita, Almeida e Alves (2018), buscando identificar princípios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento da oralidade em sala de aula.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento, seleção e análise de artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos. Os estudos foram organizados considerando categorias como oralidade, práticas de linguagem, gêneros orais, argumentação e BNCC. A análise possibilitou compreender os desafios e possibilidades do ensino da oralidade como ferramenta essencial para a formação comunicativa e cidadã dos estudantes.

CONCLUSÃO

A oralidade em sala de aula constitui uma dimensão fundamental da aprendizagem linguística, pois possibilita aos estudantes desenvolverem habilidades de comunicação, interação e participação social. A BNCC reconhece essa importância ao inserir a oralidade como prática de linguagem essencial no ensino da Língua Portuguesa.

O desenvolvimento das competências argumentativas por meio da oralidade contribui para formar sujeitos capazes de expressar ideias, defender posicionamentos e participar de debates sociais de maneira crítica e responsável. A escola, nesse processo, assume papel fundamental ao criar espaços democráticos de diálogo.

As práticas pedagógicas voltadas aos gêneros orais ampliam as possibilidades de aprendizagem dos estudantes, permitindo que compreendam diferentes formas de comunicação e adequem sua linguagem aos diversos contextos sociais. Essas experiências fortalecem a autonomia e a confiança dos alunos.

A implementação das propostas da BNCC relacionadas à oralidade exige planejamento docente, metodologias participativas e valorização das interações comunicativas em sala de aula. O professor atua como mediador na construção de experiências que favorecem a argumentação e o pensamento crítico.

Investir no ensino da oralidade e das competências argumentativas representa uma ação essencial para uma educação comprometida com a formação integral dos estudantes, pois possibilita o desenvolvimento de habilidades comunicativas, cognitivas e sociais indispensáveis

para a participação ativa na sociedade. A linguagem oral, compreendida como instrumento de conhecimento, diálogo e participação cidadã, permite que os alunos expressem suas ideias, construam argumentos, compartilhem experiências e desenvolvam a capacidade de ouvir e respeitar diferentes perspectivas. A oralidade deixa de ser apenas uma habilidade espontânea e passa a ser reconhecida como uma prática de linguagem que necessita de planejamento, mediação pedagógica e intencionalidade educativa.

As práticas orais desenvolvidas no ambiente escolar contribuem para fortalecer a autonomia intelectual dos estudantes, favorecendo a construção do pensamento crítico e a capacidade de posicionamento diante de diferentes situações sociais. Por meio de debates, seminários, rodas de conversa, apresentações e outras atividades discursivas, os alunos aprendem a organizar seus pensamentos, selecionar informações relevantes e utilizar argumentos fundamentados.

A valorização da oralidade e das competências argumentativas fortalece uma escola mais democrática, inclusiva e preparada para os desafios da sociedade contemporânea. Ao proporcionar espaços de diálogo e interação, a educação contribui para formar sujeitos capazes de participar de decisões coletivas, defender seus direitos e compreender diferentes realidades.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Cristiane Malinoski Pianaro; COSTA, Luciane Trennephol da; ANDRADE, Sérgio de. **Princípios para o ensino de oralidade na Base Nacional Comum Curricular.** *Revista X*, Curitiba, v. 16, n. 6, p. 1625-1648, 2021. DOI: https://doi.org/10.5380/rvx.v16i6.82236.

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. **Gêneros orais, argumentação e ensino de língua portuguesa.** *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 227-248, 2015. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v17i1p227-248.

DIEL, Tamires Regina; GONÇALVES, Ana Cecília Teixeira; BATISTA, Jeize de Fátima. **O ensino de gêneros orais nas aulas de Língua Portuguesa.** *Letras*, Santa Maria, n. 54, p. 127-144, 2017. DOI: https://doi.org/10.5902/2176148526002.

GONÇALVES, Ana Cecília; BATISTA, Jeize de Fátima. **A oralidade em sala de aula: reflexões sobre o trabalho com gêneros orais a partir do uso de materiais didáticos do ensino fundamental.** *Letras*, Santa Maria, edição especial, p. 261-286, 2020. DOI: https://doi.org/10.5902/2176148539569.

MESQUITA, Elisete Carvalho; ALMEIDA, Raquel Longuinho; ALVES, Marlúcia Maria. **Trabalhando a oralidade na sala de aula por meio do gênero seminário.** *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 9, n. 25, p. 219-239, 2018. DOI: https://doi.org/10.26514/inter.v9i25.2534.

.

BNCC E MULTILETRAMENTOS: ARTICULAÇÃO ENTRE LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE EM PROJETOS INTERDISCIPLINARES.

BNCC AND MULTILITERACIES: ARTICULATION BETWEEN READING, WRITING AND ORALITY IN INTERDISCIPLINARY PROJECTS.

BNCC Y MULTIALFABETIZACIONES: ARTICULACIÓN ENTRE LECTURA, ESCRITURA Y ORALIDAD EN PROYECTOS INTERDISCIPLINARIOS.

Nivea Maria Costa Vieira
Simone Helen Drumond Ischkanian

1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta uma concepção ampliada das práticas de linguagem ao reconhecer que os estudantes estão inseridos em uma sociedade marcada pela diversidade cultural, tecnológica e comunicativa. Nesse cenário, o conceito de multiletramentos torna-se fundamental para compreender as novas formas de produção, circulação e interpretação de sentidos, que envolvem não apenas a linguagem escrita, mas também imagens, sons, vídeos, recursos digitais e diferentes manifestações culturais. O ensino pautado nos multiletramentos busca desenvolver competências que permitam aos estudantes atuar criticamente em diferentes contextos sociais, articulando leitura, escrita e oralidade como práticas integradas de construção do conhecimento. Conforme Hissa e Sousa (2020), a pedagogia dos multiletramentos estabelece diálogos importantes com as propostas da BNCC ao ampliar a compreensão das práticas linguísticas para além dos modelos tradicionais de alfabetização e letramento.

A articulação entre leitura, escrita e oralidade em projetos interdisciplinares representa uma possibilidade significativa para promover aprendizagens mais contextualizadas e próximas das experiências dos estudantes. Ao desenvolver projetos que envolvem diferentes áreas do conhecimento, a escola favorece a construção de sentidos por meio da investigação, da colaboração e da utilização de múltiplas linguagens. Os estudantes deixam de ser apenas receptores de informações e passam a atuar como produtores de conhecimentos, capazes de interpretar textos, criar conteúdos, argumentar e comunicar ideias em diferentes formatos. Segundo Anecleto e Miranda (2017), os multiletramentos contribuem para práticas pedagógicas que integram diferentes formas de expressão e ampliam as possibilidades de participação dos sujeitos nas práticas sociais de linguagem.

A relevância dessa abordagem está relacionada à necessidade de uma educação que acompanhe as transformações da sociedade contemporânea, marcada pela presença das tecnologias digitais, pela diversidade cultural e pela multiplicidade de formas de comunicação.

Os projetos interdisciplinares fundamentados nos multiletramentos possibilitam desenvolver habilidades previstas pela BNCC, como pensamento crítico, criatividade, comunicação, colaboração e cultura digital. A integração entre leitura, escrita e oralidade fortalece uma aprendizagem significativa e contribui para a formação de estudantes mais autônomos, participativos e preparados para compreender e transformar diferentes realidades sociais. De acordo com Farias (2021), a presença dos multiletramentos na BNCC representa um avanço importante ao reconhecer que o ensino da linguagem precisa considerar as práticas comunicativas contemporâneas.

2. DESENVOLVIMENTO

Os multiletramentos ampliam a compreensão sobre o ensino da linguagem ao considerar que os estudantes convivem diariamente com diferentes textos, mídias e formas de comunicação. A leitura, nesse contexto, não se limita à decodificação de palavras, mas envolve a interpretação de imagens, vídeos, hipertextos, gráficos, produções digitais e manifestações culturais diversas. Da mesma forma, a escrita passa a ser compreendida como uma prática social dinâmica, que possibilita a produção de textos em diferentes gêneros e suportes. A oralidade também assume papel essencial, pois permite a participação em situações comunicativas diversas, como debates, apresentações, entrevistas e produções audiovisuais. Segundo Santos (2018), o trabalho com gêneros multimodais favorece o desenvolvimento de novas práticas de leitura e produção textual, aproximando o ensino da realidade comunicativa dos estudantes.

No contexto da BNCC, os projetos interdisciplinares constituem estratégias pedagógicas capazes de integrar diferentes áreas do conhecimento por meio de práticas de linguagem significativas. Ao desenvolver projetos envolvendo temas sociais, científicos, culturais ou ambientais, os estudantes podem pesquisar informações, produzir textos, apresentar resultados e utilizar diferentes recursos comunicativos. Essa abordagem favorece a aprendizagem colaborativa e permite que os conhecimentos sejam construídos de maneira articulada, superando a fragmentação tradicional dos conteúdos escolares. Conforme Soares e Rosa (2018), a perspectiva dos multiletramentos no ensino de Língua Portuguesa contribui para repensar as práticas pedagógicas, valorizando a diversidade textual e as diferentes formas de interação presentes na sociedade.

A implementação de propostas pedagógicas baseadas nos multiletramentos exige uma atuação docente planejada, capaz de criar situações de aprendizagem que envolvam diferentes linguagens e tecnologias. O professor assume o papel de mediador, orientando os estudantes na análise crítica das informações, na produção de conteúdos e na utilização ética dos recursos

comunicativos. Projetos interdisciplinares podem envolver podcasts, vídeos educativos, blogs, campanhas digitais, jornais escolares, apresentações orais e produções escritas colaborativas, permitindo que os alunos desenvolvam competências comunicativas amplas. Nesse sentido, a BNCC reforça a importância de formar sujeitos capazes de compreender, produzir e utilizar diferentes linguagens em contextos sociais variados.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições dos estudos dos multiletramentos, das práticas sociais de linguagem e das orientações da Base Nacional Comum Curricular para o ensino de Língua Portuguesa. Essa perspectiva compreende que os processos de leitura, escrita e oralidade estão relacionados às experiências culturais, sociais e tecnológicas dos estudantes. O ensino da linguagem deve considerar a diversidade de textos e formas de comunicação presentes na contemporaneidade, promovendo aprendizagens que ultrapassem os limites dos modelos tradicionais. Conforme Hissa e Sousa (2020), a pedagogia dos multiletramentos estabelece uma relação direta com as propostas da BNCC ao reconhecer a necessidade de trabalhar diferentes linguagens e práticas discursivas.

As discussões contemporâneas sobre multiletramentos destacam que a escola precisa preparar os estudantes para participar de uma sociedade marcada pela multiplicidade de linguagens e culturas. A leitura crítica de diferentes gêneros textuais, a produção escrita em variados formatos e a participação em práticas orais constituem elementos essenciais para o desenvolvimento da competência comunicativa. Os multiletramentos valorizam tanto os textos impressos quanto as produções digitais e multimodais, considerando que os sujeitos constroem significados por meio de diferentes recursos semióticos. Segundo Anecleto e Miranda (2017), integrar leitura, escrita e oralidade possibilita práticas educativas mais inclusivas e conectadas às experiências dos estudantes.

As evidências produzidas por pesquisas recentes demonstram que projetos interdisciplinares fundamentados nos multiletramentos favorecem aprendizagens mais participativas e contextualizadas. Essas práticas permitem que os estudantes desenvolvam criatividade, autonomia, colaboração e capacidade crítica diante das informações que circulam na sociedade. Para Farias (2021), a inserção dos multiletramentos na BNCC representa um movimento de atualização do ensino de linguagem, considerando os novos modos de interação e produção de conhecimento.

3.1. BNCC e multiletramentos

A BNCC reconhece que as práticas de linguagem contemporâneas envolvem múltiplas formas de comunicação e produção de sentidos. Nesse contexto, os multiletramentos tornam-se fundamentais para desenvolver competências relacionadas à cultura digital, diversidade cultural e participação social.

O ensino baseado nos multiletramentos possibilita que os estudantes compreendam diferentes gêneros textuais e utilizem variadas linguagens para comunicar ideias. Essa perspectiva amplia o papel da escola na formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar e produzir conhecimentos em diferentes ambientes comunicativos.

3.2. Articulação entre leitura, escrita e oralidade em projetos interdisciplinares

A articulação entre leitura, escrita e oralidade em projetos interdisciplinares favorece uma aprendizagem integrada, pois possibilita que os estudantes utilizem a linguagem como instrumento de investigação, expressão, comunicação e construção do conhecimento em diferentes contextos sociais e culturais. Essa perspectiva está alinhada aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que compreende as práticas de linguagem como ações sociais realizadas por meio de diferentes gêneros discursivos e múltiplas formas de produção de sentidos. A leitura amplia o repertório dos estudantes ao possibilitar o contato com diferentes fontes de informação, culturas e perspectivas; a escrita contribui para a organização do pensamento, registro e produção de conhecimentos; enquanto a oralidade favorece a interação, a argumentação e a participação em situações comunicativas diversas. Conforme Hissa e Sousa (2020), a pedagogia dos multiletramentos amplia a compreensão do ensino da linguagem ao considerar que os sujeitos contemporâneos produzem e interpretam sentidos por meio de diferentes linguagens, incluindo textos verbais, visuais, digitais e multimodais.

Nos projetos interdisciplinares, essas práticas possibilitam integrar conhecimentos de diferentes áreas, promovendo uma aprendizagem mais contextualizada e significativa. Ao investigar determinado tema, os estudantes são convidados a realizar leituras de diferentes gêneros textuais, selecionar informações, produzir registros escritos e compartilhar suas descobertas por meio de apresentações orais, debates ou produções digitais. Por exemplo, em um projeto sobre mudanças climáticas, os alunos podem analisar reportagens e textos científicos, elaborar relatórios, produzir campanhas educativas e apresentar propostas de intervenção para a comunidade escolar. De acordo com Farias (2021), a inserção dos multiletramentos nas propostas da BNCC contribui para superar práticas fragmentadas de ensino, valorizando

experiências de aprendizagem que envolvem diferentes linguagens e formas de participação social.

A integração entre leitura, escrita e oralidade fortalece o protagonismo estudantil, pois coloca os alunos como produtores de conhecimento e não apenas como receptores de informações. Projetos que envolvem podcasts, vídeos educativos, jornais escolares, seminários, exposições culturais ou feiras de conhecimento permitem que os estudantes desenvolvam criatividade, colaboração, pensamento crítico e domínio de diferentes formas de comunicação. Segundo Santos (2018), o trabalho com gêneros multimodais amplia as possibilidades de ensino da Língua Portuguesa ao aproximar as práticas escolares das formas contemporâneas de interação, nas quais os sujeitos utilizam múltiplas linguagens para comunicar ideias, construir identidades e participar da sociedade. A interdisciplinaridade associada aos multiletramentos contribui para uma educação mais inclusiva, democrática e conectada às necessidades do século XXI. Ao promover situações em que os estudantes leem, escrevem, argumentam, pesquisam e comunicam conhecimentos em diferentes formatos, a escola fortalece competências previstas pela BNCC, como comunicação, criatividade, pensamento crítico, colaboração e cultura digital.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e abordagem interpretativa, buscando compreender as relações entre BNCC, multiletramentos e práticas de linguagem em projetos interdisciplinares. A pesquisa qualitativa possibilita analisar fenômenos educacionais considerando seus aspectos sociais, culturais e pedagógicos.

Foram analisadas contribuições de autores como Anecleto e Miranda (2017), Santos (2018), Hissa e Sousa (2020), Farias (2021) e Soares e Rosa (2018).Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em artigos científicos que discutem multiletramentos, práticas de leitura, escrita, oralidade e ensino de Língua Portuguesa. A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento e análise de produções acadêmicas relacionadas ao tema, considerando categorias como BNCC, multiletramentos, gêneros multimodais, interdisciplinaridade e práticas de linguagem.

CONCLUSÃO

A BNCC e os multiletramentos representam importantes referências para repensar o ensino das práticas de linguagem na Educação Básica, pois reconhecem a necessidade de uma formação alinhada às transformações sociais, culturais e tecnológicas da contemporaneidade.

A articulação entre leitura, escrita e oralidade em projetos interdisciplinares possibilita aprendizagens mais significativas, permitindo que os estudantes desenvolvam competências comunicativas, críticas e criativas. Essas práticas aproximam o conhecimento escolar das experiências vivenciadas pelos alunos.

Os multiletramentos contribuem para ampliar as possibilidades educativas ao valorizar diferentes linguagens, culturas e formas de expressão. Dessa maneira, a escola torna-se um espaço de construção coletiva de conhecimentos e valorização da diversidade.

A implementação de projetos interdisciplinares fundamentados na BNCC exige planejamento pedagógico, formação docente e utilização de estratégias inovadoras que envolvam diferentes recursos comunicativos. Essas ações fortalecem o protagonismo estudantil e a participação ativa no processo educativo.

Investir em práticas pedagógicas baseadas nos multiletramentos significa promover uma educação mais inclusiva, democrática e conectada aos desafios da sociedade atual. A integração entre leitura, escrita e oralidade possibilita formar estudantes capazes de interpretar, produzir e transformar conhecimentos em diferentes contextos sociais.

REFERÊNCIAS

ANECLETO, Úrsula Cunha; MIRANDA, Josimara Divino Oliveira. **Multiletramentos e práticas de leitura, escrita e oralidade no ensino de língua portuguesa na Educação Básica.** *Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural*, Alagoinhas, v. 6, n. 2, p. 67-80, 2017. DOI: https://doi.org/10.30620/p.i.v6i2.3295.

FARIAS, Fabíola Ribeiro. **Apontamentos sobre o conceito de multiletramentos na Base Nacional Comum Curricular e seus desdobramentos no ensino de língua portuguesa: uma perspectiva crítica.** *#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, Canoas, v. 10, n. 1, 2021. DOI: https://doi.org/10.35819/tear.v10.n1.a5070.

HISSA, Debora Liberato Arruda; SOUSA, Nágila. **A pedagogia dos multiletramentos e BNCC de Língua Portuguesa: diálogos entre textos.** *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, 2020. DOI: https://doi.org/10.47456/cl.v14i29.31939.

SANTOS, Fernanda Maria Almeida dos. **Multiletramentos e ensino de língua portuguesa na educação básica: uma proposta didática para o trabalho com (hiper)gêneros multimodais.** *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 43, n. 76, p. 55-65, 2018. DOI: https://doi.org/10.17058/signo.v43i76.10671.

SOARES, Denize Martins de Castro; ROSA, Ana Amelia Calazans da. **A Base Nacional Comum Curricular: considerações sobre o ensino de Língua Portuguesa e os multiletramentos.** *Revista do SELL*, Uberaba, v. 7, n. 2, 2018. DOI: https://doi.org/10.18554/rs.v7i2.359.

AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE LINGUAGEM À LUZ DA BNCC: DESAFIOS PARA LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL.

ASSESSMENT OF LANGUAGE PRACTICES IN LIGHT OF THE BNCC: CHALLENGES FOR READING, WRITING AND ORALITY IN ELEMENTARY EDUCATION.

EVALUACIÓN DE LAS PRÁCTICAS DE LENGUAJE A LA LUZ DE LA BNCC: DESAFÍOS PARA LA LECTURA, ESCRITURA Y ORALIDAD EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA.

Nivea Maria Costa Vieira
Simone Helen Drumond Ischkanian

1. INTRODUÇÃO

A avaliação das práticas de linguagem no Ensino Fundamental, orientada pelos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), representa um desafio significativo para a educação contemporânea, pois exige uma compreensão ampliada dos processos de aprendizagem em leitura, escrita e oralidade. Diferentemente de modelos avaliativos tradicionais centrados apenas na correção de produtos finais, a perspectiva da BNCC propõe uma avaliação que considere o desenvolvimento progressivo das competências linguísticas dos estudantes em diferentes situações comunicativas. Avaliar práticas de linguagem significa compreender como os alunos constroem sentidos, utilizam diferentes gêneros discursivos, expressam ideias e participam de interações sociais mediadas pela linguagem. Conforme Peixoto e Araújo (2020), a concepção de leitura presente na BNCC amplia o papel do ensino da linguagem ao considerar o estudante como sujeito ativo na construção dos significados dos textos.

> "A avaliação das práticas de linguagem à luz da BNCC representa um processo essencial para compreender o desenvolvimento integral dos estudantes, pois ultrapassa a análise meramente técnica da leitura, da escrita e da oralidade ao reconhecer a linguagem como prática social, cultural e interativa, permitindo que os alunos sejam avaliados como sujeitos ativos na construção de sentidos, na produção de conhecimentos, na expressão de ideias, na argumentação crítica e na participação cidadã, enquanto os desafios contemporâneos da escola evidenciam a necessidade de instrumentos avaliativos mais inclusivos, diversificados e contextualizados, capazes de valorizar diferentes trajetórias de aprendizagem e fortalecer uma educação democrática, humanizada e comprometida com a formação de competências comunicativas para a vida em sociedade". (Nívea Maria Costa Vieira, 2026, grifo próprio).

A leitura, a escrita e a oralidade constituem práticas sociais que precisam ser avaliadas de maneira integrada, considerando os contextos de produção, circulação e uso da linguagem. A avaliação da leitura, por exemplo, não deve limitar-se à capacidade de decodificação textual, mas envolver interpretação, análise crítica, compreensão de diferentes gêneros e posicionamento

diante das informações apresentadas. Da mesma forma, a escrita deve ser analisada como processo que envolve planejamento, produção, revisão e reescrita, enquanto a oralidade precisa contemplar aspectos relacionados à argumentação, interação e adequação aos diferentes contextos comunicativos. Segundo Rossi (2021), as práticas de leitura propostas pela BNCC demandam estratégias pedagógicas que valorizem a participação dos estudantes em situações reais de uso da linguagem.

A avaliação das práticas de linguagem torna-se fundamental para promover uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com a formação integral dos estudantes. Os desafios enfrentados pelos professores envolvem a construção de instrumentos avaliativos diversificados, capazes de acompanhar diferentes ritmos de aprendizagem e reconhecer as múltiplas formas de expressão dos alunos. A BNCC reforça a necessidade de superar avaliações fragmentadas e promover processos avaliativos contínuos, formativos e contextualizados, considerando as habilidades desenvolvidas em diferentes práticas discursivas. Conforme Santos (2021), compreender a linguagem como prática social implica repensar as formas de ensinar e avaliar, valorizando os usos reais da língua em diferentes contextos.

2. DESENVOLVIMENTO

A avaliação das práticas de linguagem à luz da BNCC requer uma mudança de perspectiva sobre o papel da avaliação no processo educativo. O foco deixa de estar exclusivamente na identificação de erros e passa a considerar os avanços, as estratégias utilizadas pelos estudantes e suas possibilidades de desenvolvimento. A avaliação assume caráter formativo, permitindo ao professor compreender as dificuldades dos alunos e reorganizar suas práticas pedagógicas. A análise das produções escritas, das participações orais, das interpretações textuais e das interações comunicativas possibilita acompanhar o percurso de aprendizagem de forma mais ampla e significativa.

No ensino da leitura, escrita e oralidade, um dos principais desafios consiste em elaborar práticas avaliativas que contemplem a diversidade dos gêneros discursivos presentes na sociedade. A BNCC orienta que os estudantes tenham contato com textos literários, científicos, jornalísticos, digitais, multimodais e argumentativos, desenvolvendo habilidades de compreensão e produção em diferentes contextos. Dessa forma, a avaliação precisa considerar não apenas aspectos estruturais dos textos, mas também suas finalidades comunicativas, seus interlocutores e os sentidos construídos pelos estudantes. De acordo com Toldo e Martins (2020), o trabalho com gêneros discursivos amplia as possibilidades de ensino da Língua Portuguesa e exige novas formas de avaliar as competências desenvolvidas pelos alunos.

Avaliar a oralidade envolve observar a capacidade dos estudantes de argumentar, organizar ideias, participar de debates, realizar apresentações e interagir com diferentes públicos. Estratégias como seminários, rodas de conversa, debates, podcasts e exposições orais podem constituir instrumentos avaliativos relevantes, pois permitem analisar competências comunicativas em situações reais. Conforme Santos, Silva e Silva (2023), a perspectiva da análise linguística e semiótica presente na BNCC contribui para compreender a linguagem em suas múltiplas dimensões, incluindo aspectos verbais, visuais e interativos.

A avaliação das práticas de linguagem precisa estar articulada a propostas pedagógicas que valorizem a autonomia, a criatividade e a participação dos estudantes. O professor deve utilizar diferentes instrumentos avaliativos, como portfólios, registros reflexivos, produções textuais, autoavaliações e observações sistemáticas, possibilitando uma compreensão mais completa do desenvolvimento linguístico dos alunos. Essa abordagem contribui para uma avaliação mais justa e inclusiva, capaz de reconhecer diferentes trajetórias de aprendizagem.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições dos estudos da linguagem, da avaliação educacional e das orientações curriculares da Base Nacional Comum Curricular. Essa perspectiva compreende que a linguagem é uma prática social construída nas interações humanas e que seu ensino deve possibilitar aos estudantes participar de diferentes situações comunicativas. Dessa forma, a avaliação das práticas de linguagem deve considerar leitura, escrita e oralidade como processos dinâmicos, relacionados às experiências culturais e sociais dos sujeitos. Conforme Peixoto e Araújo (2020), a BNCC apresenta uma concepção de leitura que valoriza a construção de sentidos e a participação ativa do leitor.

As discussões contemporâneas sobre avaliação das práticas de linguagem destacam a importância de processos avaliativos contínuos, formativos e contextualizados. Avaliar significa acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, identificar potencialidades e promover intervenções pedagógicas que favoreçam a aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação não deve ser compreendida apenas como instrumento classificatório, mas como elemento fundamental para orientar o ensino. Segundo Rossi (2021), as práticas de linguagem previstas pela BNCC exigem metodologias que considerem os diferentes usos da língua e as experiências comunicativas dos estudantes.

As evidências produzidas por pesquisas recentes demonstram que a avaliação das práticas de linguagem precisa acompanhar as transformações sociais e tecnológicas que modificam as formas de comunicação. A presença de textos multimodais, ambientes digitais e

novas formas de interação exige instrumentos avaliativos capazes de contemplar diferentes competências linguísticas. Para Santos (2021), compreender a língua como prática social implica reconhecer que os estudantes desenvolvem conhecimentos linguísticos em diferentes espaços e situações de interação.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e abordagem interpretativa, tendo como objetivo analisar os desafios da avaliação das práticas de linguagem no Ensino Fundamental à luz da BNCC. A abordagem qualitativa possibilita compreender fenômenos educacionais considerando seus aspectos pedagógicos, sociais e culturais, permitindo uma análise aprofundada das concepções de avaliação relacionadas à leitura, escrita e oralidade.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir da análise de artigos científicos que discutem BNCC, práticas de linguagem, avaliação educacional e gêneros discursivos. Foram consideradas as contribuições de Peixoto e Araújo (2020), Rossi (2021), Santos (2021), Santos, Silva e Silva (2023) e Toldo e Martins (2020), buscando identificar fundamentos teóricos e possibilidades metodológicas para avaliação das competências linguísticas.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento, seleção e análise de produções acadêmicas relacionadas ao tema. Os estudos foram organizados em categorias analíticas envolvendo avaliação da leitura, produção escrita, oralidade, gêneros discursivos e competências previstas pela BNCC. A análise permitiu compreender a necessidade de práticas avaliativas mais inclusivas, diversificadas e alinhadas aos processos reais de aprendizagem.

CONCLUSÃO

A avaliação das práticas de linguagem à luz da BNCC constitui uma temática fundamental para compreender os desafios e possibilidades do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Ao considerar leitura, escrita e oralidade como práticas sociais, a avaliação amplia sua função educativa e contribui para uma formação mais significativa dos estudantes.

A superação de modelos avaliativos tradicionais representa um avanço importante para uma educação comprometida com a aprendizagem integral. Avaliar processos, estratégias e avanços dos estudantes possibilita reconhecer diferentes formas de construção do conhecimento e promover intervenções pedagógicas mais adequadas.

A leitura, a escrita e a oralidade precisam ser avaliadas em situações contextualizadas, nas quais os estudantes possam utilizar a linguagem para comunicar ideias, interpretar informações e participar da sociedade. Essa perspectiva fortalece a autonomia e o protagonismo dos alunos.

Os desafios apresentados pela avaliação das práticas de linguagem demonstram a necessidade de formação docente contínua e desenvolvimento de instrumentos avaliativos diversificados. Recursos como portfólios, projetos, produções textuais e atividades orais contribuem para uma avaliação mais democrática e inclusiva.

Avaliar as práticas de linguagem conforme os princípios da BNCC significa reconhecer a linguagem como elemento essencial da formação humana. Uma avaliação comprometida com leitura, escrita e oralidade favorece uma escola mais participativa, crítica e preparada para formar sujeitos capazes de interagir, comunicar-se e transformar a realidade social.

REFERÊNCIAS

PEIXOTO, Mayara Carvalho; ARAÚJO, Denise Lino de**. O conceito de leitura na BNCC do Ensino Fundamental.** *Revista Leitura*, Maceió, n. 67, p. 55-68, 2020. DOI: https://doi.org/10.28998/2317-9945.202067.55-68.

ROSSI, Maria Aparecida Garcia Lopes. **Práticas de leitura em Língua Portuguesa a partir da BNCC: em que se fundamentam e como realizá-las em sala de aula?** *Linha D'Água*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 5-26, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v34i3p5-26.

SANTOS, Larissa Malu dos**. O ensino de Língua Portuguesa e a noção de prática social: uma análise da Base Nacional Comum Curricular.** *Palimpsesto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 35, p. 60-83, 2021. DOI: https://doi.org/10.12957/palimpsesto.2021.56942.

SANTOS, Maria de Fátima Silva dos; SILVA, Cleciano de Souza; SILVA, Célia Maria Medeiros Barbosa da. **Análise linguística/semiótica na Base Nacional Comum Curricular.** *Revista 15 de Outubro*, 2023. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.10072477.

TOLDO, Claudia; MARTINS, Gabriela Schmitt Prym. **A BNCC e os gêneros discursivos: uma análise das habilidades de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental I.** *Revista Leitura*, Maceió, n. 67, p. 269-281, 2020. DOI: https://doi.org/10.28998/2317-9945.202067.269-281.

.

PORTFÓLIOS EDUCACIONAIS COMO ESTRATÉGIA INCLUSIVA DE AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE LINGUAGEM À LUZ DA BNCC: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL.

EDUCATIONAL PORTFOLIOS AS AN INCLUSIVE STRATEGY FOR ASSESSING LANGUAGE PRACTICES IN LIGHT OF THE BNCC: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR THE DEVELOPMENT OF READING, WRITING, AND ORALITY IN ELEMENTARY EDUCATION.

PORTAFOLIOS EDUCATIVOS COMO ESTRATEGIA INCLUSIVA DE EVALUACIÓN DE LAS PRÁCTICAS DEL LENGUAJE A LA LUZ DE LA BNCC: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES PARA EL DESARROLLO DE LA LECTURA, LA ESCRITURA Y LA ORALIDAD EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Sandro Garabed Ischkanian

1. INTRODUÇÃO

Os portfólios educacionais constituem uma importante estratégia de avaliação formativa, pois possibilitam acompanhar de maneira contínua e individualizada o percurso de aprendizagem dos estudantes, considerando suas produções, avanços, dificuldades e potencialidades. Diferentemente de modelos avaliativos tradicionais centrados exclusivamente em resultados finais, o portfólio valoriza o processo de construção do conhecimento e permite compreender como os alunos desenvolvem competências relacionadas à leitura, à escrita e à oralidade em diferentes situações de uso da linguagem. Segundo Hernández (2004), o portfólio representa uma ferramenta pedagógica capaz de favorecer a reflexão sobre a aprendizagem, tornando visíveis os caminhos percorridos pelos estudantes e fortalecendo uma avaliação mais participativa e significativa.

À luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a avaliação das práticas de linguagem deve considerar os estudantes como sujeitos ativos na produção de sentidos, capazes de interpretar, criar, comunicar e interagir por meio de diferentes gêneros textuais e linguagens. Os portfólios educacionais possibilitam registrar atividades diversificadas, como produções textuais, leituras realizadas, apresentações orais, projetos interdisciplinares, registros reflexivos e atividades multimodais, permitindo uma análise ampla do desenvolvimento das competências linguísticas. Conforme Villas Boas (2005), o portfólio contribui para uma avaliação democrática ao possibilitar que o estudante acompanhe sua própria evolução e participe da construção dos critérios avaliativos.

A utilização de portfólios como estratégia inclusiva amplia as possibilidades de participação dos estudantes, especialmente daqueles que apresentam diferentes ritmos, estilos e necessidades de aprendizagem. Ao considerar evidências diversificadas do desenvolvimento individual, essa metodologia aproxima-se dos princípios da educação inclusiva e do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que defendem múltiplas formas de representação, expressão e participação. Nesse sentido, Ischkanian et al. (2022) destacam que práticas pedagógicas inclusivas exigem estratégias que reconheçam a diversidade presente na sala de aula e favoreçam oportunidades reais de aprendizagem para todos os estudantes.

2. DESENVOLVIMENTO

Os portfólios educacionais, quando articulados às práticas de linguagem previstas pela BNCC, tornam-se instrumentos capazes de acompanhar o desenvolvimento progressivo da leitura, escrita e oralidade no Ensino Fundamental. A organização sistemática de registros permite ao professor identificar como os estudantes ampliam seu repertório linguístico, desenvolvem estratégias de compreensão textual, aprimoram suas produções escritas e fortalecem sua capacidade de comunicação oral. O portfólio ultrapassa a função de arquivo de atividades e passa a constituir um instrumento de análise pedagógica, planejamento e intervenção educativa.

No desenvolvimento da leitura, o portfólio pode reunir diferentes evidências de aprendizagem, como fichas de leitura, resenhas, interpretações textuais, registros de leitura literária e produções multimodais, possibilitando observar o avanço dos estudantes na construção de sentidos e na relação com diferentes gêneros discursivos. Na escrita, permite acompanhar etapas importantes do processo de produção textual, incluindo planejamento, elaboração de versões iniciais, revisões, reescritas e reflexões sobre as escolhas linguísticas realizadas. Já no campo da oralidade, pode contemplar registros de debates, seminários, apresentações, podcasts e outras atividades comunicativas, favorecendo a avaliação das competências argumentativas e interativas.

Como estratégia inclusiva, os portfólios educacionais possibilitam respeitar as singularidades dos estudantes, oferecendo diferentes caminhos para demonstrar conhecimentos e habilidades. Essa perspectiva está relacionada aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, que defendem práticas pedagógicas flexíveis e acessíveis, capazes de atender à diversidade dos sujeitos. De acordo com Zerbato e Mendes (2021), a inclusão educacional exige mudanças nas práticas escolares, especialmente nos processos de ensino e avaliação, para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades de participação e aprendizagem.

O Método de Portfólios Educacionais SHDI (Sistema de Histórico de Desenvolvimento Individual) apresenta-se como uma possibilidade de acompanhamento sistematizado das trajetórias educacionais, permitindo registrar aspectos cognitivos, linguísticos, sociais e pedagógicos dos estudantes. A proposta contribui para uma avaliação mais humanizada, pois considera o desenvolvimento individual e possibilita que professores, estudantes e famílias compreendam melhor os avanços alcançados no processo educativo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas concepções de avaliação formativa, educação inclusiva, práticas de linguagem e acompanhamento individualizado da aprendizagem. Os estudos sobre portfólios educacionais evidenciam que essa estratégia possibilita uma avaliação processual, reflexiva e centrada no desenvolvimento dos estudantes. Hernández (2004) e Villas Boas (2005) defendem que o portfólio favorece uma compreensão ampliada da aprendizagem, pois reúne diferentes evidências do percurso educativo e estimula a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento.

As discussões contemporâneas sobre avaliação educacional destacam a necessidade de superar práticas classificatórias e desenvolver processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem significativa. Nessa perspectiva, Luckesi (2017) argumenta que a avaliação deve assumir caráter diagnóstico e formativo, contribuindo para identificar dificuldades e promover intervenções pedagógicas adequadas. Os portfólios educacionais tornam-se instrumentos que possibilitam acompanhar continuamente o desenvolvimento das competências previstas pela BNCC, especialmente aquelas relacionadas às práticas de linguagem.

As evidências produzidas por pesquisas recentes sobre educação inclusiva demonstram que estratégias avaliativas diversificadas favorecem a participação e aprendizagem de estudantes com diferentes necessidades educacionais. O uso de instrumentos flexíveis, registros individuais e múltiplas formas de expressão aproxima-se dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem. Segundo Prais, Stein e Vitaliano (2020), práticas inclusivas devem considerar diferentes formas de ensinar, aprender e avaliar, garantindo maior equidade no ambiente escolar.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e abordagem interpretativa, tendo como objetivo analisar as contribuições dos portfólios educacionais como estratégia inclusiva de avaliação das práticas de linguagem à luz da

BNCC. A abordagem qualitativa possibilita compreender fenômenos educacionais considerando aspectos pedagógicos, sociais e culturais relacionados ao processo de aprendizagem.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada em estudos científicos sobre avaliação formativa, portfólios educacionais, inclusão escolar, BNCC e práticas de linguagem. Foram analisadas contribuições de autores como Hernández (2004), Villas Boas (2005), Luckesi (2017), Prais, Stein e Vitaliano (2020), Zerbato e Mendes (2021) e Ischkanian et al. (2022), buscando estabelecer relações entre avaliação, inclusão e desenvolvimento linguístico.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento e análise de produções acadêmicas relacionadas ao tema, considerando conceitos, fundamentos teóricos e possibilidades práticas de utilização dos portfólios no contexto escolar. A análise permitiu compreender que os portfólios constituem instrumentos relevantes para acompanhar processos de leitura, escrita e oralidade, favorecendo uma avaliação mais inclusiva, participativa e alinhada às competências propostas pela BNCC.

CONCLUSÃO

Os portfólios educacionais representam uma importante alternativa para transformar os processos avaliativos no Ensino Fundamental, pois possibilitam compreender a aprendizagem como um percurso contínuo, marcado por avanços, descobertas e diferentes formas de expressão. Ao valorizar registros individuais e coletivos, essa estratégia contribui para uma avaliação mais humana e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes.

A articulação entre portfólios, BNCC e práticas de linguagem fortalece uma concepção de avaliação que reconhece a leitura, a escrita e a oralidade como práticas sociais fundamentais para a participação cidadã. Dessa forma, os estudantes são incentivados a desenvolver autonomia, criatividade, pensamento crítico e capacidade comunicativa.

Como estratégia inclusiva, os portfólios favorecem o reconhecimento da diversidade presente nas salas de aula, permitindo que cada estudante demonstre suas aprendizagens por diferentes caminhos. Essa característica contribui para superar modelos avaliativos padronizados e ampliar as possibilidades de participação de todos os sujeitos.

O uso do Método de Portfólios Educacionais SHDI evidencia a importância de acompanhar individualmente o desenvolvimento dos estudantes, considerando aspectos pedagógicos, cognitivos e sociais. Essa perspectiva fortalece práticas educativas mais personalizadas e alinhadas aos princípios da inclusão escolar.

Portanto, os portfólios educacionais constituem uma ferramenta significativa para a construção de uma avaliação mais democrática, inclusiva e formativa. Ao integrar acompanhamento individualizado, práticas de linguagem e princípios da BNCC, essa estratégia contribui para uma escola capaz de reconhecer potencialidades, respeitar diferenças e promover aprendizagens mais significativas para todos.

REFERÊNCIAS

HERNÁNDEZ, Fernando**. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho: a relevância dos portfólios como instrumentos de avaliação e aprendizagem.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 165-183, 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000100009.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; MATOS, Abraão Danziger de; RONQUE, Wanessa Delgado da Silva; DUQUE, Rita de Cássia Soares; SOUZA, Alcione Santos de; BARBOSA, Vinícius Guiraldelli. **Educação inclusiva: desafios, percepções e possibilidades de práticas educacionais inovadoras na contemporaneidade.** Itapiranga: Schreiben, 2022. DOI: https://doi.org/10.29327/5132617.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; RONQUE, Wanessa Delgado da Silva; SOUZA, Alcione Santos de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; AMORIM, Jefferson Santos de. **A educação inclusiva: a formação docente para (re)pensar as práticas efetivas em sala de aula.** Itapiranga: Schreiben, 2022. DOI: https://doi.org/10.29327/5132617.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar e a prática educativa: desafios para uma educação inclusiva e democrática.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 70, p. 655-674, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227033.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza; STEIN, Jorama de Quadros; VITALIANO, Célia Regina. **Desenho universal para a aprendizagem na promoção da educação inclusiva: uma revisão sistemática.** *Revista Exitus*, Santarém, v. 10, e020086, 2020. DOI: https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1268.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico: possibilidades para a construção de aprendizagens significativas.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 291-306, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000100014.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 47, e233730, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147233730.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS: DESAFIOS PARA PRÁTICAS EDUCATIVAS CRÍTICAS E INOVADORAS.

MATHEMATICS TEACHER EDUCATION AND CONTEMPORARY PEDAGOGICAL TRENDS: CHALLENGES FOR CRITICAL AND INNOVATIVE EDUCATIONAL PRACTICES.

FORMACIÓN DE PROFESORES DE MATEMÁTICAS Y TENDENCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÁNEAS: DESAFÍOS PARA PRÁCTICAS EDUCATIVAS CRÍTICAS E INNOVADORAS.

Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa

1. INTRODUÇÃO

A formação de professores de Matemática ocupa posição estratégica nas discussões contemporâneas sobre a qualidade da educação, uma vez que o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas e inovadoras depende diretamente da articulação entre conhecimentos científicos, saberes didáticos e experiências construídas ao longo da trajetória profissional docente. As rápidas transformações sociais, científicas e tecnológicas do século XXI têm exigido que os professores ampliem suas competências para atuar em contextos educacionais cada vez mais complexos, marcados pela diversidade cultural, pela inclusão escolar e pela integração das tecnologias digitais aos processos de ensino e aprendizagem. A formação docente deixa de ser compreendida como um momento restrito à graduação e passa a constituir um processo contínuo de desenvolvimento profissional, reflexão crítica e reconstrução permanente da prática pedagógica. Conforme Fiorentini e Crecci (2013), o desenvolvimento profissional docente caracteriza-se como um processo permanente de aprendizagem, no qual o professor produz conhecimentos a partir da investigação de sua própria prática e da interação com diferentes contextos educativos.

As tendências pedagógicas contemporâneas em Educação Matemática têm ampliado as possibilidades metodológicas para o ensino da disciplina, valorizando abordagens investigativas, resolução de problemas, modelagem matemática, aprendizagem colaborativa, etnomatemática, metodologias ativas e integração das tecnologias digitais. Essas perspectivas rompem com modelos tradicionais centrados na transmissão mecânica de conteúdos e reconhecem os estudantes como protagonistas da construção do conhecimento matemático. O papel do professor assume caráter mediador, reflexivo e investigativo, exigindo sólida formação teórica e capacidade de planejar experiências de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento do

pensamento lógico, crítico e criativo. Cyrino (2016) destaca que o desenvolvimento profissional dos professores de Matemática fortalece-se em espaços colaborativos de investigação, nos quais a reflexão compartilhada possibilita a ressignificação das práticas pedagógicas e a construção coletiva do conhecimento docente.

Compreender os desafios da formação de professores de Matemática diante das tendências pedagógicas contemporâneas representa uma importante contribuição para o fortalecimento da educação básica e para a consolidação de práticas educativas comprometidas com a aprendizagem significativa. A articulação entre formação inicial, formação continuada, pesquisa educacional e desenvolvimento profissional favorece a construção de práticas inovadoras capazes de responder às demandas da sociedade contemporânea e promover uma educação matemática mais inclusiva, crítica e contextualizada. Segundo Nacarato e Paiva (2019), os processos formativos tornam-se mais consistentes quando aproximam teoria e prática, estimulam a investigação docente e reconhecem o professor como produtor de conhecimentos pedagógicos capazes de transformar a realidade escolar.

2. DESENVOLVIMENTO

A formação de professores de Matemática vem passando por profundas transformações nas últimas décadas em decorrência das mudanças ocorridas nas políticas educacionais, nas concepções de aprendizagem e nas demandas sociais relacionadas ao ensino da Matemática. Os cursos de formação inicial e continuada têm sido desafiados a desenvolver competências que ultrapassem o domínio dos conteúdos específicos da disciplina, contemplando aspectos didáticos, metodológicos, tecnológicos, éticos e inclusivos. Essa perspectiva compreende que ensinar Matemática exige conhecimentos relacionados à aprendizagem dos estudantes, à organização curricular, à avaliação, ao planejamento pedagógico e à utilização de metodologias que promovam participação ativa e construção significativa do conhecimento. Ponte, Oliveira e Varandas (2009) afirmam que o desenvolvimento profissional docente envolve processos permanentes de investigação, reflexão e reconstrução das práticas educativas, possibilitando ao professor adaptar-se às transformações da sociedade e às necessidades dos estudantes.

Entre as tendências pedagógicas contemporâneas que vêm influenciando a formação de professores destacam-se a resolução de problemas, a modelagem matemática, a aprendizagem baseada em projetos, a investigação matemática, as metodologias ativas, a cultura maker, a educação inclusiva e a utilização de tecnologias digitais no ensino. Essas abordagens favorecem ambientes de aprendizagem mais colaborativos, contextualizados e interdisciplinares, nos quais os estudantes deixam de ocupar posição passiva para assumir papel protagonista na construção

do conhecimento. A adoção dessas metodologias exige que os professores desenvolvam competências relacionadas ao planejamento de situações investigativas, mediação das aprendizagens, utilização de recursos tecnológicos e avaliação processual, fortalecendo uma prática pedagógica comprometida com a autonomia intelectual dos estudantes. Conforme Cyrino e Jesus (2014), as comunidades de prática constituem importantes espaços de aprendizagem profissional, pois promovem colaboração entre professores, compartilhamento de experiências e produção coletiva de conhecimentos pedagógicos.

O professor de Matemática contemporâneo necessita desenvolver postura investigativa, capacidade reflexiva e disposição para inovar continuamente suas práticas educativas diante das transformações científicas, tecnológicas e sociais. A pesquisa sobre a própria prática constitui importante instrumento de desenvolvimento profissional, permitindo analisar dificuldades, propor intervenções pedagógicas e produzir novos conhecimentos sobre o ensino da Matemática. Segundo Fiorentini e Crecci (2013), o desenvolvimento profissional docente ocorre quando o professor participa ativamente de processos colaborativos de formação, pesquisa e reflexão crítica, fortalecendo sua autonomia intelectual e ampliando as possibilidades de inovação pedagógica. A formação continuada consolida-se como elemento indispensável para promover práticas educativas críticas, inclusivas e comprometidas com uma Educação Matemática socialmente relevante.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições da Educação Matemática, da formação e desenvolvimento profissional docente e das tendências pedagógicas contemporâneas que compreendem o professor como sujeito reflexivo, pesquisador e protagonista da transformação das práticas educativas. Nessa perspectiva, a formação de professores de Matemática é concebida como um processo permanente de construção de saberes, no qual teoria, prática e investigação articulam-se para promover aprendizagens significativas e contextualizadas. Os estudos de Fiorentini e Crecci (2013) evidenciam que o desenvolvimento profissional docente ultrapassa a formação inicial, constituindo um percurso contínuo de aprendizagem, reflexão crítica e produção de conhecimentos pedagógicos capazes de qualificar o ensino da Matemática. Da mesma forma, Nacarato e Paiva (2019) defendem que a formação docente deve integrar conhecimentos matemáticos, didáticos e investigativos, fortalecendo práticas comprometidas com a inovação, a inclusão e a aprendizagem dos estudantes.

As discussões contemporâneas sobre formação de professores de Matemática destacam a necessidade de superar modelos tradicionais de ensino baseados na transmissão mecânica de

conteúdos e avançar para abordagens que valorizem a resolução de problemas, a investigação matemática, a modelagem, as metodologias ativas, a cultura digital e o trabalho colaborativo. Essas tendências reconhecem que a aprendizagem ocorre por meio da participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento, exigindo que o professor desenvolva competências relacionadas ao planejamento, à mediação pedagógica, à avaliação formativa e ao uso crítico das tecnologias educacionais. Cyrino (2016) ressalta que os processos de desenvolvimento profissional fortalecem-se quando os professores participam de comunidades investigativas e espaços colaborativos de formação, favorecendo a reflexão compartilhada e a reconstrução das práticas educativas. Complementarmente, Cyrino e Jesus (2014) demonstram que as comunidades de prática constituem ambientes privilegiados para a produção coletiva de conhecimentos, o fortalecimento da identidade profissional e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

As evidências produzidas por pesquisas recentes indicam que a qualidade da formação docente influencia diretamente a aprendizagem matemática, o desenvolvimento do pensamento crítico e a capacidade dos estudantes de resolver problemas presentes em diferentes contextos sociais, científicos e tecnológicos. Os estudos apontam que professores inseridos em processos permanentes de formação apresentam maior capacidade para selecionar metodologias diversificadas, integrar tecnologias digitais, desenvolver práticas inclusivas e promover ambientes colaborativos de aprendizagem. Ponte, Oliveira e Varandas (2009) afirmam que o desenvolvimento profissional deve ser compreendido como um processo investigativo e reflexivo, capaz de fortalecer a autonomia docente e promover inovação pedagógica. Assim, o conjunto das pesquisas analisadas sustenta que investir na formação continuada dos professores de Matemática representa uma condição indispensável para consolidar práticas educativas críticas, democráticas e inovadoras, alinhadas às demandas da educação contemporânea e aos desafios da formação integral dos estudantes.

3.1. Formação de professores de Matemática: desenvolvimento profissional e construção de saberes docentes

A formação de professores de Matemática constitui um processo permanente de construção de conhecimentos, desenvolvimento de competências pedagógicas e fortalecimento da identidade profissional docente. Essa perspectiva compreende que ensinar Matemática exige muito mais do que domínio dos conteúdos específicos da disciplina, envolvendo também conhecimentos didáticos, curriculares, tecnológicos, investigativos e relacionais que possibilitem responder às demandas da educação contemporânea. A formação inicial representa apenas o

ponto de partida desse percurso, sendo complementada continuamente por experiências profissionais, estudos, pesquisas e processos de formação continuada. Conforme Fiorentini e Crecci (2013), o desenvolvimento profissional docente caracteriza-se como um processo contínuo de aprendizagem, no qual o professor amplia seus saberes por meio da reflexão crítica sobre sua prática e da participação em espaços colaborativos de formação.

As pesquisas em Educação Matemática demonstram que a aprendizagem profissional dos professores é fortalecida quando ocorre em ambientes colaborativos que favorecem o diálogo, a investigação coletiva e o compartilhamento de experiências pedagógicas. Nesse contexto, comunidades de prática, grupos de pesquisa, projetos institucionais e programas de formação continuada possibilitam a produção coletiva de conhecimentos sobre o ensino da Matemática, contribuindo para o aprimoramento das práticas educativas e para a construção de soluções inovadoras diante dos desafios escolares. Cyrino e Jesus (2014) destacam que as comunidades de prática constituem importantes espaços de desenvolvimento profissional, pois promovem processos colaborativos de aprendizagem capazes de transformar tanto o conhecimento docente quanto a qualidade das práticas pedagógicas.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de integrar teoria e prática durante a formação docente, permitindo que os futuros professores desenvolvam competências para analisar criticamente diferentes contextos educacionais e elaborar intervenções pedagógicas fundamentadas em evidências científicas. Essa integração favorece a compreensão da Matemática como linguagem, ciência e instrumento de interpretação da realidade, estimulando práticas educativas contextualizadas, inclusivas e socialmente comprometidas. Nacarato e Paiva (2019) ressaltam que a formação do professor que ensina Matemática deve articular conhecimentos científicos, experiências pedagógicas e investigação da prática, fortalecendo uma atuação profissional comprometida com a aprendizagem significativa, a inovação didática e a transformação da realidade escolar.

3.2. Tendências pedagógicas contemporâneas e práticas educativas críticas e inovadoras

As tendências pedagógicas contemporâneas em Educação Matemática propõem a superação de modelos tradicionais centrados na transmissão mecânica de conteúdos, priorizando metodologias que favoreçam a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. Entre essas abordagens destacam-se a resolução de problemas, a modelagem matemática, a investigação matemática, as metodologias ativas, a aprendizagem baseada em projetos, a cultura maker, a etnomatemática, o uso das tecnologias digitais e as práticas interdisciplinares. Essas estratégias ampliam as possibilidades de aprendizagem ao relacionar os conceitos matemáticos

às situações do cotidiano, promovendo o desenvolvimento do raciocínio lógico, da criatividade, da autonomia e do pensamento crítico. Segundo Ponte, Oliveira e Varandas (2009), o professor contemporâneo necessita desenvolver competências investigativas e reflexivas que lhe permitam selecionar metodologias adequadas às diferentes realidades educacionais e aos objetivos de aprendizagem.

As práticas educativas críticas fundamentam-se na compreensão de que o ensino da Matemática deve contribuir para a formação de cidadãos capazes de interpretar informações, resolver problemas complexos, tomar decisões fundamentadas e atuar de maneira ética e participativa na sociedade. O professor assume o papel de mediador da aprendizagem, organizando situações didáticas que estimulem o diálogo, a argumentação, a investigação e a construção coletiva do conhecimento. As metodologias contemporâneas favorecem o protagonismo estudantil ao incentivar a elaboração de hipóteses, a resolução colaborativa de problemas, o uso de recursos tecnológicos e a reflexão sobre diferentes estratégias matemáticas. Cyrino (2016) enfatiza que o desenvolvimento profissional docente fortalece a capacidade dos professores de criar ambientes investigativos que promovam aprendizagens mais significativas e contextualizadas.

A incorporação das tendências pedagógicas contemporâneas fortalece a construção de práticas educativas inclusivas ao reconhecer que os estudantes apresentam diferentes ritmos, estilos, interesses e formas de aprendizagem, exigindo do professor uma atuação pedagógica flexível, investigativa e comprometida com a equidade educacional. Nessa perspectiva, o planejamento das aulas de Matemática deixa de estar centrado exclusivamente na transmissão de conteúdos e passa a contemplar metodologias que promovam a participação ativa dos estudantes, como resolução de problemas, investigação matemática, modelagem, aprendizagem baseada em projetos, jogos educativos, materiais manipuláveis, tecnologias digitais e atividades colaborativas. Essas estratégias favorecem o desenvolvimento do raciocínio lógico, da autonomia, da criatividade e do pensamento crítico, além de possibilitarem que os estudantes construam significados para os conceitos matemáticos a partir de situações reais e contextualizadas. Conforme Ponte, Oliveira e Varandas (2009), práticas pedagógicas fundamentadas na reflexão, na investigação e na colaboração ampliam as oportunidades de aprendizagem e fortalecem uma Educação Matemática comprometida com a formação integral dos estudantes.

A formação continuada constitui elemento indispensável para que os professores acompanhem as transformações científicas, tecnológicas e educacionais, desenvolvendo competências necessárias para inovar suas práticas e responder aos desafios da educação

contemporânea. A participação em comunidades de prática, grupos de pesquisa, cursos de aperfeiçoamento e processos colaborativos de formação favorece a reconstrução permanente dos saberes docentes e amplia a capacidade de integrar metodologias inovadoras, recursos tecnológicos e estratégias inclusivas ao ensino da Matemática. Além disso, a utilização de avaliações formativas permite acompanhar continuamente o desenvolvimento dos estudantes, identificar dificuldades, valorizar avanços e planejar intervenções pedagógicas mais eficazes. Segundo Fiorentini e Crecci (2013), o desenvolvimento profissional docente é um processo contínuo de reflexão crítica e produção de conhecimentos sobre a própria prática, condição essencial para consolidar uma Educação Matemática crítica, democrática, inclusiva e socialmente comprometida com a aprendizagem significativa e a transformação da realidade escolar.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e abordagem descritivo-analítica, tendo como objetivo compreender os principais desafios e possibilidades relacionados à formação de professores de Matemática diante das tendências pedagógicas contemporâneas. A pesquisa bibliográfica permite analisar criticamente conhecimentos já produzidos sobre determinado fenômeno, favorecendo a construção de interpretações fundamentadas em evidências científicas e em referenciais consolidados na área da Educação Matemática. Conforme Fiorentini e Crecci (2013), os estudos sobre desenvolvimento profissional docente exigem análises que articulem teoria, prática e investigação, possibilitando compreender a complexidade dos processos formativos e suas repercussões nas práticas educativas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se um levantamento sistemático de produções científicas nacionais e internacionais relacionadas à formação de professores de Matemática, desenvolvimento profissional docente, tendências pedagógicas contemporâneas, metodologias inovadoras e Educação Matemática. Foram analisados artigos científicos, livros, capítulos de livros e publicações indexadas em bases acadêmicas reconhecidas, priorizando estudos que apresentassem fundamentação teórica consistente e contribuições relevantes para o campo educacional. As análises foram desenvolvidas por meio da leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa das obras, buscando identificar categorias relacionadas ao desenvolvimento profissional, às práticas pedagógicas críticas, à inovação metodológica e à aprendizagem significativa. Conforme Nacarato e Paiva (2019), a pesquisa bibliográfica constitui

importante estratégia para sistematizar conhecimentos científicos e ampliar a compreensão sobre os processos formativos que envolvem o professor que ensina Matemática.

A coleta dos dados ocorreu por meio da seleção, organização e análise das informações presentes nas produções científicas que abordam o objeto de investigação. Os dados foram categorizados considerando os eixos temáticos formação docente, desenvolvimento profissional, metodologias ativas, práticas investigativas, inovação pedagógica e tendências contemporâneas em Educação Matemática. Posteriormente, realizou-se uma análise interpretativa fundamentada nos referenciais teóricos selecionados, estabelecendo relações entre as evidências encontradas e os objetivos propostos pela pesquisa. Segundo Ponte, Oliveira e Varandas (2009), a investigação sobre o desenvolvimento profissional dos professores contribui para compreender como diferentes processos formativos favorecem a construção de práticas pedagógicas reflexivas, colaborativas e comprometidas com a melhoria da qualidade da educação.

CONCLUSÃO

A formação de professores de Matemática constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação de uma educação de qualidade, capaz de responder aos desafios científicos, tecnológicos e sociais do século XXI. As transformações ocorridas na sociedade contemporânea exigem profissionais preparados para desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e contextualizadas, capazes de promover aprendizagens significativas e formar estudantes autônomos, críticos e participativos. Nesse sentido, a formação docente deve ser compreendida como um processo permanente de construção de conhecimentos, fortalecimento da identidade profissional e constante aperfeiçoamento das práticas educativas.

As tendências pedagógicas contemporâneas analisadas nesta pesquisa evidenciam que metodologias como resolução de problemas, modelagem matemática, investigação, aprendizagem baseada em projetos, metodologias ativas e utilização das tecnologias digitais ampliam significativamente as possibilidades de ensino e aprendizagem da Matemática. Essas abordagens favorecem ambientes educacionais mais colaborativos, investigativos e participativos, nos quais os estudantes assumem papel protagonista na construção do conhecimento, enquanto os professores exercem função mediadora, reflexiva e investigativa.

A formação continuada, o trabalho colaborativo, a participação em comunidades de prática e a pesquisa sobre a própria prática fortalecem a autonomia dos professores e ampliam sua capacidade de elaborar estratégias didáticas capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes. O professor de Matemática torna-se agente de inovação, transformação social e produção de novos conhecimentos educacionais.

A pesquisa também evidencia que a integração entre teoria, prática e investigação fortalece a qualidade da formação docente e contribui para aproximar a Educação Matemática das demandas contemporâneas. O desenvolvimento de práticas críticas possibilita que os estudantes utilizem a Matemática para interpretar fenômenos, resolver problemas complexos, tomar decisões fundamentadas e compreender sua realidade de forma ética, científica e cidadã. A formação de professores deixa de limitar-se ao domínio de conteúdos disciplinares e passa a contemplar dimensões pedagógicas, humanas, tecnológicas e sociais indispensáveis ao exercício da docência.

Conclui-se, portanto, que investir na formação de professores de Matemática representa uma estratégia essencial para fortalecer práticas educativas críticas e inovadoras comprometidas com a aprendizagem significativa, a inclusão e a transformação da realidade escolar. A valorização do desenvolvimento profissional contínuo, aliada às tendências pedagógicas contemporâneas, contribui para a construção de uma Educação Matemática mais democrática, investigativa, humanizadora e socialmente comprometida, preparando professores e estudantes para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação e reafirmando o papel da educação como instrumento de desenvolvimento científico, cidadania e justiça social.

REFERÊNCIAS

CYRINO, Márcia Cristina de Costa Trindade. **Mathematics teachers' professional development in communities of inquiry: reflections on Brazilian research.** *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, v. 30, n. 54, p. 87-103, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-4415v30n54a05.

CYRINO, Márcia Cristina de Costa Trindade; JESUS, Clayton de Oliveira. **Comunidades de prática como contexto para o desenvolvimento profissional de professores que ensinam Matemática.** *Acta Scientiae*, Canoas, v. 16, n. 2, p. 246-261, 2014. DOI: https://doi.org/10.17648/acta.scientiae.v16iss2id1074.

FIORENTINI, Dario; CRECCI, Vanessa. **Desenvolvimento profissional docente: um termo guarda-chuva ou um novo sentido à formação?** *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 5, n. 8, p. 11-23, 2013. DOI: https://doi.org/10.31639/rbpfp.v5i8.74

NACARATO, Adair Mendes; PAIVA, Maria Auxiliadora Vilela (org.). **A formação do professor que ensina Matemática: perspectivas e pesquisas.** *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, v. 33, n. 65, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-4415v33n65a01

PONTE, João Pedro da; OLIVEIRA, Hélia; VARANDAS, José Manuel**. O desenvolvimento profissional dos professores de Matemática: uma perspectiva de investigação e formação.** *Quadrante*, Lisboa, v. 18, n. 1-2, p. 95-126, 2009. DOI: https://doi.org/10.48489/quadrante.22877.

ENSINO DE MATEMÁTICA E CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO CIENTÍFICO: METODOLOGIAS ATIVAS E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO SÉCULO XXI.

MATHEMATICS TEACHING AND THE CONSTRUCTION OF SCIENTIFIC THINKING: ACTIVE METHODOLOGIES AND MEANINGFUL LEARNING IN THE 21ST CENTURY.

ENSEÑANZA DE LAS MATEMÁTICAS Y CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO CIENTÍFICO: METODOLOGÍAS ACTIVAS Y APRENDIZAJE SIGNIFICATIVO EN EL SIGLO XXI.

Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa

1. INTRODUÇÃO

O ensino de Matemática no século XXI vem sendo amplamente discutido em razão das profundas transformações científicas, tecnológicas e sociais que influenciam os processos educativos e exigem novas formas de ensinar e aprender. Nesse contexto, a construção do pensamento científico assume papel central na formação dos estudantes, uma vez que favorece o desenvolvimento da capacidade de investigar, formular hipóteses, analisar evidências, interpretar informações e resolver problemas presentes em diferentes situações da vida cotidiana. A Matemática deixa de ser compreendida apenas como um conjunto de procedimentos algorítmicos e passa a constituir uma linguagem científica capaz de contribuir para a compreensão crítica da realidade. Segundo Skovsmose (2013), a Educação Matemática deve promover processos de aprendizagem que estimulem a reflexão, a argumentação e o pensamento crítico, permitindo aos estudantes compreenderem a função social da Matemática na interpretação e transformação do mundo.

As metodologias ativas têm se consolidado como importantes estratégias pedagógicas para fortalecer a aprendizagem significativa e favorecer a construção do pensamento científico. Essas abordagens deslocam o foco do ensino tradicional, centrado na transmissão de conteúdos, para processos nos quais os estudantes participam ativamente da construção do conhecimento por meio da investigação, resolução de problemas, aprendizagem baseada em projetos, modelagem matemática, experimentação e utilização de tecnologias digitais. O professor assume a função de mediador da aprendizagem, organizando situações desafiadoras que estimulem o protagonismo estudantil e a construção coletiva do conhecimento. Bacich e Moran (2021) destacam que as metodologias ativas favorecem ambientes educacionais mais participativos, colaborativos e contextualizados, promovendo aprendizagens duradouras e o desenvolvimento de competências essenciais para a sociedade contemporânea.

Diante desse cenário, compreender as relações entre ensino de Matemática, pensamento científico, metodologias ativas e aprendizagem significativa representa uma contribuição relevante para a qualificação das práticas pedagógicas na Educação Básica. A integração entre investigação científica, tecnologias digitais, práticas colaborativas e resolução de problemas possibilita construir experiências educacionais capazes de desenvolver autonomia intelectual, criatividade, raciocínio lógico e capacidade argumentativa dos estudantes. Conforme Borba, Chiari e Almeida (2018), a incorporação das tecnologias digitais amplia as possibilidades de exploração dos conceitos matemáticos, favorecendo ambientes de aprendizagem inovadores e fortalecendo processos investigativos que aproximam a Matemática das demandas científicas e sociais do século XXI.

2. DESENVOLVIMENTO

O ensino de Matemática orientado para a construção do pensamento científico exige práticas pedagógicas que favoreçam a investigação, a formulação de hipóteses, a experimentação, a análise de dados e a resolução de problemas contextualizados. Essa perspectiva rompe com modelos tradicionais baseados exclusivamente na memorização de procedimentos e estimula os estudantes a compreenderem a Matemática como instrumento de produção de conhecimento científico e interpretação da realidade. A aprendizagem passa a ocorrer por meio da participação ativa dos alunos em situações investigativas que envolvem observação, argumentação, validação de resultados e comunicação das conclusões obtidas. Segundo Silva e Klüber (2012), a modelagem matemática constitui uma estratégia metodológica capaz de integrar conhecimentos científicos e situações do cotidiano, favorecendo aprendizagens significativas e o desenvolvimento do pensamento investigativo.

As metodologias ativas fortalecem esse processo ao promoverem ambientes educacionais nos quais os estudantes assumem papel protagonista na construção do conhecimento. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida, resolução colaborativa de problemas, investigação matemática, gamificação, estudos de caso e utilização de tecnologias digitais ampliam as oportunidades de participação e incentivam o desenvolvimento de competências cognitivas, científicas e socioemocionais. Nessas abordagens, o professor atua como mediador, orientando os processos investigativos, promovendo o diálogo entre os estudantes e estimulando a construção coletiva do conhecimento. De acordo com Bacich e Moran (2021), metodologias centradas na participação ativa favorecem maior envolvimento dos estudantes, ampliam a autonomia intelectual e contribuem para aprendizagens mais profundas, contextualizadas e permanentes.

Softwares matemáticos, simuladores, ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas digitais, aplicativos educacionais, calculadoras gráficas, recursos de inteligência artificial e objetos digitais de aprendizagem possibilitam diferentes formas de representação dos conceitos matemáticos, favorecendo a experimentação, a visualização e a resolução de problemas complexos. Além disso, essas ferramentas ampliam as possibilidades de investigação científica, permitindo que os estudantes analisem dados, construam modelos, testem hipóteses e desenvolvam projetos interdisciplinares. Conforme Borba, Chiari e Almeida (2018), a integração das tecnologias digitais à Educação Matemática amplia significativamente as possibilidades metodológicas do ensino, fortalecendo práticas inovadoras, colaborativas e comprometidas com a formação científica dos estudantes.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições da Educação Matemática, das metodologias ativas, da aprendizagem significativa e das abordagens voltadas ao desenvolvimento do pensamento científico como elementos estruturantes da formação integral dos estudantes no século XXI. Essas perspectivas compreendem a Matemática como uma ciência que ultrapassa a aprendizagem de procedimentos operatórios, favorecendo a investigação, a resolução de problemas, a construção de argumentos, a análise crítica de informações e a interpretação de fenômenos presentes na realidade. Nesse contexto, Skovsmose (2013) defende uma Educação Matemática crítica comprometida com a formação cidadã, na qual o ensino contribui para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade de compreender e transformar o contexto social. Complementarmente, Silva e Klüber (2012) destacam que a modelagem matemática constitui importante estratégia para aproximar os conteúdos escolares das situações concretas, favorecendo aprendizagens contextualizadas e cientificamente significativas.

As discussões contemporâneas sobre o ensino de Matemática evidenciam a necessidade de reorganizar as práticas pedagógicas por meio de metodologias que coloquem o estudante como protagonista da aprendizagem. Nessa perspectiva, metodologias ativas como aprendizagem baseada em projetos, resolução de problemas, sala de aula invertida, investigação matemática, modelagem e utilização de tecnologias digitais promovem maior participação dos estudantes na construção do conhecimento, fortalecendo competências relacionadas ao raciocínio lógico, à criatividade, à colaboração, à comunicação e ao pensamento científico. Bacich e Moran (2021) afirmam que essas metodologias ampliam o envolvimento dos estudantes nos processos educativos ao promover experiências de aprendizagem contextualizadas, colaborativas e voltadas

para a resolução de desafios reais. Da mesma forma, Borba, Chiari e Almeida (2018) demonstram que a incorporação das tecnologias digitais amplia significativamente as possibilidades de exploração dos conceitos matemáticos, favorecendo processos investigativos, experimentação e construção coletiva do conhecimento.

As evidências produzidas por pesquisas recentes indicam que práticas pedagógicas fundamentadas na investigação, na colaboração e na resolução de problemas contribuem significativamente para o desenvolvimento do pensamento científico e da aprendizagem significativa em Matemática. Os estudos apontam que estudantes inseridos em ambientes de aprendizagem ativos apresentam maior autonomia intelectual, capacidade argumentativa, pensamento crítico e habilidade para aplicar conhecimentos matemáticos em diferentes contextos científicos, tecnológicos e sociais. Além disso, o desenvolvimento profissional contínuo dos professores constitui condição indispensável para a implementação dessas metodologias, uma vez que possibilita a reconstrução permanente das práticas pedagógicas e a integração entre teoria, pesquisa e ensino. Cyrino (2016) ressalta que comunidades de investigação e processos colaborativos de formação fortalecem a identidade profissional docente e favorecem a consolidação de práticas inovadoras comprometidas com uma Educação Matemática crítica, investigativa e socialmente relevante.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e abordagem descritivo-analítica, buscando compreender as contribuições das metodologias ativas para o ensino de Matemática e para a construção do pensamento científico no contexto da educação contemporânea. A pesquisa bibliográfica possibilita analisar criticamente produções científicas já consolidadas, favorecendo a sistematização de conhecimentos e a identificação de contribuições teóricas relacionadas à aprendizagem significativa, à inovação pedagógica e ao desenvolvimento das competências científicas. Conforme Skovsmose (2013), a investigação em Educação Matemática deve favorecer análises críticas sobre as práticas educativas, compreendendo o ensino como instrumento de formação cidadã e transformação social.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se levantamento, seleção e análise de artigos científicos, livros e publicações acadêmicas nacionais e internacionais que abordam o ensino de Matemática, metodologias ativas, modelagem matemática, tecnologias digitais, aprendizagem significativa e desenvolvimento do pensamento científico. As obras foram selecionadas considerando sua relevância científica, atualidade, rigor metodológico e aderência

ao objeto de estudo. A análise ocorreu mediante leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa, permitindo identificar categorias relacionadas à inovação pedagógica, ao protagonismo estudantil, à investigação científica, à aprendizagem colaborativa e à formação docente. Segundo Bacich e Moran (2021), estudos fundamentados em revisão bibliográfica contribuem para compreender as transformações educacionais e orientar práticas pedagógicas inovadoras fundamentadas em evidências científicas.

A coleta dos dados ocorreu por meio da organização, sistematização e interpretação das informações presentes nas produções científicas selecionadas para a pesquisa. Posteriormente, os dados foram agrupados em categorias temáticas relacionadas às metodologias ativas, ao pensamento científico, às tecnologias digitais, à modelagem matemática e à aprendizagem significativa, possibilitando estabelecer relações entre os referenciais teóricos e os objetivos propostos pela investigação. Conforme Cyrino (2016), pesquisas bibliográficas permitem compreender os processos de desenvolvimento profissional docente e identificar práticas educacionais capazes de fortalecer a qualidade do ensino de Matemática diante das demandas científicas e tecnológicas do século XXI.

CONCLUSÃO

O ensino de Matemática no século XXI demanda uma profunda ressignificação das práticas pedagógicas, reconhecendo que a aprendizagem matemática deve contribuir para o desenvolvimento do pensamento científico, da autonomia intelectual e da capacidade dos estudantes de compreender e transformar a realidade. A superação de modelos centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos favorece uma educação mais dinâmica, investigativa e alinhada às exigências da sociedade contemporânea, na qual o conhecimento científico constitui elemento essencial para o exercício da cidadania.

As metodologias ativas apresentam-se como importantes estratégias para promover aprendizagens significativas, uma vez que colocam os estudantes no centro do processo educativo e valorizam a investigação, a resolução de problemas, a experimentação, a colaboração e a construção coletiva do conhecimento. Essas abordagens ampliam o interesse dos estudantes pela Matemática e fortalecem competências relacionadas ao raciocínio lógico, à criatividade, à comunicação e ao pensamento crítico, indispensáveis para sua formação acadêmica e social.

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa refere-se à utilização das tecnologias digitais como recursos capazes de ampliar as possibilidades de investigação matemática, visualização de conceitos, experimentação e resolução de problemas complexos. Quando integradas de forma planejada às metodologias ativas, essas tecnologias favorecem ambientes de

aprendizagem mais interativos, colaborativos e conectados às demandas científicas, tecnológicas e culturais do século XXI.

A pesquisa também evidencia que a formação continuada dos professores representa condição indispensável para a implementação dessas propostas pedagógicas. O desenvolvimento profissional permanente fortalece a capacidade docente de integrar metodologias inovadoras, recursos tecnológicos e estratégias investigativas ao ensino da Matemática, promovendo práticas mais inclusivas, reflexivas e comprometidas com a aprendizagem significativa dos estudantes.

A articulação entre metodologias ativas, pensamento científico, tecnologias digitais e aprendizagem significativa constitui um caminho promissor para fortalecer a Educação Matemática contemporânea. Investir na formação docente, na inovação pedagógica e na construção de ambientes investigativos representa uma estratégia fundamental para formar estudantes críticos, autônomos, criativos e preparados para enfrentar os desafios científicos, tecnológicos e sociais do século XXI, reafirmando o papel da Matemática como instrumento de desenvolvimento humano, produção do conhecimento e transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma revisão conceitual.** *Revista Pátio*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, 2021. DOI: https://doi.org/10.5216/rpp.v18.65667.

BORBA, Marcelo de Carvalho; CHIARI, Aparecida; ALMEIDA, Helber Rangel Formiga Leite de. **Tecnologias digitais e Educação Matemática: desafios e perspectivas contemporâneas.** *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, v. 32, n. 60, p. 1305-1325, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-4415v32n60a18.

CYRINO, Márcia Cristina de Costa Trindade**. Mathematics teachers' professional development in communities of inquiry: reflections on Brazilian research.** *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, v. 30, n. 54, p. 87-103, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-4415v30n54a05.

SILVA, João Alberto da; KLÜBER, Tiago Emanuel. **Modelagem Matemática e investigação na Educação Matemática: possibilidades para a aprendizagem significativa.** *Acta Scientiae*, Canoas, v. 14, n. 2, p. 204-221, 2012. DOI: https://doi.org/10.17648/acta.scientiae.v14iss2id1087.

SKOVSMOSE, Ole**. Educação Matemática crítica: possibilidades para o desenvolvimento do pensamento crítico.** *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, v. 27, n. 47, p. 439-458, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-636X2013000300002.

MÍDIAS EDUCACIONAIS E GÊNEROS DIGITAIS NA ALFABETIZAÇÃO: WHATSAPP, PODCATS E VÍDEOS EDUCACIONAIS NA SALA DE AULA.

EDUCATIONAL MEDIA AND DIGITAL GENRES IN LITERACY: WHATSAPP, PODCASTS, AND EDUCATIONAL VIDEOS IN THE CLASSROOM.

MEDIOS EDUCATIVOS Y GÉNEROS DIGITALES EN LA ALFABETIZACIÓN: WHATSAPP, PÓDCASTS Y VIDEOS EDUCATIVOS EN EL AULA.

Nivea Maria Costa Vieira

1. INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas que caracterizam a sociedade contemporânea têm provocado mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, exigindo que a alfabetização incorpore novas linguagens, mídias educacionais e gêneros digitais presentes no cotidiano das crianças. A leitura e a escrita deixaram de ocorrer exclusivamente em suportes impressos e passaram a integrar ambientes digitais marcados pela multimodalidade, pela interação e pela circulação de diferentes formas de comunicação. Nesse contexto, a alfabetização amplia seu significado ao contemplar práticas que envolvem textos escritos, imagens, áudios, vídeos e recursos digitais, favorecendo o desenvolvimento de competências comunicativas compatíveis com as demandas do século XXI. Oliveira (2022) destaca que as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de leitura e produção escrita, aproximando os processos educativos das práticas sociais contemporâneas e fortalecendo experiências de letramento mais dinâmicas, contextualizadas e significativas.

A utilização de mídias educacionais como WhatsApp, podcasts e vídeos educativos representa uma importante estratégia para diversificar as práticas pedagógicas e fortalecer a aprendizagem da leitura, da escrita e da oralidade durante o processo de alfabetização. Esses recursos possibilitam criar ambientes colaborativos de aprendizagem nos quais estudantes, professores e famílias interagem continuamente por meio da produção, compartilhamento e interpretação de diferentes gêneros digitais. Além de favorecerem o desenvolvimento das habilidades linguísticas, essas ferramentas estimulam a criatividade, a autoria, a comunicação, a escuta ativa e o protagonismo infantil, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de utilizar criticamente as tecnologias digitais em diferentes contextos sociais. Segundo Negrão e Neuenfeldt (2024), o uso pedagógico do WhatsApp fortalece a comunicação entre escola e comunidade, amplia as possibilidades de acompanhamento das atividades escolares e potencializa práticas colaborativas de ensino.

Diante desse cenário, compreender as contribuições das mídias educacionais e dos gêneros digitais para a alfabetização torna-se fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e alinhadas às competências previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A integração entre tecnologias digitais, multiletramentos e metodologias ativas favorece experiências educativas que articulam leitura, escrita, oralidade, cultura digital e aprendizagem significativa. Conforme Pinto et al. (2022), a utilização do WhatsApp em contextos educativos de letramento digital amplia as oportunidades de aprendizagem, fortalece os processos de interação e contribui para a construção de ambientes educacionais mais participativos, colaborativos e conectados às práticas comunicativas da sociedade contemporânea.

2. DESENVOLVIMENTO

As mídias educacionais vêm assumindo papel cada vez mais relevante na alfabetização ao favorecerem a integração entre diferentes linguagens, recursos tecnológicos e práticas sociais de comunicação. O uso de gêneros digitais amplia as possibilidades de ensino da leitura e da escrita, permitindo que os estudantes desenvolvam competências relacionadas à interpretação, produção textual, oralidade e pensamento crítico em contextos autênticos de aprendizagem. Mensagens instantâneas, podcasts, vídeos, infográficos, histórias digitais e outros formatos multimodais aproximam os conteúdos escolares das experiências vividas pelas crianças fora da escola, tornando a aprendizagem mais significativa e contextualizada. Oliveira (2022) ressalta que a incorporação das tecnologias digitais ao ensino promove novas formas de interação com a linguagem e amplia os processos de construção do conhecimento durante a alfabetização.

Entre os recursos disponíveis, o WhatsApp destaca-se por sua ampla acessibilidade e por possibilitar práticas pedagógicas colaborativas que envolvem professores, estudantes e famílias. O compartilhamento de áudios com leitura de histórias, vídeos explicativos, atividades de escrita, jogos linguísticos, desafios de leitura e devolutivas pedagógicas fortalece a continuidade da aprendizagem dentro e fora da sala de aula. Paralelamente, os podcasts ampliam as oportunidades de desenvolvimento da oralidade, da escuta, da compreensão textual e da argumentação, permitindo que as crianças produzam entrevistas, relatos, contação de histórias, leituras dramatizadas e programas educativos. Conforme Fonseca, Carvalho e Dantas (2022), a utilização pedagógica dos podcasts favorece práticas inovadoras de ensino ao estimular a participação ativa dos estudantes e fortalecer competências relacionadas à comunicação oral, à autoria e à construção coletiva do conhecimento.

Os vídeos educacionais também desempenham papel estratégico na alfabetização por integrarem linguagem verbal, visual e sonora em experiências de aprendizagem multimodais. A utilização de histórias animadas, músicas, documentários infantis, videoaulas, contação de histórias e produções audiovisuais elaboradas pelos próprios estudantes favorece o desenvolvimento da compreensão leitora, da produção escrita, da criatividade e da interpretação crítica das informações. Essas atividades podem ser articuladas com rodas de conversa, produção textual, dramatizações, ilustrações, mapas conceituais e projetos interdisciplinares, fortalecendo a aprendizagem significativa e os processos de letramento digital. Rossi e Karwoski (2025) afirmam que a integração dos podcasts e das mídias audiovisuais ao contexto escolar amplia as possibilidades de ensino e favorece práticas pedagógicas inovadoras que aproximam a alfabetização das múltiplas linguagens presentes na cultura digital contemporânea.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições dos estudos sobre tecnologias digitais na educação, letramentos digitais, multiletramentos e mídias educacionais aplicadas aos processos de alfabetização. Essa perspectiva compreende a aprendizagem da leitura, da escrita e da oralidade como práticas sociais que extrapolam o domínio do código linguístico, incorporando diferentes linguagens, suportes e formas de comunicação presentes na cultura digital. As mídias educacionais assumem, nesse contexto, importante papel na mediação do conhecimento, favorecendo experiências pedagógicas mais colaborativas, interativas e contextualizadas. Oliveira (2022) destaca que a integração das tecnologias digitais às práticas pedagógicas amplia as possibilidades de construção do conhecimento, fortalece os processos de letramento e aproxima a escola das práticas comunicativas vivenciadas pelos estudantes em seu cotidiano.

As discussões contemporâneas sobre alfabetização reconhecem que os estudantes necessitam desenvolver competências relacionadas aos multiletramentos, compreendendo, interpretando e produzindo textos multimodais que circulam em diferentes ambientes digitais. Essa perspectiva rompe com modelos tradicionais centrados exclusivamente na escrita impressa e valoriza a integração entre leitura, oralidade, produção textual, cultura digital e comunicação multimodal. Nesse cenário, ferramentas como WhatsApp, podcasts e vídeos educacionais deixam de representar apenas recursos tecnológicos e passam a constituir instrumentos pedagógicos capazes de potencializar metodologias ativas, promover maior interação entre professores e estudantes e favorecer aprendizagens significativas. Conforme Negrão e Neuenfeldt (2024), o uso pedagógico das plataformas digitais amplia os espaços de

aprendizagem, fortalece o vínculo entre escola e comunidade e estimula processos colaborativos que contribuem para o desenvolvimento das competências linguísticas.

As evidências produzidas por pesquisas recentes demonstram que a utilização planejada das mídias educacionais favorece o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade, da autoria, da criatividade e da cultura digital durante a alfabetização. Estudos de Fonseca, Carvalho e Dantas (2022), Pinto et al. (2022) e Rossi e Karwoski (2025) evidenciam que podcasts, aplicativos de mensagens instantâneas e recursos audiovisuais promovem ambientes de aprendizagem mais participativos, ampliam as possibilidades de interação entre estudantes e professores e fortalecem práticas pedagógicas alinhadas às competências previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dessa forma, o referencial teórico adotado sustenta a compreensão de que a incorporação crítica das tecnologias digitais constitui estratégia relevante para promover uma alfabetização inclusiva, significativa e compatível com as demandas educacionais da sociedade contemporânea.

3.1. Mídias educacionais e gêneros digitais na alfabetização

As transformações tecnológicas das últimas décadas ampliaram significativamente as possibilidades de utilização das mídias educacionais como recursos pedagógicos no processo de alfabetização. A inserção de gêneros digitais nas práticas escolares permite que crianças desenvolvam habilidades de leitura, escrita, oralidade e interpretação por meio de diferentes linguagens, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico, significativo e próximo das experiências vivenciadas no cotidiano. A alfabetização, compreendida na perspectiva dos multiletramentos, passa a contemplar não apenas o domínio do sistema de escrita alfabética, mas também a capacidade de compreender, produzir e interpretar textos que circulam em diferentes ambientes digitais, favorecendo a construção de competências comunicativas essenciais para a participação na cultura contemporânea. Oliveira (2022) ressalta que a integração das tecnologias digitais aos processos educativos amplia as práticas de leitura e escrita, promovendo novas formas de interação entre estudantes, linguagem e conhecimento.

Os gêneros digitais constituem importantes instrumentos para ampliar as práticas de letramento, possibilitando que os estudantes interajam com diferentes formatos textuais, como mensagens instantâneas, vídeos, podcasts, infográficos, histórias digitais, imagens, áudios e produções multimodais. Essas experiências favorecem o desenvolvimento da autoria, da criatividade, da comunicação e do pensamento crítico, além de aproximarem a escola das práticas sociais mediadas pelas tecnologias digitais. A utilização pedagógica desses gêneros fortalece uma alfabetização contextualizada, significativa e alinhada às competências previstas

pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que se refere à Cultura Digital e às práticas de linguagem. Pinto et al. (2022) afirmam que o uso de tecnologias digitais nos processos de letramento amplia as oportunidades de aprendizagem colaborativa, fortalece a participação ativa dos estudantes e contribui para o desenvolvimento de competências essenciais para a cidadania digital.

3.2. O uso do WhatsApp e dos podcasts como estratégias pedagógicas na alfabetização

O WhatsApp e os podcasts apresentam grande potencial pedagógico para fortalecer os processos de alfabetização, especialmente por favorecerem diferentes formas de comunicação, interação e produção de linguagem. O WhatsApp pode ser utilizado para compartilhar histórias, desafios de leitura, atividades de escrita, áudios produzidos pelos estudantes, orientações às famílias, jogos linguísticos, pequenos vídeos explicativos e atividades colaborativas, fortalecendo a aproximação entre escola, estudantes e comunidade. Sua ampla utilização social torna esse recurso acessível e familiar para a maioria das famílias, contribuindo para ampliar as oportunidades de aprendizagem dentro e fora da sala de aula. Segundo Negrão e Neuenfeldt (2024), a utilização planejada do aplicativo favorece a continuidade das experiências educativas, fortalece a comunicação entre escola e família e amplia os espaços de construção do conhecimento.

Os podcasts, por sua vez, favorecem o desenvolvimento da oralidade, da escuta ativa, da compreensão textual, da ampliação do vocabulário e da organização do pensamento. Durante a alfabetização, os estudantes podem produzir pequenos programas de rádio, contação de histórias, entrevistas, relatos de experiências, leitura de poemas, reconto de narrativas e comentários sobre livros, desenvolvendo competências relacionadas à expressão oral, à argumentação e à comunicação. Essas atividades estimulam o protagonismo infantil, promovem aprendizagens colaborativas e permitem que as crianças compreendam a linguagem como prática social significativa. Fonseca, Carvalho e Dantas (2022) destacam que os podcasts favorecem metodologias participativas, fortalecem a autonomia dos estudantes e ampliam os espaços de produção de conhecimento por meio da comunicação oral.

Exemplos de atividades com WhatsApp e podcasts:

- envio de áudios com leitura diária de histórias;
- desafios semanais de leitura e escrita em grupos da turma;
- gravação de podcasts com parlendas, poemas e contação de histórias;
- entrevistas realizadas pelos estudantes com familiares sobre memórias da infância;
- produção coletiva de programas educativos sobre temas estudados em sala de aula;

- compartilhamento de devolutivas pedagógicas por mensagens de áudio;
- criação de "podcasts literários" para apresentação de livros lidos pela turma;
- produção de boletins informativos semanais gravados pelos estudantes.

3.3. Vídeos educacionais na sala de aula: possibilidades para o desenvolvimento da alfabetização

Os vídeos educacionais constituem recursos didáticos que favorecem a aprendizagem por integrarem linguagem verbal, visual, sonora e audiovisual em uma mesma experiência pedagógica. Na alfabetização, esses materiais possibilitam explorar letras, sílabas, palavras, histórias, músicas, gêneros textuais, situações comunicativas e diferentes manifestações culturais de forma lúdica e significativa. Além disso, contribuem para estimular a atenção, a curiosidade, a compreensão leitora e o desenvolvimento da linguagem oral, criando oportunidades para que os estudantes estabeleçam relações entre imagens, sons, textos e conhecimentos prévios. Rossi e Karwoski (2025) destacam que os recursos audiovisuais ampliam o engajamento dos estudantes, favorecem aprendizagens mais significativas e fortalecem o desenvolvimento dos multiletramentos.

O uso pedagógico de vídeos deve estar articulado a propostas de aprendizagem ativa, nas quais os estudantes assumam papel protagonista na construção do conhecimento. Após a exibição de um vídeo, o professor pode organizar rodas de conversa, atividades de reconto, produção de textos, dramatizações, ilustrações, elaboração de mapas conceituais, registros escritos, produção de novos vídeos ou criação de histórias digitais. Essas estratégias favorecem a integração entre leitura, escrita, oralidade e cultura digital, fortalecendo os processos de alfabetização e letramento. Quando associados a metodologias participativas, os vídeos educacionais estimulam a reflexão, a criatividade, a resolução de problemas e o trabalho colaborativo, aproximando a aprendizagem das experiências vivenciadas pelos estudantes em diferentes contextos sociais.

Exemplos de utilização de vídeos educacionais:

- vídeos de contação de histórias seguidos de produção textual;
- animações sobre formação de palavras e consciência fonológica;
- vídeos com músicas e cantigas para desenvolvimento da linguagem oral;
- documentários infantis para produção de relatos e recontos;
- produção de vídeos pelos próprios estudantes explicando conteúdos aprendidos;
- criação de videoaulas simples utilizando celulares e aplicativos gratuitos como ferramenta de autoria;

- elaboração de curtas-metragens baseados em histórias produzidas pela turma;
- produção de vídeos com entrevistas, experimentos e apresentações de projetos interdisciplinares.

A integração entre WhatsApp, podcasts e vídeos educacionais amplia significativamente as possibilidades de alfabetização ao promover experiências de aprendizagem multimodais, colaborativas, interativas e contextualizadas. Essas práticas favorecem o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade, da autoria, da criatividade e da cultura digital, aproximando a escola da realidade tecnológica vivenciada pelas crianças. Além disso, contribuem para uma alfabetização mais inclusiva, inovadora e alinhada às competências gerais da BNCC, preparando os estudantes para participar criticamente de uma sociedade cada vez mais marcada pela circulação de informações em múltiplas linguagens e ambientes digitais.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada na análise de estudos científicos que discutem a relação entre mídias educacionais, gêneros digitais e processos de alfabetização. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender como recursos tecnológicos, como WhatsApp, podcasts e vídeos educacionais, podem contribuir para o desenvolvimento da leitura, da escrita e da oralidade em contextos escolares. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa possibilita interpretar fenômenos educacionais considerando seus aspectos sociais, culturais e pedagógicos, permitindo uma análise aprofundada das práticas de ensino e aprendizagem.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada na análise de artigos científicos, livros, documentos educacionais e produções acadêmicas relacionadas à alfabetização, multiletramentos, gêneros digitais, tecnologias educacionais e práticas de linguagem. Foram considerados estudos que abordam o uso pedagógico de aplicativos de comunicação, recursos audiovisuais e ferramentas digitais como possibilidades para ampliar as experiências de aprendizagem dos estudantes. A análise fundamentou-se em autores que discutem o papel das tecnologias na educação e na construção de práticas pedagógicas significativas, como Oliveira (2022), Negrão e Neuenfeldt (2024), Fonseca, Carvalho e Dantas (2022), Pinto et al. (2022) e Rossi e Karwoski (2025). Dessa forma, a pesquisa buscou estabelecer relações entre os fundamentos teóricos e as possibilidades práticas de utilização das mídias educacionais no processo de alfabetização.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento e da seleção de referências acadêmicas disponíveis em bases científicas, priorizando estudos recentes que apresentam discussões sobre letramento digital, práticas de linguagem e integração das tecnologias digitais no ambiente escolar. O processo de análise considerou aspectos relacionados às contribuições pedagógicas das mídias educacionais, às estratégias utilizadas pelos professores e aos impactos dessas ferramentas no desenvolvimento das competências linguísticas dos estudantes. A interpretação dos dados foi realizada de forma descritiva e reflexiva, buscando identificar potencialidades, desafios e possibilidades para a implementação de práticas educativas que articulem leitura, escrita, oralidade e cultura digital.

CONCLUSÃO

A utilização de mídias educacionais e gêneros digitais na alfabetização representa uma importante possibilidade para transformar as práticas pedagógicas e ampliar as formas de ensinar e aprender na sociedade contemporânea. Recursos como WhatsApp, podcasts e vídeos educacionais possibilitam que a leitura, a escrita e a oralidade sejam trabalhadas de maneira integrada, dinâmica e contextualizada, aproximando os conteúdos escolares das experiências culturais e comunicativas vivenciadas pelos estudantes. Nesse sentido, as tecnologias digitais deixam de ser apenas ferramentas complementares e passam a constituir instrumentos pedagógicos capazes de promover aprendizagens mais significativas e conectadas às demandas do século XXI.

As práticas educativas mediadas por gêneros digitais contribuem para o desenvolvimento dos multiletramentos, pois possibilitam que os estudantes compreendam diferentes formas de produção e circulação de textos presentes na cultura digital. A alfabetização, nesse contexto, amplia-se para além da aquisição do código escrito, envolvendo a capacidade de interpretar, produzir e compartilhar conhecimentos por meio de múltiplas linguagens. Conforme discutido ao longo da pesquisa, o contato com textos multimodais, áudios, vídeos e plataformas digitais favorece a criatividade, a autoria, a comunicação e o pensamento crítico, fortalecendo a formação de sujeitos mais participativos e preparados para interagir socialmente.

O WhatsApp, os podcasts e os vídeos educacionais demonstram grande potencial para enriquecer o trabalho docente, proporcionando novas estratégias para o desenvolvimento da leitura, da escrita e da oralidade. Essas ferramentas permitem criar situações de aprendizagem colaborativas, nas quais os estudantes assumem papel ativo na construção do conhecimento, participando de produções textuais, gravações, debates, contações de histórias e projetos

interdisciplinares. Dessa forma, a tecnologia contribui para uma educação mais inclusiva, pois possibilita diferentes formas de expressão e aprendizagem, respeitando ritmos, necessidades e potencialidades individuais dos estudantes.

A integração das mídias educacionais no processo de alfabetização exige planejamento pedagógico, formação continuada dos professores e uso consciente dos recursos tecnológicos. A tecnologia, por si só, não garante aprendizagem; sua efetividade depende das intencionalidades educativas, das metodologias utilizadas e da capacidade do professor de transformar esses recursos em experiências significativas. Torna-se fundamental investir na formação docente para que os educadores desenvolvam competências digitais e pedagógicas capazes de promover práticas alinhadas à BNCC e às necessidades dos estudantes da contemporaneidade.

As mídias educacionais e os gêneros digitais constituem caminhos promissores para fortalecer a alfabetização, ampliar as práticas de linguagem e construir ambientes escolares mais inovadores, democráticos e inclusivos. A articulação entre tecnologias digitais, leitura, escrita e oralidade favorece uma educação comprometida com a formação integral dos estudantes, preparando-os para compreender, produzir e participar criticamente dos diferentes espaços comunicativos da sociedade atual. O uso pedagógico do WhatsApp, dos podcasts e dos vídeos educacionais reafirma a importância de uma escola aberta às transformações sociais e capaz de promover aprendizagens significativas por meio das múltiplas linguagens.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Alyssandra Viana; CARVALHO, Letícia dos Santos; DANTAS, Melissa Leandra. **Para além das telas: o podcast na sala de aula.** Revista Ciência em Extensão**,** São Paulo, v. 18, n. 1, p. 324-337, 2022. DOI: https://doi.org/10.23901/1679-4605.2022v18n1p324-337.

NEGRÃO, Manoel Maria Silva; NEUENFELDT, Derli Juliano**. O uso do WhatsApp como recurso didático-pedagógico nas escolas de educação básica.** Revista Contexto & Educação**,** Ijuí, v. 39, n. 121, 2024. DOI: https://doi.org/10.21527/2179-1309.2024.121.14557.

OLIVEIRA, Sidmar da Silva. **Tecnologias digitais, WhatsApp e leitura escrita: olhares plurais.** Interfaces da Educação**,** Paranaíba, v. 13, n. 39, 2022. DOI: https://doi.org/10.26514/inter.v13i39.5980.

PINTO, Antônia Cláudia Prado; GONDIM, Raquel de Sousa; BRITO, Mateus de Lima; BARROS FILHO, Edgar Marçal de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima; GONDIM, Antônio Beethoven Carneiro. **O aplicativo WhatsApp em contextos educativos de letramento digital: uma revisão sistemática da literatura.** Research, Society and Development**,** São Paulo, v. 11, n. 5, e59211528752, 2022. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28752.

ROSSI, Mariana Silva; KARWOSKI, Acir Mario. **O uso do podcast na educação básica: análise de tendências e práticas recentes.** Cuadernos de Educación y Desarrollo**,** v. 17, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.55905/cuadv17n5-031.

PRODUÇÃO DE TEXTO MULTIMODAIS NA ALFABETIZAÇÃO COM MÍDIAS EDUCACIONAIS GRATUITAS.

PRODUCTION OF MULTIMODAL TEXTS IN LITERACY USING FREE EDUCATIONAL MEDIA.

PRODUCCIÓN DE TEXTOS MULTIMODALES EN LA ALFABETIZACIÓN CON MEDIOS EDUCATIVOS GRATUITOS.

Nivea Maria Costa Vieira

1. INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais no contexto educacional tem provocado mudanças significativas nas formas de ensinar e aprender, especialmente nos processos de alfabetização. A produção de textos, antes associada predominantemente ao registro escrito convencional, passou a envolver múltiplas linguagens, como imagens, sons, vídeos, animações, hiperlinks e recursos interativos. Os textos multimodais constituem importantes instrumentos pedagógicos, pois possibilitam que as crianças desenvolvam competências de leitura, escrita, interpretação e produção de sentidos por meio de diferentes formas de expressão. Segundo Ribeiro (2016), a multimodalidade amplia a compreensão sobre os textos contemporâneos, considerando que a comunicação atual ocorre pela articulação de diferentes modos semióticos, exigindo novas práticas de letramento no ambiente escolar.

Na alfabetização, o uso de mídias educacionais gratuitas representa uma possibilidade de democratizar o acesso às tecnologias e ampliar as experiências de aprendizagem dos estudantes. Recursos como editores de imagens, aplicativos de criação de histórias digitais, plataformas de produção audiovisual, ferramentas de gravação de áudio, jogos educativos e ambientes colaborativos permitem que as crianças participem de práticas de linguagem mais dinâmicas e próximas de suas vivências sociais. Essas ferramentas favorecem a autoria infantil, estimulam a criatividade e possibilitam que os estudantes compreendam a escrita como uma prática social e comunicativa. Conforme Rojo e Moura (2012), os multiletramentos valorizam a diversidade de linguagens e culturas presentes na sociedade contemporânea, promovendo uma educação que reconhece diferentes formas de construir conhecimento.

A produção de textos multimodais na alfabetização com mídias educacionais gratuitas apresenta-se como uma estratégia pedagógica inovadora, inclusiva e alinhada às demandas educacionais do século XXI. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância da cultura digital, do desenvolvimento das práticas de linguagem e da capacidade dos estudantes de utilizar diferentes recursos tecnológicos de maneira crítica e criativa. Assim, integrar mídias digitais ao processo alfabetizador contribui para formar sujeitos capazes de ler, interpretar,

produzir e compartilhar informações em diferentes formatos comunicativos. De acordo com Hissa e Sousa (2020), a pedagogia dos multiletramentos amplia as possibilidades de ensino da Língua Portuguesa ao articular tecnologias, gêneros discursivos e práticas sociais de comunicação.

2. DESENVOLVIMENTO

A produção de textos multimodais durante a alfabetização possibilita que os estudantes compreendam que a comunicação acontece por diferentes linguagens e suportes. Ao criar histórias digitais, vídeos educativos, apresentações interativas, podcasts infantis ou histórias em quadrinhos digitais, as crianças desenvolvem habilidades relacionadas à organização das ideias, seleção de informações, construção narrativa e expressão de sentimentos e conhecimentos. Essas práticas favorecem a aprendizagem da leitura e da escrita de maneira contextualizada, pois o estudante deixa de ser apenas consumidor de informações e passa a atuar como produtor de conteúdos. Santos (2018) destaca que o trabalho com gêneros multimodais contribui para ampliar as práticas de linguagem na escola, permitindo que os estudantes explorem diferentes formas de construção de sentidos.

As mídias educacionais gratuitas oferecem diversas possibilidades para o desenvolvimento de atividades pedagógicas envolvendo textos multimodais. Professores podem utilizar ferramentas acessíveis para criar propostas como produção coletiva de histórias ilustradas, gravação de leituras em áudio, criação de pequenos vídeos explicativos, elaboração de cartazes digitais, produção de histórias em quadrinhos e construção de livros digitais. Essas atividades favorecem a integração entre leitura, escrita, oralidade e recursos visuais, promovendo aprendizagens mais significativas. Além disso, possibilitam que estudantes com diferentes estilos e ritmos de aprendizagem encontrem formas variadas de participação, contribuindo para práticas educativas mais inclusivas.

O papel do professor é fundamental como mediador das experiências digitais, planejando atividades com objetivos pedagógicos claros e articuladas às competências previstas pela BNCC. A tecnologia deve ser compreendida como instrumento de ampliação das possibilidades educativas, e não como substituição das práticas tradicionais de alfabetização. O desenvolvimento de textos multimodais exige orientação para que os estudantes aprendam a selecionar informações, organizar ideias, interpretar linguagens e utilizar recursos digitais de maneira ética e responsável. Conforme Anecleto e Miranda (2017), as práticas de leitura, escrita e oralidade na Educação Básica precisam considerar os novos modos de interação social mediados pelas tecnologias, valorizando diferentes formas de produção textual.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições dos estudos sobre multiletramentos, multimodalidade, cultura digital e práticas contemporâneas de linguagem aplicadas ao processo de alfabetização. Essa perspectiva compreende que ler e escrever na sociedade atual envolve interpretar diferentes sistemas de representação, incluindo textos verbais, visuais, sonoros e digitais. A alfabetização, portanto, amplia-se para além da apropriação do código escrito, envolvendo a capacidade de produzir sentidos em diferentes contextos comunicativos. Ribeiro (2016) argumenta que os textos digitais apresentam características próprias de composição, exigindo dos sujeitos novas habilidades de leitura e produção textual.

As discussões contemporâneas sobre multiletramentos destacam a necessidade de uma educação linguística capaz de reconhecer a diversidade cultural, tecnológica e comunicativa presente na sociedade. Nesse sentido, as práticas escolares precisam incorporar gêneros digitais e recursos multimodais como ferramentas para desenvolver a participação ativa dos estudantes. Rojo e Moura (2012) defendem que a escola deve trabalhar com diferentes linguagens e tecnologias, possibilitando que os alunos compreendam criticamente os textos que circulam nos ambientes digitais. Dessa maneira, a produção textual multimodal torna-se uma estratégia para fortalecer a autoria, a criatividade e o pensamento crítico.

As evidências produzidas por pesquisas recentes indicam que o uso pedagógico das mídias digitais contribui para ampliar as oportunidades de aprendizagem e fortalecer os processos de alfabetização. Estudos como os de Santos (2018), Hissa e Sousa (2020) e Soares e Rosa (2018) demonstram que a integração entre tecnologias digitais e práticas de linguagem favorece experiências educativas mais interativas e contextualizadas. Assim, a produção de textos multimodais com mídias gratuitas configura-se como uma possibilidade de promover uma alfabetização significativa, inclusiva e alinhada às transformações sociais e educacionais contemporâneas.

3.1. Tipos de mídias educacionais gratuitas para produção de textos Multimodais

As mídias educacionais gratuitas constituem recursos importantes para ampliar as possibilidades de produção textual na alfabetização, pois permitem combinar diferentes linguagens em atividades criativas e interativas. Entre essas mídias destacam-se aplicativos de criação de histórias digitais, plataformas de apresentações, ferramentas de gravação de áudio, editores simples de imagens, ambientes de criação de vídeos e jogos educativos. Esses recursos possibilitam que os estudantes desenvolvam textos compostos por palavras, imagens, sons e movimentos, fortalecendo habilidades relacionadas à comunicação e à expressão.

Exemplos de mídias gratuitas utilizadas na alfabetização:

- *Canva Educação:* criação de cartazes, histórias ilustradas, apresentações e livros digitais;
- *Google Apresentações:* produção colaborativa de textos multimodais;
- *Padlet:* organização de murais digitais com textos, imagens e vídeos;
- *Book Creator:* criação de livros digitais com textos, desenhos e áudios;
- *CapCut ou editores gratuitos de vídeo:* produção de vídeos educativos;
- *Audacity ou gravadores de celular:* criação de áudios e podcasts;
- *Kahoot e Wordwall:* atividades interativas relacionadas à leitura e escrita.

Essas ferramentas favorecem práticas pedagógicas diversificadas, permitindo que estudantes expressem conhecimentos por diferentes meios e ampliem suas competências digitais.

3.2. Como produzir textos Multimodais na Alfabetização?

A produção de textos multimodais na alfabetização deve partir de situações reais de comunicação, nas quais os estudantes compreendam a finalidade, o público e o contexto de produção. O professor pode iniciar com atividades de leitura de diferentes gêneros digitais, análise de imagens, interpretação de vídeos e exploração de histórias multimodais. Posteriormente, os estudantes podem planejar suas próprias produções, definindo temas, personagens, informações principais e recursos que serão utilizados.

Exemplos de produção:

- Criação de um livro digital coletivo com histórias produzidas pela turma;
- Gravação de podcasts com leitura de poemas e narrativas;
- Produção de vídeos contando histórias infantis;
- Elaboração de campanhas educativas digitais;
- Criação de histórias em quadrinhos com imagens e textos;
- Produção de apresentações multimodais sobre conteúdos estudados.

Essas práticas favorecem o protagonismo infantil e permitem que a criança perceba a escrita como uma ferramenta de comunicação, criação e participação social.

3.3. Textos Multimodais específicos para Alfabetização

Na alfabetização, os textos multimodais devem considerar a faixa etária, os níveis de aprendizagem e as necessidades dos estudantes. Histórias ilustradas, poemas visuais, parlendas digitais, vídeos educativos, jogos linguísticos, músicas, animações e livros digitais são exemplos

de gêneros que podem favorecer o desenvolvimento da consciência fonológica, ampliação do vocabulário, compreensão leitora e produção escrita.

Esses textos possibilitam trabalhar relações entre imagem e palavra, sequência narrativa, construção de frases, interpretação e criatividade. Além disso, oferecem diferentes formas de participação para estudantes com diferentes necessidades educacionais, fortalecendo práticas inclusivas e acessíveis.

A utilização planejada de textos multimodais contribui para uma alfabetização mais significativa, pois aproxima a escola das práticas comunicativas das crianças e amplia suas possibilidades de interação com o mundo letrado.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada na análise de estudos científicos que discutem a produção de textos multimodais, os multiletramentos, as mídias educacionais gratuitas e suas contribuições para os processos de alfabetização. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os fenômenos educativos em sua complexidade, considerando as relações entre tecnologia, linguagem, práticas pedagógicas e aprendizagem. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa permite interpretar fenômenos sociais e educacionais a partir da análise de significados, experiências e práticas desenvolvidas em diferentes contextos. Dessa forma, o estudo busca compreender como as mídias digitais podem favorecer novas formas de produção textual, interação e construção do conhecimento no ambiente escolar.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada na seleção e análise de artigos científicos, livros, documentos educacionais e produções acadêmicas relacionadas aos temas: alfabetização, textos multimodais, cultura digital, gêneros digitais, multiletramentos e tecnologias educacionais. Foram considerados estudos que apresentam discussões sobre a integração das mídias digitais às práticas de leitura, escrita e oralidade, especialmente aqueles que abordam recursos tecnológicos acessíveis e gratuitos como possibilidades pedagógicas. A análise fundamentou-se nas contribuições de autores como Rojo e Moura (2012), Ribeiro (2016), Anecleto e Miranda (2017), Santos (2018), Hissa e Sousa (2020) e Soares e Rosa (2018), buscando compreender as potencialidades dessas ferramentas para o desenvolvimento de práticas alfabetizadoras mais dinâmicas, inclusivas e contextualizadas.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento de publicações científicas disponíveis em periódicos acadêmicos, priorizando estudos que apresentam reflexões sobre

produção textual multimodal, práticas de linguagem e uso pedagógico das tecnologias digitais. O processo de análise considerou aspectos relacionados às contribuições das mídias educacionais gratuitas para o desenvolvimento da autoria, criatividade, leitura, escrita e oralidade dos estudantes. Os dados foram organizados de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar possibilidades metodológicas, desafios e estratégias para a utilização desses recursos no cotidiano escolar. Assim, a metodologia permitiu compreender que a produção de textos multimodais mediada por tecnologias digitais pode constituir uma prática educativa inovadora, capaz de ampliar as experiências de alfabetização e fortalecer a participação dos estudantes na cultura digital.

CONCLUSÃO

A produção de textos multimodais na alfabetização com o uso de mídias educacionais gratuitas representa uma importante possibilidade para ressignificar as práticas pedagógicas e ampliar as experiências de aprendizagem dos estudantes. Em uma sociedade marcada pela circulação de informações em diferentes linguagens, torna-se fundamental que a escola desenvolva propostas educativas que contemplem não apenas a leitura e a escrita tradicionais, mas também a interpretação e produção de textos compostos por imagens, sons, vídeos e recursos digitais. Dessa maneira, a alfabetização passa a assumir uma perspectiva mais ampla, considerando as múltiplas formas de comunicação presentes na contemporaneidade.

As mídias educacionais gratuitas demonstram grande potencial para democratizar o acesso às tecnologias e favorecer práticas pedagógicas inovadoras, especialmente em contextos nos quais os recursos disponíveis são limitados. Ferramentas digitais simples podem possibilitar a criação de histórias, vídeos, podcasts, apresentações, livros digitais e diferentes gêneros multimodais, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades linguísticas, criativas e digitais. Essas experiências contribuem para que as crianças compreendam a linguagem como uma prática social, utilizando-a para expressar ideias, construir conhecimentos e participar ativamente da sociedade.

A integração entre textos multimodais e alfabetização fortalece o desenvolvimento dos multiletramentos, pois possibilita que os estudantes aprendam a interpretar diferentes linguagens e compreender os sentidos produzidos pela combinação entre texto verbal, imagens, sons e elementos visuais. Conforme discutido neste estudo, trabalhar com gêneros digitais amplia as oportunidades de aprendizagem e favorece uma educação mais conectada às vivências culturais dos estudantes. Além disso, essas práticas estimulam a autoria infantil, a criatividade, a colaboração e o pensamento crítico, competências essenciais para a formação integral.

A utilização de mídias educacionais requer planejamento, intencionalidade pedagógica e formação continuada para que os recursos tecnológicos sejam incorporados de maneira significativa ao processo de ensino. A tecnologia não substitui a ação docente, mas amplia suas possibilidades, permitindo criar ambientes de aprendizagem mais interativos, inclusivos e participativos. Nesse sentido, cabe ao educador selecionar ferramentas adequadas, promover atividades contextualizadas e garantir que todos os estudantes tenham oportunidades de participação.

A produção de textos multimodais na alfabetização com mídias educacionais gratuitas constitui uma estratégia relevante para uma educação alinhada aos desafios do século XXI. Ao integrar leitura, escrita, oralidade, cultura digital e criatividade, essas práticas contribuem para formar estudantes mais autônomos, críticos e preparados para atuar em diferentes espaços comunicativos. A escola, ao reconhecer as potencialidades das tecnologias digitais e dos novos gêneros textuais, fortalece uma alfabetização significativa, inclusiva e comprometida com a construção de conhecimentos diversificados e socialmente

REFERÊNCIAS

ANECLETO, Úrsula Cunha; MIRANDA, Josimara Divino Oliveira. **Multiletramentos e práticas de leitura, escrita e oralidade no ensino de língua portuguesa na Educação Básica.** *Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural*, Alagoinhas, v. 6, n. 2, p. 67-80, 2017. DOI: https://doi.org/10.30620/p.i.v6i2.3295.

HISSA, Debora Liberato Arruda; SOUSA, Nágila. **A pedagogia dos multiletramentos e BNCC de Língua Portuguesa: diálogos entre textos.** *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, 2020. DOI: https://doi.org/10.47456/cl.v14i29.31939.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Multimodalidade, textos digitais e práticas de leitura e escrita na contemporaneidade.** *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1984-6398201614636.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola: práticas com linguagens contemporâneas e tecnologias digitais.** *Educação & Sociedade*, Campinas, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300009.

SANTOS, Fernanda Maria Almeida dos. **Multiletramentos e ensino de língua portuguesa na educação básica: uma proposta didática para o trabalho com (hiper)gêneros multimodais.** *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 43, n. 76, p. 55-65, 2018. DOI: https://doi.org/10.17058/signo.v43i76.10671.

SOARES, Denize Martins de Castro; ROSA, Ana Amelia Calazans da. **A Base Nacional Comum Curricular: considerações sobre o ensino de Língua Portuguesa e os multiletramentos.** *Revista do SELL*, Uberaba, v. 7, n. 2, 2018. DOI: https://doi.org/10.18554/rs.v7i2.359.

AVALIAÇÃO POR MEIO DE MÍDIAS EDUCACIONAIS E TEXTOS MULTIMODAIS.

ASSESSMENT THROUGH EDUCATIONAL MEDIA AND MULTIMODAL TEXTS.

EVALUACIÓN MEDIANTE MEDIOS EDUCATIVOS Y TEXTOS MULTIMODALES.

Nivea Maria Costa Vieira

1. INTRODUÇÃO

A avaliação educacional contemporânea vem passando por transformações significativas diante das mudanças sociais, culturais e tecnológicas que influenciam os modos de aprender e ensinar. A utilização de mídias educacionais e textos multimodais amplia as possibilidades avaliativas, permitindo analisar não apenas o domínio da escrita convencional, mas também a capacidade dos estudantes de interpretar, criar, comunicar e produzir conhecimentos por meio de diferentes linguagens. Segundo Ribeiro (2016), os textos contemporâneos são constituídos por múltiplas semioses, envolvendo elementos verbais, visuais, sonoros e digitais, o que exige práticas avaliativas capazes de reconhecer diferentes formas de construção de sentidos.

> "A avaliação por meio de mídias educacionais e textos multimodais representa uma perspectiva inovadora, inclusiva e transformadora no contexto escolar contemporâneo, pois amplia as possibilidades de acompanhamento da aprendizagem ao reconhecer que os estudantes constroem conhecimentos por meio de diferentes linguagens, recursos tecnológicos, experiências colaborativas e múltiplas formas de expressão, superando modelos avaliativos tradicionais centrados exclusivamente na escrita e na reprodução de conteúdos. Essa abordagem possibilita valorizar a criatividade, a autoria, o pensamento crítico, a comunicação, a autonomia e as singularidades de cada estudante, permitindo que diferentes ritmos, estilos e potencialidades de aprendizagem sejam considerados no processo educativo. Ao integrar vídeos, podcasts, imagens, produções digitais, narrativas multimodais e outras ferramentas pedagógicas, a avaliação torna-se mais dinâmica, contextualizada e significativa, fortalecendo práticas inclusivas e democráticas alinhadas às demandas da cultura digital e contribuindo para a formação integral dos sujeitos como participantes ativos, críticos e produtores de conhecimento na sociedade contemporânea." (Nívea Maria Costa Vieira, 2026, grifo próprio).

A avaliação por meio de recursos multimodais possibilita compreender a aprendizagem como um processo contínuo, considerando trajetórias individuais, criatividade, participação e desenvolvimento de competências comunicativas. As mídias educacionais, como vídeos, podcasts, apresentações digitais, histórias interativas, plataformas colaborativas e aplicativos educativos, tornam-se instrumentos que favorecem uma avaliação mais dinâmica e contextualizada. Para Duboc (2015), as práticas avaliativas fundamentadas nos multiletramentos devem considerar as diferentes formas de interação com a linguagem, valorizando conhecimentos construídos em variados contextos culturais e tecnológicos.

A integração entre mídias educacionais e textos multimodais representa uma possibilidade inovadora para superar modelos avaliativos centrados exclusivamente em provas e atividades escritas tradicionais. A avaliação passa a contemplar processos de investigação, autoria, colaboração e reflexão, permitindo que o professor acompanhe o desenvolvimento integral do estudante. Conforme Ribeiro (2020), trabalhar com textos multimodais em sala de aula favorece novas práticas de leitura e produção textual, exigindo metodologias avaliativas que reconheçam a diversidade dos modos de expressão e aprendizagem.

2. DESENVOLVIMENTO

A utilização de mídias educacionais como instrumentos avaliativos possibilita ao professor observar diferentes habilidades desenvolvidas pelos estudantes durante o processo de aprendizagem. Ao produzir um vídeo educativo, elaborar um podcast, criar uma apresentação digital ou construir uma narrativa multimodal, o estudante mobiliza conhecimentos linguísticos, tecnológicos, cognitivos e sociais. Essas práticas permitem avaliar competências relacionadas à comunicação, criatividade, pensamento crítico e resolução de problemas, aproximando a avaliação escolar das práticas sociais contemporâneas.

Os textos multimodais apresentam grande potencial avaliativo porque permitem diferentes formas de representação do conhecimento. Uma criança pode demonstrar sua compreensão de determinado conteúdo por meio de desenhos digitais, gravações de áudio, mapas conceituais, histórias em quadrinhos digitais, vídeos explicativos ou produções colaborativas. De acordo com Rezende e Frade (2022), a produção textual em ambientes digitais amplia as oportunidades de expressão infantil, possibilitando que os estudantes desenvolvam autoria e participem ativamente da construção dos significados.

A avaliação mediada por tecnologias favorece práticas mais inclusivas, pois considera que os estudantes possuem diferentes ritmos, estilos e formas de aprendizagem. A diversificação dos instrumentos avaliativos permite que alunos com diferentes necessidades educacionais possam demonstrar seus conhecimentos utilizando recursos adequados às suas potencialidades. A avaliação deixa de ser compreendida apenas como mensuração de resultados e passa a assumir uma perspectiva formativa, diagnóstica e emancipadora, conforme defendem os estudos sobre multiletramentos e cultura digital.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas discussões sobre avaliação formativa, multiletramentos, cultura digital e multimodalidade, compreendendo que os processos educativos contemporâneos precisam considerar as diferentes formas de produção e circulação dos conhecimentos. A avaliação deixa de estar restrita à verificação de conteúdos e passa a acompanhar o desenvolvimento das competências cognitivas, sociais, comunicativas e digitais dos estudantes. Duboc (2015) destaca que avaliar em uma perspectiva dos multiletramentos implica reconhecer múltiplas práticas de linguagem e diferentes formas de participação dos sujeitos nos processos educativos.

As discussões contemporâneas sobre mídias educacionais e textos multimodais evidenciam que a aprendizagem ocorre por meio de experiências diversificadas, nas quais os estudantes interagem com diferentes linguagens e tecnologias. Ribeiro (2016) aponta que os textos digitais modificaram as práticas de leitura e escrita, exigindo novas formas de compreender a construção de sentidos. Assim, a avaliação precisa acompanhar essas transformações, considerando produções que envolvam imagens, sons, hiperlinks, vídeos e outras linguagens presentes na cultura digital.

As evidências produzidas por pesquisas recentes indicam que práticas avaliativas baseadas em recursos multimodais podem favorecer maior participação dos estudantes, desenvolvimento da autonomia e valorização das diferenças individuais. Estudos como os de Frade e Rezende (2022) demonstram que a produção textual digital possibilita novas formas de expressão e aprendizagem, especialmente quando articulada a propostas pedagógicas inclusivas. Dessa maneira, avaliar por meio de mídias educacionais representa uma estratégia alinhada às demandas de uma educação democrática, acessível e conectada aos desafios do século XXI.

3.1. Como avaliar nas fases de 6 a 16 anos?

A avaliação por meio de mídias educacionais deve considerar as características cognitivas, sociais e emocionais dos estudantes entre 6 e 16 anos, respeitando as diferentes etapas do desenvolvimento infantil e juvenil. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, podem ser utilizados recursos como histórias digitais, desenhos, gravações de leitura, jogos educativos, vídeos curtos e produções coletivas, permitindo avaliar alfabetização, oralidade, criatividade e compreensão textual.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, os instrumentos avaliativos podem envolver produções mais complexas, como podcasts, blogs, apresentações digitais, pesquisas multimídia, debates gravados e projetos interdisciplinares. Essas atividades possibilitam avaliar

argumentação, organização das ideias, domínio da linguagem, pensamento crítico e capacidade de utilizar tecnologias de maneira responsável.

Exemplos de avaliação multimodal:

- Produção de vídeos explicando conteúdos estudados;
- Criação de podcasts literários ou científicos;
- Elaboração de histórias digitais;
- Produção de mapas mentais digitais;
- Registros fotográficos de projetos;
- Spresentações utilizando ferramentas gratuitas;
- Portfólios digitais individuais.

3.2. Como avaliar na inclusão?

Na perspectiva da educação inclusiva, a avaliação por meio de mídias educacionais deve garantir acessibilidade, participação e valorização das potencialidades de cada estudante. Os recursos digitais possibilitam flexibilizar formas de demonstração da aprendizagem, permitindo que estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou dificuldades específicas utilizem diferentes caminhos para expressar seus conhecimentos.

A utilização de vídeos, áudios, imagens, recursos de comunicação alternativa, aplicativos educativos e portfólios digitais pode favorecer a participação dos estudantes, respeitando seus ritmos e necessidades. Para Teno, Dias e Ojeda (2023), as tecnologias digitais associadas aos multiletramentos ampliam as possibilidades pedagógicas ao oferecer diferentes formas de interação com os conhecimentos.

A avaliação inclusiva deve considerar o progresso individual, os avanços conquistados e as estratégias utilizadas pelo estudante para aprender. O foco não deve estar apenas no resultado final, mas no percurso construído durante as atividades. Dessa maneira, as mídias educacionais tornam-se ferramentas importantes para promover equidade, autonomia e participação efetiva.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada na compreensão de que os fenômenos educacionais precisam ser analisados considerando suas dimensões sociais, culturais, pedagógicas e tecnológicas. Segundo essa perspectiva, a pesquisa qualitativa possibilita interpretar práticas, concepções e experiências relacionadas aos processos de ensino e avaliação, permitindo compreender como as mídias educacionais e os textos multimodais podem contribuir

para ampliar as formas de acompanhamento da aprendizagem. Conforme Ribeiro (2016), a presença de diferentes linguagens nos textos contemporâneos exige novas formas de análise e avaliação, considerando aspectos verbais, visuais, sonoros e digitais que integram as práticas comunicativas atuais.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada na análise de artigos científicos, livros e estudos acadêmicos relacionados à avaliação educacional, multimodalidade, multiletramentos, cultura digital e educação inclusiva. A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento de publicações científicas em periódicos acadêmicos, buscando identificar contribuições teóricas sobre o uso de mídias educacionais e produções multimodais como instrumentos avaliativos. Os materiais selecionados foram analisados de forma interpretativa, considerando suas contribuições para a construção de práticas avaliativas mais democráticas, acessíveis e significativas. De acordo com Duboc (2015), a avaliação fundamentada nos multiletramentos deve reconhecer diferentes formas de participação e produção de conhecimento, valorizando múltiplas linguagens e possibilidades de aprendizagem dos estudantes.

CONCLUSÃO

A avaliação por meio de mídias educacionais e textos multimodais constitui uma importante estratégia para transformar as práticas avaliativas no contexto escolar contemporâneo. Ao reconhecer diferentes formas de expressão e construção do conhecimento, essa abordagem amplia as possibilidades de participação dos estudantes e fortalece uma educação baseada na diversidade.

A utilização de recursos digitais permite que a avaliação ultrapasse modelos tradicionais centrados exclusivamente em provas escritas, valorizando processos, trajetórias e diferentes habilidades desenvolvidas pelos estudantes. Vídeos, podcasts, histórias digitais e portfólios multimodais tornam-se instrumentos capazes de revelar aprendizagens que muitas vezes não são identificadas por métodos convencionais.

No campo da inclusão educacional, essas práticas representam avanços significativos, pois possibilitam adaptar estratégias avaliativas às necessidades dos estudantes, garantindo maior acessibilidade e participação. A diversidade de linguagens favorece que cada aluno encontre formas adequadas para demonstrar seus conhecimentos e potencialidades.

A avaliação multimodal contribui para o desenvolvimento da autonomia, criatividade e pensamento crítico, preparando os estudantes para uma sociedade marcada pela presença das

tecnologias digitais. O professor assume papel fundamental como mediador, planejando experiências avaliativas intencionais e significativas.

Avaliar por meio de mídias educacionais e textos multimodais representa uma possibilidade inovadora e necessária para a construção de uma escola mais democrática, inclusiva e conectada às demandas educacionais da sociedade contemporânea. Essa perspectiva amplia a compreensão sobre o processo avaliativo ao considerar que os estudantes aprendem e expressam seus conhecimentos por diferentes linguagens, como textos escritos, imagens, áudios, vídeos, produções digitais e outras formas de comunicação presentes na cultura atual.

A avaliação deixa de ser compreendida apenas como um instrumento de verificação de resultados e passa a assumir uma função formativa, processual e mediadora, permitindo acompanhar os avanços individuais, identificar potencialidades e promover intervenções pedagógicas mais adequadas às necessidades de cada estudante. A integração das mídias educacionais e dos textos multimodais fortalece uma educação comprometida com a diversidade, a equidade e a valorização das múltiplas formas de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

DUBOC, Ana Paula Martinez. **Avaliação da aprendizagem de línguas e os multiletramentos.** *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 26, n. 63, p. 664-687, 2015. DOI: https://doi.org/10.18222/eae.v26i63.3628.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; REZENDE, Rodrigo Vieira. **Multimodalidade, cultura digital e produção textual infantil: possibilidades para práticas avaliativas inclusivas.** *Revista Linhas*, Florianópolis, 2022. DOI: https://doi.org/10.5965/1984723823512022008.

REZENDE, Rodrigo Vieira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Produção de textos multimodais no suporte digital por crianças de escolas públicas: oportunidades, representações e práticas culturais.** *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 08-35, 2022. DOI: https://doi.org/10.5965/1984723823512022008.

RIBEIRO, Ana Elisa**. Multimodalidade, textos digitais e práticas de leitura e escrita na contemporaneidade.** *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1984-6398201614636.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Textos multimodais na sala de aula: exercícios.** *Revista Triângulo*, Uberaba, v. 13, n. 3, p. 24-38, 2020. DOI: https://doi.org/10.18554/rt.v13i3.5005.

TENO, Neide Araujo Castilho; DIAS, Alessandra Risalde; OJEDA, Rosely Brum. **As tecnologias digitais e a pedagogia dos multiletramentos: desafios para o ensino dos gêneros textuais.** *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 12, n. 2, p. 127-139, 2023. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.8302209.

OS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: ESTUDO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NOS ARTIGOS 1º AO 5º DA CF/88.

CONSTITUTIONAL FOUNDATIONS OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL: A STUDY OF THE FUNDAMENTAL PRINCIPLES AND FUNDAMENTAL RIGHTS PROVIDED FOR IN ARTICLES 1 TO 5 OF THE 1988 FEDERAL CONSTITUTION.

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONALES DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL: ESTUDIO DE LOS PRINCIPIOS FUNDAMENTALES Y DE LOS DERECHOS FUNDAMENTALES PREVISTOS EN LOS ARTÍCULOS 1º AL 5º DE LA CONSTITUCIÓN FEDERAL DE 1988.

Gabriel Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian

1. INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa um marco histórico na consolidação do Estado Democrático de Direito, estabelecendo fundamentos, princípios e garantias essenciais para a organização política, jurídica e social do país. Conhecida como Constituição Cidadã, a Carta Magna instituiu uma nova ordem constitucional baseada na valorização da pessoa humana, na soberania popular, na cidadania, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político, princípios que estruturam a República Federativa do Brasil (Brasil, 1988). Nesse sentido, compreender os artigos 1º ao 5º da Constituição Federal torna-se fundamental para analisar os pilares que sustentam a democracia brasileira e a proteção dos direitos individuais e coletivos.

Os artigos iniciais da Constituição Federal apresentam os fundamentos e objetivos que orientam a atuação do Estado brasileiro, definindo princípios indispensáveis para a garantia da justiça social e da participação democrática. O artigo 1º estabelece que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e possui como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político (Brasil, 1988). Esses elementos demonstram que a Constituição não se limita à organização administrativa do Estado, mas assume compromisso com a proteção da liberdade, da igualdade e da dignidade dos cidadãos.

Os direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º representam instrumentos indispensáveis para assegurar a proteção da pessoa humana contra arbitrariedades e violações de direitos. A Constituição determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país direitos relacionados à vida,

liberdade, igualdade, segurança e propriedade (Brasil, 1988). O estudo dos fundamentos constitucionais permite compreender como os princípios estabelecidos pela Constituição de 1988 orientam a construção de uma sociedade democrática, inclusiva e comprometida com a efetivação dos direitos fundamentais.

2. DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988 representa um marco histórico na consolidação do Estado Democrático de Direito brasileiro, estabelecendo princípios fundamentais que orientam a organização política, jurídica e social da República Federativa do Brasil. Os artigos 1º ao 5º da Constituição apresentam uma estrutura normativa essencial para compreender os valores que sustentam a democracia brasileira, abrangendo desde os fundamentos do Estado até os direitos e garantias fundamentais assegurados aos cidadãos. Conforme dispõe a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e possui como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político (Brasil, 1988). Esses princípios revelam uma concepção constitucional voltada à proteção da pessoa, à participação social e à promoção da justiça.

O princípio da dignidade da pessoa humana destaca-se como elemento central do ordenamento constitucional brasileiro, funcionando como base interpretativa para a efetivação dos demais direitos fundamentais (Brasil, 1988). A dignidade humana estabelece que o Estado deve promover condições necessárias para garantir o respeito à vida, à liberdade, à igualdade e ao desenvolvimento pleno dos indivíduos. A Constituição Federal de 1988 rompe com modelos autoritários anteriores e inaugura uma perspectiva constitucional comprometida com a valorização do ser humano como sujeito de direitos. A separação entre os Poderes da República, prevista no artigo 2º, determina que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário sejam independentes e harmônicos entre si, formando um sistema de equilíbrio institucional destinado a impedir concentrações abusivas de poder e fortalecer a democracia.

Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 3º da Constituição Federal, evidenciam o compromisso do Estado brasileiro com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção do bem de todos e a eliminação de qualquer forma de discriminação (Brasil, 1988). Esses objetivos possuem importante dimensão social, pois orientam a elaboração de políticas públicas destinadas à inclusão, à garantia de direitos e à melhoria das condições de vida da

população. A Constituição estabelece não apenas uma organização jurídica do Estado, mas também um projeto coletivo de transformação social baseado na igualdade e na cidadania.

No âmbito das relações internacionais, o artigo 4º da Constituição Federal estabelece princípios que orientam a atuação do Brasil perante outros Estados e organismos internacionais, como a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (Brasil, 1988). Esses princípios demonstram a intenção constitucional de inserir o país em uma perspectiva internacional fundamentada no diálogo, no respeito aos direitos humanos e na solução pacífica dos conflitos. A política externa brasileira encontra-se vinculada aos valores democráticos e humanitários presentes na Constituição.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 amplia e consolida o sistema de proteção dos direitos e garantias fundamentais, assegurando que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Brasil, 1988). Esses direitos constituem instrumentos essenciais para limitar a atuação estatal e proteger os indivíduos contra violações de direitos. Além disso, as garantias previstas no artigo 5º, como o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, a liberdade de expressão, a liberdade religiosa e o acesso à justiça, fortalecem a cidadania e asseguram a participação dos sujeitos na vida democrática.

Conforme a tabela 1, os artigos *1º ao 5º da Constituição Federal de 1988* constituem a base estruturante do Estado brasileiro, pois apresentam desde os fundamentos políticos e sociais da República até os direitos fundamentais assegurados aos indivíduos. O artigo 1º define os valores essenciais que orientam a organização estatal, enquanto os artigos 2º, 3º e 4º estabelecem, respectivamente, a estrutura dos Poderes, os objetivos nacionais e os princípios que direcionam a atuação internacional do Brasil. Já o artigo 5º representa um dos principais instrumentos de proteção da cidadania, garantindo direitos indispensáveis para a construção de uma sociedade democrática.

Os fundamentos constitucionais não devem ser compreendidos apenas como normas jurídicas, mas como princípios orientadores da vida social, política e institucional brasileira. A efetivação desses dispositivos depende da atuação conjunta do Estado e da sociedade, especialmente por meio da educação constitucional, que possibilita aos cidadãos conhecerem seus direitos, exercerem sua cidadania e participarem ativamente da construção de uma sociedade fundamentada na democracia, na justiça social e no respeito à dignidade humana.

Tabela 1: Fundamentos Constitucionais da República Federativa do Brasil nos artigos 1º ao 5º da Constituição Federal de 1988.

Artigo da CF/88	Fundamento Constitucional	Explicação	Exemplos de Aplicação na Sociedade
Art. 1º	**Fundamentos da República Federativa do Brasil: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.**	O artigo 1º estabelece os pilares que sustentam o Estado Democrático de Direito brasileiro. A soberania representa a autonomia do país para organizar suas próprias decisões; a cidadania garante a participação dos indivíduos na vida política e social; a dignidade da pessoa humana reconhece o valor de cada indivíduo; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa equilibram desenvolvimento econômico e justiça social; e o pluralismo político assegura a diversidade de ideias e pensamentos.	**Dignidade humana:** garantia de atendimento em saúde, educação e proteção social. **Cidadania:** participação em eleições, conselhos sociais e movimentos comunitários. **Livre iniciativa:** criação de empresas respeitando direitos trabalhistas e sociais. **Pluralismo político:** existência de diferentes partidos, opiniões e manifestações democráticas.
Art. 2º	**Separação e harmonia entre os Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.**	O artigo 2º estabelece que os Poderes da República devem atuar de forma independente, porém integrada, evitando concentração de poder e garantindo equilíbrio institucional. Cada Poder possui funções próprias: o Legislativo cria leis, o Executivo administra o Estado e o Judiciário garante o cumprimento das normas jurídicas.	**Legislativo:** criação de leis pelo Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. **Executivo:** implementação de políticas públicas, como programas educacionais e de saúde. **Judiciário:** julgamento de conflitos e proteção dos direitos previstos na Constituição.
Art. 3º	**Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.**	O artigo 3º apresenta metas constitucionais voltadas à construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária. Entre seus objetivos estão garantir o desenvolvimento nacional, reduzir desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos e combater qualquer forma de discriminação.	**Redução das desigualdades:** políticas públicas de inclusão social, programas educacionais e ações afirmativas. **Combate à discriminação:** leis e políticas contra racismo, preconceitos e exclusões sociais.

			Desenvolvimento nacional: investimentos em educação, ciência, tecnologia e infraestrutura.
Art. 4º	**Princípios das relações internacionais do Brasil.**	O artigo 4º define os princípios que orientam a atuação do Brasil no cenário internacional, valorizando a independência nacional, a defesa da paz, os direitos humanos, a cooperação entre os povos e a solução pacífica dos conflitos.	**Defesa da paz:** participação do Brasil em missões internacionais de cooperação. **Direitos humanos:** compromisso com tratados internacionais de proteção da pessoa humana. **Cooperação entre povos:** acordos científicos, culturais e econômicos entre países.
Art. 5º	**Direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos.**	O artigo 5º é considerado um dos principais dispositivos de proteção constitucional, pois assegura direitos essenciais como vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Também estabelece garantias contra abusos do poder público e protege a dignidade dos cidadãos.	**Direito à igualdade:** todas as pessoas devem receber tratamento igual perante a lei. **Liberdade de expressão:** direito de manifestar opiniões respeitando os limites legais. **Direito à propriedade:** proteção dos bens individuais conforme a legislação. **Direito de defesa:** garantia do contraditório e ampla defesa em processos judiciais.

Fonte: Gabriel Carvalho e Drumond Ischkanian, (2026).

O estudo dos fundamentos constitucionais previstos nos artigos 1º ao 5º da Constituição Federal de 1988 permite compreender a estrutura essencial do Estado brasileiro e os valores que orientam sua atuação. A Constituição não representa apenas um documento jurídico, mas também um instrumento de proteção social, promoção da cidadania e garantia da dignidade humana. A efetividade desses princípios depende da atuação conjunta do Estado e da sociedade, visando transformar os direitos formalmente reconhecidos em direitos concretamente

assegurados, fortalecendo uma democracia participativa, inclusiva e comprometida com a justiça social.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas discussões do Direito Constitucional contemporâneo, especialmente na compreensão da Constituição Federal de 1988 como instrumento jurídico responsável por organizar o Estado e garantir direitos fundamentais. A Constituição apresenta uma estrutura normativa baseada em princípios fundamentais que orientam as relações entre Estado e sociedade, estabelecendo limites ao poder estatal e assegurando mecanismos de proteção da dignidade humana (Brasil, 1988). Dessa forma, a análise dos artigos 1º ao 5º possibilita compreender os fundamentos jurídicos e políticos que sustentam o Estado Democrático de Direito brasileiro.

As discussões contemporâneas sobre constitucionalismo destacam que as constituições modernas ultrapassam a função de organizar poderes públicos, assumindo também o papel de proteger direitos, promover igualdade e garantir condições para o exercício da cidadania. Nesse contexto, a Constituição brasileira de 1988 incorpora princípios voltados à democracia participativa, à justiça social e à proteção da pessoa humana, reconhecendo a dignidade humana como elemento central da ordem constitucional (Brasil, 1988). Assim, os direitos fundamentais previstos no texto constitucional representam conquistas históricas relacionadas à limitação do poder e à ampliação das garantias individuais e sociais.

As evidências produzidas por pesquisas recentes no campo jurídico demonstram que a efetividade constitucional depende não apenas da existência formal dos direitos, mas também da implementação de políticas públicas e práticas institucionais comprometidas com os princípios estabelecidos pela Constituição. Os fundamentos previstos nos artigos 1º ao 5º constituem referências para a atuação dos poderes públicos e para a defesa da cidadania, da igualdade e da dignidade humana (Brasil, 1988). Portanto, compreender esses dispositivos é essencial para analisar os desafios contemporâneos relacionados à concretização dos direitos fundamentais no Brasil.

3.1 A Dignidade da Pessoa Humana como Fundamento do Estado Democrático de Direito: Uma Análise do Artigo 1º da Constituição Federal de 1988

A dignidade da pessoa humana constitui um dos fundamentos centrais da República Federativa do Brasil, conforme estabelecido no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988. Esse princípio reconhece que toda pessoa possui valor próprio e deve ser protegida contra

qualquer forma de tratamento degradante, sendo fundamento para a garantia dos direitos individuais, sociais e coletivos (Brasil, 1988). A dignidade humana orienta a interpretação de todo o sistema jurídico brasileiro, funcionando como referência para a criação e aplicação das normas.

A Constituição de 1988 estabelece que o Estado brasileiro deve atuar visando assegurar condições mínimas para o desenvolvimento integral das pessoas, garantindo liberdade, igualdade e participação social (Brasil, 1988). A dignidade humana ultrapassa uma dimensão individual e assume caráter coletivo, exigindo políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à promoção da inclusão social.

3.2 A Separação e a Harmonia entre os Poderes: A Efetividade do Artigo 2º da Constituição Federal de 1988

O artigo 2º da Constituição Federal estabelece que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (Brasil, 1988). Esse princípio da separação dos poderes constitui elemento essencial para evitar concentrações excessivas de autoridade e garantir equilíbrio institucional dentro do Estado Democrático de Direito.

A independência entre os poderes permite que cada instituição exerça suas funções constitucionais com autonomia, enquanto a harmonia possibilita mecanismos de cooperação e controle recíproco (Brasil, 1988). O modelo constitucional brasileiro busca assegurar estabilidade democrática e proteção contra abusos de poder.

3.3. Os Objetivos Fundamentais da República e a Construção de uma Sociedade Justa: Reflexões sobre o Artigo 3º da Constituição Federal

O artigo 3º da Constituição Federal apresenta os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, incluindo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais (Brasil, 1988). Esses objetivos demonstram o compromisso constitucional com a transformação social e a promoção da justiça.

A efetivação desses princípios depende da atuação conjunta do Estado e da sociedade na construção de políticas públicas capazes de assegurar direitos e oportunidades para todos os cidadãos. O artigo 3º representa uma orientação constitucional para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e inclusiva.

3.4. Os Princípios das Relações Internacionais do Brasil: Uma Análise do Artigo 4º da Constituição Federal de 1988

O artigo 4º da Constituição Federal estabelece os princípios que orientam as relações internacionais do Brasil, incluindo a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (Brasil, 1988). Esses princípios demonstram uma postura constitucional baseada no respeito à soberania e à proteção universal dos direitos humanos.

A atuação internacional brasileira deve estar fundamentada nesses valores, buscando fortalecer relações diplomáticas pautadas pelo diálogo, pela paz e pela cooperação internacional. Assim, o artigo 4º amplia a compreensão da Constituição brasileira para além das questões internas do Estado.

3.5. A Efetividade dos Direitos e Garantias Fundamentais: Uma Análise do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988

O artigo 5º da Constituição Federal representa um dos principais instrumentos de proteção dos direitos fundamentais, estabelecendo garantias relacionadas à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade (Brasil, 1988). Esse dispositivo constitucional assegura proteção contra violações de direitos e fortalece a cidadania como elemento essencial do Estado Democrático de Direito.

A efetividade desses direitos depende da atuação das instituições públicas e da participação social na defesa da democracia e da justiça. Dessa forma, o artigo 5º constitui uma base jurídica indispensável para assegurar que os princípios constitucionais sejam aplicados na realidade social brasileira.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, tendo como objetivo analisar os fundamentos constitucionais da República Federativa do Brasil, especialmente os princípios fundamentais e os direitos e garantias previstos nos artigos 1º ao 5º da Constituição Federal de 1988 coletivos (Brasil, 1988). A pesquisa qualitativa possibilita compreender os fenômenos jurídicos e sociais a partir de uma análise interpretativa dos dispositivos constitucionais, considerando seus aspectos históricos, políticos e sociais. A Constituição Federal de 1988 estabelece os fundamentos essenciais do Estado brasileiro, destacando a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa

humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político como bases estruturantes da República Federativa do Brasil.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada em livros, artigos científicos, estudos acadêmicos e produções teóricas relacionadas ao Direito Constitucional, aos direitos fundamentais, à democracia e à cidadania. Também foi desenvolvida uma análise documental da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com ênfase nos artigos 1º ao 5º, buscando compreender os fundamentos do Estado Democrático de Direito, a organização dos Poderes, os objetivos fundamentais da República, os princípios das relações internacionais e a proteção dos direitos individuais e coletivos (Brasil, 1988). Conforme previsto no texto constitucional, a República Federativa do Brasil possui como finalidade promover uma sociedade livre, justa e solidária, além de garantir o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou discriminações.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento e análise de documentos jurídicos e referências científicas disponíveis em livros, periódicos acadêmicos e bases de pesquisa, priorizando estudos que discutem a Constituição Federal de 1988 como instrumento de garantia democrática e transformação social. Os dados coletados foram organizados e interpretados a partir de categorias analíticas relacionadas à dignidade da pessoa humana, à separação dos Poderes, aos objetivos fundamentais da República, aos princípios das relações internacionais e aos direitos e garantias fundamentais. A análise considerou especialmente o artigo 5º da Constituição Federal, que assegura a igualdade perante a lei, a inviolabilidade dos direitos relacionados à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade, constituindo uma das principais bases de proteção jurídica dos cidadãos brasileiros.

CONCLUSÃO

O estudo dos fundamentos constitucionais da República Federativa do Brasil evidencia a importância da Constituição Federal de 1988 como marco jurídico, político e social na consolidação do Estado Democrático de Direito. Os artigos 1º ao 5º apresentam princípios essenciais que estruturam a organização estatal e estabelecem valores indispensáveis para a proteção da cidadania, da liberdade, da igualdade e da dignidade humana. Dessa forma, compreender esses dispositivos representa uma ação fundamental para fortalecer a consciência constitucional e ampliar o conhecimento sobre os direitos assegurados aos cidadãos.

A dignidade da pessoa humana destaca-se como um dos pilares centrais do ordenamento jurídico brasileiro, pois reconhece cada indivíduo como sujeito de direitos e orienta a atuação das

instituições públicas e privadas. Esse princípio reafirma a necessidade de construção de uma sociedade fundamentada no respeito, na inclusão social, na valorização da vida e na garantia das condições necessárias para o desenvolvimento integral das pessoas.

A análise da separação e harmonia entre os Poderes, dos objetivos fundamentais da República e dos princípios das relações internacionais demonstra que a Constituição brasileira ultrapassa uma função meramente normativa, assumindo também um papel social e democrático. Esses fundamentos contribuem para a organização equilibrada do Estado, para a proteção das instituições democráticas e para a busca de soluções voltadas à redução das desigualdades e ao fortalecimento da participação cidadã.

Os direitos e garantias fundamentais representam conquistas históricas indispensáveis para a proteção dos indivíduos e para a manutenção de uma sociedade democrática. A garantia da liberdade, igualdade, segurança, participação política e acesso aos direitos sociais demonstra o compromisso constitucional com a construção de um país mais justo e com maior proteção aos cidadãos. Entretanto, a efetividade desses direitos depende da atuação conjunta do Estado, das instituições e da sociedade civil.

O estudo dos fundamentos constitucionais previstos nos artigos 1º ao 5º da Constituição Federal de 1988 revela-se essencial para compreender os princípios que sustentam a República brasileira e orientam a convivência social. A educação constitucional constitui um instrumento fundamental para formar cidadãos conscientes, participativos e capazes de defender seus direitos e cumprir seus deveres, fortalecendo uma sociedade baseada na democracia, na justiça social e no respeito à dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988**). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jul. 2026.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E EDUCAÇÃO: O ENSINO DOS DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS ÀS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL.

FEDERAL CONSTITUTION OF 1988 AND EDUCATION: TEACHING FUNDAMENTAL RIGHTS AND DUTIES TO CHILDREN FROM EARLY CHILDHOOD EDUCATION TO ELEMENTARY SCHOOL.

CONSTITUCIÓN FEDERAL DE 1988 Y EDUCACIÓN: LA ENSEÑANZA DE LOS DERECHOS Y DEBERES FUNDAMENTALES A LOS NIÑOS DESDE LA EDUCACIÓN INFANTIL HASTA LA EDUCACIÓN PRIMARIA.

Gabriel Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 representa um marco histórico para a consolidação dos direitos sociais no Brasil, estabelecendo a educação como um direito fundamental indispensável ao desenvolvimento integral do indivíduo e à construção da cidadania. O artigo 205 determina que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Nesse contexto, a escola assume uma função social que ultrapassa a transmissão de conhecimentos científicos, tornando-se um espaço de formação ética, democrática e participativa, no qual crianças e adolescentes aprendem a reconhecer seus direitos e compreender seus deveres na sociedade.

Desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental, o ensino dos princípios constitucionais possibilita que os estudantes desenvolvam gradualmente conhecimentos relacionados à dignidade humana, igualdade, respeito às diferenças, participação social e responsabilidade coletiva. A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana, orienta a construção de práticas educativas comprometidas com a valorização da infância e com a formação de sujeitos conscientes de seu papel social (Brasil, 1988). Dessa maneira, trabalhar direitos e deveres fundamentais no ambiente escolar contribui para que as crianças compreendam que a convivência democrática depende tanto da garantia de direitos quanto do cumprimento de responsabilidades individuais e coletivas.

A abordagem dos direitos e deveres fundamentais na educação básica deve ocorrer de forma contextualizada, considerando as características de cada etapa do desenvolvimento infantil e juvenil. Na Educação Infantil, esses conhecimentos podem ser desenvolvidos por meio de

brincadeiras, histórias, músicas, projetos de convivência e atividades lúdicas que estimulem valores como respeito, solidariedade e cooperação. Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, a discussão pode ser ampliada por meio de debates, pesquisas, produções textuais, projetos interdisciplinares e estudos da própria Constituição, favorecendo a compreensão dos princípios democráticos e fortalecendo a formação cidadã. Assim, a educação constitucional contribui para uma escola mais inclusiva, participativa e comprometida com a construção de uma sociedade justa e democrática.

2. DESENVOLVIMENTO

A inserção dos direitos e deveres fundamentais no cotidiano escolar constitui uma prática educativa essencial para o desenvolvimento da consciência cidadã desde a infância. A Constituição Federal de 1988 assegura, em seu artigo 5º, direitos relacionados à igualdade, liberdade, segurança e dignidade, princípios que devem orientar as relações sociais e educativas (Brasil, 1988). Nesse sentido, a escola possui responsabilidade na construção de ambientes que respeitem a diversidade, promovam a inclusão e garantam que todas as crianças tenham acesso a oportunidades de aprendizagem, independentemente de suas características sociais, culturais, econômicas ou individuais.

No contexto da Educação Infantil, o ensino dos direitos fundamentais deve estar associado às experiências vivenciadas pelas crianças, valorizando o brincar, a interação e a construção de vínculos sociais. Atividades como rodas de conversa sobre respeito, contação de histórias sobre diversidade, desenhos sobre sentimentos e projetos coletivos permitem que as crianças compreendam conceitos como amizade, igualdade e cuidado com o outro. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essas aprendizagens podem ser ampliadas por meio de estudos sobre os direitos das crianças, produção de cartazes, pesquisas, dramatizações e projetos de cidadania. Já nos anos finais, os estudantes podem aprofundar seus conhecimentos por meio da análise de artigos constitucionais, debates sobre direitos humanos, elaboração de campanhas educativas e produção de textos argumentativos.

A figura 1 (Carvelho e Ischkanian, 2026, prompt autoral), destaca a compreensão dos direitos, a educação constitucional também deve promover o entendimento dos deveres fundamentais relacionados à convivência social. A construção de uma sociedade livre, justa e solidária, prevista entre os objetivos fundamentais da República, depende da formação de cidadãos capazes de agir com responsabilidade, respeito e participação coletiva.


CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E EDUCAÇÃO:
O ENSINO DOS DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS ÀS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL
CIDADANIA
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 É A LEI MAIOR DO NOSSO PAÍS. ELA GARANTE NOSSOS DIREITOS, DEFINE NOSSOS DEVERES E CONSTRÓI UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, LIVRE E SOLIDÁRIA!
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
A EDUCAÇÃO É UM DIREITO DE TODOS E A BASE PARA UM FUTURO MELHOR!
EDUCAÇÃO: UM DIREITO DE TODOS
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO ARTIGO 205, DIZ QUE A EDUCAÇÃO É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO E DA FAMÍLIA, COM A COLABORAÇÃO DA SOCIEDADE.
ISSO SIGNIFICA QUE TODAS AS CRIANÇAS TÊM DIREITO A:
ESCOLA DE QUALIDADE
APRENDER E SE DESENVOLVER
SER RESPEITADO EM SUA DIVERSIDADE
INCLUSÃO E IGUALDADE
PROTEÇÃO, DIGNIDADE E BEM-ESTAR
APRENDER DIREITOS PARA EXERCER A CIDADANIA!
NA ESCOLA, APRENDEMOS NÃO APENAS MATEMÁTICA E PORTUGUÊS, MAS TAMBÉM SOBRE NOSSOS DIREITOS E DEVERES.
DIREITOS
DEVERES
CONHECER PARA TRANSFORMAR!
QUANDO ENTENDEMOS NOSSOS DIREITOS E CUMPRIMOS NOSSOS DEVERES, AJUDAMOS A CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR PARA TODOS!
DEVERES QUE TAMBÉM NOS ENSINAM A CRESCER!
ASSIM COMO TEMOS DIREITOS, TAMBÉM TEMOS DEVERES, COMO:
RESPEITAR AS PESSOAS
CUIDAR DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DO MEIO AMBIENTE
ESTUDAR E SE DEDICAR
COLABORAR PARA UM AMBIENTE DE PAZ
DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA JORNADA DE DIREITOS!
EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 5 ANOS)
BRINCAR, EXPLORAR, CONVIVER E APRENDER COM AFETO E CUIDADO.
ENSINO FUNDAMENTAL (6 A 14 ANOS)
DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES, VALORES E ATITUDES.
FORMAÇÃO PARA A VIDA E PARA A SOCIEDADE
PENSAR, QUESTIONAR, CRIAR E PARTICIPAR ATIVAMENTE DA COMUNIDADE.
FUTURO COM DIREITOS, RESPONSABILIDADES E ESPERANÇA!
UMA SOCIEDADE JUSTA COMEÇA COM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS!
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 É NOSSO GUIA PARA UMA EDUCAÇÃO QUE FORMA CIDADÃOS CONSCIENTES, RESPONSÁVEIS E SOLIDÁRIOS!
CONHECER É UM DIREITO. APRENDER É PODER. TRANSFORMAR É NOSSA MISSÃO!
EDUCAÇÃO + DIREITOS + DEVERES = UM BRASIL MELHOR!
SEJA PROTAGONISTA DA SUA HISTÓRIA! EXERÇA SEUS DIREITOS E CUMPRA SEUS DEVERES TODOS OS DIAS!
EDUCAR PARA DIREITOS E DEVERES É PLANTAR HOJE AS SEMENTES DE UM AMANHÃ MAIS HUMANO E JUSTO!

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas concepções de educação como direito fundamental e instrumento de formação cidadã, considerando os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e suas relações com a construção de práticas pedagógicas democráticas. A Constituição reconhece a educação como um direito social essencial para o desenvolvimento humano e estabelece princípios que orientam a organização da sociedade brasileira, como cidadania, dignidade da pessoa humana e igualdade (Brasil, 1988). Dessa perspectiva, a escola é compreendida como espaço de formação integral, no qual os estudantes desenvolvem conhecimentos, valores e atitudes necessários para sua participação na vida social.

As discussões contemporâneas sobre educação constitucional destacam a importância de inserir temas relacionados aos direitos humanos, cidadania e participação democrática nas práticas escolares desde os primeiros anos de escolarização. A formação das crianças como sujeitos de direitos exige metodologias que favoreçam o diálogo, a reflexão crítica e a compreensão das relações sociais presentes em seu cotidiano. Nesse sentido, o ensino dos direitos e deveres fundamentais não deve ser tratado apenas como conteúdo jurídico, mas como uma prática educativa permanente que contribui para a construção de valores éticos, respeito às diferenças e fortalecimento da convivência democrática.

As evidências produzidas por pesquisas recentes na área da educação indicam que práticas pedagógicas voltadas à cidadania contribuem para o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da responsabilidade social dos estudantes (Brasil, 1988). A abordagem interdisciplinar dos princípios constitucionais permite relacionar conhecimentos de História, Geografia, Língua Portuguesa, Ensino Religioso, Ciências Humanas e outras áreas, possibilitando que as crianças compreendam a aplicação dos direitos e deveres em situações reais. O estudo da Constituição Federal de 1988 no ambiente escolar fortalece uma educação comprometida com a inclusão, a justiça social e a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades.

3.1. A Constituição Federal de 1988 e o Direito à Educação como Fundamento da Cidadania Infantil

A Constituição Federal de 1988 representa um marco fundamental para a consolidação da educação como direito social e instrumento de desenvolvimento humano, reconhecendo que todas as crianças devem ter acesso a uma formação capaz de promover autonomia, cidadania e participação democrática. O artigo 205 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo destinada ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o

exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Nesse sentido, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental constituem etapas essenciais para inserir as crianças em experiências educativas que valorizem seus direitos, suas potencialidades e sua participação na sociedade.

O ensino dos princípios constitucionais na infância deve ocorrer de maneira contextualizada, considerando o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Na Educação Infantil, os conceitos de direitos, respeito e convivência podem ser apresentados por meio de experiências lúdicas, histórias, músicas, brincadeiras e interações sociais. Já nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, esses conhecimentos podem ser aprofundados por meio de debates, pesquisas, projetos interdisciplinares e atividades relacionadas à cidadania.

Tabela 1: Exemplos de atividades por faixa etária.

Faixa etária	Possibilidades de atividades sobre direito à educação e cidadania
Educação Infantil (4 e 5 anos)	**Projeto "Eu tenho direitos"**: leitura de histórias infantis sobre amizade, respeito e igualdade; criação de desenhos sobre "Minha escola dos sonhos"; rodas de conversa com perguntas simples como "Por que todas as crianças devem estudar?"; construção coletiva de um mural dos direitos das crianças utilizando imagens e colagens.
Ensino Fundamental Anos Iniciais (6 a 10 anos)	**Projeto "Conhecendo a Constituição"**: produção de cartazes sobre o direito à educação; pesquisa sobre a importância da escola na vida das crianças; elaboração de pequenos textos sobre "Por que estudar é um direito?"; dramatizações sobre situações de respeito e desrespeito aos direitos infantis.
Ensino Fundamental Anos Finais (11 a 14 anos)	**Projeto "Educação e cidadania na Constituição"**: análise de trechos do artigo 205 da Constituição Federal; debates sobre acesso à educação no Brasil; produção de podcasts, vídeos ou textos argumentativos sobre direitos educacionais; pesquisas sobre desigualdades educacionais e políticas públicas.
Adolescentes (15 a 16 anos)	**Projeto "Juventude e participação social"**: seminários sobre direitos constitucionais; produção de artigos de opinião; debates sobre escola, cidadania e democracia; criação de campanhas digitais sobre o direito universal à educação.

Fonte: Gabriel Carvalho e Drumond Ischkanian, (2026).

3.2. Direitos Fundamentais das Crianças e sua Relação com as Práticas Educativas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental

Os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 constituem elementos essenciais para garantir uma educação baseada na dignidade humana, igualdade e inclusão social. O artigo 5º assegura que todas as pessoas são iguais perante a lei, garantindo direitos relacionados à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade (Brasil, 1988). No contexto escolar, esses princípios devem orientar práticas pedagógicas que valorizem a

diversidade, combatam qualquer forma de discriminação e assegurem que todas as crianças tenham oportunidades de aprendizagem.

A escola possui papel fundamental na construção da consciência dos direitos, pois é nesse espaço que as crianças aprendem a conviver com diferentes culturas, opiniões, características e formas de aprendizagem. O trabalho pedagógico deve promover experiências que estimulem o respeito às diferenças, a cooperação e a participação coletiva, fortalecendo uma educação inclusiva e democrática.

Tabela 2: Exemplos de atividades por faixa etária.

Faixa etária	Possibilidades de atividades sobre direitos fundamentais
Educação Infantil (4 e 5 anos)	**Atividade "Somos diferentes e importantes"**: leitura de livros infantis sobre diversidade; autorretrato valorizando características individuais; brincadeiras cooperativas; criação da "Árvore do Respeito", em que cada criança coloca uma folha com uma atitude positiva.
Ensino Fundamental Anos Iniciais (6 a 10 anos)	**Projeto "Todos têm direitos"**: estudo dos direitos das crianças; criação de histórias em quadrinhos sobre igualdade e respeito; jogos cooperativos; produção de cartas sobre atitudes contra o bullying e a exclusão.
Ensino Fundamental Anos Finais (11 a 14 anos)	**Projeto "Direitos humanos na escola"**: estudo do artigo 5º da Constituição; debates sobre preconceito, inclusão e diversidade; elaboração de campanhas educativas; análise de notícias relacionadas à violação de direitos.
Adolescentes (15 a 16 anos)	**Projeto "Direitos fundamentais e sociedade"**: produção de seminários, documentários e artigos de opinião; debates sobre liberdade, igualdade, participação política e responsabilidade social.

Fonte: Gabriel Carvalho e Drumond Ischkanian, (2026).

3.3. O Ensino dos Deveres Fundamentais e a Formação de Crianças Participativas e Responsáveis

A formação cidadã envolve não apenas o conhecimento dos direitos garantidos constitucionalmente, mas também a compreensão dos deveres necessários para uma convivência social equilibrada. A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios relacionados à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, indicando a importância da responsabilidade coletiva e da participação social (Brasil, 1988). Dessa forma, a escola deve criar oportunidades para que as crianças compreendam que suas ações influenciam o ambiente em que vivem.

O ensino dos deveres fundamentais contribui para desenvolver valores como respeito, solidariedade, responsabilidade ambiental, cooperação e participação democrática. Essas aprendizagens não devem ocorrer apenas por meio de explicações teóricas, mas principalmente

por experiências práticas que permitam aos estudantes vivenciar atitudes cidadãs no cotidiano escolar.

Tabela 3: Exemplos de atividades por faixa etária.

Faixa etária	Possibilidades de atividades sobre deveres e responsabilidades
Educação Infantil (4 e 5 anos)	**Projeto "Cuidando do nosso espaço"**: organização coletiva da sala; criação de regras de convivência ilustradas; brincadeiras sobre ajudar o colega; atividades de cuidado com plantas e materiais escolares.
Ensino Fundamental Anos Iniciais (6 a 10 anos)	**Projeto "Minha escola, minha responsabilidade"**: criação de uma carta de compromissos da turma; campanhas de preservação da escola; divisão de responsabilidades em atividades coletivas; produção de textos sobre atitudes cidadãs.
Ensino Fundamental Anos Finais (11 a 14 anos)	**Projeto "Participação e democracia escolar"**: criação de grêmio ou representantes de turma; debates sobre direitos e deveres dos estudantes; projetos ambientais; produção de vídeos educativos sobre cidadania.
Adolescentes (15 a 16 anos)	**Projeto "Juventude transformadora"**: elaboração de projetos sociais; pesquisas sobre participação comunitária; debates sobre ética, responsabilidade digital e cidadania; criação de campanhas de conscientização utilizando mídias digitais.

Fonte: Gabriel Carvalho e Drumond Ischkanian, (2026).

O ensino dos fundamentos constitucionais desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental possibilita que as crianças e adolescentes compreendam progressivamente seus direitos e deveres, relacionando os princípios da Constituição Federal de 1988 às situações concretas de sua vida cotidiana. A escola torna-se, portanto, um espaço privilegiado para a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade democrática, inclusiva e fundamentada na dignidade humana.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem *qualitativa***,** de natureza *bibliográfica e exploratória***,** tendo como objetivo analisar a importância da Constituição Federal de 1988 no contexto educacional, especialmente no que se refere ao ensino dos direitos e deveres fundamentais às crianças da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. A pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos educativos considerando seus aspectos históricos, sociais, culturais e pedagógicos, permitindo interpretar como os princípios constitucionais podem ser incorporados às práticas escolares voltadas à formação cidadã. Conforme estabelece a Constituição Federal, a educação possui como finalidade o pleno

desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a formação para a participação social (Brasil, 1988).

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma *pesquisa bibliográfica***,** fundamentada na análise de documentos legais, produções científicas, livros, artigos acadêmicos e estudos relacionados à educação, direitos fundamentais, cidadania, infância e formação democrática. O principal documento analisado foi a Constituição Federal de 1988, especialmente os artigos 1º ao 5º, que apresentam os fundamentos da República, os direitos e garantias fundamentais e os princípios essenciais para a organização do Estado brasileiro (Brasil, 1988). Além disso, foram consideradas contribuições teóricas de pesquisadores da área educacional que discutem a função social da escola, a educação em direitos humanos e a formação integral dos estudantes.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento, seleção e análise de referências bibliográficas e documentos oficiais relacionados ao tema investigado. Foram examinados conteúdos referentes aos direitos fundamentais, deveres sociais, práticas pedagógicas cidadãs e estratégias educativas para diferentes etapas da educação básica. A análise dos dados buscou identificar possibilidades de aplicação dos princípios constitucionais no cotidiano escolar, considerando atividades adequadas às diferentes faixas etárias, desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. Dessa forma, a metodologia possibilitou compreender como o ensino dos direitos e deveres fundamentais pode contribuir para uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com a formação de sujeitos conscientes e participativos.

CONCLUSÃO

A análise sobre a Constituição Federal de 1988 e sua relação com a educação evidencia a importância de inserir o ensino dos direitos e deveres fundamentais desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental como parte essencial da formação integral das crianças. A escola, enquanto espaço de construção do conhecimento e convivência social, possui papel fundamental na formação de sujeitos conscientes, capazes de compreender seus direitos, respeitar o próximo e participar ativamente da sociedade. Nesse sentido, a educação constitucional contribui para fortalecer valores democráticos, éticos e humanos desde os primeiros anos de escolarização.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas aos direitos e deveres fundamentais possibilita transformar conceitos jurídicos e sociais em aprendizagens significativas, adequadas às diferentes fases do desenvolvimento infantil. Por meio de atividades lúdicas, projetos interdisciplinares, debates, produções textuais, pesquisas e ações coletivas, os estudantes podem compreender temas como igualdade, respeito, dignidade, responsabilidade e

participação social, relacionando esses conhecimentos às situações vivenciadas em seu cotidiano escolar e comunitário.

A abordagem da Constituição no ambiente educacional também favorece a construção de uma escola mais inclusiva, democrática e comprometida com a valorização da diversidade. Ao reconhecer cada criança como sujeito de direitos, a educação amplia possibilidades de aprendizagem e fortalece práticas que promovem o respeito às diferenças, a cooperação e a convivência harmoniosa. Dessa maneira, o ensino dos princípios constitucionais contribui para superar práticas excludentes e formar cidadãos preparados para atuar de maneira consciente na sociedade.

Trabalhar os fundamentos constitucionais na Educação Infantil e no Ensino Fundamental representa uma estratégia educativa indispensável para a formação cidadã e para o fortalecimento da democracia. A aproximação das crianças com seus direitos e deveres favorece o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da responsabilidade coletiva, tornando a escola um ambiente de construção de conhecimentos, valores e atitudes essenciais para a transformação social. A educação baseada nos princípios constitucionais constitui um caminho para formar gerações mais conscientes, participativas, solidárias e comprometidas com uma sociedade justa e humanizada. O ensino dos valores constitucionais desde a infância possibilita que os estudantes compreendam a importância do respeito, da igualdade, da convivência democrática e da participação social, estabelecendo relações entre os conhecimentos escolares e as situações presentes em sua realidade cotidiana.

A abordagem dos fundamentos constitucionais no espaço escolar contribui para a construção de uma cultura educativa baseada na inclusão, no diálogo e na valorização da dignidade humana. Por meio de projetos interdisciplinares, atividades lúdicas, debates, produções textuais, pesquisas e ações coletivas, os estudantes podem desenvolver competências necessárias para atuar de forma responsável na sociedade. A escola fortalece seu papel como espaço de formação integral, preparando crianças e jovens para reconhecerem seus direitos, assumirem seus deveres e participarem ativamente da construção de uma sociedade mais democrática, ética, solidária e comprometida com o bem comum.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988**). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jul. 2026.

A ESCUTA PSICANALÍTICA NO CONTEXTO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO, APRENDIZAGEM E SUBJETIVAÇÃO NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA.

PSYCHOANALYTIC LISTENING IN THE SCHOOL CONTEXT: CONTRIBUTIONS TO UNDERSTANDING TEACHING, LEARNING, AND SUBJECTIVATION PROCESSES IN CONTEMPORARY EDUCATION.

LA ESCUCHA PSICOANALÍTICA EN EL CONTEXTO ESCOLAR: CONTRIBUCIONES PARA LA COMPRENSIÓN DE LOS PROCESOS DE ENSEÑANZA, APRENDIZAJE Y SUBJETIVACIÓN EN LA EDUCACIÓN CONTEMPORÁNEA.

Mestrando Gabriel Nascimento de Carvalho

1. INTRODUÇÃO

A escola contemporânea tem sido desafiada a responder às múltiplas demandas que atravessam os processos de ensino e aprendizagem, incluindo questões relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, às relações interpessoais, à saúde mental e à constituição subjetiva dos estudantes. Nesse cenário, a psicanálise oferece importantes contribuições ao campo educacional ao compreender que o ato de aprender ultrapassa a dimensão exclusivamente intelectual, envolvendo aspectos afetivos, emocionais, simbólicos e inconscientes que influenciam diretamente a construção do conhecimento. Conforme Kupfer (2007), educar implica reconhecer que o sujeito aprende a partir de sua história, de seus vínculos e de sua inserção na cultura, enquanto Voltolini (2011) destaca que a educação deve considerar os aspectos subjetivos presentes nas relações pedagógicas. Nessa mesma perspectiva, Dunker (2020) afirma que a escuta constitui um elemento ético indispensável para compreender a singularidade dos estudantes e favorecer processos educativos mais humanizados.

As transformações sociais, culturais e tecnológicas das últimas décadas intensificaram desafios relacionados à convivência escolar, ao sofrimento psíquico, às dificuldades de aprendizagem, à medicalização da infância e ao aumento das demandas emocionais apresentadas por crianças e adolescentes. Esses fenômenos evidenciam que os processos educativos não podem ser compreendidos apenas sob a perspectiva do desempenho acadêmico, mas devem considerar a complexidade da constituição subjetiva dos estudantes e das relações estabelecidas no ambiente escolar. Ferraz (2021) ressalta que a escuta psicanalítica na escola favorece espaços institucionais de acolhimento e diálogo, enquanto Rosa, Primo e Carmo-Huerta (2021) demonstram que intervenções fundamentadas na psicanálise fortalecem vínculos educativos e contribuem para enfrentar situações de sofrimento psíquico e vulnerabilidade social. Da mesma

forma, Coutinho (2024) evidencia que dispositivos clinicopolíticos de escuta ampliam a compreensão das relações escolares e promovem ambientes mais democráticos e inclusivos.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições da escuta psicanalítica para a compreensão dos processos de ensino, aprendizagem e subjetivação na educação contemporânea, destacando sua relevância para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes. Parte-se do entendimento de que educar implica reconhecer cada sujeito em sua singularidade, respeitando sua história, seus modos de aprender, suas formas de expressão e seus processos de constituição psíquica. Segundo Lima (2024), metodologias de escuta desenvolvidas no contexto escolar favorecem práticas institucionais mais sensíveis às necessidades dos estudantes, enquanto Morais (2024) ressalta que a aproximação entre psicanálise e educação amplia as possibilidades de compreensão das dificuldades escolares e fortalece intervenções pedagógicas fundamentadas na valorização da subjetividade. Assim, a articulação entre psicanálise e educação contribui para consolidar práticas educativas pautadas na inclusão, no acolhimento e na promoção do desenvolvimento humano.

2. DESENVOLVIMENTO

A aproximação entre psicanálise e educação constitui um campo interdisciplinar que busca compreender os fenômenos educativos considerando a complexidade da subjetividade humana. Diferentemente das abordagens centradas exclusivamente nos aspectos cognitivos da aprendizagem, a perspectiva psicanalítica compreende que ensinar e aprender envolvem desejos, afetos, conflitos, identificações, experiências inconscientes e relações simbólicas que influenciam permanentemente o desenvolvimento dos estudantes. Conforme Voltolini (2011), o processo educativo é atravessado por dimensões subjetivas que não podem ser ignoradas na prática pedagógica, enquanto Pereira (2008) afirma que a relação entre professor e estudante constitui um espaço privilegiado para a produção de sentidos e para a constituição da experiência educativa. Dunker (2020) complementa que a escuta do sujeito favorece uma educação comprometida com a singularidade humana, possibilitando compreender os diferentes modos pelos quais cada estudante estabelece sua relação com o conhecimento.

A escuta psicanalítica também contribui para a compreensão das dificuldades de aprendizagem, evitando interpretações reducionistas que atribuem exclusivamente ao estudante a responsabilidade pelo fracasso escolar. Muitas dificuldades manifestadas no cotidiano da escola encontram-se relacionadas a fatores emocionais, familiares, sociais e institucionais que interferem diretamente na construção do conhecimento. Kupfer (2007) argumenta que os

impasses escolares frequentemente expressam conflitos subjetivos que extrapolam os aspectos cognitivos, exigindo práticas educativas capazes de reconhecer a singularidade do estudante. Ferraz (2021) acrescenta que a escuta institucional possibilita compreender manifestações de sofrimento que influenciam o processo de aprendizagem, enquanto Lima (2024) demonstra que espaços coletivos de escuta favorecem relações pedagógicas mais acolhedoras, inclusivas e colaborativas.

A construção de espaços escolares fundamentados na escuta, no diálogo e no respeito às diferenças fortalece relações educativas mais democráticas e humanizadas. Embora a escola não exerça função clínica, ela pode desenvolver práticas que reconheçam os estudantes como sujeitos de direitos, histórias e experiências singulares. Rosa, Primo e Carmo-Huerta (2021) evidenciam que intervenções psicanalíticas em contextos educativos fortalecem vínculos institucionais e contribuem para a redução de conflitos escolares, enquanto Coutinho (2024) destaca que dispositivos de escuta favorecem processos coletivos de reflexão e participação. De forma complementar, Morais (2024) ressalta que a interface entre psicanálise e educação amplia a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, fortalecendo práticas pedagógicas voltadas para a inclusão, o acolhimento e a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições da psicanálise aplicada ao campo educacional, compreendendo que os processos de ensino e aprendizagem são atravessados por dimensões subjetivas, afetivas, simbólicas e relacionais que influenciam diretamente o desenvolvimento humano. Para Kupfer (2007), a educação não pode limitar-se à transmissão de conteúdos, pois envolve sujeitos marcados por histórias, desejos, experiências e formas singulares de se relacionar com o conhecimento. Nessa perspectiva, a escola constitui um espaço privilegiado para a construção da subjetividade, sendo necessário que professores e instituições desenvolvam práticas educativas capazes de reconhecer a complexidade das relações humanas presentes no cotidiano escolar.

As discussões contemporâneas sobre psicanálise e educação ampliam a compreensão do papel da escuta na construção de ambientes escolares mais inclusivos e acolhedores. Voltolini (2011) afirma que a relação entre educação e psicanálise não pretende transformar a escola em um espaço terapêutico, mas oferecer instrumentos para compreender os processos subjetivos que atravessam as práticas pedagógicas. De forma semelhante, Dunker (2020) destaca que a escuta ética do sujeito favorece relações educativas fundamentadas no respeito à singularidade,

permitindo compreender conflitos, dificuldades de aprendizagem e manifestações emocionais como elementos constitutivos da experiência escolar.

As evidências produzidas por pesquisas recentes demonstram que dispositivos de escuta e acolhimento contribuem para fortalecer vínculos entre estudantes, professores e comunidade escolar, reduzindo situações de sofrimento psíquico, exclusão e fracasso escolar. Estudos desenvolvidos por Rosa, Primo e Carmo-Huerta (2021), Ferraz (2021), Coutinho (2024), Lima (2024) e Morais (2024) evidenciam que práticas educativas fundamentadas na escuta favorecem ambientes escolares mais democráticos, fortalecem processos de inclusão e ampliam as possibilidades de aprendizagem ao reconhecerem os estudantes como sujeitos de direitos, histórias e experiências singulares.

3.1. A escuta do sujeito no ambiente escolar

A escuta do sujeito constitui um dos principais fundamentos da interface entre psicanálise e educação, pois compreende que cada estudante constrói sua relação com a aprendizagem a partir de experiências singulares, afetos, vínculos e processos inconscientes. Para Kupfer (2007), a escuta não consiste apenas em ouvir palavras, mas em reconhecer os significados presentes nas manifestações, comportamentos, silêncios e modos de expressão dos estudantes. Nessa perspectiva, a escola amplia sua função educativa ao criar espaços em que crianças e adolescentes possam expressar sentimentos, dúvidas, angústias e expectativas, fortalecendo o sentimento de pertencimento e favorecendo o desenvolvimento integral.

Segundo Dunker (2020), a escuta representa uma postura ética capaz de promover o reconhecimento da singularidade humana, contribuindo para relações pedagógicas mais respeitosas e acolhedoras. Lima (2024) acrescenta que metodologias coletivas de escuta desenvolvidas nas escolas públicas favorecem a mediação de conflitos, fortalecem vínculos institucionais e ampliam as possibilidades de participação dos estudantes nos processos educativos, contribuindo para ambientes escolares mais democráticos e inclusivos.

3.2. O estudante para além do desempenho acadêmico

A perspectiva psicanalítica compreende que o estudante não pode ser reduzido aos resultados obtidos em avaliações ou indicadores de desempenho escolar. Conforme Voltolini (2011), aprender envolve aspectos emocionais, afetivos, sociais e subjetivos que influenciam diretamente a construção do conhecimento. Dessa forma, compreender o estudante exige reconhecer sua história de vida, seus vínculos familiares, suas experiências escolares e seus

modos particulares de interpretar a realidade, superando práticas centradas exclusivamente na mensuração do rendimento acadêmico.

Ferraz (2021) destaca que a escuta institucional permite identificar fatores emocionais frequentemente invisibilizados pelas práticas avaliativas tradicionais, favorecendo intervenções pedagógicas mais sensíveis às necessidades individuais. Morais (2024) reforça que a aproximação entre psicanálise e educação amplia a compreensão das dificuldades escolares, permitindo que professores desenvolvam práticas fundamentadas na valorização das potencialidades dos estudantes, na promoção da autoestima e no fortalecimento dos processos de aprendizagem.

3.3. As dificuldades de aprendizagem como fenômenos subjetivos e relacionais

As dificuldades de aprendizagem constituem fenômenos complexos que não podem ser compreendidos apenas sob perspectivas biológicas ou cognitivas, uma vez que envolvem fatores emocionais, familiares, sociais, culturais e institucionais. Kupfer (2007) argumenta que muitas dificuldades manifestadas na escola representam formas pelas quais o sujeito expressa conflitos relacionados à sua constituição psíquica, exigindo uma compreensão que ultrapasse diagnósticos reducionistas e classificatórios. Essa perspectiva contribui para evitar processos de medicalização excessiva e de culpabilização dos estudantes.

Rosa, Primo e Carmo-Huerta (2021) ressaltam que intervenções fundamentadas na escuta possibilitam compreender as dificuldades escolares como produções relacionais construídas nas interações entre estudantes, professores, famílias e instituições. Coutinho (2024) complementa que dispositivos clinicopolíticos de escuta fortalecem práticas pedagógicas mais inclusivas ao favorecerem processos de acolhimento, diálogo e construção coletiva de estratégias educativas capazes de promover o desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando suas singularidades e trajetórias de aprendizagem.

3.4. O sofrimento psíquico na escola contemporânea

O sofrimento psíquico tornou-se uma das principais questões enfrentadas pelas instituições escolares na contemporaneidade, manifestando-se por meio de ansiedade, insegurança, dificuldades de socialização, desmotivação, agressividade, isolamento, baixa autoestima e outras formas de expressão emocional que interferem diretamente nos processos de ensino e aprendizagem. A escola, embora não exerça função clínica, ocupa posição privilegiada na identificação dessas manifestações, podendo desenvolver práticas fundamentadas no acolhimento, na escuta e no fortalecimento dos vínculos interpessoais. Segundo Dunker (2020),

o sofrimento não deve ser compreendido apenas como um problema individual, mas como um fenômeno atravessado pelas relações sociais, culturais e institucionais que constituem a experiência humana.

Ferraz (2021) destaca que a orientação educacional inspirada na escuta psicanalítica favorece a construção de espaços institucionais capazes de acolher estudantes e educadores diante das transformações sociais e emocionais vivenciadas no ambiente escolar. Da mesma forma, Rosa, Primo e Carmo-Huerta (2021) evidenciam que intervenções clínico-políticas fundamentadas na psicanálise contribuem para compreender conflitos escolares sem reduzi-los a problemas disciplinares ou comportamentais, permitindo que a escola desenvolva ações preventivas e educativas voltadas ao fortalecimento da saúde mental, da convivência democrática e da inclusão.

3.5. A relação professor-aluno e os processos de transferência e vínculo educativo

A relação entre professor e estudante constitui um dos elementos centrais do processo educativo, pois nela se estabelecem vínculos afetivos, simbólicos e subjetivos que influenciam diretamente a aprendizagem. Sob a perspectiva psicanalítica, essa relação é atravessada por processos de transferência, entendidos como projeções inconscientes construídas a partir das experiências anteriores dos sujeitos. Conforme Voltolini (2011), compreender a presença desses fenômenos nas relações escolares permite que o professor desenvolva uma postura pedagógica mais reflexiva, ética e sensível às necessidades dos estudantes, favorecendo ambientes de confiança e respeito mútuo.

Pereira (2008) afirma que o vínculo educativo não se reduz à transmissão de conhecimentos, mas envolve reconhecimento, diálogo, autoridade pedagógica e construção de sentidos compartilhados. Kupfer (2007) acrescenta que o professor exerce papel fundamental como mediador da aprendizagem ao reconhecer a singularidade dos estudantes e criar condições para que cada sujeito estabeleça sua própria relação com o saber. Nessa perspectiva, a escuta qualificada fortalece a comunicação, amplia o sentimento de pertencimento e contribui para relações pedagógicas capazes de favorecer o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes.

3.6. A construção de espaços escolares mais humanos e acolhedores

A construção de espaços escolares mais humanos e acolhedores constitui um dos principais desafios da educação contemporânea, especialmente diante do aumento das demandas relacionadas à inclusão, à diversidade e à saúde mental. A perspectiva psicanalítica contribui

para esse processo ao reconhecer que o ambiente escolar deve favorecer não apenas a aprendizagem dos conteúdos curriculares, mas também a construção de vínculos, o respeito às diferenças e o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos. Segundo Coutinho (2024), dispositivos de escuta coletiva fortalecem práticas institucionais que valorizam o diálogo, a participação e a corresponsabilidade entre todos os integrantes da comunidade escolar.

Lima (2024) destaca que metodologias fundamentadas na escuta favorecem a construção de ambientes educativos nos quais estudantes, professores e famílias encontram espaços para expressão, acolhimento e elaboração de conflitos. Morais (2024) complementa que a interface entre psicanálise e educação amplia as possibilidades de intervenção pedagógica ao promover práticas centradas na valorização da subjetividade, da diversidade e da inclusão. Dessa maneira, a escola consolida-se como um espaço de formação humana, no qual o conhecimento é construído em articulação com o desenvolvimento emocional, social e ético, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos, solidários e comprometidos com a convivência democrática.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem **qualitativa**, de natureza *bibliográfica, exploratória e descritiva***,** tendo como objetivo analisar as contribuições da escuta psicanalítica para a compreensão dos processos de ensino, aprendizagem e subjetivação no contexto escolar. A abordagem qualitativa possibilita compreender os fenômenos educacionais em sua complexidade, considerando aspectos subjetivos, sociais, culturais e institucionais que permeiam as relações estabelecidas entre estudantes, professores e escola. Conforme Minayo (2014), esse tipo de investigação favorece interpretações aprofundadas dos fenômenos humanos, sendo especialmente adequado às pesquisas desenvolvidas nas áreas da educação e das ciências humanas. Nesse contexto, buscou-se compreender como a psicanálise pode contribuir para práticas educativas mais inclusivas, acolhedoras e comprometidas com o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma *pesquisa bibliográfica***,** fundamentada na análise de livros, artigos científicos, capítulos de obras, anais de eventos acadêmicos e publicações nacionais relacionadas aos campos da psicanálise, educação, subjetividade, sofrimento psíquico e processos de ensino e aprendizagem. O levantamento bibliográfico contemplou autores clássicos e contemporâneos que discutem a interface entre psicanálise e educação, destacando-se as contribuições de Kupfer (2007), Voltolini (2011), Pereira (2008), Dunker (2020), Ferraz (2021), Rosa, Primo e Carmo-Huerta (2021), Coutinho

(2024), Lima (2024) e Morais (2024). A seleção das obras priorizou produções que abordam a escuta como elemento fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais humanizadas e democráticas.

A coleta dos dados ocorreu por meio do levantamento, leitura analítica, organização e interpretação das produções científicas selecionadas, buscando identificar convergências teóricas, conceitos fundamentais e evidências relacionadas à contribuição da escuta psicanalítica para o contexto escolar. Posteriormente, os dados foram organizados em categorias temáticas referentes à subjetividade, aos vínculos educativos, às dificuldades de aprendizagem, ao sofrimento psíquico e às práticas inclusivas fundamentadas na escuta. A análise interpretativa permitiu compreender que a integração entre psicanálise e educação amplia as possibilidades de construção de ambientes escolares mais acolhedores, favorecendo processos educativos comprometidos com a valorização da singularidade, da diversidade e da formação integral dos estudantes.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste estudo evidenciou que a escuta psicanalítica representa uma importante contribuição para a compreensão dos processos de ensino, aprendizagem e subjetivação no contexto escolar. Ao reconhecer que o estudante é constituído por dimensões cognitivas, afetivas, emocionais, sociais e simbólicas, a psicanálise amplia as possibilidades de interpretação dos fenômenos educativos, permitindo que a escola desenvolva práticas mais sensíveis às singularidades humanas. Essa perspectiva fortalece uma concepção de educação comprometida não apenas com a aquisição de conhecimentos, mas também com o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Os resultados da pesquisa demonstram que a escuta qualificada favorece a construção de vínculos educativos mais consistentes, contribuindo para a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem, manifestações de sofrimento psíquico e desafios relacionados à convivência escolar. Ao valorizar o diálogo, o acolhimento e o reconhecimento da subjetividade, a escola amplia sua capacidade de promover ambientes seguros, inclusivos e emocionalmente saudáveis, nos quais estudantes e educadores encontram condições mais favoráveis para ensinar, aprender e construir relações fundamentadas no respeito mútuo e na cooperação.

Também se constatou que a interface entre psicanálise e educação oferece importantes subsídios para a formação docente, estimulando práticas pedagógicas que ultrapassam modelos centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos e nos resultados acadêmicos. O professor passa a compreender o processo educativo como uma experiência relacional, na qual o

conhecimento é construído por meio da interação, da escuta, do reconhecimento das diferenças e da valorização da história de vida de cada estudante. Essa compreensão fortalece práticas educativas capazes de responder aos desafios da diversidade presente nas escolas contemporâneas.

A construção de espaços escolares fundamentados na escuta, na inclusão e no acolhimento contribui significativamente para a promoção da saúde emocional, da cidadania e da convivência democrática. Ao reconhecer que os processos de aprendizagem são atravessados por experiências subjetivas, a escola torna-se um ambiente mais humanizado, capaz de reduzir processos de exclusão, fortalecer o sentimento de pertencimento e promover condições para que todos os estudantes desenvolvam suas potencialidades. Dessa forma, a educação assume um papel ainda mais relevante na formação de sujeitos críticos, autônomos, solidários e comprometidos com a transformação social.

A escuta psicanalítica constitui uma ferramenta teórico-metodológica de grande relevância para a educação contemporânea, ao favorecer práticas pedagógicas orientadas pela ética, pela sensibilidade e pelo respeito à singularidade humana. Investir na construção de uma cultura escolar baseada na escuta, no diálogo e no fortalecimento dos vínculos educativos representa um caminho promissor para consolidar uma escola mais democrática, inclusiva e acolhedora, capaz de promover aprendizagens significativas e contribuir para a formação integral dos estudantes em uma sociedade marcada por constantes transformações sociais, culturais e emocionais. Ao reconhecer que cada estudante possui uma trajetória singular de desenvolvimento, permeada por diferentes experiências, afetos, desafios e formas de expressão, a escola amplia sua capacidade de compreender as múltiplas dimensões envolvidas nos processos de aprendizagem. Essa perspectiva fortalece práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade, com a promoção da equidade e com o reconhecimento do estudante como sujeito ativo na construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, da empatia, da responsabilidade social e da participação cidadã.

A incorporação da escuta psicanalítica nas práticas educativas contribui para o fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação, incentivando reflexões permanentes sobre o papel da escola na constituição subjetiva dos estudantes e na construção de ambientes emocionalmente seguros. Professores, gestores, equipes pedagógicas e famílias passam a compartilhar responsabilidades na criação de espaços de convivência fundamentados no acolhimento, no respeito às diferenças, na cooperação e na resolução dialógica dos conflitos. Dessa forma, a educação amplia sua função social ao promover não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o crescimento emocional, ético e relacional dos sujeitos, consolidando

uma escola comprometida com os princípios da inclusão, dos direitos humanos, da justiça social e da formação integral, preparada para responder aos desafios da contemporaneidade com sensibilidade, responsabilidade e compromisso com a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Luciana Gageiro. **Dispositivos clinicopolíticos em psicanálise e educação.** *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 50, p. 185-195, 2024. Disponível em: https://www.cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/567. Acesso em: 05 jul. 2026.

DUNKER, Christian Ingo Lenz**. Paixão da ignorância: a escuta entre psicanálise e educação.** São Paulo: Contracorrente, 2020.

FERRAZ, Iris Ramos Lacava. **Orientação educacional com psicanálise: um lugar de escuta em tempos de escola remota.** *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 29-43, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v26i1p29-43.

KUPFER, Maria Cristina Machado. **Educação para o futuro: psicanálise e educação.** São Paulo: Escuta, 2007.

LIMA, Nádia Laguárdia de. **Intervenções psicanalíticas em escolas públicas: metodologias de escuta no coletivo.** *Mosaico: Estudos em Psicologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/51551. Acesso em: 03 jul. 2026.

MORAIS, Pedro Victor Dias de. **Psicanálise e a interface com a educação: aproximações e contribuições no ensino-aprendizagem.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 10., 2024. *Anais do X CONEDU*. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/112945. Acesso em: 02 jul. 2026.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. **A impostura do mestre.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

ROSA, Miriam Debieux; PRIMO, Josiane Silva; CARMO-HUERTA, Verónica. **Adolescentes, professores e psicanalistas: uma intervenção clínico-política.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109175.

VOLTOLINI, Rinaldo. **Educação e psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

TECNOLOGÍAS EDUCATIVAS Y CULTURA MAKER: INCLUSIÓN, DIVERSIDAD LINGÜÍSTICA Y APORTES DE LAS NEUROCIENCIAS PARA EL APRENDIZAJE DE TODOS.

Nivea Maria Costa Vieira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Wandra Carla Silva Almeida
Samuel Ferreira
Regina Daucia de Oliveira Braga
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Idênis Glória Belchior
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Sandro Garabed Ischkanian

Introducción: Las transformaciones tecnológicas, sociales y educativas del siglo XXI han impulsado la necesidad de desarrollar prácticas pedagógicas innovadoras que respondan a la diversidad presente en las aulas y promuevan una educación verdaderamente inclusiva. En este contexto, las tecnologías educativas, la cultura maker y los aportes de las neurociencias emergen como herramientas fundamentales para fortalecer los procesos de enseñanza y aprendizaje, favoreciendo el desarrollo de competencias cognitivas, sociales, emocionales y creativas. Asimismo, la incorporación de recursos digitales, metodologías activas y espacios colaborativos permite atender las diferentes formas de aprender, respetando las particularidades lingüísticas, culturales y cognitivas de cada estudiante. La articulación entre tecnologías educativas, diversidad lingüística y cultura maker favorece la construcción de ambientes de aprendizaje participativos, donde los estudiantes asumen un papel protagonista en la producción del conocimiento. Desde la perspectiva de las neurociencias, el aprendizaje significativo se fortalece cuando las experiencias educativas estimulan la curiosidad, la resolución de problemas, la experimentación, la colaboración y la creatividad. En este sentido, una educación inclusiva requiere estrategias pedagógicas capaces de eliminar barreras para el aprendizaje y garantizar oportunidades equitativas para todos los estudiantes, independientemente de sus condiciones personales, sociales o culturales. **Objetivos:** El presente estudio tiene como objetivo analizar las contribuciones de las tecnologías educativas, la cultura maker, la diversidad lingüística y las neurociencias para la construcción de prácticas pedagógicas inclusivas que favorezcan el aprendizaje significativo de todos los estudiantes. Asimismo, busca reflexionar sobre el potencial de estas estrategias para fortalecer la innovación educativa, el desarrollo de competencias del siglo XXI y la participación activa de los estudiantes en los procesos de enseñanza y aprendizaje. De manera específica, se pretende identificar estrategias didácticas que integren recursos tecnológicos accesibles, metodologías colaborativas y principios neuroeducativos, promoviendo ambientes escolares inclusivos, creativos y participativos. También se busca evidenciar cómo la cultura maker y las tecnologías digitales pueden contribuir al respeto por la diversidad lingüística y cultural, favoreciendo una educación democrática, equitativa y orientada al desarrollo integral de la persona. **Materiales y Métodos:** La investigación se desarrolló mediante un enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico y exploratorio, sustentado en el análisis de literatura científica relacionada con tecnologías educativas, cultura maker, neurociencias, educación inclusiva y diversidad lingüística. Se revisaron artículos científicos, libros, documentos institucionales y estudios recientes publicados en bases académicas nacionales e internacionales,

permitiendo la construcción de un marco teórico consistente sobre la temática investigada. El análisis de la información se realizó mediante la organización, comparación e interpretación crítica de los aportes encontrados en la literatura especializada. Las categorías de análisis contemplaron el uso pedagógico de las tecnologías digitales, las metodologías maker, la inclusión educativa, las contribuciones de las neurociencias para el aprendizaje y las estrategias orientadas al respeto de la diversidad lingüística, buscando identificar posibilidades de innovación para la práctica docente contemporánea. **Resultados:** Los resultados evidencian que la integración de tecnologías educativas con la cultura maker favorece el desarrollo de experiencias de aprendizaje más dinámicas, colaborativas e inclusivas. El uso de recursos digitales, plataformas educativas, laboratorios maker, robótica, programación, materiales de bajo costo y metodologías activas contribuye significativamente al desarrollo del pensamiento crítico, la creatividad, la resolución de problemas y la autonomía de los estudiantes, fortaleciendo su participación en la construcción del conocimiento. Asimismo, se constató que los aportes de las neurociencias permiten comprender mejor los procesos cognitivos involucrados en el aprendizaje, orientando prácticas pedagógicas más sensibles a las diferencias individuales. La valorización de la diversidad lingüística, el respeto por los distintos ritmos de aprendizaje y la incorporación de estrategias inclusivas fortalecen ambientes educativos capaces de garantizar mayores oportunidades de éxito escolar para todos los estudiantes, promoviendo equidad, participación y desarrollo integral. **Conclusión:** Las tecnologías educativas, la cultura maker y las contribuciones de las neurociencias constituyen pilares fundamentales para la transformación de la educación contemporánea, favoreciendo la construcción de prácticas pedagógicas innovadoras, inclusivas y centradas en el estudiante. Su integración posibilita el desarrollo de experiencias de aprendizaje significativas que respetan la diversidad humana y fortalecen competencias indispensables para la sociedad del conocimiento. Finalmente, se concluye que una educación comprometida con la inclusión, la diversidad lingüística y la innovación tecnológica contribuye a formar ciudadanos más críticos, creativos, autónomos y socialmente responsables. La articulación entre estos enfoques fortalece una escuela capaz de responder a los desafíos actuales, promoviendo el acceso equitativo al conocimiento y garantizando oportunidades de aprendizaje de calidad para todos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

VIEIRA, Nívea Maria Costa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ALMEIDA, Wandra Carla Silva; FERREIRA, Samuel; BRAGA, Regina Daucia de Oliveira; SOUSA, Maria Aparecida de Moura Amorim; BELCHIOR, Idênis Glória; OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Tecnologías educativas y cultura maker: inclusión, diversidad lingüística y aportes de las neurociencias para el aprendizaje de todos**. Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/books/007278111fcef823fd450. Acesso em: 12 jul. 2026.

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS INOVADORAS E CULTURA MAKER NA EPT: INCLUSÃO, DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CONTRIBUIÇÕES DAS NEUROCIÊNCIAS PARA AS DIFERENTES FORMAS DE APRENDER.

Celine Maria de Sousa Azevedo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Wandra Carla Silva Almeida
Samuel Ferreira
Sygride Nascimento de Carvalho
Allyne de Moura Amorim
Idenis Glória Belchior
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira

Introdução: A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) enfrenta o desafio de preparar estudantes para uma sociedade marcada pela inovação, pela transformação digital e pela constante evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Nesse cenário, as tecnologias educacionais inovadoras associadas à cultura maker configuram-se como estratégias capazes de promover práticas pedagógicas mais ativas, colaborativas e contextualizadas, favorecendo a construção do conhecimento por meio da experimentação, da criatividade e da resolução de problemas. Ao integrar recursos digitais, metodologias participativas e espaços de criação, a EPT amplia as possibilidades de formação integral dos estudantes, fortalecendo competências técnicas, cognitivas, socioemocionais e profissionais necessárias para o mundo contemporâneo. Além disso, a valorização da diversidade linguística e os avanços das neurociências oferecem importantes contribuições para a construção de ambientes educacionais inclusivos, capazes de reconhecer as diferentes formas de aprender. Os estudos neurocientíficos evidenciam que o aprendizado ocorre de maneira singular em cada indivíduo, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis que respeitem diferentes ritmos, estilos cognitivos e contextos socioculturais. A integração entre tecnologias educacionais, cultura maker, inclusão e neurociências fortalece uma educação profissional comprometida com a equidade, a inovação e o desenvolvimento humano. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar as contribuições das tecnologias educacionais inovadoras, da cultura maker, da diversidade linguística e das neurociências para o fortalecimento das práticas pedagógicas na Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando seu potencial para promover processos de ensino e aprendizagem mais inclusivos, colaborativos e significativos. Especificamente, busca-se identificar estratégias didáticas que favoreçam a inclusão de estudantes com diferentes perfis de aprendizagem, valorizar a diversidade linguística presente nos espaços educativos e compreender como os conhecimentos produzidos pelas neurociências podem subsidiar práticas pedagógicas capazes de ampliar a participação, a autonomia, a criatividade e o desenvolvimento integral dos estudantes da EPT. **Materiais e métodos:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva, fundamentada na análise de publicações científicas relacionadas às tecnologias educacionais, cultura maker, neurociências, inclusão educacional, diversidade linguística e Educação Profissional e Tecnológica. Foram consultados livros, artigos científicos, documentos institucionais e produções acadêmicas nacionais e internacionais que

discutem práticas inovadoras voltadas ao desenvolvimento de metodologias ativas e ambientes educacionais inclusivos. Os dados foram organizados mediante análise temática, permitindo identificar convergências entre os referenciais teóricos e as práticas pedagógicas descritas na literatura. A interpretação dos resultados concentrou-se nas contribuições das tecnologias digitais, da cultura maker e das neurociências para a construção de estratégias educacionais que promovam aprendizagem significativa, desenvolvimento de competências e respeito às diferenças individuais, culturais e linguísticas presentes na EPT. **Resultados:** A utilização integrada de tecnologias educacionais inovadoras e da cultura maker favorece ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, colaborativos e centrados no protagonismo estudantil. A realização de projetos interdisciplinares, atividades práticas, fabricação digital, robótica educacional, programação, prototipagem e resolução de problemas contribui para fortalecer o pensamento crítico, a criatividade, a autonomia e a capacidade de inovação dos estudantes, aproximando os processos formativos das demandas contemporâneas do mundo do trabalho. Também foi identificado que a incorporação dos conhecimentos das neurociências e a valorização da diversidade linguística potencializam práticas pedagógicas inclusivas, permitindo que os docentes desenvolvam estratégias diferenciadas para atender às distintas formas de aprender. Essa integração amplia a participação dos estudantes, reduz barreiras educacionais e fortalece uma educação profissional orientada pelos princípios da equidade, da inclusão e da formação humana integral. **Conclusão:** A integração entre tecnologias educacionais inovadoras, cultura maker, diversidade linguística e neurociências representa um caminho promissor para a transformação da Educação Profissional e Tecnológica. Esses elementos favorecem práticas pedagógicas mais criativas, inclusivas e contextualizadas, capazes de responder às necessidades de uma sociedade em constante transformação e de promover experiências de aprendizagem mais significativas para todos os estudantes. Destaca-se que investir em ambientes educacionais inovadores, sustentados pela colaboração, pela experimentação, pela inclusão e pelo respeito às diferentes formas de aprender, fortalece a qualidade da educação e amplia as oportunidades de desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional. Assim, a EPT consolida-se como espaço estratégico para a formação de cidadãos críticos, autônomos, criativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e tecnologicamente preparada para os desafios do século XXI.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; ALMEIDA, Wandra Carla Silva; FERREIRA, Samuel; CARVALHO, Sygride Nascimento de; AMORIM, Allyne de Moura; BELCHIOR, Idenis Glória; FREITAS, Marcos Aurelio dos Santos; OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima. **Tecnologias educacionais inovadoras e cultura maker na EPT: inclusão, diversidade linguística e contribuições das neurociências para as diferentes formas de aprender**. Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1044944582/Artigo-Tecnologias-Educacionais-Inovadoras-e-Cultura-Maker-Na-Ept. Acesso em: 12 jul. 2026.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA PERSONALIZADA: ADAPTAÇÃO DE CONTEÚDOS E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA ESTUDANTES NEURODIVERGENTES.

Mara Lucia Nunes de Lima Oliveira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A Inteligência Artificial (IA) tem promovido profundas transformações nos processos educacionais, ampliando as possibilidades de personalização do ensino, adaptação curricular e desenvolvimento de recursos pedagógicos acessíveis. No contexto da educação inclusiva, essas tecnologias assumem papel estratégico ao possibilitar a elaboração de materiais didáticos compatíveis com diferentes perfis de aprendizagem, respeitando as necessidades específicas de estudantes neurodivergentes, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, deficiência intelectual, altas habilidades/superdotação e outras condições que demandam práticas pedagógicas diferenciadas. Nesse cenário, a IA contribui para a construção de ambientes educacionais mais flexíveis, acessíveis e centrados no estudante, favorecendo o desenvolvimento de aprendizagens significativas. A integração entre Inteligência Artificial, educação inclusiva e princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) fortalece práticas pedagógicas fundamentadas na equidade, na diversidade e na valorização das singularidades humanas. Ferramentas baseadas em IA permitem adaptar textos, criar atividades diferenciadas, gerar recursos multimodais, produzir materiais em linguagem simplificada, desenvolver avaliações acessíveis e oferecer feedbacks personalizados, ampliando as oportunidades de participação e aprendizagem. Dessa forma, a tecnologia deixa de ser apenas um recurso de apoio e passa a constituir um instrumento de inovação pedagógica comprometido com a inclusão, a autonomia e o desenvolvimento integral dos estudantes. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar as contribuições da Inteligência Artificial para a promoção da educação inclusiva personalizada, enfatizando seu potencial na adaptação de conteúdos, na elaboração de materiais pedagógicos acessíveis e no fortalecimento de práticas educativas voltadas às necessidades de estudantes neurodivergentes. Especificamente, busca-se identificar estratégias pedagógicas mediadas por Inteligência Artificial que favoreçam a personalização da aprendizagem, a diversificação dos recursos didáticos, a eliminação de barreiras educacionais e o fortalecimento da autonomia dos estudantes. Pretende-se, ainda, refletir sobre os desafios éticos, pedagógicos e tecnológicos relacionados ao uso da IA na construção de uma educação mais democrática, inclusiva e centrada nas potencialidades de cada aprendiz. **Materiais e métodos:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva, fundamentada na análise de produções científicas relacionadas à Inteligência Artificial aplicada à educação, educação inclusiva, neurodiversidade, tecnologias assistivas, Desenho Universal para a Aprendizagem e inovação pedagógica. Foram consultados livros, artigos científicos, documentos institucionais e publicações recentes que abordam a utilização da IA como ferramenta de personalização do ensino e de ampliação da acessibilidade educacional. A análise dos dados foi realizada por meio da organização e interpretação crítica das informações obtidas na literatura especializada, permitindo identificar possibilidades, desafios e impactos da Inteligência Artificial na adaptação

de conteúdos e na produção de materiais pedagógicos voltados aos estudantes neurodivergentes. Os resultados foram sistematizados em categorias temáticas relacionadas à inclusão, personalização da aprendizagem, acessibilidade, inovação educacional e formação docente. **Resultados:** A Inteligência Artificial amplia significativamente as possibilidades de personalização do ensino ao permitir a adaptação de conteúdos conforme as necessidades individuais dos estudantes. Ferramentas inteligentes possibilitam a criação de textos em diferentes níveis de complexidade, materiais multimodais, recursos audiovisuais, atividades interativas, avaliações diferenciadas e estratégias pedagógicas ajustadas aos diversos estilos de aprendizagem, favorecendo maior participação, compreensão e desenvolvimento acadêmico dos estudantes neurodivergentes. Também foi identificado que a utilização da IA fortalece o trabalho docente, reduzindo o tempo destinado à elaboração de materiais adaptados e ampliando as possibilidades de planejamento pedagógico inclusivo. Entretanto, os estudos ressaltam que o uso dessas tecnologias deve ocorrer de forma ética, responsável e mediada pelo professor, garantindo que as decisões pedagógicas permaneçam fundamentadas na valorização da diversidade, na proteção dos direitos dos estudantes e na promoção de práticas educacionais humanizadas. **Conclusão:** A Inteligência Artificial representa uma importante aliada na construção de uma educação inclusiva personalizada, oferecendo recursos capazes de ampliar a acessibilidade, favorecer a adaptação curricular e fortalecer o desenvolvimento de práticas pedagógicas centradas nas necessidades dos estudantes neurodivergentes. Quando utilizada de forma crítica, ética e integrada ao planejamento docente, a IA contribui para tornar os processos de ensino e aprendizagem mais flexíveis, participativos e significativos. Por fim, destaca-se que a consolidação de uma educação inclusiva mediada por Inteligência Artificial depende da formação continuada dos professores, do acesso equitativo às tecnologias e da implementação de políticas educacionais comprometidas com a inovação e a inclusão. Dessa forma, a IA não substitui o papel do educador, mas potencializa sua atuação, fortalecendo uma escola mais democrática, acessível e preparada para reconhecer, respeitar e desenvolver as diferentes formas de aprender presentes na diversidade humana.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

OLIVEIRA, Mara Lucia Nunes de Lima; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Inteligência artificial e educação inclusiva personalizada: adaptação de conteúdos e elaboração de materiais pedagógicos para estudantes neurodivergentes**. Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1047037538/Inteligencia-Artificial-e-Educacao-Inclusiva-Personalizada. Acesso em: 12 jul. 2026.

FORMAÇÃO DOCENTE E RACISMO ESTRUTURAL: ESTUDO DE CASO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.

Celine Maria de Sousa Azevedo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Wandra Carla Silva Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O enfrentamento do racismo estrutural constitui um dos maiores desafios da educação brasileira contemporânea, especialmente no contexto da formação docente, que desempenha papel fundamental na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, os direitos humanos e a valorização da diversidade. A escola é um espaço privilegiado para a promoção da justiça social, mas também pode reproduzir desigualdades históricas quando não reconhece os impactos do racismo nas relações escolares e nos processos de ensino e aprendizagem. Nesse cenário, torna-se imprescindível fortalecer a formação inicial e continuada de professores para que sejam capazes de identificar práticas discriminatórias, desconstruir preconceitos e desenvolver intervenções pedagógicas antirracistas fundamentadas em princípios éticos, democráticos e inclusivos. A realização de estudos de caso e intervenções pedagógicas possibilita compreender como o racismo estrutural se manifesta no cotidiano escolar e quais estratégias podem contribuir para sua superação. A formação docente voltada para a educação das relações étnico-raciais favorece a construção de ambientes escolares mais acolhedores, promovendo o respeito às diferenças, a valorização das identidades culturais e o reconhecimento da contribuição histórica dos povos afro-brasileiros e indígenas para a sociedade. A prática pedagógica torna-se um instrumento de transformação social, fortalecendo uma educação comprometida com a igualdade de oportunidades e a formação cidadã. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar a importância da formação docente no enfrentamento do racismo estrutural, destacando o papel dos estudos de caso e das intervenções pedagógicas na construção de práticas educativas antirracistas e comprometidas com a promoção da equidade no ambiente escolar. Especificamente, busca-se identificar estratégias formativas que auxiliem professores na compreensão das manifestações do racismo estrutural no cotidiano educacional, bem como apresentar possibilidades de intervenção pedagógica capazes de fortalecer a valorização da diversidade étnico-racial, o respeito aos direitos humanos e a construção de uma cultura escolar inclusiva, democrática e socialmente responsável. **Materiais e métodos:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva, fundamentada na análise de produções científicas, documentos legais e referenciais teóricos relacionados à formação docente, educação das relações étnico-raciais, racismo estrutural e práticas pedagógicas antirracistas. Foram consultados livros, artigos científicos, legislações educacionais e estudos que discutem a implementação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial no contexto escolar. Como estratégia metodológica, adotou-se a análise de estudos de caso descritos na literatura especializada, permitindo identificar situações de discriminação racial, práticas institucionais e experiências exitosas de intervenção pedagógica. As informações foram organizadas por categorias temáticas relacionadas à formação de professores, práticas inclusivas, currículo, diversidade cultural e promoção da equidade, possibilitando uma interpretação crítica dos desafios e das possibilidades para a construção de uma educação comprometida com a justiça social. **Resultados:** A formação docente fundamentada na educação antirracista contribui

significativamente para o reconhecimento e o enfrentamento das diferentes manifestações do racismo estrutural presentes no ambiente escolar. As intervenções pedagógicas analisadas evidenciaram que atividades interdisciplinares, projetos sobre história e cultura afro-brasileira e indígena, rodas de conversa, estudos de caso, análise crítica de materiais didáticos e ações voltadas à valorização da diversidade favorecem a construção de relações mais respeitosas e inclusivas entre estudantes, professores e comunidade escolar. Também foi identificado que os estudos de caso constituem importantes instrumentos de formação, permitindo que os professores reflitam criticamente sobre situações reais de preconceito, discriminação e exclusão, desenvolvendo competências para atuar de maneira ética e responsável diante dessas ocorrências. As experiências analisadas demonstram que práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, na escuta, na participação coletiva e na valorização das identidades culturais fortalecem a aprendizagem, promovem o sentimento de pertencimento e contribuem para a consolidação de uma cultura escolar baseada na equidade e no respeito às diferenças. **Conclusão:** A formação docente constitui um elemento essencial para o enfrentamento do racismo estrutural na educação, pois possibilita aos professores desenvolverem conhecimentos, competências e atitudes capazes de transformar a escola em um espaço comprometido com os direitos humanos, a justiça social e a valorização da diversidade. A incorporação de estudos de caso e intervenções pedagógicas ao processo formativo amplia a capacidade dos educadores de identificar práticas discriminatórias, promover reflexões críticas e implementar ações educativas voltadas à construção de relações mais igualitárias e inclusivas. Por fim, destaca-se que o fortalecimento de políticas de formação continuada, aliado à implementação de práticas pedagógicas antirracistas, representa um caminho indispensável para consolidar uma educação democrática, plural e socialmente comprometida. Investir na preparação dos professores para atuar diante das desigualdades raciais contribui não apenas para a melhoria da qualidade da educação, mas também para a formação de cidadãos conscientes, críticos, solidários e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e livre de todas as formas de discriminação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ALMEIDA, Wandra Carla Silva; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Formação docente e racismo estrutural: estudo de caso e intervenção pedagógica**. Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1047078889/Formacao-Docente-e-Racismo-Estrutural. Acesso em: 12 jul. 2026.

ENTRE OUTROS MANUSCRITOS ECONÔMICOS FILOSÓFICOS.

Dimar Monteiro Sanca

Introdução: A obra *Entre os Manuscritos Econômico-Filosóficos e o Caminho da Servidão* propõe uma análise crítica das diferentes concepções de liberdade, propriedade privada e organização social presentes no pensamento de Karl Marx e Friedrich Hayek, dois dos mais influentes teóricos da filosofia política e da economia contemporânea. Ao estabelecer um diálogo entre os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx e *O Caminho da Servidão*, de Hayek, o estudo evidencia divergências fundamentais acerca do papel do Estado, da economia, do trabalho, da autonomia individual e da construção das relações sociais, oferecendo importantes contribuições para a compreensão dos debates que marcaram a formação das sociedades modernas e continuam influenciando as discussões sobre desenvolvimento, democracia e justiça social. A reflexão proposta ultrapassa a simples oposição entre liberalismo e socialismo ao buscar compreender os fundamentos filosóficos que sustentam cada perspectiva. Nesse sentido, a análise permite identificar como diferentes concepções de liberdade, igualdade e propriedade repercutem na organização política, econômica e jurídica das sociedades. O estudo favorece uma leitura crítica das transformações históricas do capitalismo, das relações de produção e dos desafios contemporâneos relacionados aos direitos individuais, à justiça distributiva e à responsabilidade do Estado diante das desigualdades sociais. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar criticamente as concepções filosóficas, econômicas e políticas presentes nas obras de Karl Marx e Friedrich Hayek, destacando suas contribuições para a compreensão da propriedade privada, da liberdade individual, do trabalho, da organização social e das diferentes formas de intervenção do Estado na economia. Especificamente, busca-se identificar os principais pontos de convergência e divergência entre os dois autores, compreender os fundamentos teóricos que sustentam suas propostas de organização social e refletir sobre a atualidade dessas concepções diante dos desafios econômicos, políticos e sociais enfrentados pelas democracias contemporâneas. **Materiais e métodos:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, exploratória e analítica, fundamentada na leitura crítica de obras clássicas da filosofia política, da economia e das ciências sociais. Foram analisados os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Karl Marx, *O Caminho da Servidão* de Friedrich Hayek, além de produções acadêmicas que discutem liberalismo, socialismo, teoria do Estado, propriedade privada e direitos individuais. O procedimento metodológico baseou-se na análise comparativa dos referenciais teóricos, buscando identificar categorias analíticas relacionadas à liberdade, alienação, mercado, intervenção estatal, justiça social e organização econômica. A interpretação dos dados foi realizada mediante análise crítica dos conceitos desenvolvidos pelos autores, permitindo compreender como suas formulações influenciam diferentes perspectivas sobre economia, democracia e desenvolvimento social. **Resultados:** Karl Marx e Friedrich Hayek apresentam concepções profundamente distintas acerca da liberdade e da organização social. Enquanto Marx compreende a propriedade privada dos meios de produção como elemento gerador da alienação, da exploração do trabalho e das desigualdades sociais, Hayek defende que a proteção da propriedade privada, da livre iniciativa e do mercado constitui condição indispensável para a preservação das liberdades individuais e para o funcionamento das sociedades democráticas. Essas diferenças refletem visões filosóficas distintas sobre o papel do Estado, da economia e das relações entre indivíduo e coletividade. A análise também demonstra que, apesar das divergências, ambos os autores oferecem importantes contribuições para o pensamento contemporâneo ao problematizar questões relacionadas à liberdade, ao poder, à justiça social e à organização institucional das sociedades. O diálogo entre essas perspectivas favorece uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pelos sistemas políticos e econômicos atuais, estimulando reflexões críticas sobre desenvolvimento, inclusão social,

participação democrática e garantia dos direitos fundamentais. **Conclusão:** A análise comparativa entre os pensamentos de Karl Marx e Friedrich Hayek amplia significativamente a compreensão das diferentes concepções de liberdade, propriedade privada e organização social que influenciam o debate político, econômico e filosófico contemporâneo. Ao examinar criticamente os fundamentos de cada autor, torna-se possível compreender que suas teorias refletem distintas interpretações acerca da natureza humana, do papel do trabalho, da organização da economia e das funções desempenhadas pelo Estado na promoção do bem-estar coletivo. Enquanto Marx enfatiza a necessidade de superar as desigualdades produzidas pelas relações de produção capitalistas por meio da transformação estrutural da sociedade, Hayek defende que a preservação das liberdades individuais, da propriedade privada e do livre mercado constitui condição indispensável para o desenvolvimento econômico, para a inovação e para a manutenção das instituições democráticas. Essa comparação evidencia a riqueza do pensamento filosófico e demonstra que a compreensão dos fenômenos sociais exige uma abordagem plural, crítica e historicamente contextualizada. As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo demonstram que o diálogo entre diferentes correntes de pensamento favorece a construção de análises mais consistentes sobre os desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas. Questões relacionadas à desigualdade social, à concentração de renda, à justiça distributiva, à intervenção estatal, à liberdade econômica e aos direitos individuais permanecem centrais nas agendas políticas e acadêmicas em diferentes países. Nesse contexto, o estudo das contribuições de Marx e Hayek possibilita compreender que muitas das discussões atuais sobre desenvolvimento sustentável, políticas públicas, proteção social, empreendedorismo, regulação econômica e democracia possuem raízes em debates filosóficos iniciados há mais de um século. Dessa forma, o conhecimento dessas perspectivas contribui para qualificar o debate público e fortalecer análises fundamentadas em referenciais teóricos sólidos. Além de contribuir para o aprofundamento das discussões econômicas e políticas, a análise crítica dessas obras favorece o desenvolvimento do pensamento científico, da capacidade argumentativa e da autonomia intelectual dos pesquisadores e estudantes. O contato com diferentes concepções filosóficas estimula a reflexão crítica, a análise de evidências, o confronto respeitoso de ideias e a construção de posicionamentos fundamentados, competências indispensáveis para a produção acadêmica e para o exercício da cidadania. Em uma sociedade marcada pela circulação acelerada de informações e pela polarização de discursos, a formação baseada no estudo rigoroso das teorias clássicas fortalece a capacidade de compreender a complexidade dos fenômenos sociais e de elaborar interpretações que transcendam explicações simplificadas ou reducionistas. A valorização do debate plural, da liberdade acadêmica e da análise crítica das diferentes tradições filosóficas constitui elemento essencial para o fortalecimento das instituições democráticas e da produção do conhecimento científico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

SANCA, Dimar Monteiro. **Entre os manuscritos econômico-filosóficos e o caminho da servidão: uma análise crítica sobre propriedade privada, liberdade individual e os modelos de organização social em Karl Marx e Friedrich Hayek**. Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://www.academia.edu/168740878/_E_BOOK_Entre_os_manuscritos_econ%C3%B4mico_filos%C3%B3ficos_e_o_caminho_da_servid%C3%A3o_Uma_an%C3%A1lise_cr%C3%ADtica_sobre_propriedade_privada_liberdade_individual_e_os_modelos_de_organiza%C3%A7%C3%A3o_social_em_Karl_Marx_e_Friedrich_Hayek. Acesso em: 12 jul. 2026.

VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: PSICOPEDAGOGIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS.

Wandra Carla Silva Almeida
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A valorização da diversidade constitui um dos princípios fundamentais para a construção de práticas educativas inclusivas, democráticas e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes. No contexto escolar contemporâneo, marcado pela pluralidade cultural, social, cognitiva e emocional, a psicopedagogia assume papel relevante ao contribuir para a compreensão dos diferentes modos de aprender, considerando as singularidades de cada sujeito e as múltiplas formas de interação com o conhecimento. As práticas educativas fundamentadas na valorização da diversidade possibilitam superar modelos homogêneos de ensino, promovendo ambientes de aprendizagem mais acolhedores, equitativos e sensíveis às necessidades individuais e coletivas. A atuação psicopedagógica favorece a identificação de barreiras que podem interferir no processo de aprendizagem, possibilitando a elaboração de estratégias pedagógicas diferenciadas, adaptadas e significativas. Nesse sentido, compreender a diversidade como elemento enriquecedor da educação amplia as possibilidades de intervenção docente e fortalece uma escola comprometida com a inclusão, o respeito às diferenças e a promoção da autonomia dos estudantes. A articulação entre psicopedagogia e práticas educativas representa, portanto, um caminho essencial para desenvolver ações que reconheçam potencialidades, respeitem ritmos de aprendizagem e contribuam para uma formação humana integral. **Objetivos:** Analisar a importância da valorização da diversidade no contexto educacional, destacando as contribuições da psicopedagogia para o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas, humanizadas e capazes de atender às diferentes formas de aprendizagem presentes no ambiente escolar. Busca-se, especificamente, compreender como a atuação psicopedagógica pode auxiliar professores e instituições de ensino na identificação das necessidades dos estudantes, na criação de estratégias pedagógicas diferenciadas e na construção de espaços educativos que promovam respeito, equidade, participação e desenvolvimento integral de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. **Materiais e métodos:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada na análise de estudos científicos, livros, artigos acadêmicos e produções teóricas relacionadas à psicopedagogia, educação inclusiva, diversidade e práticas educativas. A abordagem qualitativa possibilita compreender os fenômenos educacionais considerando suas dimensões sociais, culturais, cognitivas e afetivas, permitindo uma análise aprofundada sobre os desafios e possibilidades da valorização da diversidade no ambiente escolar. Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma revisão de literatura com base em referenciais que discutem aprendizagem, desenvolvimento humano, inclusão educacional e intervenção psicopedagógica. A análise dos materiais selecionados buscou identificar estratégias pedagógicas que favoreçam a participação dos estudantes, a eliminação de barreiras à aprendizagem e a construção de práticas educativas fundamentadas no respeito às diferenças e na promoção da equidade. **Resultados:** A psicopedagogia contribui significativamente para a valorização da diversidade ao possibilitar uma compreensão ampliada dos processos de aprendizagem, considerando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais dos estudantes. As análises

demonstram que práticas educativas baseadas na observação das singularidades, na adaptação metodológica e no planejamento flexível favorecem melhores condições de aprendizagem e fortalecem a inclusão escolar. Também foi identificado que a valorização da diversidade exige uma mudança de perspectiva sobre o papel da escola, dos professores e dos profissionais que atuam no acompanhamento educacional. Estratégias como metodologias diferenciadas, recursos acessíveis, atividades colaborativas, avaliação formativa e integração entre família, escola e equipe multiprofissional apresentam-se como caminhos importantes para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades de desenvolver suas potencialidades. **Conclusão:** A valorização da diversidade, articulada aos fundamentos da psicopedagogia, representa uma perspectiva indispensável para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e humanizada. Reconhecer que cada estudante possui características, experiências, potencialidades e necessidades próprias permite transformar o ambiente escolar em um espaço de acolhimento, aprendizagem significativa e desenvolvimento integral. Dessa forma, investir em práticas educativas fundamentadas na diversidade e no olhar psicopedagógico contribui para superar barreiras históricas da exclusão e fortalecer uma cultura escolar baseada no respeito, na equidade e na valorização das diferenças. A psicopedagogia, ao aproximar conhecimentos sobre aprendizagem, desenvolvimento e intervenção educativa, torna-se uma importante aliada na construção de uma escola preparada para atender à complexidade humana e promover oportunidades de aprendizagem para todos. A atuação psicopedagógica amplia a compreensão sobre os processos de ensino e aprendizagem ao considerar não apenas os aspectos cognitivos, mas também as dimensões afetivas, sociais, culturais e emocionais que influenciam o desenvolvimento dos estudantes. Essa abordagem possibilita que educadores identifiquem dificuldades, potencializem habilidades e desenvolvam estratégias pedagógicas mais adequadas às diferentes formas de aprender. Ao compreender a diversidade como uma característica natural da condição humana, a escola fortalece práticas que respeitam os ritmos individuais, valorizam os saberes dos estudantes e promovem maior participação no processo educativo. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende do compromisso coletivo de professores, gestores, famílias e profissionais especializados na criação de ambientes acessíveis, acolhedores e responsivos às necessidades dos estudantes. A psicopedagogia contribui para essa transformação ao estimular práticas de escuta, observação, mediação e intervenção educativa, favorecendo relações mais positivas entre os sujeitos envolvidos no cotidiano escolar. Dessa maneira, a valorização da diversidade deixa de ser apenas um princípio pedagógico e passa a constituir uma prática concreta de respeito aos direitos educacionais e humanos. Portanto, fortalecer a relação entre psicopedagogia e práticas educativas significa investir em uma escola que reconhece a singularidade de cada estudante como elemento fundamental para a aprendizagem e para a formação cidadã. A diversidade não deve ser compreendida como obstáculo, mas como uma oportunidade de ampliar experiências, promover convivência democrática e enriquecer os processos educativos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

ALMEIDA, Wandra Carla Silva; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Valorização da diversidade: psicopedagogia e práticas educativas**. Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/books/007278111cb1c4127b220. Acesso em: 12 jul. 2026.

PSICOMOTRICIDADE E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTEGRAÇÃO CORPO–MENTE NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, EMOCIONAL E SOCIAL DA CRIANÇA.

Mara Lucia Nunes de Lima Oliveira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Ana Lucia Ferreira Silva Freitas
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A psicomotricidade constitui uma área fundamental para a compreensão do desenvolvimento infantil, pois considera a integração entre corpo, movimento, cognição, emoções e relações sociais como elementos indissociáveis no processo de aprendizagem. Na Educação Infantil, período marcado por intensas transformações físicas, cognitivas e afetivas, as experiências corporais possibilitam que a criança explore o ambiente, desenvolva sua autonomia, construa conhecimentos e estabeleça relações significativas com o mundo ao seu redor. Dessa forma, o movimento deixa de ser compreendido apenas como uma ação motora e passa a ser reconhecido como uma linguagem essencial para a expressão, comunicação e construção da identidade infantil. A integração corpo–mente no contexto educativo favorece práticas pedagógicas mais completas, capazes de respeitar as diferentes fases do desenvolvimento da criança e estimular suas potencialidades. Atividades psicomotoras envolvendo brincadeiras, jogos, músicas, circuitos motores, expressão corporal, coordenação motora, equilíbrio e percepção espacial contribuem para o fortalecimento das habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Assim, a psicomotricidade torna-se uma importante aliada da Educação Infantil ao promover aprendizagens significativas, fortalecer vínculos afetivos e criar condições para o desenvolvimento integral da criança. **Objetivos:** Analisar a importância da psicomotricidade na Educação Infantil, destacando sua contribuição para a integração entre corpo e mente e sua influência no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Busca-se compreender como as práticas psicomotoras podem favorecer os processos de aprendizagem e ampliar as possibilidades educativas durante a primeira infância. De forma específica, pretende-se identificar estratégias pedagógicas baseadas na psicomotricidade que auxiliem o desenvolvimento infantil, refletir sobre a importância do movimento na construção do conhecimento e evidenciar como atividades corporais planejadas podem estimular a autonomia, a criatividade, a interação social e a formação integral da criança no ambiente escolar. **Materiais e métodos:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada na análise de estudos científicos, livros, artigos acadêmicos e produções teóricas relacionadas à psicomotricidade, Educação Infantil, desenvolvimento humano e aprendizagem. A abordagem qualitativa possibilita compreender os fenômenos educativos considerando suas dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais, permitindo uma análise ampla sobre a influência do corpo e do movimento no desenvolvimento infantil. Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma revisão de literatura com base em referenciais que discutem a relação entre psicomotricidade e aprendizagem, considerando estudos sobre desenvolvimento motor, interação social, afetividade e práticas pedagógicas. A análise dos materiais selecionados buscou identificar contribuições da psicomotricidade para a construção de propostas educativas

capazes de favorecer o desenvolvimento integral das crianças e fortalecer práticas pedagógicas mais inclusivas e significativas. **Resultados:** A psicomotricidade desempenha papel essencial na Educação Infantil ao favorecer o desenvolvimento global da criança, integrando aspectos motores, cognitivos, emocionais e sociais. As análises demonstram que experiências envolvendo movimento, exploração corporal e interação com o ambiente contribuem para o aprimoramento da atenção, memória, linguagem, percepção, coordenação motora e resolução de problemas, criando bases importantes para futuras aprendizagens. Também foi identificado que práticas psicomotoras planejadas fortalecem a autoestima, a autonomia e a capacidade de interação das crianças, favorecendo relações mais positivas no ambiente escolar. Estratégias como jogos cooperativos, atividades lúdicas, dança, dramatizações, brincadeiras tradicionais e experiências sensoriais demonstram potencial para estimular a criatividade, a expressão emocional e a construção de vínculos, tornando o processo educativo mais acolhedor e participativo. **Conclusão:** A psicomotricidade representa uma dimensão indispensável na Educação Infantil, pois reconhece a criança como um sujeito integral, cujo desenvolvimento ocorre pela interação entre corpo, mente, emoções e relações sociais. A valorização do movimento como instrumento de aprendizagem possibilita práticas educativas mais humanizadas, respeitando as características individuais e favorecendo experiências que contribuem para a construção do conhecimento e da autonomia infantil. Dessa maneira, investir em propostas pedagógicas fundamentadas na psicomotricidade significa promover uma educação mais completa, inclusiva e significativa, capaz de atender às necessidades das crianças em suas diferentes etapas de desenvolvimento. A integração corpo–mente fortalece a aprendizagem, amplia as possibilidades de expressão e contribui para a formação de sujeitos mais seguros, criativos, participativos e preparados para interagir com o mundo de forma consciente e saudável. Nesse sentido, compreender a psicomotricidade como elemento estruturante da prática pedagógica amplia a visão sobre os processos de aprendizagem na infância, pois evidencia que a criança aprende não apenas por meio da linguagem verbal e dos estímulos cognitivos, mas também pelas experiências corporais, pelas interações e pelas descobertas realizadas com o próprio corpo. As vivências psicomotoras favorecem o desenvolvimento da percepção, da lateralidade, do equilíbrio, da coordenação motora ampla e fina, da orientação espacial e temporal, além de contribuírem para a construção da confiança e da autonomia. Assim, o ambiente escolar torna-se um espaço de exploração, experimentação e aprendizagem ativa, no qual o movimento assume papel fundamental na formação integral da criança. A inserção da psicomotricidade nas propostas da Educação Infantil fortalece práticas pedagógicas inclusivas, pois permite reconhecer diferentes ritmos, habilidades e formas de expressão das crianças. Por meio de atividades lúdicas e corporais, professores podem criar oportunidades para que todas as crianças participem, desenvolvam suas potencialidades e superem desafios de maneira respeitosa e acolhedora. Essa perspectiva contribui para reduzir barreiras à aprendizagem e favorece uma educação que valoriza as singularidades, considerando aspectos emocionais, sociais, culturais e cognitivos presentes no desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

OLIVEIRA, Mara Lucia Nunes de Lima; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FREITAS, Ana Lucia Ferreira Silva; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Psicomotricidade e aprendizagem na Educação Infantil: integração corpo–mente no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança**. Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1047557275/Psicomotricidade-e-Aprendizagem-Na-Educacao-Infantil. Acesso em: 12 jul. 2026.

CULTURA MAKER E BEM-ESTAR: ELABORAÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS.

Celine Maria de Sousa Azevedo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A Cultura Maker constitui uma abordagem educacional inovadora baseada na experimentação, na criatividade, na colaboração e na aprendizagem pela prática, possibilitando que estudantes e professores assumam papéis ativos na construção do conhecimento. Fundamentada no princípio do "aprender fazendo", essa perspectiva estimula a resolução de problemas, o pensamento crítico, a autonomia e a capacidade de transformar ideias em produtos concretos por meio da criação de materiais, protótipos, recursos didáticos e soluções pedagógicas. No contexto escolar, a Cultura Maker amplia as possibilidades de ensino ao integrar tecnologias digitais, materiais acessíveis, sustentabilidade e metodologias ativas, favorecendo experiências de aprendizagem mais significativas e contextualizadas. A elaboração de materiais pedagógicos sob a perspectiva Maker contribui também para o bem-estar no ambiente educacional, pois promove práticas colaborativas, fortalece vínculos, estimula a participação e valoriza diferentes habilidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Ao criar recursos adaptados às necessidades dos estudantes, professores podem desenvolver estratégias mais inclusivas, acolhedoras e alinhadas aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Dessa forma, a Cultura Maker torna-se uma importante ferramenta para promover uma educação humanizada, na qual criatividade, inovação, inclusão e desenvolvimento integral caminham juntos. **Objetivos:** Analisar as contribuições da Cultura Maker para a elaboração de materiais pedagógicos, destacando sua importância como estratégia educativa capaz de favorecer a criatividade, a autonomia, a colaboração e o bem-estar dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem. De forma específica, busca-se compreender como a criação de recursos pedagógicos por meio da abordagem Maker pode fortalecer práticas educativas inovadoras, acessíveis e inclusivas, além de identificar possibilidades de utilização de materiais de baixo custo, tecnologias digitais e processos colaborativos para ampliar as experiências de aprendizagem no ambiente escolar. **Materiais e métodos:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada em estudos científicos, artigos acadêmicos, livros e produções teóricas relacionadas à Cultura Maker, metodologias ativas, inovação educacional, elaboração de materiais pedagógicos e bem-estar escolar. A abordagem qualitativa possibilita compreender as contribuições das práticas Maker considerando aspectos pedagógicos, sociais, criativos e humanos presentes nos processos educativos. Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma análise de literatura especializada sobre aprendizagem baseada em projetos, cultura do fazer, tecnologias educacionais e produção de recursos didáticos. Foram examinadas experiências e propostas pedagógicas que utilizam materiais recicláveis, ferramentas digitais, prototipagem, robótica educacional e criação colaborativa como estratégias para favorecer a aprendizagem significativa e a participação dos estudantes. **Resultados:** A Cultura Maker apresenta grande potencial para transformar as práticas pedagógicas ao incentivar a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. A elaboração de materiais educativos permite que os alunos desenvolvam competências como criatividade, planejamento, cooperação, comunicação, pensamento lógico e resolução de

problemas, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico e conectado às demandas da sociedade contemporânea. Também foi identificado que a produção de materiais pedagógicos com base na Cultura Maker favorece ambientes escolares mais inclusivos e acolhedores, pois possibilita a adaptação de recursos conforme as necessidades dos estudantes. A utilização de materiais simples, acessíveis e personalizados amplia as oportunidades de participação, fortalece a autonomia e contribui para o bem-estar emocional e social, promovendo uma educação que reconhece potencialidades e valoriza diferentes formas de aprender. **Conclusão:** A Cultura Maker representa uma abordagem educacional significativa para a elaboração de materiais pedagógicos inovadores, pois aproxima teoria e prática, estimula a criatividade e fortalece o protagonismo dos estudantes. Ao incentivar o desenvolvimento de soluções construídas coletivamente, essa metodologia amplia as possibilidades de aprendizagem e favorece uma educação mais participativa, colaborativa e conectada com os desafios atuais. Dessa forma, investir na Cultura Maker como estratégia pedagógica significa promover espaços educativos mais criativos, inclusivos e humanizados, nos quais estudantes e professores possam experimentar, criar e compartilhar conhecimentos. A integração entre inovação, bem-estar e produção de materiais pedagógicos contribui para uma escola mais democrática, capaz de respeitar a diversidade, estimular talentos e proporcionar experiências de aprendizagem mais significativas para todos. A Cultura Maker amplia a compreensão sobre o papel da escola na formação de sujeitos críticos, autônomos e preparados para atuar em uma sociedade marcada pela inovação tecnológica e pelas constantes transformações sociais. A criação de materiais pedagógicos deixa de ser apenas uma atividade complementar e passa a constituir uma prática educativa que favorece a investigação, a curiosidade e a construção coletiva do conhecimento. Por meio de experiências práticas, os estudantes desenvolvem habilidades cognitivas, socioemocionais e colaborativas, aprendendo a planejar, testar, modificar e aprimorar suas próprias produções. Esse processo fortalece a confiança, a autoestima e o sentimento de pertencimento, elementos essenciais para o bem-estar no ambiente escolar. Além disso, a Cultura Maker possibilita que professores desenvolvam recursos pedagógicos personalizados, acessíveis e adequados às diferentes necessidades dos estudantes, fortalecendo práticas inclusivas e equitativas. A utilização de materiais recicláveis, recursos de baixo custo, tecnologias digitais e estratégias de aprendizagem ativa permite a criação de ambientes educativos mais flexíveis e responsivos à diversidade presente nas salas de aula. Essa perspectiva contribui para superar modelos tradicionais centrados apenas na transmissão de conteúdos, valorizando experiências nas quais os estudantes participam como autores e construtores de suas aprendizagens. Portanto, a Cultura Maker constitui uma importante estratégia para a transformação das práticas pedagógicas contemporâneas, pois articula criatividade, inovação, colaboração e desenvolvimento humano. Ao integrar elaboração de materiais educativos e promoção do bem-estar, essa abordagem favorece uma educação que considera o estudante em sua totalidade, respeitando suas potencialidades, interesses e formas singulares de aprender.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Cultura Maker e bem-estar: elaboração de materiais pedagógicos**. Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/read/0072781114fbf3edcce9d. Acesso em: 12 jul. 2026.

SAÚDE MENTAL DOCENTE: PSICOPEDAGOGIA E INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL.

Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A saúde mental docente constitui uma dimensão fundamental para a qualidade da educação, considerando que os professores enfrentam diariamente desafios relacionados às demandas pedagógicas, emocionais, sociais e institucionais presentes no ambiente escolar. As transformações contemporâneas na educação, associadas ao aumento das responsabilidades profissionais, às necessidades de inclusão, às mudanças tecnológicas e às diferentes realidades dos estudantes, exigem dos docentes competências que ultrapassam o domínio dos conteúdos, envolvendo aspectos afetivos, relacionais e psicológicos. Nesse contexto, compreender os fatores que influenciam o bem-estar dos professores torna-se essencial para a construção de práticas educativas mais equilibradas e humanizadas. A psicopedagogia e a intervenção institucional apresentam importantes contribuições para a promoção da saúde mental docente, pois possibilitam analisar os processos de ensino, aprendizagem e convivência escolar considerando os sujeitos em sua integralidade. Por meio de ações preventivas, escuta qualificada, acompanhamento coletivo e estratégias de apoio, essas áreas favorecem a identificação de dificuldades, a ressignificação das experiências profissionais e o fortalecimento dos vínculos institucionais. Dessa forma, investir na saúde mental dos educadores representa uma ação indispensável para promover ambientes escolares mais saudáveis, colaborativos e preparados para enfrentar os desafios da educação contemporânea. **Objetivos:** Analisar a importância da psicopedagogia e da intervenção institucional na promoção da saúde mental docente, destacando estratégias que possam contribuir para o bem-estar emocional dos professores e para o fortalecimento das relações no ambiente escolar. Busca-se compreender como ações psicopedagógicas podem auxiliar na prevenção do sofrimento profissional e na construção de práticas institucionais mais acolhedoras. De forma específica, pretende-se identificar os principais desafios que impactam a saúde mental dos docentes, refletir sobre a importância da escuta institucional e apresentar possibilidades de intervenção que favoreçam o equilíbrio emocional, a valorização profissional e a melhoria das condições de trabalho dos professores. O estudo também busca evidenciar a necessidade de políticas e práticas escolares voltadas ao cuidado, à prevenção e ao desenvolvimento humano dos profissionais da educação. **Materiais e métodos:** A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada em estudos científicos, livros, artigos acadêmicos e produções teóricas relacionadas à saúde mental docente, psicopedagogia, intervenção institucional, relações educativas e bem-estar profissional. A abordagem qualitativa possibilita compreender os fenômenos educacionais considerando aspectos subjetivos, sociais, emocionais e institucionais que influenciam a atuação dos professores no cotidiano escolar. Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma revisão de literatura com base em referenciais que discutem o sofrimento docente, a importância da escuta profissional, as práticas psicopedagógicas e as estratégias institucionais de cuidado. A análise das produções selecionadas buscou identificar contribuições teóricas e metodológicas para a criação de ambientes escolares mais saudáveis, nos quais os professores possam desenvolver suas atividades com maior suporte emocional,

reconhecimento e qualidade de vida. **Resultados:** A saúde mental docente está diretamente relacionada às condições de trabalho, às relações estabelecidas no ambiente escolar e ao reconhecimento da importância social da profissão. A análise dos estudos demonstra que fatores como sobrecarga de tarefas, pressões institucionais, desafios da inclusão, conflitos interpessoais e ausência de espaços de escuta podem contribuir para o desgaste emocional dos professores. Nesse sentido, ações psicopedagógicas e institucionais apresentam-se como caminhos relevantes para compreender essas demandas e desenvolver estratégias de prevenção. Também foi identificado que a intervenção institucional favorece a construção de uma cultura escolar baseada no diálogo, na cooperação e no cuidado coletivo. Práticas como grupos de escuta, formação continuada, acompanhamento psicopedagógico, momentos de reflexão profissional e fortalecimento das redes de apoio contribuem para ampliar o sentimento de pertencimento dos docentes e melhorar as relações no ambiente educativo. Assim, o cuidado com a saúde mental dos professores repercute positivamente na qualidade do ensino e na aprendizagem dos estudantes. **Conclusão:** A saúde mental docente deve ser compreendida como um elemento essencial para a construção de uma educação de qualidade, pois professores emocionalmente apoiados possuem melhores condições para desenvolver práticas pedagógicas criativas, inclusivas e significativas. O reconhecimento das necessidades emocionais e profissionais dos educadores representa um avanço na valorização da profissão docente e na construção de políticas educacionais mais humanas. A psicopedagogia e a intervenção institucional demonstram-se importantes ferramentas para promover espaços de reflexão, acolhimento e transformação dentro das escolas. Ao considerar os aspectos subjetivos, relacionais e institucionais envolvidos no trabalho docente, essas áreas possibilitam compreender que o professor não é apenas um mediador do conhecimento, mas também um sujeito que necessita de cuidado, apoio e condições adequadas para exercer sua função. Nesse sentido, promover ações voltadas à saúde mental dos docentes contribui para prevenir situações de sofrimento, fortalecer vínculos profissionais e favorecer uma cultura escolar baseada na empatia, no respeito e na colaboração. A criação de espaços institucionais de escuta permite que os professores compartilhem experiências, encontrem estratégias coletivas para enfrentar desafios e desenvolvam maior segurança diante das complexidades da prática educativa. Investir na saúde mental docente por meio da psicopedagogia e da intervenção institucional significa fortalecer toda a comunidade escolar. Uma escola que cuida de seus professores amplia suas possibilidades de promover aprendizagens mais significativas, relações mais saudáveis e práticas educativas comprometidas com o desenvolvimento integral de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. O cuidado com quem ensina constitui uma ação estratégica para construir uma educação mais equilibrada, inclusiva e humanizada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

SOUSA, Maria Aparecida de Moura Amorim; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Saúde mental docente: psicopedagogia e intervenção institucional**. Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1048386899/Saude-Mental-Docente. Acesso em: 12 jul. 2026.

BURNOUT DOCENTE: PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E ESTRATÉGIAS DE CUIDADO.

Celine Maria de Sousa Azevedo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O burnout docente constitui uma das principais síndromes ocupacionais que afetam profissionais da educação na contemporaneidade, caracterizando-se por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional. As constantes demandas pedagógicas, administrativas e socioemocionais, associadas à intensificação do trabalho, às exigências por resultados e à escassez de recursos institucionais, favorecem o surgimento de condições que comprometem a saúde mental dos educadores. Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender os fatores que desencadeiam o adoecimento e identificar estratégias capazes de promover ambientes escolares mais saudáveis e acolhedores. A Psicopedagogia Institucional apresenta-se como um importante campo de atuação na prevenção e no enfrentamento do burnout docente, uma vez que analisa as relações estabelecidas entre os sujeitos, os processos de aprendizagem e a organização institucional. Por meio de intervenções voltadas ao fortalecimento das equipes, à mediação de conflitos, ao desenvolvimento de práticas colaborativas e ao cuidado integral dos profissionais, essa área contribui para a construção de uma cultura organizacional fundamentada no bem-estar, na valorização do trabalho docente e na promoção da qualidade educacional. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar a contribuição da Psicopedagogia Institucional para a prevenção e o enfrentamento do burnout entre professores, evidenciando estratégias que favoreçam a promoção da saúde mental, da qualidade de vida no ambiente escolar e do fortalecimento das relações profissionais. Busca-se compreender como a atuação psicopedagógica pode contribuir para a redução dos fatores de risco relacionados ao adoecimento ocupacional. Pretende-se ainda discutir práticas institucionais que promovam ambientes educativos mais humanizados, colaborativos e emocionalmente saudáveis, considerando ações preventivas, programas de apoio psicossocial, formação continuada, escuta qualificada e fortalecimento das competências socioemocionais dos profissionais da educação, contribuindo para a permanência e valorização docente. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica narrativa, fundamentada em produções científicas nacionais e internacionais relacionadas ao burnout docente, à Psicopedagogia Institucional, à saúde mental no trabalho e às políticas educacionais voltadas ao cuidado dos profissionais da educação. Foram consultados artigos científicos, livros, dissertações, teses, documentos oficiais e legislações pertinentes ao tema. A análise dos dados ocorreu mediante leitura crítica, seleção temática e interpretação dos referenciais encontrados, possibilitando a identificação das principais causas do burnout docente, dos impactos produzidos sobre a prática pedagógica e das estratégias institucionais propostas pela Psicopedagogia para prevenção, intervenção e promoção da saúde mental. Os resultados foram organizados em categorias analíticas que favoreceram a compreensão integrada do fenômeno investigado. **Resultados:** Os estudos analisados demonstraram que o burnout docente está diretamente relacionado à sobrecarga de trabalho, à pressão por desempenho, à ausência de suporte institucional, às dificuldades na gestão escolar, às condições inadequadas de trabalho e às

elevadas demandas emocionais presentes no cotidiano educacional. Verificou-se que esses fatores comprometem significativamente a qualidade de vida dos professores, refletindo negativamente no processo de ensino, na aprendizagem dos estudantes e no clima organizacional das instituições. Observou-se que as intervenções psicopedagógicas institucionais favorecem a construção de espaços de diálogo, acolhimento e reflexão coletiva, fortalecendo vínculos profissionais e ampliando a capacidade de enfrentamento das situações estressoras. Estratégias como grupos de apoio, escuta institucional, formação continuada, programas de promoção da saúde mental e ações preventivas demonstraram potencial para reduzir sintomas de esgotamento emocional, melhorar o ambiente escolar e fortalecer o compromisso coletivo com o cuidado dos educadores. **Conclusão:** A investigação evidencia que o burnout docente representa um desafio crescente para os sistemas educacionais, exigindo respostas institucionais capazes de integrar ações preventivas, políticas de valorização profissional e estratégias permanentes de promoção da saúde mental. O reconhecimento do sofrimento psíquico dos professores constitui etapa fundamental para a construção de escolas mais saudáveis, inclusivas e comprometidas com o desenvolvimento humano. A Psicopedagogia Institucional demonstra significativa relevância ao propor intervenções que ultrapassam o atendimento individual, promovendo transformações nas relações organizacionais, fortalecendo o trabalho colaborativo e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura institucional baseada no acolhimento, na escuta ativa e no respeito às necessidades dos profissionais da educação. Conclui-se que programas institucionais voltados ao cuidado docente devem integrar formação continuada, acompanhamento psicopedagógico, ações interdisciplinares, desenvolvimento das competências socioemocionais e mecanismos permanentes de prevenção ao adoecimento ocupacional. Essas iniciativas favorecem o fortalecimento da identidade profissional, aumentam a satisfação no trabalho e contribuem para melhores indicadores de qualidade educacional. Por fim, recomenda-se que novas pesquisas aprofundem a avaliação da efetividade das intervenções psicopedagógicas em diferentes contextos educacionais, considerando as especificidades das redes de ensino e das políticas públicas de saúde do trabalhador. Investir no cuidado com os professores significa investir diretamente na qualidade da educação, na permanência dos profissionais na carreira e na construção de instituições educacionais mais humanas, resilientes e comprometidas com o bem-estar coletivo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Burnout docente: psicopedagogia institucional e estratégias de cuidado.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://www.academia.edu/168388672/BURNOUT_DOCENTE_PSICOPEDAGOGIA_INSTITUCIONAL_E_ESTRAT%C3%89GIAS_DE_CUIDADO. Acesso em: 12 jul. 2026.

FUNÇÕES EXECUTIVAS E JOGOS: ESTUDO DE CASO E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: As funções executivas compreendem um conjunto de habilidades cognitivas responsáveis pelo planejamento, controle inibitório, memória de trabalho, flexibilidade cognitiva, organização, monitoramento e tomada de decisões, sendo essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem e da autonomia dos estudantes. Essas competências influenciam diretamente o desempenho acadêmico, a resolução de problemas, a regulação emocional e a capacidade de adaptação diante de diferentes desafios escolares. Quando apresentam déficits, podem comprometer significativamente o processo de ensino e aprendizagem, especialmente em estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem. Nesse contexto, os jogos pedagógicos constituem recursos metodológicos capazes de estimular, de forma lúdica e significativa, o desenvolvimento das funções executivas. Ao promover situações que exigem planejamento, atenção sustentada, controle dos impulsos, resolução de problemas e cooperação, os jogos favorecem experiências de aprendizagem mais motivadoras e inclusivas. Associados às práticas psicopedagógicas, esses recursos fortalecem intervenções individualizadas e contribuem para a construção de ambientes escolares que valorizam o desenvolvimento integral dos estudantes. **Objetivos:** Analisar a contribuição dos jogos pedagógicos para o desenvolvimento das funções executivas em estudantes, por meio da apresentação de um estudo de caso fundamentado na atuação psicopedagógica. Busca-se compreender como estratégias lúdicas podem favorecer habilidades cognitivas relacionadas à atenção, memória, planejamento, flexibilidade mental e autorregulação durante o processo de aprendizagem. Pretende-se ainda identificar práticas pedagógicas que potencializem o desenvolvimento dessas competências no contexto escolar, evidenciando a importância da intervenção interdisciplinar, do acompanhamento individualizado e da utilização de recursos didáticos que promovam maior participação, autonomia e protagonismo dos estudantes nas atividades educacionais. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, desenvolvido por meio de estudo de caso associado à revisão bibliográfica sobre funções executivas, neuropsicopedagogia, jogos pedagógicos e estratégias de intervenção educacional. Foram analisadas publicações científicas, livros especializados, documentos educacionais e pesquisas recentes que abordam o desenvolvimento cognitivo e a utilização de metodologias lúdicas no ambiente escolar. O estudo de caso foi estruturado a partir da observação sistemática das dificuldades apresentadas pelo estudante, da aplicação de atividades pedagógicas mediadas por jogos e do acompanhamento da evolução durante o processo interventivo. A análise dos dados ocorreu por meio da comparação entre os comportamentos observados antes e após as intervenções, considerando indicadores relacionados à atenção, memória de trabalho, controle inibitório, organização, resolução de problemas e participação nas atividades escolares. **Resultados:** Os avanços significativos no desenvolvimento das funções executivas após a utilização sistemática dos jogos pedagógicos como instrumento de intervenção. Observou-se melhora na capacidade de concentração, no

planejamento das atividades, na memória operacional, no controle dos impulsos e na resolução de desafios apresentados durante as propostas educativas. Além disso, verificou-se maior envolvimento do estudante nas atividades escolares e aumento da motivação para aprender. Também foram identificadas melhorias nas habilidades socioemocionais, especialmente na cooperação, na persistência diante das dificuldades, na tolerância à frustração e na comunicação com colegas e professores. O uso intencional dos jogos mostrou-se uma estratégia eficiente para integrar aspectos cognitivos, emocionais e sociais, favorecendo um processo de aprendizagem mais significativo, inclusivo e participativo. **Conclusão:** O estudo demonstra que as funções executivas desempenham papel fundamental no desenvolvimento acadêmico, influenciando diretamente a aprendizagem, a autonomia, a autorregulação, a resolução de problemas e a capacidade de adaptação dos estudantes diante das múltiplas demandas escolares. Essas habilidades cognitivas superiores permitem que o aluno organize informações, estabeleça metas, controle impulsos, monitore o próprio desempenho e desenvolva estratégias para enfrentar desafios cotidianos. Quando estimuladas desde os primeiros anos da escolarização, favorecem não apenas melhores resultados acadêmicos, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais essenciais para a formação cidadã. Nesse sentido, investir em práticas pedagógicas voltadas ao fortalecimento das funções executivas representa uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento integral dos educandos, respeitando suas singularidades e potencializando suas capacidades cognitivas e comportamentais. Os jogos pedagógicos revelaram elevado potencial como recurso de intervenção, proporcionando experiências que estimulam processos cognitivos complexos de maneira dinâmica, motivadora, significativa e contextualizada. Ao envolver os estudantes em situações que exigem planejamento, memória de trabalho, flexibilidade cognitiva, tomada de decisão, controle inibitório e resolução de problemas, os jogos favorecem o desenvolvimento das funções executivas de forma natural e prazerosa. Além disso, promovem maior engajamento nas atividades escolares, fortalecem a criatividade, ampliam a capacidade de concentração e contribuem para a construção de aprendizagens mais duradouras. O caráter lúdico desses recursos reduz barreiras emocionais relacionadas ao erro e estimula a participação ativa dos estudantes, tornando o ambiente escolar mais inclusivo, colaborativo e estimulante. Os resultados obtidos evidenciam que a utilização sistemática de jogos pedagógicos pode contribuir significativamente para a melhoria do desempenho escolar, especialmente entre estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, transtornos do neurodesenvolvimento ou necessidades educacionais específicas. Observou-se que a mediação realizada pelo professor e pelo psicopedagogo potencializa os benefícios das atividades lúdicas, permitindo intervenções mais individualizadas e ajustadas às características cognitivas de cada estudante. Dessa forma, os jogos deixam de ser apenas instrumentos recreativos e passam a constituir recursos didático-pedagógicos capazes de favorecer o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais de maneira integrada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

SOUSA, Maria Aparecida de Moura Amorim; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Funções executivas e jogos: estudo de caso e estratégias pedagógicas.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1050479537/Funcoes-Executivas-e-Estrategias-Pedagogicas. Acesso em: 12 jul. 2026.

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA: ESTUDO DE CASO, ELABORAÇÃO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS INCLUSIVOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A PROMOÇÃO DO DIÁLOGO, DA CIDADANIA E DA JUSTIÇA SOCIAL.

Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Idênis Glória Belchior
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A educação intercultural constitui um dos pilares para a construção de uma escola democrática, inclusiva e comprometida com o reconhecimento da diversidade cultural presente na sociedade contemporânea. Em um contexto marcado pela pluralidade de identidades, etnias, línguas, crenças, tradições e formas de expressão, torna-se essencial que os espaços educativos promovam práticas pedagógicas capazes de valorizar as diferenças, combater preconceitos e fortalecer o respeito mútuo. A escola assume, assim, um papel estratégico na formação de cidadãos conscientes, críticos e preparados para conviver em uma sociedade multicultural fundamentada nos princípios dos direitos humanos e da justiça social. Nesse cenário, a elaboração de recursos pedagógicos inclusivos e o desenvolvimento de práticas educativas interculturais representam importantes estratégias para favorecer o diálogo entre diferentes culturas, ampliar a participação dos estudantes e fortalecer processos de ensino e aprendizagem mais equitativos. A adoção de metodologias que valorizem os saberes locais, as experiências comunitárias e as múltiplas formas de conhecimento contribui para a construção de ambientes escolares acolhedores, capazes de promover o pertencimento, a inclusão e a valorização da diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo. **Objetivos:** Analisar a contribuição da educação intercultural para a promoção da diversidade cultural no ambiente escolar, por meio de um estudo de caso voltado à elaboração de recursos pedagógicos inclusivos e ao desenvolvimento de práticas educativas que fortaleçam o diálogo, a cidadania e a justiça social. Busca-se compreender como estratégias pedagógicas fundamentadas na interculturalidade podem favorecer relações mais respeitosas, colaborativas e democráticas entre os diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar. Pretende-se ainda identificar práticas pedagógicas que promovam o reconhecimento das identidades culturais, a valorização dos saberes tradicionais, o enfrentamento das desigualdades e a construção de currículos mais inclusivos. O estudo também objetiva evidenciar a importância da formação docente, da participação da comunidade e da articulação entre escola, família e território na consolidação de uma educação comprometida com os princípios da equidade, da inclusão e dos direitos humanos. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza descritiva e exploratória, fundamentado em estudo de caso e revisão bibliográfica. Foram consultados livros, artigos científicos, documentos oficiais, legislações educacionais e produções acadêmicas relacionadas à educação intercultural, diversidade cultural, educação inclusiva, direitos humanos e práticas pedagógicas voltadas à valorização das diferenças culturais no contexto escolar. O estudo de caso foi desenvolvido por meio da observação das práticas educativas implementadas em uma instituição de ensino, considerando a elaboração e aplicação de recursos pedagógicos inclusivos, atividades interdisciplinares e projetos voltados ao fortalecimento do diálogo intercultural. A análise dos dados ocorreu mediante registros descritivos, observação

participante, análise documental e interpretação qualitativa das experiências vivenciadas, permitindo identificar os impactos das intervenções sobre as relações escolares e os processos de aprendizagem. **Resultados:** A utilização de recursos pedagógicos inclusivos associados às práticas interculturais promoveu maior participação dos estudantes, fortalecimento do respeito às diferenças e ampliação das oportunidades de aprendizagem colaborativa. Observou-se significativa valorização das identidades culturais dos alunos, favorecendo a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, democrático e comprometido com a equidade. As atividades desenvolvidas estimularam o diálogo entre diferentes grupos culturais, reduziram situações de preconceito e ampliaram a consciência crítica sobre diversidade, cidadania e direitos humanos. Verificou-se ainda que a integração entre professores, gestores, estudantes, famílias e comunidade fortaleceu a implementação das ações pedagógicas, tornando o currículo mais contextualizado e sensível às realidades socioculturais dos educandos. A elaboração de materiais didáticos interculturais, projetos temáticos, oficinas colaborativas e metodologias participativas contribuiu para ampliar o protagonismo estudantil, fortalecer vínculos comunitários e consolidar práticas educativas orientadas pela inclusão, pelo respeito às diferenças e pela justiça social. **Conclusão:** A educação intercultural representa uma importante estratégia para fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural, a promoção da inclusão e a construção de uma escola democrática. Ao reconhecer as múltiplas identidades presentes no ambiente escolar, a instituição amplia as possibilidades de aprendizagem significativa, favorece relações baseadas no respeito mútuo e contribui para a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade. A elaboração de recursos pedagógicos inclusivos mostrou-se fundamental para tornar o currículo mais acessível, representativo e conectado às diferentes realidades socioculturais dos estudantes. Esses materiais possibilitam que diferentes formas de conhecimento sejam incorporadas ao processo educativo, promovendo maior participação, pertencimento e valorização das culturas locais, indígenas, afro-brasileiras, ribeirinhas, quilombolas e demais grupos que compõem a diversidade social brasileira. O estudo também evidencia que a implementação de práticas interculturais exige investimento contínuo na formação inicial e continuada dos professores, bem como o fortalecimento de políticas públicas que incentivem currículos inclusivos, metodologias participativas e ações pedagógicas fundamentadas nos direitos humanos. A articulação entre escola, família, comunidade e diferentes profissionais da educação constitui elemento indispensável para consolidar uma cultura institucional baseada no diálogo, na cooperação e na equidade. Conclui-se que a educação intercultural ultrapassa a valorização das diferenças culturais, constituindo-se como instrumento de transformação social, promoção da cidadania e fortalecimento da justiça social. Recomenda-se que novas pesquisas aprofundem a análise das práticas interculturais em diferentes contextos educacionais, investigando seus impactos na aprendizagem, no desenvolvimento socioemocional e na construção de ambientes escolares cada vez mais inclusivos, democráticos e comprometidos com a dignidade humana e o respeito à diversidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

FREITAS, Marcos Aurelio dos Santos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; BELCHIOR, Idênis Glória; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Educação intercultural e diversidade cultural na escola: estudo de caso, elaboração de recursos pedagógicos inclusivos e práticas educativas para a promoção do diálogo, da cidadania e da justiça social.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1050478379/Educacao-Intercultural-e-Diversidade-Cultural-Na-Escola. Acesso em: 12 jul. 2026.

JOGOS DIGITAIS E ATENÇÃO NO TDAH: ESTUDO DE CASO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Ainat Magalhães Militão
Silvana Nascimento de Carvalho
Idênis Glória Belchior
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um dos transtornos do neurodesenvolvimento mais frequentes na infância e adolescência, caracterizando-se por sintomas persistentes de desatenção, impulsividade e hiperatividade que interferem significativamente no desempenho acadêmico, nas relações sociais e na autonomia dos estudantes. No contexto escolar, esses desafios exigem a implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas que respeitem as necessidades individuais e favoreçam o desenvolvimento das potencialidades de cada educando. A construção de práticas inclusivas torna-se, portanto, um elemento indispensável para assegurar uma educação equitativa e de qualidade. Nas últimas décadas, os jogos digitais passaram a ocupar um espaço relevante no campo educacional devido ao seu potencial para estimular habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Quando utilizados de forma planejada e alinhados aos objetivos pedagógicos, esses recursos favorecem a atenção sustentada, a memória de trabalho, o controle inibitório, a resolução de problemas e a motivação para aprender. Além disso, os jogos oferecem feedback imediato, desafios graduais e ambientes interativos que despertam o interesse dos estudantes, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico e significativo. Sob a perspectiva da Neuropsicopedagogia e da Educação Inclusiva, os jogos digitais configuram-se como importantes ferramentas de intervenção para estudantes com TDAH. A integração entre tecnologias educacionais, mediação docente e acompanhamento psicopedagógico possibilita a elaboração de estratégias individualizadas capazes de fortalecer as funções executivas, ampliar o tempo de concentração e favorecer o desenvolvimento da autonomia. Dessa forma, investigar os impactos dessas práticas contribui para o aperfeiçoamento das intervenções pedagógicas voltadas à inclusão e ao sucesso escolar. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição dos jogos digitais para o desenvolvimento da atenção e das funções executivas em estudantes com TDAH, por meio de um estudo de caso fundamentado em práticas pedagógicas inclusivas. Busca-se compreender como o uso intencional desses recursos tecnológicos pode favorecer o desempenho acadêmico, o engajamento nas atividades escolares e a participação ativa dos estudantes durante o processo de aprendizagem. Pretende-se ainda identificar estratégias pedagógicas e psicopedagógicas que potencializem os benefícios dos jogos digitais no contexto educacional, evidenciando a importância da atuação interdisciplinar entre professores, psicopedagogos, neuropsicopedagogos e familiares na construção de intervenções personalizadas, inclusivas e centradas nas necessidades dos estudantes. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, desenvolvido por meio de estudo de caso associado à revisão bibliográfica sobre TDAH, jogos digitais, funções executivas, Neuropsicopedagogia e Educação Inclusiva. Foram consultados artigos científicos, livros, documentos oficiais e pesquisas recentes que abordam o uso das tecnologias digitais como recurso de intervenção pedagógica para estudantes com dificuldades de atenção e aprendizagem. O estudo de caso foi realizado mediante observação sistemática das atividades desenvolvidas

com um estudante diagnosticado com TDAH, utilizando jogos digitais educativos previamente selecionados conforme seus objetivos cognitivos e pedagógicos. Durante o processo interventivo foram registrados indicadores relacionados à atenção sustentada, tempo de permanência nas atividades, controle da impulsividade, memória de trabalho, organização das tarefas, motivação e desempenho escolar. Os dados foram analisados qualitativamente por meio da comparação entre os comportamentos observados antes, durante e após as intervenções. **Resultados:** A utilização planejada dos jogos digitais promoveu melhorias significativas na capacidade de atenção sustentada, na concentração, no controle dos impulsos e na organização das atividades escolares. Observou-se aumento do tempo de permanência nas tarefas, maior interesse pelas atividades propostas e redução das distrações durante os momentos de aprendizagem. Também foram identificados avanços na memória operacional, na resolução de problemas e na autonomia para realização das atividades acadêmicas. Verificou-se ainda que a mediação pedagógica desempenhou papel decisivo para o sucesso das intervenções. A combinação entre jogos digitais, acompanhamento psicopedagógico e adaptações curriculares favoreceu o desenvolvimento das funções executivas, fortaleceu a autoestima do estudante e ampliou sua participação nas atividades coletivas. Os resultados também indicaram melhora na interação social, maior confiança diante dos desafios escolares e fortalecimento do vínculo entre estudante, professores e família. **Conclusão:** Os jogos digitais constituem recursos pedagógicos relevantes para o desenvolvimento da atenção, das funções executivas e das competências cognitivas de estudantes com TDAH. Quando utilizados de forma intencional, planejada e integrada ao currículo escolar, esses recursos favorecem aprendizagens mais significativas, aumentam a motivação, estimulam a participação ativa e contribuem para o desenvolvimento da autonomia. O potencial educativo das tecnologias digitais evidencia a necessidade de sua incorporação às práticas pedagógicas inclusivas como instrumento de apoio ao desenvolvimento integral dos estudantes. O estudo demonstra que o sucesso das intervenções não depende exclusivamente da tecnologia, mas da qualidade da mediação realizada pelos profissionais da educação. Professores, psicopedagogos, neuropsicopedagogos e demais especialistas desempenham papel fundamental na seleção dos jogos, na definição dos objetivos pedagógicos e na adaptação das atividades às características individuais dos estudantes. Essa atuação interdisciplinar amplia a eficácia das intervenções e fortalece a construção de ambientes escolares mais inclusivos, acolhedores e responsivos às diferentes necessidades de aprendizagem. Outro aspecto evidenciado refere-se à importância da participação da família durante todo o processo educativo. A continuidade das estratégias em casa, aliada ao acompanhamento escolar, potencializa os resultados alcançados e favorece a generalização das habilidades desenvolvidas para diferentes contextos da vida cotidiana. O diálogo permanente entre escola e família fortalece a rede de apoio ao estudante, contribui para o monitoramento de seu desenvolvimento e amplia as possibilidades de sucesso acadêmico e social. Conclui-se que os jogos digitais representam uma estratégia pedagógica inovadora, acessível e cientificamente fundamentada para apoiar estudantes com TDAH, promovendo avanços nas funções executivas, na atenção e no desempenho escolar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; MILITÃO, Ainat Magalhães; CARVALHO, Silvana Nascimento de; BELCHIOR, Idênis Glória; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Jogos digitais e atenção no TDAH: estudo de caso e práticas pedagógicas inclusivas.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/books/007278111bb8196bd8614. Acesso em: 12 jul. 2026.

NEUROCIÊNCIAS, EDUCAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO, EMOÇÕES E APRENDIZAGEM: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROPSICOPEDAGOGIA, PROCESSOS COGNITIVOS E AFETIVOS, ESTUDO DE CASO E INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA.

Nivea Maria Costa Vieira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Idênis Glória Belchior

Introdução: As Neurociências têm ampliado significativamente a compreensão sobre o funcionamento do cérebro e sua relação com os processos de aprendizagem, oferecendo importantes contribuições para o campo educacional. Os avanços científicos demonstram que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação entre fatores biológicos, emocionais, sociais e ambientais, evidenciando que aprender é um processo dinâmico, contínuo e influenciado pelas experiências vivenciadas ao longo da vida. No contexto escolar, esses conhecimentos possibilitam a elaboração de práticas pedagógicas mais eficazes, respeitando as características individuais dos estudantes e favorecendo uma aprendizagem significativa. A alfabetização representa uma etapa essencial do desenvolvimento infantil, constituindo-se como um processo complexo que envolve habilidades linguísticas, cognitivas, motoras, afetivas e sociais. O sucesso da aprendizagem da leitura e da escrita depende não apenas da aquisição de conhecimentos formais, mas também do desenvolvimento das funções executivas, da memória, da atenção, da linguagem, da percepção, da motivação e da autorregulação emocional. Nesse cenário, compreender a influência das emoções sobre o desempenho escolar torna-se indispensável para promover intervenções educacionais capazes de atender às necessidades individuais de cada criança. A Neuropsicopedagogia emerge como um campo interdisciplinar que integra conhecimentos das Neurociências, da Psicologia, da Pedagogia e da Educação, contribuindo para a identificação precoce das dificuldades de aprendizagem e para a elaboração de intervenções fundamentadas em evidências científicas. Ao considerar simultaneamente os aspectos cognitivos e afetivos envolvidos no processo educativo, essa área favorece a construção de estratégias pedagógicas inclusivas que promovem o desenvolvimento integral da criança, fortalecendo suas potencialidades, ampliando sua autonomia e contribuindo para uma educação humanizada e de qualidade. **Objetivos:** Analisar as contribuições das Neurociências e da Neuropsicopedagogia para os processos de alfabetização, aprendizagem e desenvolvimento infantil, considerando a influência dos aspectos cognitivos e emocionais na construção do conhecimento. Busca-se compreender como intervenções educacionais fundamentadas em evidências científicas podem favorecer o desenvolvimento das competências acadêmicas, socioemocionais e cognitivas das crianças. Pretende-se ainda apresentar um estudo de caso que evidencie a aplicação de estratégias neuropsicopedagógicas voltadas à promoção da aprendizagem significativa, identificando práticas educativas capazes de fortalecer a atenção, a memória, a linguagem, as funções executivas, a regulação emocional e o protagonismo infantil durante o processo de alfabetização e escolarização. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, fundamentado em revisão bibliográfica e estudo de caso. Foram analisados artigos científicos, livros, dissertações, teses,

documentos oficiais e publicações especializadas nas áreas das Neurociências, Neuropsicopedagogia, Psicologia do Desenvolvimento, Educação Inclusiva e Alfabetização, possibilitando a construção de um referencial teórico consistente sobre os processos cognitivos e afetivos envolvidos na aprendizagem. O estudo de caso foi desenvolvido mediante acompanhamento de uma criança em fase de alfabetização que apresentava dificuldades no desenvolvimento da leitura, escrita, atenção e autorregulação emocional. As intervenções contemplaram atividades lúdicas, jogos pedagógicos, estratégias multissensoriais, recursos neuropsicopedagógicos e práticas de mediação pedagógica individualizada. Os dados foram registrados por meio de observações sistemáticas, análise das produções escolares e acompanhamento da evolução das habilidades cognitivas, emocionais e acadêmicas durante o período interventivo. **Resultados:** As intervenções fundamentadas nos princípios da Neuropsicopedagogia favoreceram maior engajamento nas atividades escolares, aumento da autoestima, fortalecimento da autonomia e melhoria do desempenho acadêmico. Observou-se também maior interesse pela aprendizagem e ampliação da capacidade de resolver problemas de forma independente. Verificou-se que a integração entre estratégias pedagógicas, recursos neuropsicopedagógicos, participação familiar e acompanhamento interdisciplinar potencializou significativamente os resultados obtidos. A utilização de atividades contextualizadas, jogos educativos, estímulos multissensoriais e práticas afetivas de mediação fortaleceu os processos cognitivos e emocionais, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa, inclusiva e alinhada às necessidades individuais da criança. **Conclusão:** Os conhecimentos produzidos pelas Neurociências oferecem importantes contribuições para a compreensão dos processos de aprendizagem, permitindo que professores e especialistas desenvolvam práticas pedagógicas fundamentadas no funcionamento do cérebro e no desenvolvimento humano. A integração entre evidências científicas e práticas educacionais amplia as possibilidades de intervenção, favorecendo o reconhecimento das potencialidades dos estudantes e promovendo uma educação mais eficiente, inclusiva e humanizada. A Neuropsicopedagogia demonstrou desempenhar papel fundamental na identificação das dificuldades de aprendizagem e na elaboração de intervenções individualizadas que consideram simultaneamente os aspectos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais da criança. Essa abordagem interdisciplinar possibilita intervenções precoces, reduz barreiras ao desenvolvimento e fortalece as competências necessárias para o sucesso acadêmico e para o desenvolvimento integral. O estudo de caso evidenciou que estratégias pedagógicas baseadas em recursos multissensoriais, jogos educativos, atividades lúdicas e mediação afetiva favorecem significativamente o processo de alfabetização. A valorização das emoções, do vínculo entre professor e estudante, da motivação para aprender e da participação da família mostrou-se decisiva para o fortalecimento da aprendizagem, da autoestima e da autonomia infantil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

VIEIRA, Nívea Maria Costa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; BELCHIOR, Idênis Glória. **Neurociências, educação, alfabetização, emoções e aprendizagem: contribuições da neuropsicopedagogia, processos cognitivos e afetivos, estudo de caso e intervenções educacionais para o desenvolvimento integral da criança.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1051543974/Neurociencias-Educacao-Alfabetizacao-Emocoes-e-Aprendizagem. Acesso em: 12 jul. 2026.

AUTISMO E LETRAMENTO: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS INCLUSIVOS.

Nivea Maria Costa Vieira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Rita Cristina Guimarães Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Idênis Glória Belchior
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por diferenças no desenvolvimento da comunicação, da interação social e dos padrões de comportamento, apresentando manifestações variadas que exigem intervenções educacionais individualizadas e fundamentadas nos princípios da educação inclusiva. No contexto escolar, garantir o acesso à alfabetização e ao letramento de estudantes com autismo representa um dos principais desafios para professores e equipes pedagógicas, exigindo metodologias flexíveis, recursos adaptados e práticas que respeitem as características, potencialidades e necessidades específicas de cada educando. O letramento vai além da aquisição das habilidades de leitura e escrita, envolvendo a participação ativa dos estudantes em práticas sociais mediadas pela linguagem escrita. Para crianças com TEA, esse processo requer estratégias pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento da comunicação, da atenção compartilhada, da linguagem receptiva e expressiva, das funções executivas e das habilidades cognitivas necessárias para a construção do conhecimento. A utilização de recursos visuais, atividades multissensoriais, tecnologias assistivas e materiais concretos amplia as oportunidades de aprendizagem e fortalece a participação dos estudantes nas atividades escolares. A Neuropsicopedagogia e a Educação Inclusiva oferecem importantes contribuições para a elaboração de intervenções educacionais capazes de potencializar o processo de letramento de estudantes com autismo. A atuação interdisciplinar entre professores, psicopedagogos, neuropsicopedagogos, terapeutas e familiares possibilita a construção de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas, promovendo ambientes escolares mais acessíveis, acolhedores e comprometidos com o desenvolvimento integral da criança. **Objetivos:** Analisar a contribuição de estratégias pedagógicas inclusivas e da elaboração de materiais adaptados para o desenvolvimento do letramento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Busca-se compreender como recursos educacionais planejados de forma individualizada podem favorecer a aprendizagem da leitura, da escrita, da comunicação e da participação ativa no ambiente escolar. Pretende-se ainda identificar práticas pedagógicas fundamentadas na Neuropsicopedagogia e na Educação Inclusiva que promovam o desenvolvimento das habilidades cognitivas, linguísticas, sociais e emocionais dos estudantes com TEA. O estudo também objetiva evidenciar a importância da atuação colaborativa entre escola, família e equipe multiprofissional para a consolidação de processos educativos mais inclusivos e eficazes. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise de experiências relacionadas ao processo de letramento de estudantes com autismo. Foram consultados livros, artigos científicos, documentos oficiais, legislações educacionais e publicações especializadas nas áreas da Educação Especial, Neuropsicopedagogia, Psicologia do Desenvolvimento, Linguagem e Educação Inclusiva. As estratégias analisadas contemplaram a elaboração de materiais pedagógicos inclusivos, utilização

de recursos visuais, atividades multissensoriais, jogos educativos, sistemas alternativos de comunicação, tecnologias assistivas e adaptações curriculares voltadas ao desenvolvimento da leitura e da escrita. A análise fundamentou-se na observação dos avanços obtidos durante as intervenções, considerando aspectos relacionados à comunicação, atenção, interação social, autonomia, motivação e desempenho acadêmico dos estudantes. **Resultados:** A utilização de materiais pedagógicos adaptados e estratégias de ensino individualizadas favoreceu significativamente o desenvolvimento do letramento dos estudantes com TEA. Observou-se melhoria na identificação de letras, palavras e textos, ampliação do vocabulário, maior interesse pelas atividades de leitura e escrita e evolução na comunicação funcional. Os recursos visuais, as rotinas estruturadas e as atividades lúdicas contribuíram para reduzir barreiras de aprendizagem e ampliar o engajamento dos estudantes durante as práticas pedagógicas. Verificou-se ainda que o planejamento colaborativo entre professores, especialistas e familiares potencializou os resultados das intervenções, proporcionando maior continuidade das estratégias nos diferentes ambientes de convivência da criança. O fortalecimento da comunicação entre escola e família favoreceu a generalização das habilidades desenvolvidas, ampliando a autonomia, a participação social e a confiança dos estudantes em suas capacidades de aprendizagem. **Conclusão:** O letramento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista pode ser significativamente potencializado quando são utilizadas estratégias pedagógicas inclusivas, materiais adaptados e metodologias fundamentadas nas necessidades individuais de cada criança. A organização de ambientes estruturados, a utilização de recursos visuais, atividades multissensoriais e tecnologias assistivas favorecem a aprendizagem da leitura e da escrita, promovendo maior autonomia, participação e desenvolvimento das competências comunicativas e cognitivas. A Neuropsicopedagogia evidencia-se como importante área de apoio ao processo educacional, contribuindo para a identificação das potencialidades e dificuldades dos estudantes e para a elaboração de intervenções individualizadas baseadas em evidências científicas. A atuação integrada entre professores, psicopedagogos, neuropsicopedagogos, terapeutas, gestores escolares e familiares fortalece o planejamento pedagógico, amplia as oportunidades de aprendizagem e favorece a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, comprometida com o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Conclui-se que investir na elaboração de materiais inclusivos, na formação continuada dos profissionais da educação e no fortalecimento das práticas colaborativas representa um caminho essencial para assegurar o direito à aprendizagem e à participação plena dos estudantes com autismo. Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem a investigação sobre metodologias inovadoras, tecnologias educacionais e estratégias de intervenção que contribuam para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas inclusivas e para a promoção de uma educação cada vez mais equitativa, humanizada e fundamentada nos princípios da diversidade e da inclusão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

VIEIRA, Nivea Maria Costa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ALMEIDA, Rita Cristina Guimarães; CARVALHO, Silvana Nascimento de; BELCHIOR, Idênis Glória; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Autismo e letramento: estratégias pedagógicas e elaboração de materiais inclusivos.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1051591300/Autismo-e-Letramento-Estrategias-Pedagogicas. Acesso em: 12 jul. 2026.

AUTISMO NOS NÍVEIS DE SUPORTE 1, 2 E 3: JOGOS LÚDICOS DE APRENDIZAGEM, ENSINO ESTRUTURADO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COGNITIVAS, COMUNICATIVAS E SOCIOEMOCIONAIS POR MEIO DE MÉTODOS BASEADOS EM EVIDÊNCIAS.

Wandra Carla Silva Almeida
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Idênis Glória Belchior
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por alterações persistentes na comunicação social, na interação interpessoal e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. Conforme os critérios diagnósticos atuais, o TEA é classificado em três níveis de suporte, que variam de acordo com a intensidade das necessidades de apoio apresentadas pela pessoa autista. Essa classificação evidencia a importância de intervenções educacionais individualizadas, capazes de responder às diferentes demandas cognitivas, comunicativas, comportamentais e socioemocionais dos estudantes em ambiente escolar. No contexto da Educação Inclusiva, os jogos lúdicos de aprendizagem e o ensino estruturado destacam-se como estratégias pedagógicas eficazes para favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes com autismo. Essas metodologias possibilitam a organização do ambiente de aprendizagem, promovem previsibilidade, estimulam a atenção compartilhada, fortalecem a comunicação funcional e favorecem o desenvolvimento das funções executivas. Além disso, o caráter lúdico dos jogos aumenta a motivação, amplia o tempo de engajamento nas atividades e contribui para a aprendizagem significativa. A utilização de métodos baseados em evidências científicas representa um importante avanço para a prática pedagógica voltada ao atendimento de estudantes com TEA. Estratégias fundamentadas em pesquisas, como o ensino estruturado, a mediação visual, os recursos multissensoriais e os jogos educativos adaptados, contribuem para a promoção da autonomia, do desenvolvimento cognitivo, das habilidades sociais e da participação ativa da criança no ambiente escolar. Dessa forma, a integração entre Neuropsicopedagogia, Educação Especial e práticas pedagógicas inclusivas fortalece a construção de processos educativos mais eficazes e humanizados. **Objetivos:** Analisar a contribuição dos jogos lúdicos de aprendizagem e do ensino estruturado para o desenvolvimento de competências cognitivas, comunicativas e socioemocionais de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nos níveis de suporte 1, 2 e 3. Busca-se compreender como práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas podem favorecer a aprendizagem, a autonomia, a comunicação e a inclusão escolar. Pretende-se ainda identificar estratégias educacionais capazes de atender às diferentes necessidades de apoio apresentadas pelos estudantes com TEA, evidenciando a importância da elaboração de recursos pedagógicos adaptados, da atuação interdisciplinar e da participação da família no fortalecimento do processo educativo e no desenvolvimento integral da criança. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise de estudos de caso relacionados ao atendimento educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Foram consultados livros, artigos científicos, documentos oficiais, protocolos clínicos e produções acadêmicas voltadas às áreas da Educação Inclusiva, Neuropsicopedagogia, Neurociências, Psicologia do Desenvolvimento e

Educação Especial. A investigação analisou práticas pedagógicas fundamentadas em métodos baseados em evidências, incluindo ensino estruturado, utilização de jogos lúdicos, recursos visuais, atividades multissensoriais, rotinas organizadas, comunicação alternativa e tecnologias assistivas. A análise considerou os impactos dessas estratégias sobre o desenvolvimento cognitivo, comunicativo, comportamental e socioemocional dos estudantes nos diferentes níveis de suporte do TEA. **Resultados:** Os jogos lúdicos, quando integrados ao ensino estruturado, promoveram avanços significativos na atenção compartilhada, na comunicação funcional, na memória, no planejamento, na resolução de problemas e na interação social dos estudantes. Observou-se aumento da participação nas atividades escolares, melhoria na compreensão de instruções, fortalecimento da autonomia e maior interesse pelas experiências de aprendizagem, independentemente do nível de suporte apresentado. Também foi identificado que as intervenções individualizadas, associadas ao uso de recursos visuais, reforçadores positivos, rotinas estruturadas e atividades lúdicas, favoreceram o desenvolvimento das competências socioemocionais, reduzindo comportamentos inadequados e ampliando habilidades relacionadas à autorregulação emocional, cooperação, flexibilidade cognitiva e adaptação às situações escolares. A atuação conjunta entre professores, especialistas e familiares mostrou-se determinante para potencializar os resultados obtidos durante o processo educativo. **Conclusão:** Os resultados deste estudo demonstram que a utilização de jogos lúdicos de aprendizagem, associada ao ensino estruturado e a métodos baseados em evidências científicas, constitui uma estratégia altamente eficaz para promover o desenvolvimento integral de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nos diferentes níveis de suporte. As intervenções favoreceram avanços nas competências cognitivas, comunicativas e socioemocionais, contribuindo para maior autonomia, participação ativa e qualidade das experiências de aprendizagem. Esses resultados reforçam a importância da personalização das práticas pedagógicas, considerando as características individuais e o perfil funcional de cada estudante. A pesquisa também evidencia que o sucesso das intervenções depende da atuação interdisciplinar entre professores, psicopedagogos, neuropsicopedagogos, terapeutas, gestores escolares e familiares. A construção de planos educacionais individualizados, aliada à utilização de recursos adaptados, tecnologias assistivas, jogos educativos e estratégias de ensino estruturado, fortalece o processo de inclusão escolar e amplia as oportunidades de desenvolvimento acadêmico, social e emocional. Além disso, a formação continuada dos profissionais da educação mostra-se indispensável para a implementação de práticas fundamentadas em evidências científicas e alinhadas aos princípios da educação inclusiva. Conclui-se que investir em metodologias baseadas em evidências, na elaboração de materiais pedagógicos acessíveis e na consolidação de políticas públicas voltadas à Educação Especial representa um caminho essencial para garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno das pessoas com autismo..

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

ALMEIDA, Wandra Carla Silva; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; BELCHIOR, Idênis Glória; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Autismo nos níveis de suporte 1, 2 e 3: jogos lúdicos de aprendizagem, ensino estruturado e desenvolvimento de competências cognitivas, comunicativas e socioemocionais por meio de métodos baseados em evidências.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://www.academia.edu/168777053/AUTISMO_NOS_N%C3%8DVEIS_DE_SUPORTE_E_JOGOS_L%C3%9ADICOS_DE_APRENDIZAGEM. Acesso em: 12 jul. 2026.

NEUROPSICOPEDAGOGIA APLICADA À DISLEXIA: PRÁTICAS INTERVENTIVAS E CONSTRUÇÃO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS INCLUSIVOS.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Idênis Glória Belchior
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A dislexia é um transtorno específico da aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizado por dificuldades persistentes no reconhecimento preciso e fluente das palavras, na decodificação e na ortografia, mesmo quando o estudante apresenta inteligência preservada, acesso à escolarização e oportunidades adequadas de aprendizagem. Essas dificuldades repercutem diretamente no desenvolvimento da leitura, da escrita e da compreensão textual, podendo comprometer o desempenho acadêmico, a autoestima e a participação do estudante no ambiente escolar. Dessa forma, torna-se indispensável que a escola desenvolva estratégias pedagógicas capazes de atender às necessidades específicas desse público, assegurando uma educação inclusiva e de qualidade. Os avanços das Neurociências e da Neuropsicopedagogia têm proporcionado novos conhecimentos sobre os mecanismos cognitivos envolvidos na aprendizagem da leitura e da escrita, permitindo compreender de forma mais ampla os desafios enfrentados pelos estudantes com dislexia. A Neuropsicopedagogia integra conhecimentos da Educação, Psicologia e Neurociências para investigar os processos cognitivos relacionados à aprendizagem, favorecendo a identificação precoce das dificuldades e a elaboração de intervenções pedagógicas fundamentadas em evidências científicas. Essa abordagem amplia as possibilidades de construção de práticas educativas individualizadas, respeitando as potencialidades e os diferentes ritmos de aprendizagem. Nesse contexto, a elaboração de recursos pedagógicos inclusivos representa uma estratégia essencial para promover a aprendizagem significativa dos estudantes com dislexia. Materiais adaptados, atividades multissensoriais, jogos pedagógicos, tecnologias assistivas e metodologias ativas favorecem o desenvolvimento da consciência fonológica, da memória de trabalho, da atenção, da linguagem e das funções executivas, contribuindo para a superação das barreiras de aprendizagem. Assim, a atuação integrada entre professores, neuropsicopedagogos, psicopedagogos, familiares e demais profissionais constitui elemento fundamental para o desenvolvimento integral do estudante e para a efetivação dos princípios da educação inclusiva. **Objetivos:** Analisar as contribuições da Neuropsicopedagogia para o atendimento de estudantes com dislexia, evidenciando práticas interventivas e recursos pedagógicos inclusivos capazes de favorecer o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, linguagem e compreensão textual. Busca-se compreender como intervenções fundamentadas nas Neurociências podem potencializar o processo de aprendizagem e reduzir os impactos das dificuldades específicas relacionadas à dislexia. Pretende-se ainda identificar estratégias pedagógicas que promovam o fortalecimento das funções executivas, da consciência fonológica, da memória de trabalho, da atenção e das competências linguísticas, destacando a importância da atuação interdisciplinar e da construção de ambientes escolares inclusivos que respeitem as necessidades individuais dos estudantes e favoreçam seu desenvolvimento acadêmico e socioemocional. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvido por meio de

revisão bibliográfica e análise de experiências relacionadas à intervenção neuropsicopedagógica em estudantes com dislexia. Foram consultados livros, artigos científicos, documentos oficiais, legislações educacionais e produções acadêmicas nas áreas das Neurociências, Neuropsicopedagogia, Psicopedagogia, Educação Inclusiva e Transtornos Específicos da Aprendizagem. As intervenções analisadas contemplaram o uso de atividades multissensoriais, jogos educativos, recursos visuais, softwares pedagógicos, estratégias de consciência fonológica, adaptações curriculares e materiais didáticos acessíveis. A análise considerou os impactos dessas práticas sobre o desempenho em leitura, escrita, compreensão textual, atenção, memória, organização das tarefas, autoestima e participação dos estudantes nas atividades escolares, enfatizando o papel da mediação docente e do acompanhamento interdisciplinar. **Resultados:** As práticas neuropsicopedagógicas contribuíram significativamente para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos estudantes com dislexia. Observou-se melhora na consciência fonológica, no reconhecimento de palavras, na fluência leitora, na ortografia e na compreensão textual, além de avanços na memória de trabalho, na atenção sustentada e na organização das atividades escolares. Os recursos pedagógicos inclusivos mostraram-se eficientes para reduzir barreiras de aprendizagem e ampliar o envolvimento dos estudantes no processo educativo. Também foi constatado que a utilização de materiais adaptados, estratégias multissensoriais e metodologias ativas favoreceu o fortalecimento da autoestima, da motivação para aprender e da autonomia dos estudantes. A participação da família, aliada ao trabalho colaborativo entre professores, neuropsicopedagogos e demais profissionais, potencializou os resultados das intervenções, promovendo maior continuidade das estratégias de aprendizagem nos diferentes contextos de convivência da criança. **Conclusão:** A Neuropsicopedagogia desempenha papel fundamental na identificação das dificuldades relacionadas à dislexia e na elaboração de práticas interventivas fundamentadas em evidências científicas. A integração entre conhecimentos das Neurociências, da Educação e da Psicopedagogia possibilita intervenções mais eficazes, favorecendo o desenvolvimento das habilidades cognitivas, linguísticas e acadêmicas dos estudantes. A utilização de recursos pedagógicos inclusivos amplia as oportunidades de aprendizagem, promove maior participação nas atividades escolares e fortalece a construção de uma educação comprometida com a equidade e o respeito às diferenças. O estudo evidencia ainda que o sucesso das intervenções depende da atuação interdisciplinar entre professores, neuropsicopedagogos, psicopedagogos, gestores escolares, familiares e demais profissionais envolvidos no processo educativo. O planejamento colaborativo, aliado à utilização de metodologias multissensoriais, adaptações curriculares, tecnologias educacionais e acompanhamento contínuo, contribui para o fortalecimento da autonomia, da autoestima e da confiança dos estudantes com dislexia, reduzindo os impactos das dificuldades de aprendizagem sobre seu desempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional. Conclui-se que investir na formação continuada dos profissionais da educação, na produção de recursos pedagógicos acessíveis e na implementação de práticas fundamentadas na Neuropsicopedagogia representa um caminho indispensável para garantir o direito à aprendizagem de estudantes com dislexia.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; BELCHIOR, Idênis Glória; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Neuropsicopedagogia aplicada à dislexia: práticas interventivas e construção de recursos pedagógicos inclusivos.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1052420991/Neuropsicopedagogia-Aplicada-a-Dislexia. Acesso em: 12 jul. 2026.

AMBIENTES LÚDICOS E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO: ELABORAÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS, OFICINA DE CONSTRUÇÃO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS, DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR, APRENDIZAGEM E PRÁTICAS INCLUSIVAS PARA A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ESTUDANTES.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Idênis Glória Belchior
Sygride Nascimento de Carvalho
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A construção de ambientes lúdicos e inclusivos representa uma estratégia essencial para promover uma educação comprometida com a equidade, a participação e o desenvolvimento integral dos estudantes. O brincar constitui um elemento fundamental no processo educativo, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional, social e comunicativo das crianças. Em contextos escolares inclusivos, os espaços lúdicos ampliam as oportunidades de aprendizagem, fortalecem as interações sociais e contribuem para a eliminação de barreiras que dificultam o acesso, a permanência e a participação de estudantes com diferentes características, necessidades e potencialidades. A elaboração de materiais pedagógicos acessíveis e a realização de oficinas de construção de brinquedos educativos possibilitam a utilização de recursos adaptados às especificidades dos estudantes, respeitando princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e da Educação Inclusiva. O desenvolvimento de brinquedos confeccionados com materiais de baixo custo, recicláveis e de fácil reprodução amplia as possibilidades de intervenção pedagógica, favorecendo a criatividade, a autonomia e o protagonismo dos estudantes, além de estimular práticas sustentáveis e colaborativas no ambiente escolar. Nesse contexto, a integração entre ludicidade, desenvolvimento psicomotor e práticas pedagógicas inclusivas fortalece o processo de ensino e aprendizagem, promovendo experiências significativas que valorizam a diversidade humana. A atuação interdisciplinar entre professores, psicopedagogos, terapeutas, gestores e familiares potencializa os resultados das intervenções, contribuindo para a construção de ambientes escolares acolhedores, acessíveis e comprometidos com o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. **Objetivos:** Analisar a contribuição dos ambientes lúdicos, da elaboração de materiais pedagógicos acessíveis e das oficinas de construção de brinquedos educativos para a promoção da inclusão escolar e do desenvolvimento psicomotor dos estudantes. Busca-se compreender como práticas pedagógicas fundamentadas na ludicidade favorecem a aprendizagem, a participação ativa e o fortalecimento das competências cognitivas, motoras, emocionais e sociais. Pretende-se ainda identificar estratégias inclusivas que possibilitem a construção de recursos didáticos acessíveis, evidenciando a importância do trabalho colaborativo entre profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade escolar. O estudo também objetiva destacar o potencial das oficinas pedagógicas como espaços de inovação, criatividade e desenvolvimento de práticas educacionais alinhadas aos princípios da equidade, da acessibilidade e da educação para todos. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e relato de práticas pedagógicas voltadas à construção de ambientes lúdicos inclusivos. Foram consultados artigos científicos,

livros, documentos oficiais e legislações relacionadas à Educação Inclusiva, ao desenvolvimento infantil, à Psicomotricidade, ao Desenho Universal para a Aprendizagem e às metodologias ativas aplicadas ao contexto escolar. As intervenções envolveram oficinas de construção de brinquedos educativos utilizando materiais recicláveis e de baixo custo, elaboração de recursos pedagógicos acessíveis, aplicação de jogos cooperativos e desenvolvimento de atividades voltadas ao fortalecimento da coordenação motora ampla e fina, percepção espacial, lateralidade, equilíbrio, atenção, criatividade e interação social. A análise dos resultados ocorreu mediante observação sistemática da participação dos estudantes, registros das atividades desenvolvidas e avaliação qualitativa dos avanços obtidos durante o processo educativo. **Resultados:** Os resultados evidenciaram que a utilização de ambientes lúdicos e de materiais pedagógicos acessíveis favoreceu significativamente o desenvolvimento psicomotor, cognitivo, comunicativo e socioemocional dos estudantes. Observou-se maior participação nas atividades escolares, fortalecimento das habilidades motoras, ampliação da interação entre os estudantes e aumento da motivação para aprender. As oficinas de construção de brinquedos educativos estimularam a criatividade, o trabalho colaborativo e a resolução de problemas, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e participativo. Também foi constatado que os recursos confeccionados durante as oficinas atenderam às diferentes necessidades dos estudantes, promovendo maior acessibilidade às atividades pedagógicas e reduzindo barreiras relacionadas à aprendizagem. O envolvimento de professores, familiares e comunidade escolar fortaleceu a cultura da inclusão, ampliando o compromisso coletivo com a construção de ambientes educativos acolhedores, democráticos e fundamentados no respeito à diversidade. **Conclusão:** Os ambientes lúdicos constituem importantes espaços de promoção da aprendizagem, da inclusão e do desenvolvimento integral dos estudantes. A utilização de práticas pedagógicas fundamentadas no brincar possibilita experiências educativas mais significativas, favorecendo o desenvolvimento das competências cognitivas, psicomotoras, comunicativas, emocionais e sociais. Além disso, o caráter participativo das atividades fortalece a autonomia, a criatividade e o protagonismo dos estudantes, contribuindo para uma educação centrada no desenvolvimento humano. A elaboração de materiais pedagógicos acessíveis e a realização de oficinas de construção de brinquedos educativos revelaram-se estratégias eficazes para ampliar a acessibilidade curricular e promover a participação de todos os estudantes, independentemente de suas características ou necessidades educacionais. O uso de materiais de baixo custo, sustentáveis e adaptáveis demonstra que práticas inclusivas podem ser implementadas em diferentes contextos escolares, favorecendo a democratização do acesso a recursos pedagógicos de qualidade. A pesquisa evidencia ainda que a efetivação da educação inclusiva depende do compromisso coletivo de professores, gestores, famílias e demais profissionais envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; BELCHIOR, Idênis Glória; CARVALHO, Sygride Nascimento de; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Ambientes lúdicos e inclusão na educação: elaboração de materiais pedagógicos acessíveis, oficina de construção de brinquedos educativos, desenvolvimento psicomotor, aprendizagem e práticas inclusivas para a promoção da participação de todos os estudantes.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1052700491/Ambientes-Ludicos-e-Inclusao-Na-Educacao. Acesso em: 12 jul. 2026.

DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: LIMITES DA RESPONSABILIDADE JURÍDICA NA PRODUÇÃO AUTOMATIZADA DE CONTEÚDOS E DECISÕES.

Gabriel Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian
Elaine Gemima Santos de Souza
Ana Luzia Amaro
Dilani da Cruz MC Comb
Marlon Seabra
Ricardo Fonseca da Silva

Introdução: A expansão da Inteligência Artificial (IA) Generativa tem provocado profundas transformações nos modos de produção, circulação e interpretação de informações, influenciando diferentes áreas da sociedade, incluindo o campo jurídico. Sistemas capazes de produzir textos, imagens, análises, pareceres e outros conteúdos automatizados apresentam novas possibilidades de inovação, eficiência e otimização de processos. Entretanto, essa evolução tecnológica também suscita importantes questionamentos relacionados à responsabilidade jurídica, à transparência dos algoritmos, à proteção de direitos fundamentais e aos limites éticos da utilização dessas ferramentas. No âmbito do Direito, a utilização da Inteligência Artificial Generativa amplia debates sobre autoria, responsabilização por danos, confiabilidade das informações produzidas e participação humana nos processos decisórios. A produção automatizada de conteúdos jurídicos, administrativos e institucionais exige reflexão sobre quem deve responder por eventuais erros, violações de direitos ou decisões inadequadas decorrentes do uso dessas tecnologias. Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer critérios jurídicos capazes de equilibrar inovação tecnológica, segurança jurídica e proteção da dignidade humana. A relação entre Direito e Inteligência Artificial demanda uma abordagem interdisciplinar, envolvendo conhecimentos jurídicos, tecnológicos, filosóficos e sociais. A construção de normas e princípios regulatórios deve considerar aspectos como governança de dados, explicabilidade dos sistemas, supervisão humana, responsabilidade dos desenvolvedores e usuários, além dos impactos sociais decorrentes da automação. Dessa forma, compreender os limites da responsabilidade jurídica na produção automatizada de conteúdos e decisões constitui uma necessidade fundamental para garantir o uso ético, seguro e responsável da IA Generativa. **Objetivos:** Analisar os limites da responsabilidade jurídica relacionados ao uso da Inteligência Artificial Generativa na produção automatizada de conteúdos e decisões, investigando os desafios legais, éticos e institucionais decorrentes da aplicação dessas tecnologias em diferentes contextos sociais e profissionais. Busca-se ainda compreender os critérios necessários para estabelecer mecanismos de responsabilização, transparência e controle humano sobre sistemas inteligentes, destacando a importância de uma regulamentação equilibrada que incentive a inovação tecnológica sem comprometer direitos fundamentais, princípios jurídicos e valores democráticos. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultados livros, artigos científicos, legislações nacionais e internacionais, documentos institucionais e estudos acadêmicos relacionados ao Direito Digital, Inteligência Artificial, proteção de dados, responsabilidade civil, ética tecnológica e regulação de sistemas automatizados. A análise foi realizada a partir de uma abordagem interdisciplinar, considerando os impactos jurídicos da IA Generativa na criação de conteúdos, tomada de decisões e distribuição de responsabilidades entre desenvolvedores, empresas, usuários e instituições. Foram examinados princípios jurídicos aplicáveis, desafios regulatórios e perspectivas para a construção de modelos de governança tecnológica capazes de

garantir segurança, transparência e respeito aos direitos fundamentais. **Resultados:** Os resultados evidenciaram que a Inteligência Artificial Generativa apresenta grande potencial para contribuir com atividades jurídicas, administrativas e sociais, proporcionando maior agilidade na elaboração de documentos, análise de informações e apoio à tomada de decisões. Entretanto, identificou-se que a utilização dessas ferramentas também envolve riscos relacionados à geração de informações incorretas, reprodução de vieses algorítmicos, ausência de transparência e dificuldade de atribuição de responsabilidade em situações de dano. Observou-se que a responsabilidade jurídica diante da IA Generativa exige a adoção de modelos baseados na supervisão humana, na rastreabilidade dos processos automatizados e na definição clara dos papéis dos diferentes agentes envolvidos. A pesquisa demonstrou que a tecnologia não deve substituir a análise crítica humana, especialmente em decisões que envolvem direitos, garantias individuais e impactos significativos sobre pessoas e instituições. **Conclusão:** O estudo demonstra que a Inteligência Artificial Generativa representa um avanço tecnológico capaz de transformar significativamente as práticas jurídicas e sociais, mas sua utilização exige critérios rigorosos de responsabilidade, transparência e controle. O desenvolvimento de sistemas inteligentes deve estar associado ao compromisso ético e jurídico de preservar direitos fundamentais, evitando que a automação resulte em violações ou decisões sem adequada fundamentação. A pesquisa evidencia a necessidade de aprimoramento dos marcos regulatórios relacionados à Inteligência Artificial, considerando aspectos como responsabilização civil, proteção de dados, segurança da informação e participação humana nos processos decisórios. A construção de uma governança tecnológica eficiente depende da colaboração entre juristas, pesquisadores, desenvolvedores, instituições públicas e sociedade civil, promovendo equilíbrio entre inovação e proteção jurídica. Conclui-se que os limites da responsabilidade jurídica na produção automatizada de conteúdos e decisões devem ser definidos a partir de uma perspectiva interdisciplinar, capaz de acompanhar a evolução tecnológica sem afastar os princípios essenciais do Estado de Direito. O uso responsável da Inteligência Artificial Generativa requer sistemas transparentes, mecanismos de fiscalização e formação adequada dos usuários, garantindo que a tecnologia seja utilizada como instrumento de apoio ao desenvolvimento humano, à justiça e à promoção de uma sociedade mais segura e ética.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; SOUZA, Elaine Gemima Santos de; AMARO, Ana Luzia; MC COMB, Dilani da Cruz; SEABRA, Marlon; SILVA, Ricardo Fonseca da. **Direito e inteligência artificial generativa: limites da responsabilidade jurídica na produção automatizada de conteúdos e decisões.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/books/007278111ecfe74017091. Acesso em: 12 jul. 2026.

GOVERNANÇA ALGORÍTMICA E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E LEGITIMIDADE DAS DECISÕES AUTOMATIZADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Gabriel Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian
Elaine Gemima Santos de Souza
Ana Luzia Amaro
Dilani da Cruz MC Comb
Marlon Seabra
Ricardo Fonseca da Silva

Introdução: A expansão das tecnologias digitais e a crescente utilização de sistemas algorítmicos na Administração Pública têm provocado profundas transformações nos processos de gestão, planejamento e tomada de decisões institucionais. A governança algorítmica surge como uma abordagem destinada a compreender, organizar e regulamentar o uso de algoritmos em ambientes públicos, buscando garantir que as decisões automatizadas estejam alinhadas aos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito. Nesse cenário, a incorporação de ferramentas baseadas em inteligência artificial e análise de dados amplia possibilidades de eficiência administrativa, mas também apresenta desafios relacionados à transparência, à responsabilidade e à proteção dos direitos dos cidadãos. A utilização de algoritmos para apoiar ou realizar decisões administrativas envolve questões complexas sobre legitimidade, controle social e participação democrática. Sistemas automatizados podem influenciar a distribuição de serviços públicos, a avaliação de benefícios, a fiscalização de políticas governamentais e a definição de prioridades administrativas. Entretanto, quando esses processos não apresentam mecanismos adequados de explicação e fiscalização, podem gerar riscos relacionados à reprodução de desigualdades, discriminações algorítmicas, falta de clareza decisória e enfraquecimento da confiança da sociedade nas instituições públicas. A governança algorítmica torna-se essencial para estabelecer parâmetros éticos, jurídicos e administrativos que assegurem o uso responsável das tecnologias digitais pelo Estado. A transparência dos sistemas, a possibilidade de auditoria, o controle humano, a responsabilização dos agentes envolvidos e a garantia de direitos fundamentais constituem elementos indispensáveis para que a automação administrativa seja compatível com os valores democráticos. Dessa forma, analisar os limites e as possibilidades das decisões automatizadas na Administração Pública contribui para o fortalecimento de uma gestão pública mais eficiente, justa e comprometida com a cidadania. **Objetivos:** Analisar a relação entre governança algorítmica e Estado Democrático de Direito, investigando os desafios relacionados à transparência, ao controle e à legitimidade das decisões automatizadas utilizadas pela Administração Pública. Busca-se compreender como os sistemas algorítmicos podem ser incorporados aos processos administrativos sem comprometer princípios jurídicos essenciais, como igualdade, publicidade, motivação dos atos administrativos e proteção dos direitos fundamentais. Pretende-se ainda identificar mecanismos de governança capazes de promover maior responsabilidade, supervisão e participação social no uso de algoritmos pelo poder público. O estudo busca evidenciar a importância da construção de modelos regulatórios que conciliem inovação tecnológica, eficiência administrativa e garantia da democracia, assegurando que as decisões automatizadas permaneçam submetidas ao controle jurídico e institucional. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Foram utilizados referenciais teóricos, artigos científicos, legislações, documentos institucionais e estudos relacionados ao Direito Digital, Administração Pública, Inteligência Artificial,

proteção de dados, governança tecnológica e regulação de sistemas automatizados. A análise foi realizada sob uma perspectiva interdisciplinar, considerando aspectos jurídicos, tecnológicos e sociais envolvidos na utilização de algoritmos pela Administração Pública. Foram examinados princípios do Estado Democrático de Direito, mecanismos de transparência, instrumentos de auditoria, formas de controle institucional e desafios relacionados à responsabilização por decisões automatizadas, buscando compreender os impactos desses sistemas sobre a legitimidade das ações estatais. **Resultados:** A governança algorítmica apresenta potencial significativo para aprimorar a eficiência da Administração Pública, possibilitando maior agilidade na análise de informações, otimização de recursos e melhoria na prestação de serviços públicos. Entretanto, constatou-se que a adoção dessas tecnologias exige cuidados relacionados à transparência dos critérios utilizados pelos algoritmos, à qualidade dos dados processados e à existência de mecanismos capazes de identificar e corrigir possíveis distorções ou injustiças. Verificou-se ainda que a legitimidade das decisões automatizadas depende da implementação de estruturas de controle, supervisão humana e responsabilização institucional. A pesquisa demonstrou que algoritmos utilizados pelo Estado não podem funcionar como instrumentos isolados de decisão, devendo permanecer submetidos aos princípios jurídicos, ao controle democrático e à possibilidade de revisão por agentes humanos. A explicabilidade dos sistemas e a abertura para fiscalização social mostraram-se elementos fundamentais para garantir confiança e segurança nas relações entre Estado e cidadãos. **Conclusão:** O estudo demonstra que a governança algorítmica constitui um elemento essencial para orientar o uso responsável de tecnologias automatizadas na Administração Pública. Embora os algoritmos ofereçam oportunidades relevantes para ampliar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos, sua utilização deve estar fundamentada em princípios democráticos, assegurando transparência, igualdade, controle e respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. A pesquisa evidencia que a adoção de sistemas automatizados pelo poder público exige a construção de modelos institucionais capazes de equilibrar inovação tecnológica e responsabilidade jurídica. A criação de mecanismos de auditoria, regulamentação, supervisão humana e participação social fortalece a legitimidade das decisões administrativas e reduz riscos relacionados à opacidade, aos vieses algorítmicos e à exclusão de determinados grupos sociais. Conclui-se que a governança algorítmica deve ser compreendida como uma ferramenta de fortalecimento do Estado Democrático de Direito, e não como substituição da atuação humana e dos princípios jurídicos que orientam a Administração Pública. O desenvolvimento de políticas públicas voltadas à transparência tecnológica, à formação dos agentes públicos e à proteção dos direitos fundamentais será indispensável para garantir que a inteligência artificial e os sistemas automatizados sejam utilizados de maneira ética, segura e comprometida com o interesse coletivo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; SOUZA, Elaine Gemima Santos de; AMARO, Ana Luzia; MC COMB, Dilani da Cruz; SEABRA, Marlon; SILVA, Ricardo Fonseca da. **Governança algorítmica e Estado Democrático de Direito: transparência, controle e legitimidade das decisões automatizadas na Administração Pública.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1053076718/Governanca-Algoritmica-e-Estado-Democratico-de-Direito. Acesso em: 12 jul. 2026.

NEUROCIÊNCIAS E ALFABETIZAÇÃO: OFICINAS LÚDICAS INCLUSIVAS COM MATERIAIS RECICLÁVEIS PARA APRENDIZAGEM ATIVA NO AEE E NAS PRÁTICAS PSICOPEDAGÓGICAS E TERAPÊUTICAS INTERDISCIPLINARES EM TEA, TOD, TDAH E DISLEXIA.

Eliana Drumond de Carvalho Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Thielle Lopes Sampaio Oliveira
Silvana Nascimento de Carvalho
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Idênis Glória Belchior
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Compreender o funcionamento do cérebro humano é reconhecer que cada estudante possui potencialidades únicas, ritmos próprios e diferentes caminhos para aprender. A Neurociência nos revela que a aprendizagem acontece por meio de conexões, experiências significativas, estímulos adequados e relações construídas com afeto, acolhimento e intencionalidade pedagógica. Nesse sentido, a alfabetização inclusiva ultrapassa a simples aquisição da leitura e da escrita, tornando-se um processo de desenvolvimento integral que envolve aspectos cognitivos, emocionais, sociais, comunicativos e motores, respeitando a singularidade de cada sujeito e valorizando suas formas próprias de construir conhecimento. Nas oficinas lúdicas inclusivas, cada material reciclável transforma-se em uma possibilidade de criação, interação, experimentação e descoberta. Objetos simples ganham novos sentidos ao serem utilizados como recursos pedagógicos capazes de estimular a atenção, a memória, a linguagem, a percepção, a coordenação motora, a criatividade, a autonomia e as funções executivas dos estudantes. A aprendizagem ativa acontece quando o estudante participa, explora, manipula, experimenta, constrói e atribui significado ao conhecimento, tornando-se protagonista do próprio processo educativo. Cada atividade planejada representa uma oportunidade de despertar habilidades, fortalecer vínculos e ampliar as possibilidades de participação no ambiente escolar. No Atendimento Educacional Especializado (AEE) e nas práticas psicopedagógicas e terapêuticas interdisciplinares, a união entre Neurociências, ludicidade e inclusão fortalece uma educação humanizada, acessível e comprometida com a diversidade. As intervenções pedagógicas baseadas em evidências possibilitam compreender as necessidades dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dislexia, favorecendo estratégias individualizadas e significativas. Cada recurso construído, cada brincadeira mediada e cada experiência compartilhada representa uma oportunidade de ampliar habilidades, superar barreiras e revelar capacidades muitas vezes invisibilizadas pelos modelos tradicionais de ensino. A inclusão acontece quando a escola reconhece que aprender não significa seguir um único caminho, mas oferecer múltiplas possibilidades para que todos possam desenvolver seus talentos e potencialidades. Educar é compreender que todos podem aprender quando encontram caminhos, recursos e oportunidades que valorizam suas singularidades. É transformar conhecimento científico em práticas pedagógicas acolhedoras, capazes de unir razão e sensibilidade, teoria e prática, ensino e afeto. A verdadeira aprendizagem nasce quando o estudante se sente pertencente, respeitado e capaz de participar ativamente da construção do seu próprio futuro. (Eliana Drumond de Carvalho Silva, 2026)

Introdução: A alfabetização constitui um processo complexo que envolve múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, incluindo aspectos cognitivos, linguísticos, motores, emocionais e sociais. Os avanços das Neurociências têm contribuído significativamente para a compreensão de como o cérebro aprende, evidenciando a importância de práticas pedagógicas que estimulem funções como atenção, memória, linguagem, percepção, motivação e funções executivas. Nesse contexto, compreender os mecanismos envolvidos na aprendizagem permite aos educadores desenvolver estratégias mais eficientes, inclusivas e alinhadas às necessidades individuais dos estudantes. No âmbito da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dislexia apresentam diferentes formas de aprender, exigindo intervenções pedagógicas adaptadas e fundamentadas em conhecimentos científicos. As oficinas lúdicas inclusivas, associadas ao uso de materiais recicláveis, constituem estratégias acessíveis para estimular habilidades cognitivas, psicomotoras, comunicativas e socioemocionais, favorecendo a participação ativa dos estudantes no processo de alfabetização. A utilização de recursos confeccionados com materiais recicláveis possibilita a construção de ambientes de aprendizagem criativos, sustentáveis e economicamente viáveis, ampliando as oportunidades de intervenção pedagógica e terapêutica. Quando articuladas às práticas psicopedagógicas e interdisciplinares, essas oficinas favorecem a interação entre diferentes profissionais, fortalecem o vínculo com os estudantes e promovem experiências significativas de aprendizagem, respeitando a diversidade e valorizando as potencialidades de cada indivíduo. **Objetivos:** Analisar as contribuições das oficinas lúdicas inclusivas, utilizando materiais recicláveis, para o desenvolvimento dos processos de alfabetização e aprendizagem ativa de estudantes atendidos pelo AEE e por práticas psicopedagógicas e terapêuticas interdisciplinares. Busca-se compreender como atividades fundamentadas nas Neurociências podem favorecer o desenvolvimento cognitivo, motor, comunicativo e socioemocional de estudantes com TEA, TOD, TDAH e dislexia. Pretende-se ainda identificar estratégias pedagógicas acessíveis que promovam a estimulação das funções cognitivas envolvidas na alfabetização, como atenção, memória, consciência fonológica, linguagem e coordenação motora. O estudo também busca evidenciar a importância da atuação colaborativa entre professores, profissionais especializados, famílias e comunidade escolar para a construção de práticas inclusivas capazes de atender às diferentes necessidades educacionais. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise de práticas interventivas relacionadas às Neurociências, alfabetização, Educação Inclusiva, AEE, Psicopedagogia e terapias interdisciplinares. Foram consultados artigos científicos, livros, documentos educacionais e estudos voltados ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas para estudantes com necessidades educacionais específicas. As intervenções analisadas envolveram oficinas lúdicas com materiais recicláveis, construção de jogos pedagógicos, atividades sensoriais, recursos visuais, materiais manipuláveis e propostas de aprendizagem ativa. As ações foram planejadas considerando as características individuais dos estudantes com TEA, TOD, TDAH e dislexia, observando aspectos relacionados à atenção, comunicação, interação social, coordenação motora, autonomia, participação e desenvolvimento das habilidades necessárias ao processo de alfabetização. **Resultados:** Os resultados evidenciaram que as oficinas lúdicas inclusivas contribuíram positivamente para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais dos estudantes participantes. A utilização de materiais recicláveis possibilitou maior envolvimento nas atividades, estimulou a criatividade, favoreceu a resolução de problemas e ampliou a motivação para aprender. Observou-se evolução na atenção, na participação, na comunicação e na interação social, especialmente quando as atividades foram adaptadas às necessidades específicas de cada estudante. Verificou-se também que a integração entre práticas pedagógicas, psicopedagógicas e terapêuticas potencializou os resultados das intervenções. A construção coletiva de recursos educativos fortaleceu a autonomia dos estudantes, promoveu

maior compreensão dos conteúdos relacionados à alfabetização e favoreceu o desenvolvimento de habilidades como reconhecimento de letras, associação entre sons e símbolos, ampliação do vocabulário, organização do pensamento e expressão emocional. **Conclusão:** A articulação entre Neurociências, alfabetização e práticas lúdicas inclusivas constitui uma estratégia eficaz para promover aprendizagens mais significativas e acessíveis. As oficinas com materiais recicláveis revelaram-se importantes ferramentas pedagógicas por possibilitarem experiências concretas, sensoriais e interativas, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes e respeitando diferentes ritmos e formas de aprendizagem. O estudo evidencia que estudantes com TEA, TOD, TDAH e dislexia podem apresentar avanços expressivos quando inseridos em ambientes educativos estruturados, acolhedores e estimulantes. A utilização de recursos adaptados, aliada à mediação qualificada dos profissionais da educação e da saúde, amplia as possibilidades de desenvolvimento das habilidades cognitivas, comunicativas, motoras e socioemocionais, fortalecendo os princípios da inclusão escolar. As experiências desenvolvidas demonstram que a integração entre Neurociências, ludicidade e práticas pedagógicas acessíveis possibilita a criação de ambientes de aprendizagem mais estimulantes, nos quais os estudantes podem desenvolver suas habilidades cognitivas, comunicativas, motoras e socioemocionais de maneira significativa. A utilização de materiais recicláveis e recursos construídos coletivamente amplia as possibilidades de intervenção pedagógica, tornando o processo educativo mais acessível, criativo e conectado às necessidades reais dos estudantes, especialmente daqueles que necessitam de apoios específicos no contexto do AEE. Além disso, destaca-se a importância da valorização do trabalho colaborativo entre professores, profissionais especializados, famílias e comunidade escolar para a consolidação de práticas inclusivas efetivas. A formação permanente dos educadores favorece a compreensão dos diferentes processos de aprendizagem e fortalece a capacidade de planejar intervenções fundamentadas nas características individuais de cada estudante. Recomenda-se que novas pesquisas aprofundem o uso de metodologias ativas, recursos sustentáveis, tecnologias assistivas e estratégias baseadas nas Neurociências, contribuindo para o aprimoramento das práticas do Atendimento Educacional Especializado e para a construção de uma educação comprometida com a participação, autonomia e desenvolvimento integral de todos os estudantes. A alfabetização inclusiva deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação pedagógica, no qual o conhecimento científico se alia à sensibilidade humana para superar barreiras e ampliar oportunidades. As práticas lúdicas e interdisciplinares demonstram que a aprendizagem pode ocorrer de diferentes formas e em diferentes ritmos, desde que sejam oferecidos estímulos adequados, mediações qualificadas e recursos que respeitem a diversidade presente nas salas de aula. Assim, promover uma educação inclusiva significa reconhecer potencialidades, valorizar singularidades e garantir que cada estudante tenha condições reais de aprender, participar e construir sua trajetória de desenvolvimento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

SILVA, Eliana Drumond de Carvalho; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; OLIVEIRA, Thielle Lopes Sampaio; CARVALHO, Silvana Nascimento de; OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima; BELCHIOR, Idênis Glória; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Neurociências e alfabetização: oficinas lúdicas inclusivas com materiais recicláveis para aprendizagem ativa no AEE e nas práticas psicopedagógicas e terapêuticas interdisciplinares em TEA, TOD, TDAH e dislexia.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1054085899/Neurociencias-e-Alfabetizacao-Oficinas-Ludicas-Inclusivas. Acesso em: 12 jul. 2026.

CONTRATOS INTELIGENTES E SEGURANÇA JURÍDICA: IMPACTOS DA AUTOMAÇÃO CONTRATUAL SOBRE AUTONOMIA DA VONTADE E EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.

Gabriel Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian
Elaine Gemima Santos de Souza
Ana Luzia Amaro dos Santos
Dilani da Cruz MC Comb
Marlon Seabra
Ricardo Fonseca da Silva

Os contratos inteligentes representam uma nova fronteira na evolução das relações jurídicas, na qual a tecnologia deixa de ser apenas uma ferramenta operacional e passa a integrar os próprios mecanismos de manifestação da vontade, execução das obrigações e garantia dos acordos firmados entre as partes. Ao unir Direito, programação computacional e tecnologias descentralizadas, como a blockchain, esses instrumentos revelam novas possibilidades para a construção de relações contratuais mais céleres, transparentes e eficientes, mas também provocam profundas reflexões sobre os limites da automação diante da complexidade das relações humanas, da interpretação jurídica e da necessidade permanente de preservação da autonomia da vontade. Compreender os impactos da automação contratual significa reconhecer que a inovação tecnológica não elimina a essência do Direito, mas exige uma ressignificação dos seus princípios fundamentais. A autonomia da vontade, a boa-fé objetiva, o equilíbrio contratual, a função social dos contratos e a proteção das partes envolvidas permanecem como pilares indispensáveis para assegurar que os avanços tecnológicos estejam alinhados à justiça, à ética e à segurança jurídica. O código pode executar cláusulas previamente estabelecidas, porém a legitimidade das relações contratuais continua vinculada à compreensão humana, à responsabilidade jurídica e à capacidade de adaptação diante das situações imprevisíveis da realidade social. A segurança jurídica no contexto dos contratos inteligentes depende da construção de uma integração equilibrada entre conhecimento jurídico e inovação tecnológica. A automação das obrigações pode reduzir conflitos, ampliar a confiabilidade das transações e proporcionar maior previsibilidade aos negócios, entretanto exige mecanismos de controle, regulamentação adequada e possibilidade de intervenção humana quando houver erros, desequilíbrios ou violações de direitos. O verdadeiro avanço não está apenas em substituir processos tradicionais por sistemas automatizados, mas em desenvolver soluções capazes de fortalecer a confiança nas relações jurídicas e garantir que a tecnologia esteja a serviço da dignidade humana. Assim, os contratos inteligentes simbolizam uma transformação profunda na forma como a sociedade celebra, executa e compreende suas obrigações, inaugurando um cenário em que Direito e tecnologia caminham juntos na busca por relações mais seguras, eficientes e transparentes. O desafio contemporâneo consiste em construir uma cultura jurídica preparada para lidar com a automação sem perder de vista os valores humanos que fundamentam o próprio Direito. A inovação somente alcançará sua verdadeira finalidade quando promover não apenas eficiência, mas também justiça, equilíbrio e proteção dos direitos daqueles que participam das novas formas de contratação digital. (Doutora Elaine Gemima Santos de Souza, 2026)

Introdução: A transformação digital das relações jurídicas tem impulsionado o desenvolvimento de novas formas de celebração, gerenciamento e execução de contratos, entre as quais se destacam os contratos inteligentes (*smart contracts*). Esses instrumentos representam uma inovação decorrente da integração entre Direito, Tecnologia da Informação e sistemas descentralizados, permitindo que determinadas cláusulas contratuais sejam programadas e executadas automaticamente conforme critérios previamente definidos pelas partes. Baseados em tecnologias como blockchain e programação computacional, os contratos inteligentes possibilitam maior eficiência operacional, redução de custos, rastreabilidade das operações e aumento da previsibilidade no cumprimento das obrigações assumidas. Ao eliminar ou reduzir a necessidade de intermediários tradicionais, essas ferramentas apresentam novas perspectivas para as relações comerciais, financeiras, administrativas e civis, promovendo maior velocidade e segurança nos processos negociais. Entretanto, a incorporação dessas tecnologias ao campo jurídico também suscita importantes discussões relacionadas à segurança jurídica, à validade dos negócios jurídicos digitais, à interpretação das manifestações de vontade e à necessidade de adequação dos instrumentos tecnológicos aos fundamentos tradicionais do Direito. A utilização dos contratos inteligentes modifica significativamente a forma como as obrigações contratuais são estabelecidas e cumpridas, pois transfere parte da execução do acordo para mecanismos automatizados baseados em códigos computacionais. Nesse contexto, a autonomia da vontade, princípio fundamental do Direito Contratual, representa a liberdade das partes em estabelecer condições, responsabilidades, direitos e deveres decorrentes de seus acordos. Contudo, quando essa manifestação de vontade é convertida em linguagem computacional, surgem novos desafios relacionados à correspondência entre a intenção humana e a lógica programada no sistema. A automatização das cláusulas contratuais pode proporcionar maior precisão no cumprimento das obrigações, mas também gera questionamentos sobre situações em que o código não consegue interpretar adequadamente circunstâncias excepcionais, mudanças imprevisíveis, desequilíbrios contratuais ou necessidades de revisão do pacto firmado. Dessa forma, torna-se necessário compreender como os princípios jurídicos tradicionais podem dialogar com a tecnologia para garantir que a autonomia privada permaneça protegida em ambientes digitais cada vez mais automatizados. A execução automática dos contratos inteligentes apresenta desafios relacionados à responsabilização jurídica em casos de falhas técnicas, erros de programação, vulnerabilidades de segurança, informações inadequadas inseridas no sistema ou interpretações equivocadas das condições contratuais. Diferentemente dos contratos tradicionais, nos quais a intervenção humana permite negociações, ajustes e interpretações diante de conflitos, os contratos automatizados possuem características de rigidez operacional que podem dificultar soluções flexíveis quando surgem situações não previstas inicialmente. Nesse sentido, a segurança jurídica não pode ser compreendida apenas como a capacidade de um sistema executar comandos automaticamente, mas como a garantia de que os direitos das partes serão preservados, mesmo diante das limitações tecnológicas. A construção de mecanismos de auditoria, supervisão humana, regulamentação específica e possibilidade de intervenção jurídica torna-se indispensável para assegurar equilíbrio entre inovação e proteção dos sujeitos envolvidos nas relações contratuais. Os contratos inteligentes apresentam oportunidades significativas para modernizar as relações jurídicas, ampliar a transparência dos negócios e fortalecer a confiança nas transações realizadas em ambientes digitais. Sua aplicação pode contribuir para a redução de conflitos, maior controle sobre o cumprimento das obrigações e otimização de processos em diferentes áreas do Direito. Entretanto, esses avanços tecnológicos exigem uma análise aprofundada sobre seus limites, impactos sociais e compatibilidade com os valores fundamentais do ordenamento jurídico. **Objetivos:** Analisar os impactos dos contratos inteligentes sobre a segurança jurídica, especialmente no que se refere à autonomia da vontade, à formação dos negócios jurídicos e à execução automatizada das obrigações contratuais. Busca-se compreender de que maneira a tecnologia blockchain e os sistemas automatizados influenciam os modelos tradicionais de contratação e quais desafios jurídicos emergem dessa transformação. Pretende-se

ainda identificar os principais benefícios e riscos associados à utilização dos contratos inteligentes, avaliando aspectos relacionados à validade jurídica, responsabilidade dos envolvidos, possibilidade de revisão contratual e proteção dos direitos das partes. O estudo busca contribuir para a reflexão sobre a necessidade de adequação do Direito às novas tecnologias, preservando seus fundamentos essenciais diante da crescente automação das relações negociais. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Foram utilizados livros, artigos científicos, legislações, estudos acadêmicos e documentos relacionados ao Direito Contratual, Direito Digital, blockchain, inteligência artificial, automação jurídica e segurança das relações negociais. A metodologia adotada envolveu análise interdisciplinar entre Direito e Tecnologia, considerando aspectos jurídicos, econômicos e computacionais relacionados aos contratos inteligentes. Foram examinados princípios contratuais tradicionais, mecanismos de funcionamento dos sistemas automatizados, desafios regulatórios e possibilidades de aplicação prática desses instrumentos em diferentes áreas das relações jurídicas. **Resultados:** Os contratos inteligentes apresentam potencial para ampliar a eficiência, a transparência e a segurança das relações contratuais, especialmente devido à capacidade de registrar operações de forma imutável, automatizar procedimentos e reduzir conflitos relacionados ao cumprimento das obrigações. A execução automática das cláusulas pode proporcionar maior previsibilidade e celeridade, contribuindo para a modernização dos negócios jurídicos. Entretanto, constatou-se que a automação contratual também apresenta desafios relevantes, principalmente relacionados à interpretação da vontade das partes, à correção de erros no código, à responsabilização por falhas tecnológicas e à necessidade de mecanismos de revisão contratual. A pesquisa demonstrou que a segurança jurídica não depende apenas da eficiência tecnológica, mas também da existência de regulamentação adequada, supervisão humana e preservação dos princípios fundamentais do Direito Contratual. **Conclusão:** Os contratos inteligentes representam uma importante inovação no campo jurídico, possibilitando novas formas de celebração e execução das obrigações por meio da automação tecnológica. Contudo, sua implementação exige uma análise cuidadosa dos impactos sobre a autonomia da vontade, considerando que a programação computacional não substitui completamente a complexidade das relações humanas e das interpretações jurídicas. A pesquisa evidencia que a integração entre tecnologia e Direito deve ocorrer de maneira equilibrada, garantindo que os benefícios da automação contratual sejam acompanhados por mecanismos de proteção jurídica, transparência e controle. A adoção de contratos inteligentes precisa respeitar princípios como boa-fé, equilíbrio contratual, função social dos contratos e proteção dos direitos das partes envolvidas, evitando que a rigidez dos códigos automatizados comprometa a justiça contratual. Conclui-se que os contratos inteligentes representam uma evolução significativa das práticas negociais, mas sua consolidação depende do desenvolvimento de modelos regulatórios capazes de harmonizar inovação tecnológica e segurança jurídica. O futuro das relações contratuais exigirá profissionais preparados para compreender tanto os fundamentos jurídicos quanto as possibilidades tecnológicas, promovendo uma integração responsável entre Direito e inovação digital.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; SOUZA, Elaine Gemima Santos de; SANTOS, Ana Luzia Amaro dos; MC COMB, Dilani da Cruz; SEABRA, Marlon; SILVA, Ricardo Fonseca da. **Contratos inteligentes e segurança jurídica: impactos da automação contratual sobre autonomia da vontade e execução das obrigações.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1054453060/Contratos-Inteligentes-e-Seguranca-Juridica. Acesso em: 12 jul. 2026.

EDUCAÇÃO JURÍDICA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: NOVAS COMPETÊNCIAS PARA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DO DIREITO NO SÉCULO XXI.

Gabriel Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian
Elaine Gemima Santos de Souza
Dimar Monteiro Sanca
Ana Luzia Amaro dos Santos
Dilani da Cruz MC Comb
Marlon Seabra
Ricardo Fonseca da Silva

Introdução: A transformação digital tem provocado mudanças profundas nas estruturas sociais, econômicas e institucionais, impactando diretamente o modo como o Direito é produzido, interpretado e aplicado. O avanço de tecnologias como Inteligência Artificial, análise de dados, automação de processos, plataformas digitais e sistemas inteligentes tem modificado as práticas jurídicas tradicionais, exigindo uma reformulação da formação acadêmica dos futuros profissionais do Direito. A educação jurídica precisa ultrapassar os modelos convencionais baseados exclusivamente na memorização de normas e doutrinas, incorporando competências tecnológicas, éticas e interdisciplinares capazes de preparar juristas para os desafios da sociedade digital. A formação do profissional do Direito no século XXI demanda o desenvolvimento de novas habilidades relacionadas ao uso estratégico das tecnologias, à análise crítica de informações digitais, à proteção de dados, à segurança da informação e à compreensão dos impactos sociais da inovação tecnológica. O advogado, magistrado, defensor, promotor e demais profissionais jurídicos passam a atuar em ambientes cada vez mais mediados por ferramentas digitais, nas quais a capacidade de interpretar dados, compreender sistemas automatizados e dialogar com áreas tecnológicas torna-se essencial para uma atuação eficiente e responsável. A educação jurídica assume papel fundamental na construção de profissionais preparados para equilibrar inovação e valores jurídicos fundamentais. A transformação digital não representa apenas uma mudança instrumental, mas uma alteração na própria cultura jurídica, exigindo novas metodologias de ensino, atualização curricular e práticas pedagógicas que estimulem pensamento crítico, resolução de problemas, criatividade e responsabilidade ética. Assim, repensar a formação jurídica significa preparar profissionais capazes de utilizar a tecnologia como instrumento de promoção da justiça, da cidadania e da efetividade dos direitos fundamentais. **Objetivos:** Analisar os impactos da transformação digital na educação jurídica, investigando as novas competências necessárias para a formação do profissional do Direito no século XXI. Busca-se compreender como as tecnologias emergentes influenciam as práticas jurídicas e quais conhecimentos, habilidades e atitudes devem ser incorporados aos processos de ensino e aprendizagem nos cursos de Direito. Pretende-se ainda identificar estratégias pedagógicas e curriculares capazes de promover uma formação jurídica mais alinhada às demandas contemporâneas, considerando aspectos relacionados à inovação tecnológica, ética digital, inteligência artificial, proteção de dados, pensamento crítico e interdisciplinaridade. O estudo busca evidenciar a importância da adaptação das instituições de ensino jurídico diante das mudanças provocadas pela sociedade digital. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Foram utilizados livros, artigos científicos, legislações, documentos institucionais e estudos acadêmicos relacionados à educação jurídica, transformação digital, Direito Digital, inteligência artificial, inovação tecnológica e formação profissional. A metodologia adotada baseou-se em uma abordagem interdisciplinar, considerando contribuições

das áreas do Direito, Educação, Tecnologia da Informação e Ciências Sociais. Foram analisados os desafios enfrentados pelas instituições de ensino jurídico, as competências emergentes para o profissional do Direito e as possibilidades de implementação de metodologias inovadoras, ambientes digitais de aprendizagem e práticas educacionais voltadas à formação de juristas preparados para a realidade contemporânea. **Resultados:** A transformação digital exige uma mudança significativa na formação tradicional dos profissionais do Direito, ampliando a necessidade de competências relacionadas ao domínio tecnológico, pensamento analítico, gestão de informações digitais e compreensão dos impactos éticos das novas tecnologias. Observou-se que profissionais jurídicos capazes de integrar conhecimentos jurídicos e tecnológicos apresentam melhores condições para atuar em ambientes marcados pela automação, digitalização de processos e utilização crescente de sistemas inteligentes. Verificou-se também que as instituições de ensino jurídico precisam promover atualizações curriculares, incentivar metodologias ativas e ampliar espaços de aprendizagem interdisciplinar. Estratégias como estudos de caso envolvendo tecnologia, simulações digitais, projetos colaborativos e integração com outras áreas do conhecimento podem contribuir para uma formação mais dinâmica, crítica e conectada às necessidades da sociedade contemporânea. **Conclusão:** A transformação digital representa um dos maiores desafios e oportunidades para a educação jurídica contemporânea, exigindo uma revisão dos modelos tradicionais de formação profissional. O profissional do Direito do século XXI precisa desenvolver não apenas conhecimento técnico das normas jurídicas, mas também competências digitais, capacidade de adaptação, pensamento crítico e compreensão dos impactos sociais e éticos das tecnologias emergentes. A pesquisa demonstra que a inovação tecnológica não substitui a essência humanística do Direito, mas amplia as possibilidades de atuação dos profissionais que estejam preparados para utilizar novas ferramentas de forma responsável. A formação jurídica deve permanecer comprometida com princípios como justiça, ética, cidadania e proteção dos direitos fundamentais, incorporando a tecnologia como instrumento de aprimoramento das práticas jurídicas e do acesso à justiça. Conclui-se que a educação jurídica precisa acompanhar as transformações da sociedade digital, promovendo uma formação mais ampla, interdisciplinar e inovadora. Investir na capacitação tecnológica de estudantes e profissionais do Direito, na atualização dos currículos acadêmicos e no desenvolvimento de novas metodologias de ensino constitui um caminho essencial para formar juristas preparados para os desafios do século XXI, capazes de unir conhecimento jurídico, competência digital e compromisso social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; SOUZA, Elaine Gemima Santos de; SANCA, Dimar Monteiro; SANTOS, Ana Luzia Amaro dos; MC COMB, Dilani da Cruz; SEABRA, Marlon; SILVA, Ricardo Fonseca da. **Educação jurídica e transformação digital: novas competências para formação do profissional do Direito no século XXI.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1054487002/Educacao-Juridica-e-Transformacao-Digital. Acesso em: 12 jul. 2026.

COSMOLOGIA AFRICANA E INTERCULTURALIDADE: PERSPECTIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.

Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A cosmologia africana representa um conjunto amplo de saberes, valores, tradições, formas de interpretação do mundo e modos de compreender a relação entre seres humanos, natureza, ancestralidade e espiritualidade. Diferentemente de perspectivas fragmentadas que historicamente reduziram os conhecimentos africanos a aspectos folclóricos ou culturais isolados, as cosmologias africanas constituem sistemas complexos de produção de conhecimento, fundamentados na coletividade, na oralidade, na memória ancestral e na integração entre dimensões materiais e simbólicas da existência humana. Reconhecer esses saberes no campo educacional significa ampliar as possibilidades de compreensão da diversidade epistemológica presente na sociedade. A interculturalidade surge como uma perspectiva essencial para promover o diálogo entre diferentes culturas, conhecimentos e experiências históricas, possibilitando a construção de práticas educativas mais democráticas e inclusivas. Nesse sentido, a valorização da cosmologia africana contribui para superar visões eurocêntricas que tradicionalmente ocuparam posição predominante nos espaços acadêmicos e escolares, permitindo que outros modos de compreender o mundo sejam reconhecidos como legítimos produtores de conhecimento. A inserção desses saberes fortalece a identidade cultural, promove o respeito à diversidade e contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade social. No contexto educacional contemporâneo, discutir cosmologia africana e interculturalidade significa compreender a importância de uma educação comprometida com a justiça social, o combate ao racismo e a valorização das múltiplas formas de conhecimento. A abordagem intercultural possibilita a construção de espaços de aprendizagem nos quais diferentes narrativas históricas, culturais e epistemológicas possam dialogar, favorecendo uma formação humana integral. Dessa forma, o estudo das cosmologias africanas amplia as perspectivas sobre conhecimento, identidade e pertencimento, fortalecendo práticas pedagógicas que reconhecem a pluralidade cultural como elemento fundamental da sociedade. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da cosmologia africana para a construção do conhecimento em uma perspectiva intercultural, investigando seus fundamentos, valores e possibilidades de inserção nos processos educativos. Busca-se compreender como esses saberes podem contribuir para ampliar as concepções tradicionais de conhecimento e fortalecer práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade cultural. Pretende-se ainda identificar caminhos para promover o diálogo entre diferentes formas de saber, destacando a importância da interculturalidade na construção de uma educação antirracista, inclusiva e socialmente comprometida. O estudo busca evidenciar a relevância dos conhecimentos africanos como elementos fundamentais para a formação cidadã, o reconhecimento das identidades culturais e a promoção de relações mais equitativas nos espaços educativos. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise de produções acadêmicas relacionadas à cosmologia africana, interculturalidade, educação, história e estudos culturais. Foram consultados livros, artigos científicos, documentos educacionais e referenciais teóricos que abordam os saberes

africanos, as relações étnico-raciais e as práticas pedagógicas interculturais. A metodologia adotada fundamentou-se em uma abordagem interdisciplinar, envolvendo contribuições das áreas da Educação, Antropologia, História, Filosofia e Ciências Sociais. A análise considerou aspectos relacionados à oralidade, ancestralidade, identidade cultural, memória coletiva e produção de conhecimentos, buscando compreender como esses elementos podem contribuir para práticas educativas comprometidas com a diversidade e com o reconhecimento de diferentes epistemologias. **Resultados:** A valorização da cosmologia africana no campo educacional contribui para ampliar as perspectivas sobre conhecimento, cultura e aprendizagem. A incorporação desses saberes possibilita o reconhecimento de diferentes formas de interpretar a realidade, fortalece identidades culturais e promove maior participação de estudantes pertencentes a diferentes grupos sociais. Observou-se que práticas pedagógicas interculturais favorecem o desenvolvimento do respeito, da empatia e da compreensão sobre a pluralidade humana. Verificou-se também que a abordagem da cosmologia africana contribui para o enfrentamento de práticas discriminatórias e para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. A inserção desses conhecimentos nos currículos escolares possibilita a desconstrução de estereótipos, amplia o repertório cultural dos estudantes e fortalece uma visão de mundo baseada no diálogo entre diferentes tradições e formas de produção do saber. **Conclusão:** O estudo demonstra que a cosmologia africana constitui uma importante fonte de conhecimento e reflexão para a construção de uma educação intercultural comprometida com a valorização da diversidade. Seus princípios relacionados à ancestralidade, coletividade, equilíbrio e integração entre humanidade e natureza oferecem contribuições significativas para ampliar as formas de compreender o processo educativo e a produção do conhecimento. A pesquisa evidencia que a interculturalidade representa um caminho fundamental para promover relações mais respeitosas entre diferentes culturas e epistemologias. A inclusão dos saberes africanos nos espaços educacionais fortalece práticas pedagógicas antirracistas, favorece o reconhecimento das identidades culturais e possibilita a construção de ambientes escolares mais democráticos, nos quais diferentes vozes possam ser valorizadas. Conclui-se que reconhecer a cosmologia africana como uma perspectiva legítima de construção do conhecimento é essencial para promover uma educação mais plural, humanizada e socialmente justa. Investir na formação docente, na revisão curricular e no desenvolvimento de práticas interculturais constitui uma estratégia indispensável para garantir que a escola seja um espaço de valorização das diferenças, diálogo entre saberes e formação de cidadãos conscientes da riqueza cultural presente na sociedade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

FREITAS, Marcos Aurelio dos Santos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Cosmologia africana e interculturalidade: perspectivas para a construção do conhecimento.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1054555985/Cosmologia-Africana-e-Interculturalidade. Acesso em: 12 jul. 2026.

HIPERCONECTIVIDADE, INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL: ESTUDO DE CASO SOBRE OS IMPACTOS EDUCACIONAIS, COGNITIVOS, EMOCIONAIS E SOCIAIS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM INFANTIL.

Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Thielle Lopes Sampaio Oliveira
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Idênis Glória Belchior

Introdução: A expansão das tecnologias digitais tem transformado profundamente as formas de comunicação, interação social e construção do conhecimento, influenciando diretamente as experiências vivenciadas pelas crianças desde os primeiros anos de vida. O fenômeno da hiperconectividade, caracterizado pelo acesso frequente e intenso a dispositivos digitais, plataformas virtuais e ambientes mediados por tecnologia, apresenta novas possibilidades para a aprendizagem infantil, mas também desperta importantes discussões sobre seus impactos no desenvolvimento integral da criança. Nesse contexto, torna-se essencial compreender como as tecnologias podem ser utilizadas de maneira equilibrada, educativa e responsável, considerando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos. A infância é uma etapa fundamental para o desenvolvimento das funções cognitivas, da linguagem, da criatividade, da autonomia, das relações afetivas e das habilidades socioemocionais. O contato com recursos digitais pode favorecer experiências de aprendizagem interativas, ampliar o acesso a informações e estimular diferentes formas de expressão e participação. Entretanto, o uso excessivo ou inadequado das tecnologias pode ocasionar desafios relacionados à atenção, autorregulação emocional, interação social, qualidade das relações familiares e equilíbrio entre atividades digitais e experiências presenciais. A mediação dos adultos e a intencionalidade pedagógica tornam-se elementos indispensáveis para que a tecnologia contribua positivamente para o desenvolvimento infantil. No campo educacional, a integração das tecnologias digitais exige uma reflexão crítica sobre práticas pedagógicas, metodologias de ensino e formação dos profissionais da educação. A escola possui papel estratégico na construção de uma cultura digital consciente, promovendo o uso das ferramentas tecnológicas como recursos de aprendizagem, criatividade e inclusão. Assim, investigar os impactos da hiperconectividade na infância possibilita compreender desafios e oportunidades relacionados ao uso das tecnologias digitais, contribuindo para a elaboração de estratégias educativas que valorizem o desenvolvimento integral e o bem-estar das crianças. **Objetivos:** Analisar os impactos da hiperconectividade no desenvolvimento infantil, considerando suas influências nos processos educacionais, cognitivos, emocionais e sociais das crianças. Busca-se compreender como as tecnologias digitais interferem nas experiências de aprendizagem e quais fatores podem favorecer uma relação saudável, equilibrada e produtiva entre infância e recursos tecnológicos. Pretende-se ainda identificar estratégias pedagógicas e familiares que possibilitem o uso consciente das tecnologias digitais, destacando a importância da mediação dos adultos, da organização do tempo de tela e da criação de ambientes educativos que estimulem criatividade, interação, autonomia e desenvolvimento socioemocional. O estudo

busca contribuir para reflexões sobre práticas educacionais mais adequadas às demandas da sociedade digital contemporânea. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise de estudos relacionados à infância, desenvolvimento humano, tecnologias digitais, educação e processos cognitivos. Foram utilizados referenciais teóricos e produções científicas que abordam os efeitos da hiperconectividade no comportamento infantil, na aprendizagem e nas relações sociais estabelecidas pelas crianças. A metodologia adotada envolveu análise interdisciplinar, considerando contribuições das áreas da Educação, Psicologia, Neurociências, Tecnologia e Desenvolvimento Infantil. Foram investigados aspectos relacionados ao uso de dispositivos digitais, práticas pedagógicas mediadas por tecnologia, desenvolvimento das habilidades cognitivas e emocionais, além da importância da participação da família e da escola na construção de hábitos digitais equilibrados. **Resultados:** As tecnologias digitais podem representar importantes ferramentas para ampliar as possibilidades de aprendizagem infantil quando utilizadas com planejamento, objetivos pedagógicos definidos e acompanhamento adequado. Recursos digitais interativos podem estimular a curiosidade, criatividade, resolução de problemas, colaboração e desenvolvimento de diferentes habilidades cognitivas, favorecendo experiências educativas mais dinâmicas e significativas. Entretanto, observou-se que a hiperconectividade sem mediação adequada pode gerar desafios relacionados à redução das interações presenciais, dificuldades de concentração, dependência de estímulos digitais e impactos no desenvolvimento socioemocional. Os resultados destacam que o equilíbrio entre experiências digitais e atividades concretas, brincadeiras, convivência familiar e interação social é fundamental para garantir um desenvolvimento infantil saudável e integral. **Conclusão:** A análise realizada demonstra que a hiperconectividade é uma característica marcante da sociedade contemporânea e exerce influência significativa sobre a infância e os processos de aprendizagem. As tecnologias digitais apresentam potencial educativo relevante, porém seus benefícios dependem da forma como são utilizadas, da qualidade dos conteúdos acessados e da presença de mediações responsáveis por parte dos adultos. A pesquisa evidencia que família e escola possuem papel essencial na orientação das crianças diante dos desafios do mundo digital. A construção de uma educação tecnológica consciente exige práticas que estimulem o pensamento crítico, a autonomia, a criatividade e o equilíbrio emocional, evitando que o uso excessivo das tecnologias comprometa experiências fundamentais para o desenvolvimento humano. Conclui-se que promover uma relação saudável entre infância e tecnologia requer compreender as ferramentas digitais como recursos complementares ao desenvolvimento integral, e não como substitutos das interações humanas, das brincadeiras e das experiências concretas. Investir na formação docente, na orientação familiar e em políticas educacionais voltadas à cultura digital constitui um caminho fundamental para garantir que as tecnologias contribuam para uma infância mais criativa, inclusiva, participativa e preparada para os desafios do século XXI.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

SANTOS, Cíntia Aparecida Nogueira dos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; OLIVEIRA, Thielle Lopes Sampaio; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho; BELCHIOR, Idênis Glória. **Hiperconectividade, infância e desenvolvimento integral: estudo de caso sobre os impactos educacionais, cognitivos, emocionais e sociais das tecnologias digitais no processo de aprendizagem infantil.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1054893662/Hiperconectividade-Infancia-e-Desenvolvimento-Integral. Acesso em: 12 jul. 2026.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS, TECNOLOGIAS ASSISTIVAS, INCLUSÃO EDUCACIONAL, ESTUDO DE CASO E PROMOÇÃO DA AUTONOMIA COMUNICATIVA.

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Idênis Glória Belchior

Introdução: A comunicação constitui um dos principais elementos para o desenvolvimento humano, pois possibilita a expressão de necessidades, sentimentos, pensamentos e interações sociais. No contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), algumas pessoas podem apresentar dificuldades relacionadas à comunicação verbal, interação social e compreensão de determinados estímulos, tornando essencial a utilização de estratégias, recursos e tecnologias que favoreçam novas formas de expressão. Nesse cenário, a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) destaca-se como uma importante abordagem para ampliar as possibilidades comunicativas, promovendo participação, autonomia e inclusão nos diferentes ambientes sociais e educacionais. O avanço das tecnologias digitais e da Inteligência Artificial (IA) tem ampliado as possibilidades de desenvolvimento de sistemas pedagógicos acessíveis e ferramentas assistivas voltadas às necessidades específicas de estudantes com TEA. Recursos inteligentes, aplicativos educativos, sistemas de reconhecimento de padrões, plataformas adaptativas e ferramentas de personalização da aprendizagem podem contribuir para a criação de ambientes mais inclusivos, capazes de respeitar diferentes ritmos, estilos de aprendizagem e formas de comunicação. A integração entre IA, Educação Especial e práticas pedagógicas inclusivas representa uma oportunidade para fortalecer a autonomia comunicativa e favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse contexto, torna-se fundamental investigar como a Inteligência Artificial pode contribuir para aprimorar os recursos de Comunicação Alternativa, tornando-os mais acessíveis, personalizados e eficientes. A utilização dessas tecnologias deve estar associada a práticas pedagógicas humanizadas, mediação profissional qualificada e compreensão das singularidades de cada estudante. Assim, o desenvolvimento de sistemas pedagógicos acessíveis não deve ser compreendido apenas como uma inovação tecnológica, mas como uma estratégia de inclusão educacional, participação social e garantia do direito à comunicação para pessoas com TEA. **Objetivos:** Analisar as contribuições da Inteligência Artificial aplicada à Comunicação Alternativa no contexto do Transtorno do Espectro Autista, investigando como sistemas pedagógicos acessíveis e tecnologias assistivas podem favorecer o desenvolvimento da autonomia comunicativa, da aprendizagem e da participação social dos estudantes. Busca-se ainda identificar possibilidades de utilização de ferramentas digitais inteligentes no planejamento de práticas inclusivas, considerando aspectos relacionados à personalização dos recursos, acessibilidade, interação pedagógica e desenvolvimento das habilidades comunicativas. O estudo pretende evidenciar a importância da articulação entre tecnologia, Educação Especial e formação profissional para a construção de ambientes

educacionais mais inclusivos. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise de estudos relacionados à Inteligência Artificial, Comunicação Alternativa e Aumentativa, Tecnologia Assistiva, Educação Inclusiva e Transtorno do Espectro Autista. Foram utilizados referenciais científicos e documentos educacionais voltados ao desenvolvimento de recursos tecnológicos acessíveis e estratégias pedagógicas inclusivas. A metodologia adotada envolveu uma abordagem interdisciplinar, considerando contribuições das áreas da Educação, Neurociências, Tecnologia da Informação, Psicopedagogia e Educação Especial. Foram analisados recursos digitais, sistemas de comunicação alternativa, ferramentas baseadas em inteligência artificial e práticas pedagógicas aplicadas ao atendimento de estudantes com TEA, observando aspectos relacionados à comunicação, autonomia, interação social e aprendizagem. **Resultados:** A utilização de tecnologias assistivas associadas à Inteligência Artificial apresenta potencial significativo para ampliar as possibilidades comunicativas de estudantes com TEA. Sistemas personalizados, recursos visuais interativos, aplicativos de comunicação e ferramentas adaptativas podem favorecer a expressão de desejos, sentimentos e necessidades, contribuindo para maior independência e participação nos contextos escolar, familiar e social. Observou-se também que a integração entre IA e Comunicação Alternativa possibilita práticas pedagógicas mais individualizadas, permitindo que professores e profissionais especializados desenvolvam estratégias ajustadas às características e potencialidades de cada estudante. Os recursos tecnológicos analisados demonstraram contribuir para o fortalecimento da inclusão educacional, desde que utilizados com planejamento, acompanhamento profissional e respeito às particularidades de cada pessoa com autismo. **Conclusão:** A Inteligência Artificial aplicada à Comunicação Alternativa representa uma importante possibilidade de inovação na Educação Especial, oferecendo recursos capazes de ampliar as formas de comunicação e favorecer a autonomia de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. A tecnologia, quando associada a práticas pedagógicas humanizadas, pode atuar como uma ferramenta de mediação entre o estudante, o conhecimento e o ambiente social, fortalecendo processos de aprendizagem e participação. A pesquisa demonstra que o desenvolvimento de sistemas pedagógicos acessíveis exige uma visão interdisciplinar, envolvendo educadores, profissionais especializados, desenvolvedores de tecnologia, famílias e a própria pessoa com TEA. A construção de soluções inclusivas deve considerar não apenas aspectos técnicos, mas também dimensões afetivas, sociais e educacionais, garantindo que os recursos tecnológicos estejam verdadeiramente a serviço da inclusão e da qualidade de vida. Conclui-se que a união entre Inteligência Artificial, Comunicação Alternativa e Tecnologia Assistiva representa um caminho promissor para promover maior acessibilidade, autonomia comunicativa e inclusão educacional. Investir em pesquisas, formação profissional e desenvolvimento de ferramentas digitais acessíveis é fundamental para construir uma educação mais equitativa, na qual cada estudante tenha suas potencialidades reconhecidas e oportunidades reais de participação e aprendizagem.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

DEMO, Giane; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima; SILVA, Eliana Drumond de Carvalho; BELCHIOR, Idênis Glória. **Inteligência artificial e comunicação alternativa no transtorno do espectro autista: desenvolvimento de sistemas pedagógicos acessíveis, tecnologias assistivas, inclusão educacional, estudo de caso e promoção da autonomia comunicativa.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1055271311/Inteligencia-Artificial-e-Comunicacao-Alternativa-No-Transtorno-Do-Espectro-Autista. Acesso em: 12 jul. 2026.

JOGOS LÚDICOS, NEURODESENVOLVIMENTO E AUTISMO: APLICAÇÕES DO TEACCH, ABA, COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA, INTEGRAÇÃO SENSORIAL E METODOLOGIAS ATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS E AUTONOMIA EM ESTUDANTES COM TEA NÍVEIS 1, 2 E 3.

Rita Cristina Guimarães Almeida
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por uma diversidade de manifestações relacionadas à comunicação, interação social, comportamento, processamento sensorial e desenvolvimento das habilidades adaptativas. Considerando essa diversidade, torna-se fundamental a construção de práticas educacionais individualizadas, capazes de respeitar as singularidades dos estudantes e favorecer o desenvolvimento integral. Os jogos lúdicos apresentam-se como importantes recursos pedagógicos, pois possibilitam experiências de aprendizagem significativas, estimulam habilidades cognitivas e promovem maior envolvimento dos estudantes nas atividades propostas. O neurodesenvolvimento envolve processos complexos relacionados à aquisição de competências cognitivas, motoras, comunicativas e socioemocionais, sendo influenciado pelas experiências, interações sociais e estímulos ambientais. Para estudantes com TEA nos níveis de suporte 1, 2 e 3, estratégias fundamentadas em evidências, como o modelo TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados à Comunicação), a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), a Integração Sensorial e as metodologias ativas, podem contribuir para ampliar a autonomia, a participação e a aprendizagem. A utilização de jogos lúdicos associados às abordagens terapêuticas e pedagógicas possibilita a criação de ambientes estruturados, motivadores e acessíveis. Os recursos lúdicos favorecem a organização da rotina, a compreensão de conceitos, o desenvolvimento da comunicação, a regulação emocional e a interação social. Assim, investigar as contribuições dessas estratégias torna-se essencial para fortalecer práticas inclusivas que valorizem as potencialidades dos estudantes com TEA e promovam uma educação baseada no respeito à diversidade. **Objetivos:** Analisar as contribuições dos jogos lúdicos associados às estratégias de neurodesenvolvimento para estudantes com Transtorno do Espectro Autista nos níveis de suporte 1, 2 e 3. Busca-se compreender como a aplicação de metodologias baseadas em TEACCH, ABA, Comunicação Alternativa, Integração Sensorial e metodologias ativas pode favorecer o desenvolvimento de competências cognitivas, comunicativas, sociais e adaptativas. Pretende-se ainda identificar possibilidades de utilização dos jogos pedagógicos como instrumentos de intervenção educacional e terapêutica, considerando as necessidades individuais dos estudantes. O estudo busca evidenciar a importância de práticas planejadas, acessíveis e interdisciplinares para ampliar a autonomia, a participação escolar e a qualidade dos processos de aprendizagem de pessoas com TEA. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise de estudos relacionados ao autismo, neurodesenvolvimento, jogos lúdicos, metodologias inclusivas e intervenções baseadas em evidências. Foram analisadas produções científicas, referenciais teóricos e documentos relacionados às práticas educacionais e terapêuticas voltadas aos estudantes com TEA. A metodologia adotada envolveu uma abordagem

interdisciplinar, considerando contribuições das áreas da Educação Especial, Psicopedagogia, Neurociências, Terapia Ocupacional e Análise do Comportamento. Foram observadas estratégias envolvendo jogos estruturados, recursos visuais, atividades sensoriais, sistemas de comunicação alternativa e propostas pedagógicas ativas, considerando diferentes níveis de suporte e necessidades específicas dos estudantes. **Resultados:** Os jogos lúdicos constituem ferramentas importantes para estimular o desenvolvimento global de estudantes com TEA, favorecendo habilidades como atenção, memória, linguagem, coordenação motora, interação social e resolução de problemas. Quando associados a estratégias como TEACCH e ABA, os jogos possibilitam maior organização das atividades, previsibilidade das ações e reforço de comportamentos funcionais, contribuindo para a construção da autonomia. Observou-se também que a Comunicação Alternativa, a Integração Sensorial e as metodologias ativas ampliam as possibilidades de participação dos estudantes, especialmente daqueles que apresentam maiores desafios comunicativos e comportamentais. A utilização de recursos adaptados e experiências práticas favorece a aprendizagem significativa, permitindo que cada estudante desenvolva competências conforme seu ritmo, suas potencialidades e suas formas particulares de interação com o ambiente. **Conclusão:** O estudo demonstra que a integração entre jogos lúdicos, neurodesenvolvimento e metodologias baseadas em evidências representa uma estratégia relevante para promover a inclusão e o desenvolvimento integral de estudantes com TEA. As atividades lúdicas, quando planejadas com intencionalidade pedagógica e fundamentação científica, possibilitam experiências de aprendizagem mais acessíveis, motivadoras e significativas. A aplicação articulada do TEACCH, ABA, Comunicação Alternativa, Integração Sensorial e metodologias ativas fortalece uma abordagem interdisciplinar, capaz de atender às diferentes necessidades dos estudantes nos níveis de suporte 1, 2 e 3. Essas estratégias contribuem para ampliar a comunicação, favorecer a autonomia, desenvolver habilidades sociais e promover maior participação nos ambientes escolar, familiar e comunitário.Conclui-se que investir em recursos lúdicos inclusivos, formação profissional continuada e práticas pedagógicas individualizadas constitui um caminho essencial para garantir uma educação mais equitativa e humanizada para pessoas com TEA. A construção de ambientes educativos acessíveis, aliados ao conhecimento científico e à valorização das singularidades, possibilita que cada estudante desenvolva suas competências e conquiste progressivamente maior autonomia e qualidade de vida.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

ALMEIDA, Rita Cristina Guimarães; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Jogos lúdicos, neurodesenvolvimento e autismo: aplicações do TEACCH, ABA, comunicação alternativa, integração sensorial e metodologias ativas para a construção de competências e autonomia em estudantes com TEA níveis 1, 2 e 3.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1055568020/Jogos-Ludicos-Neurodesenvolvimento-e-Autismo-Books. Acesso em: 12 jul. 2026.

DESENHO INFANTIL E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS: INTERFACES ENTRE PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO, ARTETERAPIA E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS INCLUSIVOS.

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Giane Demo
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: O desenho infantil constitui uma das primeiras formas de expressão simbólica da criança, possibilitando a comunicação de sentimentos, experiências, percepções e modos particulares de compreender o mundo. Antes mesmo do domínio da linguagem escrita, a criança utiliza traços, cores, formas e representações gráficas como instrumentos de interação e construção de significados. Dessa maneira, o desenho ultrapassa a dimensão estética e assume importante função no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e comunicativo, tornando-se um recurso relevante para compreender processos de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Na interface entre Psicologia, Educação e Arteterapia, o desenho infantil é compreendido como uma manifestação subjetiva que revela aspectos relacionados à imaginação, memória, afetividade, identidade e relações estabelecidas pela criança com seu ambiente. A análise e valorização dessas produções permitem aos educadores e profissionais compreenderem diferentes formas de expressão, respeitando ritmos, singularidades e potencialidades individuais. No contexto educacional inclusivo, o desenho torna-se ainda mais significativo por oferecer possibilidades de participação para crianças com diferentes formas de comunicação e aprendizagem. A elaboração de materiais didáticos inclusivos a partir das produções infantis amplia as oportunidades de aprendizagem significativa e favorece práticas pedagógicas mais humanizadas. Recursos construídos considerando os interesses, experiências e formas de expressão das crianças contribuem para o desenvolvimento da criatividade, autonomia e pertencimento. Investigar as relações entre desenho infantil, construção de sentidos e práticas inclusivas representa uma importante contribuição para fortalecer uma educação que reconhece a diversidade e valoriza cada criança como sujeito ativo no processo de aprendizagem. **Objetivos:** Analisar o desenho infantil como instrumento de construção de sentidos e expressão do desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, considerando suas contribuições para as áreas da Psicologia, Educação e Arteterapia. Busca-se compreender como as representações gráficas infantis podem revelar processos de aprendizagem, comunicação e interação com o mundo. Pretende-se ainda identificar possibilidades de utilização do desenho infantil na elaboração de materiais didáticos inclusivos, destacando sua importância como recurso pedagógico capaz de favorecer a participação, criatividade e autonomia dos estudantes. O estudo busca evidenciar práticas educativas que valorizem as múltiplas formas de expressão e respeitem as singularidades presentes no ambiente escolar. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise de estudos relacionados ao desenho infantil, desenvolvimento humano, Psicologia da Educação, Arteterapia, inclusão escolar e práticas pedagógicas. Foram utilizados referenciais teóricos e produções científicas que discutem a importância da expressão gráfica no desenvolvimento integral da criança. A metodologia adotada fundamentou-se em uma abordagem interdisciplinar, envolvendo contribuições das áreas da Psicologia, Educação, Arte e Educação Especial. Foram analisadas estratégias de utilização do desenho como recurso de

observação, intervenção pedagógica e criação de materiais didáticos inclusivos, considerando aspectos relacionados à comunicação, criatividade, desenvolvimento emocional e construção de conhecimentos. **Resultados:** O desenho infantil representa uma ferramenta significativa para compreender aspectos do desenvolvimento da criança, possibilitando a identificação de sentimentos, interesses, conhecimentos prévios e formas particulares de interpretar a realidade. A utilização do desenho em práticas educativas favorece a expressão individual, estimula a criatividade e fortalece processos cognitivos relacionados à imaginação, memória e resolução de problemas. Observou-se também que a integração entre desenho infantil, arteterapia e práticas pedagógicas inclusivas contribui para a criação de ambientes de aprendizagem mais acolhedores e participativos. A elaboração de materiais didáticos baseados nas produções das próprias crianças amplia o vínculo entre aprendizagem e experiência, favorecendo maior envolvimento dos estudantes e valorização de suas diferentes formas de expressão e comunicação. **Conclusão:** O estudo demonstra que o desenho infantil constitui um importante recurso para compreender e estimular o desenvolvimento integral da criança, possibilitando diálogos entre Psicologia, Educação e Arteterapia. Por meio das produções gráficas, a criança expressa pensamentos, emoções, experiências, desejos e conhecimentos construídos ao longo de sua trajetória, revelando formas particulares de interpretar a realidade e estabelecer relações com o mundo. O desenho, nesse sentido, não deve ser compreendido apenas como uma atividade recreativa ou artística, mas como uma linguagem simbólica capaz de evidenciar aspectos do desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e cultural da infância. As produções gráficas infantis representam caminhos de comunicação que permitem ao educador compreender diferentes modos de aprendizagem e expressão. Cada traço, escolha de cor, organização espacial e elemento representado pode revelar processos internos relacionados à criatividade, imaginação, memória e construção da identidade. Dessa forma, a valorização do desenho no ambiente escolar contribui para uma prática pedagógica mais atenta às necessidades individuais dos estudantes, especialmente daqueles que apresentam diferentes formas de comunicação, aprendizagem ou interação social. A pesquisa evidencia que práticas pedagógicas fundamentadas na valorização do desenho infantil contribuem para uma educação mais inclusiva, sensível e significativa. A utilização dessas produções na elaboração de materiais didáticos permite reconhecer as potencialidades dos estudantes, fortalecer sua autoestima e ampliar suas oportunidades de participação no processo educativo. Quando a criança percebe que suas ideias, criações e formas de expressão são consideradas importantes, desenvolve maior confiança, autonomia e envolvimento com as experiências de aprendizagem. A articulação entre desenho infantil, arteterapia e estratégias educacionais inclusivas favorece a construção de ambientes acolhedores, nos quais a diversidade de formas de expressão é respeitada e valorizada. Recursos pedagógicos elaborados a partir das produções das próprias crianças possibilitam maior aproximação entre conteúdo escolar e realidade vivenciada pelos estudantes, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais contextualizado, afetivo e significativo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; DEMO, Giane; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Desenho infantil e construção de sentidos: interfaces entre Psicologia, Educação, Arteterapia e elaboração de materiais didáticos inclusivos.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1056239339/Desenho-Infantil-e-Construcao-de-Sentidos. Acesso em: 12 jul. 2026.

FORMAÇÃO DOCENTE E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: COMO PREPARAR PROFESSORES PARA INTEGRAR TECNOLOGIAS DIGITAIS COM BASE EM SEGURANÇA JURÍDICA, ÉTICA E PERSONALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Celine Maria de Sousa Azevedo
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Palmyra Couto de Oliveira Neta
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gladys Nogueira Cabral
Simone Helen Drumond Ischkanian
Maria Gleicy Gurgel Correia Batista
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A rápida evolução da Inteligência Artificial (IA) tem promovido profundas transformações nos sistemas educacionais, modificando a forma como o conhecimento é produzido, compartilhado e acessado. Ferramentas baseadas em IA passaram a integrar o cotidiano das instituições de ensino, oferecendo possibilidades para personalização da aprendizagem, produção de materiais didáticos, avaliação formativa, gestão educacional e desenvolvimento de metodologias inovadoras. Entretanto, a incorporação dessas tecnologias exige que os professores desenvolvam novas competências técnicas, pedagógicas, éticas e jurídicas para utilizá-las de maneira crítica, responsável e alinhada aos objetivos educacionais. A formação docente assume, nesse contexto, um papel estratégico para garantir que a Inteligência Artificial seja utilizada como instrumento de fortalecimento da aprendizagem e não apenas como recurso tecnológico. O professor permanece como mediador do processo educativo, responsável por selecionar metodologias, interpretar necessidades dos estudantes, promover interações significativas e assegurar que o uso das tecnologias respeite princípios pedagógicos, direitos fundamentais e valores humanos. Assim, preparar educadores para atuar em ambientes digitais implica desenvolver conhecimentos relacionados à cultura digital, proteção de dados, propriedade intelectual, transparência algorítmica, uso ético da IA e segurança jurídica na utilização dessas ferramentas. Além dos aspectos tecnológicos, a integração da Inteligência Artificial à educação demanda reflexões sobre equidade, inclusão, privacidade, responsabilidade profissional e personalização da aprendizagem. O uso de sistemas inteligentes deve considerar as diferentes realidades educacionais, respeitando as singularidades dos estudantes e evitando práticas discriminatórias ou dependência excessiva de decisões automatizadas. A formação continuada dos professores torna-se condição essencial para que a IA seja incorporada ao ensino de maneira ética, juridicamente segura e pedagogicamente significativa, contribuindo para uma educação inovadora, humanizada e comprometida com a qualidade da aprendizagem. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da formação docente para a integração da Inteligência Artificial nos processos educacionais, considerando aspectos relacionados à segurança jurídica, ética, inovação pedagógica e personalização da aprendizagem. Busca-se compreender quais competências profissionais são necessárias para que os professores utilizem tecnologias inteligentes de forma crítica, responsável e alinhada aos princípios educacionais. Pretende-se ainda identificar estratégias formativas que favoreçam o desenvolvimento de competências digitais, jurídicas e pedagógicas voltadas ao uso da Inteligência Artificial no contexto escolar. O estudo busca evidenciar a importância da formação

continuada como instrumento de fortalecimento da autonomia docente, da inovação metodológica e da construção de ambientes de aprendizagem mais inclusivos, colaborativos e personalizados. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental sobre Inteligência Artificial, formação docente, educação digital, ética, legislação aplicada às tecnologias e inovação educacional. Foram consultados livros, artigos científicos, documentos normativos e produções acadêmicas relacionadas às transformações digitais na educação e às competências profissionais exigidas no século XXI. A metodologia adotada fundamentou-se em uma abordagem interdisciplinar, integrando contribuições das áreas da Educação, Direito, Tecnologia da Informação, Ciências da Computação e Psicopedagogia. A análise concentrou-se nas implicações pedagógicas, jurídicas e éticas da utilização da Inteligência Artificial em ambientes escolares, bem como nas possibilidades de implementação de programas de formação continuada voltados à qualificação dos docentes para o uso seguro e responsável dessas tecnologias. **Resultados:** A Inteligência Artificial possui elevado potencial para apoiar o trabalho docente, ampliando possibilidades de personalização da aprendizagem, acompanhamento do desempenho dos estudantes, produção de materiais didáticos, planejamento pedagógico e desenvolvimento de práticas educacionais inovadoras. Contudo, verificou-se que a efetividade dessas ferramentas depende diretamente da formação dos professores, que precisam compreender não apenas seu funcionamento técnico, mas também seus limites éticos, jurídicos e pedagógicos. Observou-se ainda que programas de formação continuada voltados à cultura digital contribuem significativamente para ampliar a confiança, a autonomia e a capacidade crítica dos docentes diante das tecnologias emergentes. Professores capacitados demonstram maior habilidade para selecionar ferramentas adequadas, interpretar resultados produzidos por sistemas inteligentes, proteger dados pessoais, evitar vieses algorítmicos e utilizar a Inteligência Artificial como recurso complementar ao trabalho pedagógico, preservando o protagonismo humano no processo educativo. **Conclusão:** O estudo demonstra que a formação docente constitui elemento indispensável para a integração qualificada da Inteligência Artificial na educação contemporânea. A utilização dessas tecnologias exige profissionais preparados para compreender seus aspectos técnicos, pedagógicos, jurídicos e éticos, assegurando que a inovação esteja sempre orientada pelos princípios da inclusão, da responsabilidade social, da transparência e da proteção dos direitos dos estudantes. A pesquisa evidencia que a Inteligência Artificial não substitui o papel do professor, mas amplia suas possibilidades de atuação por meio de recursos capazes de personalizar o ensino, otimizar processos e enriquecer experiências de aprendizagem.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima; FREITAS, Marcos Aurelio dos Santos; OLIVEIRA NETA, Palmyra Couto de; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; BATISTA, Maria Gleicy Gurgel Correia; SOUSA, Maria Aparecida de Moura Amorim; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Formação docente e inteligência artificial: como preparar professores para integrar tecnologias digitais com base em segurança jurídica, ética e personalização da aprendizagem.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://www.academia.edu/169501622/FORMA%C3%87%C3%83O_DOCENTE_E_INTELIG%C3%8ANCIA_ARTIFICIAL_COMO_PREPARAR_PROFESSORES_PARA_INTEGRAR_TECNOLOGIAS_DIGITAIS_COM_BASE_EM_SEGURAN%C3%87A_JUR%C3%8DDICA_%C3%89TICA_E_PERSONALIZA%C3%87%C3%83O_DA_APRENDIZAGEM. Acesso em: 12 jul. 2026.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO, SAÚDE MENTAL E EQUIDADE NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA: ESTRATÉGIAS FORMATIVAS PARA LIDAR COM DIVERSIDADE, SOFRIMENTO PSÍQUICO E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS.

Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Maria Gleicy Gurgel Correia Batista
Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Palmyra Couto de Oliveira Neta
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gladys Nogueira Cabral
Simone Helen Drumond Ischkanian
Celine Maria de Sousa Azevedo
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

Introdução: A escola contemporânea encontra-se diante de desafios cada vez mais complexos relacionados à promoção da inclusão, ao cuidado com a saúde mental e ao enfrentamento das desigualdades educacionais. As transformações sociais, culturais, econômicas e tecnológicas ampliaram a diversidade presente nas salas de aula, exigindo que os profissionais da educação desenvolvam competências capazes de atender estudantes com diferentes necessidades, contextos familiares, condições socioeconômicas e características individuais. A formação docente torna-se elemento essencial para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, a valorização da diversidade e a garantia do direito à educação para todos. Além das demandas relacionadas à aprendizagem, observa-se um crescimento das situações de sofrimento psíquico envolvendo estudantes e profissionais da educação, evidenciando a necessidade de fortalecer ações voltadas à promoção da saúde mental no ambiente escolar. Questões como ansiedade, estresse, depressão, dificuldades emocionais, violência, exclusão social e vulnerabilidade interferem diretamente no processo educativo, tornando indispensável a preparação dos professores para reconhecer sinais de sofrimento, acolher os estudantes e desenvolver práticas preventivas articuladas com equipes multiprofissionais e com as famílias. A formação docente deve ultrapassar a dimensão exclusivamente técnica, contemplando conhecimentos relacionados à educação inclusiva, direitos humanos, justiça social, saúde mental, práticas colaborativas e desenvolvimento de ambientes escolares acolhedores. Preparar professores para atuar diante da diversidade implica fortalecer competências socioemocionais, capacidade de mediação de conflitos, sensibilidade às diferenças e compromisso ético com a construção de uma educação democrática, humanizada e comprometida com a redução das desigualdades educacionais. **Objetivos:** Analisar a importância da formação docente para o desenvolvimento de práticas educacionais voltadas à inclusão, à promoção da saúde mental e à construção da equidade no contexto escolar contemporâneo. Busca-se compreender como estratégias formativas podem contribuir para preparar professores para lidar com a diversidade, o sofrimento psíquico e os diferentes desafios presentes nas instituições de ensino. Pretende-se ainda identificar práticas de formação continuada que fortaleçam competências pedagógicas, socioemocionais e interdisciplinares, promovendo ambientes escolares mais inclusivos, acolhedores e comprometidos com a garantia dos direitos educacionais de todos os estudantes. O estudo busca evidenciar a necessidade de integrar conhecimentos sobre saúde mental, educação inclusiva e justiça social aos processos de formação inicial e continuada dos docentes. **Materiais e Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo,

desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental sobre formação docente, educação inclusiva, saúde mental, equidade educacional e políticas públicas voltadas à promoção da inclusão escolar. Foram consultados livros, artigos científicos, documentos normativos e referenciais teóricos relacionados à formação de professores e ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. A metodologia fundamentou-se em uma abordagem interdisciplinar, reunindo contribuições das áreas da Educação, Psicologia, Neuropsicopedagogia, Saúde Coletiva e Ciências Sociais. A análise contemplou estudos sobre estratégias formativas, práticas colaborativas, desenvolvimento profissional docente, acolhimento psicossocial e enfrentamento das desigualdades educacionais, considerando diferentes contextos escolares e realidades socioculturais. **Resultados:** A formação continuada dos professores exerce papel decisivo na consolidação de práticas pedagógicas inclusivas e na promoção da saúde mental no ambiente escolar. Docentes que participam de processos formativos voltados à diversidade, à educação inclusiva e ao desenvolvimento de competências socioemocionais demonstram maior capacidade para acolher as diferenças, adaptar metodologias, identificar situações de vulnerabilidade e construir relações pedagógicas mais humanizadas. Observou-se também que estratégias de formação fundamentadas na interdisciplinaridade, no trabalho colaborativo e na articulação entre escola, família e serviços especializados favorecem o enfrentamento das desigualdades educacionais e fortalecem a construção de ambientes escolares mais equitativos. A valorização da saúde mental dos próprios profissionais da educação mostrou-se igualmente indispensável para garantir melhores condições de ensino, qualidade das relações interpessoais e desenvolvimento integral dos estudantes. **Conclusão:** O estudo demonstra que a formação docente constitui um dos principais pilares para a promoção da inclusão, da saúde mental e da equidade na escola contemporânea. Preparar professores para compreender a diversidade humana, reconhecer situações de sofrimento psíquico e desenvolver práticas pedagógicas inclusivas fortalece o compromisso da educação com os princípios da justiça social, da dignidade humana e da garantia do direito à aprendizagem para todos. A formação baseada em conhecimentos científicos, sensibilidade ética e atuação interdisciplinar amplia a capacidade dos docentes de responder aos desafios presentes nas diferentes realidades escolares. Conclui-se que investir em políticas permanentes de formação inicial e continuada, articuladas à promoção do bem-estar docente e ao fortalecimento das redes de apoio educacional, representa uma estratégia essencial para construir escolas mais acolhedoras, democráticas e socialmente justas. A integração entre inclusão, saúde mental e equidade contribui para consolidar práticas educativas capazes de valorizar as singularidades dos estudantes, reduzir desigualdades e promover uma educação comprometida com o desenvolvimento humano integral e com a transformação social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DO ARTIGO:

SOUSA, Maria Aparecida de Moura Amorim; BATISTA, Maria Gleicy Gurgel Correia; OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima; FREITAS, Marcos Aurelio dos Santos; OLIVEIRA NETA, Palmyra Couto de; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Sygride Nascimento de; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Formação docente para inclusão, saúde mental e equidade na escola contemporânea: estratégias formativas para lidar com diversidade, sofrimento psíquico e desigualdades educacionais.** Clube de Pesquisadores e Autores, 2026. Disponível em: https://www.calameo.com/books/007278111479e73e985eb. Acesso em: 12 jul. 2026.


Agradecimento
aos Autores

EXPRESSAMOS NOSSA PROFUNDA GRATIDÃO AOS AUTORES E ORGANIZADORES.

LINHAS DE PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INTERFACES INTERDISCIPLINARES ENTRE LINGUAGENS, SUBJETIVIDADES E APRENDIZAGENS NO SÉCULO XXI.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Wandra Carla Silva Almeida
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Celine Maria de Sousa Azevedo
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Pedro Eduardo Pires de Oliveira
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Nivea Maria Costa Vieira
Lucas Serrão da Silva
Sandro Garabed Ischkanian

A concretização da obra *Linhas de Pensamento Contemporâneo: Produção do Conhecimento e Interfaces Interdisciplinares entre Linguagens, Subjetividades e Aprendizagens no Século XXI* representa o resultado de um compromisso coletivo com a pesquisa científica, a educação e a produção de conhecimentos que dialogam com os desafios da sociedade contemporânea. Este trabalho reúne diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, fortalecendo a interdisciplinaridade como princípio fundamental para a construção de saberes inovadores e socialmente relevantes.

Expressamos nossa profunda gratidão aos autores e organizadores, cuja dedicação, competência científica, sensibilidade acadêmica e compromisso com a excelência tornaram possível a realização desta obra. Cada capítulo representa não apenas uma contribuição

intelectual, mas também o esforço compartilhado de pesquisadores comprometidos com a transformação da educação, da ciência e da sociedade por meio da produção de conhecimento rigoroso, ético e humanizado.

Nosso mais profundo e sincero reconhecimento é dirigido a *Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira, Simone Helen Drumond Ischkanian, Gladys Nogueira Cabral, Wandra Carla Silva Almeida, Marcos Aurelio dos Santos Freitas, Celine Maria de Sousa Azevedo, Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa, Pedro Eduardo Pires de Oliveira, Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos, Nívea Maria Costa Vieira, Lucas Serrão da Silva e Sandro Garabed Ischkanian***,** cujas trajetórias acadêmicas, experiências profissionais, compromisso ético e dedicação à pesquisa científica enriqueceram significativamente esta coletânea. Cada autor contribuiu com reflexões originais, fundamentação teórica consistente e análises que ampliam o debate sobre os desafios e as possibilidades da produção do conhecimento na contemporaneidade, demonstrando que a construção científica é fortalecida pelo diálogo, pela cooperação e pela diversidade de perspectivas.

A pluralidade de formações, áreas de atuação e experiências presentes nesta obra constitui um de seus maiores diferenciais, promovendo interfaces entre Educação, Ciências Humanas, Linguagens, Psicologia, Direito, Tecnologias, Inclusão, Saúde e demais campos do saber. Essa riqueza interdisciplinar amplia as possibilidades de compreensão dos múltiplos processos que envolvem as linguagens, as subjetividades e as aprendizagens no século XXI, favorecendo a construção de novos referenciais teóricos e metodológicos comprometidos com uma educação crítica, inovadora, inclusiva e socialmente transformadora. Mais do que reunir diferentes pesquisas, esta coletânea representa um espaço de encontro entre conhecimentos, experiências e práticas que dialogam em favor do desenvolvimento humano e da valorização da ciência.

Manifestamos, igualmente, nossa admiração aos organizadores desta obra, cuja sensibilidade acadêmica, competência científica e dedicação foram fundamentais para articular diferentes contribuições em uma publicação coesa, relevante e comprometida com elevados padrões de qualidade. O empenho na organização dos textos, na valorização da produção intelectual dos autores e na promoção do diálogo interdisciplinar demonstra o compromisso permanente com a democratização do conhecimento e com o fortalecimento da pesquisa como instrumento de transformação social.

Que esta publicação inspire novas investigações científicas, estimule o desenvolvimento de projetos colaborativos e fortaleça redes nacionais e internacionais de cooperação entre pesquisadores, professores, estudantes e profissionais das mais diversas áreas do conhecimento.

Que suas reflexões despertem novas perguntas, promovam diálogos fecundos e incentivem práticas inovadoras capazes de responder aos desafios educacionais, sociais e culturais do nosso tempo.

Nosso agradecimento estende-se, igualmente, a todos aqueles que acreditam no poder transformador da ciência, da educação e da produção acadêmica comprometida com a ética, a inclusão, a justiça social e a valorização da diversidade humana. Esperamos que esta obra contribua para ampliar horizontes, fortalecer o pensamento crítico e incentivar a construção de uma sociedade mais democrática, plural, solidária e comprometida com a produção de conhecimentos capazes de promover o desenvolvimento integral das pessoas e o avanço coletivo da humanidade.

Que esta obra continue inspirando novas descobertas, fortalecendo o compromisso com a ciência, promovendo diálogos transformadores e iluminando caminhos para uma educação cada vez mais humana, inclusiva e inovadora. Que cada pesquisa aqui compartilhada seja uma semente de conhecimento capaz de gerar novos projetos, ampliar horizontes e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, ética e comprometida com o desenvolvimento humano. Que a dedicação, a excelência acadêmica e o espírito colaborativo de todos os autores e organizadores sejam continuamente reconhecidos e recompensados com inúmeras conquistas pessoais, profissionais e científicas. Que este seja apenas mais um capítulo de uma trajetória marcada pela produção de conhecimento, pela transformação social e por *sucessos infinitos*!

Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Gabriel Nascimento de Carvalho

AGRADECIMENTO AOS AUTORES DA COLEÇÃO RESUMOS CIENTÍFICOS.

Ainat Magalhães Militão
Allyne de Moura Amorim
Ana Lucia Ferreira Silva Freitas
Ana Luzia Amaro dos Santos
Celine Maria de Sousa Azevedo
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Dilani da Cruz MC Comb
Dimar Monteiro Sanca
Elaine Gemima Santos de Souza
Eliana Drumond de Carvalho Silva
Esther Aparecida Rezende dos Santos
Gabriel Nascimento de Carvalho
Gerson Ribeiro Bacury
Giane Demo
Gladys Nogueira Cabral
Idênis Glória Belchior
Juliana Balta Ferreira
Mara Lucia Nunes de Lima Oliveira
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Maria Gleicy Gurgel Correia Batista
Marlon Seabra
Nivea Maria Costa Vieira
Palmyra Couto de Oliveira Neta
Regina Daucia de Oliveira Braga
Ricardo Fonseca da Silva
Rita Cristina Guimarães Almeida
Samuel Ferreira
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian
Sygride Nascimento de Carvalho
Thielle Lopes Sampaio Oliveira
Wandra Carla Silva Almeida

A publicação desta *Coleção Resumos Científicos* representa a concretização de um esforço coletivo voltado à valorização da pesquisa, da produção científica e da disseminação do conhecimento. Cada resumo reunido nesta coletânea constitui a síntese de estudos desenvolvidos com rigor acadêmico, responsabilidade ética e compromisso com o avanço da ciência, oferecendo ao leitor uma visão panorâmica de pesquisas que dialogam com diferentes áreas do conhecimento e com os desafios da sociedade contemporânea.

Manifestamos nosso mais profundo agradecimento aos autores *Ainat Magalhães Militão, Allyne de Moura Amorim, Ana Lucia Ferreira Silva Freitas, Ana Luzia Amaro dos Santos, Celine Maria de Sousa Azevedo, Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos, Dilani da Cruz MC Comb, Dimar Monteiro Sanca, Elaine Gemima Santos de Souza, Eliana Drumond de Carvalho Silva, Esther Aparecida Rezende dos Santos, Gabriel Nascimento de Carvalho, Gerson Ribeiro Bacury, Giane Demo, Gladys Nogueira Cabral, Idênis Glória Belchior, Juliana Balta Ferreira, Mara Lucia Nunes de Lima Oliveira, Marcos Aurelio dos Santos Freitas, Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa, Maria Gleicy Gurgel Correia Batista, Marlon Seabra, Nivea Maria Costa Vieira, Palmyra Couto de Oliveira Neta, Regina Daucia de Oliveira Braga, Ricardo Fonseca da Silva, Rita Cristina Guimarães Almeida, Samuel Ferreira, Sandro Garabed Ischkanian, Silvana Nascimento de Carvalho, Simone Helen Drumond Ischkanian, Sygride Nascimento de Carvalho, Thielle Lopes Sampaio Oliveira e Wandra Carla Silva Almeida,* cuja dedicação, competência científica, compromisso com a produção do conhecimento e incansável empenho na construção e socialização do saber tornaram possível a realização desta importante obra coletiva. Cada autor, por meio de sua experiência, rigor acadêmico e compromisso com a educação, a pesquisa e a inovação científica, contribuiu significativamente para a consolidação deste trabalho, fortalecendo o diálogo interdisciplinar e ampliando as possibilidades de reflexão sobre os desafios e perspectivas da sociedade contemporânea. Esta publicação representa o esforço conjunto de profissionais comprometidos com a excelência científica, reafirmando a importância da colaboração, da ética e da valorização da pesquisa como instrumentos essenciais para o avanço do conhecimento e para a transformação da realidade educacional e social.Cada contribuição aqui apresentada reflete diferentes experiências, perspectivas teóricas, metodológicas e práticas, evidenciando a riqueza da interdisciplinaridade e fortalecendo o diálogo entre Educação, Direito, Psicologia, Neurociências, Tecnologias, Inclusão, Saúde, Ciências Humanas e demais campos científicos. A diversidade de temas abordados reafirma o compromisso dos autores com a construção de uma ciência comprometida com a inovação, a transformação social, a inclusão e a formação crítica da sociedade.

Ressaltamos que esta coletânea reúne *resumos científicos***,** elaborados com o propósito de apresentar, de forma objetiva e acessível, os principais objetivos, metodologias, resultados e conclusões das pesquisas desenvolvidas. As *versões completas, fundamentadas e integralmente desenvolvidas de cada estudo encontram-se disponíveis nos respectivos e-books***, *cujos** *links de referência acompanham cada publicação***,** possibilitando aos leitores aprofundar a leitura, consultar os referenciais teóricos, conhecer detalhadamente os procedimentos metodológicos e ampliar sua compreensão acerca dos temas apresentados.

Nosso reconhecimento estende-se igualmente aos organizadores, colaboradores, pareceristas e a todos os profissionais que contribuíram para a organização desta coleção, reafirmando que a produção científica é resultado do trabalho colaborativo, do diálogo interdisciplinar e do compromisso permanente com a qualidade acadêmica.

Desejamos que esta coletânea contribua para inspirar novas pesquisas, fortalecer redes de colaboração científica e incentivar o desenvolvimento de práticas inovadoras capazes de transformar a educação, a ciência e a sociedade. Que cada resumo aqui publicado seja um convite à leitura das obras completas e à continuidade da produção de conhecimentos comprometidos com a ética, a excelência, a inclusão e o desenvolvimento humano.

Nosso sincero agradecimento a todos os autores por compartilharem seus conhecimentos, experiências e pesquisas com a comunidade científica. Que esta coleção continue promovendo reflexões, inspirando novas investigações e ampliando o alcance da produção acadêmica. Sucessos infinitos a todos!

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Wandra Carla Silva Almeida
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Celine Maria de Sousa Azevedo
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Pedro Eduardo Pires de Oliveira
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Nívea Maria Costa Vieira
Lucas Serrão da Silva
Sandro Garabed Ischkanian



Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa

"A trajetória da Doutora, pesquisadora e escritora Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa representa um exemplo de excelência acadêmica, compromisso ético e dedicação incansável à produção do conhecimento científico. Sua atuação inspira pesquisadores, educadores e estudantes por meio de uma produção intelectual sólida, marcada pelo rigor metodológico, pela sensibilidade humana e pela busca permanente de soluções inovadoras para os desafios da educação e da sociedade. Cada pesquisa desenvolvida, cada obra publicada e cada contribuição compartilhada evidenciam seu compromisso com a construção de uma ciência comprometida com a transformação social, a valorização da diversidade, a formação humana e o fortalecimento de uma educação inclusiva, democrática e de qualidade, tornando seu legado uma fonte permanente de inspiração para as atuais e futuras gerações de pesquisadores."

A verdadeira inclusão acontece quando deixamos de adaptar pessoas a espaços excludentes e passamos a transformar os espaços para que cada pessoa seja reconhecida, respeitada e pertencente. É nesse encontro entre acessibilidade, acolhimento e diversidade que o mundo se torna mais humano.

(Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira, 2026).



Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira

“A pesquisadora e escritora Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira destaca-se por sua admirável dedicação à ciência, à educação e à inclusão, construindo uma trajetória marcada pelo compromisso com a excelência acadêmica, pelo rigor científico e pela valorização da diversidade humana. Sua relevante produção intelectual contribui significativamente para o fortalecimento de práticas educacionais inclusivas, para a promoção da equidade e para a ampliação das oportunidades de aprendizagem de todos os estudantes, especialmente daqueles que historicamente enfrentam barreiras no acesso ao conhecimento. Por meio de suas pesquisas, publicações e reflexões, evidencia sensibilidade social, competência técnica e profundo compromisso com a construção de uma educação mais humana, democrática e acessível. Seu trabalho inspira educadores, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas a desenvolverem ações comprometidas com a inclusão, a justiça social e o respeito às singularidades, consolidando seu legado como uma importante referência na produção científica voltada à transformação social e ao desenvolvimento integral das pessoas."



Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos

"A pesquisadora e escritora Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos destaca-se pelo compromisso com a produção científica, pela dedicação à educação e pela defesa de práticas inclusivas que valorizam a diversidade e o desenvolvimento humano. Sua trajetória acadêmica é marcada pelo rigor metodológico, pela sensibilidade social e pela busca constante de conhecimentos capazes de promover transformações significativas na sociedade. Por meio de suas pesquisas e publicações, contribui para o fortalecimento da ciência, da inovação e da inclusão educacional, inspirando pesquisadores, educadores e estudantes a construírem práticas fundamentadas na ética, na equidade e no respeito às singularidades. Seu trabalho representa uma valiosa contribuição para o avanço do conhecimento interdisciplinar e para a consolidação de uma educação mais acessível, humanizada, democrática e comprometida com a formação integral de todos os cidadãos."



Wandra Carla Silva Almeida

"A Professora, autora e pesquisadora Wandra Carla Silva Almeida destaca-se pela dedicação incansável à educação, à pesquisa científica e à promoção de práticas pedagógicas inclusivas, construindo uma trajetória marcada pela excelência acadêmica, pelo compromisso ético e pela valorização do desenvolvimento humano. Sua atuação evidencia sensibilidade, competência e responsabilidade na produção e disseminação do conhecimento, contribuindo significativamente para o fortalecimento da ciência, da inclusão educacional e da formação de educadores comprometidos com a equidade, a inovação e a transformação social. Por meio de suas pesquisas, publicações e ações formativas, inspira professores, pesquisadores e estudantes a acreditarem no poder da educação como instrumento de emancipação, respeito à diversidade e construção de uma sociedade mais justa, democrática e acessível. Seu legado acadêmico reafirma a importância de uma ciência comprometida com a inclusão, a qualidade da aprendizagem e a valorização das potencialidades de cada ser humano."



Ainat Magalhães Militão

"A professora, autora e pesquisadora Ainat Magalhães Militão destaca-se como uma educadora inovadora, cuja trajetória acadêmica e profissional é marcada pelo compromisso com a excelência, a criatividade e a transformação da educação. Seu reconhecimento como *Campeã da Etapa Estadual do Amazonas no Prêmio Educador Transformador – Sebrae**,** com o projeto 'FINANZERA: Desafio de Finanças para um Futuro sem Perrengues'**,** evidencia sua capacidade de desenvolver práticas pedagógicas inovadoras que aproximam o conhecimento da realidade dos estudantes, promovendo a educação financeira de forma dinâmica, significativa e socialmente relevante. Sua produção científica e literária reflete rigor acadêmico, sensibilidade pedagógica e compromisso com a formação integral dos educandos, inspirando pesquisadores, professores e estudantes a construírem uma educação pautada na inovação, na inclusão, na cidadania e no desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI. Sua trajetória constitui um exemplo de dedicação à pesquisa, à produção do conhecimento e à valorização da educação como instrumento de transformação social, deixando um legado que fortalece a ciência, a aprendizagem e a formação de cidadãos críticos, éticos e preparados para os desafios do futuro."



Nivea Maria Costa Vieira

“À professora, autora e pesquisadora Nívea Maria Costa Vieira, nossa mais profunda admiração por sua notável trajetória dedicada à educação, à pesquisa científica e à produção do conhecimento. Sua atuação acadêmica é marcada pelo compromisso com a excelência, pelo rigor científico e pela sensibilidade humana, refletindo uma incansável dedicação à formação de estudantes, educadores e pesquisadores. Por meio de suas pesquisas, publicações e práticas educacionais, contribui significativamente para o fortalecimento da ciência, da inovação, da inclusão e da construção de uma educação mais ética, democrática e transformadora. Seu compromisso com a investigação científica inspira novas gerações a acreditarem no poder do conhecimento como instrumento de desenvolvimento humano e transformação social, consolidando seu legado como uma referência de competência, generosidade intelectual e compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a valorização da educação e da ciência.”



Gladys Nogueira Cabral

"A autora e pesquisadora Gladys Nogueira Cabral é uma profissional de inestimável valor para a ciência e para a educação, destacando-se por sua sólida trajetória acadêmica, pelo rigor científico e pela expressiva contribuição à produção do conhecimento. Autora de diversas obras, entre livros, artigos científicos, capítulos de livros e publicações em periódicos especializados, sua produção intelectual evidencia compromisso permanente com a excelência, a inovação e a disseminação de saberes que fortalecem a pesquisa interdisciplinar e a formação humana. Suas investigações refletem sensibilidade, profundidade analítica e responsabilidade ética, oferecendo importantes contribuições para o avanço da educação, da inclusão e das práticas científicas contemporâneas. Seu legado inspira pesquisadores, professores, estudantes e profissionais de diferentes áreas a compreenderem a pesquisa como instrumento de transformação social, reafirmando que o conhecimento produzido com dedicação, competência e compromisso é capaz de ampliar horizontes, promover a justiça social e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento humano."



Gabriel Nascimento de Carvalho
Simone Helen Drumond Ischkanian
Sandro Garabed Ischkanian

O certificado da Academia Brasileira de Letras, Ciências e Artes, recebido em Manaus, Amazonas, por Gabriel Nascimento de Carvalho, Simone Helen Drumond Ischkanian e Sandro Garabed Ischkanian, representa muito mais que uma homenagem: simboliza a força da escrita, o valor dos sonhos transformados em realizações e o compromisso com a construção e a projeção do conhecimento. Concedido pela Comissão Organizadora do Prêmio, o reconhecimento destaca os relevantes serviços prestados à cultura e à sociedade, evidenciando o mérito, a dedicação e a contribuição dos autores para a educação, a literatura e para ações capazes de transformar realidades. Escrever é acreditar em ideias, registrar histórias, compartilhar saberes e deixar marcas que ultrapassam gerações. Cada palavra construída nasce de um sonho, de uma inquietação e do desejo de contribuir para um mundo mais consciente e humanizado. A escrita possibilita projetar conhecimentos, inspirar pessoas e fortalecer a identidade cultural de um povo.Expressamos nosso profundo agradecimento à professora Therezinha Ruiz e à querida Lucia Nelson, pelo compromisso, dedicação e sensibilidade em nortear a trajetória da escrita de inúmeros autores do Amazonas. Suas orientações e incentivo foram fundamentais para que muitos sonhos literários ganhassem forma, voz e reconhecimento, fortalecendo a cultura, a literatura e a produção intelectual amazonense. Que a escrita continue sendo um caminho de sonhos, descobertas e realizações, capaz de iluminar trajetórias, valorizar saberes e transformar conhecimento em legado para as futuras gerações.


PODER LEGISLATIVO
Medalha de Mérito Legislativo Educacional
"Professora Ignês de Vasconcellos Dias"
A Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas,
tendo em vista o disposto na Resolução
Nº 139 de 20 de outubro de 2008, confere à
Professora
Simone Helen Drumond Ischkanian
a Medalha Ignês de Vasconcellos Dias,
em reconhecimento aos relevantes serviços
prestados à comunidade Amazonense
no campo educacional.
Manaus - AM, 18 de outubro de 2022
Simone Helen Drumond Ischkanian


PODER LEGISLATIVO
Medalha do Mérito Legislativo Educacional
"Professora Ignês de Vasconcellos Dutra"
A Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas,
tendo em vista o disposto no Ricerbtão
Nº 459 de 20 de outubro de 2022 confere à
Therezinha Ruiz Drumond Ischkanian
a Medalha Ignês de Vasconcellos Dutra,
em reconhecimento aos relevantes serviços
prestados à comunidade Amazonense
no campo educacional.
Manaus - 20 de outubro de 2022.

Manifestamos nosso carinho e profunda gratidão à professora Therezinha Ruiz e à querida Lucia Nelson, pessoas inspiradoras que dedicam suas trajetórias à valorização da educação, reconhecendo o papel essencial do educador e a importância de cada aluno em seu processo de aprendizagem. Com sensibilidade, compromisso e generosidade, vocês demonstram que educar é um ato de amor, de esperança e de transformação social.

Agradecemos por acreditarem no potencial dos professores, escritores e pesquisadores, incentivando sonhos, fortalecendo talentos e abrindo caminhos para que muitos conhecimentos sejam compartilhados. O olhar atento, acolhedor e humano de vocês contribui para que a educação seja construída com respeito, valorização e reconhecimento daqueles que fazem a diferença diariamente nas escolas e na sociedade.

Que a dedicação, a sabedoria e o entusiasmo de vocês continuem inspirando muitas gerações, pois pessoas como Therezinha Ruiz e Lucia Nelson deixam marcas que ultrapassam livros e certificados: deixam exemplos de amor pela educação, de incentivo à escrita e de compromisso com a formação de cidadãos capazes de sonhar, criar e transformar o mundo.



Sygride Nascimento de Carvalho

“Sygride Nascimento de Carvalho é uma referência de inspiração na defesa do cooperativismo amazônico, uma autora comprometida com a valorização dos saberes, da cultura e das potencialidades da nossa região. Sua trajetória é marcada pela dedicação, sensibilidade e liderança na construção de caminhos que fortalecem a cooperação, o empreendedorismo coletivo e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Por meio de sua escrita, atuação e compromisso social, Sygride contribui para dar visibilidade às histórias, desafios e conquistas de pessoas e comunidades que acreditam na força do trabalho colaborativo. Seu olhar humanizado e sua defesa do cooperativismo representam a união entre conhecimento, transformação social e valorização das pessoas, inspirando novas gerações a compreenderem que cooperar é construir juntos um futuro mais justo, solidário e cheio de oportunidades.”



Silvana Nascimento de Carvalho

"Silvana Nascimento de Carvalho é uma profissional de grande relevância no cenário educacional amazônico, destacando-se como assessora da SEMED, pesquisadora, escritora e uma grande educadora comprometida com a transformação social por meio do conhecimento. Sua trajetória é marcada pela dedicação, competência e sensibilidade em contribuir para o fortalecimento da educação, valorizando professores, estudantes e práticas pedagógicas inovadoras. Com olhar atento às necessidades da escola e profundo compromisso com a formação humana, Silvana inspira educadores e pesquisadores por sua capacidade de unir conhecimento, experiência e amor pela educação. Sua produção intelectual e sua atuação profissional representam uma importante contribuição para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e significativa, deixando um legado de compromisso, ética e excelência para as futuras gerações."

POSFÁCIO

Linhas de Pensamento Contemporâneo: Produção do Conhecimento e Interfaces Interdisciplinares entre Linguagens, Subjetividades e Aprendizagens no Século XXI consolida-se como uma obra de expressiva relevância para o fortalecimento da produção científica contemporânea, ao reunir pesquisas que dialogam com diferentes áreas do conhecimento e evidenciam a riqueza das abordagens interdisciplinares na compreensão dos fenômenos educacionais, sociais, culturais e científicos. Muito mais do que uma coletânea de estudos, este volume representa um espaço de encontro entre múltiplas perspectivas epistemológicas, metodológicas e teóricas, reafirmando que a construção do conhecimento exige diálogo permanente entre diferentes campos do saber, respeito à diversidade de pensamentos e compromisso ético com a produção científica.

Ao longo dos capítulos, o leitor é conduzido por reflexões que ultrapassam a dimensão técnica da pesquisa para alcançar sua essência crítica, investigativa e transformadora. Os estudos aqui apresentados demonstram que produzir conhecimento científico significa interpretar a realidade com profundidade, problematizar conceitos consolidados, questionar paradigmas e construir novas possibilidades de compreensão sobre os desafios que caracterizam a sociedade do século XXI. Cada pesquisa reafirma que a ciência permanece em constante movimento, sendo permanentemente alimentada pela curiosidade intelectual, pela investigação rigorosa e pelo compromisso com a transformação social.

A obra evidencia um consistente esforço coletivo voltado à ampliação dos horizontes investigativos, promovendo discussões que articulam linguagens, subjetividades, educação, cultura, tecnologia, inclusão, inovação e desenvolvimento humano. Essa integração entre diferentes perspectivas fortalece a compreensão de que os problemas contemporâneos não podem ser analisados de maneira fragmentada, exigindo abordagens interdisciplinares capazes de dialogar com a complexidade das relações humanas, sociais e institucionais.

Outro aspecto que merece especial destaque reside na sólida articulação entre teoria, metodologia e epistemologia presente em todos os estudos. Os autores demonstram domínio conceitual, rigor metodológico e capacidade analítica ao fundamentar suas investigações em referenciais científicos consistentes, evidenciando que toda pesquisa resulta de escolhas teóricas, metodológicas e éticas que orientam a construção do conhecimento. Essa compreensão fortalece a formação de pesquisadores mais críticos, conscientes de suas responsabilidades acadêmicas e preparados para produzir investigações cada vez mais relevantes para a sociedade.

A pluralidade de perspectivas reunidas nesta coletânea constitui um dos seus maiores méritos. A diversidade de áreas de formação, experiências profissionais e referenciais adotados pelos autores não fragmenta o conteúdo da obra; ao contrário, fortalece sua unidade ao demonstrar que a produção científica se enriquece quando diferentes vozes dialogam em torno de objetivos comuns. Essa convergência amplia significativamente as possibilidades investigativas e favorece a construção de respostas mais abrangentes, sensíveis e fundamentadas para os desafios impostos pela contemporaneidade.

A pesquisa científica, conforme evidenciado ao longo deste volume, reafirma-se como uma prática essencialmente reflexiva, ética e transformadora. Seu desenvolvimento exige não apenas domínio de procedimentos técnicos, mas também sensibilidade intelectual, abertura ao diálogo, compromisso com a inovação e responsabilidade diante das demandas sociais. Ao incentivar o pensamento crítico, a criatividade científica e a construção coletiva do conhecimento, esta obra contribui significativamente para o fortalecimento de uma ciência mais dinâmica, democrática, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento humano.

Os estudos reunidos demonstram elevado rigor metodológico aliado à sensibilidade teórica necessária para interpretar fenômenos complexos sob diferentes perspectivas. Os autores revelam domínio dos referenciais adotados, articulando conceitos, evidências e análises de maneira consistente, produzindo interpretações que ampliam significativamente os horizontes da investigação científica. Esse cuidado na elaboração das pesquisas fortalece a credibilidade acadêmica da obra e evidencia o compromisso dos pesquisadores com a excelência da produção intelectual.

A originalidade das problematizações constitui outro diferencial desta coletânea. Em vez de reproduzir modelos já consolidados, os autores propõem novos olhares, revisitam conceitos tradicionais, estabelecem interfaces inovadoras entre áreas distintas e apresentam interpretações que enriquecem o debate científico. Tal postura evidencia autonomia intelectual, capacidade crítica e compromisso permanente com o avanço da ciência, revelando uma produção acadêmica viva, dinâmica e comprometida com a construção de novos conhecimentos.

Mais do que apresentar resultados de pesquisas, esta obra convida seus leitores a refletirem sobre o próprio sentido da investigação científica na contemporaneidade. Em um cenário marcado por rápidas transformações tecnológicas, culturais, sociais e educacionais, torna-se indispensável produzir conhecimentos capazes de dialogar com a diversidade, compreender as múltiplas dimensões da experiência humana e responder, com responsabilidade científica, aos desafios emergentes da sociedade contemporânea.

Assim, *Linhas de Pensamento Contemporâneo: Produção do Conhecimento e Interfaces Interdisciplinares entre Linguagens, Subjetividades e Aprendizagens no Século XXI* firma-se como uma referência relevante para pesquisadores, professores, estudantes e profissionais que reconhecem na ciência um instrumento fundamental para a transformação da realidade. Sua contribuição ultrapassa os limites da divulgação científica, consolidando-se como um convite permanente ao pensamento crítico, à investigação rigorosa, ao diálogo interdisciplinar e à construção coletiva do conhecimento.

Que esta obra inspire novas pesquisas, fortaleça redes de colaboração acadêmica e motive futuras gerações de pesquisadores a ampliarem continuamente as fronteiras do conhecimento científico. Em tempos que exigem inovação, responsabilidade social e compromisso com a verdade, esta coletânea reafirma que a ciência continua sendo uma das mais importantes expressões da capacidade humana de compreender o mundo, produzir soluções, promover a justiça social e contribuir para a construção de uma sociedade mais ética, democrática, plural e comprometida com o desenvolvimento integral da humanidade.

Mara Lúcia Nunes de Lima Oliveira
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Wandra Carla Silva Almeida
Marcos Aurelio dos Santos Freitas
Celine Maria de Sousa Azevedo
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Pedro Eduardo Pires de Oliveira
Cíntia Aparecida Nogueira dos Santos
Nivea Maria Costa Vieira
Lucas Serrão da Silva
Sandro Garabed Ischkanian


WORGES
Editoração